ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 157

Brasília - DF, segunda-feira, 18 de agosto de 2014

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 15
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 17
Ministério da Cultura 17
Ministério da Defesa 21
Ministério da Educação 28
Ministério da Fazenda 30
Ministério da Integração Nacional 40
Ministério da Justiça 43
Ministério da Saúde 46
Ministério das Cidades 86
Ministério das Comunicações 86
Ministério de Minas e Energia 92
Ministério do Desenvolvimento Agrário 104
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 105
Ministério do Meio Ambiente 106
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 106
Ministério do Trabalho e Emprego 107
Ministério dos Transportes 107
Conselho Nacional do Ministério Público 108
Ministério Público da União 109
Tribunal de Contas da União 111
Poder Legislativo 117
Poder Judiciário 117
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 118

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.588 (1)
ORIGEM : ADI - 155558 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. JOAQUIM BARBOSA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107		

REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
ADV.(A/S) : GUSTAVO DO AMARAL MARTINS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado por indicação de Sua Excelência, a Senhora Ministra Ellen Gracie, Relatora. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Plenário, 18.12.2002.

Decisão: Após o voto da Senhora Ministra Ellen Gracie, Relatora, rejeitando a preliminar de legitimidade e julgando procedente, em parte, o pedido formulado na inicial para declarar a inconstitucionalidade da expressão "ou coligada", duplamente contida na cabeça do artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, pediu vista o Senhor Ministro Nelson Jobim. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Falou pela requerente o Dr. Gustavo do Amaral Martins. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Plenário, 05.02.2003.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Nelson Jobim, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 28.04.2004.

Decisão: Após o voto da Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora), julgando procedente, em parte, a ação, e do voto do Senhor Ministro Nelson Jobim (Presidente), julgando-a improcedente para dar interpretação conforme à Constituição, nos termos de seu voto, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Marco Aurélio. Renovado o relatório e a sustentação. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pela requerente, o Dr. Gustavo do Amaral Martins e, pela Advocacia-Geral da União, o Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União. Plenário, 09.12.2004.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Marco Aurélio, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 24.02.2005.

Decisão: Após o voto-vista do Senhor Ministro Marco Aurélio, julgando procedente a ação, no que foi acompanhado pelo Senhor Ministro Sepúlveda Pertence, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Carlos Britto. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Não participou da votação a Senhora Ministra Cármen Lúcia por suceder ao Senhor Ministro Nelson Jobim, que proferira voto. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 28.09.2006.

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski que, na linha dos votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio e Sepúlveda Pertence, julgava procedente a ação para dar interpretação conforme ao artigo 43, § 2º, do Código Tributário Nacional, de forma a excluir do seu alcance qualquer interpretação que resulte no desprezo da disponibilidade econômica ou jurídica da renda para efeito de incidência do imposto, e declarava a inconstitucionalidade do artigo 74, seu parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158, e do voto do Senhor Ministro Eros Grau que, acompanhando a linha do voto do Senhor Ministro Nelson Jobim, julgava improcedente a ação, também para dar interpretação conforme à Constituição, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Carlos Britto. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia e, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 25.10.2007.

Decisão: Após o voto-vista do Senhor Ministro Ayres Britto, julgando improcedente a ação direta para dar interpretação conforme ao artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, no que foi acompanhado pelo Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente), e o voto do Senhor Ministro Celso de Mello, julgando-a procedente para dar interpretação conforme ao § 2º do artigo 43 do Código Tributário Nacional, o julgamento foi suspenso para colher o voto do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 17.08.2011.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação direta para dar interpretação conforme a Constituição ao art. 74 da Medida Provisória nº 2.158, de modo a limitar a sua aplicação à tributação das pessoas jurídicas sediadas no Brasil cujas coligadas ou controladas no exterior estejam localizadas em países de tributação favorecida, ou seja, países desprovidos de controles societários e fiscais adequados, normalmente conhecidos como "paraísos fiscais", o julgamento foi suspenso. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Não participam da votação os Ministros Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Cármen Lúcia, por sucederem a ministros que já proferiram votos em assentadas anteriores. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Plenário, 03.04.2013.

Decisão: Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação para, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, conferir interpretação conforme, no sentido de que o art. 74 da MP nº 2.158-35/2001 não se aplica às empresas "coligadas" localizadas em países sem tributação favorecida (não "paraísos fiscais"), e que o referido dispositivo se aplica às empresas "controladas" localizadas em países de tributação favorecida ou desprovidos de controles societários e fiscais adequados ("paraísos fiscais", assim definidos em lei), vencidos os Ministros Marco Aurélio, Sepúlveda Pertence, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. O Tribunal deliberou pela não aplicabilidade retroativa do parágrafo único do art. 74 da MP nº 2.158-35/2001. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa, que lavrará o acórdão. Não participaram da votação os Ministros Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Cármen Lúcia, por sucederem a ministros que votaram em assentadas anteriores. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.04.2013.

Ementa: TRIBUTÁRIO. INTERNACIONAL. IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA CONTROLADORA OU COLIGADA NACIONAL NOS LUCROS AUFERIDOS POR PESSOA JURÍDICA CONTROLADA OU COLIGADA SEDIADA NO EXTERIOR.

LEGISLAÇÃO QUE CONSIDERA DISPONIBILIZADOS OS LUCROS NA DATA DO BALANÇO EM QUE TIVEREM SIDO APURADOS ("31 DE DEZEMBRO DE CADA ANO"). ALEGADA VIOLAÇÃO DO CONCEITO CONSTITUCIONAL DE RENDA (ART. 143, III DA CONSTITUIÇÃO).

APLICAÇÃO DA NOVA METODOLOGIA DE APURAÇÃO DO TRIBUTO PARA A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS APURADA EM 2001. VIOLAÇÃO DAS REGRAS DA IRRETROATIVIDADE E DA ANTERIORIDADE.

MP 2.158-35/2001, ART. 74. LEI 5.720/1966, ART. 43, § 2º (LC 104/2000).

1. Ao examinar a constitucionalidade do art. 43, § 2º do CTN e do art. 74 da MP 2.158/2001, o Plenário desta Suprema Corte se dividiu em quatro resultados:

1.1. Inconstitucionalidade incondicional, já que o dia 31 de dezembro de cada ano está dissociado de qualquer ato jurídico ou econômico necessário ao pagamento de participação nos lucros;

1.2. Constitucionalidade incondicional, seja em razão do caráter antielisivo (impedir "planejamento tributário") ou antievasivo (impedir sonegação) da normatização, ou devido à submissão obrigatória das empresas nacionais investidoras ao Método de de Equivalência Patrimonial - MEP, previsto na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976, art. 248);

1.3. Inconstitucionalidade condicional, afastada a aplicabilidade dos textos impugnados apenas em relação às empresas coligadas, porquanto as empresas nacionais controladoras teriam plena disponibilidade jurídica e econômica dos lucros auferidos pela empresa estrangeira controlada;

1.4. Inconstitucionalidade condicional, afastada a aplicabilidade do texto impugnado para as empresas controladas ou coligadas sediadas em países de tributação normal, com o objetivo de preservar a função antievasiva da normatização.

2. Orientada pelos pontos comuns às opiniões majoritárias, a composição do resultado reconhece:

2.1. A inaplicabilidade do art. 74 da MP 2.158-35 às empresas nacionais coligadas a pessoas jurídicas sediadas em países sem tributação favorecida, ou que não sejam "paraísos fiscais";

2.2. A aplicabilidade do art. 74 da MP 2.158-35 às empresas nacionais controladoras de pessoas jurídicas sediadas em países de tributação favorecida, ou desprovidos de controles societários e fiscais adequados ("paraísos fiscais", assim definidos em lei);

2.3. A inconstitucionalidade do art. 74 par. ún., da MP 2.158-35/2001, de modo que o texto impugnado não pode ser aplicado em relação aos lucros apurados até 31 de dezembro de 2001.

Ação Direta de Inconstitucionalidade conhecida e julgada parcialmente procedente, para dar interpretação conforme ao art. 74 da MP 2.158-35/2001, bem como para declarar a inconstitucionalidade da clausula de retroatividade prevista no art. 74, par. ún., da MP 2.158/2001.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.295, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Decreto nº 5.994, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a transferência dos contratos de dívida externa contratual da União e dos respectivos órgãos de origem para o Ministério do Fazenda.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 5.994, de 19 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. As obrigações financeiras dos contratos em fase de desembolso poderão ser transferidas ao Ministério da Fazenda após a realização da análise das características desses contratos pela Secretaria do Tesouro Nacional, observados os procedimentos deste Decreto, à exceção do disposto na alínea "c" do inciso II do § 1º do art. 2º." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

DECRETO Nº 8.296, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Decreto nº 5.988, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o art. 31 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que instituiu depreciação acelerada incentivada e desconto da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no prazo de doze meses, para aquisições de bens de capital efetuadas por pessoas jurídicas estabelecidas em microrregiões menos favorecidas das áreas de atuação das extintas SUDENE e SUDAM.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 5.988, de 19 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2018, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação das extintas SUDENE e SUDAM, terão direito:

....." (NR)

"Art. 2º A depreciação acelerada incentivada de que trata o inciso I do **caput** do art. 1º consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição ou até o quarto ano subsequente à aquisição.

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Francisco José Coelho Teixeira

DECRETO Nº 8.297, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional; altera os Anexos I e II ao Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura; e altera os Decretos nº 519 e nº 520, ambos de 13 de maio de 1992, que tratam, respectivamente, do Programa Nacional de Incentivo à Leitura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, da Fundação Biblioteca Nacional para o Ministério da Cultura, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG:

I - um DAS 101.5;

II - três DAS 101.4;

III - sete DAS 101.3;

IV - dois DAS 102.2;

V - três DAS 102.1;

VI - duas FG-1;

VII - duas FG-2; e

VIII - quatro FG-3.

Art. 3º O Anexo II ao Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, passa a vigorar na forma do Anexo IV a este Decreto.

Art. 4º Os apostilamentos decorrentes das alterações realizadas por este Decreto deverão ocorrer no prazo de vinte dias, contado da data de sua entrada em vigor.

Parágrafo único. O Presidente da Fundação Biblioteca Nacional e o Ministro de Estado da Cultura e farão publicar no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se referem, respectivamente, os Anexos II e IV, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e níveis.

Art. 5º Os ocupantes dos cargos em comissão ou funções de confiança que deixam de existir por força deste Decreto consideram-se automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 6º O Anexo I ao Decreto nº 7.743, de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

I - .....

.....

b) Secretaria-Executiva:

.....

3. Diretoria de Direitos Intelectuais;

4. Diretoria de Programas Especiais de Infraestrutura Cultural; e

5. Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas; e

....."(NR)

"Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

.....

XI - coordenar e supervisionar ações de difusão de produtos culturais resultantes de projetos apoiados pelo Ministério;

XII - apoiar, coordenar e supervisionar ações de programação do espaço cultural;

XIII - coordenar as políticas e diretrizes voltadas para o amplo acesso ao livro, leitura e literatura; e

XIV - coordenar a implementação do Plano Nacional de Livro e Leitura.

....."(NR)

"Art. 7º .....

I - formular, implementar e avaliar a política do Ministério sobre direitos autorais;

.....

XI - apoiar e promover a difusão, o ensino e a pesquisa sobre direitos autorais, e a formação de recursos humanos para atuar nos temas de direitos autorais e, no que couber, dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais;

XII - conceder habilitação às associações de gestão coletiva de direitos autorais para a atividade de cobrança;

XIII - fiscalizar o cumprimento da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da Lei nº 12.853, de 14 de agosto de 2013, pelas associações de gestão coletiva de direitos autorais, pelos entes arrecadadores e pelos usuários;

XIV - aplicar advertência e anular a habilitação das associações de gestão coletiva de direitos autorais ou entes arrecadadores que não atenderem ao disposto na lei;

XV - atuar nas hipóteses de mediação e arbitragem de que trata o art. 100-B da Lei nº 9.610, de 1998, na forma do regulamento específico; e

XVI - constituir e apoiar técnica e administrativamente a Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva de Direitos Autorais." (NR)

"Art. 8º-A. À Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas compete:

I - implementar o Plano Nacional de Livro e Leitura - PNLL, no âmbito do Ministério da Cultura, de forma articulada com o Ministério de Educação;

II - elaborar e monitorar os programas, projetos e ações do Ministério da Cultura que integram o PNLL;

III - implementar as atividades relacionadas à promoção e à difusão do livro e incentivar a criação literária nacional, no País e no exterior, em colaboração com as instituições que tenham essa finalidade;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL 1808

IV - formular, articular e implementar ações que promovam a democratização do acesso ao livro e à leitura;

V - subsidiar tecnicamente a formulação e implementação de planos estaduais, distrital e municipais de livro e leitura, em articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação da implementação e do monitoramento do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura;

VI - subsidiar a formulação de políticas, programas, projetos e ações que promovam o acesso, difusão, produção e fruição do livro e da leitura;

VII - implementar e fomentar em conjunto com os demais órgãos competentes, ações e projetos sociais de leitura e de fortalecimento da cadeia mediadora da leitura;

VIII - formular e implementar políticas, programas, projetos e ações de criação e fortalecimento de bibliotecas e espaços de leitura;

IX - organizar e divulgar diretrizes nacionais e internacionais existentes e criar diretrizes específicas para atender as bibliotecas públicas no País;

X - promover a literatura brasileira e fomentar os processos de criação, difusão, circulação e intercâmbio literário em território nacional e no exterior;

XI - organizar a participação institucional do Ministério da Cultura em feiras de livro e eventos literários no País e no exterior;

XII - implementar ações de fomento à literatura por meio de concessão de bolsas e prêmios a escritores brasileiros;

XIII - articular com as secretarias e entidades vinculadas do Ministério da Cultura e demais órgãos do Governo federal a transversalidade das políticas de livro, leitura, literatura e bibliotecas;

XIV - realizar e promover a coleta de dados, mapeamentos, estudos e pesquisas acerca de modelos e sistemas públicos de financiamento e fomento às políticas do livro, leitura, literatura e bibliotecas de acesso público;

XV - coordenar, orientar e apoiar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER de que trata o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992;

XVI - coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas de que trata o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992; e

XVII - coordenar as atividades da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles." (NR)

"Art. 22. À Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura compete:

.....

IX - propor e implementar novos mecanismos de fomento e incentivo à cultura, isoladamente ou em parceria com organismos públicos ou privados;

X - prestar suporte técnico e administrativo à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e à Comissão do Fundo Nacional da Cultura; e

XI - gerir o Programa de Cultura do Trabalhador de que trata a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012." (NR)

Art. 7º O Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído, junto ao Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER."(NR)

"Art. 4º Constituem receitas do Ministério da Cultura destinadas ao PROLER:

....."(NR)

"Art. 5º O PROLER será dirigido pelo Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, cabendo-lhe:

....."(NR)

Art. 8º O Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído, junto ao Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, visando proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sócio-cultural do País." (NR)

"Art. 5º Constituem receitas do Ministério da Cultura destinadas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas:

....."(NR)

"Art. 6º O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas será dirigido pelo Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, competindo-lhe:

....."(NR)

Art. 9º O Ministro de Estado da Cultura poderá editar regimento interno para detalhar a Estrutura Regimental do Ministério da Cultura e o Estatuto da Fundação Biblioteca Nacional.

Art. 10. O Ministro de Estado da Cultura e o Presidente da Fundação Biblioteca Nacional deverão adotar as providências necessárias à efetiva transferência dos acervos técnico e patrimonial da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles, constituídos pelos respectivos bens móveis e imóveis.

Art. 11. Ato do Ministro de Estado da Cultura definirá os cargos efetivos ocupados do Plano Especial de Cargos da Cultura, instituído pela Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, lotados na Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e na Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles, que serão redistribuídos, sem contrapartida, do Quadro da Fundação Biblioteca Nacional para o Quadro de Pessoal do Ministério da Cultura.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor quatorze dias após a data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.748, de 6 de junho de 2012; e

II - o Decreto nº 7.926, de 18 de fevereiro de 2013.

Brasília, 15 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior
Marta Suplicy

ANEXO I

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º A Fundação Biblioteca Nacional, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída por meio de autorização contida na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tem sede e foro no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º À Fundação Biblioteca Nacional, órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País, compete:

I - captar, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional;

II - adotar as medidas necessárias para a conservação e proteção do patrimônio bibliográfico e digital sob sua custódia;

III - atuar como centro referencial de informações bibliográficas;

IV - atuar como órgão responsável pelo controle bibliográfico nacional;

V - ser depositária e assegurar o cumprimento da legislação relativa ao depósito legal;

VI - registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor;

VII - promover a cooperação e a difusão nacionais e internacionais relativas à missão da Fundação Biblioteca Nacional; e

VIII - fomentar a produção de conhecimento por meio de pesquisa, elaboração e circulação bibliográficas referentes à missão da Fundação Biblioteca Nacional.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Fundação Biblioteca Nacional tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgão de direção superior: Diretoria Colegiada;

II - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;

III - órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal;

b) Auditoria Interna; e

c) Coordenação-Geral de Planejamento e Administração; e

IV - órgãos específicos singulares:

a) Centro de Cooperação e Difusão;

b) Centro de Processamento e Preservação;

c) Centro de Coleções e Serviços aos Leitores;

d) Centro de Pesquisa e Editoração;

e) Biblioteca Euclides da Cunha; e

f) Escritório de Direitos Autorais.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I
Do Órgão Colegiado

Art. 4º A Fundação Biblioteca Nacional será dirigida por uma Diretoria Colegiada composta por:

I - Presidente;

II - Diretor-Executivo; e

III - coordenadores-gerais.

§ 1º As reuniões da Diretoria Colegiada serão ordinárias ou extraordinárias.

§ 2º O quórum mínimo para a realização de reuniões da Diretoria Colegiada e suas deliberações será de três membros, sendo obrigatória a participação do Presidente.

§ 3º A Diretoria Colegiada deliberará por maioria de votos e caberá ao Presidente o voto de qualidade.

§ 4º As reuniões ordinárias serão convocadas pelo Presidente e as extraordinárias pelo Presidente ou pela maioria dos membros da Diretoria Colegiada, a qualquer tempo.

§ 5º O Procurador-Chefe e o Auditor-Chefe poderão participar, sem direito a voto, das reuniões da Diretoria Colegiada, quando convocados pelo Presidente.

§ 6º Nas reuniões da Diretoria Colegiada será permitida a participação de servidor, lotado e em exercício na Fundação Biblioteca Nacional, com direito a voz e sem direito a voto.

§ 7º O servidor de que trata o § 6º será eleito pelos servidores lotados e em exercício na Fundação Biblioteca Nacional, juntamente com o suplente, para mandato de dois anos.

Art. 5º À Diretoria Colegiada compete:

I - formular a política institucional, diretrizes e estratégias da Fundação Biblioteca Nacional;

II - apreciar os assuntos submetidos pelo Presidente ou pelos demais membros da Diretoria Colegiada;

III - deliberar sobre remuneração relativa a serviços, aluguéis, ingressos, produtos e operações;

IV - aprovar o balanço anual e a prestação de contas, acompanhada do relatório de atividades da Fundação Biblioteca Nacional;

V - aprovar a contratação de empréstimos e de outras operações de que resultem obrigações para a Fundação Biblioteca Nacional;

VI - aprovar o plano estratégico, a proposta orçamentária, os planos anual e plurianual e suas reformulações;

VII - aprovar atos que importem em alienação ou oneração de bens patrimoniais da Fundação Biblioteca Nacional, inclusive imóveis; e

VIII - aprovar o programa de formação, treinamento e capacitação técnica dos profissionais da Fundação Biblioteca Nacional.

Seção II
Do Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 6º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Presidente em sua representação política e social;

II - ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de seu expediente pessoal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - acompanhar o andamento dos projetos de interesse da Fundação Biblioteca Nacional em tramitação no Congresso Nacional e providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Ministro de Estado da Cultura, relativos ao Congresso Nacional; e

IV - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de comunicação social da Fundação Biblioteca Nacional.

Seção III
Dos Órgãos Seccionais

Art. 7º À Procuradoria Federal junto à Fundação Biblioteca Nacional, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente a Fundação Biblioteca Nacional, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;

II - orientar a execução da representação judicial da Fundação Biblioteca Nacional, quando sob responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da Fundação Biblioteca Nacional, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos demais atos emanados pelos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União;

VI - fixar a interpretação jurídica no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional, auxiliando na elaboração e edição de seus atos normativos e interpretativos, em articulação com os órgãos competentes da Fundação Biblioteca Nacional; e

VII - encaminhar à Procuradoria-Geral Federal ou à Advocacia-Geral da União, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições, por seus respectivos membros.

Parágrafo único. O Procurador-Chefe será indicado pelo Advogado-Geral da União, na forma do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

Art. 8º À Auditoria Interna compete:

I - verificar a conformidade com as normas vigentes dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais da Fundação Biblioteca Nacional;

II - acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos;

III - prestar informações e acompanhar as solicitações dos órgãos de controle interno e externo;

IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomada de contas especiais; e

V - propor ao Presidente o planejamento anual de ações da unidade e promover sua implementação.

Parágrafo único. A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe serão submetidas, pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Planejamento e Administração compete:

I - coordenar e controlar a implementação de ações relacionadas aos sistemas federais de administração de recursos humanos, de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração de convênios, de serviços gerais e de organização e inovação institucional; e

II - coordenar o planejamento estratégico e o desdobramento da missão em diretrizes, objetivos, metas e planos, em conformidade com o plano plurianual.

Seção IV
Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 10. Ao Centro de Cooperação e Difusão compete:

I - implementar ações para a difusão do acervo da Fundação Biblioteca Nacional e da produção intelectual documental e bibliográfica brasileira no País e no exterior;

II - incentivar a tradução de autores brasileiros no exterior;

III - organizar a participação institucional da Fundação Biblioteca Nacional em eventos compatíveis com sua missão institucional, no País e no exterior;

IV - promover a cooperação com instituições nacionais e internacionais, compatível com sua missão institucional; e

V - propor, coordenar e implementar ações de difusão cultural na Fundação Biblioteca Nacional.

Art. 11. Ao Centro de Processamento e Preservação compete:

I - implementar projetos e ações de preservação, conservação e restauração do acervo bibliográfico e documental, inclusive políticas de transferência de suportes;

II - assegurar o cumprimento da legislação referente ao depósito legal;

III - ampliar o acervo bibliográfico e documental, por meio da captação legal, doação, permuta internacional e aquisição;

IV - manter o Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico;

V - elaborar e divulgar a bibliografia brasileira corrente;

VI - planejar e supervisionar as atividades de processamento biblioteconômico do acervo corrente;

VII - planejar e supervisionar as atividades de desenvolvimento e gestão das bases de dados bibliográficas;

VIII - planejar e definir estratégias de gestão, desenvolvimento, publicação e divulgação de conteúdos digitais e assegurar a gestão da interoperabilidade entre sistemas de conteúdos digitais nacionais e internacionais;

IX - planejar e definir estratégias de preservação dos recursos digitais da Fundação Biblioteca Nacional;

X - implementar projetos interinstitucionais para o desenvolvimento de serviços comuns e partilhados, no âmbito da informação digital; e

XI - coordenar o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos.

Art. 12. Ao Centro de Coleções e Serviços aos Leitores compete:

I - definir estratégias, planejar e supervisionar o acesso público às coleções da Fundação Biblioteca Nacional;

II - planejar e supervisionar o fornecimento de serviços, locais ou à distância, inerentes à utilização das coleções, incluindo gestão de leitores e serviços de referência, acesso e empréstimo;

III - planejar e supervisionar as atividades de curadoria e inventário das coleções da Fundação Biblioteca Nacional;

IV - planejar e supervisionar análises e averiguações na área de acervos raros, com vistas à identificação de documentos raros e preciosos, de relevância para a cultura brasileira, existentes no território nacional e no exterior;

V - atuar como centro referencial de informações bibliográficas;

VI - planejar e supervisionar as atividades de processamento biblioteconômico do acervo bibliográfico e documental retrospectivo e especial; e

VII - coordenar, em âmbito nacional, o Plano Nacional de Recuperação de Acervos Raros.

Art. 13. Ao Centro de Pesquisa e Editoração compete:

I - fomentar a produção de conhecimento por meio de apoio a estudos e pesquisas multidisciplinares com base no acervo bibliográfico e documental da Fundação Biblioteca Nacional e em outros acervos da memória da cultura brasileira;

II - promover programas e projetos que contribuam para maior conhecimento da cultura brasileira e potencializem a disseminação dos conteúdos do acervo da Fundação Biblioteca Nacional;

III - apoiar e desenvolver pesquisas, em articulação com outros setores da Fundação Biblioteca Nacional; e

IV - propor, coordenar e implementar a política e o programa editoriais da Fundação Biblioteca Nacional.

Art. 14. À Biblioteca Euclides da Cunha compete:

I - funcionar como unidade de atendimento ao público e empréstimo domiciliar;

II - prestar serviços bibliográficos e promover ações culturais à comunidade que visem à formação do hábito da leitura e ao crescimento intelectual; e

III - organizar, manter e controlar o acervo bibliográfico e documental para a disseminação das informações.

Art. 15. Ao Escritório de Direitos Autorais compete:

I - registrar obras intelectuais;

II - averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor; e

III - zelar pela manutenção dos originais registrados.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 16. Ao Presidente compete:

I - representar a Fundação Biblioteca Nacional em juízo ou fora dele;

II - planejar, coordenar e controlar as ações da Fundação Biblioteca Nacional;

III - ratificar os atos de dispensa ou de declaração de inexigibilidade das licitações, nos casos previstos em lei;

IV - ordenar despesas;

V - editar atos normativos; e

VI - editar atos, **ad referendum** da Diretoria Colegiada, nos casos de comprovada urgência.

Art. 17. Ao Diretor-Executivo compete:

I - auxiliar o Presidente na implementação das atividades de competência da Fundação Biblioteca Nacional;

II - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária e o plano de ação da Fundação Biblioteca Nacional;

III - planejar, dirigir, coordenar e orientar a implementação de ações de informática da Fundação Biblioteca Nacional; e

IV - exercer outras atribuições delegadas pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional.

Art. 18. Ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Chefe, aos coordenadores-gerais e aos demais diretores compete:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a implementação das ações afetas às suas unidades; e

II - exercer outras atribuições designadas pelo Presidente.

CAPÍTULO V
DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 19. Constituem patrimônio da Fundação Biblioteca Nacional:

I - o seu acervo; e

II - os bens e direitos existentes atualmente, os que adquirir e os que lhe forem doados.

Art. 20. Constituem recursos financeiros da Fundação Biblioteca Nacional:

I - dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da União;

II - auxílios e subvenções que receber da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III - rendas de qualquer natureza, derivadas dos seus próprios serviços; e

IV - outras receitas eventuais.

Parágrafo único. O patrimônio e os recursos da Fundação Biblioteca Nacional serão utilizados, exclusivamente, na execução de suas finalidades.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ Nº	DENOMINAÇÃO	DAS/ FG
	1	Presidente	101.6
	1	Diretor-Executivo	101.5
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.4
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	11		FG-1
	14		FG-2
	11		FG-3
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	101.4
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor Chefe	101.4
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
CENTRO DE COOPERAÇÃO E DIFUSÃO	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
CENTRO DE PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
CENTRO DE COLEÇÕES E SERVIÇOS AOS LEITORES	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	3	Coordenador	101.3
CENTRO DE PESQUISA E EDITORAÇÃO	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA	1	Coordenador	101.3
	2		FG-3
ESCRITÓRIO DE DIREITOS AUTORAIS	1	Coordenador	101.3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL:

CÓDIGO	DAS UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QUANT.	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	5,92	1	5,92	1	5,92
DAS 101.5	4,76	2	9,52	1	4,76
DAS 101.4	3,63	11	39,93	8	29,04
DAS 101.3	2,04	22	44,88	15	30,60
DAS 101.2	1,27	8	10,16	8	10,16
DAS 101.1	1,00	2	2,00	2	2,00
DAS 102.2	1,27	4	5,08	2	2,54
DAS 102.1	1,00	7	7,00	4	4,00
SUBTOTAL 1		**57**	**124,49**	**41**	**89,02**
FG-1	0,20	13	2,60	11	2,20
FG-2	0,15	16	2,40	14	2,10
FG-3	0,12	17	2,04	13	1,56
SUBTOTAL 2		**46**	**7,04**	**38**	**5,86**
TOTAL (1+2)		**103**	**131,53**	**79**	**94,88**

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

CÓDIGO	DAS -UNITÁRIO	DA BN P/ O MinC	
		QTDE	VALOR TOTAL
DAS 101.5	4,76	1	4,76
DAS 101.4	3,63	3	10,89
DAS 101.3	2,04	7	14,28
DAS 102.2	1,27	2	2,54
DAS 102.1	1,00	3	3,00
FG-1	0,20	2	0,40
FG-2	0,15	2	0,30
FG-3	0,12	4	0,48
TOTAL		**24**	**36,65**

ANEXO IV

(Anexo II ao Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA CULTURA:

UNIDADE	**CARGO/ FUNÇÃO Nº**	**DENOMINAÇÃO**	**NE/ DAS/ FG**
	4	Assessor Especial	102.5
	1	Assessor Especial de Controle Interno	102.5
	2	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
	3	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Apoio Administrativo	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
Ouvidoria	1	Ouvidor	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	101.4
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Cerimonial	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Diretor de Programa	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
	3	Assessor	102.4
	6	Assessor Técnico	102.3
	4	Assistente	102.2
	4	Assistente Técnico	102.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Espaço Cultural	1	Chefe	101.2
	27		FG-1
	17		FG-2
	3		FG-3
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Subsecretário	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Tecnologia de Gestão e Inovação Institucional	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Planejamento Setorial	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
Serviço	4	Chefe	101.1
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	5	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	5	Chefe	101.2
Serviço	6	Chefe	101.1
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1	Diretor	101.5
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Integração e Assuntos Multilaterais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Cooperação e Assuntos Bilaterais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DIRETORIA DE DIREITOS INTELECTUAIS	1	Diretor	101.5
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Regulação em Direitos Autorais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Difusão e de Negociação em Direitos Autorais e de Acesso à Cultura	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
DIRETORIA DE PROGRAMAS ESPECIAS DE INFRAESTRUTURA CULTURAL	1	Diretor	101.5
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Gestão	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Infraestrutura Cultural	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DIRETORIA DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Literatura e Economia do Livro	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Leitura	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3

Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	2	Assistente	102.2
Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	2		FG-1
	2		FG-2
	4		FG-3
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	101.5
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Direito da Cultura	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos e Judiciais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Convênios e Editais de Seleção Pública	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS	1	Secretário	101.6
Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE ESTUDOS E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS CULTURAIS	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Monitoramento de Informações Culturais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Cultura Digital	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral do Plano Nacional de Cultura	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A CULTURA	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Cultura e Educação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Cultura e Comunicação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Serviço	1	Chefe	101.1
SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL	1	Secretário	101.6
	1	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Serviço	3	Chefe	101.1
DIRETORIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Programas e Projetos Culturais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Cooperação, Articulação e Informação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL	1	Secretário	101.6
Gabinete	1	Chefe	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
DIRETORIA DE GESTÃO DE POLÍTICAS AUDIOVISUAIS	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Audiovisual	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Incentivo e Fomento às Atividades Audiovisuais	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação	5	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Inovação, Convergência e Plataformas Audiovisuais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Centro Técnico do Audiovisual	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
	2		FG-1
	2		FG-2
Cinemateca Brasileira	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA	1	Secretário	101.6
	1	Assistente Técnico	102.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Ações Estruturantes	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos Integrados	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
DIRETORIA DE EMPREENDEDORISMO, GESTÃO E INOVAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Ações Empreendedoras	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Promoção e Difusão	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	1	Secretário	101.6
Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
DIRETORIA DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E PROGRAMAS INTEGRADOS	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Instrumentos de Gestão do Sistema Nacional de Cultura	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Institucionalização e Monitoramento do Sistema Nacional de Cultura	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenador-Geral de Articulação Intersetorial, Relações Federativas e Mobilização Social	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação do Sistema Nacional de Cultura	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA	1	Secretário	101.6
	1	Assistente Técnico	102.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
DIRETORIA DE INCENTIVO À CULTURA	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Análise de Projetos de Incentivos Fiscais	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Prestação de Contas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
DIRETORIA DE GESTÃO DE MECANISMOS DE FOMENTO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Projetos Apoiados pelo Fundo Nacional de Cultura	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	5	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Desenvolvimento, Controle e Avaliação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Normatização e Orientação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
REPRESENTAÇÃO REGIONAL			
Tipo "A"	3	Chefe	101.4
Tipo "B"	5	Chefe	101.3
Divisão	16	Chefe	101.2
Serviço	15	Chefe	101.1

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA CULTURA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QUANT.	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR TOTAL
NE	6,06	1	6,06	1	6,06
DAS 101.6	5,92	6	35,52	6	35,52
DAS 101.5	4,76	16	76,16	17	80,92
DAS 101.4	3,63	62	225,06	65	235,95
DAS 101.3	2,04	120	244,80	127	259,08
DAS 101.2	1,27	109	138,43	109	138,43
DAS 101.1	1,00	47	47,00	47	47,00
DAS 102.5	4,76	5	23,80	5	23,80
DAS 102.4	3,63	6	21,78	6	21,78
DAS 102.3	2,04	15	30,60	15	30,60
DAS 102.2	1,27	7	8,89	9	11,43
DAS 102.1	1,00	13	13,00	16	16,00
SUBTOTAL 1		**407**	**871,10**	**423**	**906,57**
FG-1	0,20	29	5,80	31	6,20
FG-2	0,15	19	2,85	21	3,15
FG-3	0,12	3	0,36	7	0,84
SUBTOTAL 2		**51**	**9,01**	**59**	**10,19**
TOTAL (1+2)		**458**	**880,11**	**482**	**916,76**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECRETO Nº 8.298, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Desativa a 6ª Divisão de Exército e altera a denominação da Artilharia Divisória da 6ª Divisão do Exército e a subordinação da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada e da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica desativada a 6ª Divisão de Exército, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, subordinada ao Comando Militar do Sul.

Art. 2º A Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, passa a ser denominada Comando de Artilharia do Exército, subordinado ao Comando Militar do Sul.

Art. 3º A 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, e a 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, ficam subordinadas à 3ª Divisão de Exército.

Art. 4º O Comandante do Exército editará os atos complementares necessários à execução do disposto neste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO Nº 8.299, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 29. A ANEEL determinará aos concessionários, permissionários e autorizados que passem a efetivar os pagamentos de que tratam os incisos I e II **caput** do art. 28, por intermédio da Guia de Recolhimento da União - GRU, ao Tesouro Nacional, que fará a transferência dos recursos para a CDE, por meio de execução de despesa do Orçamento Geral da União." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Edison Lobão
Miriam Belchior

DECRETO DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R$ 180.816.635.469,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso V, alíneas "a" e "b", item 1, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R$ 180.816.635.469,00 (cento e oitenta bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no valor de R$ 164.510.343.000,00 (cento e sessenta e quatro bilhões, quinhentos e dez milhões, trezentos e quarenta e três mil reais), sendo:

a) R$ 150.000.000.000,00 (cento e cinquenta bilhões de reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal;

b) R$ 8.455.654.000,00 (oito bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações;

c) R$ 2.224.842.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e quarenta e dois mil reais) de Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos;

d) R$ 41.394.000,00 (quarenta e um milhões, trezentos e noventa e quatro mil reais) de Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB;

e) R$ 1.852.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e dois milhões de reais) de Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios;

f) R$ 552.463.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil reais) de Alienação de Títulos e Valores Mobiliários; e

g) R$ 1.383.990.000,00 (um bilhão, trezentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa mil reais) de Dividendos da União; e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$ 16.306.292.469,00 (dezesseis bilhões, trezentos e seis milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0905	**Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)**							**14.468.949.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 843	**0905 0455**	**Dívida Pública Mobiliária Federal Interna**							**14.468.949.000**
28 843	0905 0455 0001	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional							14.468.949.000
			F	2	0	90	0	344	8.455.654.000
			F	6	0	90	0	359	2.224.842.000
			F	6	0	90	0	373	1.852.000.000
			F	6	0	90	0	387	552.463.000
			F	6	0	90	0	397	1.383.990.000
	0906	**Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)**							**541.394.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 844	**0906 0419**	**Dívida Externa da União decorrente de Empréstimos e Financiamentos**							**3.200.000**
28 844	0906 0419 0001	Dívida Externa da União decorrente de Empréstimos e Financiamentos - Nacional							3.200.000
			F	2	0	90	0	371	1.500.000
			F	6	0	90	0	371	1.700.000
28 844	**0906 0425**	**Dívida Pública Mobiliária Federal Externa**							**538.194.000**
28 844	0906 0425 0001	Dívida Pública Mobiliária Federal Externa - Nacional							538.194.000
			F	2	0	90	0	144	500.000.000
			F	6	0	90	0	371	38.194.000
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**12.800.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 0669**	**Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000)**							**12.800.000**
28 846	0909 0669 0001	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) - Nacional							12.800.000
			F	2	0	90	0	144	12.800.000
TOTAL - FISCAL									**15.023.143.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.023.143.000**

ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0907	**Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna**							**161.293.492.469**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 841	**0907 0365**	**Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna**							**161.293.492.469**
28 841	0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional							161.293.492.469
			F	6	0	90	0	143	11.293.492.469
			F	6	0	90	0	343	150.000.000.000
	0908	**Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa**							**4.500.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 842	**0908 0243**	**Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa**							**4.500.000.000**
28 842	0908 0243 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa - Nacional							4.500.000.000
			F	6	0	90	0	143	4.500.000.000
TOTAL - FISCAL									**165.793.492.469**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**165.793.492.469**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0905	**Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)**							**11.806.292.469**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 843	**0905 0252**	**Dívida Interna decorrente do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e do Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária (Lei nº 9.496, de 1997 e MP nº 2.192, de 2001)**							**51.574.435**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

28 843	0905 0252 0001	Dívida Interna decorrente do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e do Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária (Lei nº 9.496, de 1997 e MP nº 2.192, de 2001) - Nacional	F	6	0	90	0	143	51.574.435
28 843	**0905 0433**	**Dívida Mobiliária Interna da União decorrente de Programas de Apoio ao Segmento Agrícola**							**171.500.000**
28 843	0905 0433 0001	Dívida Mobiliária Interna da União decorrente de Programas de Apoio ao Segmento Agrícola - Nacional	F	6	0	90	0	143	171.500.000
28 843	**0905 0455**	**Dívida Pública Mobiliária Federal Interna**							**500.000.000**
28 843	0905 0455 0001	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional	F	2	0	90	0	144	500.000.000
28 843	**0905 0811**	**Honra de Compromisso Interno decorrente de Aval concedido pela União (Lei Complementar nº 101, de 2000)**							**12.800.000**
28 843	0905 0811 0001	Honra de Compromisso Interno decorrente de Aval concedido pela União (Lei Complementar nº 101, de 2000) - Nacional	F	2	0	90	0	144	12.800.000
28 843	**0905 09HL**	**Dívida Interna Decorrente de Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Lei nº 10.150, de 2000)**							**11.070.418.034**
28 843	0905 09HL 0001	Dívida Interna Decorrente de Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Lei nº 10.150, de 2000) - Nacional	F	6	0	90	0	143	11.070.418.034
TOTAL - FISCAL									**11.806.292.469**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**11.806.292.469**

ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0907	**Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna**							**4.500.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 841	**0907 0365**	**Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna**							**4.500.000.000**
28 841	0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional	F	6	0	90	0	143	4.500.000.000
TOTAL - FISCAL									**4.500.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.500.000.000**

DECRETO DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 318.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso XVII, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 318.500.000,00 (trezentos e dezoito milhões e quinhentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2073	**Transporte Hidroviário**							**3.500.000**
		PROJETOS							
26 784	**2073 127G**	**Construção de Terminais Fluviais na Região Norte**							**3.500.000**
26 784	2073 127G 0189	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Canutama - AM	F	4	3	90	0	100	1.000.000
26 784	2073 127G 0190	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Carauari - AM	F	4	3	90	0	100	1.500.000
26 784	2073 127G 0200	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Ipixuna - AM	F	4	3	90	0	100	1.000.000
	2075	**Transporte Rodoviário**							**278.700.000**
		ATIVIDADES							
26 782	**2075 20VM**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul**							**80.000.000**
26 782	2075 20VM 0041	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul - No Estado do Paraná	F	4	3	90	0	100	80.000.000
		PROJETOS							
26 782	**2075 1208**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS - na BR-101/SC**							**60.000.000**
26 782	2075 1208 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS - na BR-101/SC - No Estado de Santa Catarina	F	4	3	90	0	100	60.000.000
26 782	**2075 12JL**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR**							**11.500.000**
26 782	2075 12JL 0041	Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR - No Estado do Paraná	F	4	3	90	0	100	11.500.000
26 782	**2075 12KF**	**Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC**							**30.000.000**
26 782	2075 12KF 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC - No Estado de Santa Catarina	F	4	3	90	0	100	30.000.000
26 782	**2075 13XW**	**Adequação de Travessia Urbana em Lages - na BR-282/SC**							**15.500.000**
26 782	2075 13XW 4550	Adequação de Travessia Urbana em Lages - na BR-282/SC - No Município de Lages - SC	F	4	3	90	0	100	15.500.000
26 782	**2075 3766**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS - na BR-101/RS**							**500.000**
26 782	2075 3766 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS - na BR-101/RS - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	500.000
26 782	**2075 7I40**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO**							**10.000.000**
26 782	2075 7I40 0052	Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO - No Estado de Goiás	F	4	3	90	0	100	10.000.000
26 782	**2075 7L04**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS**							**65.000.000**
26 782	2075 7L04 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	65.000.000
26 782	**2075 7M81**	**Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146/MG**							**6.000.000**
26 782	2075 7M81 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146/MG - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	6.000.000
26 782	**2075 7P87**	**Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO**							**200.000**
26 782	2075 7P87 0111	Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO - No Município de Ji-Paraná - RO	F	4	3	42	0	100	200.000
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**36.300.000**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 8785**	**Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**							**36.300.000**
26 122	2126 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional	F	3	3	90	0	100	36.300.000
TOTAL - FISCAL									**318.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**318.500.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2073	**Transporte Hidroviário**							**3.500.000**
		PROJETOS							
26 784	**2073 127G**	**Construção de Terminais Fluviais na Região Norte**							**3.500.000**
26 784	2073 127G 0174	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Alvarães - AM	F	4	3	90	0	100	1.000.000
26 784	2073 127G 0176	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Anamã - AM	F	4	3	90	0	100	500.000
26 784	2073 127G 0177	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Anori - AM	F	4	3	90	0	100	1.000.000
26 784	2073 127G 0219	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Parintins - AM	F	4	3	90	0	100	1.000.000
	2075	**Transporte Rodoviário**							**305.000.000**
		ATIVIDADES							
26 782	**2075 20VI**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste**							**17.500.000**
26 782	2075 20VI 0054	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	4	3	90	0	100	17.500.000
26 782	**2075 20VJ**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste**							**32.000.000**
26 782	2075 20VJ 0021	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado do Maranhão	F	4	3	90	0	100	10.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26 782	2075 20VJ 0022	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado do Piauí							7.000.000
			F	4	3	90	0	100	7.000.000
26 782	2075 20VJ 0025	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado da Paraíba							5.000.000
			F	4	3	90	0	100	5.000.000
26 782	2075 20VJ 0026	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado de Pernambuco							5.000.000
			F	4	3	90	0	100	5.000.000
26 782	2075 20VJ 0027	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado de Alagoas							5.000.000
			F	4	3	90	0	100	5.000.000
26 782	**2075 20VK**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte**							**5.500.000**
26 782	2075 20VK 0014	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - No Estado de Roraima							5.500.000
			F	4	3	90	0	100	5.500.000
26 782	**2075 20VL**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste**							**25.000.000**
26 782	2075 20VL 0031	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste - No Estado de Minas Gerais							25.000.000
			F	4	3	90	0	100	25.000.000
		PROJETOS							
26 782	**2075 10JQ**	**Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC**							**50.000.000**
26 782	2075 10JQ 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - No Estado de Santa Catarina							50.000.000
			F	4	3	90	0	100	50.000.000
26 782	**2075 10L3**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE**							**15.000.000**
26 782	2075 10L3 0023	Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE - No Estado do Ceará							15.000.000
			F	4	3	90	0	100	15.000.000
26 782	**2075 112N**	**Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS**							**20.000.000**
26 782	2075 112N 0043	Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							20.000.000
			F	4	3	90	0	100	20.000.000
26 782	**2075 1214**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS**							**30.000.000**
26 782	2075 1214 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							30.000.000
			F	4	3	90	0	100	30.000.000
26 782	**2075 128W**	**Construção de Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158/PR**							**20.000.000**
26 782	2075 128W 0041	Construção de Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158/PR - No Estado do Paraná							20.000.000
			F	4	3	90	0	100	20.000.000
26 782	**2075 1310**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Aparecida de Goiânia - Itumbiara - na BR-153/GO**							**10.000.000**
26 782	2075 1310 0052	Adequação de Trecho Rodoviário - Aparecida de Goiânia - Itumbiara - na BR-153/GO - No Estado de Goiás							10.000.000
			F	4	3	90	0	100	10.000.000
26 782	**2075 13X9**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-367 (Eunápolis) - Entroncamento BR-418 (Posto da Mata) - na BR-101/BA**							**30.000.000**
26 782	2075 13X9 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-367 (Eunápolis) - Entroncamento BR-418 (Posto da Mata) - na BR-101/BA - No Estado da Bahia							30.000.000
			F	4	3	90	0	100	30.000.000
26 782	**2075 1K53**	**Obras Complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116/RS**							**20.000.000**
26 782	2075 1K53 0043	Obras Complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							20.000.000
			F	4	3	90	0	100	20.000.000
26 782	**2075 7530**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC**							**30.000.000**
26 782	2075 7530 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - No Estado de Santa Catarina							30.000.000
			F	4	3	90	0	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									**308.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**308.500.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**10.000.000**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 8785**	**Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**							**10.000.000**
26 122	2126 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional							10.000.000
			F	3	3	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									**10.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.000.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 238, de 15 de agosto de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Nº 239, de 15 de agosto de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor FERNANDO DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

Nº 240, de 15 de agosto de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Nº 241, de 15 de agosto de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome da Senhora MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Nº 242, de 15 de agosto de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Nº 243, de 15 de agosto de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul.

Nº 244, de 15 de agosto de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Nº 245, de 15 de agosto de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia.

Nº 246, de 15 de agosto de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.

Nº 247, de 15 de agosto de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 14 de agosto de 2014

Entidade: ONLINE SUL
CNPJ: 14.695.517/0001-57
Processo Nº: 00100.000213/2014-17

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 33/36), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro ONLINE SUL, operacionalmente vinculada à AC VALID RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: HERA
CNPJ: 19.333.075/0001-12
Processo Nº: 00100.000199/2014-51

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 71/74), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro HERA, operacionalmente vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR SAFE CHECK
CNPJ: 07.917.274/0001-99
Processo Nº: 00100.000214/2014-61

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 07/09), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro SAFE CHECK, operacionalmente vinculada à AC DIGITALSIGN RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 84, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve

Art. 1º Delegar competência à Diretora de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República para, observadas as disposições legais e regulamentares,praticar os seguintes atos:

I - autorizar as movimentações interna e externa dos servidores em exercício nos órgãos e unidades da Presidência da República.

II - dar posse aos titulares de cargos em comissão, na Presidência da República.

Art. 2º Convalidar os atos praticados pela Diretora de Gestão de Pessoas anteriormente à publicação desta portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALDOMIRO LUIS DE SOUSA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 645, DE 4 DE AGOSTO DE 2014

Altera a competência territorial de órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal em Serra Talhada/PE.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008 e o que consta do Processo Administrativo nº 00407.005282/2014-72 , resolve:

Art. 1º O órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal em Serra Talhada/PE - PRF5/SET - PRF5 - ER.SERRA TALHADA/PE - responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Belém de São Francisco, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Cedro, Exu, Granito, Mirandiba, Moreilândia, Orocó, Parnamirim, Salgueiro, Serrita, Terra Nova, Verdejante.

Art. 2º A competência territorial atribuída no art. 1º será implementada a partir de 04 de agosto de 2014 até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

RENATO RODRIGUES VIEIRA

PORTARIA Nº 652, DE 4 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a colaboração entre a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Blumenau/SC, as Representações da Procuradoria Federal Especializada do junto ao INSS em Brusque/SC, em Rio do Sul/SC e em Itajaí/SC e os Escritórios de Representação em Blumenau/SC, em Brusque/SC, em Rio do Sul/SC e em Itajaí/SC.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Blumenau/SC, as Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Brusque/SC, em Rio do Sul/SC e em Itajaí/SC e os Escritórios de Representação em Blumenau/SC, em Brusque/SC, em Rio do Sul/SC e em Itajaí/SC prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Blumenau/SC, a partir de 18 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

RENATO RODRIGUES VIEIRA

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 99, DE 15 AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições previstas no Decreto n° 8030 de 20 de junho de 2013, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM, na Portaria n° 078 SPM/PR, de 09 de agosto de 2013, que aprova o Regimento Interno da SPM e considerando a Portaria n°113, de 24 de outubro de 2013, que institui a Política de Gestão de Pessoa - PGP da SPM, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 2° da Portaria n°121 de 12 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2013 que constitui o Comitê de Execução da Política de Gestão de Pessoas da Secretaria de Políticas para as Mulheres - CEPGP/SPM para a seguinte composição:

I - (1) representante do Gabinete da Ministra - GM;

II - (1) representante da Secretaria Executiva - SE;

III - (1) representante da Secretaria Nacional de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres - SAE;

IV - (1) um representante da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - SEV;

V - (1) representante da Secretaria Nacional de Articulação Institucional e Ações Temáticas - SAIAT;

VI - (1) representante da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais- ATPS;

VII - (1) representante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental- EPPGG;

VIII - (1) representante dos servidores temporários da SPM e,

IX - (1) representante da Diretoria de Administração Interna - DAI, que o coordenará.

Art. 2° O comitê poderá formar Grupos de Trabalho-GT constituído por servidores da SPM, para o desenvolvimento de ações específicas da Política de Gestão de Pessoas-PGP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LOURDES MARIA BANDEIRA

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 3.573, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50303.001237/2014-85, e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 368ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Apoio do Mar Transporte Aquaviário Ltda. - ME, CNPJ nº 14.001.761/0001-72, com sede à rua Salvio Amado de Oliveira, nº 602, sala 01, Paulas, São Franscisco do Sul - SC, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 2.000HP, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização nº 1.061 - ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 3.579, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, observado os incisos IV e V do art. 70 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e inciso XVII do art. 11 do Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, e tendo em vista deliberação da Diretoria Colegiada em sua 24ª Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 15 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1° - Aprovar a alteração dos quantitativos e da distribuição dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO POVIA

ANEXO

QUANTITATIVO E DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS E DOS CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ

CARGO COMISSIONADO		SITUAÇÃO INICIAL Tabela IV da Lei nº 10.233/01		SITUAÇÃO ATUAL	
NÍVEL	VALOR	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA
CD I	R$ 13.345,52	1	R$ 13.345,52	1	R$ 13.345,52
CD II	R$ 12.678,24	2	R$ 25.356,48	2	R$ 25.356,48
CGE I	R$ 12.010,96	2	R$ 24.021,92	5	R$ 60.054,80
CGE II	R$ 10.676,41	7	R$ 74.734,87	5	R$ 53.382,05
CGE III	R$ 10.009,13	21	R$ 210.191,73	20	R$ 200.182,60
CGE IV	R$ 6.672,75	-		0	R$ 0,00
CA I	R$ 10.676,41	7	R$ 74.734,87	0	R$ 0,00
CA II	R$ 10.009,13	4	R$ 40.036,52	9	R$ 90.082,17
CA III	R$ 2.856,83	2	R$ 5.713,66	3	R$ 8.570,49
CAS I	R$ 2.231,95	15	R$ 33.479,25	1	R$ 2.231,95
CAS II	R$ 1.934,35	6	R$ 11.606,10	0	R$ 0,00
CCT V	R$ 2.537,32	7	R$ 17.761,24	5	R$ 12.686,60
CCT IV	R$ 1.854,18	10	R$ 18.541,80	50	R$ 92.709,00
CCT III	R$ 996,19	15	R$ 14.942,85	15	R$ 14.942,85
CCT II	R$ 878,20	20	R$ 17.564,00	15	R$ 13.173,00
CCT I	R$ 777,61	24	R$ 18.662,64	17	R$ 13.219,37
TOTAL		143	R$ 600.693,45	148	R$ 599.936,88

RESOLUÇÃO Nº 3.574, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.002460/2012-06, e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 368ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa São José Transportes Marítimos Ltda., CNPJ nº 11.126.036/0001-32, com sede à rua Montes Altos, nº 8, sala 3, Quintas do Calhau, São Luís - MA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 2.000HP, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização nº 1.062 - ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 3.575, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000327/2014-89, e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 368ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Nethunoz8 Serviços Marítimos e Ambientais Ltda. - EPP, CNPJ nº 18.386.115/0001-21, com sede à rua da Conceição, nº 105, sala 1802, Centro, Rio de Janeiro - RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 2.000HP, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização nº 1.060 - ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 3.576, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50300.001412/2012-01 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 975-ANTAQ, de 1º de agosto de 2013, da empresária TARCYANE R BARBOSA - EPP, CNPJ nº 13.716.744/0001-59, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em decorrência de alteração na frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 3.577, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50306.000553/2013-29 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 955-ANTAQ, de 6 de junho de 2013, do empresário João Pinto Andrade - ME, CNPJ nº 83.318.139/0001-05, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em decorrência de alteração de esquema operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 3.578, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Deferir autorização em caráter especial, requerida pela Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, com base no art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para realizar a descarga direta do navio HANJIN SHIMANAMI no berço público que atende o sitio do Estaleiro Rio Grande, localizado na poligonal do porto organizado do Rio Grande.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a SUPRG do atendimento dos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros, Órgão Ambiental e à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 3º Esta Resolução é válida pelo prazo de 15 (quinze) dias a partir de 15 de agosto de 2014.

MÁRIO POVIA

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, no uso da atribuição que lhe confere a letra "g", do artigo 17, do Estatuto Social da Companhia, e consoante decisão tomada pela Diretoria Executiva em sua 1530ª Reunião ordinária, realizada em 06 de agosto de 2014, resolve:

I - Revogar a Resolução 21, de 04/04/2012.

II - Colocar em vigor a Norma de Faturamento/ Cobrança de Serviços Portuários, conforme documento anexo.

CLOVIS LASCOSQUE
Diretor Presidente

ANEXO

NORMA SOBRE FATURAMENTO E COBRANÇA DE SERVIÇO PORTUÁRIO DA CIA. DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - "CODESA"

1) OBJETIVO

Estabelecer os critérios e procedimentos a serem adotados para o faturamento e cobrança dos serviços portuários prestados pela Autoridade Portuária CODESA aos Agentes das Embarcações, Arrendatários e Operadores Portuários.

2) COMPETÊNCIAS

1. Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, realizar a administração dos dados relativos à cobrança dos serviços prestados, através da emissão de notas fiscais eletrônicas e notas de débito, o controle dos recebíveis e acompanhamento da cobrança sistemática dos créditos devidos pelos Armadores ou Prepostos, Arrendatários e Operadores Portuários.

2. Coordenação de Tecnologia da Informação - COINFO, dar suporte técnico ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de processamento de dados que visem fornecer melhor rapidez na emissão de notas fiscais eletrônicas e notas de débito e atualização dos débitos para a cobrança.

3. Coordenação de Programação Operacional - CODPRO, efetuar o controle das atracações, desatracações de embarcações, inserção dos Pagamentos de Serviços Portuários - PSP's com dados preliminares (Nome da Empresa, CNPJ, Porto, Cais, Berço, Tabelas e demais dados) que influenciam o faturamento, através do registro em sistema informatizado disponibilizado pela COINFO e ainda fornecer as informações necessárias à CODFOR, para o cálculo dos valores devidos e respectiva cobrança.

4. Coordenação de Gestão Portuária - COGESP, efetuar o controle das informações com dados das movimentações referentes a execução dos serviços portuários prestados pelos Operadores Portuários (Nome da Empresa, CNPJ, tipo de mercadoria, quantidade, sentido, tipo de navegação e demais dados) que influenciam o faturamento, através do registro em sistema informatizado disponibilizado pela COINFO e fornecer as demais informações necessárias à CODFOR, para o cálculo dos valores devidos e respectiva cobrança.

5. Coordenação de Arrendamento e Contratos - COARCO, o encaminhamento da documentação referente aos contratos de arrendamentos/aluguéis de áreas, instalações e equipamentos, reajustes contratuais, planilhas de movimentação mensal de cargas das áreas arrendadas e terminais privativos à CODFOR, para a respectiva cobrança.

6. Coordenação Jurídica - COJURI, dar suporte técnico para os casos de inadimplência, orientando e movendo ações judiciais cabíveis, bem como, instaurando processo administrativo junto aos órgãos externos competentes, quando for o caso.

7. Coordenação Contábil - CODCON, dar suporte técnico para os casos contábeis, orientando e auxiliando a CODFOR nos quesitos tarifários que influenciam a contabilidade.

3) DEFINIÇÕES

Para efeito de aplicação desta Norma, considera-se a seguir:

1. Arrendatário - pessoa jurídica constituída para explorar determinada área e/ou instalação do Porto Organizado de caráter público.

2. Serviço/Operação Portuária - movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado por Operadores Portuários.

3. Operador Portuário - pessoa jurídica pré-qualificada para a execução de operação portuária na área do Porto Organizado.

4. Infra-Estrutura - facilidades referentes à utilização das instalações portuárias para movimentação de mercadorias.

5. Agente da Embarcação - pessoa jurídica, preposta do armador, responsável pela embarcação junto à autoridade portuária.

4) CRITÉRIOS

4.1. Prazos de Vencimento, Pagamento e Prorrogação

a) Os serviços portuários das Tabelas (I e II) são de responsabilidade do Agente da Embarcação, sendo que os serviços das Tabelas (III, V e VI) de responsabilidade do Operador Portuário. Em ambos os casos dever ser efetuado o depósito prévio da caução no valor correspondente de 80% da previsão dos serviços a serem prestados, baseado na tonelagem e/ou quantidade de carga a ser movimentada.

b) Os serviços portuários da Tabela (IV) são de responsabilidade do Importador e/ou Exportador da mercadoria. No caso da importação antes da retirada da mercadoria e na exportação antes do embarque da mesma, deve ser efetuado o depósito prévio da caução de 100% do valor previsto. Salientamos que o Operador Portuário da Operação de Armazenagem será co-responsável junto a CODESA, caso o importador ou exportador não venham a arcar com os pagamentos devidos, tal efeito ocorre devido a responsabilidade do Operador Portuário diante da Autoridade Portuária conforme elencados no Art. 62 da Lei 12.815 de 5 de Julho de 2013.

c) Quando a operação portuária de importação e exportação ocorrer aos sábados, domingos e/ou feriados, o pagamento da caução deverá ser efetuado com antecedência de 1 (um) dia útil à movimentação, observando o horário de expediente bancário, visando não ter problemas nas operações.

d) Se a empresa não tiver a previsão de movimentação de carga a ser realizada, deverá depositar quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Este valor será atualizado conforme a tarifa portuária.

e) É de responsabilidade da COGESP, após a desatracação das embarcações, no prazo máximo de 7 (sete) dias, inserir no sistema todas as informações necessárias para emissão da respectiva cobrança pela CODFOR, como também, no caso da Tabela IV que diz respeito a armazenagem de mercadorias após o termino total da operação. No caso de operações de re-despacho de mercadorias, a movimentação da atracação só será finalizada após o fim do re-despacho, observando o prazo acima.

f) A cobrança será emitida no prazo de 2 (dois) dias úteis, depois de recebida a documentação hábil das coordenações (CODPRO/COGESP/COARCO). A Nota Fiscal Eletrônica estará disponível nos sites das Prefeituras Municipais. Com relação a Nota de Débito será encaminha via e-mail pela a CODESA."

g) O vencimento do título será de 15 (quinze) dias, contados da data de emissão pela CODESA, e estará disponível eletronicamente por 3 (três) dias corridos no site da Banco do Brasil S/A, após este prazo o boleto bancário será expedido para o endereço físico da empresa.

h) No caso de liquidação de fatura após o vencimento, a mesma será acrescida de juros de 1% a.m., proporcionalmente ao período de atraso.

i) Após 30 dias de atraso, além dos juros acima mencionado, incidirá variação positiva do IGP-M do período.

j) Após o vencimento do título, sem prejuízo da cobrança de juros descrita no item (4.1.h), incidirá, sobre o valor atualizado, também multa de 2% (dois por cento).

k) Sob nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para pagamento de título após o seu vencimento, ressalvado o que estabelece o item (4.3) desta Norma, ou, quando devidamente comprovado pelo devedor o recebimento do título após a data de vencimento.

4.2. Locais de Pagamento

a) O pagamento dos títulos será efetuado em qualquer agência bancária até o vencimento. Após o vencimento só será aceito via depósito identificado, com a incidência dos itens (4.1.h), (4.1.i) e (4.1.j).

b) Após o "quinto" dia do vencimento do título, o mesmo poderá ser enviado ao Cartório de Protesto de Títulos, cabendo o devedor a responsabilidade pelas custas cartorárias.

4.3. Pagamento de Título Fora do Vencimento sem Juros

A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR da CODESA, somente receberá o pagamento de títulos vencidos, sem os correspondentes acréscimos, mediante autorização da Diretoria de Administração e Finanças - DIRAFI.

4.4. Débitos

a) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR emitirá um relatório mensal para os e-mails dos coordenadores da COGESP/CODPRO/COARCO/COJURI e aos Diretores da Companhia.

b) Após 30 (trinta) dias de atraso de qualquer tipo de cobrança, os devedores ficarão impedidos de utilizar os equipamentos e infraestrutura do Porto.

c) Os devedores com atraso superior a 75 (setenta e cinco) dias, observado a legislação vigente, terão seus nomes incluídos no Cadastro Informativo - CADIN. A CODFOR relacionará os títulos vencidos e não liquidados, para serem encaminhadas à Coordenação Jurídica - COJURI da CODESA, para análise sobre os aspectos legais, retornando no prazo de até 10 (dez) dias à Coordenação de Finanças e Orçamento - CODFOR, para providências necessárias de inclusão no CADIN.

d) A COJURI deverá manter a CODFOR sempre informada das medidas tomadas, visando a não duplicidade de cobrança.

e) A Diretoria Executiva da CODESA poderá liberar o usuário de utilizar-se de novos serviços requisitados, desde que efetue antecipadamente o pagamento dos mesmos, com a devida autorização por escrito do Diretor-Presidente, com base em exposição de motivos devidamente fundamentada pela Diretoria de Infraestrutura e Operações - DIROPE.

f) De acordo com a legislação vigente, a CODFOR no mês de novembro de cada ano, providenciará o levantamento dos débitos de títulos pendentes de recebimento, para fins de baixa no contas a receber, independente dos recursos utilizados para sua cobrança, encaminhando à DIRAFI para análise e posterior apreciação e aprovação da Diretoria Executiva - DIREXE.

4.5. Créditos e Restituição

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Semanalmente será feito a devolução de créditos a restituir e PSP's não utilizados, motivados pelo cancelamento de atracação da embarcação e outros fatores. Caso necessário, será feito encontro de contas e compensações para pagamentos e baixas de outros títulos ou novos PSP's.

5) PROCEDIMENTOS

5.1. Cobrança de Movimentações de Cargas

a) A Coordenação de Programação Operacional - CODPRO irá providenciar a inserção das atracações no sistema informatizado e os respectivos serviços como manobras de atracação, desatracação e dentre outras cobranças prevista na Tabela de Serviços, informando sempre o Agente da Embarcação responsável por cada serviço executado.

b) A Coordenação de Gestão Portuária - COGESP, após a conclusão da operação portuária, providenciará a inserção dos dados no sistema informatizado, dentre eles: tipo de mercadoria movimentada, equipamentos utilizados, armazenagem, consumo de água e energia durante a operação do navio, bem como, a compensação da Norma de Atracação (Resolução 006/2008).

c) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, a partir das informações encaminhadas pelas CODPRO e COGESP, processará as mesmas e gerará a cobrança contra o devedor responsável informado pela COGESP/CODPRO no sistema informatizado.

d) O devedor responsável, mediante o recebimento da cobrança emitida pela CODFOR, providenciará o pagamento conforme estabelecido nesta Norma, observando o prazo de vencimento.

5.2. Cobrança de Arrendamentos e Outros Contratos

a) A Coordenação de Arrendamento e Contratos - COARCO irá providenciar a inserção dos dados das parcelas no sistema de contratos, inclusive rateios de parcelas, finalizações de contratos, vencimentos, bem como, multas e outras compensações financeiras devidas pelos arrendatários.

b) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, a partir das informações inseridas no sistema de contrato pela COARCO emitirá a cobrança contra o arrendatário responsável.

c) O Arrendatário responsável, mediante o recebimento da cobrança emitida pela CODFOR, providenciará o pagamento conforme estabelecido nesta Norma, observando o prazo de vencimento.

5.3. Emissão da Cobrança dos Serviços

a) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, processará os dados para o cálculo e cobrança dos serviços portuários prestados, 02 (dois) dias úteis depois de recebidas as informações completas da COGESP/CODPRO, sobre o término da operação e fechamento do navio.

b) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, emitirá a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e Nota de Débito no formato digital.

5.4. Recebimento dos Títulos

O recebimento será feito por meio de pagamento via boleto ou depósito identificado na conta da CODESA junto a Instituição Bancária por ela indicada.

5.5. Baixa de Contas a Receber

A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, diariamente, com base no movimento bancário, processará a baixa dos títulos no Contas a Receber, gerando um relatório diário de liquidação, o qual será encaminhado à Coordenação de Contabilidade - CODCON, com os avisos de créditos correspondentes.

5.6. Correção da Cobrança

a) As solicitações sobre correção dos valores dos títulos deverão ser protocoladas por meio de carta com o papel timbrado da empresa e postada no protocolo geral da CODESA, em até 10 (dez) dias antes do vencimento.

b) No caso da solicitação se dar com 4 (quatro) dias antes do vencimento ou após, deverá ser pago o valor total do título, sem nenhum tipo de abatimento ou glosa.

c) Recebido o pedido no tempo previsto no item (5.6.a) anterior, caberá a CODFOR encaminhar para a COGESP/CODPRO/COARCO/COJURI, para analisar e emitir parecer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

d) No caso de indeferimento do pedido, prevalecerá a data fixada no título para vencimento, sendo cobrados, por atraso, os encargos previstos nos itens (4.1.h), (4.1.i) e (4.1.j) desta Norma.

e) Não atendido pela COGESP/CODPRO/COARCO/COJURI o prazo previsto no item (5.6.c), o prazo de vencimento do título será com base no item (4.1.g).

f) Se após a emissão do título for constatada incorreção no valor a ser pago, a CODFOR providenciará o seu estorno, mediante expedição de novo título.

g) Caso concorde, o devedor poderá solicitar o documento de Carta de Correção da Cobrança, para dados cadastrais e outros dados que não comprometam diante dos órgãos de fiscalização.

h) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR efetuará as baixas e registros necessários, quando ocorrer cancelamento da cobrança.

6) DISPOSIÇÕES GERAIS

Serão processados diariamente pela CODFOR, os relatórios do sistema de faturamento, necessários ao gerenciamento e acompanhamento da cobrança.

Casos omissos ou dúvidas sobre a sistemática de faturamento e cobrança devem ser dirigidos a Coordenação Financeira e Orçamentária- CODFOR, para posterior decisão da Diretoria Executiva.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 1.937, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Aloca frequências mistas para o Uruguai.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, tendo em vista o disposto no art. 7º da Resolução nº 57, de 10 de outubro de 2008, com a redação dada pela Resolução nº 154, de 25 de junho de 2010, e considerando o que consta do processo nº 00058.070918/2014-64, resolve:

Art. 1º Alocar, à empresa TAM Linhas Aéreas S.A., nos termos do Acordo de Serviços Aéreos em vigor, 3 (três) frequências semanais para a realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e o Uruguai.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 1.936, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, considerando o disposto na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e tendo em vista o que consta do processo nº 00058.052643/2014-87, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária ASA - AVIAÇÃO E SERVIÇOS AEROAGRÍCOLAS LTDA - EPP, CNPJ nº: 00.613.146/0001-02 com sede social em Catanduva (SP), como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÕES

Na Resolução CAMEX nº 58, de 24 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2014, Seção 1, páginas 5 a 23,

No Art. 1º;

Onde se lê:

8421.39.90	Ex 035 - Carros de serviço para manuseio, evacuação, filtragem e armazenamento em estado líquido de gás SF? contendo compressor isento de óleo (pressão final de 50bar), compressor de vácuo (vácuo final < 5mbar), manômetros digitais/analógicos, regulador de pressão de reenchimento de 0 - 10bar, bomba de vácuo para ar (vácuo final < 1mbar), vacuômetro eletrônico, balança eletrônica para cilindros de SF?, filtros de umidade e partículas, acoplamentos DN8 para conexão de mangueiras, válvula de 4 vias para direcionar o fluxo de gás nas operações de retirada e enchimento de SF? e relés, válvulas, manostatos e termostatos para segurança e controle de todos os processos funcionais.

Leia-se:

8421.39.90	Ex 035 - Carros de serviço para manuseio, evacuação, filtragem e armazenamento em estado líquido de gás **SF?,** contendo compressor isento de óleo (pressão final de 50 bar), compressor de vácuo (vácuo final < 5mbar), manômetros digitais/analógicos, regulador de pressão de reenchimento de 0 - 10bar, bomba de vácuo para ar (vácuo final < 1mbar), vacuômetro eletrônico, balança eletrônica para cilindros de **SF?**, filtros de umidade e partículas, acoplamentos DN8 para conexão de mangueiras, válvula de 4 vias para direcionar o fluxo de gás nas operações de retirada e enchimento de **SF?** e relés, válvulas, manostatos e termostatos para segurança e controle de todos os processos funcionais.

Onde se lê:

8422.30.10	Ex 049 - Máquinas para sopro de pré-formas e produção de garrafas plásticas, com capacidade para 12.000 garrafas/h de volume compreendido de 0,25 a 2,5 litros, com painel de comando e controle computadorizado, compostas por: módulo de distribuição e alimentação das pré-formas, com unidade de esterilização a seco através da injeção de vapor de H?O?, com câmara de acondicionamento térmico com lâmpadas UV com potência compreendida de 2.500 a 3.000W e dispositivo de ionização, compostas por alimentador de pré-formas, capacidade para 8 moldes, com roda sopradora de 126 bicos, potência de 216kW, com esteira de saída para transferência das garrafas prontas para envase.

Leia-se:

8422.30.10	Ex 049 - Máquinas para sopro de pré-formas e produção de garrafas plásticas, com capacidade para 12.000 garrafas/h de volume compreendido de 0,25 a 2,5 litros, com painel de comando e controle computadorizado, compostas por: módulo de distribuição e alimentação das pré-formas, com unidade de esterilização a seco através da injeção de vapor de **H?O?**, com câmara de acondicionamento térmico com lâmpadas UV com potência compreendida de 2.500 a 3.000W e dispositivo de ionização, compostas por alimentador de pré-formas, capacidade para 8 moldes, com roda sopradora de 126 bicos, potência de 216kW, com esteira de saída para transferência das garrafas prontas para envase.

Onde se lê:

8466.93.40	Ex 002 - Fresas para retificação dos eletrodos e soldagem por resistência, constituídas por 3 lâminas, tendo cada uma aresta de corte e uma face traseira; as arestas de corte estendem-se radialmente para o exterior a partir de um eixo longitudinal (X), de modo a criar, durante a rotação da fresa, uma ou duas superfícies côncavas para receber as extremidades de um ou dois elétrodos; a face

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	traseira tem um perfil côncavo em um plano de corte perpendicular à aresta de corte; rigidez das lâminas ³ 90HRA; superfície do atuador ? 60% da superfície de corte; força de fechamento aplicável de 80daN a 350daN; diâmetro dos eletrodos a serem desbastados de Ø8 a Ø21mm.

Leia-se:

8466.93.40	Ex 002 - Fresas para retificação dos eletrodos e soldagem por resistência, constituídas por 3 lâminas, tendo cada uma aresta de corte e uma face traseira; as arestas de corte estendem-se radialmente para o exterior a partir de um eixo longitudinal (X), de modo a criar, durante a rotação da fresa, uma ou duas superfícies côncavas para receber as extremidades de um ou dois elétrodos; a face traseira tem um perfil côncavo em um plano de corte perpendicular à aresta de corte; rigidez das lâminas ³ 90HRA; superfície do atuador > 60% da superfície de corte; força de fechamento aplicável de 80daN a 350daN; diâmetro dos eletrodos a serem desbastados de Ø8 a Ø21mm.

Onde se lê:

9027.30.19	x 013 - Espectrômetros infravermelhos próximos (NIR) por transformada de Fourier com interferômetro tipo RockSolid, com rolamento sem fricção, permanentemente alinhado, com divisor de feixe de substrato de quartzo, insensível a vibração e com alta estabilidade para análise de amostras sólidas ou pastosas em controle de qualidade ou garantia de qualidade, com sistema de dados integrado ao equipamento com monitor sensível ao toque (touch screen) com software de controle em 10 idiomas; banco óptico controlado por microprocessador, controle de velocidade digital, seleção automática de ganho, background interno, verificação avançada de sistema; medições por reflexão em copos de amostras de 51 ou 97mm de diâmetro ou placas de petri.

Leia-se:

9027.30.19	**Ex** 013 - Espectrômetros infravermelhos próximos (NIR) por transformada de Fourier com interferômetro tipo RockSolid, com rolamento sem fricção, permanentemente alinhado, com divisor de feixe de substrato de quartzo, insensível a vibração e com alta estabilidade para análise de amostras sólidas ou pastosas em controle de qualidade ou garantia de qualidade, com sistema de dados integrado ao equipamento com monitor sensível ao toque (touch screen) com software de controle em 10 idiomas; banco óptico controlado por microprocessador, controle de velocidade digital, seleção automática de ganho, background interno, verificação avançada de sistema; medições por reflexão em copos de amostras de 51 ou 97mm de diâmetro ou placas de petri.

Onde se lê:

9406.00.92	Ex 004 - Construções pré-fabricadas em forma de contêiner, com rodas e suporte para guinchá-lo, apresentando dimensões de comprimento 8.712mm e largura 2.616mm, com altura de 3.797mm(incluindo rodas e ar-condicionado), dotadas de adequações estruturais interiores e instalações necessárias e reconhecíveis como destinadas à utilização como laboratório móvel para ensaios de filtros de ar conforme normas da ABNT NBR16101/2012 e ABNT NBR ISO29463-1/2014, contendo 4 canais de ensaio com rodas, com paredes e tetos pré-fabricados em chapas de aço, com piso podendo ser executado com chapas de compensado naval ou em chapas de alumínio xadrez, fixadas sobre a estrutura da base e protegido contra absorção de umidade por toda a sua extensão, sendo revestido na parte superior, com sistema de condicionamento de ar, contendo máquinas de ar-condicionado, controladores com sensores para controle de temperatura e umidade, sistema de iluminação e distribuição de energia elétrica além dos produtos inerentes à montagem, tais como rebites, parafusos, vedação das juntas, cabos, eletrodutos, conexões e chaves elétrica.

Leia-se:

9406.00.92	Ex 004 - Construções pré-fabricadas em forma de contêiner, com rodas e suporte para guinchá-lo, apresentando dimensões de comprimento **8.715mm** e largura 2.616mm, com altura de 3.797mm(incluindo rodas e ar-condicionado), dotadas de adequações estruturais interiores e instalações necessárias e reconhecíveis como destinadas à utilização como laboratório móvel para ensaios de filtros de ar conforme normas da ABNT NBR16101/2012 e ABNT NBR ISO29463-1/2014, contendo 4 canais de ensaio com rodas, com paredes e tetos pré-fabricados em chapas de aço, com piso podendo ser executado com chapas de compensado naval ou em chapas de alumínio xadrez, fixadas sobre a estrutura da base e protegido contra absorção de umidade por toda a sua extensão, sendo revestido na parte superior, com sistema de condicionamento de ar, contend o máquinas de ar-condicionado, controladores com sensores para controle de temperatura e umidade, sistema de iluminação e distribuição de energia elétrica além dos produtos inerentes à montagem, tais como rebites, parafusos, vedação das juntas, cabos, eletrodutos, conexões e chaves elétrica.

Onde se lê:

8438.10.00	Ex 110 - Combinações de máquinas automáticas e contínuas para produção de biscoitos recheados com capacidade máxima igual ou superior a 1.400kg/h e depositados de duas cores com capacidade máxima igual ou superior a 850kg/h, com largura útil de 1.5000mm e capacidade maior ou igual a 350.000 biscoitos recheados ou capacidade maior ou igual a 79.000 biscoitos depositados de duas cores, com controlador lógico programado (CLP) com capacidade máxima de 30kg/m2, compostas de: alimentadores de massas de duas cores, com tombadores, alimentação com rolos tipo estrela, transportador com detector de metais, com descarga de massa contaminada; esfarelador de massa; pingadeira de dois cabeçotes; área de cocção de 51 metros de comprimento, dividido em 3 tipos de aquecimento, direto, indireto e convecção, com recuperação de energia de até 20% e revestimento interno com tratamento em "alludip" (alumínio - silício), transporte por esteira metálica com lavagem por jato de água, grupo de preaquecimento do ar carburante para queimadores das 3 zonas; ponte de entrega dos biscoitos (take-off); área de resfriamento com transportadores de lona inclusive em curva de 90°.

Leia-se:

8438.10.00	Ex 110 - Combinações de máquinas automáticas e contínuas para produção de biscoitos recheados com capacidade máxima igual ou superior a 1.400kg/h e depositados de duas cores com capacidade máxima igual ou superior a 850kg/h, com largura útil de **1.500**mm e capacidade maior ou igual a 350.000 biscoitos recheados ou capacidade maior ou igual a 79.000 biscoitos depositados de duas cores, com controlador lógico programado (CLP) com capacidade máxima de 30kg/m2, compostas de: alimentadores de massas de duas cores, com tombadores, alimentação com rolos tipo estrela, transportador com detector de metais, com descarga de massa contaminada; esfarelador de massa; pingadeira de dois cabeçotes; área de cocção de 51 metros de comprimento, dividido em 3 tipos de aquecimento, direto, indireto e convecção, com recuperação de energia de até 20% e revestimento interno com tratamento em "alludip" (alumínio - silício), transporte por esteira metálica com lavagem por jato de água, grupo de preaquecimento do ar **comburente** para queimadores das 3 zonas; ponte de entrega dos biscoitos (take-off); área de resfriamento com transportadores de lona inclusive em curva de 90°.

Onde se lê:

8438.10.00	Ex 111 - Combinações de máquinas automáticas e contínuas para produção de biscoitos estampados com capacidade máxima de 3.000kg/h, com largura útil de 1.500mm e capacidade maior ou igual a 560.000 biscoitos estampados de 5,3g/h, com controlador lógico programado (CLP), com capacidade máxima de 30kg/m2, compostas de: alimentador de massa, com tombador, alimentação com rolos tipo estrela, transportador com detector de metais, dispositivo de descarga de massa contaminada; formador com quatro cilindros; dois laminadores calibradores, com cilindros de diâmetro de 320mm; um laminador de acabamento, com cilindros de diâmetro de 400mm; grupo rotoestampador com dois cilindros de diâmetros 270/300mm; área de cocção de 90 metros de comprimento, dividido em 3 tipos de aquecimento, direto, indireto e convecção, com recuperação de energia de até 20% e revestimento interno com tratamento em "alludip" (alumínio - silício), transporte por esteira metálica com lavagem por jato de água, grupo de preaquecimento do ar carburante para queimadores das 3 zonas ponte de entrega dos biscoitos (take off); área de resfriamento com transportadores de lona; dois tambores de tombamento com 800mm de diâmetro e organizador de biscoitos (penny stacker).

Leia-se:

8438.10.00	Ex 111 - Combinações de máquinas automáticas e contínuas para produção de biscoitos estampados com capacidade máxima de 3.000kg/h, com largura útil de 1.500mm e capacidade maior ou igual a 560.000 biscoitos estampados de 5,3g/h, com controlador lógico programado (CLP), com capacidade máxima de 30kg/m2, compostas de: alimentador de massa, com tombador, alimentação com rolos tipo estrela, transportador com detector de metais, dispositivo de descarga de massa contaminada; formador com quatro cilindros; dois laminadores calibradores, com cilindros de diâmetro de 320mm; um laminador de acabamento, com cilindros de diâmetro de 400mm; grupo rotoestampador com dois cilindros de diâmetros 270/300mm; área de cocção de 90 metros de comprimento, dividido em 3 tipos de aquecimento, direto, indireto e convecção, com recuperação de energia de até 20% e revestimento interno com tratamento em "alludip" (alumínio - silício), transporte por esteira metálica com lavagem por jato de água, grupo de preaquecimento do ar **comburente** para queimadores das 3 zonas ponte de entrega dos biscoitos (take off); área de resfriamento com transportadores de lona; dois tambores de tombamento com 800mm de diâmetro e organizador de biscoitos (penny stacker).

Onde se lê:

8428.39.90	Ex 108 - Transportadores para movimentação e estocagem de pisos e revestimentos cerâmicos em linha de produção de revestimentos cerâmicos com dimensão máxima nominal dos revestimentos igual a 1.200 x 1.200mm, com boxes de rolos, unidades de carregamento e descarregamento de grades metálicas por meio de movimentação vertical, mesas a rolos, transportadores e correias, linha de interligação a correias e quadros elétricos de comando e acionamento.

Leia-se:

8428.39.90	Ex 108 - Transportadores para movimentação e estocagem de pisos e revestimentos cerâmicos em linha de produção de revestimentos cerâmicos com dimensão máxima nominal dos revestimentos igual a 1.200**mm** x 1.200mm, com boxes de rolos, unidades de carregamento e descarregamento de grades metálicas por meio de movimentação vertical, mesas a rolos, transportadores **de** correias, linha de interligação a correias e quadros elétricos de comando e acionamento.

Onde se lê:

8431.43.90	Ex 005 - Camisas estabilizadoras, superiores ou inferiores, de carboneto de tungstênio, com diâmetro máximo externo de 171/2 polegadas, para sistema de direcionamento de broca na perfuração de poços de petróleo e gás.

Leia-se:

8431.43.90	Ex 005 - Camisas estabilizadoras, superiores ou inferiores, de carboneto de tungstênio, com diâmetro máximo externo de **$17^{1/2}$** polegadas, para sistema de direcionamento de broca na perfuração de poços de petróleo e gás.

No Art. 5º;

Onde se lê:

O Ex-tarifário nº 050 da NCM 8441.80.00, constante da Resolução CAMEX nº 20 de 13 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Leia-se:

O Ex-tarifário nº 050 da NCM 8441.80.00, constante da Resolução CAMEX nº 20 de 13 de março de **2014**, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de **2014**, passa a vigorar com a seguinte redação:

No Art. 13;

Onde se lê:

8486.40.00	Ex 002 - Máquinas modulares para personalização de dados variáveis em tarja magnética, alto relevo ou termografia e gravação de dados variáveis no chip de cartões bancários, podendo ser por contato ou sem contato a gravação das informações do chip, com opção de composição de até 28 módulos de personalização, onde cada um tem uma função específica: controladora do sistema (Controller), entrada de cartões (Input hopper), gravação de tarja magnética (Magnetic stripe), limpeza de cartões (Cleaning), gravação elétrica do chip ou contactless (Smart card), gravação termográfica (ultragrafix Back e front), impressão de fotos (color print), aplicação de película de proteção (overlay), gravação em alto relevo na frente (embosser), gravação tipográfica no verso (infillerocr), entintamento de alto relevo frontal (topper), aplicação de etiquetas de desbloqueio (ultralabel), saída de cartões (output stacker), fixação da fita dupla face do cartão (sticker), fixação do cartão no formulário (card aff i x e r) , armazenamento de formulários impressos (form buffer), impressão de berço (printer), dispositivo de dobra do formulário (form stacker), esteira de transporte de formulário (hc stacker), com capacidade de personalização de 1.800cartões/h.

Leia-se:

8486.40.00	Ex 002 - Máquinas modulares para personalização de dados variáveis em tarja magnética, alto relevo ou termografia e gravação de dados variáveis no chip de cartões bancários, podendo ser por contato ou sem contato a gravação das informações do chip, com opção de composição de até 28 módulos de personalização, onde cada um tem uma função específica: controladora do sistema (Controller), entrada de cartões (Input hopper), gravação de tarja magnética (Magnetic stripe), limpeza de cartões (Cleaning), gravação elétrica do chip ou contactless (Smart card), gravação termográfica (ultragrafix Back e front), impressão de fotos (color print), aplicação de película de proteção (overlay), gravação em alto relevo na frente (embosser), gravação tipográfica no verso (infillerocr), entintamento de alto relevo frontal (topper), aplicação de etiquetas de desbloqueio (ultralabel), saída de cartões (output stacker), fixação da fita dupla face do cartão (sticker), fixação do cartão no formulário **(card affixer)**, armazenamento de formulários impressos (form buffer), impressão de berço (printer), dispositivo de dobra do formulário (form stacker), esteira de transporte de formulário (hc stacker), com capacidade de personalização de 1.800cartões/h.

Na Resolução nº 67, de 14 de agosto de 2014, publicada no DOU de 15 subsequente, Seção 1, página 11, **onde se lê**:

Art. 2º Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo.

Leia-se:

Art. 2º Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 262, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto 5.741, de 30 de março de 2006, alterado pelo Decreto 7.216, de 17 de junho de 2010, e a Instrução Normativa n° 36, de 20 de julho de 2011, e o que consta no Processo nº 21050.001198/2010-11, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a equivalência do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal da Prefeitura Municipal de Chapecó/SC, para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Art. 2° Determinar ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA a inserção, no cadastro geral, do nome do Município mencionado no art. 1° desta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RODRIGO JOSÉ PEREIRA LEITE FIGUEIREDO

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 162, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 933, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, e observado, no que couber, o contido na Instrução Normativa nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Incluir nos Zoneamentos Agrícolas para a cultura de milho, ano safra 2013/2014, nos Estados do Acre, Bahia, do Distrito Federal, dos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, aprovados, respectivamente, pelas portarias de nºs 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119 e 120, de 22 de julho de 2014, publicadas no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2014, as cultivares de milho conforme abaixo especificado:

UF	CULTIVARES
AC	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H
BA	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
DF	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
ES	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
GO	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456He P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
MA	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H
MG	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
MS	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
MT	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
PA	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H
PI	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H
PR	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
RJ	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
RO	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
SC	GRUPO II MONSATO: LG 6050PRO2
SP	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H MONSATO: LG 6050PRO2
TO	GRUPO II DU PONT DO BRASIL S/A : P3456H e P3779H

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SENERI KERNBEIS PALUDO

PORTARIA Nº 163, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 933, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, e observado, no que couber, o contido na Instrução Normativa nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Incluir nos Zoneamentos Agrícolas para a cultura de soja, ano safra 2013/2014, nos Estados do Acre, Bahia, no Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, aprovados, respectivamente, pelas portarias de nºs 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135 e 136, de 22 de julho de 2014, publicadas no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2014, as cultivares de soja conforme abaixo especificado:

UF	CULTIVARES
AC	MACRORREGIÃO 4 GRUPO I BAYER S/A: ST 780 RR GRUPO II COODETEC : CD 2792RR GRUPO III BAYER S/A: ST 900 RR
BA	MACRORREGIÃO 4 GRUPO I BAYER S/A: ST 780 RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA828, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 GRUPO II BAYER S/A: ST 815 RR e ST 820 RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 UNISOJA S/A/FUNDAÇÃO MT / TMG: TMG4182 GRUPO III BAYER S/A: ST 870 e ST 900 RR
DF	MACRORREGIÃO 3 GRUPO I BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 GRUPO II BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818, IGRA828
GO	MACRORREGIÃO 3 GRUPO I BAYER S/A: BS 2640RR, ST 660, ST 700RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 GRUPO I I COODETEC : CD 2792RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 e IGRA828 GRUPO III BAYER S/A: ST 870 MACRORREGIÃO 4 GRUPO I BAYER S/A: ST 700RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA828, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 GRUPO I I COODETEC : CD 2792RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818
MA	MACRORREGIÃO 5 GRUPO I BAYER S/A: ST 780 RR, ST 815 RR, ST 820 RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA818, IGRA828, IGRA845TR e RA524 GRUPO II BAYER S/A: ST 870
MG	MACRORREGIÃO 3 GRUPO I BAYER S/A: BS 2640RR, ST 700RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 GRUPO II BAYER S/A: W 811 RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 e IGRA828 COODETEC : CD 2792RR
MS	MACRORREGIÃO 2 GRUPO I BAYER S/A: BS 1568RR, BS 2601RR, BS 2640RR, FPS Paranapanema RR, FPS Solimões RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628 e RA524 COODETEC : CD 202IPRO, CD 2631AP GRUPO II BR GENÉTICA LTDA.: IGRA828 e RA 728 SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN13670 IPRO GRUPO II I BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 MACRORREGIÃO 3 GRUPO I BAYER S/A: BS 2640RR, ST 660 BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 GRUPO II COODETEC : CD 2792RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 e IGRA828
MT	MACRORREGIÃO 4 GRUPO I BAYER S/A: BS 4774C, ST 660, ST 700RR, ST 760, ST 780 RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA828, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 GRUPO II BAYER S/A: ST 820 RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 COODETEC : CD 2792RR GRUPO III BAYER S/A: ST 870

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PI	MACRORREGIÃO 5 GRUPO I BAYER S/A: ST 780 RR, ST 820 RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA818, IGRA828, IGRA845TR e RA524 GRUPO II BAYER S/A: ST 870
PR	MACRORREGIÃO 1 GRUPO I BAYER S/A: AMS Tibagi RR, BS 1485RR, BS 1542RR, BS 1568RR, BS 2578RR, BS 2601RR, CD 2588RR, FPS Iguaçu RR, FPS Paranapanema RR e FPS Solimões RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA545TR, IGRA645TR, RA 516 e RA 518 COODETEC : CD 2631AP MONSOY: AS 3570IPRO GRUPO II BAYER S/A: BS 2640RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 COODETEC : CD 202IPRO GRUPO II I BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818, IGRA828 MACRORREGIÃO 2 GRUPO I BAYER S/A: AMS Tibagi RR, BS 1485RR, BS 1542RR, BS 1568RR, BS 2578RR, BS 2601RR, BS 2640RR, CD 2588RR, FPS Iguaçu RR, FPS Paranapanema RR e FPS Solimões RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628 e RA524 COODETEC : CD 202IPRO e CD 2631AP GRUPO II COODETEC : CD 2681AP BR GENÉTICA LTDA.: IGRA828 e RA 728 GRUPO II I BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 MACRORREGIÃO 4
RO	GRUPO I BAYER S/A: ST 780RR GRUPO II COODETEC : CD 2792RR UNISOJA S/A/FUNDAÇÃO MT / TMG: TMG132RR e TMG4182
RS	MACRORREGIÃO 1 GRUPO I BAYER S/A: AMS Tibagi RR, BS 1485RR, BS 1542RR, BS 1568RR, BS 2578RR, BS 2601RR, CD 2588RR, FPS Iguaçu RR, FPS Paranapanema RR e FPS Solimões RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA545TR, IGRA645TR, RA 516 e RA 518 COODETEC : CD 2631AP MONSOY: AS 3570IPRO GRUPO II BAYER S/A: BS 2640RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 COODETEC : CD 2021IPRO e CD 2681AP GRUPO II I BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 e IGRA828
SC	MACRORREGIÃO 1 GRUPO I BAYER S/A: AMS Tibagi RR, BS 1485RR, BS 1542RR, BS 1568RR, BS 2578RR, BS 2601RR, CD 2588RR, FPS Iguaçu RR, FPS Paranapanema RR e FPS Solimões RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA545TR, IGRA645TR, RA 516 e RA 518 CO-ODETEC : CD 2631AP MONSOY: AS 3570IPRO GRUPO II BAYER S/A: BS 2640RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 COODETEC : CD 2021IPRO e CD 2681AP GRUPO II I BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818, IGRA828
SP	MACRORREGIÃO 1 GRUPO I BAYER S/A: AMS Tibagi RR, BS 1485RR, BS 1542RR, BS 1568RR, BS 2578RR, BS 2601RR, CD 2588RR, FPS Iguaçu RR, FPS ParanapanemaRR e FPS Solimões RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA545TR, IGRA645TR, RA 516 e RA 518 COODETEC : CD 2631AP MONSOY: AS 3570IPRO GRUPO II BAYER S/A: BS 2640RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 COODETEC : CD 2021IPRO e CD 2681AP GRUPO II I BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 e IGRA828 SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN13670 IPRO MACRORREGIÃO 2 GRUPO I BAYER S/A: BS 1485RR, BS 1542RR, BS 1568RR, BS 2578RR, BS 2601RR, BS 2640RR, CD 2588RR e FPS Paranapanema RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628 e RA524 COODETEC : CD 2021IPRO, CD 2631AP SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN1059 RR, SYN1363 RR e SYN1365 RR GRUPO II BR GENÉTICA LTDA.: IGRA828 e RA 728 COODETEC : CD 2681AP GRUPO II I BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 MACRORREGIÃO 3 GRUPO I BAYER S/A: BS 2640RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA818, IGRA828, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 GRUPO II BR GENÉTICA LTDA.: IGRA828, IGRA828
TO	MACRORREGIÃO 4 GRUPO I BAYER S/A: ST 780 RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA828, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 GRUPO II BAYER S/A: ST 815 RR e ST 820 RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA818 GRUPO III BAYER S/A: ST 870 MACRORREGIÃO 5 GRUPO I BAYER S/A: ST 780 RR, ST 815 RR e ST 820 RR BR GENÉTICA LTDA.: IGRA510, IGRA526, IGRA545TR, IGRA645TR, IGRA745TR, IGRA747, IGRA818, IGRA828, IGRA845TR, RA 516, RA 518, RA 626, RA 628, RA 728 e RA524 GRUPO II BAYER S/A: ST 870

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SENERI KERNBEIS PALUDO

PORTARIA Nº 164, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 933, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, e observado, no que couber, o contido na Instrução Normativa nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Incluir nos Zoneamentos Agrícolas para a cultura de sorgo, ano safra 2013/2014, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e São Paulo, aprovados, respectivamente, pelas portarias de nºs 141, 145 e 146, de 22 de julho de 2014, publicadas no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2014, as cultivares de sorgo conforme abaixo especificado:

UF	CULTIVARES
MG	GRUPO II AGROMEN SEMENTES : AGROMEN 40P50 e AGROMEN 40P84
RS	GRUPO II AGROMEN SEMENTES : AGROMEN 40P50 e AGROMEN 40P84
SP	GRUPO II AGROMEN SEMENTES : AGROMEN 40P50 e AGROMEN 40P84

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SENERI KERNBEIS PALUDO

PORTARIA Nº 165, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 933, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, e observado, no que couber, o contido na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, resolve:

Art. 1º Incluir os municípios de Morro do Chapéu, Mucugê e Rio de Contas, no item 5 da portaria nº 330, de 29 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de setembro de 2010, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de uva no Estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SENERI KERNBEIS PALUDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA

MACHADO DE ASSIS

Patrono da Imprensa Nacional



Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 846, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Retifica o nome do representante da contraparte brasileira e altera a equipe de trabalho inserida na Portaria MCTI n° 848, de 05 de setembro de 2013, que autorizou o projeto de pesquisa científica intitulado "Experimento Aéreo Intensivo na Amazônia - IARA (do inglês, 'Intensive Airborne Experiment in Amazônia')", Processo CNPq nº 001262/2012-2.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e a Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a inclusão dos pesquisadores estrangeiros abaixo relacionados no projeto de pesquisa científica intitulado "Experimento Aéreo Intensivo na Amazônia - IARA (do inglês, 'Intensive Airborne Experiment in Amazônia')", Processo nº 001262/2012-2, autorizado pela Portaria MCTI n° 848, de 05 de setembro de 2013, que vem sendo implementado nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e partes dos estados de Roraima, Mato Grosso, Pará e Amapá pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), representado pela Dra. THELMA KRUG, contraparte brasileira, em parceria com o Dr. BEAT SCHMID, contraparte estrangeira, natural dos EUA, representante do Pacific Northwest National Laboratory (PNNL).

Pesquisador	Nacionalidade	Instituição
Michael Lee Crocker	Norte-americana	COMPA Industries
Luis Molina Carpio	Costa-riquenha	Université de Versailles - Laboratoire de Sciences du Climat et de l'Environnement
Allen Benson Cordle	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)

§ 1º. A inclusão prevista neste artigo considerará o prazo de vigência de dois anos da Portaria MCTI n° 848, de 05 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 2013, válida até 06 de setembro de 2015.

§ 2º. Da equipe de pesquisadores estrangeiros vinculada ao primeiro período de atividades do projeto serão excluídos os seguintes pesquisadores estrangeiros:

Pesquisador	Nacionalidade	Instituição
Eugene Henry Dukes	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Celine Delphine Valerie Kluzek	Francesa	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Edward William Svancara	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Cheng Song	Chinesa	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)

Art. 2º. O art. 1º da Portaria MCTI n° 848, de 05 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica autorizada a representante da contraparte brasileira, Dra. Thelma Krug, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, a realizar, pelo prazo de dois anos, contados a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, coleta de dados atmosféricos, na forma de medidas de gases, de partículas de aerossóis e de parâmetros meteorológicos, no âmbito do projeto de pesquisa científica intitulado Experimento Aéreo Intensivo na Amazônia - IARA (do inglês, 'Intensive Airborne Experiment in Amazônia'), Processo CNPq nº 001262/2012-2, em cooperação com o Dr. Beat Schmid, contraparte estrangeira, natural dos Estados Unidos da América, representante do Pacific Northwest National Laboratory (PNNL), EUA.

§ 1º. O projeto a que se refere o caput compreende a participação da seguinte equipe de pesquisadores estrangeiros em trabalhos de campo:

Equipe Estrangeira	Nacionalidade	Instituição
Stephen Retterer Springston	Norte-americana	Brookhaven National Laboratory (BNL)
Jian Wang	Chinesa	Brookhaven National Laboratory (BNL)
Chongai Kuang	Norte-americana	Brookhaven National Laboratory (BNL)
Pikridas Michail	Grega	Brookhaven National Laboratory (BNL)
Gunnar Ivar Senum	Norte-americana	Brookhaven National Laboratory (BNL)
Scot Turnbull Martin	Norte-americana	Harvard University
Manvendra Krishna Dubey	Norte-americana	Alamos National Laboratory (LANL)
Caleb Michael Arata	Norte-americana	Alamos National Laboratory (LANL)
Heath Hamilton Powers	Norte-americana	Alamos National Laboratory (LANL)
Allison Carol Aiken	Norte-americana	Alamos National Laboratory (LANL)
Johnathan Dickinson Hone Jr.	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Michael Ryne Hubbell II	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Clayton Wayne Eveland	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Jonathan Scott Ray	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Duli Chand	Indiana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Jennifer Marie Comstock	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
John McBain Hubbe	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Fan Mei	Chinesa	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Danny Alan Nelson	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Mikhail Sergeevich Pekour	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Beat Schmid	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
John Edward Shilling	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Jason Michael Tomlinson	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)
Michael Alan Carrithers	Norte-americana	Stratton Park Engineering Company Inc.(SPEC)
Christoph Andreas Roden	Norte-americana	Stratton Park Engineering Company Inc.(SPEC)
Megan Marie Bela	Norte-americana	University of Colorado (UC)
Georg Alfred Grell	Norte-americana	National Oceanic Atmospheric Administration (NOAA)
Mariusz Pagowski	Norte-americana	National Oceanic Atmospheric Administration (NOAA)
Michael Lee Crocker	Norte-americana	COMPA Industries
Luis Molina Carpio	Costa-riquenha	Université de Versailles - Laboratoire de Sciences du Climat et de l'Environnement
Allen Benson Cordle	Norte-americana	Pacific Northwest National Laboratory (PNNL)

§ 2º. Os sobrevoos em campo abrangem os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e partes dos estados de Roraima, Mato Grosso, Pará e Amapá, nos termos da anuência prévia expedida pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na condição de Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional - CDN, conforme Ato nº 87, de 15 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2013, Seção 1, pág. 25.

§ 3º. O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas."

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Parecer nº 172/2014, publicado no Diário Oficial da União nº 156, de 15 de agosto de 2014, Seção 1, pág. 63, onde se lê: Nome da Instituição:********; leia-se: Nome da Instituição: Universidade de Sorocaba - UNISO.

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

DECISÃO Nº 1/2014

Processo nº 01580.028748/2013-89

EMENTA: I - Viacom Networks Brasil Programação Televisiva e Publicidade Ltda., representante legal no Brasil dos canais de programação MTV e MTV HD. Solicitação de dispensa do cumprimento das obrigações de veiculação mínima de conteúdo audiovisual brasileiro de espaço qualificado no horário nobre dos canais MTV e MTV HD, tal como dispõem o art. 16, da Lei nº 12.485/2011, e o art. 23, da Instrução Normativa nº 100/2012, da Ancine.

II - Fundamento Legal: Lei nº 12.485/2011, IN nº 100/2012 e Portaria nº 306 de 21/12/2012.

III - O pleito da requerente não pode ser atendido, tendo em vista (i) o seu porte econômico, considerando-se as suas relações de vínculo, associação, coligação ou controle, bem como o número de assinantes dos seus canais de programação; (ii) o seu tempo de atuação no mercado audiovisual brasileiro; (iii) o perfil da programação dos canais em questão; e (iv) a hipótese de transferência das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros para outros canais da própria programadora. Ademais, há de se levar em consideração o largo intervalo temporal entre a promulgação da Lei nº 12.485/2011 e o início efetivo da obrigação de veiculação de programação audiovisual de conteúdo brasileiro, bem como a necessidade de tratamento isonômico entre os agentes de mercado.

IV - Pedido indeferido.

V - Efeito suspensivo concedido. Este se estenderá do dia em que a obrigação da cota de programação brasileira se tornou exigível (30/05/2012) até 02 (dois) meses após a publicação desta decisão, em razão do seu porte econômico e do seu número de assinantes.

ALEX PATEZ GALVÃO
Superintendente

DECISÃO Nº 2/2014

Processo nº 01580.033427/2012-15

EMENTA: I - A. Telecom S.A., Comercial Cabo TV São Paulo S.A., TVA Sul Paraná S.A., e Telefônica Sistema de Televisão S.A. (VIVO TV). Solicitação de dispensa (i) do cumprimento das obrigações de veiculação mínima de um canal brasileiro de espaço qualificado em cada três canais de espaço qualificado existentes no pacote, tal como dispõem os arts. 17, da Lei nº 12.485/2011, e 28, da Instrução Normativa nº 100/2012, da Ancine; e do (ii) cumprimento das obrigações de veiculação de um canal adicional de programação que possua, majoritariamente, conteúdos jornalísticos no horário nobre, gerados por programadora brasileira, no mesmo pacote ou na modalidade avulsa de programação, sempre que o pacote ofertado já incluir um canal com essas mesmas características, tal como dispõem o art. 18, da Lei nº 12.485/2011, e o art. 28, V e VI, da Instrução Normativa nº 100/2012, da Ancine.

II - Fundamento Legal: Lei nº 12.485/2011, IN nº 100/2012 e Portaria nº 306 de 21/12/2012.

III - O pleito da requerente deve ser atendido devido à verificação de dificuldades técnicas ao cumprimento das cotas, restritas a uma parcela pouco expressiva dos seus assinantes.

IV - Pedido deferido. Concedida dispensa das obrigações de que tratam estes autos para (i) os pacotes oferecidos por meio da tecnologia cabo (i.i) nas cidades de São Paulo e Curitiba: até 31/03/2013, em tecnologia digital, e até 15/04/2013, em tecnologia analógica; (i.ii) nas cidades de Florianópolis e Foz do Iguaçu: até 31/03/2013; (ii) os pacotes oferecidos por radiofrequência - MMDS (ii.i) na cidade do Rio de Janeiro: até 01/03/2013; (ii.ii) nas cidades de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre: até 26/04/2013; e (iii) os pacotes oferecidos via satélite - DTH - (iii.i) para todo o território nacional: até 31/03/2013.

ALEX PATEZ GALVÃO
Superintendente

DECISÃO Nº 3/2014

Processo nº 01580.033426/2012-71

EMENTA: I - TNL PSC S.A. (Oi TV). Solicitação de dispensa do cumprimento das obrigações de veiculação mínima de um canal brasileiro de espaço qualificado em cada três canais de espaço qualificado existentes no mesmo pacote, tal como dispõem o art. 17, da Lei nº 12.485/2011, e o art. 28, da Instrução Normativa nº 100/2012, da Ancine.

II - Fundamento Legal: Lei nº 12.485/2011, IN nº 100/2012 e Portaria nº 306 de 21/12/2012.

III - O pleito da requerente não pode ser atendido, tendo em vista (i) o seu porte econômico, considerando-se as suas relações de vínculo, associação, coligação, ou controle, bem como o número de assinantes dos seus pacotes; (ii) o seu tempo de atuação no mercado audiovisual brasileiro; e (iii) a verificação da viabilidade técnica ao cumprimento das obrigações. Ademais, há de se levar em consideração o largo intervalo temporal entre a promulgação da Lei nº 12.485/2011 e o início efetivo da obrigação de veiculação de canais de conteúdo audiovisual brasileiro, bem como a necessidade de tratamento isonômico entre os agentes de mercado.

IV - Pedido indeferido.

V - Efeito suspensivo concedido. Este se estenderá do dia em que a obrigação da cota de canal brasileiro de programação se tornou exigível (01/11/2012) até o dia 01/10/2013, quando a requerente estimou que estaria cumprindo as obrigações de que tratam estes autos.

ALEX PATEZ GALVÃO
Superintendente

DECISÃO Nº 4/2014

Processo nº 01580.033432/2012-28

EMENTA: I - CTBC Celular S.A. Solicitação de dispensa do cumprimento das obrigações de veiculação mínima de um canal brasileiro de espaço qualificado em cada três canais de espaço qualificado existentes no mesmo pacote, tal como dispõem o art. 17, da Lei nº 12.485/2011, e o art. 28, da Instrução Normativa nº 100/2012, da Ancine.

II - Fundamento Legal: Lei nº 12.485/2011, IN nº 100/2012 e Portaria nº 306 de 21/12/2012.

III - O pleito da requerente não pode ser atendido, tendo em vista: (i) o seu porte econômico, considerando-se as suas relações de vínculo, associação, coligação, ou controle, bem como o número de assinantes dos seus pacotes; (ii) o seu tempo de atuação no mercado audiovisual brasileiro; (iii) a verificação da viabilidade técnica ao cumprimento das obrigações; (iv) a disponibilidade de canais brasileiros de espaço qualificado em número suficiente ao cumprimento das cotas; (v) a legalidade da obrigação, considerando-se a sua proporcionalidade; e (Vi) a disponibilidade de espaço satelital ao cumprimento da obrigação de cotas, tendo em vista o seu caráter proporcional, e não quantitativo. Ademais, há de se levar em consideração o largo intervalo temporal entre a promulgação da Lei nº 12.485/2011 e o início efetivo da obrigação de veiculação de canais de conteúdo audiovisual brasileiro, bem como a necessidade de tratamento isonômico entre os agentes de mercado.

IV - Pedido indeferido.

V - Efeito suspensivo concedido. Este se estenderá do dia em que a obrigação da cota de canal brasileiro de programação se tornou exigível (01/11/2012) até 02 (dois) meses após a publicação desta decisão, em razão do seu porte econômico (de grande empresa, segundo padrão estabelecido pelo BNDES) e do seu número de assinantes (104.937, à época da representação).

ALEX PATEZ GALVÃO
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO Nº 5/2014

Processo nº 01580.033430/2012-39

EMENTA: I - DTH Family Telecomunicações Ltda. Solicitação de dispensa do cumprimento das obrigações de veiculação mínima de um canal brasileiro de espaço qualificado em cada três canais de espaço qualificado existentes no mesmo pacote, tal como dispõem o art. 17, da Lei nº 12.485/2011, e o art. 28, da Instrução Normativa nº 100/2012, da Ancine.

II - Fundamento Legal: Lei nº 12.485/2011, IN nº 100/2012 e Portaria nº 306 de 21/12/2012.

III - O pleito da requerente não pode ser atendido, tendo em vista: (i) a disponibilidade de canais brasileiros de espaço qualificado em número suficiente ao cumprimento das cotas; (ii) a legalidade da obrigação, considerando-se a sua proporcionalidade; e (iii) a disponibilidade de espaço satelital ao cumprimento da obrigação de cotas, tendo em vista o seu caráter proporcional, e não quantitativo. Ademais, há de se levar em consideração a necessidade de tratamento isonômico entre os agentes de mercado.

IV - Pedido indeferido.

V - Efeito suspensivo concedido. Este se estenderá do dia em que a obrigação da cota de canal brasileiro de programação se tornou exigível (01/11/2012) até 04 (quatro) meses após a publicação desta decisão, em razão do seu porte econômico (de pequena empresa entrante) e do seu número de assinantes (1.155, em abril de 2013).

ALEX PATEZ GALVÃO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de agosto de 2014

Nº 109 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da formalização de contratos de coprodução no termo do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0037 - Deus Não Erra
Processo: 01580.035455/2012-77
Proponente: Black Maria Filme Vídeo Digital Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.478.079/0001-23
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.626.909,03 para R$ 3.499.403,43
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 819.191,98 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.226.371,60 para R$ 769.996,74
Banco: 001- agência: 4055-X conta corrente: 11.276-3
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 400.000,00 para R$ 1.748.061,24
Banco: 001- agência: 4055-X conta corrente: 11.278-X
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da formalização de contratos de coprodução no termo do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 e através do Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINE, nos termos do art. 41 da MP 2.228-1/01.

09-0504 - Um Homem Só
Processo: 01580.047613/2009-36
Proponente: Giros Interativa Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.661.796/0001-84
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 4.088.521,73 para R$ 4.087.377,57
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 524.423,57 para R$ 512.982,00
Banco: 001- agência: 3516-5 conta corrente: 19.045-4
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 750.000,00
Banco: 001- agência: 3516-5 conta corrente: 23.779-5
Valor aprovado no artigo 41 da MP nº. 2.228-1/01: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3516-5 conta corrente: 24.251-9
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 3º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0550 - Estúpido Cupido
Processo: 01580.035189/2012-82
Proponente: Raccord Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 72.062.029/0001-09
Valor total aprovado: de R$ 5.000.000,00 para R$ 4.944.000,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 20.245-2
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 446.800,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 20.248-7
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 20.247-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.

12-0260 - O Juízo Final
Processo: 01580.019489/2012-14
Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento 3º Milênio Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: R$ 10.100.000,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 8.810-2
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 295.000,00 para R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 8.812-9
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 2.295.000,00
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 8.811-0
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 4º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0352 - São Sebastião do Rio de Janeiro - A Formação de uma Cidade
Processo: 01580.033531/2010-48
Proponente: Bang Bang Filmes Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.230.968/0001-77
Valor total do orçamento aprovado: R$ 2.398.938,91
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 715.000,00 para R$ 523.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 17.708-3
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 785.000,00 para R$ 977.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 17.709-1
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 5º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º, 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0435 - Lino
Processo: 01580.040998/2010-44
Proponente: Start Desenhos Animados Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 60.915.899/0001-02
Valor total do orçamento aprovado: R$ 8.406.299,93
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 1.368.389,30
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 19.804-8
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.225.914,32 para R$ 2.100.000,00
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 19.806-4
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.515.000,00
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 19.805-6
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 485.000,00
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 19.807-2
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 6º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

08-0104 - Mãos de Cavalo
Processo: 01580.010577/2008-74
Proponente: M. Schmiedt Produções Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 86.777.331/0001-58
Valor total do orçamento aprovado: R$ 3.720.997,27
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 204.497,27 para R$ 124.497,27
Banco: 001- agência: 2817-7 conta corrente: 25.826-1
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.600.000,00 para R$ 1.180.000,00
Banco: 001- agência: 2817-7 conta corrente: 25.828-8
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 100.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 100.000,00 para R$ 700.000,00
Banco: 001- agência: 2817-7 conta corrente: 32.978-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 7º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 110 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0304 - Finalização e Comercialização do Filme Amaração
Processo: 01580.057657/2014-31
Proponente: Um Por Todos Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.305.731/0001-04
Valor total aprovado: R$ 762.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 712.000,00
Banco: 001- agência: 0646-7 conta corrente: 37.212-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.
14-0305 - N Histórias de Nair
Processo: 01580.050204/2014-84
Proponente: Viatv Comunicação e Cultura Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 66.174.244/0001-07
Valor total aprovado: R$ 1.184.599,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 2801-0 conta corrente: 81.561-6
Prazo de captação: até 31/12/2016.
14-0308 - Expedição Athenas To Rio de Janeiro - Olympia
Processo: 01580.029192/2014-29
Proponente: Aventuras, Produções e Edições Educativas Ltda.
Cidade/UF: Joanópolis / SP
CNPJ: 01.287.908/0001-90
Valor total aprovado: R$ 3.970.252,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.750.252,00
Banco: 001- agência: 2218-7 conta corrente: 13.548-8
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos arts. 1º-A, 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0306 - Inesquecíveis
Processo: 01580.057409/2014-91
Proponente: Filmes Mais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.435.290/0001-94
Valor total aprovado: R$ 7.589.676,72
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 3347-2 conta corrente: 06.024-0
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3347-2 conta corrente: 06.023-2
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001- agência: 3347-2 conta corrente: 06.025-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos arts. 1º-A e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0307 - Intolerância.Doc
Processo: 01580.057415/2014-48
Proponente: Modo Operante Produções Culturais Ltda. -ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 06.992.833/0001-62
Valor total aprovado: R$ 959.730,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 311.743,50
Banco: 001- agência: 3071-6 conta corrente: 17.166-2
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001- agência: 3071-6 conta corrente: 17.167-0
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

RETIFICAÇÕES

Na Decisão Executiva nº 43, de 10 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 11 de julho de 2014, pág. 5, Seção 1:

Onde se lê:

Seleção do Programa de Residência de Tradutores Estrangeiros no Brasil

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Tradutor(a) Erez Volk, País/Idioma, Israel / Hebraico; Obra/Autor, "Grande Sertão Veredas"/ Guimarães Rosa; Pontuação, 9,8; Valor da bolsa, R$ 11.500.

Leia-se:

Seleção do Programa de Residência de Tradutores Estrangeiros no Brasil

1. Tradutor(a) Kriton Iliopoulos, País/Idioma, Grécia / Grego; Obra/Autor, "Os Bruzundangas"/ Lima Barreto; Pontuação, 8,8; Valor da bolsa, R$ 9.000.

Onde se lê:

Seleção do Programa de Residência de Tradutores Estrangeiros no Brasil

5. Tradutor(a) Nikolaos Pratsins, País/Idioma, Grécia / Grego; Obra/Autor, "Helena"/ Machado de Assis; Pontuação, 9,1; Valor da bolsa, R$ 10.000.

Leia-se:

Seleção do Programa de Residência de Tradutores Estrangeiros no Brasil

5. Tradutor(a) Barbara Belloc, País/Idioma, Argentina / Espanhol; Obra/Autor, "Argumentação contra a morte da arte", "Cultura posta em questão (seleção de ensaios) / Ferreira Gullar; Pontuação, 8,8; Valor da bolsa, R$ 8.000.

Na Decisão Executiva nº 47, de 30 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 31 de julho de 2014, págs. 8 e 9, Seção 1:

Onde se lê:

Seleção do Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior:

1. Editora A1 Verlag, Autora Vanessa Bárbara, País Alemanha, Pontuação total 14, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.440,00.

Leia-se:

Seleção do Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior

1. (...) Festival Flipside, Autora Tatiana Salem, País Reino Unido, Pontuação total 14, Bolsa Aprovada no valor de US$ 1.500,00.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 43, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I -Expedir PERMISSÃO sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I desta Portaria.

II -Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II a esta Portaria.

III -Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

IV -Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

V -Os Relatórios e quaisquer outros materiais provenientes das pesquisas abaixo relacionadas ficam obrigados a inserir a logomarca do Iphan, conforme Marca e Manual de Aplicação disponível no endereço eletrônico www.iphan.gov.br.

VI -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01-Processo n.º 01421.000049/2014-88
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do Loteamento Santo Amaro
Arqueólogo Coordenador: Manoel Gustavo Souto Maior de Lima
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 01 (um) mês
02-Processo n.º 01506.003912/2014-19
Projeto: Diagnóstico, Prospecções Interventivas e Educação Patrimonial para a Implantação do Aterro Sanitário Municipal de Itapeva
Arqueólogo Coordenador: Silvio Alberto Camargo Araújo
Apoio Institucional: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva
Área de Abrangência: Município de Itapeva, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03-Processo n.º 01506.004040/2014-14
Projeto: Diagnóstico Arqueológico, Prospecções e Educação Patrimonial do Sistema de Distribuição de Gás Natural Leme
Arqueóloga Coordenadora: Elaine Cristina Carvalho da Silva
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar
Área de Abrangência: Municípios de Araras e Leme, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
04-Processo n.º 01506.004167/2014-25
Projeto: Diagnóstico Arqueológico, Prospecções Intensivas e Ações Monitoramento na Cidade Matarazzo - Antigo Hospital Matarazzo
Arqueóloga Coordenadora: Elaine Cristina Carvalho da Silva
Apoio Institucional: Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria Municipal de Cultura - Departamento do Patrimônio Histórico
Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
05-Processo nº. 01506.003761/2014-07
Projeto: Prospecção e Gestão do Patrimônio Arqueológico do Projeto de Duplicação da Rodovia Eng. João Tosello (SP-147) - Trecho 01: km 64+800 ao 85+700 e Trecho 02: km 88+700 a 104+600
Arqueólogo Coordenador: Plácido Cali
Apoio Institucional: Fundação Cultural Benedicto Siqueira e Silva
Área de Abrangência: Municípios de Mogi Mirim, Conchal, Engenheiro Coelho e Limeira, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
06-Processo n.º 01506.004044/2014-94
Projeto: Prospecção e Educação Patrimonial Loteamento Industrial Solaris
Arqueólogos Coordenadores: Daisy de Morais e José Luiz de Morais
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - Prefeitura do Município de Iepê
Área de Abrangência: Município de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
07-Processo n.º 01506.004120/2014-61
Projeto: Diagnóstico Interventivo e Educação Patrimonial das Obras de Implantação da Barragem de Canguera
Arqueólogo Coordenador: Manoel Mateus Bueno Gonzalez
Apoio Institucional: Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas - Núcleo de Pesquisa e Estudo em Chondrichthyes - NUPEC/CERPA
Área de Abrangência: Município de São Roque, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
08-Processo n.º 01506.004100/2014-91
Projeto: Resgate e Ações de Monitoramento Arqueológico para a Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural para a Implantação do Contorno Sul da Rodovia Nova Tamoios
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de São Sebastião - Fundação Cultural São Sebastião
Área de Abrangência: Municípios de Caraguatatuba e São Sebastião, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 08 (seis) meses
09-Processo n.º 01424.000179/2014-91
Projeto: Prospecção Arqueológica na área de implantação do Residencial Granja São Jorge
Arqueólogos Coordenadores: João Darcy de Moura Saldanha e Mariana Petry Cabral
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA
Área de Abrangência: Município de Macapá, Estado do Amapá
Prazo de validade: 06 (seis) meses
10-Processo n.º 01508.000491/2014-54
Projeto: Prospecção Arqueológica Intensiva do Loteamento Shopping de Guarapuava
Arqueólogo Coordenador: Maurício Elvis Schneider
Apoio Institucional: Museu Histórico Celso Formighieri Sperança, Secretaria de Municipal de Cultura de Cascavel, Paraná
Área de Abrangência: Município de Guarapuava, Estado do Paraná
Prazo de validade: 02 (dois) meses
11-Processo n.º 01512.002470/2014-12
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Sistemática Interventiva para a Implantação da Linha de Transmissão 138 KV Ramal Santa Maria III e Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Sistemática Interventiva para a Ampliação da Subestação Santa Maria III
Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - Universidade do Extremo Sul Catarinense - IPAT/UNESC
Área de Abrangência: Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
12-Processo n.º 01512.002118/2012-15
Projeto: Prospecção Arqueológica Pré-histórica na Área de Implantação da PCH Paloma
Arqueóloga Coordenadora: Deisi Scunderlick Eloy de Farias
Apoio Institucional: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - Universidade de Santa Cruz do Sul - CEPA/UNISC
Área de Abrangência: Município de Barra do Rio Azul, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses
13- Processo nº 01512.000232/2007-35
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Programa de Educação Patrimonial na Área de Influência da PCH Santa Carolina
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Apoio Institucional: Museu Municipal Irmã Celina Schardong, Prefeitura Municipal de Gaurama
Área de Abrangência: Municípios de André da Rocha e Muitos Capões, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de validade: 06 (seis) meses
14-Processo n.º 01512.003911/2013-12
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Empreendimento de Habitação Multifamiliar
Arqueóloga Coordenadora: Kelli Bisonhim
Apoio Institucional: Museu de Ciências e Tecnologia - PUC/RS
Área de Abrangência: Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 01 (um) mês
15-Processo n.º 01512.003254/2009-19
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo Referente à Área de Implantação do Condomínio Parque Reserva das Águas
Arqueólogo Coordenador: Danielle Crescenti Dias
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Capitalismo - Universidade Federal do Rio Grande
Área de Abrangência: Município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
16 - Processo n.º 01514.007433/2013-91
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo nas Áreas de Influência do Empreendimento Minerário Mina de Serro
Arqueólogo Coordenador: Elisângela de Morais Silva
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Serro, Estado de Minas Gerais
Prazo de validade: 02 (dois) meses
17- Processo n.º 01514.001516/2014-58
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Empreendimento de Mineração de Calcário e Britagem na Fazenda Granja América
Arqueólogo Coordenador: Diógenes Rodrigues Costa
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
18-Processo n.º 01514.007432/2013-47
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área do Empreendimento Minerário Mina de João Monlevade
Arqueóloga Coordenadora: Elisângela de Morais Silva
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Municípios de João de Monlevade e Bela Vista de Minas, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

ANEXO II

01-Processo n.º 01492.000338/2014-43
Projeto: Oca Gurupá - Origens, Cultura e Ambiente
Arqueólogo Coordenador: Helena Pinto Lima, Anna Thedeschi Browne Ribeiro e Morgan Jason Schmidt
Apoio Institucional: Museu Paraense Emílio Goeldi
Área de Abrangência: Município de Gurupá, Estado do Pará
Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 532, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 426 de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
146965 - 1° Festival de Teatro de Rua de Foz do Iguaçu ? Ano 2014
Associação Cultural Articuladores da Cultura e Festival Cultural de Teatro de Rua de Foz do Iguaçu
CNPJ/CPF: 19.776.794/0001-08
Processo: 01400025402201481
Cidade: Foz do Iguaçu - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 942.348,18
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 13/12/2014
Resumo do Projeto: 1° Festival de Teatro de Rua de Foz do Iguaçu ? Ano 2014, de 20 a 29 de agosto de 2014. O Festival oferece ao público a maior diversidade possível de linguagens teatrais de rua através de sua programação que inclui espetáculos nacionais em uma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cidade fronteiriça. Neste primeiro ano serão:25 grupos realizando 73 apresentações em diversos parques, praças e ruas da cidade, além de realização de um seminário, dois workshops e uma oficina de teatro.
147617 - 1º Weihnachtenplatz - Natal na Praça de Pomerode
Patrício Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 78.519.931/0001-98
Processo: 01400036743201481
Cidade: Indaial - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 1.624.950,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Evento Natalino a ser realizado no período de 06 de dezembro de 2014 a 03 de janeiro de 2015, na cidade de Pomerode\SC, com exposições artísticas diversas e aproximadamente 30 atividades culturais em praça pública, sendo: 10 apresentações musicais clássica e/ou erudita, 10 apresentações de corais regionais, 4 encenações teatrais da Lenda do Pelznickel e 6 encenações teatrais do Auto de Natal .
140081 - A vida é sonho
Fábrica de Eventos Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 02.381.362/0001-03
Processo: 01400000086201434
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 690.810,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Apresentamos o projeto de montagem de ?A vida é sonho?, de Pedro Calderón delaBarca, pela Cia OmondÉ. Este projeto contempla 3 meses de ensaio e 2 meses de temporada, totalizando 32 apresentações no Rio de Janeiro. A direção será de Inez Viana e no elenco os atores da cia: Leonardo Bricio, Debora Lamm, Jefferson Schroeder, Juliane Bodini, Junior Dantas, Iano Salomão, Luis Antonio Fortes, Ricardo Souzedo, Zé Wendell e 1 ator convidado. Pedro Calderón de la Barca escreveu A Vida é Sonho em 1635. O texto foi escolhido, por ser atemporal e por tratar de questões fundamentais aos seres humanos como o livre arbítrio e a tomada de consciência do nosso papel no mundo.
140600 - BENT
Schfiguer Produções Artisticas Ltda
CNPJ/CPF: 07.913.459/0001-25
Processo: 01400000609201442
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 916.800,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realização de produção, montagem e temporada do espetáculo teatral Bent, de Martin Sherman, com direção de Caco Ciocler, no elenco protagonista Kito Junqueira, Leonardo Miggiorin, Walter Breda, Ando Camargo, Daniel Infantini, Luiz Felipe Bianchini e Ricardo Grasson. Serão 26 apresentações, com previssão de estréia no 2º semestre de 2014, em São Paulo - SP.
140113 - Mostra Cultural 30ª Oktoberfest de Santa Cruz do Sul
Associação de Entidades Empresariais de Santa Cruz do Sul
CNPJ/CPF: 02.590.977/0001-31
Processo: 01400000118201400
Cidade: Santa Cruz do Sul - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 770.834,40
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Uma grande celebração em homenagem à cultura germânica. Assim será a Oktoberfest de Santa Cruz do Sul, que chega ao seu Jubileu de Pérola consolidada como a terceira maior festa germânica do mundo. Com o tema "Celebrando uma herança cultural", a Festa da Alegria acontece de 08 a 19 de outubro, com destaque para as músicas e danças, artes plásticas, gastronomia e no idioma.
145701 - Transfiguração do Mito: da Commedia Dell Arte à Cultura Popular Brasileira
Grupo Teatral Moitará
CNPJ/CPF: 00.508.165/0001-79
Processo: 01400023661201477
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 411.311,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Produzir e apresentar um espetáculo inédito do Grupo Moitará, juntamente a Enrico Bonavera como co-diretor e Donato Sartori, como criador das máscaras. Temporada prevista para os meses de fevereiro, março e abril de 2015. Além da montagem do espetáculo, serão realizadas duas oficinas destinadas a atores e estudantes de artes cênicas: Commedia dell'arte com Enrico Bonavera; e Linguagem da Máscara Teatral com o Grupo Moitará
147524 - Ultimos Dias de Super Herói
Fundação Thiago de Moraes Gonzaga
CNPJ/CPF: 02.403.957/0001-04
Processo: 01400036567201488
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 214.940,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Manutenção e temporada do espetáculo Últimos Dias de Super Herói, com 50 apresentações na cidade de Porto Alegre/RS.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
144655 - CORAL RENOVARTE - NOVOS ARES, A MESMA QUALIDADE.
Associação Coral Usiminas
CNPJ/CPF: 00.080.081/0001-87
Processo: 01400012786201471
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 306.361,10
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto visa captar recursos que possam estruturar o novo Coral com vistas ao aprimoramento da qualidade técnica e vocal dos seus integrantes e, assim, praticar a arte do canto coral com excelência, mostrando ao Brasil e ao mundo a beleza musical sacra, erudita, folclórica, popular e, principalmente, a riquíssima música barroca mineira em reverência aos 200 anos da morte do Mestre Aleijadinho.
140405 - Luiz Marenco - Música instrumental para todos
MORAIS & MORAES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.064.198/0001-16
Processo: 01400000412201411
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 810.835,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar 25 espetáculos de musica instrumental baseado na obra de Luiz Marenco, em 25 cidades diferentes do Estado do Rio Grande do Sul, levando a música, de forma gratuita a lugares não contemplados pelo circuito musical Brasileiro e Regional.
146985 - PROJETO 5ª INSTRUMENTAL
IDAN N. DE A. GOES - ME
CNPJ/CPF: 63.843.015/0001-31
Processo: 01400025422201451
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado R$: R$ 2.134.728,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A Música autônoma, como linguagem artística é própria de uma determinada cultura, e agrega em si, muito do contexto histórico-político e social, na qual está inserida. Ela independe de qualquer outra forma de expressão, o quê não a impede de estabelecer relações com outras formas estéticas e gêneros do saber e fazer cultural. Projeto 5ª INSTRUMENTAL, oportuniza ao artista de mostrar a sonoridade de seu trabalho para pessoas ávidas por consumir esse gênero musical.
147096 - Renato Borghetti - 30 Anos de Gaita Ponto
Oficina Brasil - Marketing, Equipamentos e Promoções
CNPJ/CPF: 08.676.570/0001-08
Processo: 01400025558201461
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 283.206,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Renato Borghetti - 30 Anos de Gaita Ponto consiste na realização de dez shows em oito cidades da região sul do Brasil, com objetivo de comemorar os trinta anos de carreira do músico Renato Borghetti e também promover e divulgar os trinta anos do disco "Renato Borghetti - Gaita Ponto", primeiro Disco de Ouro da música instrumental brasileira de toda a história e primeiro disco de carreira do artista.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
140202 - Segredos da Mata Atlântica
Via das Artes Assessoria, Projetos e Marketing Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 06.045.303/0001-07
Processo: 01400000207201448
Cidade: Pirenópolis - GO;
Valor Aprovado R$: R$ 594.122,10
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto pretende divulgar o patrimônio natural e a paisagem cultural brasileira através de uma exposição itinerante em locais de grande circulação de público e da publicação de um livro catálogo. A exposição será composta por quatro produtos audiovisuais temáticos e dezesseis fotografias. O livro catálogo conterá imagens relativas à Mata Atlântica tiradas por pessoas que vivem dentro da mata e, portanto, possuem um contato íntimo com os segredos da floresta.
142251 - Sem cara, sem cor.
Bruna de Lima Duarte
CNPJ/CPF: 369.264.658-51
Processo: 01400004560201405
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 60.450,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto trata-se de uma série fotográfica para ser exposta, e explora a completa contradição no consciente coletivo sobre os moradores de rua de São Paulo.. Dez moradores de rua diferentes terão seus retratos tirados da forma como vivem, onde se encontram, e posteriormente serão retratados em um local associado à classe média paulistana, após passarem por uma transformação estética onde receberão corte de cabelo, banho, e roupas novas.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
140019 - ARTÉRIA - ARTE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA
Museo Museologia e Museografia Ltda.
CNPJ/CPF: 08.044.866/0001-06
Processo: 01400000024201422
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 343.244,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto propõe o lançamento da Coleção Artéria ? Arte contemporânea brasileira, com edição de livros sobre Abraham Palatnik e Angelo Venosa. A Coleção Artéria ? Arte contemporânea brasileira consiste em um conjunto de livros monográficos sobre artistas nacionais em atividade, cuja obra é apresentada de modo multiplataforma, a fim de atingir um público mais amplo. A coleção é integrada a um site, fazendo com que seu conteúdo circule por diversos suportes.
147831 - O caso dos dez brigadeiros
Sandro Marques
CNPJ/CPF: 137.258.608-31
Processo: 01400036986201410
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 223.597,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte, com poesias voltadas ao público infantil. A edição trará receitas criadas e executadas pela chef Roberta Sudbrack, e ilustrações do designer Carlos Bêla. A edição será bilingue.
147466 - Pelos Caminhos do ABC
EGBERTO RIBEIRO DE SOUZA
CNPJ/CPF: 122.159.108-87
Processo: 01400026154201495
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 277.860,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Livro que traçará a historia da região do ABC, composta pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, famoso polo industrial chamado também de grande São Paulo. O livro contextualizará a história oficial das cidades, seus personagens, fatos e suas influências, objetivando um resgate cultural e memorial da importância da região. A base de dados pesquisada para a publicação culminará em um aplicativo, que funcionará como um guia cultural de bolso.
148347 - TOQUINHO - 50 ANOS DE CARREIRA
Gilberto Martins
CNPJ/CPF: 738.416.848-15
Processo: 01400040943201439
Cidade: São José dos Campos - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 319.220,00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Essa obra registrará os 50 anos de carreira de Toquinho destacando a arte e a poesia existentes em suas melodias e composições apresentado toda a criatividade das parcerias com Paulinho Nogueira, Chico Buarque, Vinicius de Morais e Mutinho através de um livro de arte de alta qualidade gráfica que será distribuído gratuitamente com o objetivo de preservar a memória cultural e musical do nosso país.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
147479 - Eduardo Araújo - Turnê 50 Anos de Carreira
ShowSete Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 10.234.180/0001-20
Processo: 01400026174201466
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 478568.00
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Pretende a circulação de pelo menos 4 apresentações musicais do cantor e compositor Eduardo Araújo pelo Estado de São Paulo, em comemoração aos seus 50 anos de carreira. A Turnê se iniciará na cidade de Jaguariúna e passará por outras cidades, que assim como todos os estabelecimentos, serão definidas posteriormente. Ao todo, o projeto deve durar 4 meses e compreende ainda a finalização de um DVD recém-gravado ao vivo em Novembro de 2013.
147577 - VIRADA CULTURAL BELÉM 2014
Antonio Pedro Martins Vianna Neto
CNPJ/CPF: 574.768.452-34
Processo: 01400036637201406
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado R$: 491774.80
Prazo de Captação: 18/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A Virada Cultural Belém 2014 será um festival de artes integradas com duração de 24 horas, que oferecerá atrações culturais gratuitas para pessoas de todas as faixas etárias e classes sociais, dando visibilidade para a produção artística local e nacional através de apresentações musicais, workshops, rodas de conversas, espetáculos teatrais, exibições de filmes, intervenções urbanas, roteiros turísticos, e visitações gratuitas a museus e galerias.

PORTARIA Nº 533, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
10 12243 - Restauração do Conjunto Arquitetônico Rua do Resende 128 Rio de Janeiro - RJ
FUNDAÇÃO ARY FRAUZINO PARA PESQUISA E CONTROLE DO CÂNCER
CNPJ/CPF: 40.226.946/0001-95
RJ - Rio de Janeiro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Valor Complementar em R$: 3.679.163,97
ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 7293 - Memórias olímpicas por atletas olímpicos brasileiros
MP Brasil Projetos e Eventos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 03.985.762/0001-82
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 247.750,00

ANEXO II

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
12 5723 - CCBB Educativo, São Paulo - 2014
Sapoti Projetos Culturais S/S Ltda
CNPJ/CPF: 05.039.840/0001-81
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 828.420,00

PORTARIA Nº 534, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
11 13106 - Restauro do Órgão da Igreja Santa Cecília
Maria Eugênia Malagodi - Eventos
CNPJ/CPF: 05.857.866/0001-37
SP - São Paulo
Período de captação: 15/08/2014 a 31/12/2014
05 3033 - Preservação e Difusão do Acervo Histórico-Cultural da Sociedade de Ginástica Porto Alegre, 1867
Fundação SOGIPA de Comunicações
CNPJ/CPF: 92.247.097/0001-50
RS - Porto Alegre
Período de captação: 15/08/2014 a 22/08/2014

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 2.038/MD, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Institui, no âmbito do Ministério da Defesa, a Comissão Permanente de Ensino de Defesa (COPEDE), e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso XI, do Anexo I ao Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério da Defesa, a Comissão Permanente de Ensino de Defesa (COPEDE).

Art. 2º A COPEDE é uma instância colegiada vinculada à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, instituída com a finalidade de assessorar o Ministro de Estado da Defesa, por intermédio do Secretário-Geral:

I - na formulação, na implementação e na atualização contínua da Política de Ensino de Defesa (PEnsD);

II - na promoção e no estímulo à pesquisa, discussão e interação com o meio acadêmico e com a sociedade nos assuntos de ensino de defesa, como contribuição ao aperfeiçoamento da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa.

Art. 3º A COPEDE será presidida pelo Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD) e dela participarão, como membros natos, o Comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), o Diretor do Departamento de Ensino (DEPENS/SEPESD), o Diretor do Instituto Pandiá Calógeras (IPC) e um Assessor da Secretaria-Geral, que será o Secretário-Executivo da Comissão.

Art. 4º À COPEDE, no âmbito de suas atribuições, compete:

I - assessorar, por intermédio do Secretário-Geral, o Ministro de Estado da Defesa em todos os assuntos relativos à PEnsD;

II - assessorar o Secretário-Geral no planejamento e na alocação dos recursos orçamentários e daqueles oriundos de outras fontes e destinados ao ensino de defesa;

III - promover, no âmbito do Ministério da Defesa, a convergência das ações realizadas na área de ensino de defesa, particularmente as conduzidas pela SEPESD, pela ESG e pelo IPC, respeitadas as competências de cada setor.

Art. 5º Ao Secretário-Executivo da COPEDE compete assessorar o seu Presidente nas ações da Comissão e na execução dos trabalhos necessários ao seu funcionamento.

Art. 6º A COPEDE reunir-se-á ordinariamente, conforme calendário aprovado por seu Presidente, e extraordinariamente, por convocação dessa autoridade.

§ 1º É obrigatória a presença da maioria dos membros para que a COPEDE possa deliberar.

§ 2º No impedimento do Presidente, o Comandante da Escola Superior de Guerra presidirá os trabalhos da COPEDE.

§ 3º As deliberações da COPEDE comportam análises, estudos, pareceres e recomendações e serão submetidas à apreciação do Secretário-Geral do Ministério da Defesa.

Art. 7º A COPEDE poderá, a critério de seu Presidente, convidar especialistas e dirigentes de outros órgãos para participar de suas reuniões.

Art. 8º A participação nos trabalhos da COPEDE não ensejará remuneração de qualquer espécie.

Art. 9º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria Normativa serão submetidos à apreciação do Secretário-Geral do Ministério da Defesa.

Art. 10. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO AMORIM

PORTARIA NORMATIVA Nº 2.039/MD, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação de suprimento de fundos no âmbito do Ministério da Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto nos arts. 45 a 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Fica aprovada, nos termos do Anexo desta Portaria Normativa, a concessão de suprimento de fundos, no âmbito do Ministério da Defesa.

Art. 2º A atualização dos termos da presente Portaria Normativa será apresentada pelo Secretário-Geral por proposta do Secretário de Organização Institucional.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Normativa nº 1.403/MD, de 26 de outubro de 2007.

CELSO AMORIM

ANEXO

CAPÍTULO I
DA CONCESSÃO

Art. 1º A concessão de suprimento de fundos, que somente ocorrerá para a realização de despesas de caráter excepcional, conforme disciplinado pelos arts. 45 a 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, fica limitada a:

I - cinco por cento do valor estabelecido na alínea "a" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para execução de obras e serviços de engenharia; e

II - cinco por cento do valor estabelecido na alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, para outros serviços e compras em geral.

§ 1º Excepcionalmente, a critério do Ministro de Estado da Defesa ou dos Comandantes das Forças Armadas, desde que caracterizada a necessidade em despacho fundamentado, poderá ser concedido suprimento de fundos em valores superiores ao fixado nos incisos deste artigo.

§ 2º Nas hipóteses em que houver necessidade da concessão de suprimento de fundos, no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa, em valores superiores aos fixados nos incisos deste artigo, serão autorizadas pelo Ministro de Estado de Defesa ou pelo Secretário-Geral, mediante delegação de competência.

§ 3º Em virtude da concessão de suprimento de fundos ser realizada por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), os percentuais estabelecidos nos incisos I e II deste artigo ficam elevados para dez por cento.

Art. 2º O suprimento de fundos, sempre precedido de empenho, será utilizado para o pagamento dos seguintes tipos de despesas:

I - eventuais, inclusive em viagem e com serviços especiais que exijam pronto pagamento em espécie;

II - de pequeno vulto, nos termos do art. 3º desta Portaria Normativa;

III - relativas a peculiaridades militares e serviços de inteligência, podendo ser enquadrados inclusive:

a) manutenção de aditâncias e representação no exterior;

b) manobras militares;

c) manutenção de organizações militares que não disponham de estrutura de gestão de execução orçamentária e financeira;

d) apoio na realização de congressos e reuniões militares com a participação de delegações estrangeiras ou externas à estrutura do Ministério da Defesa, excluídas as despesas relativas a hospedagem e alimentação dos delegados brasileiros, quando forem cobertas por diárias ou custeadas pela União, sob quaisquer formas;

e) transporte de pessoal e bagagem de militares, na situação prevista no art. 53 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002;

f) apoio a missões no exterior, inclusive de natureza desportiva;

g) outras situações especiais que, comprovadamente, exijam pronto pagamento em espécie;

IV - de caráter sigiloso, em conformidade com o disposto na Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005;

V - relativas a hospedagem, alimentação e locomoção do Ministro de Estado da Defesa e dos Comandantes das Forças Armadas, assim como dos integrantes das respectivas comitivas oficiais, quando essas despesas não forem cobertas por diárias ou não forem custeadas pela União, sob quaisquer formas.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a concessão para a aquisição de material de consumo ou a contratação de serviço fica condicionada à:

I - inexistência temporária ou eventual, no almoxarifado, no depósito ou na farmácia, do material ou medicamento;

II - impossibilidade, inconveniência ou inadequação econômica de estocagem do material;

III - inexistência de cobertura contratual.

Art. 3º Fica estabelecido o percentual de vinte e cinco centésimos por cento dos valores constantes da alínea "a" dos incisos I e II do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, como limite máximo de cada despesa de pequeno vulto para a execução de obras e serviços de engenharia e para outros serviços e compras em geral, respectivamente.

§ 1º É vedado o fracionamento de despesa ou do documento comprobatório para adequação ao limite fixado neste artigo.

§ 2º Em casos excepcionais e devidamente justificados, o dirigente da organização poderá autorizar a aquisição, por suprimento de fundos, de material permanente de pequeno vulto.

§ 3º O percentual estabelecido no caput deste artigo fica alterado para um por cento quando a concessão do suprimento de fundos adotar a sistemática do CPGF.

Art. 4º Ressalvadas as situações previstas no inciso III do caput do art. 2º desta Portaria Normativa, é vedada a concessão de suprimento de fundos para:

I - aquisição de material permanente ou outra mutação patrimonial classificada como despesa de capital;

II - aquisição de bens ou serviços, de maneira que possa caracterizar compra de forma continuada;

III - aquisição de bens ou serviços para os quais existam ou devam existir contratos de fornecimento;

IV - assinatura de livros, revistas, jornais e periódicos.

Art. 5º Não se concederá suprimento de fundos a servidor ou militar:

I - responsável por dois suprimentos;

II - responsável por suprimento de fundos que, esgotado o prazo, não tenha prestado contas de sua aplicação;

III - sem vínculo empregatício com o serviço público ou que não esteja em efetivo exercício;

IV - que esteja respondendo a inquérito administrativo ou tenha sido declarado em alcance;

V - que exerça as funções de ordenador de despesa; ou

VI - que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver no órgão outro servidor ou militar.

Art. 6º Do ato de concessão de suprimento de fundos deverão constar:

I - data da concessão;

II - classificação funcional e natureza de despesa;

III - nome completo, número do CPF, posto ou graduação, cargo ou função e matrícula do suprido;

IV - valor do suprimento de fundos em moeda corrente, em algarismos e por extenso;

V - prazo para aplicação;

VI - prazo para comprovação;

VII - destinação ou objeto da despesa a realizar.

Art. 7º As despesas com suprimento de fundos serão efetivadas por meio do CPGF.

§ 1º No caso da concessão de suprimento de fundos em moeda estrangeira, o pagamento deverá ser efetuado por intermédio de Ordem Bancária de Câmbio (OBK).

§ 2º No caso de haver restituição de saldo não aplicado em moeda estrangeira, essa restituição deverá ser realizada na moeda da concessão.

§ 3º É vedada a utilização do CPGF na modalidade saque, exceto no tocante a despesas:

I - para atender a peculiaridades militares e de inteligência, estabelecidas em Portaria Normativa aprovada pelo Ministro de Estado da Defesa, sendo vedada sua delegação de competência;

II - decorrentes de situações específicas, autorizadas em Portaria pelo Ministro de Estado da Defesa, nunca superior a trinta por cento do total da despesa anual efetuada com suprimento de fundos.

Art. 8º A condição de preposto da autoridade que conceder o suprimento é reconhecida ao suprido, o qual não poderá transferir a outrem a responsabilidade pela aplicação e comprovação do quantitativo recebido, devendo prestar contas no prazo estabelecido no ato de concessão.

Art. 9º A concessão de suprimento de fundos deverá obedecer à classificação da despesa pertinente ao objeto do gasto.

CAPÍTULO II
DA APLICAÇÃO

Art. 10. Não se concederá suprimento de fundos com prazo de aplicação superior a noventa dias, nem para aplicação após o dia 24 de dezembro, nem para aplicação no exercício financeiro subsequente.

§ 1º Em casos excepcionais e devidamente fundamentados, o dirigente da organização poderá conceder suprimento de fundos com prazo superior ao referido neste artigo.

§ 2º A contagem do prazo fixado neste artigo iniciar-se-á na data estabelecida na Portaria de Concessão do Suprimento de Fundos, emitida pelo Ordenador de Despesa.

Art. 11. O suprimento de fundos não poderá ter aplicação diversa daquela especificada no ato de concessão e na nota de empenho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO III

DA COMPROVAÇÃO

Art. 12. A prestação de contas do suprimento deverá ser apresentada nos trinta dias subsequentes ao término do período de aplicação.

§ 1º As importâncias aplicadas até o dia 24 de dezembro deverão ser comprovadas até às doze horas do último dia útil do ano da concessão.

§ 2º No caso de aplicação no exterior, o prazo fixado no caput deste artigo será até às doze horas do último dia útil bancário - expediente ao público - do ano da concessão.

Art. 13. Os comprovantes de despesas realizadas não poderão conter rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas e serão emitidos por quem prestou o serviço ou forneceu o material em nome da unidade gestora, deles constando, necessariamente:

I - discriminação clara do objeto, não se admitindo generalização ou abreviaturas que impossibilitem a identificação das despesas efetivamente realizadas;

II - certificação de que os serviços foram prestados e/ou que o material foi recebido, emitida por quem os tenha solicitado ou recebido, com data e assinatura, seguidas do nome e cargo ou função;

III - data da emissão.

Parágrafo único. Será exigida documentação fiscal para os pagamentos com suprimento de fundos quando a operação estiver sujeita a tributação.

Art. 14. O total dos gastos realizados mediante suprimento de fundos não poderá ultrapassar o quantitativo recebido.

Art. 15. Os saldos não aplicados no exercício constituem anulação de despesa e serão recolhidos na Conta Única do Tesouro Nacional, mediante depósito no Banco do Brasil, por intermédio de Guia de Recolhimento da União.

Parágrafo único. Quando forem recolhidos no exercício seguinte, não constituirão receita orçamentária.

Art. 16. O processo de comprovação de despesas à conta de suprimento de fundos será constituído dos seguintes documentos:

I - nota de empenho da despesa;

II - cópia do documento hábil Suprimento de Fundos (SF), emitido no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI);

III - extrato bancário do CPGF;

IV - primeira via dos comprovantes de despesas realizadas, a saber:

a) nota fiscal de venda de bens ou de prestação de serviços;

b) recibo de pagamento a autônomo, no qual constem, além da assinatura, os números do CPF e do RG e o endereço;

c) guia de recolhimento da previdência social, para comprovar o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no inciso III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

d) relação de despesas sem comprovantes, quando for o caso;

e) comprovante de pagamento emitido pela operadora do cartão, quando for o caso;

V - demonstrativo de receita e despesa;

VI - comprovante de recolhimento do saldo, se for o caso.

§ 1º Os comprovantes de despesas especificados no inciso IV deste artigo só serão aceitos se emitidos dentro do prazo de aplicação definido no ato de concessão.

§ 2º O processo de comprovação deverá ter suas folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo agente suprido.

Art. 17. O acompanhamento e a fiscalização do cumprimento da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos deverão ser realizados pela própria unidade administrativa concedente, sem prejuízo das avaliações a cargo do órgão e das unidades setoriais de controle interno do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Art. 18. A prestação de contas de aplicação de suprimento de fundos deverá ser protocolizada de forma a permitir o controle e a observância do prazo de comprovação.

Art. 19. A autoridade concedente deverá, expressamente, no prazo de trinta dias, a contar da data de comprovação, aprovar as contas prestadas pelo suprido ou impugná-las, determinando a apuração de responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis, sem prejuízo do julgamento pelo Tribunal de Contas da União.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Se o agente responsável por suprimento de fundos não prestar contas de sua aplicação no prazo fixado ou se o Ordenador de Despesas impugnar as contas prestadas deverá este, imediatamente, adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Art. 21. A concessão, a aplicação e a comprovação de suprimento de fundos por meio do CPGF obedecerão ao disposto no Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, disciplinado pela Portaria/MP nº 41, de 4 de março de 2005.

Art. 22. Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica poderão baixar normas internas complementares e específicas.

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS DE PRATICAGEM

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Errata sobre a Consulta Pública nº 3 - Minuta de Tabelas de Preços Máximos por Manobra dos Serviços de Praticagem.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS DE PRATICAGEM - CNAP, instituída pelo Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º Tornar público errata sobre a Consulta Pública nº 3 - Minuta de Tabelas de Preços Máximos por Manobra dos Serviços de Praticagem nas Zonas de Praticagem 4, 5, 9, 15, 17 e 21, publicada no DOU nº 148, de 5 agosto de 2014, Seção 1, página 10, nos termos do Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS

ANEXO

No cálculo da EIR para a ZP15 no grupo Apoio Terra, o Custo Unitário dos itens Combustível, Manutenção, IPVA e demais Impostos e Taxas, erroneamente repetem os valores dos três primeiros itens do grupo Apoio Marítimo. Publica-se aqui a correção dos referidos valores, ressalvando que essas correções não acarretam modificações nos valores totais.

Na página 42, onde se lê a Tabela 10:

APOIO TERRA						
Apoio Terra	Qtd	UN de medida	Custo Unitário Anual (R$)	Custo Total Anual (R$)	Base de Cálculo	Memória
Combustível	1,52	S/U	1.882.335,00	2.861.149,20	Proporção manobras respeito ZP 16=1,52; Valor estimado para ZP 16=R$ 1.882.335,00	[proporção de manobras respeito ZP16]*[Valor estimado para ZP 16]
IPVA e demais impostos e taxas	1,52	S/U	229.840,00	349.356,80	Proporção manobras respeito ZP 16=1,52; Valor estimado para ZP 16 =R$ 229.840,00	[proporção de manobras respeito ZP16]*[Valor estimado para ZP 16]
Manutenção	1,52	S/U	88.400,00	134.368,00	Proporção manobras respeito ZP 16=1,52; Valor estimado para ZP 16 = R$ 88.400,00	[proporção de manobras respeito ZP16]*[Valor estimado para ZP 16]

Considerar:

APOIO TERRA						
Apoio Terra	Qtd	UN de medida	Custo Unitário Anual (R$)	Custo Total Anual (R$)	Base de Cálculo	Memória
Combustível	1,52	S/U	40.680,50	61.834,36	Proporção de manobras relativamente à ZP 16=1,52; custo para ZP 16=R$ 40.680,50	[proporção de manobras respeito ZP16]*[Valor estimado para ZP 16]
IPVA e demais impostos e taxas	1,52	S/U	4.500,00	6.840,00	Proporção de manobras relativamente à ZP 16=1,52; custo para ZP 16= R$ 4.500,00	[proporção de manobras respeito ZP16]*[Valor estimado para ZP 16]
Manutenção	1,52	S/U	2.490,00	3.784,80	Proporção de manobras relativamente à ZP 16=1,52; custo para ZP 16= R$ 2.490,00	[proporção de manobras respeito ZP16]*[Valor estimado para ZP 16]

Publica-se aqui a correção do Preço Médio de Referência antes da aplicação dos Fatores A, B e W*, para as ZPs 15 e 17, ressalvando que essas correções não acarretam modificações nos valores totais.

Na página 61, onde se lê a Tabela 17:

Dados	Inputs					
	ZP 4	ZP 5	ZP 9	ZP 15	ZP 17	ZP 21
Preço Médio de Referência para a ZP antes da aplicação dos Fatores A, B e W*	6.505,07	4.558,81	6.440,05	3.596,29	5.154,68	5.535,77

Considerar:

Dados	Inputs					
	ZP 4	ZP 5	ZP 9	ZP 15	ZP 17	ZP 21
Preço Médio de Referência para a ZP antes da aplicação dos Fatores A, B e W*	6.505,07	4.558,81	6.440,05	5.154,68	4.991,89	5.535,77

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS
SEÇÃO DO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO

BOLETIM DO MÊS DE JULHO DE 2014

FORAM REGISTRADOS NO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO (REB) OS ATOS ABAIXO:
I - PRÉ-REGISTRO NO REB:
01) Termo de Pré-Registro: 31558
Identificação do Casco: C-387
Proprietário/ Armador: Starnav Serviços Marítimos Ltda
02) Termo de Pré-Registro: 31559
Identificação do Casco: 222/ EDL XXXIII
Proprietário/ Armador: E. D. LOPES & CIA LTDA
03) Termo de Pré-Registro: 31560
Identificação do Casco: 219/ EDL XXX
Proprietário/ Armador: E. D. LOPES & CIA LTDA
04) Termo de Pré-Registro: 31561
Identificação do Casco: 22/ EDL XXXII
Proprietário/ Armador: E. D. LOPES & CIA LTDA
05) Termo de Pré-Registro: 31562
Data do Registro: 07/07/2014
Proprietário/ Armador: E. D. LOPES & CIA LTDA
06) Termo de Pré-Registro: 31563
Identificação do Casco: 176/ BERTOLINI F-11
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
07) Termo de Pré-Registro: 31564
Identificação do Casco: 177/ BERTOLINI F-12
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
08) Termo de Pré-Registro: 31565
Identificação do Casco: 178/ BERTOLINI F-13
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
09) Termo de Pré-Registro: 31566
Identificação do Casco: 030/ PERNAMBUCO
Proprietário/ Armador: Navemazônia Navegação Ltda
10) Termo de Pré-Registro: 31567
Identificação do Casco: 029/ PARAÍBA
Proprietário/ Armador: Navemazônia Navegação Ltda
11) Termo de Pré-Registro: 31568
Identificação do Casco: 028/ MARANHÃO
Proprietário/ Armador: Navemazônia Navegação Ltda
12) Termo de Pré-Registro: 31569
Identificação do Casco: 646/ ISABELE XXXVI
Proprietário/ Armador: Chibatão - Navegação e Comércio Ltda
13) Termo de Pré-Registro: 31570
Identificação do Casco: 645/ ISABELE XXXV
Proprietário/ Armador: Chibatão - Navegação e Comércio Ltda
14) Termo de Pré-Registro: 31571
Identificação do Casco: 2169/ AMAZONGÁS XVIII
Proprietário/ Armador: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda
15) Termo de Pré-Registro: 31572
Identificação do Casco: 2170/ AMAZONGÁS XX
Proprietário/ Armador: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda
16) Termo de Pré-Registro: 31573
Identificação do Casco: 123/ BERTOLINI CCLXXXVII
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
17) Termo de Pré-Registro: 31574
Identificação do Casco: 124/ BERTOLINI CCLXXXIX
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
18) Termo de Pré-Registro: 31575
Identificação do Casco: 125/ BERTOLINI CCXCI
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
19) Termo de Pré-Registro: 31576
Identificação do Casco: 126/ BERTOLINI CCXCIII
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
20) Termo de Pré-Registro: 31577
Identificação do Casco: 127/ BERTOLINI CCXCV
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
21) Termo de Pré-Registro: 31578
Identificação do Casco: 019/ BOA VISTA X
Proprietário/ Armador: Navemazônia Navegação Ltda
22) Termo de Pré-Registro: 31579
Identificação do Casco: NAV-138
Proprietário/ Armador: Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda
23) Termo de Pré-Registro: 31580
Identificação do Casco: 2034
Proprietário/ Armador: Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda
24) Termo de Pré-Registro: 31581
Identificação do Casco: 2035
Proprietário/ Armador: Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda
25) Termo de Pré-Registro: 31582
Identificação do Casco: NAV-141
Proprietário/ Armador: Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda
26) Termo de Pré-Registro: 31583
Identificação do Casco: 2042
Proprietário/ Armador: Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda
27) Termo de Pré-Registro: 31584
Identificação do Casco: 469/ ISABELE XXXIV
Proprietário/ Armador: Chibatão - Navegação e Comércio Ltda
28) Termo de Pré-Registro: 31585
Identificação do Casco: 468/ ISABELE XXXIII
Proprietário/ Armador: Chibatão - Navegação e Comércio Ltda
29) Termo de Pré-Registro: 31586
Identificação do Casco: 461/ VDA XIII
Proprietário/ Armador: Navegação Cunha Ltda
30) Termo de Pré-Registro: 31587
Identificação do Casco: 462/ VDA XIV
Proprietário/ Armador: Navegação Cunha Ltda
AVERBAÇÕES DE PRÉ-REGISTRO NO REB:
01) Termo de Pré-Registro: 30704
Identificação do Casco: ETP-022/ SIEM MARAGOGI
Proprietário/ Armador: Siem Offshore do Brasil S/A
02) Termo de Pré-Registro: 30705
Identificação do Casco: ETP-023/ SIEM MARATAÍZES
Proprietário/ Armador: Siem Offshore do Brasil S/A
03) Termo de Pré-Registro: 30906
Identificação do Casco: 18/ NAVEMAR XVIII
Proprietário/ Armador: Navemar Transportes e Comércio Marítimo Ltda
04) Termo de Pré-Registro: 30907
Identificação do Casco: 19/ NAVEMAR XIX
Proprietário/ Armador: Navemar Transportes e Comércio Marítimo Ltda
05) Termo de Pré-Registro: 30909
Identificação do Casco: 21/ NAVEMAR XXI
Proprietário/ Armador: Navemar Transportes e Comércio Marítimo Ltda
06) Termo de Pré-Registro: 30400
Identificação do Casco: 051/ AVANTE 2
Proprietário/ Armador: Combitrans Amazonas Ltda
07) Termo de Pré-Registro: 31415
Identificação do Casco: 653/ HT 78
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
08) Termo de Pré-Registro: 31416
Identificação do Casco: 654/ HT 79
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
09) Termo de Pré-Registro: 31417
Identificação do Casco: 655/ HT 80
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
10) Termo de Pré-Registro: 31418
Identificação do Casco: 656/ HT 81
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
11) Termo de Pré-Registro: 31419
Identificação do Casco: 657/ HT 82
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
12) Termo de Pré-Registro: 31420
Identificação do Casco: 658/ HT 83
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
13) Termo de Pré-Registro: 31421
Identificação do Casco: 659/ HT 84
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
14) Termo de Pré-Registro: 31422
Identificação do Casco: 660/ HT 85
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
15) Termo de Pré-Registro: 31423
Identificação do Casco: 661/ HT 86
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
16) Termo de Pré-Registro: 31424
Identificação do Casco: 662/ HT 87
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
17) Termo de Pré-Registro: 31281
Identificação do Casco: CI-154/ JOÃO MALLMANN
Proprietário/ Armador: Navegação Aliança Ltda
18) Termo de Pré-Registro: 31389
Identificação do Casco: 2119/ HT 52
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
19) Termo de Pré-Registro: 31390
Identificação do Casco: 2120/ HT 53
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
20) Termo de Pré-Registro: 31391
Identificação do Casco: 2121/ HT 54
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
21) Termo de Pré-Registro: 31392
Identificação do Casco: 2122/ HT 55
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
22) Termo de Pré-Registro: 31393
Identificação do Casco: 2123/ HT 56
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
23) Termo de Pré-Registro: 31394
Identificação do Casco: 2124/ HT 57
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
24) Termo de Pré-Registro: 31395
Identificação do Casco: 2125/ HT 58
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
25) Termo de Pré-Registro: 31396
Identificação do Casco: 2126/ HT 59
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
26) Termo de Pré-Registro: 31397
Identificação do Casco: 2127/ HT 60
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
27) Termo de Pré-Registro: 31398
Identificação do Casco: 2128/ HT 61
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
28) Termo de Pré-Registro: 30934
Identificação do Casco: ERT-001
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
29) Termo de Pré-Registro: 30935
Identificação do Casco: ERT-002
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
30) Termo de Pré-Registro: 30936
Identificação do Casco: ERT-003
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
31) Termo de Pré-Registro: 30937
Identificação do Casco: ERT-004
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
32) Termo de Pré-Registro: 30938
Identificação do Casco: ERT-005
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
33) Termo de Pré-Registro: 31399
Identificação do Casco: 2129/ HT 62
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
34) Termo de Pré-Registro: 31400
Identificação do Casco: 2130/ HT 63
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
35) Termo de Pré-Registro: 31401
Identificação do Casco: 2131/ HT 64
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
36) Termo de Pré-Registro: 31402
Identificação do Casco: 2132/ HT 65
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
37) Termo de Pré-Registro: 31403
Identificação do Casco: 2133/ HT 66
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
38) Termo de Pré-Registro: 31414
Identificação do Casco: 652/ HT 77
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
39) Termo de Pré-Registro: 31425
Identificação do Casco: 663/ HT 88
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
40) Termo de Pré-Registro: 31426
Identificação do Casco: 664/ HT 89
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
41) Termo de Pré-Registro: 31427
Identificação do Casco: 669/ HT 90
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
42) Termo de Pré-Registro: 31492
Identificação do Casco: 120/ BERTOLINI CCLXXXI
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
43) Termo de Pré-Registro: 31168
Identificação do Casco: SS-005
Proprietário/ Armador: SISTAC - Sistemas de Acesso S/A
44) Termo de Pré-Registro: 31449
Identificação do Casco: WS-165
Proprietário/ Armador: Oceanpact Navegação Ltda
45) Termo de Pré-Registro: 31450
Identificação do Casco: WS-164
Proprietário/ Armador: Oceanpact Navegação Ltda
46) Termo de Pré-Registro: 31092
Identificação do Casco: 032/12
Proprietário/ Armador: Baru Offshore Navegação Ltda
47) Termo de Pré-Registro: 31093
Identificação do Casco: 033/12
Proprietário/ Armador: Baru Offshore Navegação Ltda
48) Termo de Pré-Registro: 31173
Identificação do Casco: 630/ CIDADE OURO PRETO
Proprietário/ Armador: Geonavegação S/A
49) Termo de Pré-Registro: 31430
Identificação do Casco: 16/ CAT BAM I
Proprietário/ Armador: Rodofluvial Banav Ltda
50) Termo de Pré-Registro: 30939
Identificação do Casco: ERT-006
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
51) Termo de Pré-Registro: 30940
Identificação do Casco: ERT-007
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
52) Termo de Pré-Registro: 30941
Identificação do Casco: ERT-008
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
53) Termo de Pré-Registro: 30942
Identificação do Casco: ERT-009
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
54) Termo de Pré-Registro: 30943
Identificação do Casco: ERT-010
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
55) Termo de Pré-Registro: 31030
Identificação do Casco: C-382
Proprietário/ Armador: Starnav Serviços Marítimos Ltda
56) Termo de Pré-Registro: 31404
Identificação do Casco: 665/ HT 67
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
57) Termo de Pré-Registro: 31405
Identificação do Casco: 666/ HT 68
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
58) Termo de Pré-Registro: 31406
Identificação do Casco: 667/ HT 69
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
59) Termo de Pré-Registro: 31407
Identificação do Casco: 668/ HT 70
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
60) Termo de Pré-Registro: 31408
Identificação do Casco: 646/ HT 71
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
61) Termo de Pré-Registro: 31409
Identificação do Casco: 647/ HT 72
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
62) Termo de Pré-Registro: 31410
Identificação do Casco: 648/ HT 73
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
63) Termo de Pré-Registro: 31411
Identificação do Casco: 649/ HT 74
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
64) Termo de Pré-Registro: 31412
Identificação do Casco: 650/ HT 75
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
65) Termo de Pré-Registro: 31413

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Identificação do Casco: 651/ HT 76
Proprietário/ Armador: Navegações Unidas Tapajós Ltda
66) Termo de Pré-Registro: 30897
Identificação do Casco: CBP3 03
Proprietário/ Armador: BSCO Navegação S/A
67) Termo de Pré-Registro: 30904
Identificação do Casco: 25/ M COIMBRA
Proprietário/ Armador: Muliceiro Serviços Marítimos Ltda
68) Termo de Registro: 31267
Identificação do Casco: 026
Proprietário/ Armador: Camorim Offshore Serviços Marítimos LTDA
CANCELAMENTOS DE PRÉ-REGISTRO NO REB:
01) Termo de Pré-Registro: 30898
Identificação do Casco: AL-019/ CBO IPANEMA
Proprietário/ Armador: Companhia Brasileira de Offshore
02) Termo de Pré-Registro: 30388
Identificação do Casco: 304/ SW ROTTERDAM
Proprietário/ Armador: Combitrans Amazonas Ltda
03) Termo de Pré-Registro: 30389
Identificação do Casco: 303/ SW BARCELONA
Proprietário/ Armador: Combitrans Amazonas Ltda
04) Termo de Pré-Registro: 30390
Identificação do Casco: 302/ SW SINGAPUR
Proprietário/ Armador: Combitrans Amazonas Ltda
05) Termo de Pré-Registro: 30391
Identificação do Casco: 301/ SW OSAKA
Proprietário/ Armador: Combitrans Amazonas Ltda
06) Termo de Pré-Registro: 30844
Identificação do Casco: 1832/ NICOLA
Proprietário/ Armador: Ocidental Transportes e Navegação Ltda
07) Termo de Pré-Registro: 31204
Identificação do Casco: 1996/ HT-45
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
08) Termo de Pré-Registro: 31216
Identificação do Casco: 2000/ HT-49
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
09) Termo de Pré-Registro: 31069
Identificação do Casco: CI-139
Proprietário/ Armador: Tranship Transportes Marítimos Ltda
10) Termo de Pré-Registro: 31159
Identificação do Casco: 93/ BERTOLINI CLXIX
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
11) Termo de Pré-Registro: 31271
Identificação do Casco: 108/ BERTOLINI CCLXI
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
12) Termo de Pré-Registro: 31323
Identificação do Casco: 109/ BERTOLINI CCLXIII
Proprietário/ Armador: Transportes Bertolini Ltda
13) Termo de Pré-Registro: 30166
Identificação do Casco: 278/ D. GLADIS MASSARI
Proprietário/ Armador: Navezon - Linhas Internas da Amazônia S/A
14) Termo de Pré-Registro: 31191
Identificação do Casco: WS-139
Proprietário/ Armador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
15) Termo de Pré-Registro: 31265
Identificação do Casco: 01/2003/ LUMAR XIV
Proprietário/ Armador: Agência Marítima e Transportes Lumar Ltda-EPP
16) Termo de Pré-Registro: 31266
Identificação do Casco: 02/2003/ LUMAR XV
Proprietário/ Armador: Agência Marítima e Transportes Lumar Ltda-EPP
17) Termo de Pré-Registro: 30917
Identificação do Casco: YR-085/ CAT V
Proprietário/ Armador: Viação Tapajós Ltda
INCLUSÃO NO REB:
01) Termo de Registro: 02068
Nome da Embarcação: MAR LIMPO IV
Proprietário/ Armador: Brasbunker Participações S/A
02) Termo de Registro: 02069
Nome da Embarcação: ZARAPITO
Proprietário/ Armador: Wilson, Sons Offshore Ltda.
03) Termo de Registro: 02070
Nome da Embarcação: LOCAR PIPE
Proprietário/ Armador: Locar Guindastes e Transportes Intermodais S/A
04) Termo de Registro: 02071
Nome da Embarcação: PA 75
Proprietário/ Armador: Porto Azul Transportes Marítimos Ltda
05) Termo de Registro: 02072
Nome da Embarcação: GIRASSOL XXIII
Proprietário/ Armador: Girassol Apoio Marítimo Ltda
06) Termo de Registro: 02073
Nome da Embarcação: GIRASSOL IV
Proprietário/ Armador: Girassol Apoio Marítimo Ltda
07) Termo de Registro: 02074
Nome da Embarcação: GIRASSOL XI
Proprietário/ Armador: Girassol Apoio Marítimo Ltda
08) Termo de Registro: 02075
Nome da Embarcação: GIRASSOL X
Proprietário/ Armador: Girassol Apoio Marítimo Ltda
09) Termo de Registro: 02076
Nome da Embarcação: GIRASSOL IX
Proprietário/ Armador: Girassol Apoio Marítimo Ltda
10) Termo de Registro: 02077
Nome da Embarcação: GIRASSOL VI
Proprietário/ Armador: Girassol Apoio Marítimo Ltda
11) Termo de Registro: 02078
Nome da Embarcação: GIRASSOL V
Proprietário/ Armador: Girassol Apoio Marítimo Ltda
12) Termo de Registro: 02079
Nome da Embarcação: SS LUMA
Proprietário/ Armador: SS Naval Comércio e Serviços Ltda-ME
13) Termo de Registro: 02080
Nome da Embarcação: SS GLÓRIA
Proprietário/ Armador: SS Naval Comércio e Serviços Ltda-ME
14) Termo de Registro: 02081
Nome da Embarcação: GIRASSOL XXII
Proprietário/ Armador: Girassol Apoio Marítimo Ltda
15) Termo de Registro: 02082
Nome da Embarcação: JUMBO CAT II
Armador/ Afretador: Barcas S/A - Transportes Marítimos
16) Termo de Registro: 02083
Nome da Embarcação: HT 36
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
17) Termo de Registro: 02084
Nome da Embarcação: HT 47
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
18) Termo de Registro: 02085
Nome da Embarcação: HT 48
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
19) Termo de Registro: 02086
Nome da Embarcação: CBO IPANEMA
Proprietário/ Armador: Companhia Brasileira de Offshore
20) Termo de Registro: 02087
Nome da Embarcação: SECRETA RIO IV
Proprietário/ Armador: Secreta Rio Transporte Marítimo Ltda-ME
21) Termo de Registro: 02088
Nome da Embarcação: CAT V
Proprietário/ Armador: Viação Tapajós Ltda
22) Termo de Registro: 02089
Nome da Embarcação: GIRASSOL XIV
Proprietário/ Armador: Girassol Apoio Marítimo Ltda
23) Termo de Registro: 02090
Nome da Embarcação: HT 49
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
24) Termo de Registro: 02091
Nome da Embarcação: HT 45
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
25) Termo de Registro: 02092
Nome da Embarcação: HT 50
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
AVERBAÇÕES NO REB:
01) Termo de Registro: 01482
Nome da Embarcação: HADAR
Proprietário/ Armador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
02) Termo de Registro: 01483
Nome da Embarcação: CEPHEUS
Proprietário/ Armador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
03) Termo de Registro: 01265
Nome da Embarcação: SOBERANO I
Proprietário/ Armador: SS Naval Comércio e Serviços Ltda
04) Termo de Registro: 00983
Nome da Embarcação: RONDONIA
Proprietário/ Armador: Manobrasso Serviços Marítimos Ltda
05) Termo de Registro: 00992
Nome da Embarcação: PIAUI
Proprietário/ Armador: Manobrasso Serviços Marítimos Ltda
06) Termo de Registro: 01264
Nome da Embarcação: ESQUALO
Proprietário/ Armador: SS Naval Comércio e Serviços Ltda
07) Termo de Registro: 01266
Nome da Embarcação: PETROTEC
Proprietário/ Armador: SS Naval Comércio e Serviços Ltda
08) Termo de Registro: 01499
Nome da Embarcação: MOACIR PINTO GARCIA
Proprietário/ Armador: SS Naval Comércio e Serviços Ltda
09) Termo de Registro: 01471
Nome da Embarcação: STARNAV ANTARES
Proprietário/ Armador: Starnav Serviços Marítimos Ltda
10) Termo de Registro: 01489
Nome da Embarcação: STARNAV SIRIUS
Proprietário/ Armador: Starnav Serviços Marítimos Ltda
11) Termo de Registro: 00793
Nome da Embarcação: INSPECTOR II
Proprietário/ Armador: Nit Sea Navegação Ltda
12) Termo de Registro: 01488
Nome da Embarcação: STARNAV ORION
Proprietário/ Armador: Starnav Serviços Marítimos Ltda
13) Termo de Registro: 00989
Nome da Embarcação: CBO VALENTINA
Proprietário/ Armador: Companhia Brasileira de Offshore
14) Termo de Registro: 01514
Nome da Embarcação: LOG IN JACARANDÁ
Proprietário/ Armador: Log-in Logística Intermodal S/A.
15) Termo de Registro: 01459
Nome da Embarcação: KAREN TIDE II
Proprietário/ Armador: Maré Alta do Brasil Navegação Ltda
16) Termo de Registro: 01491
Nome da Embarcação: TALHA MAR
Proprietário/ Armador: Wilson, Sons Offshore Ltda.
17) Termo de Registro: 01494
Nome da Embarcação: GUANABARA BAY
Armadora/ Afretadora: Companhia de Navegação Norsul
18) Termo de Registro: 01500
Nome da Embarcação: VELA
Proprietário/ Armador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
19) Termo de Registro: 01396
Nome da Embarcação: NORSUL RIO
Armadora/ Afretadora: Companhia de Navegação Norsul
20) Termo de Registro: 00911
Nome da Embarcação: MIMOSA K
Armadora/ Afretadora: Pancoast Navegação Ltda
21) Termo de Registro: 01476
Nome da Embarcação: C NEVOEIRO
Proprietário/ Armador: Camorim Offshore Serviços Marítimos LTDA
22) Termo de Registro: 01201
Nome da Embarcação: MERCOSUL MANAUS
Armador/ Afretador: Mercosul Line Navegação e Logística Ltda
23) Termo de Registro: 00974
Nome da Embarcação: CAMPOS COMMANDER
Proprietário/ Armador: Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda
24) Termo de Registro: 01516
Nome da Embarcação: SISTAC ESPERANÇA
Proprietário/ Armador: SISTAC - Sistemas de Acesso S/A
25) Termo de Registro: 00729
Nome da Embarcação: JUPITER
Proprietário/ Armador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
26) Termo de Registro: 01925
Nome da Embarcação: FÊNIX
Armador/ Afretador: Barcas S/A - Transportes Marítimos
27) Termo de Registro: 00995
Nome da Embarcação: PRESIDENTE CASTELO BRANCO
Proprietário/ Armador: Manobrasso Serviços Marítimos Ltda
CANCELAMENTOS DE REB:
01) Termo de Registro: 00793
Nome da Embarcação: FUGRO ODYSSEY
Proprietário/ Armador: Fugro Brasil - Serviços Submarinos e Levantamentos Ltda

Em 1º de agosto de 2014.
JORGE JOSÉ DE ARAUJO
Encarregado da Seção

DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 25.758/11 - BP "JOÃO LUCA I"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Erivaldo Tavares da Silva (Tripulante)
Defensora : Dra. Maria Izabel Gomes Sant'Anna (DPU/RJ)
Representado : Alexsandro Miranda da Conceição (Tripulante)
Defensor : Dr. Eduardo Duílio Piragibe (DPU/RJ)
Representado : Joilson de Oliveira Martins (Tripulante)
Advogado : Dr. Cley Anderson de Queiroz Rodrigues (OAB/RN 10.243)
Representado : Everaldo Oliveira da Silva (Tripulante)
Defensor : Dr. Eduardo Duílio Piragibe (DPU/RJ)
Representado : Francisco José Ribeiro de Souza (Tripulante)-Revel
Representado : Erivaldo Machado da Cruz (Proprietário).
Defensor : Dr. Eduardo Duílio Piragibe (DPU/RJ)
Despacho : "Aos representados para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.437/12 - "BEIJA FLOR"
Relatora : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Cleonilton Martins da Silva (Condutor)
Advogado : Dr. Leandro Fernandes Chaves (OAB/TO 2.569)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais."
Prazo : " Sucessivo de 10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 27.603/12 - "RENASCER IV"
Relator : Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Evandy Saturnino de Lima (Proprietário e Armador)
Advogado : Dr. Ernesto Nunes da Costa (OAB/AM 4.120)
Despacho : "Diante de omissão do representado quanto ao reiterado despacho de fls. 167, precluído está o seu direito. Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais.""
Prazo : " Sucessivo de 10 (dez) dias."
Proc. nº 27.822/13 - NM "LOG IN SANTOS"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Adalberto Pereira de Castro Neto (Comandante)
: Ronaldo Francisco Serafim (Chefe de Máquinas)
: LOG - Logística Intermodal S.A. (Armadora)
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Representado : Frota Oceânica e Amazônica S.A. (Proprietária)
Advogados : Dr. Adriano M. R. Chasse (OAB/RJ 154.824)
: Dra. Isabel Peixoto Viana (OAB/RJ 116.751)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais."
Prazo : " Sucessivo de 10 (dez) dias."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proc. nº 28.341/13 - "FENIX III"
Relatora : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Dilson Cavalcanti Vieira de Melo (Proprietário)
Advogada : Dra. Érica Guerra da Silva (OAB/RJ 121.61)
Despacho : "Aberta a Instrução. Às partes para provas."
Prazo : " Sucessivo de 05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.411/11 - BM "IMAGINATION"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Flávia Carolina Paula Cunha (Proprietária)
: Marlon José de Almeida (Armador)
: Airton Carvalho da Silva Maciel (Condutor)
Advogado : Dr. Thiago Freire da Silva (OAB/RO 3.653)
Despacho : "Aberta a Instrução. À D. Procuradoria, para provas."
Prazo : "Prazo de 05 (cinco) dias, contados em dobro."
Proc. nº 26.770/12 - "SANTA MARIA" e outra
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Arimã Seabra de Souza (Condutor)
Advogado : Dr. Saul Max Pinheiro de Vasconcelos (OAB/AM 3.524)
Representado : Mauri Ferreira Correa (Condutor Inab.)- Revel
Despacho : "Encerro a Instrução. À D. Procuradoria para alegações finais. Prazo de 10 (dez) dias, contados em dobro. Publique-se e notifique-se a PEM."
Proc. nº 26.891/12 - "DORIC PRIDE"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Antonios Sevastos (Comandante)
Defensora : Dra. Clarissa Ligeiro de Figueiredo (DPU/RJ)
Despacho : "Indefiro as preliminares argüidas na defesa patrocinada pela D. DPU, acolhendo os argumentos da PEM de fls. 121 à 123. À D. DPU para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias, contados em dobro."
Proc. nº 26.912/12 - "MANDI"
Relatora : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Célio Silva Lemos (Proprietário do flutuante)
Advogada : Dra. Zuleica Rister (OAB/SP 56.282)
Representado : Antônio Maximiliano Kastner Barrancos (condutor)
Advogada : Dra. Simone Santana de Oliveira (OAB/SP 123.230)
Despacho : "Ao 2º representado para, querendo, apresentar perguntas iniciais à testemunha arrolada pelo 1° representado, Otávio Leite de Moraes, qualificado à fl. 144, que será ouvido por delegação de competência na Capitania dos Portos de São Paulo."
Proc. nº 27.337/12- "GOYA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Edgardo Pardenilla Tampipi (Comandante)
Advogado : Dr. Luciano Penna Luz (OAB/RJ 102.831)
Representado : Ricardo Augusto Leite Falcão (Prático)
Advogada : Dra. Ana Figueiredo (OAB/RJ 84.339)
Despacho : "Ao 1° representado, para conhecer dos documentos juntados. Às partes em alegações finais pelo 2º representado e querendo, se manifestar"
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.448/12 - "JEAN FILHO LII" e outras
Relatora : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Moises Soares Cabral (Condutor)
Advogado : Dr. Diego Brito Coelho (OAB/PA 15.044)
Representado : Nilson de Oliveira Nascimento (Condutor)
Advogado : Dr. Isaac Vasconcelos Lisboa Filho (OAB/PA 11.125)
Despacho : "Aberta a Instrução. À D. Procuradoria, para provas e para se manifestar sobre as preliminares. Prazo de 05 (cinco) dias, contados em dobro."
Proc. nº 27.477/12 - BP "VIRGEN DE IZIARTXU"
Relatora : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Silvio Ildemaro Alcala Guerra (Comandante)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às Partes para alegações finais. Prazo de 10 (dez) dias, contados em dobro, sucessivos à PEM e a DPU. Publique-se e Notifique-se a PEM e, em seguida, a DPU."
Proc. nº 27.579/12 - "GLA 02" e outra
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representada : Internacional Marítima Ltda. (Proprietária)-Revel
Representada : Milplan Engenharia Construções e Montagens Ltda.
Advogado : Dr. Luiz Flávio Valle Bastos (OAB/MG 52.529 - OAB/RJ 158.426)
Despacho : "Considerando o contido na Certidão de fl. 315, ratifico o meu despacho de fl. 294 e torno sem efeito os despachos posteriores. Declaro a revelia da 1ª Representada Internacional Marítima Ltda. À D. Procuradoria, para provas. Prazo de 05 (cinco) dias, contados em dobro. Publique-se e Notifique-se a PEM."
Proc. nº 28.150/13 - "NENENZINHO" e outra
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Max Marrone Ferreira do Nascimento (Condutor/Inabilitado)
Advogada : Dra. Camila Jaiara F. do Nascimento (OAB/BA 41.423)
Despacho : "Aberta a Instrução. À D. Procuradoria, para provas. Publique-se e notifique-se a PEM."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 28.201/13 - "DIMITRI"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luiz Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Robson Viana Barreto (Proprietário)
Advogada : Dra. Luana Lima Caresto(OAB/AM 6.235)
Despacho : "Aberta a Instrução. À D. Procuradoria, para provas. Publique-se e notifique-se a PEM."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 28.273/13 - "EXPRESSO MATHEUS II"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Joel Monteiro da Silva (Comandante)
Advogado : Dr. Raimundo Pereira Brito (OAB/AM 6.679)
Despacho : "Aberta a Instrução. À D. Procuradoria, para provas. Publique-se."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.953/12 - "SORBO" e outra
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luiz Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Consórcio de Rebocadores da Barra dos Coqueiros
Advogada : Dr. Flávop Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Representado : José Américo Santos Cardoso
Advogado : Dr. Cleoberto Benaion Filho(OAB/RJ 82.919)
Despacho : "Aos representados Consórcio de Rebocadores da Barra dos Coqueiros e José Américo Santos Cardoso, para que apresentem procuração conforme requerido às fls. 301 e 299, respectivamente.
Prazo : "15 (quinze) dias."
Proc. nº 27.115/12 - NM "DAWNLIGHT" e outra
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representados : Ri Sang Yop (Segundo Oficial do NM "SANTA RITA")
: Thae Hwan Han (Comandante do NM "SANTA RITA")
Defensor : Dr. Thales Arcoverde Treiger (DPU/RJ)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.442/12 - "FLASH"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Orlando Pinto da Cruz Neto (Prop. / Condutor)
Advogado : Dr. Eder Fernandes da Silva (OAB/MG 1.119A)
Despacho : "Ao representado Orlando Pinto da Cruz Neto para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.447/12 - BM "AMANDA LETICIA" e outra
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Severino Pinto Simões (Condutor)
Defensor : Dr. Ricardo Schettini Azevedo da Silva (DPU/RJ)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 28.555/14 - "VICTORIA II"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Francisco Antonio da Silveira (Mestre)
Advogada : Dra. Emanuela Pereira (OAB/RJ 137.199)
Representado : João Cesar Ferreira Viana (Mestre)
Advogado : Dr. Amaucy Ferreira Viana(OAB/RJ 1.323)
Despacho : "Aberta a Instrução. À PEM para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Em 15 de agosto de 2014.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

Proc. nº 24.559/2009
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA: R/E "BERTOLINI XXXIV" / Balsas "FERNANDA MARIA" e "BERTOLINI LV". Exposição a risco as embarcações, vidas, fazendas de bordo e a navegação, durante navegação na baía de Marajó/PA, proximidades do Farol do Arrozal. Danos às embarcações e à carga transportada, atraso na viagem provocado pela ruptura dos cabos de amarração do comboio, seguido de abalroação entre as embarcações. Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Autoconfiança por parte do mestre, responsável pela navegação e condução do comboio, quando a despeito de alertado sobre as condições desfavoráveis de tempo, decidiu realizar a navegação na baía de Marajó, por consequência descumprindo determinações dos seus empregadores, proprietários das embarcações envolvidas. Imprudência. Condenação. Indeferimento do pedido de arquivamento.
Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha.
Representação de Parte:
Autora: Transportes Bertolini Ltda. (Adv. Dr. Pedro Calmon Filho - OAB/RJ Nº 9.142).
Representado: Raimundo Reinaldo Magalhães Mesquita (Comandante do Rb "BERTOLINI XXXIV"), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: exposição a risco as embarcações, vidas, fazendas de bordo e a navegação, durante navegação na baía de Marajó/PA, proximidades do furo do Arrozal. Danos às embarcações e à carga transportada, atraso na viagem provocado pela ruptura dos cabos de amarração do comboio, seguido de abalroação entre as embarcações. Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: autoconfiança por parte do mestre, responsável pela navegação e condução do comboio, quando a despeito de alertado sobre as condições desfavoráveis de tempo, decidiu realizar a navegação na baía de Marajó, por consequência descumprindo determinações dos seus empregadores, proprietários das embarcações envolvidas; e c) decisão: julgar procedente a Representação Privada de autoria de Transportes Bertolini Ltda. (fls. 147 a 159) para responsabilizar por imprudência o Sr. Raimundo Reinaldo Magalhães Mesquita, pelo fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e", da Lei n° 2.180/54 e suas consequências, condenando-o à pena de Repreensão, prevista no artigo 121, inciso I, c/c os artigos 124, inciso IX, 127 e 139, inciso IV, alínea "a", todos, da Lei n° 2.180/54, com redação dada pela Lei n° 8.969/94. Custas processuais. Indeferido o pedido de arquivamento dos autos requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha (fls. 143/144). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 11 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 28.001/2013
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA: Lancha "CAPITANIA". Colisão da embarcação contra boia de sinalização "BL ARSENAL" durante navegação no rio Guamá, nas proximidades do Mangal das Garças, orla fluvial de Belém, PA, provocando avarias na embarcação, sem ocorrência de danos pessoais ou de poluição hídrica. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão da embarcação contra boia de sinalização "BL ARSENAL" durante navegação no rio Guamá, nas proximidades do Mangal das Garças, orla fluvial de Belém, PA, provocando avarias na embarcação, sem ocorrência de danos pessoais ou de poluição hídrica; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM em sua promoção de fls. 68/70. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 06 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 25.586/2011
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: N/M "LOBIVIA". Dois clandestinos encontrados em viagem, embarcados em porto estrangeiro e desembarcados em porto nacional. Falhas nos procedimentos de controle de entrada e saída de pessoas a bordo e de vistorias para detectar a presença de clandestinos. Imprudência. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Oleksandr Kraskovsky (Comandante) (Adv. Dr. Renato Gradowski de Figueiredo - OAB/PR Nº 32.117).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: dois clandestinos encontrados em viagem, embarcados em porto estrangeiro, Durban, África do Sul, em navio estrangeiro e desembarcados em porto nacional, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: falhas nos procedimentos de controle de entrada e saída de pessoas a bordo e de vistorias para detectar a presença de clandestinos; e c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do representado, Oleksandr Kraskovsky, ucraniano, Comandante do N/M "LOBIVIA", acolhendo em parte os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, e parcialmente os argumentos da Defesa, com fulcro nos artigos 121, inciso I, 124, inciso IX e 127, todos da Lei nº 2.180/54, aplicar-lhe a pena de repreensão. Custas processuais na forma da Lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 27 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 27.465/2012
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: R/E "NORSUL ABROLHOS". Colisão com dolfim nº 1 do Terminal Marítimo de Caravelas. Forte correnteza de enchente. Caso fortuito. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão do comboio formado pelo R/E "NORSUL ABROLHOS" e a barcaça "NORSUL 2" com o dolfim nº 1, quando desatracava no Terminal Marítimo do município de Caravelas, BA, com danos materiais, sem danos pessoais e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: forte correnteza de enchente; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (colisão), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de novembro de 2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proc. nº 25.030/2010
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: L/M "FERNANDO MG" e batelão "VALONGO". Acidente da navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Porto de Santos, Santos, São Paulo. Causa não apurada. Arquivamento.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Severino Carlos da Silva Oliveira (Mestre da L/M "FERNANDO MG") (Adva. Dra. Neuza Cláudia Seixas André - 0AB/SP Nº 69.931).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre a L/M "FERNANDO MG" e o batelão "VALONGO", durante a travessia do canal do porto de Santos, Santos, SP, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida. Exculpar Severino Carlos da Silva Oliveira, por insuficiência de provas e mandar arquivar os autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 11 de março de 2014.

Proc. nº 25.587/2011
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: L/M "MARA" e B/P "MONTE CARLO II". Acidente da navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Rio Grande, Rio Grande do Sul. Erro de manobra. Infração à Lei nº 8.374/91. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Alex Sandro Roig Souza (Mestre da L/M "MARA") (Adv. Dr. José Fernando Martins da Silveira - OAB/RS Nº 22.496).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento do B/P "MONTE CARLO II" pela L/M "MARA", logo após suspender do terminal hidroviário de Rio Grande, Porto Velho, Rio Grande, RS, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência do Representado, responsabilizando Alex Sandro Roig Souza, condenando-o à pena de multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º, art. 124, inciso I, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao art. 15, da Lei nº 8.374/91 cometida por proprietário da L/M "MARA", para as providências cabíveis. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 03 de abril de 2014.

Proc. nº 27.605/2012
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: R/E "CONFIANÇA VII", balsa "SW BARCELONA" e B/P "KYRIOS". Acidente e fato da navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras em águas interiores com desaparecimento de tripulante, sem registro de danos ambientais. Urucurituba, Amazonas. Fora de leme por rompimento do gualdrope da embarcação "KYRIOS". Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: abalroamento envolvendo a embarcação "KYRIOS" e o comboio formado pela embarcação "CONFIANÇA VII" e pela balsa "SW BARCELONA" e desaparecimento do condutor do Pesqueiro, quando navegavam nas proximidades da Vila Augusto Montenegro, Urucurituba, AM, sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: fora de leme por rompimento do gualdrope da embarcação "KYRIOS" provocado pelo desgaste dos elos da corrente; e c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação, capitulados no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", ambos da Lei nº 2.180/54, como de decorrente provável negligência do proprietário e condutor do Barco de Pesca, desaparecido no acidente, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de novembro de 2013.

Proc. nº 27.796/2013
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: Veleiro "POKEKA". Acidente da navegação. Colisão de embarcação brasileira com rede elétrica em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Ilha da Baleia, Vila Velha, Espírito Santo. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão do veleiro "POKEKA" com um cabo aéreo de transmissão de energia elétrica instalado sobre a água, quando navegava nas proximidades da ilha da Baleia, Vila Velha, ES, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 13 de março de 2014.

Proc. nº 28.121/2013
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: Balsa "FAMA". Fato da navegação. Morte de passageiro depois de pular de embarcação brasileira atracada nas proximidades da represa de Furnas, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Alfenas, Minas Gerais. Ação voluntária da vítima de pular na água. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: morte de passageiro menor depois de pular na água da Balsa "FAMA" atracada nas proximidades da represa de Furnas, Alfenas, MG, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: ação voluntária da vítima de pular de bordo na água; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável culpa da vítima fatal, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 27 de março de 2014.

Proc. nº 28.217/2013
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: L/M "MARE CIARE". Acidentes da navegação. Incêndio seguido de naufrágio de embarcação brasileira, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Causa não apurada. Infração à Lei nº 8.374/91. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão dos acidentes da navegação: incêndio seguido de naufrágio da L/M "MARE CIARE", quando navegava na baía de Guanabara, nas proximidades da praia da Engenhoca, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar os acidentes da navegação capitulados no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, cometida pelo proprietário da lancha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 03 de abril de 2014.

Proc. nº 25.023/2010
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: N/M "FEDERAL BAFFIN". Transporte de três clandestinos desde um porto africano até o Brasil. Vigilância negligente durante estadia no porto. Exposição a risco das vidas e fazendas de bordo. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Zhang Tao (Comandante) (Adva. Dra. Patrícia Soares Henriques Py - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: transporte de três clandestinos que se alojaram na madre do leme de um navio estrangeiro, desde um porto africano até o Brasil, sem danos materiais, pessoais ou notícia de poluição; b) quanto à causa determinante: falha na vigilância durante a estadia do navio no porto e falha na inspeção em busca de clandestinos efetuada antes de suspender; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente da negligência do representado, o Comandante Zhang Tao, condenando-o à pena de repreensão, com fulcro no art. 121, inciso I, c/c o art. 124, inciso IX, além do pagamento das custas processuais, todos os artigos da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 26.911/2012
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: Lancha "ARLANZA". Naufrágio no fundeadouro. Retirada de peças na linha de escape que provocaram água aberta. Falecimento do representado noticiado durante as tentativas de citação. Extinção da punibilidade. Infrações ao RLESTA cometidas pela marina responsável pela guarda da embarcação. Arquivamento.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Boris Gorentzvaig (Proprietário).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de embarcação apoitada com danos materiais na embarcação, sem notícia de danos a pessoas ou de poluição; b) quanto à causa determinante: entrada de água na embarcação pela tubulação de escape; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a" (naufrágio), como decorrente da possível negligência do representado, Sr. Boris Gorentzvaig, que faleceu antes de ser citado e apresentar defesa, ficando, de toda sorte, extinta sua punibilidade nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro, devendo ser arquivados os autos. Oficiar à Delegacia da Capitania dos Portos de São Sebastião para que aplique à Marina Rancho a pena prevista no art. 26, do Decreto nº 2.596/98. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 11 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 27.920/2013
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: N/M "SAVEIROS PELICANO" e N/M "DEEPWATER DISCOVERY". Abalroamento entre as duas embarcações, provocando avarias de pequena monta em ambas. Perda momentânea do sistema de posicionamento dinâmico (DP) do navio supridor. Caso fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre embarcações durante passagem de granéis sólidos em alto-mar, com avarias de pequena monta em ambas; b) quanto à causa determinante: perda momentânea do Sistema de Posicionamento Dinâmico (DP) do Navio Supridor; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alíneas "a" (abalroação) e "b" (avaria ou defeito), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 27.930/2013
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: N/M "CENTRANS BRIGHT". Colisão do navio contra uma defensa do terminal portuário. Choque considerado de rotina e não caracterizador de um acidente da navegação. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: xxx; b) quanto à causa determinante: xxx; e c) decisão: julgar o choque entre o navio e a defensa como uma ocorrência corriqueira que não caracteriza um fato ou um acidente da navegação, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 27.948/2013
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: L/M "BOAS NOVAS". Escalpelamento. Eixo propulsor momentaneamente descoberto para esgoto da embarcação. Fato da navegação ocorrido no ano de 1996. Prescrição. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: escalpelamento de parte do couro cabeludo de passageira em razão de o eixo propulsor da embarcação se encontrar momentaneamente sem cobertura; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar prescrita a pretensão punitiva de acordo com a Lei nº 9.873/99, mandando arquivar os autos, como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 27.991/2013
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: Saveiro "A VIDA NOVA I". Naufrágio de saveiro, provocando a morte de seu condutor e de um passageiro e a perda total da embarcação, sem registro de poluição ambiental. Condições meteorológicas adversas. Fortuna do mar. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: naufrágio de saveiro, provocando a morte de seu condutor e de um passageiro e a perda total da embarcação, sem registro de poluição ambiental; b) quanto à causa determinante: condições meteorológicas adversas; e c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação, previstos no art. 14, alínea "a" e no art. 15, alínea "e", ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 13 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 28.003/2013
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: Comboio formado pelo Empurrador "CAPITÃO EDUARDO" e a Balsa "GM I". Colisão com a estrutura de proteção de um trapiche. Causa não apurada acima de qualquer dúvida. Infração à Lei nº 8.374/91. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão entre comboio e a estrutura de proteção de um trapiche, provocando danos materiais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente da Autoridade Marítima, a infração à Lei nº 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM válido na época do acidente), cometida pelo proprietário da embarcação E/M "CAPITÃO EDUARDO", empresa Beama Bebidas da Amazônia Com. Transp. e Navegação Ltda. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 28.069/2013
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: N/M "UNTA". Queda de tripulante na água, provocando o seu desaparecimento. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato navegação: queda de tripulante na água, provocando o seu desaparecimento; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de fevereiro 2014.

Proc. nº 28.100/2013
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: B/M "ANTIVA". Naufrágio. Condições ambientais adversas. Fortuna do mar. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: naufrágio com danos materiais; b) quanto à causa determinante: mudança nas condições ambientais que se tornaram adversas; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no Art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar mandando arquivar os autos conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março de 2014.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proc. nº 25.885/2011
Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha
EMENTA: Moto aquática "BRP 18" x L/P "LUCI". Abalroação entre uma moto aquática e uma lancha de pesca atracada em píer, provocando arranhões na moto aquática e escoriações no proprietário da lancha, sem danos ambientais. Erro de manobra do condutor da moto aquática "BRP 18". Imprudência. Infração ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representados: Ramon Dario Uran Panze (Condutor da moto aquática "BRP 18") (Adv. Dr. Arcênio Brauner Júnior - DPU/RJ) e BJSA - Associação Brasileira de Jet Ski Profissional e Não Profissional (Adv. Dr. José Eduardo Louzã Prado - OAB/SP Nº 93.667).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade; a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: abalroação entre uma moto aquática e uma lancha de pesca atracada em píer, provocando arranhões na moto aquática e escoriações no proprietário da lancha, sem danos ambientais; b) quanto à causa determinante: erro de manobra do condutor da moto aquática "BRP 18"; e c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação previsto no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência, condenando o Sr. Ramon Dario Uran Panze, à pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5º, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94. Exculpar a BJSA - Associação Brasileira de Jet Ski Profissional e Não Profissional. Custas processuais integrais ao primeiro representado Ramon Dario Uran Panze. Oficiar à Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 19, inciso II e a infração ao art. 15 da Lei nº 8.374/91, cometidas pela proprietária da embarcação "BRP 18", a empresa RC Forever Comércio de Navegação Ltda. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 11 de março de 2014.

Proc. nº 26.068/2011
Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha
EMENTA: Escuna "LINDA MORENA" x Saveiro "RESTA 1". Abalroação entre escuna e saveiro de transporte de passageiros, provocando avarias no pau de giba do saveiro e quebra de dois paus do toldo na popa da escuna, sem danos pessoais e sem poluição ao meio hídrico. Erro de manobra do condutor da escuna. Imperícia. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Marcelo Pereira Passos (Mestre/Condutor), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente: abalroação entre escuna e saveiro de transporte de passageiros, provocando avarias no pau de giba do saveiro e quebra de dois paus do toldo na popa da escuna, sem danos pessoais e sem poluição ao meio hídrico; b) quanto a causa determinante: erro de manobra do condutor da escuna; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia, condenando Marcelo Pereira Passos à pena de repreensão e multa de R$ 300,00 (trezentos reais), de acordo com o art. 121, incisos I e VII, combinado com o art. 124, inciso I, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 06 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 26.183/2011
Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha
EMENTA: Catamarã "IGT 1". Exposição a risco a segurança da embarcação, as vidas e fazendas de bordo ao navegar com excesso de passageiros a bordo para realização de travessia em navegação interior, sem ocorrência de danos pessoais, materiais ou ambientais. Venda de bilhetes de passagem excedendo a lotação autorizada e falta de controle no acesso a bordo aliada a não recontagem dos passageiros antes de suspender. Imprudência e Negligência. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representados: Renato dos Santos Calheiro (Mestre), Revel e Ilha Grande Agência de Turismo Ltda. ME (Armadora) (Adv. Dr. Wallace Delgado Pinto - OAB/RJ Nº 134.631).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: exposição a risco a segurança da embarcação, as vidas e fazendas de bordo ao navegar com excesso de passageiros a bordo para realização de travessia em navegação interior, sem ocorrência de danos pessoais, materiais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: venda de bilhetes de passagem excedendo a lotação autorizada e falta de controle no acesso a bordo, aliada a não recontagem dos passageiros antes de suspender; e c) decisão: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência e negligência de Renato dos Santos Calheiro, condenando-o à pena de repreensão acumulado com multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), de acordo com o art. 121, incisos I e VII, § 5º e como decorrente de negligência, condenando a empresa Ilha Grande Agência de Turismo Ltda., à pena de multa no valor de R$ 2.000,00(dois mil reais) de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5º, combinado com o art.124, inciso IX, § 1º, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais integrais à empresa Ilha Grande Agência de Turismo Ltda. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 27 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 26.235/2011
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: L/M "WALESA". Acidente e fato da navegação. Colisão de embarcação brasileira com banhista menor e exposição a risco em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Rio Taquari, Triunfo, Rio Grande do Sul. Inobservância de precaução de segurança. Infração ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: João da Silva (Condutor) (Adva. Dra. Daniela Correa Jacques Brauner - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: colisão da L/M "WALESA" com uma banhista menor e exposição a risco, quando navegava no rio Taquari, nas proximidades da prainha de Olaria, Triunfo, RS, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância de precaução de segurança pelo condutor da L/M "WALESA"; e c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação capitulados no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de imprudência do Representado, responsabilizando João da Silva, condenando-o à pena de multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º e art. 124, inciso IX, todos da mesma lei. Sem custas em razão da hipossuficiência econômica do Representado, como requerido. Oficiar à Delegacia da Capitania dos Portos em Porto Alegre, agente local da Autoridade Marítima, as infrações ao art. 16, inciso I, do RLESTA e ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, cometidas pelo proprietário da Embarcação, para as providências cabíveis. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 20 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 26.435/2011
Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha
EMENTA: Rebocador "CABINESS TIDE" x Plataforma "PETROBRAS XX". Abalroação de rebocador de apoio contra plataforma, durante aproximação para transferência de carga, provocando avarias em ambas as embarcações, sem ocorrência de vítimas ou de danos ao meio ambiente. Erro na manobra de aproximação pelo bordo desfavorável da plataforma sob condições ambientais adversas. Imprudência. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representados: Raimundo Jorge Malcher Cardoso Pereira (Imediato do Rb "CABINESS TIDE") e Gilberto Tavares Macedo (Comandante do Rb "CABINESS TIDE") (Adv. Dr. Pedro Calmon Filho - OAB/RJ Nº 9.142).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação de rebocador de apoio contra plataforma, durante aproximação para transferência de carga, provocando avarias em ambas as embarcações, sem ocorrência de vítimas ou de danos ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: erro na manobra de aproximação pelo bordo desfavorável da plataforma; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência, condenando Raimundo Jorge Malcher Cardoso Pereira, à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, combinado com o art. 124 da mesma Lei, atenuado pelo art. 139, inciso IV, alíneas "b" e "d", com redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Exculpar Gilberto Tavares Macedo. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 29 de abril de 2014.

Proc. nº 26.517/2011
Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha
EMENTA: Iate "IMPERADOR" x Catamarã "AQUILA". Abalroação de iate contra catamarã atracado em trapiche, provocando avarias neste último, sem ocorrência de danos pessoais ou de danos ambientais. Erro de manobra. Imperícia. Infração ao RLESTA. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Alexsandro Costa Benedito (Comandante do iate "IMPERADOR"), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação de iate contra catamarã em trapiche, provocando avarias neste último, sem ocorrência de danos pessoais ou de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; e c) decisão: julgar o acidente previsto no art. 14, alínea "a", como decorrente de imperícia de Alexsandro Costa Benedito, condenando-o à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54 com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Oficiar à Capitania dos Portos do Maranhão, agente local da autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 16, inciso I, cometida pelo proprietário do Catamarã "AQUILA", Centro de Lançamento de Alcântara, Organização Militar do Comando da Aeronáutica. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 1º de abril de 2014.

Proc. nº 26.767/2012
Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha
EMENTA: Canoa sem nome. Naufrágio de canoa e exposição a risco, lançando seus ocupantes na água, provocando o óbito de um deles, sem danos ao meio ambiente. A causa determinante do naufrágio foi a repentina parada do motor, não apurada nos autos, ficando à deriva em meio a um rebojo da corredeira do rio e da exposição a risco foi a não utilização dos obrigatórios coletes salva-vidas durante a pescaria e uso da canoa com o calafeto em mau estado de conservação. Imprudência e negligência. Infrações ao RLESTA. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representados: Joel Ferreira Marques (Condutor inabilitado) e Jocelino Ferreira Cavalcante (Proprietário) (Adva. Dra. Fanciele Lise - OAB/AM Nº 5.053).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade; a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: naufrágio de canoa e exposição a risco, lançando seus ocupantes na água provocando o óbito de um deles, sem danos ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: do naufrágio foi a repentina parada do motor, não apurada nos autos, ficando à deriva em meio a um rebojo da corredeira do rio e da exposição a risco foi a não utilização dos obrigatórios coletes salva-vidas durante a pescaria e uso da canoa com o calafeto em mau estado de conservação; e c) decisão: julgar o acidente da navegação (naufrágio) previsto no art. 14, alínea "a" da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, exculpando os representados Joel Ferreira Marques e Jocelino Ferreira Cavalcante, e julgar a exposição a risco previsto no art. 15, alínea "e", condenando por imprudência Joel Ferreira Marques e por negligência Jocelino Ferreira Cavalcante, ambos à pena de repreensão e multa de R$ 300,00 (trezentos reais), de acordo com o art. 121, incisos I e VII, art. 135, inciso II, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94. Isentar ambos os representados do pagamento das custas processuais. Oficiar à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente da Autoridade Marítima, as infrações ao art. 11, art. 15, inciso I e art. 16, inciso I, todos do RLESTA e ao art. 15 da Lei n° 8.374/91, cometidas por Jocelino Ferreira Cavalcante, proprietário da canoa, e a infração ao art. 11 do RLESTA cometida por Joel Ferreira Marques condutor da canoa. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de março de 2014.

Proc. nº 28.321/2013
Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha
EMENTA: Embarcação não identificada. Colisão entre embarcação e banhista, provocando-lhe traumatismo do plexo braquial, atingindo seu membro superior direito. Navegação inadequada da embarcação não identificada próximo à margem, empreendendo velocidade e desrespeitando os limites estabelecidos pelas normas vigentes. Autoria indeterminada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: colisão entre embarcação não identificada e banhista, provocando-lhe traumatismo do plexo braquial, atingindo seu membro superior direito; b) quanto à causa determinante: navegação inadequada da embarcação não identificada próximo à margem, empreendendo velocidade e desrespeitando os limites estabelecidos pelas normas vigentes; e c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação, tipificados no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de autoria indeterminada, mandando arquivar os autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 27 de março de 2014.

Rio de Janeiro-RJ, 15 de agosto de 2014.

COMANDO DO EXÉRCITO
COMANDO LOGÍSTICO

PORTARIA Nº 17-COLOG, DE 10 DE JUNHO DE 2014(*)

Delega competência às Regiões Militares para autorizar a aquisição e a transferência de produtos controlados.

O COMANDANTE LOGÍSTICO, no uso das atribuições constantes do inciso IX do art. 14 do Regulamento do Comando Logístico (R-128), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 719, de 21 de novembro de 2011; do art. 263 do Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), aprovado pelo Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000; e de acordo com o que propõe a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), e considerando:

- a demanda crescente de processos de solicitação de aquisição de produtos controlados pelo Exército;
- as sucessivas análises similares de um mesmo processo, implicando em aumento de custos e prazos;
- o princípio da eficácia da administração pública, que impõe celeridade e objetividade na análise dos processos, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Comandantes das Regiões Militares para autorizar:

I - a aquisição de armas, munições e seus insumos, de uso restrito ou permitido, na indústria nacional ou no comércio especializado, por parte de Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CAC), associações de tiro e de caça esportivos (clubes, federações e confederações) e empresas de instrução de tiro;

II - a aquisição de equipamentos de recarga, na indústria nacional, por parte de Atiradores e Caçadores, associações de tiro e de caça esportivos e empresas de instrução de tiro;

III - a aquisição de armas e munições por parte dos membros do Ministério Público da União e dos Estados e dos membros da Magistratura;

IV - a transferência de armamento, de uso restrito ou permitido, de militares do Exército Brasileiro, de membros do Ministério Público da União e dos Estados e dos membros da Magistratura e de integrantes da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e de equipamentos de recarga de atiradores e caçadores, em que o proprietário e o adquirente pertençam à mesma Região Militar;

Parágrafo único. As autorizações de que trata o caput e seus incisos devem respeitar o previsto em normas específicas quanto aos critérios para adquirir e transferir armas de fogo e peças de armas de fogo; munições e seus insumos; e equipamento de recarga de munição.

Art. 2º. Os casos excepcionais serão decididos pelo Comandante Logístico, por intermédio da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados.

Art. 3º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex MARCO ANTÔNIO DE FARIAS

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 152, de 11-8-2014, Seção 1, página 13, com incorreção no original.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 29, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, conforme Resolução CD/FNDE nº 15 de 16 de maio de 2013.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, que estejam em plena atividade e com matrículas que ainda não tenham sido contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata a Lei nº 12.499 de 29 de setembro de 2011, e conforme informações declaradas pelos municípios e o Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Unidades do Proinfância.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARIA BEATRIZ LUCE

ANEXO

UF	Municípios	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas, declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais e que estão em plena atividade				Valor do Repasse
			Creche Parcial	Creche Integral	Pré-Escola Parcial	Pré-Eescola Integral	
AL	Quebrangulo	2707602	0	98	0	5	112.839,50
BA	Anguera	2901502	67	23	0	0	112.586,59
BA	Irará	2914505	0	89	0	0	117.002,52
BA	Senhor do Bonfim	2930105	47	47	97	0	164.919,01
GO	Catalão	5205109	0	99	66	0	229.706,98
GO	Formosa	5208004	0	29	0	48	101.226,89
GO	Senador Canedo	5220454	0	76	0	44	236.634,30
MG	Cruzeiro da Fortaleza	3120706	15	25	8	12	80.344,38
MG	Espírito Santo do Dourado	3124401	16	28	14	4	69.169,97
MG	Itamogi	3132909	0	15	0	0	29.579,29
MG	Santa Bárbara	3157203	0	106	0	0	116.126,09
MG	Santa Bárbara do Leste	3157252	0	0	64	0	86.293,76
MG	Uberlândia	3170206	41	110	49	0	227.330,55
MS	Nioaque	5005806	0	62	0	0	81.507,37
MT	Cuiabá	5103403	0	239	121	0	813.202,33
MT	Paranatinga	5106307	0	28	0	0	110.429,34
PA	Breu Branco	1501782	240	0	0	0	161.801,00
PB	Picuí	2511400	56	0	42	0	87.776,99
PR	Pinhais	4119152	0	67	0	0	88.080,54
RS	Ibiaçá	4309803	0	0	19	0	16.011,54
RS	Júlio de Castilhos	4311205	26	31	102	0	274.893,04
RS	Liberato Salzano	4311601	32	0	70	0	96.676,01
RS	Tiradentes do Sul	4321477	28	32	10	0	74.833,01
RS	Vacaria	4322509	0	96	0	0	126.204,96
SC	Gaspar	4205902	0	95	9	20	267.140,53
SC	Herval d'Oeste	4206702	27	70	0	0	113.867,59
SC	Ibiam	4206751	0	45	0	0	49.298,81
SP	Florínia	3516101	14	58	33	38	256.353,67
TO	Barrolândia	1703107	70	0	52	0	109.215,61

PORTARIA Nº 32, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recurso financeiro para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil aos municípios e ao Distrito Federal que pleitearam e estão aptos para pagamento, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso financeiro para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público que tenham cadastradas novas matrículas em novas turmas e que ainda não foram contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata a Lei nº 12.722 de 3 de outubro de 2012, e conforme informações declaradas pelos municípios e Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Novas Turmas de Educação Infantil.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA BEATRIZ LUCE

ANEXO

UF	Municípios	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em estabelecimentos públicos e /ou conveniados com o poder público				Valor do Repasse
			Creche Púb/Conv Parcial	Creche Púb/Conv Integral	Pré-Escola Púb/Conv Parcial	Pré-Eescola Púb/Conv Integral	
BA	Ibipitanga	2912509	0	0	23	0	R$ 21.903,38
ES	Viana	3205101	0	0	20	0	R$ 38.092,83
MG	Matias Barbosa	3140803	0	0	18	0	R$ 37.711,91
MT	Castanheira	5102850	0	0	25	0	R$ 42.854,44
PI	Barro Duro	2201408	0	0	41	0	R$ 78.090,31
PR	Ampére	4101002	0	0	27	0	R$ 51.425,33
PR	Capanema	4104501	0	0	50	0	R$ 85.708,88
PR	Janiópolis	4112207	0	15	30	0	R$ 47.139,87
RN	Upanema	2414605	20	0	0	0	R$ 30.474,27
SC	Barra Velha	4202107	0	22	0	0	R$ 38.130,91
SC	Campo Erê	4203501	6	0	0	0	R$ 10.285,07
TO	Natividade	1714203	0	14	0	0	R$ 27.731,57

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 525, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de processo administrativo em face do curso de Odontologia (cód. 15476) ofertado pela UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF (cód. 670). Processo MEC nº 23000.017742/2011-31.

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 715/2014-CGSE/DISUP/SERES/MEC, resolve:

Art.1º Fica instaurado processo administrativo para aplicação de penalidade ao curso de Odontologia (cód. 15476) da UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF (cód. 670), ofertado no município de Bragança Paulista/SP, nos termos do art. 50 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Ficam mantidas as medidas cautelares aplicadas ao curso de Odontologia (cód. 15476) da UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF (cód. 670), ofertado no município de Bragança Paulista/SP, por meio do Despacho SERES/MEC nº 241, de 2011.

Art. 3º Fica notificada a UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF (cód. 670) quanto à instauração do processo administrativo, para apresentação de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias contados de seu recebimento, nos termos do art. 51 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Fica notificada a UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF (cód. 670) do teor da Portaria, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

MARTA WENDEL ABRAMO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 526, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de processo administrativo em face do curso de Odontologia (cód. 8100) ofertado pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA (cód. 384). Processo MEC nº 23000.017716/2011-11.

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 716/2014-CGSE/DISUP/SERES/MEC, resolve:

Art.1º Fica instaurado processo administrativo para aplicação de penalidade ao curso de Odontologia (cód. 8100) do CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA (cód. 384), ofertado no município de Anápolis/GO, nos termos do art. 50 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Ficam mantidas as medidas cautelares aplicadas ao curso de Odontologia (cód. 8100) do CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA (cód. 384), ofertado no município de Anápolis/GO, por meio do Despacho SERES/MEC nº 241, de 2011.

Art. 3º Fica notificado o CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA (cód. 384) quanto à instauração do processo administrativo, para apresentação de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados de seu recebimento, nos termos do art. 51 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Fica notificado o CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA (cód. 384) do teor da Portaria, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 529, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR , no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 701/2014-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71010.005011/2009-51, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Instituto Auxiliadora, inscrito no CNPJ nº 83.157.826/0001-96, com sede em Campos Novos/SC, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 532, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 704/2014-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71000.000513/2010-49, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Colégio Americano Batista, inscrito no CNPJ nº 10.981.876/0001-10, com sede em Recife/PE, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 527, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 699/2014-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71000.000523/2010-84, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Mosteiro de São Bento de Olinda, inscrito no CNPJ nº 10.578.680/0001-89, com sede em Olinda/PE, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 528, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 700/2014-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71000.115965/2009-91, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Instituição de Educação Infantil Santa Terezinha, inscrito no CNPJ nº 87.173.662/0001-41, com sede em Porto Alegre/SC, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 530, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR , no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 702/2014-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71000.104232/2009-21, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Colégio Santa Inês, inscrito no CNPJ nº 63.019.772/0001-95, com sede em São Paulo/SP, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 531, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR , no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 703/2014-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 23123.002935/2010-10, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Fundação Antares de Educação e Cultura, inscrito no CNPJ nº 55.350.755/0001-08, com sede em Americana/SP, pelo período de 01/04/2011 a 31/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 15 de agosto de 2014

Dispõe sobre o arquivamento do processo de supervisão nº 23000.017915/2011-11.

Nº 210 - A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II e 211, § 1º, da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 710/2014-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

1.Seja arquivado o processo de supervisão nº 23000.017915/2011-11, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006;

2.Sejam revogados os efeitos das medidas cautelares aplicadas ao curso de Enfermagem (cód. 21698) da UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO - UNICASTELO - campus São Paulo/SP (cód. 319), por meio do Despacho nº 242, de 28 de novembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 29 de novembro de 2011; e

3.Seja a UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO - UNICASTELO - campus São Paulo/SP (cód. 319) notificada da publicação do presente Despacho de arquivamento, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

Dispõe sobre a revogação de medidas cautelares aplicadas à FACULDADE DE TECNOLOGIA SÃO FRANCISCO - FATESF (cód. 3311) com processo de supervisão instaurado pelo Despacho SERES/MEC nº 238, de 2011. Apresentação de resultado satisfatório no Índice Geral de Cursos - IGC referente ao ano de 2012.

Nº 211 - A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, acolhendo a íntegra da Nota Técnica CGSE/DISUP/SERES/MEC nº 711, de 2014, inclusive como motivação, em atenção ao disposto no arts. 206, VII, 209, I e II, 211, §1° e 214, III, da Constituição Federal; art. 46, § 1º, da Lei n° 9.394, de 1996; art. 2º e art. 3º da Lei nº 10.861, de 2004; bem como arts. 2°, 5º, 45 e 50, §1°, da Lei n.º 9.784, de 1999; arts. 11, §3°, 45 a 57 e 69-A do Decreto n.º 5.773, de 2006, alterado pelo Decreto nº 8.142/2013; e Portaria Normativa MEC n° 40, de 2007, com suas alterações, tendo em vista a obtenção de resultado satisfatório no Índice Geral de Cursos - IGC referente ao ano de 2012 por parte da Instituição de Educação Superior - IES com processo de supervisão instaurado pelo Despacho SERES/MEC nº 238, de 2011, determina que:

i.Sejam revogados os efeitos das medidas cautelares aplicadas pelo Despacho nº 238, de 21 de novembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 22 de novembro de 2011, com relação à FACULDADE DE TECNOLOGIA SÃO FRANCISCO - FATESF (cód. 3311), por ter apresentado resultado satisfatório no IGC referente ao ano de 2012, sem quaisquer prejuízos à manutenção do trâmite do processo de supervisão nº 23000.017367/2011-29, até que verificado o saneamento de deficiências, determinado pelo referido Despacho; e

ii.Seja notificada a FACULDADE DE TECNOLOGIA SÃO FRANCISCO - FATESF do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

Dispõe sobre a decisão de processo administrativo instaurado em face do curso de Fisioterapia (cód. 71398) ofertado pela FACULDADE DE CAMPINA GRANDE - FAC-CG (cód. 2027). Processo MEC nº 23000.017994/2011-60.

Nº 212 - A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 712/2014-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

1. Sejam reduzidas as vagas autorizadas para o curso de Fisioterapia (cód. 71398) ofertado pela FACULDADE DE CAMPINA GRANDE - FAC-CG (cód. 2027), de 250 (duzentas e cinquenta) para 225 (duzentas e vinte e cinco) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773, de 2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999;

2. Sejam revogadas as medidas cautelares aplicadas ao curso de Fisioterapia (cód. 71398) ofertado pela FACULDADE DE CAMPINA GRANDE - FAC-CG (cód. 2027), aplicadas por meio do Despacho SERES/MEC nº 249, de 2011.

3. Seja notificada a FACULDADE DE CAMPINA GRANDE - FAC-CG (cód. 2027) da possibilidade de interposição de recurso, nos termos do art. 53, do Decreto nº 5.773, de 2006; e

4. Seja notificada a FACULDADE DE CAMPINA GRANDE - FAC-CG (cód. 2027) do teor do Despacho, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

Dispõe sobre a decisão de processo administrativo instaurado em face do curso de Enfermagem (cód. 101949) ofertado pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS - CEULM/ULBRA (cód. 452). Processo MEC nº 23000.017882/2011-17.

Nº 213 - A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 713/2014-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

1. Seja arquivado o processo de supervisão nº 23000.017882/2011-17 com fundamento expresso no art. 52 do Decreto nº 5.773, de 2006;

2. Sejam revogadas as medidas cautelares aplicadas ao curso de Enfermagem (cód. 101949) ofertado pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS - CEULM/ULBRA (cód. 452), aplicadas por meio do Despacho SERES/MEC nº 242, de 2011; e

3. Seja notificado o CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS - CEULM/ULBRA (cód. 452) do teor do Despacho, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

Dispõe sobre o arquivamento do processo de supervisão nº 23000.017852/2011-01.

Nº 214 - SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II e 211, § 1º, da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 714/2014-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

1.Seja arquivado o processo de supervisão nº 23000.017852/2011-01, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006;

2.Sejam revogados os efeitos das medidas cautelares aplicadas ao curso de Biomedicina (cód. 71431) da FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE IPATINGA - FUPAC (cód. 15450), por meio do Despacho nº 248, de 30 de novembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 01 de dezembro de 2011;

3.Seja a FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE IPATINGA - FUPAC (cód. 15450) notificada da publicação do presente Despacho de arquivamento, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

MARTA WENDEL ABRAMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.027, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.065160/2013-80, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Economia e Relações Internacionais do Centro Socioeconômico, objeto do Edital nº 175/DDP/2014, publicado no Diário Oficial da União de 09 de abril de 2014, Seção 3, página 75, homologado pelo Conselho da Unidade em 15/07/2014.

Área/Subárea de Conhecimento: Economia/Economia Industrial
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE
Vagas: 1 (uma)
Denominação: Professor Adjunto A
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média Final
1º	FRED LEITE SIQUEIRA CAMPOS	8,10
2º	GUSTAVO DE OLIVEIRA AGGIO	8,06
3º	GILSON GERALDINO DA SILVA JUNIOR	7,83

KARYN PACHECO NEVES

PORTARIA Nº 1.028, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007858/2014-61, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Química do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, objeto do Edital nº 175/DDP/2014, publicado no Diário Oficial da União de 09 de abril de 2014, Seção 3, página 75, homologado pelo Conselho da Unidade em 31/07/2014.

Área/Subárea de Conhecimento: Química/Separação
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE
Vagas: 1 (uma)
Denominação: Professor Adjunto A
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média Final
1º	LUCIANO VITALI	8,68
2º	MARCEL PIOVEZAN	7,33

KARYN PACHECO NEVES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1.384-A, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

A PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade dos Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados regidos pelos seguintes editais:

Edital 053/2013 de Processo Seletivo Simplificado realizado pela ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE, na Área de Meio-Ambiente e Controle Ambiental, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 05 de Agosto de 2013.

Edital 061/2013 de Processo Seletivo Simplificado realizado pela FACULDADE DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN, na Área de Design de Mobiliário, Modelos e Protótipos, Materiais e Processos Industriais, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 04 de Agosto de 2013.

Edital 066/2013 de Processo Seletivo Simplificado realizado pelo INSTITUTO DE ARTES, na Área de Teoria da Música, Análise Musical e Música do Século XX, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 27 de Agosto de 2013.

Edital 052/2013 de Concurso Público realizado pelo INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, na Área de Extensão e Comunicação Rural, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 08 de Agosto de 2013.

Edital 065/2013 de Concurso Público realizado pelo INSTITUTO DE QUÍMICA, na Área de Físico-Química, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 22 de Agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

MARLENE MARINS DE CAMARGOS BORGES

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 14 de agosto de 2014

Processo nº:17944.000297/2013-89
Interessado:Estado do Pará
Assunto:Desnecessidade de reanálise da capacidade de pagamento em referência à operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 26.400.000,00 (vinte e seis milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado do Pará - PRODETUR/PA".

Despacho:Considerando o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional e o despacho do Secretário do Tesouro Nacional, ratifico o entendimento sobre a desnecessidade de reanálise da capacidade de pagamento do Estado para a finalidade de prosseguimento do processo com vistas à concessão de garantia da União.

Processo nº: 17944.000743/2013-55.
Interessado Banco do Brasil S/A. e o Estado do Amazonas.
Assunto: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito 20/2013-9, celebrado entre o Estado do Amazonas e o Banco do Brasil S/A, com garantia da União; e Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 20/02013-9, celebrado entre o Banco do Brasil S/A. e o Estado do Amazonas, com garantia da União.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional bem assim o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União nos contratos acima mencionados, com as alterações a serem realizadas por meio do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 20/2013-9, cuja minuta segue rubricada para fins de identificação.

Processo nº: 17944.000740/2014-01.
Interessados: Município de Governador Valadares.
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Município de Governador Valadares, com a interveniência do BNDES, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Município de Governador Valadares, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., ambos relativos a Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, a ser firmado entre o Município de Governador Valadares e o BNDES, no valor de R$ 87.330.000,00 (oitenta e sete milhões, trezentos e trinta mil reais), cujos recursos serão destinados às intervenções em infraestrutura de mobilidade urbana, previstas no âmbito do PAC 2 Mobilidade Urbana Médias Cidades.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem assim o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, autorizo as contratações, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Processo nº 17944.000716/2014-63
Interessado:Estado da Bahia
Assunto:Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos EUA), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia - PDRS".

Despacho:Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e considerando a permissão contida na Resolução nº 21, de 8 de agosto de 2014, daquela Casa Legislativa, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Estado da Bahia, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe e a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Estado da Bahia.

GUIDO MANTEGA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 14, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 30 de julho de 2014, que dispõe sobre o pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, de que tratam o art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e os arts. 34 e 40 da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL SUBSTITUTO e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e nos arts. 34 e 40 da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, resolvem:

Art. 1º Os arts. 4º, 5º e 10 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 30 de julho de 2014, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

I - o montante dos débitos objeto do parcelamento, descontada a antecipação de que trata o art. 3º, dividido pelo número de prestações pretendidas menos uma; e

....." (NR)

"Art. 5º O sujeito passivo que desejar pagar à vista ou parcelar os saldos remanescentes de parcelamentos em curso, na forma desta Portaria Conjunta, deverá formalizar a desistência dessas modalidades, observando as seguintes regras:

I - na hipótese de pagamento à vista, a desistência deverá ser efetuada:

a) em relação ao débitos de que tratam os incisos I e III do § 1º do art. 1º, na unidade da RFB do domicílio tributário do sujeito passivo, até o dia 20 de agosto de 2014;

b) em relação ao débitos de que tratam os incisos II e IV do § 1º do art. 1º, exclusivamente nos sítios da PGFN ou da RFB na Internet, conforme o caso, nos endereços <http://www.pgfn.fazenda.gov.br> ou <http://www.receita.fazenda.gov.br>, até o dia 25 de agosto de 2014;

II - na hipótese de parcelamento, a desistência deverá ser efetuada até o dia 31 de outubro de 2014, exclusivamente nos sítios da PGFN ou da RFB na Internet, conforme o caso, nos endereços <http://www.pgfn.fazenda.gov.br> ou <http://www.receita.fazenda.gov.br>" (NR)

"Art.10 .....

V - honorários devidos nas execuções fiscais dos débitos previdenciários.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABRÍCIO DA SOLLER
Procurador-Geral da Fazenda Nacional
Substituto

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES
Secretário da Receita Federal do Brasil
Substituto

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Nº 13.817 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza PAULO ROSS HEGG, CPF nº 353.163.398-86, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.818 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza DANIEL MOTTA CAMARGO SILVA, CPF nº 278.969.528-82, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na Deliberação CVM n º 723, de 14 de agosto de 2014, publicada no D.O.U. de 15/08/2014, Seção 1, págs. 73 a 76,
Onde se lê:

" I - aprovar e tornar obrigatório, para as companhias abertas, o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 03 referente aos Pronunciamentos CPC 03 (R2), CPC 05 (R1), CPC 15

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(R1), CPC 21 (R1), CPC 31, CPC 32, CPC 35 (R2), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 38, CPC 39, CPC 40 (R1) e CPC 45 CPC 03 (R2), CPC 05 (R1), CPC 15 (R1), CPC 21 (R1), CPC 31, CPC 32, CPC 35 (R2), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 38, CPC 39, CPC 40 (R1) e CPC 45, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, anexo à presente Deliberação; e"

Leia-se:

" I - aprovar e tornar obrigatório, para as companhias abertas, o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 04 referente aos Pronunciamentos CPC 03 (R2), CPC 05 (R1), CPC 15 (R1), CPC 21 (R1), CPC 31, CPC 32, CPC 35 (R2), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 38, CPC 39, CPC 40 (R1) e CPC 45, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, anexo à presente Deliberação; e"

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DE JULGAMENTO DA 201ª SESSÃO A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO

Pauta de Julgamento de Recursos da 201ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, localizada na Av. Presidente Vargas, 730, 13º andar - Centro - Rio de Janeiro.

DIA 28 DE AGOSTO, ÀS 9 HS.

1)RECURSO N.º 1955 - Processo Susep n.º 15414.200203/2002-80 - Recorrente: Companhia de Seguros Previdência do Sul; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

2)RECURSO N.º 1968 - Processo Susep n.º 15414.001855/2002-33 - Recorrente: Real Previdência e Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

3)RECURSO Nº 2500 - Processo Susep nº 15414.001041/97-34 - Processo Apenso: 15414.001956/97-12 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luiz Bezerra da Silva.

4)RECURSO N.º 2525 - Processo Susep n.º 10.002416/00-07 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

5)RECURSO N.º 3212 - Processo Susep n.º 10.001242/00-84 - Apensos: Recurso n.º 3660 - Processo Susep n.º 10.001151/00-21 - Recurso n.º 3558 - Processo Susep n.º 10.001195/00-04 - Recurso n.º 4548 - Processo Susep n.º 10.001235/00-19 - Recurso n.º 3676 - Processo Susep n.º 10.001221/00-12 - Recurso n.º 4205 - Processos Susep n.ºs.: 10.001200/00-34, 10.001247/00-06 e 10.001223/00-30 - Recurso n.º 3548 - Processo Susep n.º 10.001172/00-09 - Recurso n.º 3180 - Processo Susep n.º 10.001162/00-47 - Recurso n.º 3659 - Processo Susep n.º 10.001241/00-11 - Recurso n.º 3643 - Processo Susep n.º 10.001179/00-40 - Recurso n.º 5275 - Processo Susep n.º 10.001174/00-26 - Recurso n.º 3380 - Processo Susep n.º 10.001164/00-72 - Recurso n.º 3675 - Processo Susep n.º 10.001171/00-38 - Recurso n.º 3359 - Processo Susep n.º 10.001237/00-44 - Recurso n.º 4883 - Processo Susep n.º 10.001240/00-59 - Recurso n.º 3674 - Processo Susep n.º 10.001185/00-42 - Recurso n.º 3673 - Processo Susep n.º 10.001239/00-70 - Recurso n.º 3965 - Processo Susep n.º 10.001219/00-62 - Recurso n.º 3881 - Processo Susep n.º 10.001211/00-51 - Recorrentes: Nelson Luiz Honório, José Luiz Carvalho de Souza, Ironildo Cunha, Heliana Fernandes Vital, Adão Jorge Brzeski, Adão Jorge Brzeski, José Bandeira Vilela, Ironildo Cunha, José Bandeira Vilela, Adão Jorge Brzeski, Ironildo Cunha, José Bandeira Vilela, Adão Jorge Brzeski, Adão Jorge Brzeski, José Luiz Carvalho de Souza, José Luiz Carvalho de Souza, José Bandeira Vilela, José Bandeira Vilela e Heliana Fernandez Vital; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

6)RECURSO N.º 3284 - Processo Susep n.º 005-01470/01 - Recorrentes: AGF Brasil Seguros S/A. e Sul América Aetna Seguros e Previdência S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

7)RECURSO N.º 3393 - Processo Susep n.º 15414.001609/2003-62 - Recorrente: Companhia de Seguros Previdência do Sul; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

8)RECURSO N.º 3580 - Processo Susep n.º 15414.001968/2002-39 - Apenso: 15414.003419/98-15 Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

9)RECURSO N.º 3859 - Processo Susep n.º 10.000026/01-84 - Recorrente: Augusto César de Farias Mello - Diretor Vice-Presidente do Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani..

10)RECURSO N.º 3931 - Processo Susep n.º 15414.200174/2003-37 - Recorrente: União Novo Hamburgo Seguros S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

11)RECURSO N.º 3955 - Processo Susep n.º 15414.000915/2006-24 - Recorrente: ALFA Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

12)RECURSO N.º 4319 - Processo Susep n.º 15414.100070/2004-12 - Recorrente: Sul América Capitalização S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

13)RECURSO N.º 4538 - Processo Susep n.º 15414.200194/2005-70 - Recorrente: Santos Seguradora S/A - em Liquidação Extrajudicial ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

14)RECURSO N.º 4578 - Processo Susep n.º 10.002355/01-97 - Recorrente: Super Dinâmica Corretora de Seguros LTDA.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

15)RECURSO N.º 4620 - Processo Susep n.º 15414.000344/2007-17 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

16)RECURSO N.º 4700 - Processo Susep n.º 15414.100169/2005-97 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

17)RECURSO N.º 4823 - Processo Susep n.º 15414.001840/2007-80 - Recorrente: Itauprev Vida e Previdência S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

18)RECURSO N.º 4824 - Processo Susep n.º 15414.004687/2007-42 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

19)RECURSO N.º 4864 - Processo Susep n.º 15414.100651/2006-16 - Recorrente: Itaú Vida e Previdência S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

20)RECURSO N.º 4892 - Processo Susep n.º 15414.001659/2007-73 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

21)RECURSO N.º 5014 - Processo Susep n.º 15414.001136/2007-27 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

22)RECURSO N.º 5069 - Processo Susep n.º 15414.001454/2007-98 - Recorrente: Federal de Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

23)RECURSO N.º 5073 - Processo Susep n.º 15414.002411/2007-20 - Recorrente: APLUB - Previdência Privada ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

24)RECURSO N.º 5117 - Processo Susep n.º 15414.000214/2008-57 - Recorrente: Rural Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

25)RECURSO N.º 5194 - Processo Susep n.º 15414.002061/2008-82 - Recorrente: MBM Previdência Privada ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

26)RECURSO N.º 5287 - Processo Susep n.º 15414.000411/2009-57 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

27)RECURSO N.º 5311 - Processo Susep n.º 15414.100922/2003-82 - Recorrente: Rosa Maria Antunes; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

28)RECURSO N.º 5327 - Processo Susep n.º 15414.004432/2007-80 - Recorrente: ASCOBOM - Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Policia Militar de Minas Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

29)RECURSO N.º 5334 - Processo Susep n.º 15414.200110/2002-55 - Recorrente: Interbrazil Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

30)RECURSO N.º 5346 - Processo Susep n.º 15414.004722/2008-12 - Recorrente: Sul América Capitalização S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

31)RECURSO N.º 5434 - Processo Susep n.º 15414.004755/2005-10 - Apenso: 10.004616/01-40 Recorrente: Sabemi Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luiz Bezerra da Silva.

32)RECURSO N.º 5436 - Processo Susep n.º 15414.200355/2007-97 - Recorrente: Brasilveículos Companhia de Seguros ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

33)RECURSO N.º 5476 - Processo Susep n.º 15414.000241/97-98 - Recorrente: Nobre Seguradora do Brasil S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

34)RECURSO N.º 5496 - Processo Susep n.º 15414.100221/2006-96 - Recorrente: Mitsui Sumitomo Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

35)RECURSO N.º 5504 - Processo Susep n.º 15414.000459/2009-65 - Recorrente: Investprev Seguros e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

36)RECURSO N.º 5549 - Processo Susep n.º 15414.100259/2006-69 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

37)RECURSO N.º 5586 - Processo Susep n.º 15414.100012/2006-42 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

38)RECURSO N.º 5601 - Processo Susep n.º 15414.100233/2003-78 - Recorrente: ARCESP Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

39)RECURSO N.º 5604 - Processo Susep n.º 15414.100125/2006-48 - Recorrente: AGF Brasil Seguros S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

40)RECURSO Nº 5616 - Processo Susep nº 15414.300089/2005-30 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luiz Bezerra da Silva.

41)RECURSO N.º 5626 - Processo Susep n.º 10.005550/99-82 - Recorrente: Arthur Osório Marques Falk, Ex-Administrador da Interunion Capitalização S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

42)RECURSO N.º 5691 - Processo Susep n.º 15414.200261/2007-18 - Recorrente: Associação dos

Agentes Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre - AIAMU; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

43)RECURSO N.º 5701 - Processo Susep n.º 15414.100027/2007-91 - Recorrente: Nobre Seguradora do Brasil S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

44)RECURSO N.º 5724 - Processo Susep n.º 15414.100370/2006-55 - Recorrente: Nobre Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

45)RECURSO N.º 5782 - Processo Susep n.º 15414.100720/2007-64 - Recorrente: Santander Brasil Seguros S/A (antiga Santander Banespa Seguros S/A); Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

46)RECURSO N.º 5788 - Processo Susep n.º 15414.100231/2006-21 - Recorrente: Maxlife Seguradora do Brasil S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

47)RECURSO N.º 5794 - Processo Susep n.º 15414.003032/2009-19 - Recorrente: APLUB Capitalização S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

48)RECURSO N.º 5834 - Processo Susep n.º 15414.001651/2006-26 - Recorrente: Marítima Seguros S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

49)RECURSO N.º 5872 - Processo Susep n.º 15414.002193/2008-12 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

50)RECURSO N.º 5877 - Processo Susep n.º 15414.100122/2005-23 - Recorrente: Federal de Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

51)RECURSO N.º 5901 - Processo Susep n.º 15414.004756/2008-07 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

52)RECURSO N.º 5918 - Processo Susep n.º 15414.005278/2005-00 - Recorrente: Sabemi Seguradora S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

53)RECURSO N.º 5934 - Processo Susep n.º 15414.200261/2009-80 - Recorrente: Matter e Silva - Corretora de Seguros LTDA. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

54)RECURSO N.º 5950 - Processo Susep n.º 15414.003787/2005-90 - Recorrentes: AGF Brasil Seguros S/A (atual Allianz Seguros S/A.) e Santander Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luiz Bezerra da Silva.

55)RECURSO N.º 5986 - Processo Susep n.º 15414.003780/2008-11 - Recorrente: Federal de Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

56)RECURSO N.º 6034 - Processo Susep n.º 15414.300131/2006-01 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

57)RECURSO N.º 6050 - Processo Susep n.º 15414.001256/2009-96 - Recorrente: Bradesco Seguros S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

58)RECURSO N.º 6053 - Processo Susep n.º 15414.001520/2008-19 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

EDIÇÃO DE ISSN DIÁRIO OFICIAL IMPRENSA NACIONAL

59)RECURSO N.º 6099 - Processo Susep n.º 15414.004035/2009-70 - Recorrente: Generali Brasil Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

60)RECURSO N.º 6149 - Processo Susep n.º 15414.003686/2009-42 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

61)RECURSO N.º 6174 - Processo Susep n.º 15414.200189/2008-18 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luiz Bezerra da Silva.

62)RECURSO N.º 6220 - Processo Susep n.º 15414.002477/2009-81 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luiz Bezerra da Silva.

63)RECURSO N.º 6241 - Processo Susep n.º 15414.001781/2002-35 - Recorrente: Finasa Seguradora S/A. - atual Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

64)RECURSO N.º 6266 - Processo Susep n.º 15414.003289/2009-71 - Recorrente: Sul América Capitalização S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

65)RECURSO N.º 6288 - Processo Susep n.º 15414.200038/2011-57 - Recorrente: MBM Previdência Privada ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

66)RECURSO N.º 6292 - Processo Susep n.º 15414.003605/2010-48 - Recorrente: Associação dos Transportes de Concórdia e Alto Uruguai Catarinense; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

67)RECURSO N.º 6299 - Processo Susep n.º 15414.100782/2007-76 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

68)RECURSO N.º 6300 - Processo Susep n.º 15414.003283/2009-01 - Recorrente: Federal de Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

69)RECURSO N.º 6334 - Processo Susep n.º 15414.001403/2009-28 - Recorrente: APLUB Capitalização S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

70)RECURSO N.º 6335 - Processo Susep n.º 15414.002426/2008-79 - Recorrente: Pirâmide Corretora de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

71)RECURSO N.º 6345 - Processo Susep n.º 15414.002631/2010-59 - Recorrente: Federal de Seguros S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

72)RECURSO N.º 6347 - Processo Susep n.º 15414.003199/2009-80 - Recorrente: Federal de Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

73)RECURSO N.º 6359 - Processo Susep n.º 15414.001859/2011-11 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

74)RECURSO N.º 6377 - Processo Susep n.º 15414.100177/2011-81 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

75)RECURSO N.º 6380 - Processo Susep n.º 15414.100178/2011-26 - Recorrente: Aliança do Brasil Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

76)RECURSO N.º 6398 - Processo Susep n.º 15414.200306/2011-31 - Recorrente: União de Previdência S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

77)RECURSO N.º 6438 - Processo Susep n.º 15414.400008/2008-43 - Recorrente: Almeida Gomes Administradora e Corretora de Seguros LTDA.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luiz Bezerra da Silva.

78)RECURSO N.º 6472 - Processo Susep n.º 15414.002817/2011-99 - Recorrente: Liderança Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Finco Mariani.

79)RECURSO N.º 6496 - Processo Susep n.º 15414.001392/2011-09 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

80)RECURSO N.º 6537 - Processo Susep n.º 15414.200013/2012-34 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

81)RECURSO N.º 6548 - Processo Susep n.º 15414.100645/2011-18 - Recorrente: SWISS RE Corporate Solutions Brasil Seguros S/A (antiga UBF Seguros S/A); Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

82)RECURSO N.º 6568 - Processo Susep n.º 15414.005908/2011-86 - Recorrente: Federal de Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

83)RECURSO N.º 6588 - Processo Susep n.º 15414.005363/2011-16 - Recorrente: Caixa Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

84)RECURSO N.º 6606 - Processo Susep n.º 15414.005000/2011-72 - Recorrente: BVA Seguros S/A. (antiga Aruana Seguros S/A.) ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

85)RECURSO N.º 6623 - Processo Susep n.º 15414.000165/2012-39 - Recorrente: Federal de Seguros S/A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

Rio de Janeiro-RJ, 11 de agosto de 2014.
ANA MARIA MELO NETTO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.490, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, que estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, no art. 3º do Decreto nº 8.212, de 21 de março de 2014, e na Portaria RFB nº 1.880, de 24 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

§ 3º Na hipótese de pedido de restituição formulado por representante do sujeito passivo, o requerente deverá apresentar à RFB procuração conferida por instrumento público ou particular, termo de tutela ou curatela ou, quando for o caso, alvará ou decisão judicial que o autorize a requerer a quantia.

....." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 2012, passa a vigorar acrescida dos arts. 29-C e 51-C:

"Art. 29-C. O saldo de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurados pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras de álcool na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, existente em 8 de maio de 2013, poderá ser objeto de ressarcimento.

§ 1º O pedido de ressarcimento dos créditos de que trata o caput somente poderá ser efetuado:

I - relativamente aos créditos apurados até 31 de dezembro de 2011, a partir de 24 de março de 2014; e

II - relativamente aos créditos apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 e 8 de maio de 2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

§ 2º O ressarcimento do saldo de créditos de que trata o caput poderá ser solicitado somente para créditos apurados até 5 (cinco) anos anteriores, contados da data do pedido."

"Art. 51-C. O saldo de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurados pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras de álcool na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, existente em 8 de maio de 2013, poderá ser objeto de compensação.

§ 1º A compensação dos créditos de que trata o caput somente poderá ser declarada:

I - relativamente aos créditos apurados até 31 de dezembro de 2011, a partir de 24 de março de 2014; e

II - relativamente aos créditos apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 e 8 de maio de 2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

§ 2º A compensação do saldo de créditos de que trata o caput poderá ser declarada somente para créditos apurados até 5 (cinco) anos anteriores, contados da data do pedido.

§ 3º A compensação do saldo de créditos de que trata este artigo deverá ser precedida do pedido de ressarcimento formalizado de acordo com o art. 32."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 7, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a natureza das operações realizadas por empresas contratadas no exterior para disponibilizar infraestrutura para armazenamento e processamento de dados em alta performance para acesso remoto, identificada no jargão do mundo da informática como data center.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 585, 682 e 708 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, no art. 2º-A da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, e no art. 1º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, declara:

Art. 1º Os valores pagos, creditados, entregues ou remetidos por residente ou domiciliado no Brasil para empresa domiciliada no exterior, em decorrência de disponibilização de infraestrutura para armazenamento e processamento de dados para acesso remoto, identificada como data center, são considerados para fins tributários remuneração pela prestação de serviços, e não remuneração decorrente de contrato de aluguel de bem móvel.

Parágrafo único. Sobre os valores de que trata o caput devem incidir o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação (Cide-Royalties), a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e a Cofins-Importação.

Art. 2º Ficam modificadas as conclusões em contrário constantes em Soluções de Consulta ou em Soluções de Divergência emitidas antes da publicação deste ato, independentemente de comunicação aos consulentes.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz SA, CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10970.720137/2013-93, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz SA, CNPJ 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Cuba
2) Marca Comercial	Plaza Gold KS
3) Cigarro	King Size 83 mm
4) Embalagem	Maço
5) Preço de Venda a Varejo	R$ 5,75 / vintena
6) Quantidade autorizada de vintenas	720.000
7) Valor Unitário / Cor dos Selos de Controle	R$ 0,063 / vintena - Selo Vermelho
8) Unidade da RFB para aquisição dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia / MG

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBER GIL ZECA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 37 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada.

Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação) e óleo diesel que apure a contribuição pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida nos art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3º desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A receita da venda de gás natural veicular (GNV) não sofre incidência monofásica da contribuição. Sujeita-se às regras da cumulatividade ou da não cumulatividade aplicadas aos bens em geral, a depender do regime a que esteja submetida a pessoa jurídica. No caso de pessoa jurídica tributada em regime não cumulativo, as receitas de venda desse produto sofrem incidência da contribuição à alíquota de 1,65%, com a possibilidade de desconto dos créditos admitidos pela legislação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º.

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Cofins. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 21 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que esteja vinculada a pessoa jurídica.

Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação) e óleo diesel que apure a Cofins pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida nos art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.833, de 2003, é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3º desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.

A receita de venda de gás natural veicular (GNV) não sofre incidência monofásica da contribuição. Sujeita-se às regras da cumulatividade ou da não cumulatividade aplicadas aos bens em geral, a depender do regime a que esteja submetida a pessoa jurídica. No caso de pessoa jurídica tributada em regime não cumulativo, as receitas de venda desse produto sofrem incidência da contribuição à alíquota de 7,6%, com a possibilidade de desconto dos créditos admitidos pela legislação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ . sob nº 20.102.235/0001-00.

O Delegado-Adjunto da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13128.720151/2014-05, declara:

Art.1º- NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.102.235/0001-00, em nome de PRIMEIRO TABELIONATO DE NOTAS DE LUZIÂNIA - GOIÁS, em razão de ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento, nos termos do disposto no artigo 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de Maio de 2014.

Art 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/04/2014, data da abertura, de acordo com o disposto o § 2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

HUGO SOUZA ALVES DOMINGOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ sob nº 20.032.889/0001-04.

O Delegado-Adjunto da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13128.720152/2014-41, declara:

Art.1º- NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.032.889/0001-04, em nome de REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS, em razão de ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento, nos termos do disposto no artigo 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de Maio de 2014.

Art 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/04/2014, data da abertura, de acordo com o disposto o § 2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

HUGO SOUZA ALVES DOMINGOS

PORTARIA Nº 30, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS/GO, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estarem configuradas as hipóteses de exclusão previstas nos incisos II e XI do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, a pessoa jurídica relacionada abaixo, conforme proposta constante do processo administrativo 14088.000016/2014-18/PFSN/ANA-GO:

Nome: GRÃO MASTER COMERCIO DE CEREAIS
CNPJ: 03.883.402/0001-70
Efeitos: 14/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HUGO SOUZA ALVES DOMINGOS
Delegado-Adjunto

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Declara suspensa a isenção tributária pleiteada na declaração de rendimentos de pessoa jurídica do ano-calendário de 2010 da instituição que menciona, por prática de infração à legislação tributária.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso da competência que lhe confere os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e o que consta no Processo Administrativo nº 10166.721927/2014-51, declara:

Art. 1º SUSPENSA a isenção da contribuinte SETEC - SOCIEDADE DE ENSINO TECNOLOGIA EDUCACAO E CULTURA, CNPJ nº 00.720.011/0001-46, em face da prática de infração à legislação tributária no ano-calendário de 2010, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal, do art. 15 da Lei 9.532/97, do art. 14 da Medida Provisória 2.158-35/01 e do art. 8 da Lei 11.096/05.

Art. 2º A suspensão surtirá efeito a partir de 01/01/2010, conforme o disposto no artigo 32, § 5º da Lei nº 9.430 de 27/12/1996.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de trinta dias contados da data da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à suspensão, nos termos do artigo 32, § 6º, inciso I e § 10 da Lei nº 9.430 de 27/12/1996.

Parágrafo único. Não havendo a manifestação de inconformidade no prazo mencionado o caput deste artigo a suspensão tornar-se-á definitiva.

PAULO MARTINS BORGES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Declara baixada de ofício por inexistência de fato a inscrição no CNPJ Nº 06.002.622/0001-35 - LEX SOLUÇÕES CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA-ME.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 27, inciso II, alínea "b" e art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º. BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 06.002.622/0001-35 atribuída à pessoa jurídica LEX SOLUÇÕES CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA-ME, aberta em 11.11.2003, com endereço na Rua Augusto Leite Figueiredo, 80, Sala 01, Chácara Vendas, Campo Grande/MS, CEP 79003-090 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu QSA, seu representante no CNPJ e o preposto dele, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10140.720045/2014-67.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALGISA PAES DA COSTA FUJITA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Pelo presente ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO, A Delegada Substituta da Receita Federal do Brasil em Campo Grande-MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art. 37, inciso II, c/c o art. 39, inciso II, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30 de maio de 2014 e acatando a representação formalizada em processo administrativo, declara:

Art. 1º. INAPTA a inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, por motivo de não ter sido localizada no endereço constante no CNPJ, o contribuinte abaixo:

CNPJ	CONTRIBUINTE	PROCESSO ADMINISTRATIVO
05.889.906/0001-22	NASCENTE CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA	10140.721985/2013-92

Art. 2º. É considerado inidôneo, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, o documento emitido por pessoa jurídica cuja inscrição no CNPJ tenha sido declarada inapta.

Art. 3º. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ADALGISA PAES DA COSTA FUJITA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Declara baixada de ofício por inexistência de fato a inscrição no CNPJ nº 14.064.024/0001-19 - TUTTO IN COTTO PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-ME.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 27, inciso II, alínea "b" e art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º. BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 14.064.024/0001-19 atribuída à pessoa jurídica TUTTO IN COTTO PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-ME, aberta em 04.08.2011, com endereço na Rua Porfirio Gonçalves, 1211, Centro, Rio Verde de Mato Grosso/MS, CEP 79480-000 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu QSA, seu representante no CNPJ e o preposto dele, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10477.720003/2014-24.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALGISA PAES DA COSTA FUJITA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei 7.798, de 10 de julho de 1989.

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em São Luís (MA), no uso da competência delegada pelo art. 5º § 1º, I e § 3º I, da Instrução Normativa (IN), RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, DOU de 7.8.2008, declara.

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados em Anexo Único.

Art. 2º Os produtos referidos no anexo único art. 1º, acondicionados em recipientes de capacidade de 181ml até 375ml, TIPI 2208.90.00-06, estão sujeitos à incidência do IPI, proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente. Conforme disposto no § 7º do art. 150 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE, referem-se a produtos comercializados em vasilhame não retornável.

Parágrafo único. Para as marcas de vinho comum ou de consumo corrente, comercializados em vasilhame retornável, o enquadramento do produto dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do § 2º do art. 150 do Ripi.

Art. 4º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do IPI que observarem o disposto no § 2º do art. 152 do Ripi.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

PAULO ROBERTO MENDES DE ARAÚJO

ANEXO ÚNICO

IPI Solicitação de Enquadramento de Bebida Data: 14/08/2014
03201 - DRF-SÃO LUÍS

Número ADE:	000007
Ano:	2014
Data de Criação do ADE:	05/08/2014

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)	MPF
16.693.538/0001-69	TIQUIRA TIMBOTIBA	De 181ml até 375ml	2208.90.00	K	03.2.01.00-2014-00109-0

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Declara Inapta a inscrição no CNPJ da empresa que menciona, por motivo de inexistência de fato.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 302 e inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do artigo 81 e artigo 82 da Lei nº 9.430/96 e inciso II do art. 37 c/c com inciso II e parágrafo 2º do art. 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, considerando ainda o que consta no processo nº 14751.720199/2014-11, resolve declarar:

Art. 1º - Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa COURO FINO LTDA - ME (CNPJ nº 09.122.504/0001-59) por inexistência de fato, conforme inciso II do artigo 37 e II do art. 39 da IN/RFB nº 1.183/2011 e registros constantes do processo acima indicado;

Art. 2º - Inidôneos os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros a partir de 22/04/2014.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 189, DE 15 AGOSTO DE 2014

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 (publicada no D.O.U. de 03/06/2014).

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 206, de 24/07/2013, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2013, e considerando o estabelecido nos arts. 10, 37, inciso II, e 39, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° 10480.728.127/2014-07, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa Livre Assessoria Financeira e Comercial Ltda., CNPJ/MF n° 03.070.060/0001-79, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 42 e 43 da supracitada Instrução Normativa.

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 190, DE 15 AGOSTO DE 2014

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 (publicada no D.O.U. de 03/06/2014).

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 206, de 24/07/2013, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2013, e considerando o estabelecido nos arts. 37, inciso I, e 38, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa DISTRIBUIDORA PRATA FAMILIAR LTDA, CNPJ/MF n° 06.964.533/0001-70, por estar omissa de declarações e demonstrativos: a que, estando obrigada, deixar de apresentar declarações e demonstrativos em 2 (dois) exercícios consecutivos.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 42 e 43 da supracitada Instrução Normativa.

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 191, DE 15 AGOSTO DE 2014

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 (publicada no D.O.U. de 03/06/2014).

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 206, de 24/07/2013, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2013, e considerando o estabelecido nos arts. 37, inciso I, e 38, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa DISTRIBUIDORA MÃE BENTA LTDA, CNPJ/MF n° 06.943.556/0001-06, por estar omissa de declarações e demonstrativos: a que, estando obrigada, deixar de apresentar declarações e demonstrativos em 2 (dois) exercícios consecutivos.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 42 e 43 da supracitada Instrução Normativa.

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 192, DE 15 AGOSTO DE 2014

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 (publicada no D.O.U. de 03/06/2014).

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 206, de 24/07/2013, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2013, e considerando o estabelecido nos arts. 37, inciso I, e 38, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa DISTRIBUIDORA DUAS NAÇÕES LTDA, CNPJ/MF n° 03.056.647/0001-23, por estar omissa de declarações e demonstrativos: a que, estando obrigada, deixar de apresentar declarações e demonstrativos em 2 (dois) exercícios consecutivos.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 42 e 43 da supracitada Instrução Normativa.

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, com base no art. 37, inciso II, e no art. 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.450, de 30 de maio de 2014, declara:

- Inaptidão das empresas abaixo relacionadas, em razão de a pessoa jurídica não ter sido localizada no endereço no CNPJ:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	PROCESSO
04.163.678/0001-46	POLO PROFESSIONAL SERVIÇOS LTDA - EPP	10580.726127/2014-36
04.056.753/0001-70	PRECAVER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	10580.725686/2014-29
08.926.555/0001-70	R.C.A. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	10580.724883/2014-21

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 113, DE 22 DE JULHO DE 2014

Declara NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA (MG), no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012 e de acordo com o disposto no art. 32, 33 e 34 da Instrução Normativa RFB n° 1.042, de 10/06/2010, publicada no Diário Oficial da União em 14/06/2010, declara:

Art.1°. Declara NULA, POR FRAUDE, com efeito retroativo a 19/06/2006, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) n° 098.119.816-39, em nome de SEYDE MEIRELLES BRAGA, por haver sido obtida mediante a apresentação de documentos falsos, com fundamento nos artigos 31 a 34 da Instrução Normativa RFB n° 1.042, de 10/06/2010, publicada no Diário Oficial da União em 14/06/2010, e conforme apurado no processo administrativo de numero 10148.000761/2010-21.

WARLEN PEREIRA DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

PORTARIA Nº 66, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Portaria DRF/VAR nº 41, de 25 de abril de 2014, que dispõe acerca do atendimento ao contribuinte, do agendamento e da distribuição de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte(CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha/MG e das Agências circunscricionadas.

O DELEGADO-SUBSTITUTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelos artigos 224 e 240 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil(RFB),

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012,publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, e no art. 1º§2º, da Portaria RFB nº 2.445, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º A Portaria DRF/VAR nº 41, de 25 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 09 de maio de 2014, Seção 1, páginas 25 a 26, que dispões acerca do atendimento ao contribuinte, do agendamento e da distribuição de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte(CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha/MG e as Agências circunscricionadas, passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 2º .....

I - no Centro de Atendimento ao Contribuinte-CAC, localizado em Varginha-MG, de 12h às 19h

....."(NR)

Art. 6º As senhas presenciais serão distribuídas nos intervalos de 8h às 12h e de 13h às 17h no CAC, localizado em Varginha-MG, e de 13h às 16h30min nas Agências da Receita Federal do Brasil- ARF, localizadas em Alfenas, Itajubá, Lavras, Pouso Alegre e São Lourenço."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SAULO DE TARSO CASTRO PESSOA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 31 DE JULHO DE 2014

Declara INAPTIDÃO da inscrição de pessoa jurídica que menciona.

O Chefe do Serviço de Orientação e Análise Tributaria - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória (ES), com base na competência delegada pela Portaria DRF/Vitória/ES nº 196, de 27/12/2012 (D.O.U. De 28/12/2012), e, no uso da competência prevista no inciso III do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, nos termos dos artigos 37 e 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e considerando o constante do processo administrativo nº 10611.720196/2014-21, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTIDÃO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica CANEVARI DO BRASIL COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA -EPP, CNPJ 03.730.964/0001-83, pelo fato da empresa não ter sido localizada no endereço constante na base do CNPJ.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da publicação deste ato.

PAULO SÉRGIO RAMOS NICOLAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Declara INAPTIDÃO da inscrição de pessoa jurídica que menciona.

O Chefe do Serviço de Orientação e Análise Tributaria - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória (ES), com base na competência delegada pela Portaria DRF/Vitória/ES nº 196, de 27/12/2012 (D.O.U. De 28/12/2012), e, no uso da competência prevista no inciso III do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, nos termos dos artigos 37 e 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e considerando o constante do processo administrativo nº 10611.721612/2013-28, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTIDÃO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica ISOALLOYS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS S/A, CNPJ 04.132.438/0001-29, pelo fato da empresa não ter sido localizada no endereço constante na base do CNPJ.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da publicação deste ato.

PAULO SÉRGIO RAMOS NICOLAU

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 138, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.014435/0614-59, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada QUEIROZ GALVÃO ÓLEO E GÁS S/A, CNPJ nº 30.521.090/0001-27, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é KAROON PETRÓLEO E GAS LTDA, CNPJ nº 09.347.916/0001-97.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA

PORTARIA Nº 52, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alternados relativamente às parcelas do débito consolidado, a pessoa jurídica MARINALDO PEREIRA DOS SANTOS - ME, CNPJ nº 46.901.914/0001-24, com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2014, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo n° 10820.721260/2014-26.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDENILSON NUNES FREITAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos inciso V do artigo 1º e inciso I do artigo 4º da Portaria DRF/OSA nº 140, de 26 de outubro de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica FRANPEÇAS AUTOMOTIVAS E REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ Nº 56.434.350/0001-10, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Osasco, no endereço: Rua Avelino Lopes, 156, Centro - Osasco/SP.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA ARAKAKI

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 30 DE MAIO DE 2014

Concede Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), instituído pelos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006 e o constante do processo administrativo nº 18186.728364/2013-15, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006.

Nome empresarial: FIBRIA CELULOSE S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 60.643.228/0001-21

Art. 2º Observar o disposto nos artigos 13 e 14 da Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006, em relação ao prazo para fruição do benefício e conversão da suspensão da exigência das contribuições em alíquota zero.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MARIANA CONCEIÇÃO GOMES DE OLIVEIRA VALENÇA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

ZENILSON FERREIRA ALVES JUNIOR, AFRFB, matrícula SIAPECAD nº 1295402, no exercício da competência delegada pelo art. 4ª, inciso V da Portaria nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81 da Lei nº 9430/96 c/c art. 37 da IN RFB nº 1.470/2014, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: SIROCCO FRANCE BRASIL COMERCIAL IMP E EXP LTDA

CNPJ: 00.778.414/0001-46

Processo: 10314.724.522/2014-24

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE

ZENILSON FERREIRA ALVES JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA HELENA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

O INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA HELENA/PR, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº	NOME	PROCESSO	CPF
01	RODRIGO DE OLIVEIRA	10955.720039/2014-25	048.365.859-61

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ORLANDO KUNIO ONISHI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720271/2013-30, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
FLORA MARIA TOMBINI - ME	05.619.902/0001-24	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720272/2013-84, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
GELSI GILMAR KLUGE - ME	08.083.044/0001-34	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720273/2013-29, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
GELSO ANTÔNIO HENRIQUE DE ALMEIDA - ME	95.763.694/0001-25	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720274/2013-73, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
GIOVANI MACEDO - ME	11.628.756/0001-04	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720275/2013-18, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
GUIDONI E FILHO LTDA - ME	07.512.750/0001-91	01/06/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720277/2013-15, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
IRMÃOS POLETO LTDA - ME	78.527.546/0001-92	01/06/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720278/2013-51, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
IVONIR BERGAMASCHI - ME	10.970.396/0001-53	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720279/2013-04, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
JAIME JOSÉ MARQUES - MINIMERCADO - ME	04.306.004/0001-53	01/06/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720280/2013-21, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
JOCINEIA KASPER - ME	09.371.905/0001-42	01/09/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720281/2013-75, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
JÚLIO CESAR DA SILVA VALTER - ME	10.326.642/0001-39	01/06/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720282/2013-10, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
LOIRI ANTÔNIO MARIA - ME	01.920.582/0001-97	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720283/2013-64, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
LUCIANA LISBOA - ME	11.974.260/0001-84	01/09/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720284/2013-17, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MARINES SCHNEIDER FERRABOLI - ME	13.787.980/0001-66	01/09/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720285/2013-53, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MASTER 3 M LTDA - ME	09.530.979/0001-84	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720286/2013-06, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MERCADO DANI - ME	82.690.934/0001-67	01/09/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720288/2013-97, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MERCADO E AÇOUGUE ALTERNATIVO LTDA - ME	04.908.366/0001-14	01/09/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720289/2013-31, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MERCADO MAIOLI LTDA - ME	95.761.235/0001-02	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720292/2013-55, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MERCADO PIRAN LTDA - ME	04.416.836/0001-22	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720293/2013-08, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MERCADO RODRIGUES LTDA	08.308.721/0001-75	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720294/2013-44, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MERCADO ROSSILVA LTDA - ME	95.862.470/0001-70	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.720296/2013-33, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
NILO BALASTRELLI - ME	82.093.949/0001-48	01/08/2011

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por inexistência de fato.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com redação dada pela lei 11.941, de 27 de maio de 2009, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e considerando o Processo Administrativo nº 13973.720092/2014-04, declara:

Art. 1º A baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa Osmar Lienemann - ME, CNPJ nº 02.544.863/0001-55, conforme disposto no inciso IV do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, com data retroativa à 5 de julho de 2010.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 125, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 219, de 17 de outubro de 2011, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Engarrafador nº 10106/229.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 219, de 17 de outubro de 2011, referente no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/229, de engarrafador, no processo 13016.000453/2010-99 pertencente ao estabelecimento da empresa Indústria Vinícola Lazzari Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 88.421.474/0001-58, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Champanha Branco Brut	Lazzari	22.04.10.10	não retornável	750 ml
Chanpanha Branco Demi-Sec	Lazzari	22.04.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Moscato Embrapa	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Moscato Embrapa	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Isabel	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ WESCHENFELDER

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 296, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Regulamenta o art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a definição, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Condel/Sudam), das diretrizes e prioridades, com vistas à elaboração da proposta de programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para o exercício de 2015.

Art. 2º A formulação dos programas de financiamento do FNO deverá observar:

I - as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009;

II - as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, das políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), e das prioridades a serem estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudam;

III - a previsão de aplicação dos recursos do Fundo para as sete Unidades da Federação integrantes de sua área de atuação, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região.

Art. 3º Os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FNO:

I - a Faixa de Fronteira;

II - as mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Xingu, Bico do Papagaio (exceto os municípios do Estado do Maranhão) e Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins);

III - os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;

Art. 4º O Banco da Amazônia deverá encaminhar ao Ministério da Integração Nacional (MI) e à Sudam as propostas:

I - de programas de financiamento, até 30 de setembro de 2014;

II - de aplicação dos recursos, até 30 de outubro de 2014.

Art. 5º Na elaboração das propostas de programas de financiamento e de aplicação dos recursos do FNO, serão observadas as seguintes orientações de caráter geral:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e de micro, pequenas e pequena-médias empresas, beneficiários do FNO, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR;

II - especial apoio a empreendimentos que priorizam o uso sustentável de recursos naturais, que promovam o Desenvolvimento sustentável e a Inclusão Social, bem como a difusão da inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis e apoio às estratégias de produção;

III - a proposta de aplicação dos recursos do FNO para o exercício de 2015 deverá ser formulada pelo Banco da Amazônia, em articulação com a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e com a Sudam;

IV - a proposta de aplicação dos recursos do FNO deverá apresentar quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício de 2015, estimando a totalidade dos ingressos e das saídas de recursos previstos para o ano, especificando:

a) como fonte de recursos:

1. as disponibilidades previstas para o final do ano de 2014;

2. os recursos originários dos retornos de financiamentos já concedidos;

3. repasses de recursos originários da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o exercício de 2015;

4. remuneração das disponibilidades do Fundo;

5. retorno ao Fundo de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco;

6. outras modalidades de ingresso de recursos, especificando a origem e os respectivos valores estimados.

b) como despesas e saídas de recursos:

1. despesas com o pagamento da taxa de administração;

2. despesas com auditoria externa independente;

3. despesas com o bônus de adimplência;

4. despesas com rebates;

5. despesas com del credere;

6. montante das liberações/desembolsos de recursos previstos para 2015, decorrentes de operações contratadas em anos anteriores;

7. despesas com a remuneração das operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

8. outras saídas e/ou despesas, com especificação da origem e dos respectivos valores.

c) os recursos disponíveis para aplicação no exercício de 2015, apresentando estimativas para as seguintes aplicações, observada a vedação de que trata o parágrafo único deste artigo:

1. por Unidade da Federação, mediante estimativa a ser realizada considerando a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 5% (cinco por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF;

2. por programa de financiamento;

3. por setor assistido;

4. por porte de mutuário;

5. por espaço prioritário da PNDR (art. 3º retro);

6. por outras instituições financeiras (art. 9º da Lei nº 7.827/1989).

V - o documento contendo a proposta deverá informar que o Pronaf será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), disciplinadas no Manual de Crédito Rural (MCR 10), publicado pelo Banco Central do Brasil;

VI - a proposta deverá conter programa ou linha de financiamento específico para o atendimento à agropecuária irrigada e às operações de crédito de que tratam os incisos I e II, do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

VII - deverá apresentar previsão de aplicação de recursos do Fundo para as linhas ou programas de financiamento de que tratam o inciso anterior;

VIII - os programas de financiamento do FNO deverão estabelecer, de forma clara e precisa, todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como:

) beneficiários;

b) itens financiáveis;

c) itens e atividades não financiáveis;

d) limite financiável (percentual a ser financiado em relação ao orçamento apresentado);

e) teto dos financiamentos (valor máximo por cliente ou grupo econômico);

f) prazo das operações;

g) encargos financeiros e concessão de bônus de adimplência;

h) forma de apresentação das propostas;

i) identificar as exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

j) outras informações consideradas indispensáveis ao perfeito entendimento, pelos mutuários, do funcionamento e da operacionalização dos recursos do FNO.

IX - na proposta de programação, deverá ser incluída relação dos municípios classificados por Estado da Região Norte e, dentro de cada Estado, agrupados de acordo com a tipologia definida na PNDR;

X - para a elaboração da proposta de aplicação dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia, em articulação com a SFRI/MI e com a Sudam, deverá promover reuniões com técnicos e representantes dos Governos Estaduais e das classes produtoras e trabalhadoras de cada Unidade Federativa, objetivando adequar os programas de financiamento a serem propostos às necessidades das economias de cada Estado.

Parágrafo único. Fica vedada a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas.

Art. 6º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicações em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:

a) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto;

b) nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012; e

c) nos casos de empreendimentos, caracterizados como prioritários mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do fundo.

II - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

c) a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Art. 7º Observado o disposto no art. 18-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o encargo de ouvidor do FNO poderá ser atribuído ao Ouvidor já ocupante do cargo na Sudam, devendo a atribuição de competência ser aprovada pelo respectivo Conselho Deliberativo por proposta da Superintendência.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 297, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Regulamenta o art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a definição, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Condel/Sudene), das diretrizes e prioridades, com vistas à elaboração da proposta de programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício de 2015.

Art. 2º A formulação dos programas de financiamento do FNE deverá observar:

I - as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009;

II - sintonia com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, das políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e das prioridades a serem estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudene;

III - previsão de aplicação dos recursos do Fundo para as Unidades da Federação integrantes de sua área de atuação, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região.

Art. 3º Os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FNE:

I - o Semiárido;

II - as mesorregiões diferenciadas de Águas Emendadas (municípios do Estado de Minas Gerais da área de atuação da Sudene), do Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão), da Chapada do Araripe, da Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Tocantins), do Seridó, do Jequitinhonha/Mucuri e do Xingó;

III - os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;

IV - os municípios das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE's): do Polo de Petrolina/PE e Juazeiro/BA e da Grande Teresina.

Art. 4º O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) deverá encaminhar ao Ministério da Integração Nacional (MI) e à Sudene as propostas:

I - de programas de financiamento, até 30 de setembro de 2014;

II - de aplicação dos recursos, até 30 de outubro de 2014.

Art. 5º Na elaboração das propostas de programas de financiamento e de aplicação dos recursos do FNE, serão observadas as seguintes orientações de caráter geral:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e de micro, pequenas e pequena-médias empresas, beneficiários do FNE, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR;

II - a proposta de programação do FNE para o exercício de 2015 deverá ser formulada pelo BNB, em articulação com a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e com a Sudene;

III - a proposta de aplicação dos recursos do FNE deverá apresentar quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício de 2015, estimando a totalidade dos ingressos e das saídas de recursos previstos para o ano, especificando:

a) como fonte de recursos:

1. as disponibilidades previstas para o final do ano de 2014;

2. os recursos originários dos retornos de financiamentos já concedidos;

3. repasses de recursos originários da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o exercício de 2015;

4. remuneração das disponibilidades do Fundo;

5. retorno ao Fundo de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco;

6. outras modalidades de ingresso de recursos, especificando a origem e os respectivos valores estimados.

b) como despesas e saídas de recursos:

1. despesas com o pagamento da taxa de administração;

2. despesas com auditoria externa independente;

3. despesas com o bônus de adimplência;

4. despesas com rebates;

5. despesas com del credere;

6. montante das liberações/desembolsos de recursos previstos para 2015, decorrentes de operações contratadas em anos anteriores;

7. despesas com a remuneração das operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

8. outras saídas e/ou despesas, com especificação da origem e dos respectivos valores.

c) os recursos disponíveis para aplicação no exercício de 2015, apresentando estimativas para as seguintes aplicações, observada a vedação de que trata o parágrafo único deste artigo:

1. por Unidade da Federação, mediante estimativa a ser realizada considerando a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 4,5% (quatro e meio por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF, exceto no Estado do Espírito Santo;

2. por programa de financiamento;

3. por setor assistido;

4. por porte de mutuário;

5. por espaço prioritário da PNDR (art. 3º retro);

6. por outras instituições financeiras (art. 9º da Lei nº 7.827/1989).

IV - o documento contendo a proposta deverá informar que o Pronaf será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), disciplinadas no Manual de Crédito Rural (MCR 10), publicado pelo Banco Central do Brasil;

V - a proposta de aplicação dos recursos do FNE deverá conter programa ou linha de financiamento específico para o atendimento à agropecuária irrigada e às operações de crédito de que tratam os incisos I e II, do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

VI - deverá apresentar previsão de aplicação de recursos do Fundo para as linhas ou programas de financiamento de que tratam o inciso anterior;

VII - os programas de financiamento do FNE deverão estabelecer, de forma clara e precisa, todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como:

a) beneficiários;

b) itens financiáveis;

c) itens e atividades não financiáveis;

d) limite financiável (percentual a ser financiado em relação ao orçamento apresentado);

e) teto dos financiamentos (valor máximo por cliente ou grupo econômico);

f) prazo das operações;

g) encargos financeiros e concessão de bônus de adimplência;

h) forma de apresentação das propostas;

i) identificar as exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento;

j) outras informações consideradas indispensáveis ao perfeito entendimento, pelos mutuários, do funcionamento e da operacionalização dos recursos do FNE.

VIII - na proposta de programação, deverá ser incluída relação dos municípios classificados por Estado da área de atuação da Sudene e, dentro de cada Estado, agrupados de acordo com a tipologia definida na PNDR;

IX - para a elaboração da proposta de aplicação dos recursos do FNE, o BNB, em articulação com a SFRI/MI e com a Sudene, deverá promover reuniões com técnicos e representantes dos Governos Estaduais e das classes produtoras e trabalhadoras de cada Unidade Federativa, objetivando adequar os programas de financiamento a serem propostos às necessidades das economias de cada Estado.

Parágrafo único. Fica vedada a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas.

Art. 6º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:

a) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto; e

b) nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

II - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

c) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Art. 7º Observado o disposto no art. 18-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o encargo de ouvidor do FNE poderá ser atribuído ao Ouvidor já ocupante do cargo na Sudene, devendo a atribuição de competência ser aprovada pelo respectivo Conselho Deliberativo por proposta da Superintendência.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 298, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Regulamenta o art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a definição, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), das diretrizes e prioridades, com vistas à elaboração da proposta de programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2015.

Art. 2º A formulação dos programas de financiamento do FCO deverá observar:

I - as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009;

II - sintonia com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, das políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), e das prioridades a serem estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudeco;

III - previsão de aplicação dos recursos do Fundo para as quatro Unidades da Federação integrantes de sua área de atuação, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região.

Art. 3º Os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FCO:

I - a Faixa de Fronteira;

II - a mesorregião diferenciada de Águas Emendadas;

III - os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como estagnada ou dinâmica;

IV - os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO.

Art. 4º O Banco do Brasil deverá encaminhar ao Ministério da Integração Nacional (MI) e à Sudeco as propostas:

I - de programas de financiamento, até 30 de setembro de 2014;

II - de aplicação dos recursos, até 30 de outubro de 2014.

Art. 5º Na elaboração das propostas de programas de financiamento e de aplicação dos recursos do FCO, serão observadas as seguintes orientações de caráter geral:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e de micro, pequenas e pequena-médias empresas, beneficiários do FCO, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - a proposta de aplicação dos recursos do FCO para o exercício de 2015 deverá ser formulada pelo Banco do Brasil, em articulação com a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e com a Sudeco;

III - a proposta de aplicação dos recursos do FCO deverá apresentar quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício de 2015, estimando a totalidade dos ingressos e das saídas de recursos previstos para o ano, especificando:

a) como fonte de recursos:

1. as disponibilidades previstas para o final do ano de 2014;

2. os recursos originários dos retornos de financiamentos já concedidos;

3. repasses de recursos originários da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o exercício de 2015;

4. remuneração das disponibilidades do Fundo;

5. retorno ao Fundo de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco;

6. outras modalidades de ingresso de recursos, especificando a origem e os respectivos valores estimados.

b) como despesas e saídas de recursos:

1. despesas com o pagamento da taxa de administração;

2. despesas com auditoria externa independente;

3. despesas com o bônus de adimplência;

4. despesas com rebates;

5. despesas com del credere;

6. montante das liberações/desembolsos de recursos previstos para 2015, decorrentes de operações contratadas em anos anteriores;

7. despesas com a remuneração das operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

8. outras saídas e/ou despesas, com especificação da origem e dos respectivos valores.

c) os recursos disponíveis para aplicação no exercício de 2015, apresentando estimativas para as seguintes aplicações, observada a vedação de que trata o § 1º deste artigo:

1. por Unidade da Federação, mediante estimativa a ser realizada considerando a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF;

2. por programa de financiamento;

3. por setor assistido;

4. por porte de mutuário;

5. por espaço prioritário da PNDR (art. 3º retro);

6. por outras instituições financeiras (art. 9º da Lei nº 7.827/1989).

IV - o documento contendo a proposta deverá informar que o Pronaf será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), disciplinadas no Manual de Crédito Rural (MCR 10), publicado pelo Banco Central do Brasil;

V - a proposta deverá conter programa ou linha de financiamento específico para o atendimento à agropecuária irrigada e às operações de crédito de que tratam os incisos I e II, do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

VI - deverá apresentar previsão de aplicação de recursos do Fundo para as linhas ou programas de financiamento de que tratam o inciso anterior;

VII - os programas de financiamento do FCO deverão estabelecer, de forma clara e precisa, todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como:

a) beneficiários;

b) itens financiáveis;

c) itens e atividades não financiáveis;

d) limite financiável (percentual a ser financiado em relação ao orçamento apresentado);

e) teto dos financiamentos (valor máximo por cliente ou grupo econômico);

f) prazo das operações;

g) encargos financeiros e concessão de bônus de adimplência;

h) forma de apresentação das propostas;

i) identificar as exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento;

j) outras informações consideradas indispensáveis ao perfeito entendimento, pelos mutuários, do funcionamento e da operacionalização dos recursos do FCO.

VIII - na proposta de programação, deverá ser incluída relação dos municípios classificados por UF na Região Centro-Oeste e, dentro de cada UF, agrupados de acordo com a tipologia definida na PNDR;

IX - para a elaboração da proposta de aplicação dos recursos do FCO, o Banco do Brasil, em articulação com a SFRI/MI e com a Sudeco, deverá promover reuniões com técnicos e representantes dos Governos Estaduais e das classes produtoras e trabalhadoras de cada Unidade Federativa, objetivando adequar os programas de financiamento a serem propostos às necessidades das economias de cada Estado.

§ 1º. Fica vedada a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas, ressalvada a aplicação da alternativa prevista no § 3º.

§ 2º. Para efeito do disposto no item 1 da alínea "c" do inciso III deste artigo, considera-se Unidade da Federação (UF), no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios.

§ 3º. Alternativamente ao disposto no inciso III, alínea "c", item 1, e no § 1º deste artigo, fica estabelecida a faculdade de a previsão inicial de aplicação dos recursos por UF observar os seguintes percentuais:

I - Distrito Federal: dezenove por cento (19%);

II - Goiás: vinte e nove por cento (29%);

III - Mato Grosso: vinte e nove por cento (29%);

IV - Mato Grosso do Sul: vinte e três por cento (23%).

§ 4º. No caso de adoção da alternativa prevista no parágrafo anterior:

I - a previsão de aplicação de recursos por UF deverá ser reprogramada até 31 de outubro de 2015, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2015, bem como as operações em fase final de contratação nesta data;

II - os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, deverão envidar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação por UF estabelecido no inciso III, alínea "c", item 1, deste artigo;

III - o Banco do Brasil deverá encaminhar à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e à Sudeco até 31 de outubro de 2015 a Programação do FCO para 2015 e o Caderno de Informações Gerenciais do FCO, posição de set/2015, atualizados com base nos valores reprogramados e/ou redistribuídos.

Art. 6º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto;

a) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto; e

b) nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

II - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

c) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Art. 7º Observado o disposto no art. 18-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o encargo de ouvidor do FCO poderá ser atribuído ao Ouvidor já ocupante do cargo na Sudeco, devendo a atribuição de competência ser aprovada pelo respectivo Conselho Deliberativo por proposta da Superintendência.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 299, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso XIII do art. 4º do Anexo I ao Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), para o exercício de 2015.

Art. 2º As prioridades para o FDA no ano de 2015 serão estabelecidas em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e com o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), observadas as potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As seguintes Diretrizes serão observadas pela SUDAM na aprovação de projetos de investimentos no âmbito do FDA:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos projetos de investimentos em infraestrutura e aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR:

a) a Faixa de Fronteira;

b) as mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Xingu, Bico do Papagaio (exceto os municípios do Estado do Maranhão) e Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins); e

c) os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;

II - promoção do desenvolvimento em bases mais sustentáveis;

III - inclusão social, com geração de emprego e incremento de renda;

IV - ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional;

V - expansão, modernização e diversificação da base econômica da Amazônia;

VI - aumento e fortalecimento das vantagens competitivas da Amazônia;

VII - integração econômica inter ou intrarregional;

VIII - apoio à implantação, fortalecimento e melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas;

IX - inserção da economia da Amazônia em mercados externos em bases competitivas;

X - indução e apoio à inovação tecnológica;

XI - conservação e preservação do meio ambiente;

XII - atração e promoção de novos investimentos para a Região com alavancagem de recursos financeiros de outras fontes;

XIII - valorização das potencialidades turísticas como fator de desenvolvimento local;

XIV - indução e apoio às melhores práticas produtivas.

Art. 3º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicações em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:

a) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto; e

b) nos casos de empreendimentos, caracterizados como prioritários mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do fundo.

II - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), exceto nos casos em que:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

c) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Parágrafo único. A vedação expressa no inciso I aplica-se quando da aprovação da consulta prévia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 300, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso XX do art. 4º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e no inciso II do art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), para o exercício de 2015.

Art. 2º As prioridades para o FDCO no ano de 2015 serão estabelecidas em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e com Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), observadas as potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criada pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009.

Parágrafo único. As seguintes Diretrizes serão observadas pela SUDECO na aprovação de projetos de investimentos no âmbito do FDCO:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos projetos de investimentos em infraestrutura e aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR:

a) a Faixa de Fronteira;

b) a mesorregião diferenciada das Águas Emendadas;

c) os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como estagnada ou dinâmica; e

d) os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FDCO.

II - promoção do desenvolvimento em bases mais sustentáveis;

III - inclusão social, com geração de emprego e incremento de renda;

IV - ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional;

V - expansão, modernização e diversificação da base econômica do Centro-Oeste;

VI - aumento e fortalecimento das vantagens competitivas do Centro-Oeste;

VII - integração econômica inter ou intrarregional;

VIII - apoio à implantação, fortalecimento e melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas;

IX - inserção da economia do Centro-Oeste em mercados externos em bases competitivas;

X - indução e apoio à inovação tecnológica;

XI - conservação e preservação do meio ambiente;

XII - atração e promoção de novos investimentos para a Região com alavancagem de recursos financeiros de outras fontes;

XIII - valorização das potencialidades turísticas como fator de desenvolvimento local;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XIV - indução e apoio às melhores práticas produtivas.

Art. 3º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicações em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto;

II - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), exceto nos casos em que:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

c) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Parágrafo único. A vedação expressa no inciso I aplica-se quando da aprovação da consulta prévia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 301, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do parágrafo 6º do art. 10 da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e na alínea "a" do inciso XIII do art. 4º do Anexo I ao Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), para o exercício de 2015.

Art. 2º As prioridades para o FDNE no ano de 2015 serão estabelecidas em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e com Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), observadas as potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As seguintes Diretrizes serão observadas pela SUDENE na aprovação de projetos de investimentos no âmbito do FDNE:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos projetos de investimentos em infraestrutura e aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR:

a) o Semiárido;

b) as mesorregiões diferenciadas do Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão), da Chapada do Araripe, da Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Tocantins), do Seridó, do Jequitinhonha/Mucuri, do Xingó e Águas Emendadas (municípios do Estado de Minas Gerais, integrantes da área de atuação da SUDENE);

c) os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica; e

d) os municípios das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE´s): do Polo de Juazeiro/PE e Petrolina/BA e da Grande Teresina.

II - promoção do desenvolvimento includente e sustentável, com geração de emprego e incremento da renda;

III - ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional;

IV - expansão, modernização e diversificação da base econômica do Nordeste;

V - aumento e fortalecimento das vantagens competitivas do Nordeste;

VI - fortalecimento e integração da base produtiva regional;

VII - integração econômica inter ou intrarregional;

VIII - implantação, fortalecimento e melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas;

IX - apoio à inovação, integração e complementaridade tecnológica;

X - inserção da economia do Nordeste em mercados externos, em bases competitivas;

XI - atração e promoção de investimentos para a Região com alavancagem de outras fontes de recursos.

Art. 3º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicações em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendi mento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto;

II - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), exceto nos casos em que:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

c) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Parágrafo único. A vedação expressa no inciso I aplica-se quando da aprovação da consulta prévia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 14 de agosto de 2014

Nº 958 - Referência: Ato de Concentração 08700.004446/2014-31. Requerentes: Baker Hughes Oilfield Operations, Inc. e Aker Solutions Inc. Advogados: Eduardo Molan Gaban, Bruno Magalhães Santos, Marcio Silveira Bueno e Nathalie Teyssonneyre. Decido pela aprovação sem restrições.

Em 15 de agosto de 2014

Nº 966 - Ref.: Processo Administrativo nº 08700.004617/2013-41. Representante: Cade ex officio. Representados: Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda.; Balfour Beatty Rail Power Systems Brazil; Bombardier Transportation Brasil Ltda.; CAF Brasil Indústria e Comércio; Caterpillar Brasil Ltda.; ConsTech Assessoria e Consultoria Internacional Ltda.; Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda.; Hyundai-Rotem Co. Ltd.; IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A.; MGE Equipamentos e Serviços Ferroviários Ltda.; Mitsui & Co Ltd.; MPE - Montagens e projetos especiais S.A.; PROCINT - Projetos e Consultoria Internacional S/C Ltda.; Serveng-Civilsan S/A - Empresas Associadas de Engenharia; Siemens Ltda.; TCBR Tecnologia e Consultoria Brasileira S/A; Temoinsa do Brasil Ltda.; Trans Sistemas de Transportes S.A.; Adagir de Salles Abreu Filho; Agenor Marinho Contente Filho; Albert Fernando Blum; Alexander Flegel; Alvaro Colomer; Amador Francisco Rodriguez Peñin; Ana Giros; Andoni Sarasola Altuna; Andras Mukics Mesics; Antoine Riviere; Antonio Charro; Antonio Dias Felipe; Antonio Oporto; Arthur Gomes Teixeira; Barry Howe; Begoña García Vázquez; Ben-Hur Coutinho Viana de Souza; Bertrand Delpierre; Bertrand Lenne; Carlos Alberto Alves Roso; Carlos Alberto Penna Leopoldo; Carlos Eduardo Teixeira; Cesar Ponce de Leon; Daniel Mischa Leibold; David Lopes; Denis Girault; Dirk Schönberger; Edgard Camargo de Toledo Filho; Edson Assini; Edson Yassuo Hira; Eduardo Cesar Basaglia; Edyval Antônio Campanelli Junior; Everton Rheinheimer; Felix Fernandez; Fernando Arizmendi; Fleury Pissaia; Francisco de Assiz Perroni; Francisco Essi Amigo; Friedrich Smaxwill; Geraldo Phillipe Hertz Filho; German Corcho Garcia; Haroldo Oliveira de Carvalho; Herbert Hans Steffen; Homero Lobo de Vasconcellos; Ibon Garcia; Iñigo Celigueta; Isidro Ramon Fondevilla Quinonero; Jan-Malte Hans Jochen Orthmann; Jean Marc de Reviere; Jose Alcaide Moreno; José Manuel Uribe Regueiro; José Ricardo Garcia Valladão; Juan Maria Iniguez; Juarez Barcellos Filho; Júlio César Leitão; Katharine Edge; Laurent Lumbroso; Lothar Dill; Ludwig Scheele; Luis Giralt; Luiz Antonio Taulois da Costa; Luiz Fernando Ferrari; Manuel Carlos do Rio Filho; Marcelo Zugaiar dos Santos; Marco Antônio Barreiro Contin; Marco Vinicius Barbi Missawa; Marcos José Ribeiro; Maria Aprecida R. Bartholetti; Masao Suzuki; Massimo Andrea Giavina Bianchi; Maurício Evandro Chagas Memória; Michael Kerling; Michele Viale; Miguel Sagarra; Moises Smaire Neto; Murilo Rodrigues da Cunha; Nelson Branco Marchetti; Newton José Leme Duarte; Patrick Houlgatte; Paulo José de Carvalho Borges Junior; Paulo Munck Machado; Paulo Roberto Stuart; Paulo Rubens Fonetenle Albuquerque; Peter Andreas Golitz; Peter Rathgeber; Philipe Dufosse; Philippe Delleur; Reinaldo Goulart de Andrade; Renato Grillo Ely; Ricardo Mario Lamenza; Rinaldo Marques Tsuruda; Robert Weber; Rodolfo Sergio Canas; Rodrigo Otávio Lobo da Costa; Ronaldo Cavalieri; Ronaldo Hikari Moriyama; Rosângela Lorena de Sousa Tsuruda; Ruy Marcos Grieco; Serge Van Themsche; Sergio Valente Lombardi; Stephanie Brun-Brunet; Telmo Giolito Porto; Thibault Desteract; Wagner Ibarrola; Wagner Ribeiro; Wilson Daré; Woo Dong Ik; Xavier Boisgontier; Yves Robert Alfred Antonini. Advogados: Luiz Fernando Ulhôa Cintra; Bárbara Mendes Lôbo; Caio Mário da Silva Pereira Neto; Paulo Leonardo Casagrande; Ivan Henrique Moraes Lima; Leonardo Lima Cordeiro; Wellington Coelho Trindade; Leonardo Aparecido Reis Brasil; Leonardo Maniglia Duarte; Olavo Zago Chinaglia; Patrícia Agra Araujo; Eduardo Cavalcante Gauche; Carla Maria Martins Gomes; Fernando Augusto Pinto; Ricardo Noronha Inglês de Souza; Stefanie Christine Schmitt; Adriana Mourão Nogueira; Pedro Sérgio Costa Zanotta; Paola Petrozziello Pugliese; Henrique de Paula Borges; Daniel Oliveira Andreoli; Patricia Bandouk Carvalho; Luiz Carlos Lopes Madeira; Marcia Lyra Bergamo; Braz Martins Neto; Mônica Moya Martins Wolff e outros. Advogados: Leonor Augusta Giovine Cordovil, Carolina Saito da Costa, Patricia Agra Araujo, Érica Bastos da Silveira Cassini, Daniel Marcelino, Ana Cecilia Pires Santoro, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Aylla Mara de Assis, Adriana Mourão Nogueira, Ariovaldo Barbosa Pires Júnior, Luiz Carlos Seixas, Marcello Alencar de Araújo, Priscila Brolio Gonçalves, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Luiz Fernando Prado de Miranda, Flávio Luiz Yarshell, Frederico Centeno Dutra, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Daniel Oliveira Andreoli, Marcelo Mendes Montragio, Ricardo Noronha Inglez de Souza, Luciana Dutra de Oliveira Silveira, Aluízio José de Almeida Cherubini, José Manoel de Arruda Alvim Netto, Leonardo Maniglia Duarte, Rodrigo da Silva Alves dos Santos, Karen Ramos de Luna, Joao Paulo Fernandes de Carvalho, Luiz Carlos Lopes Madeira, Marcia Lyra Bergamo, Bruno Soares de Alvarenga, Anderson Alves de Albuquerque, André Marques Gilberto, Schermann Chystie Miranda e Silva, Bárbara Mendes Lôbo, Carla Maria Martins Gomes, Fernando Augusto Pinto, Leonardo Lima Cordeiro, Ivan Henrique Moraes Lima, Braz Martins Neto, Mônica Moya Martins Wolff, Thiago Brügger da Bouza, Stephanie Passos Guimarães, Eduardo Humberto Dalcamim, Bruno de Siqueira Pereira, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Luciano Inácio de Souza e outros. Acolho a Nota Técnica nº 230, aprovada pelo Superintendente Adjunto, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido pela admissão da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM como terceiras interessadas aptas a intervir no presente feito nos termos delimitados na nota técnica. Decido, ainda, pelo encaminhamento às intervenientes da nota técnica de instauração do presente processo para que, querendo, manifestem-se no prazo de 15 (quinze) dias. Outrossim, decido que autos "Apenso Metrô" e "Apenso CPTM" deverão ser tratados como autos de acesso restrito a todos os representados.

Nº 969 - Ato de Concentração nº 08700.005446/2014-59. Requerentes: DUFRY AG (Dufry) e THE NUANCE GROUP AG (Nuance), NOEL INTERNATIONAL AS (Noel) GECOS SpA (Gecos) e PAI PARTNERS SAS (PAI Partners. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11. Ao Setor Processual.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.986, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8613 - DPF/PPA/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, CNPJ nº 75.904.383/0119-13 para atuar no Mato Grosso do Sul.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.990, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8690 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ nº 10.364.152/0002-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1637/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.005, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8466 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSEGUR - SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 03.265.996/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1501/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 3.007, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8650 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TEKSID DO BRASIL, CNPJ nº 16.694.812/0001-14 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1559/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.013, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8007 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.229.363/0002-72, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Revólveres calibre 38

984 (novecentas e oitenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.019, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8544 - DPF/CXS/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHOPPING CENTER BENTO GONÇALVES, CNPJ nº 04.400.814/0001-74 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1635/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.021, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8566 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SILIMED - INDÚSTRIA DE IMPLANTES LTDA, CNPJ nº 29.503.802/0001-04 para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1646/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.029, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9335 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RECOVERYSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 04.852.383/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1620/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.033, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8472 - DPF/UDI/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGURAR VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 09.632.105/0001-38, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

100 (cem) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.039, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9072 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa SAMURAI CENTRO DE FORMACAO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES, CNPJ nº 01.263.382/0001-09, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

976 (novecentas e setenta e seis) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.040, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9784 - DPF/DVS/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa DUX ESCOLA DE VIGILANTES LTDA. - ME, CNPJ nº 13.817.435/0001-75, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Carabinas calibre 38

10 (dez) Espingardas calibre 12

10 (dez) Pistolas calibre .380

20 (vinte) Revólveres calibre 38

10 (dez) Munições calibre .380

10 (dez) Munições calibre 12

20 (vinte) Munições calibre 38

120000 (cento e vinte mil) Espoletas calibre 38

20000 (vinte mil) Estojos calibre 38

120000 (cento e vinte mil) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

80000 (oitenta mil) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Estojos calibre .380

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

10000 (dez mil) Buchas calibre 12

1000 (um mil) Quilos de chumbo calibre 12

39600 (trinta e nove mil e seiscentas) Espoletas calibre 12

10000 (dez mil) Estojos espoletados calibre 12

10000 (dez mil) Estojos calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Máquinas de recarga calibre 38

2 (duas) Máquinas de recarga calibre 380

2 (duas) Máquinas de recarga calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.052, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7531 - DPF/VDC/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEVMAX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 13.416.744/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1673/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO DIRETOR

Com base no processo de permanência definitiva com base em prole brasileira n°08270.001682/2009-46,deferido em 17 de agosto de 2010 pelo Ministério da Justiça, determino a republicação em Diário Oficial, para que o estrangeiro tenha o prazo para comparecimento no Departamento de Policia Federal renovado, visto que a fundamentação para o pedido de permanência perdura.

Processo Nº 08270.001682/2009-46 - ILVIO FABI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2012, Seção 1 pág. 39, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro 2009

Processo Nº 46094.034132/2011-03 - ANWAR SALAMA AHMED ABRI.

JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA
XAVIER DA SILVA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08460.041385/2013-82 - OSCAR ROMAN ZAMBRANO MONTES, até 06/12/2014

Processo Nº 08460.041408/2013-59 - INDIRA CLAUDIA ALBERTO PINTO, até 20/02/2015

Processo Nº 08505.010457/2014-67 - GIULIA ULIVI, até 08/02/2015

Processo Nº 08460.041363/2013-12 - OLGA MILENA ZARCO SUAREZ, até 24/12/2014

Processo Nº 08460.041373/2013-58 - LEANDRO ANTONIO SANGO, até 04/03/2015

Processo Nº 08460.041402/2013-81 - MARLON MICHAEL LOPEZ FLORES, até 17/01/2015

Processo Nº 08505.139622/2013-81 - MAURO OSVALDO E SILVA MENDES, até 06/02/2015

Processo Nº 08705.000007/2014-18 - DULCENEIA DOMINGOS SEBASTIAO, até 07/02/2015

Processo Nº 08707.006529/2013-14 - DIEGO PATRICIO CALERO ARELLANO, até 13/02/2015

Processo Nº 08460.041405/2013-15 - MABEL ANGELICA RAMOS LUCUMI, até 28/02/2015

Processo Nº 08460.041375/2013-47 - NELSON ANDRE MUGABE, até 17/03/2015

Processo Nº 08460.036482/2013-53 - SAMUEL ISAIAS PEREZ MARTINEZ, até 17/12/2014

Processo Nº 08460.036485/2013-97 - SIMONE CURCIO, até 24/01/2015

Processo Nº 08460.036486/2013-31 - OMAR HUERTA RAMIREZ, até 22/12/2014

Processo Nº 08460.036490/2013-08 - ALEX MAURICIO ZAMUDIO ESPINOSA, até 04/01/2015

Processo Nº 08460.036494/2013-88 - ASTRID CATALINA FLOREZ BUITRAGO, até 13/01/2015

Processo Nº 08460.041153/2013-24 - DEBORA LUIANA GERONIMO NUNES, até 28/12/2014

Processo Nº 08386.001589/2014-00 - ABDOU FAISOL BELLO, até 25/02/2015

Processo Nº 08460.041335/2013-03 - ALI BAKHSHANDEHROSTAMI, até 18/02/2015

Processo Nº 08390.007153/2013-76 - PATRICIA RODRIGUEZ RODRIGUEZ, até 10/02/2015

Processo Nº 08390.007180/2013-49 - TITI JOAO LUBENGO, até 04/02/2015

Processo Nº 08444.012034/2013-62 - VIRGILIO ANTONIO LIVELE, até 09/03/2015

Processo Nº 08460.028374/2013-15 - CARLOS VLADMIR GONCALVES DOMINGOS, até 04/09/2014

Processo Nº 08460.041384/2013-38 - CARL-JOHAN MICHAEL OBERG, até 23/01/2015

Processo Nº 08460.041179/2013-72 - GUSTAVO ADOLFO MUNOZ GAVIRIA, até 31/01/2015

Processo Nº 08460.041160/2013-26 - JUAN ESTEBAN VILLARREAL MONTOYA, até 08/01/2015

Processo Nº 08460.041157/2013-11 - DELCIO ARY SALVADOR FRANCISCO, até 06/03/2015

Processo Nº 08390.007073/2013-11 - JEAN NKAYA KASHALA, até 26/01/2015

Processo Nº 08390.007097/2013-70 - NASTASSIA AMALIA REAL SOLEY, até 12/01/2015

Processo Nº 08390.007116/2013-68 - AIN NZINGA SOUNDA, até 27/02/2015

Processo Nº 08390.007120/2013-26 - EMILIO JOSE PAVON LEDESMA, até 28/02/2015

Processo Nº 08390.007121/2013-71 - JACQUES MAURIAT NGALEMO SIANKHE, até 24/02/2015

Processo Nº 08390.007134/2013-40 - HANNES WEBER, até 09/02/2015

Processo Nº 08390.007071/2013-21 - CHRISTOPHER BARROS DA GRACA, até 28/03/2015

Processo Nº 08390.007141/2013-41 - ANA FRANCISCO CORREIA MUACHAMBI, até 15/02/2015

Processo Nº 08460.030188/2013-38 - ANNE MARIE ANDREA HOUTOUKPE, até 11/02/2015

Processo Nº 08460.032953/2013-54 - PAULO BAVECA JORGE BRANDA, até 07/03/2015

Processo Nº 08460.036370/2013-01 - THOMAS MICHAEL LIMMER, até 31/12/2014

Processo Nº 08460.036453/2013-91 - KAYO YOSHIMURA, até 21/01/2015

Processo Nº 08460.036458/2013-14 - ALEXANDRE LAFRANQUE, até 13/12/2014

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEFIRO o(s) pedido(s) abaixo relacionado(s) de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente

Processo Nº 08505.052118/2013-77 - ESPERANZA APAZA MAMANI

Processo Nº 08505.052242/2013-32 - AMANDA CRISTINA TINTAYA MAMANI

Processo Nº 08505.052250/2013-89 - DIOSALINA SILVIA MAMANI ARROYO

Processo Nº 08505.052261/2013-69 - RICHARD ARUQUIPA MACHACA

Processo Nº 08505.052119/2013-11 - WILLY OMAR CHOQUE COCARICO, ELZABETH MAMANI CHURA e YERAL CHOQUE MAMANI

Processo Nº 08505.052083/2013-76 - JAVIER VILLANUEVA GUTIERREZ

Processo Nº 08505.052089/2013-43 - REMIGIO EBGERTO ORTIZ AYMURO

Processo Nº 08505.052121/2013-91 - NICOLAS MAGNO UMINA MAMANI

Processo Nº 08505.052264/2013-01 - FRANZ CRUZ ARUQUIPA

Processo Nº 08505.052278/2013-16 - ALBARO MARCELO MAMANI TORREZ

Processo Nº 08505.052267/2013-36 - OSWALDO MAMANI PAYE

Processo Nº 08505.035606/2013-10 - RENE BUSTENCIO RAMOS

Processo Nº 08505.035617/2013-08 - VALERIA RAMOS CALLISAYA

Processo Nº 08505.052283/2013-29 - ESTELVINA GALEANO AREVALOS

Processo Nº 08505.052132/2013-71 - REBECA VIVIANA UMINA MAMANI

Processo Nº 08505.052045/2013-13 - MAYA LORENA NAVIA BAPTISTA

Processo Nº 08505.052265/2013-47 - ROGELIO BENITEZ BRITES

Processo Nº 08505.052313/2013-05 - MARIA ELENA MAMANI KANTUTA e YURI ANDREO CALLISAYA MAMANI

Processo Nº 08505.058845/2013-48 - VICTOR HUGO USCAMAYTA MAMANI

Processo Nº 08505.058848/2013-81 - RAUL CORTEZ APAZA

Processo Nº 08505.059005/2013-01 - SIXTO CHAMBI ILARI

Processo Nº 08495.002321/2013-69 - BRUNO CESAR RODRIGUEZ MENDEZ

Processo Nº 08505.052501/2013-25 - ELIZABETH CESPEDES LOPEZ

Processo Nº 08505.066267/2013-13 - WILLIAN MAMANI PEREZ

Processo Nº 08505.052698/2013-01 - OCTAVIO SANTANA ZAPATA

Processo Nº 08505.052701/2013-88 - MARIA DEYSI CHOQUE NINA

Processo Nº 08505.052611/2013-97 - OMAR PEDRO LOPEZ RAMIREZ

Processo Nº 08505.052682/2013-90 - MIGUEL ANGEL CRUZ MAYDANA

Processo Nº 08505.052125/2013-79 - ROBERTO MENDOZA LOPEZ

Processo Nº 08505.066248/2013-97 - AMALIA MARTHA MAMANI TINCO

Processo Nº 08505.066320/2013-86 - WALTER HUANCA MAMANI

Processo Nº 08505.066292/2013-05 - EDWIN ALCIDES MUNOZ TAMBO

Processo Nº 08505.066301/2013-50 - ARIEL CARLOS GARCIA AIZA

Processo Nº 08505.066382/2013-98 - LUCIA MAMANI CHIPANA

Processo Nº 08505.066519/2013-12 - RONALD LLUSCO VICENTE

Processo Nº 08505.066243/2013-64 - FABIOLA CAUNE SINANI

Processo Nº 08505.052585/2013-05 - AURELIO HUANCA CONDORI

Processo Nº 08286.001605/2013-01 - PABLO ANDRES ZAYA MENDEZ

Processo Nº 08114.001123/2013-15 - VICTOR DOMINGO PRIETO LOPEZ

Processo Nº 08505.059055/2013-80 - LIDIA BEATRIZ MALDONADO GONZALEZ

Processo Nº 08505.059060/2013-92 - LUIS GEOMER CATARI QUISPE

Processo Nº 08505.066198/2013-48 - FRANCISCA CHOQUE GOMEZ

Processo Nº 08505.066484/2013-11 - FANIO CHARCA CHARCA

Processo Nº 08505.052275/2013-82 - CAYETANA SANTACRUZ DE DE MELO

Processo Nº 08505.066383/2013-32 - REVECA ONOFRE CANCHI

Processo Nº 08505.066390/2013-34 - ORLANDO CONDORI CHURQUI

Processo Nº 08505.052697/2013-58 - JUVENIL QUISPE CHOQUE

Processo Nº 08505.052436/2013-38 - CECILIO CONDORI MAMANI

Processo Nº 08505.036604/2013-48 - EDGAR COLQUE BAUTISTA, CELY MARIEL COLQUE CARRILLO e EULALIA CARRILLO FERNANDEZ

Processo Nº 08505.051132/2013-53 - MODESTA ACAPA CHOQUE

Processo Nº 08505.051195/2013-18 - OLIMPIA CASTRO LOPEZ e LILIAN ANJHELINA FLORES CASTRO

Processo Nº 08505.036525/2013-37 - JUAN ALANOCA QUISPE

Processo Nº 08452.003622/2013-14 - FLAVIO WALTER PACHECO MILAN

Processo Nº 08390.001402/2013-10 - RAFAEL MELGAERJO PORTILLO

Processo Nº 08390.002225/2013-99 - MARIA ELIZABETH BENEGAS BENITEZ

Processo Nº 08390.003890/2013-08 - CELSO RAMON ORTIZ VALENZUELA

Processo Nº 08505.066829/2013-29 - GUDDIAR YEMMY VASQUEZ CHOQUE

Processo Nº 08505.066843/2013-22 - MAIDA MAMANI QUISPE

Processo Nº 08505.066593/2013-21 - CESAR CLARES MAMANI

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08504.006779/2013-31 - CARLOS MANUEL GOMES FERREIRA

Processo Nº 08354.002754/2013-29 - DJEMBI DJEMBI

Processo Nº 08505.021966/2012-53 - MICHAEL JOHN WARKENTIEN e TERRY LYNN WARKENTIEN

Processo Nº 08280.006093/2013-11 - TOMY TIM ARQUINIGO HUARANCA

Processo Nº 08280.016319/2013-92 - GIANFRANCO LAURITA

Processo Nº 08280.016522/2013-69 - JOSE MANUEL RODRIGUES OLIVEIRA COELHO

Processo Nº 08702.001056/2012-28 - IGOR MOURA CHERKASOV

Processo Nº 08702.002286/2012-12 - PETER MARK GRABIEC

Processo Nº 08702.002958/2013-62 - VLADIMIRA CABANOVA

Processo Nº 08702.002961/2013-86 - SIMON DANIEL JONES

Processo Nº 08702.002986/2013-80 - MICHAEL ARTHUR ODELL

Processo Nº 08389.003429/2013-86 - FRANCISCO VERA SANABRIA

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.035379/2013-22 - LIWEI YE e XINLI YE

Processo Nº 08310.004636/2013-61 - FABIOLA LIZETH RAMIREZ GUARDIA

Processo Nº 08505.032635/2012-49 - MARIA SOLEDAD CORTEZ MARTINEZ

DEFIRO o(s) pedido (s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009.

Processo Nº 08436.001789/2013-31 - MONICA BEATRIZ GARAYO

Processo Nº 08505.051204/2013-62 - LUIS ROBERTO GRINER, ANAT GRINER e JESSICA ROSA BAREMBERG

Processo Nº 08389.011762/2013-69 - MARIA XU

Processo Nº 08495.001800/2013-68 - ISIDRO GAUNA

Processo Nº 08495.001522/2013-49 - MATIAS NICOLAS OZAN

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 108/14 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.036178/2013-42 - MARIA ANGELA PASTILLO MALDONADO

Processo Nº 08389.012689/2013-42 - NATHAN PIERRE ROBERT CHRISTODOULATOS

Processo Nº 08702.005377/2012-00 - ARELI DIAZ CASTANEDA

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08491.003434/2013-11 - SILVANO RODRIGUEZ DE ALMEIDA

Processo Nº 08505.035802/2013-94 - HERNAN LEONARDO REBALDERIA

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08441.002337/2013-05 - NARA NOEMI PEREIRA GOMES

Processo Nº 08390.003924/2013-56 - SUSANA GRACIELA MAINI SUAREZ

Processo Nº 08461.003308/2013-14 - LUIS FERNANDO SANCHEZ VILLALBA

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.004461/2014-77 - DYLAN ROY RICHMOND, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004462/2014-11 - STEPHEN ZACHARY LEACH, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004464/2014-19 - ALEXANDER MC RAE STEWART, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004537/2014-64 - RICHARD TREVOR LESUEUR, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004538/2014-17 - PARKER DAVID BRADY, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004539/2014-53 - ZACHARY PAUL OLSEN, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004540/2014-88 - TAYLOR RICHARDS COVEY, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004541/2014-22 - OLIVIA HOPE RAPATA, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004542/2014-77 - COLTON BION VAN WAGENEN, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004544/2014-66 - JUSTIN POND COX, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004550/2014-13 - ENOCH CLIFTON POORE, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004552/2014-11 - JAYDEN DREW LING, até 13/03/2015

Processo Nº 08000.004556/2014-91 - AARON KENNETH PACKARD, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004557/2014-35 - KYLER BLANE FARR, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004558/2014-80 - BRADLEY C BARTON, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004559/2014-24 - GARRETT ROSS KORDSIEMON, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004560/2014-59 - DUSTIN KYLE BALDWIN, até 11/03/2015

Processo Nº 08000.004573/2014-28 - MICHAEL BENJAMIN NISHIGUCHI, até 04/03/2015

Processo Nº 08000.004577/2014-14 - WALKER MORGAN JAMES, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004579/2014-03 - SARA JEAN WOLFLEY, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004580/2014-20 - JACOB BARNET CURL, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.004581/2014-74 - RACHAEL ANNIE ZELLER, até 13/03/2015

Processo Nº 08000.004583/2014-63 - SETH THOMAS MASON, até 05/03/2015

Processo Nº 08000.004584/2014-16 - BROOK JANE-AYLISSA MARTIN, até 05/03/2015

Processo Nº 08000.004588/2014-96 - MICHAEL JEFFERSON MATTHEWS, até 05/03/2015

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08230.017191/2013-70 - MARIA GRACIELA DA COSTA CÁ, até 27/01/2015

Processo Nº 08460.036360/2013-67 - GONZALO ALONSO JIMENEZ ALEGRIA, até 05/01/2015

Processo Nº 08460.036497/2013-11 - JUAN JOSE VILLARREAL MONTOYA, até 08/01/2015

Processo Nº 08460.041159/2013-00 - SABRINA LENZ, até 30/12/2014

Processo Nº 08460.041161/2013-71 - INOCENCIO ESTEBAN ORTIZ SAMUDIO, até 04/01/2015

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 153, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Filme: TE EXTRAÑO (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Diadorim Filmes
Diretor(es): Nathália Tereza
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Não Informado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.002197/2014-58
Requerente: DIADORIM FILMES

Filme: VOVÔ SEM VERGONHA .5 (BAD GRANDPA .5, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Trip Taylor/Jeff Tremaine/Derek Freda
Diretor(es): Jeff Tremaine
Distribuidor(es): Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002462/2014-06
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: THE WHO - QUADROPHENIA - LIVE IN LONDON (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Yearhour Limited
Diretor(es): Chris Rules
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.002503/2014-56
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: JACK JOHNSON - EN CONCERT (Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Jack Johnson Music
Diretor(es): Emmet Maloy
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.002760/2014-98
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: BEM-VINDO A NOVA YORK (WELCOME TO NEW YORK, França - 2014)
Produtor(es): Belladonna Productions
Diretor(es): Abel Ferrara
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link de internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.002805/2014-24
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Filme: O QUE SERÁ DE NOZES? (THE NUT JOB, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es):
Diretor(es): Peter Lepeniotis
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Atos criminosos
Processo: 08017.002807/2014-13
Requerente: PLAYARTE PICTURES ENTRETENIMENTO LTDA.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 15 de agosto de 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

Processo MJ nº 08017.002139/2014-24
Filme: "OS MERCENÁRIOS 3"
Requerente: (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Contém: violência e drogas lícitas.

Indeferir o pedido de reconsideração do filme, mantendo sua classificação como "não recomendado para menores de catorze anos".

Processo MJ nº 08017.002699/2014-89
Filme: "AS TARTARUGAS NINJA"
Requerente: (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Contém: violência

Indeferir o pedido de reconsideração do filme, mantendo sua classificação como "não recomendado para menores de doze anos".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.707, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Itacuruba, Estado de Pernambuco.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;
Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011;
Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e
Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Saúde da Família, resolve:
Art. 1º Fica suspensa a transferência do incentivo financeiro referente às equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, a partir da competência financeira maio de 2014, do Município de Itacuruba (PE), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pelo 36º Sorteio Público, oriundo da Controladoria-Geral da União (CGU), especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.
Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (uma) equipe de Saúde da Família e 1 (uma) equipe de Saúde Bucal e, perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.708, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera o anexo da Portaria nº 975/GM/MS, de 19 de maio de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:
Art. 1º Os recursos federais destinados ao Fundo de Saúde do Município de Maceió (AL) e do Estado do Rio Grande do Norte (RN), previstos no anexo da Portaria nº 975/GM/MS, de 19 de maio de 2014, passam a vigorar da seguinte forma:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
AL	MACEIÓ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACEIÓ	0779.2137000/1130-02	650.027,50	10.302.2015.8535.0001	0004
RN	NATAL	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE	14031.955000/1130-14	844.849,00	10.302.2015.20R4.0001	0001
				1.494.876,50		

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.709, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Suspende a transferência de recursos financeiros referentes ao custeio de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;
Considerando a Portaria nº 3.462/GM/MS, de 11 de novembro de 2010, que estabelece critérios para alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde;
Considerando a Portaria nº 342/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto de serviços de urgência 24 horas não hospitalares da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h (UPA Nova) e UPA 24h ampliadas (UPA Ampliada) e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal; e
Considerando a Nota Técnica nº 472/2014, da Coordenação-Geral da Força Nacional do SUS, do Departamento de Atenção Hospitalar de Urgência e Emergência da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:
Art. 1º Ficam suspensas as transferências dos recursos ao teto financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, conforme anexo a esta Portaria, que se encontram irregulares na alimentação do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) referentes à produção de serviços das Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h).
Art. 2º A suspensão ora formalizada perdurará até a adequação das irregularidades na alimentação do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) por parte dos Estados e Municípios.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município	CNES	Gestão	PT de Habilitação	Data	Compet.	Valor mensal
BA	Seabra	7084129	Municipal	2.400	22/10/2012	jul/14	100.000,00
RJ	Macaé	6635903	Estadual	3.079	07/10/2010	jul/14	500.000,00
RJ	Macaé	7266650	Municipal	2.422	15/10/2013	jul/14	100.000,00
PA	Ananindeua	7112831	Municipal	1.982	13/09/2012	jul/14	650.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.710, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Desabilita 2 (duas) Unidades de Suporte Básico do Município de Floriano (PI), pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Central de Regulação das Urgências de Piauí (PI).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.019/GM/MS, de 26 de dezembro de 2012, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Floriano (PI);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Resolução nº 114/CIB/PI, de 9 de novembro de 2012, que aprova a desabilitação de 2 (duas) Unidade de Suporte Básico (USB) do Município de Floriano (PI) e aprova a habilitação de 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) para o Município de Arraial (PI) e 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) para o Município de Francisco Ayres (PI);

Considerando o Parecer Técnico nº 165/2014, constante do Processo nº 25000.041673/2013-73, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitadas 2 (duas) Unidade de Suporte Básico do Município de Floriano (PI), pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Central de Regulação das Urgências do Piauí (PI).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a devolução do repasse de custeio a partir da publicação da portaria de desabilitação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.711, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece a suspensão das transferências de recursos anuais incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 411/SAS/MS, de 9 de gosto de 2005, que inclui procedimentos realizados pelos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando o Plano Brasil Sem Miséria, que visa ações intersetoriais, tendo como público-alvo a população em extrema pobreza e o Programa Brasil Sorridente que entrou no escopo de ações de saúde do Plano com a produção de próteses dentárias para essa população;

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para os Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD),

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal/DAB/SAS/MS, dos dados extraídos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), relativos à produção de próteses dentárias, no período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Ficam suspensas as transferências dos recursos ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios que se encontram irregulares na alimentação do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), referentes aos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º A suspensão ora formalizada perdurará até a adequação das irregularidades na alimentação do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) por parte dos Municípios/Estados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Código	Município	Gestão	Portaria de Habilitação	Recurso Anual Total
AL	270450	Maragogi	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
AM	130353	Presidente Figueiredo	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
CE	230420	Crato	Municipal	Portaria nº 1.110/GM/MS, de 28 de maio de 2012	60.000,00
CE	230427	Ererê	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
ES	320130	Cariacica	Estadual	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
GO	520150	Aporé	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
GO	521100	Itapirapuã	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
MA	210080	Anapurus	Estadual	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
MA	210275	Capinzal do Norte	Estadual	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
MA	210880	Pirapemas	Estadual	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
MT	510480	Jaciara	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
MT	510642	Peixoto de Azevedo	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
PB	250550	Vista Serrana	Estadual	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
PE	260230	Bonito	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
PI	220997	São João do Arraial	Estadual	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
PR	410260	Barracão	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
PR	410785	Flor da Serra do Sul	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
RJ	330030	Barra do Piraí	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	144.000,00
RN	240760	Messias Targino	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
RN	240890	Parelhas	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
RS	431030	Ilópolis	Estadual	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
RS	431260	Muçum	Estadual	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
RS	432210	Tucunduva	Estadual	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
SC	420660	Guarujá do Sul	Estadual	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
SE	280570	Propriá	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	144.000,00
SP	350660	Biritiba-Mirim	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	Municipal	Portaria nº 680/GM/MS, de 24 de abril de 2013	90.000,00
Total Geral					2.508.000,00

PORTARIA Nº 1.712, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Desabilita e habilita os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados denominados Centros de Especialidades Odontológicos (CEO) e suas formas de financiamento; e

Considerando as alterações promovidas pelos gestores municipais nos cadastros dos estabelecimentos de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os serviços Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) das Unidades de Saúde abaixo:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO
SP	351690	General Salgado	CS de General Salgado	2044013	Municipal	I
SP	355370	Taquaritinga	UBS III Akio Nakachima	2026597	Municipal	I

Art. 2º Ficam habilitados os serviços Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) das Unidades de Saúde abaixo:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICA-ÇÃO CEO TIPO
SP	351690	General Salgado	Centro de Espec. Odontológicas CEO I General Salgado	5402360	Municipal	I
SP	355370	Taquaritinga	CEO Taquaritinga	7142358	Municipal	I

Art. 3º Fica estabelecido que o Fundo Nacional de Saúde manterá a transferência, regular e automática, dos valores mensais para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Parágrafo único. O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 002) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.713, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera o art. 3º da Portaria nº 1.423/GM/MS, de 3 de julho de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria nº 1.423/GM/MS, de 3 de julho de 2014, que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Município de Campina Grande e do Estado da Paraíba - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, publicada no Diário Oficial da União nº 126, de 3 de julho de 2014, Seção 1, página 114, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 007 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade" (NR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.714, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Desabilita 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado do Município de Camaragibe (PE), pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Central de Regulação das Urgências de Recife (PE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 808/GM/MS, de 17 de abril de 2007, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Camaragibe (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando o Ofício nº 141/2013 e Ofício nº 022/2014-GS do SAMU Metropolitano do Recife (PE), sinalizando ao Ministério da Saúde o não funcionamento da Unidade de Suporte Avançado (USA) da Base descentralizada do Município de Camaragibe (PE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 173 de 2014 constante do Processo nº 25000.057534/2014-42, resolve:

Art. 1º Fica desabilitada 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado do Município de Camaragibe (PE), pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Central de Regulação das Urgências de Recife (PE).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a devolução do repasse de custeio retroativo ao período de habilitação a partir da competência janeiro de 2007 até a publicação da portaria de desabilitação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.715, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Portaria nº 1.252/GM/MS, de 6 de junho de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O item 107 do anexo da Portaria nº 1.252/GM/MS, de 6 de junho de 2014, que autoriza a transferência dos recursos do concurso de prognósticos TIMEMANIA, destinados pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 108, de 9 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

107	PR	Cascavel	UOPECAN União Oeste paranaense de Estudos Combate ao Câncer	81.270.548/0001-53	R$ 25.377,11

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.716, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera a classificação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Agrestina (PE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicos (CEO) Tipo 1, CEO Tipo 2 e CEO Tipo 3, e suas formas de financiamento;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando a Resolução nº 2.555/2014/CIB/PE, que aprova "ad referendum" a reclassificação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo 2 para Tipo 3, no Município de Agrestina (PE), resolve:

Art. 1º Fica alterada a classificação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), de Tipo 2 para Tipo 3, do Município a seguir relacionado:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	NOME FANTASIA	RAZÃO SOCIAL	PORTARIA DE HABILITAÇÃO DO CUSTEIO MENSAL	PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO DO PMAQ-CEO
PE	260030	Agrestina	6176321	Municipal	CEO de Agrestina	Fundo Municipal de Saúde de Agrestina	2.758/GM/MS, de 18 de novembro de 2008	2.513/GM/MS, de 29 de outubro de 2013

§ 1º O Município, de que trata este artigo, deixará de receber R$ 11.000,00 (onze mil reais) e passará a receber R$ 19.250,00 (dezenove mil duzentos e cinquenta reais) referente ao incentivo financeiro destinado ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal.

§ 2º O Município, de que trata este artigo, continuará recebendo R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) referente ao incentivo financeiro do PMAQ-CEO.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências, regulares e automáticas, dos valores de custeio mensal e do incentivo financeiro do PMAQ-CEO para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0002) - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2014.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.717, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a inserção da Ordem de Início de Serviço nas propostas habilitadas a adequações, conforme a Portaria nº 2.840/GM/MS, de 26 de dezembro de 2013, a Portaria nº 2.844/GM/MS, de 26 de novembro de 2013 e a Portaria nº 2.943/GM/MS, de 4 de dezembro de 2013, cujos Municípios sejam participantes do Programa Mais Médicos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 339/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine o Componente Ampliação do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS);

Considerando a Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de UBS;

Considerando a Portaria nº 341/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine o Componente Reforma do Programa de Requalificação de UBS;

Considerando a Portaria nº 2.840/GM/MS, de 26 de novembro de 2013, que divulga a lista de propostas contempladas ao Componente Construção de Unidades Básicas de Saúde habilitadas a adequação de valores devido à alteração da metragem da UBS a ser construída;

Considerando a Portaria nº 2.844/GM/MS, de 26 de novembro de 2013, que divulga a lista das propostas comtempladas ao Componente Ampliação de Unidades Básicas de Saúde habilitadas a adequação das pré-propostas;

Considerando a Portaria nº 2.943/GM/MS, de 4 de dezembro de 2013, que divulga a lista de propostas do Componente Reforma de Unidades Básicas de Saúde habilitadas à adequação das pré-propostas;

Considerando a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 632/GM/MS, de 23 de abril de 2014, que dispõe sobre a reprogramação dos incentivos financeiros a serem repassados pelo Ministério da Saúde aos entes federativos participantes do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos componentes Reforma, Ampliação e Construção, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado para 6 (seis) meses, a contar da data de publicação desta Portaria, o prazo para a inserção da Ordem de Início de Serviço nas propostas dos Municípios participantes do Programa Mais Médicos, descritas nos anexos I, II e III a esta Portaria, desde que o Gestor Municipal se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de data da publicação desta Portaria, com o encaminhamento da cópia do Edital de Licitação da obra a ser executada, por meio do endereço eletrônico proclicitatorio.ubs@saude.gov.br.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. A não manifestação do Gestor Municipal dentro do prazo estipulado, com o encaminhamento da cópia do Edital de Licitação da obra a ser executada implicará no cancelamento automático da proposta e consequentemente ficam passíveis ao disposto na Portaria nº 632/GM/MS, de 23 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

PROPOSTAS DE AMPLIAÇÃO DE UBS APTAS A PRORRAGAÇÃO DO PRAZO CONDICIONADA A MANIFESTAÇÃO DO GESTOR MUNICIPAL

UF	Município	Proposta	CNES	Nome do Estabelecimento
AC	XAPURI	1200702001233/10411	2001233	POSTO DE SAUDE MAURO JOSE LIMA DE SOUZA
BA	SALVADOR	2927400003964/6773	0003964	UBS PROF MARIO ANDREA
BA	SALVADOR	2927400004197/6767	0004197	UBS VIRGILIO DE CARVALHO
BA	SALVADOR	2927400004758/12398	0004758	UBS DRA CECY DE ANDRADE
BA	SALVADOR	2927400004804/12425	0004804	UBS DR ORLANDO IMBASSAHY
BA	SALVADOR	2927400005347/12418	0005347	USF ALTO DO COQUEIRINHO
BA	SALVADOR	2927400006793/12424	0006793	USF NOSSA SENHORA DE GUADALUPE ALTO DO PERU
BA	SALVADOR	2927400006890/12426	0006890	USF DE BARREIRAS
BA	SALVADOR	2927400006939/6778	0006939	USF JOANES CENTRO OESTE HAMESA
BA	SALVADOR	2927400006998/12402	0006998	UBS DE ENGOMADEIRA
BA	SALVADOR	2927400007005/12410	0007005	UBS DE SUSSUARANA
BA	SALVADOR	2927400007021/6770	0007021	UBS NELSON PIAUHY DOURADO
BA	SALVADOR	2927400028479/6768	0028479	USF PROF DR CARLOS SANTANA DORON
BA	SALVADOR	2927402384744/12429	2384744	USF CANABRAVA
BA	SALVADOR	2927402653346/6765	2653346	USF FAZENDA COUTOS III
BA	SIMÕES FILHO	2930702532395/7781	2532395	UNIDADE BASICA DE SAUDE PROF JOSE MARIA DE MAGALHAES NETTO
MA	VITORINO FREIRE	2113002530309/10860	2530309	ESF PEDRA DO SALGADO
MG	CURVELO	3120902158450/8580	2158450	UNIDADE BASICA DE SAUDE SANTA CRUZ DE CURVELO
MG	JUIZ DE FORA	3136702153777/10395	2153777	POSTO DE SAUDE CAETE
MG	UBERLÂNDIA	3170202152517/7842	2152517	UAPSF ALVORADA
MT	CÁCERES	5102502395347/10826	2395347	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA JD PARAISO
MT	GUIRATINGA	5104202767368/10389	2767368	USF MARIO MORAES DA COSTA GUIRATINGA
MT	SÃO JOSÉ DO POVO	5107292397145/10632	2397145	CENTRO DE SAUDE DE SAO JOSE DO POVO
PA	ALMEIRIM	1500502332329/8130	2332329	POSTO DE SAUDE SARACURA
PA	GURUPÁ	1503102313030/10744	2313030	POSTO DE SAUDE DO RIO CARRAZEDO
PB	CARRAPATEIRA	2504102321947/11488	2321947	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE CARRAPATEIRA
PI	DEMERVAL LOBÃO	2203302326604/8914	2326604	CS USF DE DEMERVAL LOBAO PSF
PR	LONDRINA	4113702577828/11588	2577828	UBS PATRIMONIO SELVA
PR	LONDRINA	4113702577887/11597	2577887	UBS LERROVILLE
PR	LONDRINA	4113702578840/11587	2578840	UBS IRERE DR ISAO UDIHARA
PR	LONDRINA	4113702578972/11589	2578972	UBS MARAVILHA
PR	LONDRINA	4113702579146/11591	2579146	UBS GUAIRACA
PR	LONDRINA	4113702579162/11592	2579162	UBS ALVORADA
RS	CACHOEIRA DO SUL	4303002266393/10491	2266393	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA 03 NOEMIA
RS	CHAPADA	4305302234483/6865	2234483	CAIS CHAPADA
RS	GRAVATAÍ	4309202230011/9791	2230011	USF NEOPOLIS GRAVATAI
RS	GRAVATAÍ	4309202700247/9798	2700247	USF BARRO VERMELHO GRAVATAI
RS	GRAVATAÍ	4309202700255/9794	2700255	UNIDADE DE SAUDE BONSUCESSO GRAVATAI
RS	GRAVATAÍ	4309202700360/9796	2700360	UNIDADE DE SAUDE MORADA DO VALE I GRAVATAI
RS	LAGOA VERMELHA	4311302244691/12032	2244691	ESF FLORESTA
RS	SÃO LEOPOLDO	4318702230747/8715	2230747	UNIDADE BASICA DE SAUDE SANTO ANDRE ESF
SP	MIRASSOL	3530302044897/10184	2044897	PAS DE RUILANDIA MIRASSOL

ANEXO II

PROPOSTAS DE CONSTRUÇÃO DE UBS APTAS A PRORRAGAÇÃO DO PRAZO CONDICIONADA A MANIFESTAÇÃO DO GESTOR MUNICIPAL

UF	Município	Proposta
AL	COITE DO NÓIA	12198719000110002
AL	CRAÍBAS	11343711000110003
AL	MACEIÓ	07792137000110009
AL	MACEIÓ	07792137000110012
AL	MACEIÓ	07792137000110013
AL	MACEIÓ	07792137000110014
AL	MACEIÓ	07792137000110016
AL	MACEIÓ	07792137000110017
AL	MACEIÓ	07792137000110018
AL	MACEIÓ	07792137000110019
AL	MACEIÓ	07792137000110021
AL	MACEIÓ	07792137000110022
AL	MACEIÓ	07792137000110023
AL	MACEIÓ	07792137000110024
AL	PENEDO	12243697000112005
AL	UNIÃO DOS PALMARES	12332946000110001
AL	UNIÃO DOS PALMARES	12332946000110003
BA	SALVADOR	13927801000109009
GO	GOIÂNIA	37623352000110007
MA	MARACAÇUMÉ	01612336000110002
MG	BELO HORIZONTE	11728239000110001
MG	BELO HORIZONTE	11728239000110007
MG	BELO HORIZONTE	11728239000110008
MG	BELO HORIZONTE	11728239000110014
MG	BELO HORIZONTE	11728239000110015
MG	BELO HORIZONTE	11728239000110018
MG	BELO HORIZONTE	11728239000110020
MG	BELO HORIZONTE	18729020000110002
MG	BETIM	18715391000210002
MG	BETIM	18715391000210006
MG	BETIM	18715391000210007
MG	BETIM	18715391000210008
MG	BETIM	18715391000210009
MG	JUIZ DE FORA	17783226000110003
MG	JUIZ DE FORA	17783226000110012
MG	JUIZ DE FORA	17783226000110014
MG	JUIZ DE FORA	18338178000110009
MG	MONTES CLAROS	22678874000110140
MG	MONTES CLAROS	22678874000110141
MG	MONTES CLAROS	22678874000110142
MG	PONTE NOVA	02926388000109001
MG	POÇOS DE CALDAS	18629840000110055
MG	UBERLÂNDIA	18431312003110002
MG	UBERLÂNDIA	18431312003110003
MG	UBERLÂNDIA	18431312003110006
MG	UBERLÂNDIA	18431312003110010

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014081800049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	VARGINHA	11234223000110007
MG	VARGINHA	11234223000110008
MG	VARGINHA	11234223000110010
MG	VARGINHA	11234223000110012
MT	CACERES	11394626000110004
MT	NOVA BRASILÂNDIA	15023963000110001
PA	GURUPÁ	12049775000110002
PB	SANTA RITA	08694222000110005
PB	SANTA RITA	08694222000110008
PB	SANTA RITA	08694222000110009
PB	SANTA RITA	08694222000110010
PR	CURITIBA	76417005000110009
PR	LONDRINA	75771477000109008
PR	LONDRINA	75771477000109010
PR	LONDRINA	75771477000110001
PR	LONDRINA	75771477000110002
PR	LONDRINA	75771477000110004
PR	LONDRINA	75771477000110005
PR	LONDRINA	75771477000110008
PR	PINHAIS	95423000000110002
PR	UNIÃO DA VITÓRIA	09519131000110002
RJ	BELFORD ROXO	11868019000110006
RJ	BELFORD ROXO	11868019000110008
RJ	MAGÉ	29138351000110008
RJ	MAGÉ	29138351000110009
RJ	MAGÉ	29138351000110010
RJ	MAGÉ	29138351000110011
RJ	MAGÉ	29138351000110012
RJ	TERESÓPOLIS	11274201000110010
RJ	TERESÓPOLIS	11274201000110012
RJ	TERESÓPOLIS	11274201000110013
RJ	TERESÓPOLIS	11274201000110014
RJ	TERESÓPOLIS	11274201000110016
RN	NATAL	24518573000710003
RS	BENTO GONÇALVES	87849923000110008
RS	GRAVATAÍ	87890992000110005
RS	GRAVATAÍ	87890992000110006
RS	GRAVATAÍ	87890992000110007
RS	PELOTAS	87455531000110007
RS	PELOTAS	87455531000110008
RS	PELOTAS	87455531000110009
RS	PELOTAS	87455531000110011
RS	SÃO LEOPOLDO	12625868000110002
RS	SÃO LEOPOLDO	12625868000110003
SE	ARACAJU	11718406000110006
SE	ARACAJU	11718406000110009
SE	ARACAJU	11718406000110010
SE	ARACAJU	11718406000110011
SE	ARACAJU	11718406000110012
SE	ARACAJU	11718406000110014
SE	ARACAJU	11718406000110015
SE	ARACAJU	11718406000110016
SP	BAURU	46137410000410003
SP	DIADEMA	46523247000109003
SP	FERNANDÓPOLIS	11846960000110002
SP	MARÍLIA	44477909000109011
SP	MARÍLIA	44477909000110003
SP	MARÍLIA	44477909000110005
SP	MAUÁ	46522959000109044
SP	OSASCO	46523171000110052
SP	OSASCO	46523171000110056
SP	OSASCO	46523171000110058
SP	RIBEIRÃO PRETO	56024581000110075
SP	SÃO CARLOS	45358249000110006
SP	SÃO CARLOS	45358249000110011
SP	SÃO VICENTE	11899413000110001
SP	SÃO VICENTE	11899413000110002
SP	SÃO VICENTE	11899413000110004
SP	SÃO VICENTE	11899413000110005
SP	TABOÃO DA SERRA	46523122000110019
SP	TAUBATÉ	10480722000110001

ANEXO III

PROPOSTAS DE REFORMA DE UBS APTAS A PRORRAGAÇÃO DO PRAZO CONDICIONADA A MANIFESTAÇÃO DO GESTOR MUNICIPAL

UF	Município	Proposta	CNES	Nome do Estabelecimento
BA	ITAJUÍPE	10324373000171/2011-01	2526573	UNIDADE BASICA DE SAUDE DE ITAJUIPE
BA	ITAJUÍPE	10324373000171/2011-03	2526115	U S F JOSE DE ANCHIETA
BA	ITAJUÍPE	10324373000171/2011-04	2526581	POSTO MEDICO DE BANDEIRA DO ALMADA
BA	URANDI	11229565000161/2011-01	5479657	PSF DORIVALDO DANTAS
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-03	0022713	CENTRO DE SAUDE INDEPENDENCIA
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-05	0022705	CENTRO DE SAUDE SANTA CECILIA
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-21	0023736	CENTRO DE SAUDE PROVIDENCIA
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-22	3286401	CENTRO DE SAUDE PALMEIRAS
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-26	2708310	CENTRO DE SAUDE OURO PRETO
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-28	0023515	CENTRO DE SAUDE SANTA AMELIA
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-31	0023604	CENTRO DE SAUDE CEU AZUL
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-39	0024015	CENTRO DE SAUDE SAO CRISTOVAO
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-40	0023620	CENTRO DE SAUDE VENDA NOVA
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-43	0022632	CENTRO DE SAUDE EDUARDO MAURO DE ARAUJO
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-48	0022845	CENTRO DE SAUDE SANTA INES
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-49	0023086	CENTRO DE SAUDE PADRE FERNANDO DE MELO
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-51	0023078	CENTRO DE SAUDE GOIANIA
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-56	0023019	CENTRO DE SAUDE VILA MARIA
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-58	0023183	CENTRO DE SAUDE CACHOEIRINHA
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-60	0023906	CENTRO DE SAUDE JARDIM FILADELFIA
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-64	0023469	CENTRO DE SAUDE VILA IMPERIAL
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-69	0023388	CENTRO DE SAUDE NORALDINO DE LIMA
MG	BELO HORIZONTE	11728239000107/2011-71	0023167	CENTRO DE SAUDE CIDADE OZANAN
MG	IPATINGA	11817068000184/2011-01	2193140	UNIDADE DE SAUDE DO BARRA ALEGRE
MG	IPATINGA	11817068000184/2011-02	2193132	UNIDADE DE SAUDE DO BETHANIA
MG	IPATINGA	11817068000184/2011-03	3911608	UNIDADE DE SAUDE BETHANIA II
MG	RIO ACIMA	11348417000166/2011-01	5595231	RIO ACIMA POSTO DE SAUDE DONA LILITA MORGAN
PE	RECIFE	41090291000133/2011-01	0001252	US 218 PSF COQUE
PE	RECIFE	41090291000133/2011-10	3371336	US 324 PSF ALTO JOSE BONIFACIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PI	RIACHO FRIO	11973312000106/2011-01	2369435	UNIDADE BASICA DE SAUDE DE RIACHO FRIO PSF
PR	LONDRINA	11323261000169/2011-08	2577879	UBS VILA NOVA
PR	LONDRINA	11323261000169/2011-11	2578883	UBS PIND DR WALTER ZAMARIAN
PR	PALMEIRA	08576163000129/2011-01	2687135	CENTRO DE SAUDE DR SILVIO KENJI KANEMOTO
PR	PALMEIRA	08576163000129/2011-02	2687208	MPS VILINHA
RJ	IGUABA GRANDE	03581920000139/2011-02	2696517	UNID DE SAUDE DA FAMILIA CIDADE NOVA II
RJ	IGUABA GRANDE	03581920000139/2011-04	2295946	UNID SAUDE DA FAMILIA CIDADE NOVA
RJ	TERESOPOLIS	11274201000101/2011-04	2292475	UNIDADE PSF WILSON STRUCH
RS	CACHOEIRA DO SUL	11965721000152/2011-03	2266342	UNIDADE SANITARIA 14 MARINA
RS	JABOTICABA	11978948000132/2011-01	2235099	POSTO DE SAUDE DE JABOTICABA
RS	TORRES	12225390000187/2011-01	2224461	UNIDADE SANITARIA DE TORRES
RS	TORRES	12225390000187/2011-02	3311058	POSTO DE SAUDE MANOEL BERNARDINO DOS SANTOS
RS	TORRES	12225390000187/2011-04	2223910	POSTO DE SAUDE JOSE DE OLIVEIRA SANTOS
SC	SÃO JOSÉ	11214458000160/2011-02	2663775	CENTRO DE SAUDE SERRARIAS
SE	ARACAJU	11718406000120/2011-01	0003425	US JOAO BEZERRA AREIA BRANCA
SP	SANTA BRANCA	11934343000140/2011-01	2065703	POSTO DE SAUDE 02 DE SANTA BRANCA
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	13961905000170/2011-14	2045400	UBS VILA DAYSE
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	13961905000170/2011-15	2037343	UBS VILA ROSA

PORTARIA Nº 1.733, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 619/SAS/MS, de 22 de julho de 2014, que habilita os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) a receberem os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, resolve:

Art.1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599 de 2006, nº 600 de 2006 e nº 1.464 de 2011, pelos Municípios pleiteantes, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento das Unidades de Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para os Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO - 0002) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) CUSTEIO MENSAL
RS	431350	Osório	7427174	Municipal	I	8.250,00
RS	431640	Rosário do Sul	7305311	Municipal	II	11.000,00
SC	420850	Ituporanga	7517793	Municipal	II	11.000,00

PORTARIA Nº 1.734, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 548/SAS/MS, de 8 de julho de 2014, que habilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, resolve:

Art.1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599, de 2006, nº 600, de 2006 e nº 1.464, de 2011, pelo Município pleiteante, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0002) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência maio de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) CUSTEIO MENSAL
PB	250950	Montadas	7408528	Municipal	I	8.250,00

PORTARIA Nº 1.737, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Componente Hospitalar da Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Rondônia e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde, institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria nº 2.886/GM/MS, de 19 de dezembro de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Rondônia e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação; e

Considerando a Deliberação nº 261/CIB/RO, de 31 de outubro de 2013, que homologa Resolução nº 030/2013/CIR-II/RO, que aprova o Plano de Ação Regional da Rede de Atenção à Urgência e Emergência de Ariquemes (RO), resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica aprovado o Componente Hospitalar da Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Região de Ariquemes do Estado de Rondônia.

§ 1º O Plano de Ação de que trata o "caput" deste artigo estará disponível no site http://sismac.saude.gov.br em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos financeiros no montante anual de R$ 1.622.161,92 (um milhão, seiscentos e vinte e dois mil cento e sessenta e um reais e noventa e dois centavos) a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar, do Estado e Municípios de Rondônia, destinados à implantação do previsto no Plano de Ação de que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos referentes à habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), qualificação de UPA, habilitação e qualificação de centrais de regulação e unidades do SAMU e custeio de salas de estabilização, serão disponibilizados ao limite do Estado do Tocantins mediante visitas técnicas e/ou habilitações, de acordo com o previsto nas portarias específicas de cada componente.

Art. 4º O cadastramento no SCNES de novos leitos de UTI habilitados e/ou qualificados, novas UPA habilitadas e/ou qualificadas, novas centrais de regulação do SAMU e unidades do SAMU habilitadas e/ou qualificadas e das equipes de atenção domiciliar deverão ocorrer de acordo com as portarias específicas.

Art. 5º Os leitos novos e os já existentes qualificados, quando couber, deverão ser cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), nos quantitativos previstos nos planos de ação, no prazo de 30 (trinta) dias após o início de vigência desta Portaria.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos de Saúde do Estado e Municípios de Rondônia, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0011 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (Plano Orçamentário 0007).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

IBGE	Município	Gestão	Valor anual
110002	Ariquemes	Municipal	1.200.000,00
		Estadual	422.161,92
Total			1.622.161,92

PORTARIA Nº 1.738, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (Média e Alta Complexidade) do Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 929/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que institui o Incentivo Financeiro 100% SUS destinado às unidades hospitalares que se caracterizem como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e que destinem 100% (cem por cento) de seus serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares, exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a adesão ao recebimento do Incentivo 100% SUS do estabelecimento de saúde Associação Ordem Terceira das Senhoras Evangélicas Montenegro - Hospital Montenegro, no Município de Montenegro (RS) - de Código IBGE nº 431240, CNES 2257556, sob Gestão Dupla, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 2.471.763,36 (dois milhões, quatrocentos e setenta e um mil setecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º O não cumprimento das obrigações previstas pela Portaria nº 929/GM/MS, de 10 de maio de 2012, implicará na suspensão das transferências financeiras.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde, em parcelas mensais.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-007 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.682, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Minas Center Med - Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 04 de agosto de 2014, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.327930/2012-44, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora Minas Center Med Ltda., registro ANS nº 41.108-6, inscrita no CNPJ sob o nº 02.493.426/0001-50.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.683, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SAS Sistema de Administração de Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 04 de agosto de 2014, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.507553/2013-15, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora SAS Sistema de Administração de Saúde Ltda., registro ANS nº 41.572-3, inscrita no CNPJ sob o nº 93.045.334/0001-62.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÃO DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5770 de 05/07/2013, pelo Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste, dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.016254/2011-71	CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAUDE LTDA	416339	07.966.459/0001-93	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde	64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25783.023187/2012-22	POLICLINICA SÃO JOSÉ LTDA.-EPP	414638	03.917.947/0001-50	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde	42000 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS)
25783.021764/2012-41	EXCELSIOR MED S/A	411051	03.517.055/0001-61	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde	48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25783.013540/2012-66	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	323080	03.658.432/0001-82	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	60000 (SESSENTA MIL REAIS)
25783.004133/2013-49	PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S/A	000582	04.540.010/0001-70	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde	72000 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
25783.004089/2013-77	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659	33.719.485/0001-27	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde	80000 (OITENTA MIL REAIS)

RICARDO FABIANO PONTE NUNES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2014

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 6.368 de 26/06/2014, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.410413/2013-17	CLIM SERV ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA.	402346.	73.997.231/0001-95	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

DECISÃO DE 6 DE AGOSTO DE 2014

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 6.368 de 26/06/2014, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.039536/2010-91	UNIODONTO DE RIO CLARO COOPERATIVA ODONTOLOGICA	349011.	96.609.292/0001-33	Não envio do comunicado referente ao reajuste de planos coletivos. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.215244/2009-27	UNIMED SÃO CARLOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	354031.	45.359.213/0001-42	Não envio do comunicado referente ao reajuste de planos coletivos. Infração Configurada.	285.000,00 (DUZENTOS E OITENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.330180/2013-70	UNIMED IMPERATRIZ COOP. DE TRAB MED.	352543	07.057185.0001-10	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 e 22 Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 09/07. Infração Configurada.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.329831/2013-89	UNIODONTO DO BRASIL CENTRAL NACIONAL DAS COOPERATIVAS ODONTOLOGICAS	314315	44.595.858/0001-11	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 e 22 Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 09/07. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.329931/2013-13	ASSISTÊNCIA MÉDICA SÃO MIGUEL LTDA	325236.	66.854.779/0001-10	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 e 22 da Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 09/07. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.012866/2006-52	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	323080.	03.658.432/0001-82	CONTRATUALIZAÇÃO. Deixar de cumprir norma regulamentar para celebração de instrumentos jurídicos com estabelecimentos ou profissionais de saúde - Lei 9.961/00, art. 4º, inciso II c/c RN 42/03 c/c RN 54/03.	ARQUIVAMENTO

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

DECISÃO DE 7 DE AGOSTO DE 2014

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 6.368 de 26/06/2014, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.330943/2013-82	EMPREMED ASSISTENCIA MEDICA LTDA	367729.	18.272.633/0001-14	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20 Lei 9656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07 c/c RN 173/08. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.331359/2013-44	HOSPITAL MATERNIDADE FREI GALVAO	315681.	51.612.828/0001-31	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20 Lei 9656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07 c/c RN 173/08. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA E 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.629673/2013-64	PLANO DE SAUDE ASES LTDA.	411582.	03.638.220/0001-33	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20 Lei 9656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07 c/c RN 173/08. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.331207/2013-41	ASSOCIAÇAO UNISAUDE MARAU	333867.	89.761.670/0001-34	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20 Lei 9656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07 c/c RN 173/08. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.180465/2009-77	CLIM SERV ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA.	402346.	73.997.231/0001-95	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20 Lei 9656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07 c/c RN 173/08. Infração Configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.630499/2013-01	UNIMED LITORAL COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	303356.	85.377.174/0001-20	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20 Lei 9656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07 c/c RN 173/08. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.630206/2013-87	FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO MEDICO DO EST.MG	363944.	19.891.852/0001-44	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20 Lei 9656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07 c/c RN 173/08. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

DECISÃO DE 13 DE AGOSTO DE 2014

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 6.368 de 26/06/2014, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.405972/2013-13	ODONTOCLIN SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA	313165.	45.698.693/0001-76	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.410425/2013-41	BLESSMED CONVENIOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	402583.	68.748.896/0001-25	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.410467/2013-82	SOMEPI - SOCIEDADE MÉDICA DE PIRAPORA LTDA.	403237.	16.769.168/0001-04	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
33902.293439/2012-11	PLANO DE AUTOGESTÃO EM SAÚDE DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO	406201.	03.261.478/0001-63	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
33902.412775/2013-42	COTIA SAUDE ASSISTENCIA MEDICA S/C LTDA	414051.	04.496.942/0001-63	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.410474/2013-84	SINDICATO RURAL DE ALEGRETE	403814.	87.203.048/0001-85	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.411667/2013-52	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UFMG	410187.	16.847.592/0001-11	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
33902.406113/2013-33	IGUAMED ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA	320790.	01.536.065/0001-19	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
33902.413098/2013-80	EVO SAUDE ODONTOLOGICA S/S	417017.	07.424.164/0001-95	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.412880/2013-81	NEW ODONTO ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS ODONTOLÓGICOS LTDA.	415456.	03.459.847/0001-27	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.296559/2012-62	JLM ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA	416215.	04.879.295/0001-79	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
33902.295065/2012-61	MAC DENTAL SERVIÇOS ODONTOLOGICOS LTDA	413011.	04.130.507/0001-10	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
33902.405689/2013-83	UNIODONTO VITÓRIA - COOPERATIVA DE TRABALHO ODONTOLOGICO	308277.	28.423.044/0001-43	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.405645/2013-53	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MOCOCA	308005.	52.505.153/0001-94	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.409097/2013-31	MASTER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLOGICA LTDA.	357014.	00.909.660/0001-90	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.413001/2013-39	PLUS ODONTO WORLD ASSISTÊNCIA ODONTOLOGICA LTDA	416088.	07.815.255/0001-51	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.410410/2013-83	ODONTOBET LTDA	402214.	01.293.923/0001-41	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
33902.408287/2013-31	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRA MANSA	338214.	28.683.712/0001-71	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.406292/2013-17	SERVMED SAÚDE LTDA	326356.	85.204.279/0001-88	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Infração Configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.147, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014 e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Indeferir o Registro, Cadastro, Cadastramento, Retificação, Alteração, Inclusão, Apresentação de novo Certificado de Conformidade INMETRO do EQUIPAMENTO, Revalidação e o Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.148, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014 e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro e a Alteração dos processos de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa, em atendimento à decisão do Juiz Federal Dr. Hamilton de Sá Dantas, Titular da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, descrita na ação ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400, concedendo antecipação de tutela que determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas de fabricação (ou seus congêneres) estrangeiros, como documentos válidos e aptos ao recebimento, ao processamento e à concessão do pedido de registro de produtos, equipamentos e suprimentos médico-hospitalares importados pelos associados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares).

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.149, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014 e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro, Cadastro e o Cadastramento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.150, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014 e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Retificação, Revalidação, Cancelamento e o Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.151, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014 e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Cadastro ou Registro de Produto (Incorporação de Empresa) e por consequente, cancelar o Cadastro ou Registro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.152, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.153, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.154, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.155, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.156, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.157, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.158, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e

Considerando a Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando o art. 2º da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

Considerando o art. 7º da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

Considerando o art. 8º do Decreto n° 8.077, de 14 de agosto 2013;

Considerando a Resolução - RDC n° 250, de 20 de outubro de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos novos, similares e genéricos, sob o nº. de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações validas no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_medicamento.asp

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.159, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e

Considerando a Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando o art. 2º da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

Considerando o art. 7º da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

Considerando o art. 8º do Decreto n° 8.077, de 14 de agosto 2013;

Considerando a Resolução - RDC n° 250, de 20 de outubro de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos produtos biológicos, sob o nº. de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações validas no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_medicamento.asp

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

PORTARIA N° 1.346, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Instituir grupo de trabalho para discutir e propor medidas que visem contribuir com a implementação de políticas públicas e o aprimoramento da atuação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária relacionadas com as atividades da economia solidária e os produtores da agricultura familiar.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, tendo em vista o disposto no inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, aliado ao que dispõem o inciso VII do art. 164, o inciso IV do art. 4º e o § 3º, inciso III, do art. 6º, do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos ao Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, resolve:

Art. 1° Instituir grupo de trabalho para discutir e propor medidas que visem contribuir com a implementação de políticas públicas e o aprimoramento da atuação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária relacionadas com as atividades da economia solidária e os produtores da agricultura familiar.

Art. 2° Compete ao Grupo de Trabalho:

I - Propor iniciativas e procedimentos sanitários voltados à Economia Solidária e à Agricultura Familiar, de acordo com as determinações da legislação vigente;

II - Organizar e contribuir com a elaboração de materiais informativos que contenham orientações sanitárias voltadas para Economia Solidária e Agricultura Familiar, para auxiliar as ações a serem desenvolvidas pelos órgãos de Vigilância Sanitária e pelas instituições parceiras;

III - Propor estratégias de divulgação e sensibilização dos profissionais de vigilância sanitária sobre implementação de políticas públicas que fomentem a agroecologia, alimentação saudável, maior controle do uso de agrotóxicos e de tabaco, visando a promoção da geração de renda, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, e promovendo a harmonização de procedimentos que fortaleçam o empreendedorismo do ponto de vista da saúde pública e da Segurança Sanitária.

IV - Propor e apoiar atividades de promoção, sensibilização e mobilização da sociedade civil com demais órgãos e entidades públicos e privados em temas relacionados à agroecologia, alimentação saudável, maior controle do uso de agrotóxicos e de tabaco, visando a promoção da geração de renda, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Art. 3º O grupo de trabalho será formado por membros titulares e suplentes, de acordo com a seguinte composição:

I - Assessoria de Articulação e Relações Institucionais da Anvisa;

II - Gerência Geral de Toxicologia da Anvisa;

III - Gerência Geral de Alimentos da Anvisa;

IV - Gerência Geral de Coordenação e Fortalecimento do SNVS da Anvisa;

V - Gerência Geral de Produtos Derivados do Tabaco da Anvisa; e

VI - Conselho Nacional de Saúde

VII - 05 membros de entidades representativas da sociedade civil.

§1º A divulgação dos membros participantes será feita mediante publicação de Portaria do Diretor-Presidente da ANVISA.

§2º Os membros da sociedade civil deverão ser indicados à Anvisa por entidades representativas da sociedade civil relacionadas com as atividades da economia solidária ou produtores da agricultura familiar.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§3º As indicações de que tratam o §2º do art. 3º desta Portaria deverão atender às diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Participação Social, instituída por meio do Decreto n.º 8.243, de 23 de maio de 2014, especialmente no que se refere à solidariedade, cooperação e respeito à diversidade.

Art. 4º O Grupo de Trabalho será coordenado pela Assessoria de Articulação e Relações Institucional - ASREL.

§1º O coordenador do Grupo de Trabalho ficará responsável pela convocação das reuniões, pelo acompanhamento das propostas e ações do Grupo, e pela apresentação dos resultados perante a Diretoria Colegiada da ANVISA.

§2º A Agência dará publicidade aos atos do grupo de trabalho, com divulgação de seus resultados.

Art. 5º Para auxiliar no desenvolvimento das atividades do grupo serão organizados Subgrupos de Trabalho, às quais poderão ser coordenadas pelas áreas da ANVISA ou Organização da Sociedade Civil;

Parágrafo único - Os subgrupos que tratam o artigo 5º poderão ser compostos por representantes da ANVISA, das Organizações da Sociedade Civil, das Visas Estaduais e Municipais, assim como por representantes das instituições públicas e privadas, que tenham interface com as ações de agroecologia, alimentação saudável, maior controle do uso de agrotóxicos e de tabaco, a serem convidados oficialmente pela coordenação do Grupo de Trabalho.

Art. 6º A participação no Grupo de Trabalho será considerada atividade de relevância pública e não será remunerada.

Parágrafo único. A ANVISA arcará com as despesas de diárias e passagens referentes à participação da sociedade civil nas atividades do grupo de trabalho.

Art. 7º A conclusão dos trabalhos deverá ocorrer no prazo de seis (6) meses, contado a partir da data de publicação desta portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 3.085, de 14 de agosto de 2014, publicada no DOU nº 156, de 15 de agosto de 2014, Seção 1, pag. 98,
ONDE SE LÊ:
SOUZ CRUZ S.A.
CNPJ: 33.009.911/0001-39

Marca	Processo	Expediente	Assunto	Motivação
CARLTON RED KS SLS (cigarro com filtro) - embalagem box	25351.477082/2013-61	0679265/13-1	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	Não atendimento aos incisos I e II do Art. 23 da Resolução RDC nº 90/2007
CHARM SLIMS SLS (cigarro com filtro) - embalagem maço e box	25351.140044/2007-05	0608213/13-1	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	Não atendimento aos incisos I e II do Art. 23 da Resolução RDC nº 90/2007
MINISTER SPECIAL KS (cigarro com filtro) - embalagem maço	25351.421198/2011-72	0605538/13-9	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	Não atendimento aos incisos I e II do Art. 23 da Resolução RDC nº 90/2007

LEIA-SE:
SOUZ CRUZ S.A.
CNPJ: 33.009.911/0001-39

Marca	Processo	Expediente	Assunto	Motivação
CARLTON RED KS SLS (cigarro com filtro) - embalagem box	25351.477082/2013-61	0679265/13-1	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	Não atendimento aos incisos I e II do Art. 23 da Resolução RDC nº 90/2007
CHARM SLIMS SLS (cigarro com filtro) - embalagem maço e box	25351.140044/2007-05	0608213/13-1	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	Não atendimento aos incisos I e II do Art. 23 da Resolução RDC nº 90/2007
MINISTER SPECIAL KS (cigarro com filtro) - embalagem maço	25351.428198/2011-72	0605538/13-9	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	Não atendimento aos incisos I e II do Art. 23 da Resolução RDC nº 90/2007

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

No Aresto nº 224 de 8 de agosto de 2014, publicado em DOU n.º 152 de 11 de agosto de 2014, Seção 1 Pág. 36,
Onde se lê:
Empresa: EPTCA MEDICAL DEVICES LTDA
CNPJ: 01.280.030/0001-61
Processo nº: 25351.593895/2013-06
Expediente Indeferido nº: 0850021/13-5
Expediente do Recurso nº: 0151168/14-8
Decisão: Por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer da Gemat/GGTPS 182/2014.
Leia-se:
Empresa: EPTCA MEDICAL DEVICES LTDA
CNPJ: 01.280.030/0001-61
Processo nº: 25351.523898/2013-47
Expediente Indeferido nº: 0748056/13-3
Expediente do Recurso nº: 0910278/13-7
Decisão: Por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer da Gemat/GGTPS 182/2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.111, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.112, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Mudança de endereço na Concessão da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.113, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021,de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparadopela Resolução - RDC nº346 de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1ºdeferir o pleito de alteração de endereço de Empresa Prestadora de Serviço de Armazenagem em Portos, Aeroportos e Fronteiras em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.114, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, "a", da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas em razão de Mudança de Endereço da Matriz em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.115, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso IV, "a", da Portaria nº. 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Deferir a Renovação na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.116, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.117, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.118, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.119, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.120, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.121, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

A Superintendente, substituta, de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANA DE MELOS COUTO DE ALMEIDA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.122, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.123, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.124, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA,

aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.125, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA,

aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir Pleito de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.126, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.127, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.128, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.129, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.130, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder alteração de Razão Social na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.131, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.132, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.133, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.134, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.135, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

A Superintendente, substituta, de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANA DE MELOS COUTO DE ALMEIDA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.136, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

A Superintendente, substituta, de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANA DE MELOS COUTO DE ALMEIDA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.141, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, "a", da Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada no DOU, de 20 de junho de 2014, aliada ao inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e ainda amparado pela Resolução nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução RE nº 1.922, de 19 de maio de 2014, publicada no DOU nº 98, de 26 de maio de 2014, Seção 1 Página 97 e Suplemento a presente edição página 85,

Onde se lê:

ATIVIDADE: Prestação de serviço de limpeza, desinfecção ou descontaminação de superfícies de veículos terrestres em trânsito por postos de fronteira, aeronaves, embarcações, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados.

Leia-se:

ATIVIDADE: Prestação de serviço de desinsetização ou desratização em veículos terrestres em trânsito por postos de fronteira, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados.

Na Resolução RE ANVISA nº. 2682, de 22 de julho de 2014, publicada no DOU nº. 142 de 28 de julho de 2014, Seção 1, Página 61 e Suplemento a presente edição página 242,

Onde se lê:

MATRIZ

EMPRESA: TRANSLOGISTCS TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

AUTORIZ/MS:9.03927-7

C.N.P.J.:06.211.302/0001-95

PROCESSO: 25742.442292/2011-01

ENDEREÇO:RUA FERNANDO ARAÚJO GÓES, Nº 01, SALA 203

BAIRRO:PERNAMBUÉS

MUNICÍPIO: SALVADOR

UF: BA

CEP: 41.100-200

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos resultantes de veículos terrestres m trânsito por postos de fronteira, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários

Leia-se:

MATRIZ

EMPRESA: TRANSLOGISTICS TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

AUTORIZ/MS:9.03927-7

C.N.P.J.:06.211.302/0001-95

PROCESSO: 25742.442292/2011-01

ENDEREÇO: AVENIDA TANCREDO NEVES, Nº 1485, SALA 1.505

BAIRRO: CAMINHO DAS ÁRVORES

MUNICÍPIO: SALVADOR

UF: BA

CEP: 41.820-020

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos resultantes de veículos terrestres em trânsito por postos de fronteira, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteira e recintos alfandegados.

SUPERINTENDÊNCIA DE CORRELATOS E ALIMENTOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.137, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Correlatos e Alimentos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art.59 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014.

Considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.138, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Correlatos e Alimentos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1021, 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art.59 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014.

Considerando o art. 12,15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.139, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Correlatos e Alimentos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art.59 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, resolve:

Art.1º Indeferir: inclusão de rótulo, registro de novos alimentos e novos ingredientes - NACIONAL.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.140, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Correlatos e Alimentos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art.59 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art.1º Conceder: registro de alimentos com alegações de propriedade funcional e/ou de saúde - NACIONAL, alteração de fórmula do produto, alteração de rotulagem, atendimento ao regulamento técnico de procedimentos para registro de alimentos com alegação de propriedades funcionais e ou de saúde, para produtos registrados que passam a utilizar alegação(ões) na rotulagem, registro de novos alimentos e novos ingredientes - NACIONAL, revalidação de registro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.160, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

A Gerente-Geral Substituta de Cosméticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.059, de 18 de junho de 2014, publicado no DOU de 23 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3161, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

A Gerente-Geral Substituta de Cosméticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.059, de 18 de junho de 2014, publicado no DOU de 23 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.146, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 993 da Anvisa, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650 da Anvisa, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os artigos 6º e 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o Laudo de Análise Fiscal de Amostra única nº. 1159.00/2014 e a ata de perícia de análise fiscal de amostra única de produto, emitidos pelo Instituto Adolfo Lutz de São Paulo, referente ao lote 130886 do produto descrito no art. 1º, insatisfatório no ensaio de aspecto, em que se constatou a presença de grumos e sedimentos depositados, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso do lote 130886 (val.: 08/2015) do produto MEBENDAZOL 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL 30ML, fabricado pela empresa Mariol Industrial Ltda. (CNPJ: 04.656.253/0001-79), localizada na Avenida Mário de Oliveira n° 605 - Distrito Industrial, Barretos/SP.

Art. 2º. Determinar que a empresa promova o recolhimento das unidades existentes no mercado relativas ao lote descrito no art. 1º, conforme Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

SUPERINTENDÊNCIA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.057, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.058, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.059, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.060, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.061, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.062, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento das Empresas de Cosméticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.063, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento das Empresas de Produtos para Saúde, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.064, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento das Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.065, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.066, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.067, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.068, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.069, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.070, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.071, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.072, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.073, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.074, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.075, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.076, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.077, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.078, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.079, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.089, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.091, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa constante no ANEXO, a Inclusão de Forma Farmacêutica no Certificado de Boas Práticas de Fabricação vigente.

Art. 2º A presente inclusão mantém a data de validade de 27/08/2014, conforme publicação original dada pela RE nº. 3.506 de 23/08/2012, publicada no Diário Oficial da União n° 166, de 27 de agosto de 2012, seção 1, página 41 e em suplemento da seção 1, página 85.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.092, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o parecer da área técnica e que as empresas foram inspecionadas cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.093, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

Considerando a Resolução - RE Nº 2.771, de 1º de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União Nº 149, de 5 de agosto de 2013, Seção 1, página 67, e em Suplemento ANVISA, página 115;

Considerando, ainda, o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa, na forma do ANEXO, a modificação no Certificado de Boas Práticas de Fabricação a partir da publicação desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.094, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A(s) presente(s) Certificação(ões) terá(ão) validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.095, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

Considerando o art. 43, da RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A(s) presente(s) Certificação(ões) terá(ão) validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.096, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o parecer da área técnica e que as empresas cumprem os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s), na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A(s) presente(s) certificação(ões) terá(ão) validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.097, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o parecer da área técnica e que as empresas cumprem os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A(s) presente(s) certificação(ões) terá(ão) validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.098, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.099, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

Considerando a Resolução - RE Nº 1.447, de 19 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União Nº 76, de 22 de abril de 2013, Seção 1, página 48, e em Suplemento ANVISA, página 267;

Considerando, ainda, o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa, na forma do ANEXO, a modificação no Certificado de Boas Práticas de Fabricação a partir da publicação desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.102, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.103, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.104, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.105, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Concessão da Autorização de funcionamento para a Empresa de Medicamentos, abaixo citada, publicada pela Resolução n° 3.736 de 4 de outubro de 2013, no Diário Oficial da União nº 194 de 7 de outubro de 2013, Seção 1 pág. 33 e Suplemento pág.172.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

EMPRESA: PELOTAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: Av. Presidente Juscelino k. de Oliveira n° 2658
BAIRRO: Areal CEP: 96080000 - PELOTAS/RS
CNPJ: 08.967.471/0001-85
PROCESSO: 25351.068340/2012-87 AUTORIZ/MS: 1.23499.8
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.106, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.107, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.108, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.109, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.110, DE 14 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o parecer da área técnica e que as empresas foram inspecionadas cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.143, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso VI do art. 2º, da Resolução RDC nº 204 de 6 de julho de 2005;

considerando o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Concessão de Certificado de Boas Práticas da(s) empresa(s) constante(s) no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.144, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A(s) presente(s) Certificação(ões) terá(ão) validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.145, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o parecer da área técnica e que as empresas foram inspecionadas cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE n° 1.116, de 28 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 61, de 31 de março de 2014, Seção 1 pág. 63 Suplemento pág. 109.

Onde se lê:

EMPRESA: Gemini Industria de Insumos Farmaceutiicos Ltda

ENDEREÇO: Rua Faustino Negri nº273 Galpão 05

BAIRRO: Cooperativa CEP: 09851720 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

CNPJ: 10.690.195/0002-83

PROCESSO: 25351.753678/2013-20 AUTORIZ/MS: 1.01486.5

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: GEMINI INDÚSTRIA DE INSUMOS FARMACÊUTICOS LTDA

ENDEREÇO: Rua Faustino Negri nº273 Galpão 05

BAIRRO: Cooperativa CEP: 09851720 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

CNPJ: 10.690.195/0002-83

PROCESSO: 25351.753678/2013-20 AUTORIZ/MS: 1.01486.5

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução - RE n° 1.116, de 28 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 61, de 31 de março de 2014, Seção 1 pág. 63 Suplemento pág. 109 e 110.

Onde se lê:

EMPRESA: SYMRISE AROMAS E FRAGRANCIAS LTDA

ENDEREÇO: Av. Paulo Verchavit 200-01

BAIRRO: Aparecidinha CEP: 18087191 - SOROCABA/SP

CNPJ: 43.940.758/0005-46

PROCESSO: 25351.683174/2013-68 AUTORIZ/MS: 1.01684.9

ATIVIDADE/ CLASSE

IMPORTAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: SYMRISE AROMAS E FRAGRANCIAS LTDA

ENDEREÇO: Av. Paulo Verchavit 200-01

BAIRRO: Aparecidinha CEP: 18087191 - SOROCABA/SP

CNPJ: 43.940.758/0005-46

PROCESSO: 25351.683174/2013-68 AUTORIZ/MS: 1.01684.9

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: PRECURSORES DE ENTORP E/OU PSICO
IMPORTAR: PRECURSORES DE ENTORP E/OU PSICO

Na Resolução-RE nº 1,128, de 28 de março de 2014, publicada no D.O.U. n° 61, de 31 de março de 2014, Seção 1, Pág. 64 e Suplemento Pág. 114 e 115.
Onde se lê:
EMPRESA: INN-FORMA MODELADORES CIRÚRGICOS E ESTÉTICOS
LTDA.
ENDEREÇO: Rua Pascoal Moreira, 119
BAIRRO: Alto da Mooca CEP: 03182050 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 08.319.244/0001-43
PROCESSO: 25351.109665/2014-46 AUTORIZ/MS: K097599MM8W5 (8.10284.5)
ATIVIDADE/ CLASSE
FABRICAR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: INN-FORMA MODELADORES CIRÚRGICOS E ESTÉTICOS
LTDA.
ENDEREÇO: Rua Pascoal Moreira, 119
BAIRRO: Alto da Mooca CEP: 03182050 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 08.319.244/0001-43
PROCESSO: 25351.109665/2014-46 AUTORIZ/MS: K097599MM8W5 (8.10284.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
FRACIONAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

Na Resolução-RE nº 1.222, de 04 de abril de 2014, publicada no D.O.U. n° 66, de 07 de abril de 2014, Seção 1, Pág. 41 e Suplemento Pág. 64 a 66.
Onde se lê:
EMPRESA: mr orthós comercio e importação de prod. Hospitalares ltda epp
ENDEREÇO: rua regente feijó, 221 10 andar sala 103
BAIRRO: vila lidia CEP: 13026505 - CAMPINAS/SP
CNPJ: 15.489.397/0001-02
PROCESSO: 25351.131812/2014-61 AUTORIZ/MS: G61H10866X78 (8.10309.2)
ATIVIDADE/ CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: mr orthós comercio e importação de prod. hospitalares ltda epp
ENDEREÇO: rua regente feijó, 221 10 andar sala 103
BAIRRO: vila lidia CEP: 13026505 - CAMPINAS/SP
CNPJ: 15.489.397/0001-02
PROCESSO: 25351.131812/2014-61 AUTORIZ/MS: G61H10866X78 (8.10309.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

Na Resolução - RE n° 1.241, de 4 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 66, de 7 de abril de 201, Seção 1 págs. 41 e 42 Suplemento págs. 116 e 117.
Onde se lê:
EMPRESA: erika transportes ltda
ENDEREÇO: avenida brasil sul n6315
BAIRRO: são joão CEP: 75133840 - ANÁPOLIS/GO
CNPJ: 11.286.422/0001-91
PROCESSO: 25351.161085/2014-74 AUTORIZ/MS: 1.06587.6
ATIVIDADE/ CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: erika transportes ltda
ENDEREÇO: avenida brasil sul n6315
BAIRRO: são joão CEP: 75133840 - ANÁPOLIS/GO
CNPJ: 11.286.422/0001-91
PROCESSO: 25351.161085/2014-74 AUTORIZ/MS: 1.06587.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução-RE nº 1.424, de 17 de abril de 2014, publicada no D.O.U. n° 75, de 22 de abril de 2014, Seção 1, Pág. 45 e Suplemento Pág. 139 e 140.
Onde se lê:
EMPRESA: TOP SURGICAL COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA SENADOR ROBERTO SIMONSEN, 743 - SALA 102
BAIRRO: SANTO ANTONIO CEP: 09530401 - SÃO CAETANO DO SUL/SP
CNPJ: 18.770.423/0001-56
PROCESSO: 25351.119082/2014-35 AUTORIZ/MS: 21115645L5L2(8.10299.8)
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: TOP SURGICAL COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA SENADOR ROBERTO SIMONSEN, 743 - SALA 102
BAIRRO: SANTO ANTONIO CEP: 09530401 - SÃO CAETANO DO SUL/SP
CNPJ: 18.770.423/0001-56
PROCESSO: 25351.119082/2014-35 AUTORIZ/MS: 21115645L5L2 (8.10299.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

Na Resolução - RE n° 1.569, de 24 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 79, de 28 de abril de 2014, Seção 1 pág. 46 Suplemento págs. 79 e 82.
Onde se lê:
EMPRESA: PRUDENMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA: JOUBERT SOARES MARCONDES,718
BAIRRO: JD. ELDORADO CEP: 19026080 - PRESIDENTE PRUDENTE/ SP
CNPJ: 14.751.638/0001-79
PROCESSO: 25351.460244/2013-70 AUTORIZ/MS: 1.07598.1
ATIVIDADE/ CLASSE:
MANIPULAR MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: PRUDENMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA: JOUBERT SOARES MARCONDES,718
BAIRRO: JD. ELDORADO CEP: 19026080 - PRESIDENTE PRUDENTE/SP
CNPJ: 14.751.638/0001-79
PROCESSO: 25351.460244/2013-70 AUTORIZ/MS: 1.07598.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 1.573, de 24 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 79, de 28 de abril de 2014, Seção 1 pág. 46 Suplemento pág. 85.
Onde se lê:
EMPRESA: LOGAN DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA EDILSON BRASIL SOARES, 1520
BAIRRO: AGUA FRIA CEP: 60834012 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 03.002.459/0001-12
PROCESSO: 25351.061847/2014-49 AUTORIZ/MS: 1.07908.1
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: PREDILETA CE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: R MANUEL ARRUDA 110
BAIRRO: BARROSO CEP: 60834012 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 03.002.459/0001-12
PROCESSO: 25351.061847/2014-49 AUTORIZ/MS: 1.07908.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 1.694, de 8 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 88, de 12 de maio de 2014, Seção 1 pág. 49 Suplemento pág. 111.
Onde se lê:
EMPRESA: TRANSPARE TRANSPORTES ARMAZENS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: RUA REINALDO SCHMITHAUSEN, 495, SALA 12
BAIRRO: CODEIROS CEP: 88310000 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 06.009.235/0001-20
PROCESSO: 25351.223067/2014-12 AUTORIZ/MS: 1.10136.7
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: TRANSPARE TRANSPORTES ARMAZENS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: RUA REINALDO SCHMITHAUSEN, 495, SALA 12
BAIRRO: CODEIROS CEP: 88310000 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 06.009.235/0001-20
PROCESSO: 25351.223067/2014-12 AUTORIZ/MS: 1.10136.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução-RE nº 1.708, de 08 de maio de 2014, publicada no D.O.U. n° 88, de 12 de maio de 2014, Seção 1, Pág. 50 e Suplemento Pág. 117 e 118.
Onde se lê:
EMPRESA: TCP COMERCIO E LOCAÇÃO DE ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA-EPP
ENDEREÇO: Rua Joaquim Marra, 817, Sobrado
BAIRRO: Vila Matilde CEP: 03514000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.291.824/0001-19
PROCESSO: 25351.236946/2014-16 AUTORIZ/MS: G7H35X4477L1 (8.10449.6)
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: TCP COMERCIO E LOCAÇÃO DE ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA-EPP
ENDEREÇO: Rua Joaquim Marra, 817 , Sobrado
BAIRRO: Vila Matilde CEP: 03514000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.291.824/0001-19
PROCESSO: 25351.236946/2014-16 AUTORIZ/MS: G7H35X4477L1 (8.10449.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

Na Resolução - RE n° 1.859, de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 100, de 27 de maio de 2013, Seção 1 pág. 41 Suplemento págs. 98 e 99.
Onde se lê:
EMPRESA: INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA
ENDEREÇO: RUA ISALTINO SILVEIRA, Nº 768 GALPÃO 7 PART E
BAIRRO: CANTAGALO CEP: 25804250 - TRÊS RIOS/RJ
CNPJ: 33.258.401/0011-77
PROCESSO: 25351.083545/2010-99 AUTORIZ/MS: 1.22519.1
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
TRANSFORMAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA
ENDEREÇO: RUA ISALTINO SILVEIRA, Nº 768 GALPÃO 7 PARTE
BAIRRO: CANTAGALO CEP: 25804250 - TRÊS RIOS/RJ
CNPJ: 33.258.401/0011-77
PROCESSO: 25351.083545/2010-99 AUTORIZ/MS: 1.22519.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 1.963, de 22 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 98, de 26 de maio de 2014, Seção 1 pág. 94 Suplemento pág. 75.
Onde se lê:
EMPRESA: CLARIS PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA ARAGUAIA, 3852 - Armazém 4
BAIRRO: CENTRO EMPRESARIAL TAMBORÉ CEP: 04028000 - BARUERI/SP
CNPJ: 02.455.073/0001-01
PROCESSO: 25000.025159/99-81 AUTORIZ/MS: 1.04277.2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: CLARIS PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA ARAGUAIA, 3852 - Armazém 4
BAIRRO: CENTRO EMPRESARIAL TAMBORÉ CEP: 06455000 - BARUERI/SP
CNPJ: 02.455.073/0001-01
PROCESSO: 25000.025159/99-81 AUTORIZ/MS: 1.04277.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 1.983, de 22 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 98, de 26 de maio de 2014, Seção 1 pág. 95 Suplemento pág. 81.
Onde se lê:
EMPRESA: CLARIS PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA ARAGUAIA, 3852 - Armazém 4
BAIRRO: CENTRO EMPRESARIAL TAMBORÉ CEP: 04028000 - BARUERI/SP
CNPJ: 02.455.073/0001-01
PROCESSO: 25000.025152/99-31 AUTORIZ/MS: 1.20646.6
EXPS.: 0154769/14-1 E 0291462/14-0
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: CLARIS PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA ARAGUAIA, 3852 - Armazém 4
BAIRRO: CENTRO EMPRESARIAL TAMBORÉ CEP: 06455000 - BARUERI/SP
CNPJ: 02.455.073/0001-01
PROCESSO: 25000.025152/99-31 AUTORIZ/MS: 1.20646.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 1.984, de 22 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 98, de 26 de maio de 2014, Seção 1 pág. 95 Suplemento pág. 81.
Onde se lê:
EMPRESA: CLARIS PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA ARAGUAIA, 3852 - Armazém 4
BAIRRO: CENTRO EMPRESARIAL TAMBORÉ CEP: 04028000 - BARUERI/SP
CNPJ: 02.455.073/0001-01
PROCESSO: 25000.025152/99-31 AUTORIZ/MS: 1.20646.6
EXPS.: 0154769/14-1 E 0291462/14-0
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: CLARIS PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA ARAGUAIA, 3852 - Armazém 4
BAIRRO: CENTRO EMPRESARIAL TAMBORÉ CEP: 06455000 - BARUERI/SP
CNPJ: 02.455.073/0001-01
PROCESSO: 25000.025152/99-31 AUTORIZ/MS: 1.20646.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 2.171, de 9 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 109, de 10 de junho de 2014, Seção 1 pág. 44 Suplemento págs. 97 e 98.
Onde se lê:
EMPRESA: TRANSPORTADORA M.M.A LTDA
ENDEREÇO: R 6-D Nº 154
BAIRRO: civit ii CEP: 29168083 - SERRA/ES
CNPJ: 04.155.259/0001-62
PROCESSO: 25351.160262/2014-75 AUTORIZ/MS: 1.10201.1
ATIVIDADE/ CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: TRANSPORTADORA M.M.A LTDA
ENDEREÇO: R ATALYDES MOREIRA DE SOUZA 1025
BAIRRO: CIVIT I CEP: 29168055 - SERRA/ES
CNPJ: 04.155.259/0001-62
PROCESSO: 25351.160262/2014-75 AUTORIZ/MS: 1.10201.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução-RE nº 2.195, de 12 de junho de 2014, publicada no D.O.U. n° 113, de 16 de junho de 2014, Seção 1, Pág. 89 e Suplemento Pág. 64 e 65.
Onde se lê:
EMPRESA: ellipsis pharma distribuidora de materiais e medicamentos hospitalares ltda epp
ENDEREÇO: rua joaquim floriano nº 488- 5 º andar
BAIRRO: itaim bibi CEP: 04534002 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 12.432.995/0001-49
PROCESSO: 25351.736312/2013-42 AUTORIZ/MS: 2.07313.3
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
Leia-se:
EMPRESA: ellipsis pharma distribuidora de materiais e medicamentos hospitalares ltda epp
ENDEREÇO: Rua Doze de Maio, nº 433
BAIRRO: Vila Galvão CEP: 07056120 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 12.432.995/0001-49
PROCESSO: 25351.736312/2013-42 AUTORIZ/MS: 2.07313.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

Na Resolução - RE n° 2.206, de 12 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 113, de 16 de junho de 2014, Seção 1 pág. 90 Suplemento pág. 69.
Onde se lê:
EMPRESA: HBB BIOLÓGICA SUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, COSMÉTICOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS LTDA ME.
ENDEREÇO: AVENIDA ANUNCIATO SONNI, Nº 3465 - BLOCO B
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL III CEP: 86900000 - JANDAIA DO SUL/PR
CNPJ: 05.512.481/0001-38
PROCESSO: 25023.160059/2004-63 AUTORIZ/MS: 1.21480.8
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: HBB BIOLÓGICA SUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, COSMÉTICOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS LTDA ME.
ENDEREÇO: AVENIDA ANUNCIATO SONNI, Nº 3465 - BLOCO B
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL III CEP: 86900000 - JANDAIA DO SUL/PR
CNPJ: 05.512.481/0001-38
PROCESSO: 25023.160059/2004-63 AUTORIZ/MS: 1.21480.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
FABRICAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
REEMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n.º 2.325, de 27 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º 122, de 30 de junho de 2014, Seção 1, página 90, e em suplemento ANVISA, página 37:
Onde se lê:

Razão Social: RAY TEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO DE APARELHOS DE RAIOS-X LTDA - EPP	**CNPJ**: 48.055.651/0001-05
Endereço: RUA PONTA GROSSA, Nº 174	
Bairro: ALTO DO MANDAQUI	**CEP**: 02.420-010
Município: SÃO PAULO	**UF**: SP
Autorização de Funcionamento Comum nº: 8.01031-1	
Expediente da Petição: 0619249/12-1	
Motivo: Em desacordo com a Resolução RDC Anvisa nº 206/2005.	

Leia-se

Razão Social: RAY TEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO DE APARELHOS DE RAIOS-X LTDA - EPP	**CNPJ**: 48.055.651/0001-05
Endereço: RUA PONTA GROSSA, Nº 174	
Bairro: ALTO DO MANDAQUI	**CEP**: 02.420-010
Município: SÃO PAULO	**UF**: SP
Autorização de Funcionamento Comum nº: 8.01031-1	
Expediente da Petição: 0319435/12-3	
Motivo: Em desacordo com a Resolução RDC Anvisa nº 206/2005.	

Na Resolução - RE n.º 4.982, de 23 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União n.º 227, de 26 de novembro de 2012, Seção 1, página 49, e em suplemento ANVISA, página 116:
Onde se lê:

Fabricante: GE MEDICAL SYSTEM (CHINA) CO. LTD	
Endereço: 19, CHANGJIANG ROAD - WUXI NATIONAL HI-TACH DEVELOPMENT ZONE - WUXI, JIANGSU PROVINCE - CHINA	
Pais: CHINA	
Importador: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 00.029.372/0001-40
Autorização de Funcionamento Comum n.: 800.712-6	
Expediente da Petição: 0361243/12-1	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os produtos:	
Produtos médicos fabricados na planta acima mencionada, devidamente registrados junto à ANVISA, enquadrados na(s) classe(s) de risco III e IV, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC n. 185, de 22 de outubro de 2001.	

Leia-se

Fabricante: GE MEDICAL SYSTEMS (CHINA) CO. LTD.	
Endereço: 19, CHANGJIANG ROAD - WUXI NATIONAL HI-TECH DEVELOPMENT ZONE - WUXI - JIANGSU PROVINCE	
País: CHINA	
Importador: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	**CNPJ**: 00.029.372/0001-40
Autorização de Funcionamento Comum nº: 800.712-6	
Expediente da Petição: 0361243/12-1	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos Médicos de uso médico fabricados na planta acima mencionada, devidamente registrados junto à ANVISA, enquadrados na(s) classe(s) de risco III e IV, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

Na Resolução - RE n.º 3.061, de 23 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União n.º 164, de 26 de agosto de 2013, Seção 1, página 46, e em suplemento ANVISA, página 129:

Onde se lê:

Razão Social: PROCARE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 05.050.260/0001-95
Expediente da Petição: 0241653/13-1	
Endereço: RUA DOMINGOS FREIRE, 48	
Bairro: TODOS OS SANTOS	CEP: 20.735-220
Município: RIO DE JANEIRO	UF: RJ
Autorização de Funcionamento Comum nº:	
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde	

Leia-se

Razão Social: PROCARE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	**CNPJ:** 05.050.260/0001-95
Endereço: RUA DOMINGOS FREIRE 48	
Bairro: TODOS OS SANTOS	**CEP:** 20.735-220
Município: RIO DE JANEIRO	**UF:** RJ
Autorização de Funcionamento Comum nº: 8.03172-0	
Expediente da Petição: 0241653/13-1	
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde	

Na Resolução - RE n.º 2.323, de 27 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º 122, de 30 de junho de 2014, Seção 1, página 90, e em suplemento ANVISA, página 36:

Onde se lê:

Fabricante: MEDTRONIC XOMED INC	
Endereço: 6743 SOUTHPOINT DRIVE NORTH, JACKSONVILLE - FL 32216	
País: EUA	
Importador: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA	CNPJ: 48.767.628/0001-43
Autorização de Funcionamento Comum nº: 1.01735-5	
Expediente da Petição: 0905426/13-0	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:	
Materiais e equipamentos de uso médico fabricados na planta acima mencionada, devidamente registrados junto à ANVISA, enquadrados na classe de risco III e IV, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.	

Leia-se

Fabricante: MEDTRONIC XOMED INC	
Endereço: 6743 SOUTHPOINT DRIVE NORTH, JACKSONVILLE - FL 32216	
País: EUA	
Importador: **RICHARDS DO BRASIL PRODUTOS CIRURGICOS LTDA**	**CNPJ**: 48.767.628/0001-43
Autorização de Funcionamento Comum nº: 1.01735-5	
Expediente da Petição: 0905426/13-0	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:	
Materiais e equipamentos de uso médico fabricados na planta acima mencionada, devidamente registrados junto à ANVISA, enquadrados na classe de risco III e IV, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.	

Na Resolução - RE n° 2.400, de 03 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 127, de 7 de julho de 2014, Seção 1 pág. 21 Suplemento pág. 147.

Onde se lê:

EMPRESA: Novamed Fabricação de Produtos Farmaceuticos Ltda

ENDEREÇO: Av.Torquato Tapajós,17.703

BAIRRO: Área de Transição CEP: 69041025 - MANAUS/AM

CNPJ: 12.424.020/0001-79

PROCESSO: 25351.310807/2014-62 AUTORIZ/MS: 1.10696.1

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EMBALAR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

EXPORTAR: MEDICAMENTO

FABRICAR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

REEMBALAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: Novamed Fabricação de Produtos Farmaceuticos Ltda

ENDEREÇO: Av.Torquato Tapajós,17.703

BAIRRO: Área de Transição CEP: 69041025 - MANAUS/AM

CNPJ: 12.424.020/0001-79

PROCESSO: 25351.310807/2014-62 AUTORIZ/MS: 1.10696.1

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

FABRICAR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

REEMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 2.403, de 3 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 127, de 7 de julho de 2014, Seção 1 pág. 21 Suplemento pág. 148.

Onde se lê:

EMPRESA: Novamed Fabricação de Produtos Farmaceuticos Ltda

ENDEREÇO: Av.Torquato Tapajós,17.703

BAIRRO: Área de Transição CEP: 69041025 - MANAUS/AM

CNPJ: 12.424.020/0001-79

PROCESSO: 25351.305313/2014-31 AUTORIZ/MS: 1.10647.2

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EMBALAR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

EXPORTAR: MEDICAMENTO

FABRICAR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

REEMBALAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: Novamed Fabricação de Produtos Farmaceuticos Ltda

ENDEREÇO: Av.Torquato Tapajós,17.703

BAIRRO: Área de Transição CEP: 69041025 - MANAUS/AM

CNPJ: 12.424.020/0001-79

PROCESSO: 25351.305313/2014-31 AUTORIZ/MS: 1.10647.2

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

FABRICAR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

REEMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução-RE nº 2.437, de 03 de julho de 2014, publicada no D.O.U. n° 127, de 07 de julho de 2014, Seção 1, Pág. 23 e Suplemento Pág. 205 a 207.

Onde se lê:

EMPRESA: INMEDIK COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA.

ENDEREÇO: RUA AUGUSTA, 1O ANDAR - CJ. 13

BAIRRO: CERQUEIRA CÉSAR CEP: 01413000 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 18.201.635/0001-12

PROCESSO: 25351.359311/2014-32 AUTORIZ/MS: Y801YM5H03M0 (8.10614.5)

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: INMEDIK COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA.

ENDEREÇO: RUA AUGUSTA, 1939 - CJ. 13

BAIRRO: CERQUEIRA CÉSAR CEP: 01413000 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 18.201.635/0001-12

PROCESSO: 25351.359311/2014-32 AUTORIZ/MS: Y801YM5H03M0 (8.10614.5)

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

Na Resolução - RE nº 2.711, de 26 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 144, de 29 de julho de 2013, Seção 1 pág. 156 Suplemento págs. 141 e 142.

Onde se lê:

EMPRESA: LINE EXPRESS TRANSPORTES E DISTRIBUIÇÃO LTDA

ENDEREÇO: ALAMEDA TOCANTINS, 630, MODULOS 09 E 10

BAIRRO: ALPHAVILLE CEP: 06455020 - BARUERI/SP

CNPJ: 07.117.576/0001-82

PROCESSO: 25351.152672/2005-63 AUTORIZ/MS: 1.06169.2

ATIVIDADE/ CLASSE

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: LINE EXPRESS TRANSPORTES E DISTRIBUIÇÃO LTDA

ENDEREÇO: ALAMEDA TOCANTINS, 630, MODULOS 09 E 10

BAIRRO: ALPHAVILLE CEP: 06455020 - BARUERI/SP

CNPJ: 07.117.576/0001-82

PROCESSO: 25351.152672/2005-63 AUTORIZ/MS: 1.06169.2

ATIVIDADE/CLASSE

TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução-RE nº 2.932, de 15 de agosto de 2013, publicada no D.O.U. n° 159, de 19 de agosto de 2013, Seção 1, Pág. 59 e Suplemento Pág. 145 e 146.

Onde se lê:

EMPRESA: BIOMEDICA PRODUTOS MEDICOS LTDA

ENDEREÇO: RUA SAO PEDRO Nº 2071 - SALA 603/604 - ED. RAIMUNDO MARTINS DE SOUZA

BAIRRO: CENTRO CEP: 64001260 - TERESINA/PI

CNPJ: 10.502.994/0001-06

PROCESSO: 25351.361299/2009-47 AUTORIZ/MS: KY8993W6XH8M (8.05470.1)

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: BIOMEDICA PRODUTOS MEDICOS LTDA

ENDEREÇO: AV. SENADOR CÂNDIDO FERRAZ, 1250 - SALAS 2304/2306/2308 EDIF. THE OFFICE TOWER

BAIRRO: JÓQUEI CEP: 64049250 - TERESINA/PI

CNPJ: 10.502.994/0001-06

PROCESSO: 25351.361299/2009-47 AUTORIZ/MS: KY8993W6XH8M (8.05470.1)

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

Na Resolução - RE n° 3.046, de 23 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 164, de 26 de agosto de 2013, Seção 1 pág. 45 Suplemento págs. 58 e 59.

Onde se lê:

EMPRESA: distribuidora farmacêutica panarello ltda

ENDEREÇO: rua vinte e quatro de maio. n°421

BAIRRO: riachuelo CEP: 70950090 - RIO DE JANEIRO/RJ

CNPJ: 01.206.820/0019-26

PROCESSO: 25351.219724/2011-32 AUTORIZ/MS: 1.22896.2

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: Distribuidora Farmacêutica Panarello Ltda
ENDEREÇO: Rua Vinte e Quatro de Maio, n° 421
BAIRRO: Riachuelo CEP: 20950090 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 01.206.820/0019-26
PROCESSO: 25351.219724/2011-32 AUTORIZ/MS: 1.22896.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 3.050, de 23 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 164, de 26 de agosto de 2013, Seção 1 pág. 46 Suplemento págs. 62 e 63.
Onde se lê:
EMPRESA: DISTRIBUIDORA AMARAL LTDA
ENDEREÇO: RUA LUIS GUILHERME DA SILVA 1001
BAIRRO: C.IND. CEL J.RABELO CEP: 35502284 - DIVINÓPOLIS/MG
CNPJ: 21.759.758/0001-88
PROCESSO: 25000.016645/98-27 AUTORIZ/MS: 1.03647.4
ATIVIDADE/ CLASSE
EMBALAR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: DISTRIBUIDORA AMARAL LTDA
ENDEREÇO: RUA LUIS GUILHERME DA SILVA 1001
BAIRRO: C.IND. CEL J.RABELO CEP: 35502284 - DIVINÓPOLIS/MG
CNPJ: 21.759.758/0001-88
PROCESSO: 25000.016645/98-27 AUTORIZ/MS: 1.03647.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução-RE nº 3.332, de 06 de setembro de 2013, publicada no D.O.U. n° 174, de 09 de setembro de 2013, Seção 1, Pág. 70 e Suplemento Pág. 115 e 116.
Onde se lê:
EMPRESA: PS LOGISTICA E PROMOÇÕES ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA AMÉRICA, 1086
BAIRRO: POLO EMPRESARIAL - TAMBORÉ CEP: 06543315 - SANTANA DE PARNAÍBA/SP
CNPJ: 13.203.571/0001-75
PROCESSO: 25351.467309/2013-43 AUTORIZ/MS: 2.07010.6
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
Leia-se:
EMPRESA: PS LOGISTICA E PROMOÇÕES ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA AMÉRICA, 1086
BAIRRO: POLO EMPRESARIAL - TAMBORÉ CEP: 06543315 - SANTANA DE PARNAÍBA/SP
CNPJ: 13.203.571/0001-75
PROCESSO: 25351.467309/2013-43 AUTORIZ/MS: 2.07010.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

Na Resolução - RE n° 4.078, de 25 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 209, de 28 de outubro de 2013, Seção 1 pág. 73 Suplemento págs. 180 e 181.
Onde se lê:
EMPRESA: CMPP BRASIL LTDA
ENDEREÇO: RUA LIBERO BADARO 182 8 ANDAr
BAIRRO: CENTRO CEP: 01008000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 03.961.617/0001-61
PROCESSO: 25351.531961/2012-30 AUTORIZ/MS: 1.09814.9
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: SEPPIC BRASIL ESPECIALIDADES QUÍMICAS COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: RUA LIBERO BADARO 182 8 ANDAR
BAIRRO: CENTRO CEP: 01008000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 03.961.617/0001-61
PROCESSO: 25351.531961/2012-30 AUTORIZ/MS: 1.09814.9
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução - RE n° 4.203, de 7 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 219, de 11 de novembro de 2013, Seção 1 pág. 56 Suplemento págs. 156 e 157.
Onde se lê:
EMPRESA: LABORATORIOS PFIZER LTDA.
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES 1555
BAIRRO: VILA SANT ANNA CEP: 07112070 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 46.070.868/0001-69
PROCESSO: 25991.011846/78 AUTORIZ/MS: 1.20029.5
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
FABRICAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
OUTRAS: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: LABORATORIOS PFIZER LTDA.
ENDEREÇO: RUA ALEXANDRE DUMAS 1.860
BAIRRO: CHÁCARA SANTO ANTÔNIO CEP: 04717904 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 46.070.868/0001-69
PROCESSO: 25991.011846/78 AUTORIZ/MS: 1.20029.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
FABRICAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
OUTRAS: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 4.323, de 14 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 223, de 18 de novembro de 2013, Seção 1 págs. 41 e 42 Suplemento pág. 61.
Onde se lê:
EMPRESA: BIOMEDICAL DISTRIBUTION MERCOSUR LTDA
ENDEREÇO: Avenida Portugal, nº 1100, Parte C 26
BAIRRO: Itaqui CEP: 06696060 - ITAPEVI/SP
CNPJ: 02.426.290/0001-65
PROCESSO: 25351.629593/2013-64 AUTORIZ/MS: 1.23553.3
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: BIOMEDICAL DISTRIBUTION MERCOSUR LTDA
ENDEREÇO: Avenida Portugal, nº 1100, Parte C 26
BAIRRO: Itaqui CEP: 06696060 - ITAPEVI/SP
CNPJ: 02.426.290/0001-65
PROCESSO: 25351.629593/2013-64 AUTORIZ/MS: 1.23553.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 4.455, de 28 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 232, de 29 de novembro de 2013, Seção 1 pág. 142.
Onde se lê:
EMPRESA: FUNDAÇÃO BAIANA DE PESQ. CIENTIFICA E DESENV. TECNOLOGICO, FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS- BAHIAFARMA
ENDEREÇO: acesso II br 324 nº 1241
BAIRRO: cia sul CEP: 43700000 - SALVADOR/BA
CNPJ: 13.078.518/0001-90
PROCESSO: 25351.695387/2013-71 AUTORIZ/MS: 1.09883.7
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
PRODUZIR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: FUNDAÇÃO BAIANA DE PESQ. CIENTIFICA E DESENV. TECNOLOGICO, FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS-BAHIAFARMA
ENDEREÇO: Acesso II BR 324 nº 1241
BAIRRO: Cia Sul CEP: 43700000 - SIMÕES FILHO/BA
CNPJ: 13.078.518/0001-90
PROCESSO: 25351.695387/2013-71 AUTORIZ/MS: 1.09883.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
PRODUZIR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 469, de 14 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 33, de 17 de fevereiro de 2014, Seção 1 pág. 59 Suplemento pág.197.
Onde se lê:
EMPRESA: TORTUGA CIA ZOOTÉCNICA AGRÁRIA
ENDEREÇO: RUA CENTRO AFRICANA, N° 219
BAIRRO: SANTO AMARO CEP: 04730050 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 56.992.951/0001-49
PROCESSO: 25351.013206/2014-30 AUTORIZ/MS: 1.09980.1
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: INSUMO
DISTRIBUIR: INSUMO
EMBALAR: INSUMO
EXPEDIR: INSUMO
EXPORTAR: INSUMO
FABRICAR: INSUMO
FRACIONAR: INSUMO
IMPORTAR: INSUMO
REEMBALAR: INSUMO
Leia-se:
EMPRESA: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A.
ENDEREÇO: AVENIDA ENGENHEIRO BILLINGS, 1729 - EDIFÍCIO 31, SALA A
BAIRRO: JAGUARÉ CEP: 05321010 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 56.992.951/0001-49
PROCESSO: 25351.013206/2014-30 AUTORIZ/MS: 1.09980.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMO
DISTRIBUIR: INSUMO
EMBALAR: INSUMO
EXPEDIR: INSUMO
EXPORTAR: INSUMO
FABRICAR: INSUMO
FRACIONAR: INSUMO
IMPORTAR: INSUMO
REEMBALAR: INSUMO

Na Resolução - RE n° 4.753, de 12 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 243, de 16 de dezembro de 2013, Seção 1 pág. 59 Suplemento pág. 206.
Onde se lê:
EMPRESA: ESKISA S A INDUSTRIA E COMERCIO
ENDEREÇO: R GABRIELE D`ANNUNZIO, N° 274
BAIRRO: CAMPO BELO CEP: 04619000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.911.161/0001-69
PROCESSO: 25351.698120/2013-59 AUTORIZ/MS: 1.09893.1
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
FRACIONAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: ESKISA S A INDUSTRIA E COMERCIO
ENDEREÇO: RUA GUILHERME BARBOSA DE MELO, 83/87
BAIRRO: CIDADE MONÇOES CEP: 04571160 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.911.161/0001-69
PROCESSO: 25351.698120/2013-59 AUTORIZ/MS: 1.09893.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
FRACIONAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Na Resolução - RE n° 4.874, de 19 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 248, de 23 de dezembro de 2013, Seção 1 pág. 131 Suplemento pág. 87.

Onde se lê:

EMPRESA: CRISTAL MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA MUTIRÃO, Nº 2199 - QL 26 L11

BAIRRO: MARISTA CEP: 74150340 - GOIÂNIA/GO

CNPJ: 09.567.130/0001-85

PROCESSO: 25351.624496/2008-18 AUTORIZ/MS: 1.07574.7

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: CRISTAL MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA MUTIRÃO, Nº 2199 - QL 26 L11

BAIRRO: MARISTA CEP: 74150340 - GOIÂNIA/GO

CNPJ: 09.567.130/0001-85

PROCESSO: 25351.624496/2008-18 AUTORIZ/MS: 1.07574.7

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: MEDICAMENTO

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 4.875, de 19 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 248, de 23 de dezembro de 2013, Seção 1 pág. 131 Suplemento pág. 87.

Onde se lê:

EMPRESA: CRISTAL MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA MUTIRÃO, Nº 2199 - QL 26 L11

BAIRRO: MARISTA CEP: 74150340 - GOIÂNIA/GO

CNPJ: 09.567.130/0001-85

PROCESSO: 25351.624496/2008-18 AUTORIZ/MS: 1.07574.7

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: CRISTAL MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA MUTIRÃO, Nº 2199 - QL 26 L11

BAIRRO: MARISTA CEP: 74150340 - GOIÂNIA/GO

CNPJ: 09.567.130/0001-85

PROCESSO: 25351.624496/2008-18 AUTORIZ/MS: 1.07574.7

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: MEDICAMENTO

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 49, de 9 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 8, de 13 de janeiro de 2014, Seção 1 pág. 27 Suplemento pág. 49.

Onde se lê:

EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS DINAMICA LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA VISCONDE DE PORTO ALEGRE, Nº 97

BAIRRO: CENTRO CEP: 69020130 - MANAUS/AM

CNPJ: 03.701.145/0001-08

PROCESSO: 25351.292937/2010-11 AUTORIZ/MS: 1.08334.4

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS DINAMICA LTDA

ENDEREÇO: RUA CORONEL SALGADO, N° 515

BAIRRO: NOSSA SENHORA APARECIDA CEP: 69010450 - MANAUS/AM

CNPJ: 03.701.145/0001-08

PROCESSO: 25351.292937/2010-11 AUTORIZ/MS: 1.08334.4

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

Na Resolução-RE nº 5.182, de 07 de dezembro de 2012, publicada no D.O.U. n° 237, de 10 de dezembro de 2012, Seção 1, Pág. 48 e Suplemento Pág. 78 e 79.

Onde se lê:

EMPRESA: Akora Brasil Importadora de Produtos Automotivos e Domésticos Ltda Me

ENDEREÇO: RUA DR. GABRIEL NICOLAU 497

BAIRRO: JARDIM ORLANDIA CEP: 09632040 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

CNPJ: 11.394.501/0001-16

PROCESSO: 25351.022719/2012-48 AUTORIZ/MS: 3.05173.5

ATIVIDADE/ CLASSE

IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.

Leia-se:

EMPRESA: Akora Brasil Importadora de Produtos Automotivos e Domésticos Ltda Me

ENDEREÇO: RUA DR. GABRIEL NICOLAU 497

BAIRRO: JARDIM ORLANDIA CEP: 09632040 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

CNPJ: 11.394.501/0001-16

PROCESSO: 25351.022719/2012-48 AUTORIZ/MS: 3.05173.5

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.

DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.

EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.

Na Resolução - RE n° 960, de 15 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 52, de 18 de março de 2013, Seção 1 págs. 102 e 103 Suplemento pág. 152.

Onde se lê:

EMPRESA: TRANS MODEL TRANSPORTES URGENTES LTDA

ENDEREÇO: RUA SÃO LAZARO, N° 34/50

BAIRRO: LUZ CEP: 01103020 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 62.131.248/0001-49

PROCESSO: 25351.007459/2011-40 AUTORIZ/MS: 1.22773.7

ATIVIDADE/ CLASSE

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: TRANS MODEL TRANSPORTES URGENTES LTDA

ENDEREÇO: RUA SÃO LAZARO, N° 34/50

BAIRRO: LUZ CEP: 01103020 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 62.131.248/0001-49

PROCESSO: 25351.007459/2011-40 AUTORIZ/MS: 1.22773.7

ATIVIDADE/CLASSE

TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 722, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Concede autorização para realizar retirada e transplante de órgãos e tecidos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 11 14 SC 05
II - denominação: Oftalmos - Hospital da Visão;
III - CNPJ: 06.062.389/0001-86;
IV - CNES: 6353533;
V - endereço: Rua 10, Nº. 175, Bairro: Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88.330-657.

Art. 2° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana à equipe de saúde a seguir identificada:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 41 14 SC 04
II - denominação: Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria;
III - CNPJ: 76.562.198/0003-20;
IV - CNES: 6048692;
V - endereço: Rua Araranguá, Nº 554, Bairro: Amárica, Joinville/SC, CEP: 89.204-310.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 11 12 SC 01
II - denominação: Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava;
III - CNPJ: 82.653.163/0001-38;
IV - CNES: 2522209;
V - endereço: Rua Max Houfe, Nº. 211, Bairro: Vila Itoupava, Blumenau/SC, CEP: 89.095-370.

Art. 4° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 11 14 SC 05
II - responsável técnico: Andresson Péricles de Melo Figueiredo, oftalmologista, CRM 9579;
III - membro: Gustavo da Silva Lima, oftalmologista, CRM 9423;
IV - membro: Fernando Antônio Arruda Ramalho Lopes, oftalmologista, CRM 12216;
V - membro: Paulo César de Campos Ferreira, oftalmologista, CRM 8139.

Art. 5° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana à equipe de saúde a seguir identificada:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 41 14 SC 04
II - responsável técnico: Cristiano Gustavo Hahn, cirurgião cardiovascular, CRM 10509;
III - membro: Leonardo Andrade Mulinari, cirurgião cardiovascular, CRM 19229;
IV - membro: Gustavo Klug Pimentel, cirurgião cardiovascular, CRM 19304;
V - membro: Fábio Binhara Navarro, cirurgião cardiovascular, CRM 19303;
VI - membro: Gustavo Tedeschi dos Santos, cirurgião cardiovascular, CRM 19266;
VII - membro: Carlos Henrique Gori Gomes, cirurgião cardiovascular, CRM 14535;
VIII - membro: Eliana Costa Pellissari, cardiologista pediátrica, CRM 19362.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 70
II - responsável técnico: Waldir Martins Portellinha, oftalmologista, CRM 25290.

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 128
II - responsável técnico: Syogi Shinzato, oftalmologista, CRM 10393;
III - membro: Adriano Biondi Monteiro Carneiro, oftalmologista, CRM 93970;
IV - membro: Fábio Marques do Nascimento, oftalmologista, CRM 120933.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 11 12 SC 01
II - responsável técnico: Rafael Allan Oechsler, oftalmologista, CRM 10138.

ALAGOAS

I - Nº do SNT 1 11 10 AL 01
II - responsável técnico: João Marcelo de Almeida Gusmão Lyra, oftalmologista, CRM 4056.

MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 10 MS 01
II - responsável técnico: Marcos Rogério Mistro Piccinin, oftalmologista, CRM 3765.

Art. 7° As renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria, para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 723, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Concede renovação de autorização ao banco de Tecido Ocular Humano para estabelecimento de saúde.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009;

Considerando a Resolução - RDC Nº 67, de 30 de setembro de 2008;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado da Saúde;

Considerando a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Local; e

Considerando a análise técnica da Secretaria de atenção à Saúde, Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência/Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplantes, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização ao Banco de tecido ocular humano do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13

PARAÍBA

I - Nº do SNT 3 51 09 PB 01
II - denominação: Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena;
III - CNPJ: 08.778.268/0037-71;
IV - CNES: 2593262;
V - endereço: Rua Orestes Lisboa, S/Nº, Box 09, Conjunto Pedro Gondim, João Pessoa/PB - CEP: 58.031-090.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA N° 724, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Concede a classificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e na Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012, que estabelece estratégia de qualificação e ampliação do acesso aos transplantes de órgãos e de medula óssea por meio da criação de novos procedimentos e de custeio diferenciado para a realização de procedimentos de transplantes e processo de doação de órgãos; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram os estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida a reclassificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CLASSIFICAÇÃO: NÍVEL D

SANTA CATARINA

I - denominação: Hospital Governador Celso Ramos
II - CNPJ: 82.951.245/0008-35;
III - CNES: 2691841;
IV - endereço: Rua Irmã Benwarda, N° 297, Bairro: Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.015-270.

Art. 2º As classificações concedidas para estabelecimento de saúde por meio desta Portaria, em conformidade com o art. 2º da Portaria nº 845/2012, terão validade pelo período de dois anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 3º da Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA N° 725, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Renova a autorização e habilitação do estabelecimento de saúde para realização dos exames de histocompatibilidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Nº 1.312/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 1.313/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria Nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que define em seu Anexo XVII o Regulamento Técnico dos Laboratórios de Histocompatibilidade e Imunogenética - LHI;

Considerando a Portaria nº 689/SAS/MS, de 19 de outubro de 2011, que concedeu autorização ao estabelecimento de saúde constante desta Portaria, para a realização de exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 844/GM/MS, de 02 de maio de 2012, que estabelece a manutenção regulada do número de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) e que define em seu art. 4º que todos os laboratórios de Imunologia e Histocompatibilidade autorizados pela CGSNT/DAHU/SAS/MS deverão realizar recadastramento junto à referida Coordenação-Geral.

Considerando a análise favorável da Secretaria de Estado da Saúde, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica renovada a autorização e habilitação do estabelecimento de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria nº 1.314/GM/MS, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade através de sorologia e ou biologia molecular - Tipo II

SÃO PAULO

RAZÃO SOCIAL	
Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa - AFIP	CNPJ: 47673793000173 CNES: 2089025

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	CNPJ:60255791000122 CNES: 2047438

MINAS GERAIS

RAZÃO SOCIAL	
Simile - Instituto de Imunologia Aplicada Ltda	CNPJ: 05843135000132 CNES: 6392520

SANTA CATARINA

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunogenética do HEMOSC	CNPJ: 86.897.113/0001-57 CNES: 4059956

Art. 2º Fica recadastrado o estabelecimento de saúde abaixo relacionado, para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

SÃO PAULO

RAZÃO SOCIAL	
Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa - AFIP	CNPJ: 47673793000173 CNES: 2089025

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	CNPJ: 60255791000122 CNES: 2047438

MINAS GERAIS

RAZÃO SOCIAL	
Simile - Instituto de Imunologia Aplicada Ltda	CNPJ: 05843135000132 CNES: 6392520

SANTA CATARINA

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunogenética do HEMOSC	CNPJ: 86.897.113/0001-57 CNES: 4059956

Art. 3º A renovação de autorização concedida por meio desta Portaria terá validade pelo prazo de dois anos, renovável por períodos iguais e sucessivos, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 4º O recadastramento concedido por meio desta Portaria terá validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 726, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Fundação São Judas Tadeu, com sede em Caucaia (CE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011; e

Considerando o Parecer Técnico nº 223/2014-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.043077/2010-85/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, do Decreto nº 8.242/2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação São Judas Tadeu, CNPJ nº 09.489.162/0001-00, com sede em Caucaia (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de março de 2010 a 20 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 727, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Irmandade de Misericórdia de Tapiratiba, com sede em Tapiratiba (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011; e

Considerando o Parecer Técnico nº 225/2014-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.082587/2010-78/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, do Decreto nº 8.242/2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade de Misericórdia de Tapiratiba, CNPJ nº 48.626.493/0001-04, com sede em Tapiratiba (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 20 de setembro de 2010 a 19 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 728, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso das atribuições,

Considerando a Portarias nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012, que institui incentivos financeiros de investimentos e de custeios para a componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 706/SAS/MS, de 20 de julho de 2012, que parametriza os Sistemas de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES), Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS (SIGTAP) às Redes de Atenção à Saúde (RAS);

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que Adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando a Portaria nº 492/SAS/MS, de 30 de abril de 2013, que readéqua o SCNES e o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;

Considerado as Portarias SAS 496 de 03 de maio de 2013, 562 de 21 de maio de 2013. 584 de 29 de maio de 2013, 733 de 02 julho de 2013, 964 de 28 agosto de 2013 e 1357 de 02 de dezembro de 2013 que habilitaram Centros Especializados em Reabilitação (CER) da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência;

Considerando as Portarias GM 778 de 09 maio de 2013, 1099 de 05 de junho 2013, de 1147 de 11 junho 2013, 1407 de 10 de julho de 2013, 1986 de 10 de outubro de 2013 e 3010 de 10 de dezembro de 2013 que determinou repasse de custeio referente aos Centros Especializados em Reabilitação para os municípios, estados e Distrito Federal;

Considerando a necessidade de adequar o Sistema Nacional de Cadastro dos Serviços de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Ficam suspensas as habilitações de modalidade única, códigos 22.01, 22.02, 22.03, 22.04 e 22.05, dos serviços habilitados em Centros Especializados em Reabilitação com os códigos 22.08, 22.09, 22.10 e 22.11, de acordo com o anexo desta portaria.

Art. 2º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir da competência posterior a sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO

UF	CNES	Serviço	Habilitação Excluída
AC	2001586	FUNDHACRE	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
AL	2786346	ASSOCIACAO PESTALOZZI DE ARAPIRACA	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
AL	2005271	CENTRO DE MEDICINA FISICA E REABILITACAO CEMFRA	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AL	2007061	ASSOCIACAO PESTALOZZI DE MACEIO	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
AL	3439208	FACULDADE DE FONOAUDIOLOGIA DE ALAGOAS	2205 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE
AL	2009803	PAM SALGADINHO	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
AM	2018756	POLICLINICA CODAJAS	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
BA	4027035	CEMUR CENTRO MUNICIPAL DE REABILITACAO	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
BA	2385236	CEN EST DE PREV E REABILITACAO DA PESSOA COM DEFICIENCIA	2205 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE
			2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
BA	2802104	HOSPITAL SANTO ANTONIO	2204 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA MÉDIA COMPLEXIDADE
BA	4033000	CENTRO DE REABILITACAO FISICA MAE MARIA	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
BA	2487748	CEMERF CENTRO MUN ESPEC EM REABILITACAO FISICA E AUDITIVA	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
			2204 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA MÉDIA COMPLEXIDADE
CE	2528673	NAMI NUCLEO DE ATENCAO MEDICA INTEGRADA	2205 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE
CE	6429173	CENTRO DE REABILITACAO	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
ES	2709023	CENTRO DE REABILITACAO FISICA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
GO	2437163	APAE ANAPOLIS	2204 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA MÉDIA COMPLEXIDADE
GO	2726556	CENTRO REGIONAL DE REF EM REABILITACAO	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
GO	2673932	CRER CENTRO DE REABILITACAO DR HENRIQUE SANTILLO	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
			2205 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE
GO	2343533	FISIOTERAPIA SAO DOMINGOS	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
GO	2535939	HOSPITAL SAO COTOLLENGO	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
			2205 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE
MG	2761203	HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DA SAUDE	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
			2204 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA MÉDIA COMPLEXIDADE
MG	2105004	APAE JANAUBA	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
MG	2221322	APAE PATOS DE MINAS	2204 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA MÉDIA COMPLEXIDADE
MS	6778623	CENTRO ESPECIALIZADO DE REABILITACAO CER APAE	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
MT	2393417	CENTRO DE REABILITACAO INTEGRAL DOM AQUINO CORREA CUIABA	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
			2205 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE
MT	2768127	CER DOM AQUINO CORREA DE SINOP	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
PE	0000485	FUNDACAO ALTINO VENTURA	2203 - UNIDADE DE REABILITACAO VISUAL
PR	0015970	APR	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
RJ	2272997	ASSOCIACAO FLUMINENSE DE REABILITACAO	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
RJ	2273004	ASSOCIACAO PESTALOZZI DE NITEROI	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
RJ	3714543	ASSOCIACAO FLUMINENSE DE AMPARO AOS CEGOS	2203 - UNIDADE DE REABILITACAO VISUAL
RJ	2295326	SMS CMR OSCAR CLARK AP 22	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
RJ	2297523	ABRAE	2204 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA MÉDIA COMPLEXIDADE
RO	2807092	HOSPITAL SANTA MARCELINA	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
			2205 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE
RS	2260069	HOSPITAL SAO JOSE	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
			2203 - UNIDADE DE REABILITACAO VISUAL
SC	0019437	REABILITACAO - FLORIANOPOLIS	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
SP	2789825	APAE DE BAURU	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
SP	2791862	SORRI BAURU	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
SP	5776740	ASSOC PREV ATEND ESP E INCL DA PESSOA C DEF RIBEIRAO PIRES	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
			2205 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE
SP	2082187	HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA
			2205 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE
			2203 - UNIDADE DE REABILITACAO VISUAL
SP	2751925	AMB ESPEC DR CESAR ANTUNES DA ROCHA	2202 - SERVIÇO DE REABILITACAO FISICA - NIVEL INTERMEDIARIO
SP	2688530	FUND SAO PAULO DERDIC	2205 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE
TO	6653081	CENTRO ESTADUAL DE REABILITACAO DE PALMAS	2201 - CENTRO DE REFERENCIA DE REABILITACAO EM MEDICINA FISICA

PORTARIA Nº 729, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado do Rio Grande do Sul.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, por meio do Ofício Gab nº 522/2014, de 22/07/2014, e Resoluções CIB/RS nº 368/14; nº 367/14; nº 365/14; nº 363/14; nº 366/14 e nº 364/14, todas de 18/07/2014, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Rio Grande do Sul, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.505.985.281,61, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	855.305.366,62	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.474.133.826,76	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	176.546.088,23	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 3.610.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 50.029.680,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0043 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de agosto de 2014.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL - AGOSTO/2014

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	2.649.914,78
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	888.197.105,35
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	35.541.653,51
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	855.305.366,62

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL - AGOSTO/2014

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
430003	ACEGUA	490.534,86	58.858,02	157.500,00	0,00	0,00	549.392,88	0,00	0,00	157.500,00
430005	AGUA SANTA	33.459,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.459,48
430010	AGUDO	1.122.269,38	290.059,48	630.645,83	0,00	0,00	1.885.474,70	0,00	0,00	157.500,00
430020	AJURICABA	286.383,88	74.411,13	0,00	0,00	0,00	360.795,01	0,00	0,00	0,00
430030	ALECRIM	287.174,97	71.738,30	0,00	0,00	0,00	358.913,27	0,00	0,00	0,00
430040	ALEGRETE	10.775.641,49	1.386.464,36	4.449.075,67	0,00	0,00	11.803.807,24	0,00	0,00	4.807.374,28
430045	ALEGRIA	309.665,16	48.629,75	0,00	0,00	0,00	358.294,92	0,00	0,00	0,00
430047	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	20.136,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.136,96
430050	ALPESTRE	604.100,01	79.655,74	0,00	0,00	0,00	683.755,75	0,00	0,00	0,00
430055	ALTO ALEGRE	17.694,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.694,36
430057	ALTO FELIZ	6.187,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.187,91
430060	ALVORADA	9.198.462,80	4.772.589,55	3.790.957,88	0,00	0,00	17.023.710,22	0,00	0,00	738.300,00
430063	AMARAL FERRADOR	157.238,93	23.909,59	26.814,49	0,00	0,00	207.963,01	0,00	0,00	0,00
430064	AMETISTA DO SUL	450.200,88	64.776,47	0,00	0,00	0,00	514.977,35	0,00	0,00	0,00
430066	ANDRE DA ROCHA	9.679,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.679,32
430070	ANTA GORDA	198.559,54	49.486,40	0,00	0,00	0,00	248.045,94	0,00	0,00	0,00
430080	ANTONIO PRADO	880.946,77	405.940,23	609.783,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896.670,25
430085	ARAMBARE	12.623,72	3.212,29	0,00	0,00	0,00	15.836,00	0,00	0,00	0,00
430087	ARARICA	25.372,63	6.448,70	0,00	0,00	0,00	31.821,33	0,00	0,00	0,00
430090	ARATIBA	778.352,68	134.152,11	0,00	0,00	0,00	912.504,80	0,00	0,00	0,00
430100	ARROIO DO MEIO	918.052,33	234.632,85	643.515,50	0,00	0,00	1.796.200,69	0,00	0,00	0,00
430105	ARROIO DO SAL	534.218,95	135.630,33	157.500,00	0,00	0,00	669.849,28	0,00	0,00	157.500,00
430107	ARROIO DO PADRE	2.025,40	513,72	0,00	0,00	0,00	2.539,12	0,00	0,00	0,00
430110	ARROIO DOS RATOS	1.086.542,59	159.450,54	0,00	0,00	0,00	1.245.993,14	0,00	0,00	0,00
430120	ARROIO DO TIGRE	826.289,18	218.308,52	466.249,57	0,00	0,00	1.353.347,27	0,00	0,00	157.500,00
430130	ARROIO GRANDE	1.522.988,89	248.371,40	157.500,00	0,00	0,00	1.771.360,29	0,00	0,00	157.500,00
430140	ARVOREZINHA	440.179,11	112.799,46	157.500,00	0,00	0,00	552.978,58	0,00	0,00	157.500,00
430150	AUGUSTO PESTANA	515.556,66	147.421,26	333.293,82	0,00	0,00	996.271,74	0,00	0,00	0,00
430155	AUREA	62.759,83	17.306,87	41.690,91	0,00	0,00	121.757,60	0,00	0,00	0,00
430160	BAGE	22.239.017,91	8.993.592,34	7.524.575,80	0,00	0,00	35.310.186,06	0,00	0,00	3.447.000,00
430163	BALNEARIO PINHAL	421.324,37	84.223,99	619.500,00	0,00	0,00	505.548,36	0,00	0,00	619.500,00
430165	BARAO	166.366,37	19.841,84	0,00	0,00	0,00	186.208,21	0,00	0,00	0,00
430170	BARAO DE COTEGIPE	836.338,41	208.597,14	0,00	0,00	0,00	1.044.935,55	0,00	0,00	0,00
430175	BARAO DO TRIUNFO	193,46	0,00	0,00	0,00	0,00	193,46	0,00	0,00	0,00
430180	BARRACAO	162.755,93	42.490,63	0,00	0,00	0,00	205.246,56	0,00	0,00	0,00
430185	BARRA DO GUARITA	122,33	30,71	0,00	0,00	0,00	153,05	0,00	0,00	0,00
430187	BARRA DO QUARAI	23.451,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.451,72
430190	BARRA DO RIBEIRO	152.699,45	38.854,46	0,00	0,00	0,00	191.553,90	0,00	0,00	0,00
430192	BARRA DO RIO AZUL	887,10	225,83	0,00	0,00	0,00	1.112,93	0,00	0,00	0,00
430195	BARRA FUNDA	804,02	204,46	0,00	0,00	0,00	1.008,48	0,00	0,00	0,00
430200	BARROS CASSAL	75.545,28	0,00	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.045,28
430205	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	5.380,45	1.369,45	0,00	0,00	0,00	6.749,89	0,00	0,00	0,00
430210	BENTO GONCALVES	14.021.760,28	9.386.731,22	5.893.085,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.301.576,64
430215	BOA VISTA DAS MISSOES	6,65	1,72	0,00	0,00	0,00	8,37	0,00	0,00	0,00
430220	BOA VISTA DO BURICA	540.160,18	136.284,53	157.500,00	0,00	0,00	676.444,71	0,00	0,00	157.500,00
430222	BOA VISTA DO CADEADO	221.939,55	130.345,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	352.285,00
430223	BOA VISTA DO INCRA	144,85	36,75	0,00	0,00	0,00	181,60	0,00	0,00	0,00
430225	BOA VISTA DO SUL	5.079,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.079,26
430230	BOM JESUS	974.904,11	70.285,50	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.202.689,61
430235	BOM PRINCIPIO	2.294.026,24	313.683,91	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.765.210,15
430237	BOM PROGRESSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430240	BOM RETIRO DO SUL	489.479,27	127.100,82	0,00	0,00	0,00	616.580,09	0,00	0,00	0,00
430245	BOQUEIRAO DO LEAO	318.235,22	83.200,57	0,00	0,00	0,00	401.435,79	0,00	0,00	0,00
430250	BOSSOROCA	45.223,41	12.265,91	0,00	0,00	0,00	57.489,32	0,00	0,00	0,00
430258	BOZANO	423,08	109,90	0,00	0,00	0,00	532,98	0,00	0,00	0,00
430260	BRAGA	124.337,98	31.343,90	0,00	0,00	0,00	155.681,88	0,00	0,00	0,00
430265	BROCHIER	132.074,44	16.003,61	0,00	0,00	0,00	148.078,06	0,00	0,00	0,00
430270	BUTIA	1.353.610,81	163.238,05	0,00	0,00	0,00	1.516.848,85	0,00	0,00	0,00
430280	CACAPAVA DO SUL	1.762.886,17	440.590,33	1.102.434,78	0,00	0,00	3.148.411,28	0,00	0,00	157.500,00
430290	CACEQUI	1.418.886,93	254.399,44	325.923,90	0,00	0,00	1.999.210,26	0,00	0,00	0,00
430300	CACHOEIRA DO SUL	8.483.834,64	5.484.188,35	4.069.941,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.037.964,70
430310	CACHOEIRINHA	9.684.013,75	3.185.750,33	3.145.232,15	0,00	0,00	15.738.696,23	0,00	0,00	276.300,00
430320	CACIQUE DOBLE	292.714,11	31.458,44	30.420,00	0,00	0,00	316.744,67	0,00	0,00	37.847,88
430330	CAIBATE	385.433,20	96.380,50	157.500,00	0,00	0,00	481.813,70	0,00	0,00	157.500,00
430340	CAICARA	309.304,14	48.211,97	0,00	0,00	0,00	357.516,11	0,00	0,00	0,00
430350	CAMAQUA	7.152.689,42	1.976.879,34	157.500,00	0,00	0,00	9.129.568,76	0,00	0,00	157.500,00
430355	CAMARGO	20.534,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.534,40
430360	CAMBARA DO SUL	604.759,34	130.917,55	0,00	0,00	0,00	735.676,89	0,00	0,00	0,00
430367	CAMPESTRE DA SERRA	5.120,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.120,60
430370	CAMPINA DAS MISSOES	785.063,79	72.239,31	290.561,16	0,00	0,00	1.147.864,26	0,00	0,00	0,00
430380	CAMPINAS DO SUL	330.060,24	82.689,21	157.500,00	0,00	0,00	412.749,45	0,00	0,00	157.500,00
430390	CAMPO BOM	4.205.114,35	603.683,33	1.333.995,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.142.792,86
430400	CAMPO NOVO	277.508,62	71.426,93	0,00	0,00	0,00	348.935,55	0,00	0,00	0,00
430410	CAMPOS BORGES	110.098,08	20.870,18	38.792,20	0,00	0,00	138.967,14	0,00	0,00	30.793,32
430420	CANDELARIA	2.937.454,09	2.386.151,45	1.097.586,34	0,00	0,00	1.378.298,64	0,00	0,00	5.042.893,25
430430	CANDIDO GODOI	307.733,03	76.828,22	157.500,00	0,00	0,00	384.561,25	0,00	0,00	157.500,00
430435	CANDIOTA	44.828,57	11.399,45	157.500,00	0,00	0,00	56.228,02	0,00	0,00	157.500,00
430440	CANELA	3.973.129,28	993.282,30	1.660.131,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.626.543,13
430450	CANGUCU	6.728.655,77	2.124.495,66	315.900,00	0,00	0,00	8.853.151,43	0,00	0,00	315.900,00
430460	CANOAS	67.110.568,36	47.791.185,46	27.672.509,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142.574.263,63
430461	CANUDOS DO VALE	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
430462	CAPAO BONITO DO SUL	135,78	34,24	0,00	0,00	0,00	170,02	0,00	0,00	0,00
430463	CAPAO DA CANOA	7.534.117,63	1.733.903,98	3.072.688,78	0,00	0,00	11.853.210,38	0,00	0,00	487.500,00
430465	CAPAO DO CIPO	92.275,30	608,44	0,00	0,00	0,00	92.883,73	0,00	0,00	0,00
430466	CAPAO DO LEAO	225.197,96	57.304,07	157.500,00	0,00	0,00	282.502,03	0,00	0,00	157.500,00
430467	CAPIVARI DO SUL	37.939,09	9.652,71	0,00	0,00	0,00	47.591,80	0,00	0,00	0,00
430468	CAPELA DE SANTANA	32.661,76	8.314,33	0,00	0,00	0,00	40.976,09	0,00	0,00	0,00
430469	CAPITAO	104,79	29,58	0,00	0,00	0,00	134,37	0,00	0,00	0,00
430470	CARAZINHO	5.897.556,55	2.080.159,81	2.677.347,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.655.064,26
430471	CARAA	7.009,58	1.779,85	0,00	0,00	0,00	8.789,43	0,00	0,00	0,00
430480	CARLOS BARBOSA	839.862,88	263.548,72	541.191,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.644.603,01
430485	CARLOS GOMES	2.250,64	572,93	0,00	0,00	0,00	2.823,57	0,00	0,00	0,00
430490	CASCA	855.460,52	130.343,90	250.514,58	0,00	0,00	1.163.115,52	0,00	0,00	73.203,48
430495	CASEIROS	19.869,72	5.046,64	0,00	0,00	0,00	1.003,72	0,00	0,00	23.912,64
430500	CATUIPE	67.878,03	17.420,90	79.542,00	0,00	0,00	164.840,92	0,00	0,00	0,00
430510	CAXIAS DO SUL	50.677.707,16	22.500.565,90	23.109.948,37	0,00	0,00	905.509,35	0,00	0,00	95.382.712,08
430511	CENTENARIO	28.617,55	7.284,79	0,00	0,00	0,00	35.902,34	0,00	0,00	0,00
430512	CERRITO	374,83	95,41	0,00	0,00	0,00	470,23	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

430513	CERRO BRANCO	86.806,42	23.886,22	31.781,62	0,00	0,00	142.474,26	0,00	0,00	0,00
430515	CERRO GRANDE	1.248,31	321,29	0,00	0,00	0,00	1.569,60	0,00	0,00	0,00
430517	CERRO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430520	CERRO LARGO	993.167,09	227.069,61	157.500,00	0,00	0,00	1.220.236,70	0,00	0,00	157.500,00
430530	CHAPADA	257.528,86	65.035,32	157.500,00	0,00	0,00	322.564,17	0,00	0,00	157.500,00
430535	CHARQUEADAS	1.616.230,93	307.890,45	157.500,00	0,00	0,00	1.924.121,38	0,00	0,00	157.500,00
430537	CHARRUA	1.646,50	458,85	0,00	0,00	0,00	2.105,34	0,00	0,00	0,00
430540	CHIAPETA	212.876,00	60.216,23	0,00	0,00	0,00	273.092,23	0,00	0,00	0,00
430543	CHUI	6.726,03	1.712,66	0,00	0,00	0,00	8.438,70	0,00	0,00	0,00
430544	CHUVISCA	1.846,72	468,76	0,00	0,00	0,00	2.315,47	0,00	0,00	0,00
430545	CIDREIRA	609.393,21	154.630,29	0,00	0,00	0,00	764.023,50	0,00	0,00	0,00
430550	CIRIACO	448.970,04	78.357,80	0,00	0,00	0,00	488.080,62	0,00	0,00	39.247,20
430558	COLINAS	3.069,63	858,74	0,00	0,00	0,00	3.928,37	0,00	0,00	0,00
430560	COLORADO	45.505,97	11.571,82	0,00	0,00	0,00	57.077,79	0,00	0,00	0,00
430570	CONDOR	263.220,18	67.529,57	0,00	0,00	0,00	330.749,75	0,00	0,00	0,00
430580	CONSTANTINA	428.289,70	107.893,49	157.500,00	0,00	0,00	536.183,20	0,00	0,00	157.500,00
430583	COQUEIRO BAIXO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430585	COQUEIROS DO SUL	20.956,68	1.222,54	0,00	0,00	0,00	1.222,54	0,00	0,00	20.956,68
430587	CORONEL BARROS	50.343,61	12.644,05	0,00	0,00	0,00	62.987,65	0,00	0,00	0,00
430590	CORONEL BICACO	288.581,16	72.557,70	0,00	0,00	0,00	361.138,87	0,00	0,00	0,00
430593	CORONEL PILAR	3.120,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.120,52
430595	COTIPORA	9.011,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.011,72
430597	COXILHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430600	CRISSIUMAL	727.435,51	185.376,93	0,00	0,00	0,00	912.812,43	0,00	0,00	0,00
430605	CRISTAL	150.239,85	40.062,89	157.500,00	0,00	0,00	190.302,74	0,00	0,00	157.500,00
430607	CRISTAL DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430610	CRUZ ALTA	11.034.136,85	4.272.431,46	2.533.597,82	0,00	0,00	14.296.336,32	0,00	0,00	3.543.829,81
430613	CRUZALTENSE	30.413,60	7.741,30	0,00	0,00	0,00	38.154,90	0,00	0,00	0,00
430620	CRUZEIRO DO SUL	536.134,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536.134,92
430630	DAVID CANABARRO	269.576,26	58.393,06	157.500,00	0,00	0,00	327.969,32	0,00	0,00	157.500,00
430632	DERRUBADAS	72.066,09	17.949,07	0,00	0,00	0,00	90.015,16	0,00	0,00	0,00
430635	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430637	DILERMANDO DE AGUIAR	5.453,15	1.465,48	0,00	0,00	0,00	6.918,62	0,00	0,00	0,00
430640	DOIS IRMAOS	1.703.210,23	294.876,96	306.694,28	0,00	0,00	2.147.281,47	0,00	0,00	157.500,00
430642	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	118,11	30,34	0,00	0,00	0,00	148,45	0,00	0,00	0,00
430645	DOIS LAJEADOS	178.927,52	46.248,37	0,00	0,00	0,00	225.175,89	0,00	0,00	0,00
430650	DOM FELICIANO	845.230,88	124.363,73	157.500,00	0,00	0,00	969.594,61	0,00	0,00	157.500,00
430655	DOM PEDRO DE ALCANTARA	11.798,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.798,76
430660	DOM PEDRITO	3.358.858,55	508.731,77	1.232.735,71	0,00	0,00	4.942.826,02	0,00	0,00	157.500,00
430670	DONA FRANCISCA	66.875,67	16.610,07	157.500,00	0,00	0,00	83.485,74	0,00	0,00	157.500,00
430673	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	188.372,13	47.080,46	26.452,01	0,00	0,00	261.904,60	0,00	0,00	0,00
430675	DOUTOR RICARDO	0,00	204,95	0,00	0,00	0,00	204,95	0,00	0,00	0,00
430676	ELDORADO DO SUL	111.766,04	28.428,05	0,00	0,00	0,00	140.194,09	0,00	0,00	0,00
430680	ENCANTADO	3.947.323,41	360.281,55	773.292,23	0,00	0,00	29.058,84	0,00	0,00	5.051.838,35
430690	ENCRUZILHADA DO SUL	1.337.073,83	341.792,86	691.732,83	0,00	0,00	2.213.099,52	0,00	0,00	157.500,00
430692	ENGENHO VELHO	64.305,25	16.143,97	43.836,08	0,00	0,00	124.285,30	0,00	0,00	0,00
430693	ENTRE-IJUIS	364.034,18	91.851,08	157.500,00	0,00	0,00	455.885,26	0,00	0,00	157.500,00
430695	ENTRE RIOS DO SUL	69.969,98	17.810,15	0,00	0,00	0,00	87.780,13	0,00	0,00	0,00
430697	EREBANGO	1.613,47	410,74	0,00	0,00	0,00	2.024,21	0,00	0,00	0,00
430700	ERECHIM	17.775.971,14	7.769.076,52	376.500,00	0,00	0,00	25.665.047,66	0,00	0,00	256.500,00
430705	ERNESTINA	25.974,36	839,26	0,00	0,00	0,00	839,26	0,00	0,00	25.974,36
430710	HERVAL	244.116,18	33.761,45	0,00	0,00	0,00	277.877,63	0,00	0,00	0,00
430720	ERVAL GRANDE	40.898,88	167.760,00	157.500,00	0,00	0,00	167.760,00	0,00	0,00	198.398,88
430730	ERVAL SECO	517.822,84	68.141,56	0,00	0,00	0,00	585.964,41	0,00	0,00	0,00
430740	ESMERALDA	29.917,31	12.472,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.389,70
430745	ESPERANCA DO SUL	132,15	33,64	0,00	0,00	0,00	165,79	0,00	0,00	0,00
430750	ESPUMOSO	1.643.587,46	269.681,36	696.987,18	0,00	0,00	2.332.025,33	0,00	0,00	278.230,68
430755	ESTACAO	277.028,80	48.172,49	0,00	0,00	0,00	325.201,28	0,00	0,00	0,00
430760	ESTANCIA VELHA	2.258.720,04	376.680,30	0,00	0,00	0,00	2.635.400,34	0,00	0,00	0,00
430770	ESTEIO	7.097.837,70	3.125.522,71	157.500,00	0,00	0,00	10.223.360,41	0,00	0,00	157.500,00
430780	ESTRELA	4.134.796,45	1.063.329,45	2.656.955,49	0,00	0,00	7.697.581,38	0,00	0,00	157.500,00
430781	ESTRELA VELHA	12.182,71	4.925,61	0,00	0,00	0,00	17.108,32	0,00	0,00	0,00
430783	EUGENIO DE CASTRO	48.647,41	12.164,81	0,00	0,00	0,00	60.812,22	0,00	0,00	0,00
430786	FAGUNDES VARELA	7.094,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.094,01
430790	FARROUPILHA	6.203.713,41	2.878.401,01	2.440.831,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.522.946,28
430800	FAXINAL DO SOTURNO	2.897.931,09	771.488,43	157.500,00	0,00	0,00	3.669.419,51	0,00	0,00	157.500,00
430805	FAXINALZINHO	684,03	174,12	0,00	0,00	0,00	858,15	0,00	0,00	0,00
430807	FAZENDA VILANOVA	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
430810	FELIZ	670.332,10	451.325,64	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.279.157,75
430820	FLORES DA CUNHA	1.296.843,38	91.206,79	504.886,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.892.936,84
430825	FLORIANO PEIXOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430830	FONTOURA XAVIER	451.928,04	99.501,21	0,00	0,00	0,00	462.675,93	0,00	0,00	88.753,32
430840	FORMIGUEIRO	237.042,20	59.117,08	0,00	0,00	0,00	296.159,28	0,00	0,00	0,00
430843	FORQUETINHA	90.317,43	89,60	0,00	0,00	0,00	90.407,03	0,00	0,00	0,00
430845	FORTALEZA DOS VALOS	140.069,57	53.814,74	34.053,59	0,00	0,00	227.937,90	0,00	0,00	0,00
430850	FREDERICO WESTPHALEN	2.466.224,47	397.489,25	1.608.676,64	0,00	0,00	3.852.890,37	0,00	0,00	619.500,00
430860	GARIBALDI	1.580.251,66	178.422,91	657.464,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.416.138,91
430865	GARRUCHOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430870	GAURAMA	295.809,80	39.166,81	0,00	0,00	0,00	334.976,62	0,00	0,00	0,00
430880	GENERAL CAMARA	4.132,91	1.043,54	0,00	0,00	0,00	5.176,45	0,00	0,00	0,00
430885	GENTIL	7.472,04	1.993,05	0,00	0,00	0,00	9.465,09	0,00	0,00	0,00
430890	GETULIO VARGAS	2.239.264,13	545.180,06	775.545,07	0,00	0,00	3.402.489,25	0,00	0,00	157.500,00
430900	GIRUA	5.592.461,32	1.345.898,57	928.894,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.867.254,17
430905	GLORINHA	8.825,74	2.245,63	0,00	0,00	0,00	11.071,37	0,00	0,00	0,00
430910	GRAMADO	3.396.291,43	497.589,07	743.212,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.637.092,55
430912	GRAMADO DOS LOUREIROS	0,00	508,79	0,00	0,00	0,00	508,79	0,00	0,00	0,00
430915	GRAMADO XAVIER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430920	GRAVATAI	18.371.509,33	2.836.194,08	8.856.409,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.064.112,82
430925	GUABIJU	69.820,31	27.401,95	33.680,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.902,66
430930	GUAIBA	5.246.969,33	1.688.485,82	619.500,00	0,00	0,00	6.935.455,14	0,00	0,00	619.500,00
430940	GUAPORE	2.397.003,76	219.146,36	721.487,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.337.637,81
430950	GUARANI DAS MISSOES	636.706,43	176.998,75	157.500,00	0,00	0,00	813.705,19	0,00	0,00	157.500,00
430955	HARMONIA	3.468,43	881,45	0,00	0,00	0,00	4.349,88	0,00	0,00	0,00
430957	HERVEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430960	HORIZONTINA	1.185.875,84	296.324,64	157.500,00	0,00	0,00	1.482.200,48	0,00	0,00	157.500,00
430965	HULHA NEGRA	238.135,36	60.458,06	0,00	0,00	0,00	298.593,43	0,00	0,00	0,00
430970	HUMAITA	218.524,08	55.836,04	0,00	0,00	0,00	274.360,12	0,00	0,00	0,00
430975	IBARAMA	612,39	2.045,10	0,00	0,00	0,00	2.657,49	0,00	0,00	0,00
430980	IBIACA	285.731,06	40.348,86	0,00	0,00	0,00	290.335,17	0,00	0,00	35.744,76
430990	IBIRAIARAS	226.048,33	35.924,70	0,00	0,00	0,00	204.162,07	0,00	0,00	57.810,96
430995	IBIRAPUITA	31.571,64	3.677,60	0,00	0,00	0,00	3.677,60	0,00	0,00	31.571,64
431000	IBIRUBA	883.702,51	193.291,89	0,00	0,00	0,00	800.284,36	0,00	0,00	276.710,04
431010	IGREJINHA	1.960.722,41	502.878,26	1.027.432,09	0,00	0,00	3.491.032,77	0,00	0,00	0,00
431020	IJUI	23.115.258,88	8.558.648,60	8.182.651,26	0,00	0,00	38.999.458,74	0,00	0,00	857.100,00
431030	ILOPOLIS	182.679,84	103.377,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286.057,44
431033	IMBE	908.425,17	230.744,77	0,00	0,00	0,00	1.139.169,95	0,00	0,00	0,00
431036	IMIGRANTE	56.461,76	15.814,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.275,84
431040	INDEPENDENCIA	86.438,51	36.611,86	0,00	0,00	0,00	123.050,37	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DISPONIBILIZADO PELA IMPRENSA NACIONAL

431041	INHACORA	48.461,24	12.126,12	0,00	0,00	0,00	60.587,36	0,00	0,00	0,00
431043	IPE	12.456,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.456,16
431046	IPIRANGA DO SUL	1.201,32	305,22	0,00	0,00	0,00	1.506,55	0,00	0,00	0,00
431050	IRAI	1.552.404,57	201.053,44	400.619,81	0,00	0,00	2.154.077,82	0,00	0,00	0,00
431053	ITAARA	3.638,30	959,76	0,00	0,00	0,00	4.598,07	0,00	0,00	0,00
431055	ITACURUBI	896,33	227,24	0,00	0,00	0,00	1.123,57	0,00	0,00	0,00
431057	ITAPUCA	32,09	9,06	0,00	0,00	0,00	41,15	0,00	0,00	0,00
431060	ITAQUI	1.494.177,81	356.525,80	1.254.661,62	0,00	0,00	2.947.865,22	0,00	0,00	157.500,00
431065	ITATI	49.142,03	12.290,47	0,00	0,00	0,00	61.432,51	0,00	0,00	0,00
431070	ITATIBA DO SUL	117.090,03	24.498,99	40.687,26	0,00	0,00	182.276,28	0,00	0,00	0,00
431075	IVORA	114.205,79	28.641,35	37.230,23	0,00	0,00	180.077,36	0,00	0,00	0,00
431080	IVOTI	1.650.339,99	255.382,08	784.283,52	0,00	0,00	2.690.005,59	0,00	0,00	0,00
431085	JABOTICABA	502.458,91	58.758,30	0,00	0,00	0,00	561.217,21	0,00	0,00	0,00
431087	JACUIZINHO	2.256,02	572,45	0,00	0,00	0,00	2.828,47	0,00	0,00	0,00
431090	JACUTINGA	508.030,13	96.768,70	28.198,92	0,00	0,00	632.997,74	0,00	0,00	0,00
431100	JAGUARAO	3.050.272,47	572.513,97	746.489,79	0,00	0,00	4.211.776,23	0,00	0,00	157.500,00
431110	JAGUARI	1.051.854,42	263.209,62	378.353,11	0,00	0,00	1.535.917,16	0,00	0,00	157.500,00
431112	JAQUIRANA	138.025,43	0,00	33.619,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.644,51
431113	JARI	143,25	37,63	0,00	0,00	0,00	180,88	0,00	0,00	0,00
431115	JOIA	363.559,32	40.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	403.954,80
431120	JULIO DE CASTILHOS	1.612.387,74	411.181,70	773.988,84	0,00	0,00	2.640.058,28	0,00	0,00	157.500,00
431123	LAGOA BONITA DO SUL	10,48	2,96	0,00	0,00	0,00	13,44	0,00	0,00	0,00
431125	LAGOAO	123.837,42	33.273,42	0,00	0,00	0,00	106.180,56	0,00	0,00	50.930,28
431127	LAGOA DOS TRES CANTOS	4.157,25	1.152,99	0,00	0,00	0,00	5.310,25	0,00	0,00	0,00
431130	LAGOA VERMELHA	1.386.675,71	349.843,67	932.631,74	0,00	0,00	2.511.651,12	0,00	0,00	157.500,00
431140	LAJEADO	8.167.956,68	25.253.998,38	3.021.283,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.443.238,54
431142	LAJEADO DO BUGRE	374,75	95,09	0,00	0,00	0,00	469,83	0,00	0,00	0,00
431150	LAVRAS DO SUL	433.883,26	76.545,77	157.500,00	0,00	0,00	510.429,03	0,00	0,00	157.500,00
431160	LIBERATO SALZANO	114.743,66	6.295,33	60.000,00	0,00	0,00	181.039,00	0,00	0,00	0,00
431162	LINDOLFO COLLOR	24.790,73	6.305,49	0,00	0,00	0,00	31.096,22	0,00	0,00	0,00
431164	LINHA NOVA	3.194,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.194,63
431170	MACHADINHO	286.929,00	43.488,26	0,00	0,00	0,00	294.341,31	0,00	0,00	36.075,96
431171	MACAMBARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431173	MAMPITUBA	70.175,29	17.547,00	0,00	0,00	0,00	87.722,29	0,00	0,00	0,00
431175	MANOEL VIANA	71.762,62	19.439,54	0,00	0,00	0,00	91.202,16	0,00	0,00	0,00
431177	MAQUINE	381,35	0,00	0,00	0,00	0,00	381,35	0,00	0,00	0,00
431179	MARATA	12.758,64	3.233,76	0,00	0,00	0,00	15.992,40	0,00	0,00	0,00
431180	MARAU	2.807.265,53	716.249,28	1.159.799,94	0,00	0,00	4.180.166,15	0,00	0,00	503.148,60
431190	MARCELINO RAMOS	581.090,16	112.054,69	157.500,00	0,00	0,00	693.144,85	0,00	0,00	157.500,00
431198	MARIANA PIMENTEL	1.758,14	446,51	0,00	0,00	0,00	2.204,65	0,00	0,00	0,00
431200	MARIANO MORO	91.159,02	12.049,50	0,00	0,00	0,00	103.208,52	0,00	0,00	0,00
431205	MARQUES DE SOUZA	373.426,68	423.655,05	377.837,20	0,00	0,00	446.795,66	0,00	0,00	728.123,28
431210	MATA	463.111,39	115.140,40	0,00	0,00	0,00	578.251,80	0,00	0,00	0,00
431213	MATO CASTELHANO	5.692,69	1.568,51	0,00	0,00	0,00	7.261,21	0,00	0,00	0,00
431215	MATO LEITAO	506,68	145,69	0,00	0,00	0,00	652,37	0,00	0,00	0,00
431217	MATO QUEIMADO	48.841,73	12.213,91	0,00	0,00	0,00	61.055,64	0,00	0,00	0,00
431220	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	390.051,22	43.843,50	0,00	0,00	0,00	394.018,23	0,00	0,00	39.876,48
431225	MINAS DO LEAO	66.272,92	16.859,83	0,00	0,00	0,00	83.132,74	0,00	0,00	0,00
431230	MIRAGUAI	124,30	32,04	0,00	0,00	0,00	156,35	0,00	0,00	0,00
431235	MONTAURI	1.572,26	430,09	0,00	0,00	0,00	2.002,34	0,00	0,00	0,00
431237	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	2.736,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.736,36
431238	MONTE BELO DO SUL	20.354,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.354,76
431240	MONTENEGRO	8.239.957,22	2.542.703,62	4.830.246,90	0,00	0,00	14.894.407,73	0,00	0,00	718.500,00
431242	MORMACO	20.252,88	4.078,97	0,00	0,00	0,00	4.078,97	0,00	0,00	20.252,88
431244	MORRINHOS DO SUL	3.994,21	1.016,81	0,00	0,00	0,00	5.011,02	0,00	0,00	0,00
431245	MORRO REDONDO	362.142,60	50.894,76	0,00	0,00	0,00	413.037,35	0,00	0,00	0,00
431247	MORRO REUTER	10.547,59	2.680,68	0,00	0,00	0,00	13.228,27	0,00	0,00	0,00
431250	MOSTARDAS	978.330,04	194.804,80	45.281,72	0,00	0,00	1.218.416,56	0,00	0,00	0,00
431260	MUCUM	364.737,51	93.375,27	0,00	0,00	0,00	458.112,78	0,00	0,00	0,00
431261	MUITOS CAPOES	6.464,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.464,28
431262	MULITERNO	7.204,50	1.829,92	0,00	0,00	0,00	9.034,43	0,00	0,00	0,00
431265	NAO-ME-TOQUE	560.650,72	146.441,12	0,00	0,00	0,00	707.091,84	0,00	0,00	0,00
431267	NICOLAU VERGUEIRO	287,42	72,43	0,00	0,00	0,00	359,85	0,00	0,00	0,00
431270	NONOAI	2.418.741,69	359.188,46	594.091,40	0,00	0,00	3.214.521,55	0,00	0,00	157.500,00
431275	NOVA ALVORADA	83.984,94	15.630,52	60.000,00	0,00	0,00	136.042,30	0,00	0,00	23.573,16
431280	NOVA ARACA	33.118,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.118,83
431290	NOVA BASSANO	365.993,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.993,26
431295	NOVA BOA VISTA	2.445,67	623,92	0,00	0,00	0,00	3.069,59	0,00	0,00	0,00
431300	NOVA BRESCIA	230.925,48	33.684,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.609,96
431301	NOVA CANDELARIA	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
431303	NOVA ESPERANCA DO SUL	158.995,80	41.626,24	0,00	0,00	0,00	200.622,04	0,00	0,00	0,00
431306	NOVA HARTZ	83.924,21	21.361,49	0,00	0,00	0,00	105.285,70	0,00	0,00	0,00
431308	NOVA PADUA	5.686,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.686,58
431310	NOVA PALMA	1.029.227,57	260.245,19	142.792,56	0,00	0,00	1.432.265,33	0,00	0,00	0,00
431320	NOVA PETROPOLIS	1.464.152,36	190.190,86	549.421,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.203.764,89
431330	NOVA PRATA	1.270.614,05	614.465,92	752.060,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.637.140,30
431333	NOVA RAMADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431335	NOVA ROMA DO SUL	9.564,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.564,12
431337	NOVA SANTA RITA	543.541,21	51.963,09	0,00	0,00	0,00	595.504,30	0,00	0,00	0,00
431339	NOVO CABRAIS	500,09	141,16	0,00	0,00	0,00	641,25	0,00	0,00	0,00
431340	NOVO HAMBURGO	42.177.138,25	10.811.042,12	1.600.297,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.588.477,63
431342	NOVO MACHADO	48.423,63	12.107,93	0,00	0,00	0,00	60.531,56	0,00	0,00	0,00
431344	NOVO TIRADENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431346	NOVO XINGU	348,67	89,29	0,00	0,00	0,00	437,96	0,00	0,00	0,00
431349	NOVO BARREIRO	240,65	62,00	0,00	0,00	0,00	302,64	0,00	0,00	0,00
431350	OSORIO	5.443.166,99	981.316,12	2.135.828,32	0,00	0,00	7.570.200,55	0,00	0,00	990.110,88
431360	PAIM FILHO	494.352,91	76.467,13	0,00	0,00	0,00	534.810,32	0,00	0,00	36.009,72
431365	PALMARES DO SUL	970.841,44	183.288,66	157.500,00	0,00	0,00	1.154.130,10	0,00	0,00	157.500,00
431370	PALMEIRA DAS MISSOES	2.672.529,38	676.370,82	1.483.072,30	0,00	0,00	4.212.472,50	0,00	0,00	619.500,00
431380	PALMITINHO	953.334,28	113.846,85	157.500,00	0,00	0,00	1.067.181,13	0,00	0,00	157.500,00
431390	PANAMBI	2.971.591,01	742.897,75	276.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.990.788,76
431395	PANTANO GRANDE	67.089,81	19.257,36	0,00	0,00	0,00	86.347,17	0,00	0,00	0,00
431400	PARAI	401.835,63	15.575,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	417.411,35
431402	PARAISO DO SUL	437.197,74	108.672,56	0,00	0,00	0,00	545.870,29	0,00	0,00	0,00
431403	PARECI NOVO	2.020,42	509,24	0,00	0,00	0,00	2.529,66	0,00	0,00	0,00
431405	PAROBE	1.564.064,84	684.872,21	1.599.604,59	0,00	0,00	3.848.541,64	0,00	0,00	0,00
431406	PASSA SETE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431407	PASSO DO SOBRADO	40.603,74	11.632,92	0,00	0,00	0,00	52.236,66	0,00	0,00	0,00
431410	PASSO FUNDO	61.335.491,94	42.759.183,99	30.946.115,33	0,00	0,00	134.883.291,26	0,00	0,00	157.500,00
431413	PAULO BENTO	713,73	204,57	0,00	0,00	0,00	918,30	0,00	0,00	0,00
431415	PAVERAMA	50.037,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.037,12
431417	PEDRAS ALTAS	11.740,02	1.687,84	0,00	0,00	0,00	13.427,86	0,00	0,00	0,00
431420	PEDRO OSORIO	988.393,48	181.953,40	0,00	0,00	0,00	1.170.346,88	0,00	0,00	0,00
431430	PEJUCARA	197.297,45	27.747,82	0,00	0,00	0,00	225.045,26	0,00	0,00	0,00
431440	PELOTAS	50.225.370,63	33.254.599,59	26.506.585,33	0,00	0,00	0,00	11.218.920,66	0,00	98.767.634,88
431442	PICADA CAFE	102.893,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.893,74

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

431445	PINHAL	10,76	2,75	0,00	0,00	0,00	13,51	0,00	0,00	0,00
431446	PINHAL DA SERRA	6.000,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,12
431447	PINHAL GRANDE	271.441,37	67.530,83	18.471,49	0,00	0,00	357.443,68	0,00	0,00	0,00
431449	PINHEIRINHO DO VALE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431450	PINHEIRO MACHADO	1.312.363,82	209.759,39	157.500,00	0,00	0,00	1.522.123,21	0,00	0,00	157.500,00
431455	PIRAPO	92.343,84	11.828,91	0,00	0,00	0,00	104.172,74	0,00	0,00	0,00
431460	PIRATINI	3.398.905,17	676.318,21	1.084.535,35	0,00	0,00	5.002.258,73	0,00	0,00	157.500,00
431470	PLANALTO	807.681,46	110.390,85	157.500,00	0,00	0,00	918.072,30	0,00	0,00	157.500,00
431475	POCO DAS ANTAS	3.260,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.260,39
431477	PONTAO	28.375,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.375,56
431478	PONTE PRETA	286,36	72,86	0,00	0,00	0,00	359,22	0,00	0,00	0,00
431480	PORTAO	1.782.482,01	237.473,49	408.756,86	0,00	0,00	2.428.712,36	0,00	0,00	0,00
431490	PORTO ALEGRE	426.522.262,64	259.529.347,62	122.353.275,36	0,00	0,00	3.124.800,00	129.785.514,06	0,00	675.494.571,56
431500	PORTO LUCENA	412.607,90	55.423,61	0,00	0,00	0,00	468.031,51	0,00	0,00	0,00
431505	PORTO MAUA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431507	PORTO VERA CRUZ	90.127,51	32,47	0,00	0,00	0,00	90.159,97	0,00	0,00	0,00
431510	PORTO XAVIER	982.166,31	117.745,56	404.347,16	0,00	0,00	759.333,14	0,00	0,00	744.925,89
431513	POUSO NOVO	264,29	73,70	0,00	0,00	0,00	337,99	0,00	0,00	0,00
431514	PRESIDENTE LUCENA	668,05	169,45	0,00	0,00	0,00	837,50	0,00	0,00	0,00
431515	PROGRESSO	554.351,72	142.121,88	0,00	0,00	0,00	696.473,60	0,00	0,00	0,00
431517	PROTASIO ALVES	12.490,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.490,73
431520	PUTINGA	153.143,06	38.160,67	0,00	0,00	0,00	191.303,73	0,00	0,00	0,00
431530	QUARAI	995.884,55	248.512,59	659.882,85	0,00	0,00	1.746.779,99	0,00	0,00	157.500,00
431531	QUATRO IRMAOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431532	QUEVEDOS	6.630,73	1.778,21	0,00	0,00	0,00	8.408,94	0,00	0,00	0,00
431535	QUINZE DE NOVEMBRO	155.145,90	24.193,61	43.388,84	0,00	0,00	222.728,36	0,00	0,00	0,00
431540	REDENTORA	291.581,90	73.445,44	157.500,00	0,00	0,00	365.027,34	0,00	0,00	157.500,00
431545	RELVADO	15.887,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.887,17
431550	RESTINGA SECA	848.292,94	211.992,09	327.906,08	0,00	0,00	1.230.691,10	0,00	0,00	157.500,00
431555	RIO DOS INDIOS	11,17	2,83	0,00	0,00	0,00	14,00	0,00	0,00	0,00
431560	RIO GRANDE	22.242.866,03	15.644.448,15	13.597.538,71	0,00	0,00	50.997.352,89	0,00	0,00	487.500,00
431570	RIO PARDO	3.592.528,93	2.342.794,78	556.685,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.492.009,25
431575	RIOZINHO	131.160,76	33.558,52	40.623,46	0,00	0,00	205.342,75	0,00	0,00	0,00
431580	ROCA SALES	407.918,04	103.984,87	0,00	0,00	0,00	511.902,91	0,00	0,00	0,00
431590	RODEIO BONITO	1.941.790,60	265.085,08	847.400,44	0,00	0,00	2.896.776,11	0,00	0,00	157.500,00
431595	ROLADOR	39,56	10,06	0,00	0,00	0,00	49,63	0,00	0,00	0,00
431600	ROLANTE	799.578,85	204.877,65	280.968,01	0,00	0,00	1.285.424,51	0,00	0,00	0,00
431610	RONDA ALTA	1.260.257,10	262.593,08	518.466,79	0,00	0,00	1.883.816,96	0,00	0,00	157.500,00
431620	RONDINHA	205.289,20	51.700,20	0,00	0,00	0,00	256.989,39	0,00	0,00	0,00
431630	ROQUE GONZALES	362.612,01	91.819,10	0,00	0,00	0,00	454.431,11	0,00	0,00	0,00
431640	ROSARIO DO SUL	3.758.509,44	941.459,03	1.873.154,99	0,00	0,00	6.415.623,46	0,00	0,00	157.500,00
431642	SAGRADA FAMILIA	186,63	48,13	0,00	0,00	0,00	234,76	0,00	0,00	0,00
431643	SALDANHA MARINHO	156.821,91	20.381,24	40.373,71	0,00	0,00	217.576,87	0,00	0,00	0,00
431645	SALTO DO JACUI	415.494,23	82.636,26	0,00	0,00	0,00	498.130,50	0,00	0,00	0,00
431647	SALVADOR DAS MISSOES	3.295,77	885,14	0,00	0,00	0,00	4.180,92	0,00	0,00	0,00
431650	SALVADOR DO SUL	260.379,48	65.161,63	0,00	0,00	0,00	325.541,11	0,00	0,00	0,00
431660	SANANDUVA	1.131.704,03	289.271,69	364.304,29	0,00	0,00	1.503.621,41	0,00	0,00	281.658,60
431670	SANTA BARBARA DO SUL	522.861,75	130.750,63	0,00	0,00	0,00	653.612,38	0,00	0,00	0,00
431673	SANTA CECILIA DO SUL	185,20	46,84	0,00	0,00	0,00	232,05	0,00	0,00	0,00
431675	SANTA CLARA DO SUL	95.106,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.106,90
431680	SANTA CRUZ DO SUL	24.464.945,24	10.184.842,17	8.952.047,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.601.834,46
431690	SANTA MARIA	20.609.608,45	13.488.208,05	14.146.073,57	0,00	0,00	43.313.630,06	0,00	0,00	4.930.260,00
431695	SANTA MARIA DO HERVAL	24.296,61	6.144,40	0,00	0,00	0,00	30.441,01	0,00	0,00	0,00
431697	SANTA MARGARIDA DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431700	SANTANA DA BOA VISTA	587.633,72	112.497,78	157.500,00	0,00	0,00	700.131,49	0,00	0,00	157.500,00
431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	5.552.165,91	2.371.348,09	1.582.563,06	0,00	0,00	5.132.723,69	0,00	0,00	4.373.353,37
431720	SANTA ROSA	15.147.753,14	5.002.668,24	4.268.459,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.418.880,94
431725	SANTA TEREZA	14.132,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.132,38
431730	SANTA VITORIA DO PALMAR	2.121.736,07	359.214,33	488.950,26	0,00	0,00	2.812.400,66	0,00	0,00	157.500,00
431740	SANTIAGO	7.453.133,35	3.109.966,01	2.524.057,56	0,00	0,00	12.830.656,92	0,00	0,00	256.500,00
431750	SANTO ANGELO	11.129.525,11	3.417.350,68	6.218.405,70	0,00	0,00	20.026.981,50	0,00	0,00	738.300,00
431755	SANTO ANTONIO DO PALMA	2.215,23	594,41	0,00	0,00	0,00	2.809,64	0,00	0,00	0,00
431760	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	4.709.313,99	803.303,77	157.500,00	0,00	0,00	5.512.617,76	0,00	0,00	157.500,00
431770	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	437.097,01	111.110,81	157.500,00	0,00	0,00	548.207,83	0,00	0,00	157.500,00
431775	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	9.222,59	2.617,00	0,00	0,00	0,00	11.839,59	0,00	0,00	0,00
431780	SANTO AUGUSTO	1.384.216,56	357.934,34	0,00	0,00	0,00	1.742.150,89	0,00	0,00	0,00
431790	SANTO CRISTO	1.434.709,32	211.612,89	723.616,78	0,00	0,00	2.212.438,99	0,00	0,00	157.500,00
431795	SANTO EXPEDITO DO SUL	63.117,05	7.926,61	0,00	0,00	0,00	39.084,30	0,00	0,00	31.959,36
431800	SAO BORJA	9.003.675,49	1.227.773,93	4.211.008,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.442.458,25
431805	SAO DOMINGOS DO SUL	157.745,16	41.836,85	0,00	0,00	0,00	199.582,00	0,00	0,00	0,00
431810	SAO FRANCISCO DE ASSIS	1.991.012,24	434.647,05	157.500,00	0,00	0,00	2.425.659,29	0,00	0,00	157.500,00
431820	SAO FRANCISCO DE PAULA	1.015.942,21	226.098,59	157.500,00	0,00	0,00	1.242.040,81	0,00	0,00	157.500,00
431830	SAO GABRIEL	4.856.910,45	2.080.681,82	2.012.428,66	0,00	0,00	8.792.520,94	0,00	0,00	157.500,00
431840	SAO JERONIMO	2.764.810,29	421.312,80	1.277.788,51	0,00	0,00	4.463.911,59	0,00	0,00	0,00
431842	SAO JOAO DA URTIGA	48.048,01	12.013,62	0,00	0,00	0,00	21.244,99	0,00	0,00	38.816,64
431843	SAO JOAO DO POLESINE	1.686,49	448,11	0,00	0,00	0,00	2.134,60	0,00	0,00	0,00
431844	SAO JORGE	22.439,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.439,25
431845	SAO JOSE DAS MISSOES	1.195,86	307,11	0,00	0,00	0,00	1.502,96	0,00	0,00	0,00
431846	SAO JOSE DO HERVAL	117.148,07	22.502,70	19.826,06	0,00	0,00	130.345,63	0,00	0,00	29.131,20
431848	SAO JOSE DO HORTENCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431849	SAO JOSE DO INHACORA	40.262,09	10.486,54	39.216,95	0,00	0,00	89.965,59	0,00	0,00	0,00
431850	SAO JOSE DO NORTE	2.510.913,68	0,00	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.668.413,68
431860	SAO JOSE DO OURO	467.614,13	124.472,11	481.843,45	0,00	0,00	858.403,46	0,00	0,00	215.526,24
431861	SAO JOSE DO SUL	6.520,52	1.656,96	0,00	0,00	0,00	8.177,48	0,00	0,00	0,00
431862	SAO JOSE DOS AUSENTES	32.721,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.721,53
431870	SAO LEOPOLDO	17.490.159,42	11.637.726,40	777.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.904.885,83
431880	SAO LOURENCO DO SUL	6.178.008,57	1.026.719,81	1.482.393,96	0,00	0,00	8.529.622,33	0,00	0,00	157.500,00
431890	SAO LUIZ GONZAGA	4.309.614,68	1.097.888,28	1.677.354,24	0,00	0,00	6.927.357,20	0,00	0,00	157.500,00
431900	SAO MARCOS	1.407.926,50	46.363,47	575.395,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.029.685,94
431910	SAO MARTINHO	303.962,06	78.107,58	0,00	0,00	0,00	382.069,64	0,00	0,00	0,00
431912	SAO MARTINHO DA SERRA	1.466,06	393,03	0,00	0,00	0,00	1.859,09	0,00	0,00	0,00
431915	SAO MIGUEL DAS MISSOES	666.175,74	169.778,86	0,00	0,00	0,00	835.954,60	0,00	0,00	0,00
431920	SAO NICOLAU	12.949,58	3.296,51	157.500,00	0,00	0,00	16.246,09	0,00	0,00	157.500,00
431930	SAO PAULO DAS MISSOES	309.071,82	77.863,32	0,00	0,00	0,00	386.935,14	0,00	0,00	0,00
431935	SAO PEDRO DA SERRA	10.150,15	2.571,41	0,00	0,00	0,00	12.721,56	0,00	0,00	0,00
431936	SAO PEDRO DAS MISSOES	264,86	67,76	0,00	0,00	0,00	332,62	0,00	0,00	0,00
431937	SAO PEDRO DO BUTIA	9.468,59	2.410,16	0,00	0,00	0,00	11.878,75	0,00	0,00	0,00
431940	SAO PEDRO DO SUL	1.992.675,90	508.750,39	157.500,00	0,00	0,00	2.501.426,29	0,00	0,00	157.500,00
431950	SAO SEBASTIAO DO CAI	1.953.441,46	256.155,17	157.500,00	0,00	0,00	2.209.596,63	0,00	0,00	157.500,00
431960	SAO SEPE	1.939.882,04	484.003,57	715.952,28	0,00	0,00	2.823.937,88	0,00	0,00	315.900,00
431970	SAO VALENTIM	60.133,66	15.304,47	0,00	0,00	0,00	75.438,13	0,00	0,00	0,00
431971	SAO VALENTIM DO SUL	551,52	151,99	0,00	0,00	0,00	703,51	0,00	0,00	0,00
431973	SAO VALERIO DO SUL	13,17	3,73	0,00	0,00	0,00	16,89	0,00	0,00	0,01
431975	SAO VENDELINO	3.825,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.825,77
431980	SAO VICENTE DO SUL	479.189,17	121.723,37	0,00	0,00	0,00	600.912,55	0,00	0,00	0,00
431990	SAPIRANGA	7.873.123,52	1.889.630,80	2.879.921,52	0,00	0,00	12.485.175,84	0,00	0,00	157.500,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

432000	SAPUCAIA DO SUL	12.214.830,19	3.699.845,77	619.500,00	0,00	0,00	15.914.675,97	0,00	0,00	619.500,00
432010	SARANDI	1.132.644,45	285.011,26	483.667,16	0,00	0,00	1.743.822,88	0,00	0,00	157.500,00
432020	SEBERI	868.188,23	120.055,09	360.571,35	0,00	0,00	1.191.314,67	0,00	0,00	157.500,00
432023	SEDE NOVA	1.559,18	396,16	0,00	0,00	0,00	1.955,34	0,00	0,00	0,00
432026	SEGREDO	274.608,57	73.490,10	0,00	0,00	0,00	348.098,67	0,00	0,00	0,00
432030	SELBACH	367.038,65	58.505,46	0,00	0,00	0,00	425.544,10	0,00	0,00	0,00
432032	SENADOR SALGADO FILHO	1.076,10	273,93	0,00	0,00	0,00	1.350,03	0,00	0,00	0,00
432035	SENTINELA DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432040	SERAFINA CORREA	925.529,86	231.382,48	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.314.412,33
432045	SERIO	128.399,43	0,00	51.600,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
432050	SERTAO	924.703,31	102.468,18	0,00	0,00	0,00	971.173,84	0,00	0,00	55.997,64
432055	SERTAO SANTANA	44.218,04	11.254,50	0,00	0,00	0,00	55.472,54	0,00	0,00	0,00
432057	SETE DE SETEMBRO	48.639,57	12.162,82	0,00	0,00	0,00	60.802,39	0,00	0,00	0,00
432060	SEVERIANO DE ALMEIDA	441.737,36	66.653,84	0,00	0,00	0,00	508.391,19	0,00	0,00	0,00
432065	SILVEIRA MARTINS	1.318,44	329,57	0,00	0,00	0,00	1.648,01	0,00	0,00	0,00
432067	SINIMBU	325.616,02	24.047,10	369.081,36	0,00	0,00	478.771,36	0,00	0,00	239.973,12
432070	SOBRADINHO	1.615.860,88	390.534,74	0,00	0,00	0,00	2.006.395,62	0,00	0,00	0,00
432080	SOLEDADE	3.681.291,27	679.211,58	982.615,65	0,00	0,00	4.814.552,81	0,00	0,00	528.565,68
432085	TABAI	153,05	43,41	0,00	0,00	0,00	196,46	0,00	0,00	0,00
432090	TAPEJARA	2.019.789,34	340.968,74	1.091.049,72	0,00	0,00	3.294.307,81	0,00	0,00	157.500,00
432100	TAPERA	461.906,48	123.248,91	0,00	0,00	0,00	535.569,82	0,00	0,00	49.585,56
432110	TAPES	746.662,74	109.706,54	157.500,00	0,00	0,00	856.369,29	0,00	0,00	157.500,00
432120	TAQUARA	3.259.961,58	1.199.905,95	619.500,00	0,00	0,00	4.459.867,52	0,00	0,00	619.500,00
432130	TAQUARI	858.505,16	2.289.104,76	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.305.109,92
432132	TAQUARUCU DO SUL	114.469,43	16.239,84	32.765,71	0,00	0,00	163.474,98	0,00	0,00	0,00
432135	TAVARES	175.506,44	44.582,79	157.500,00	0,00	0,00	220.089,23	0,00	0,00	157.500,00
432140	TENENTE PORTELA	3.764.980,87	715.874,51	1.573.231,88	0,00	0,00	5.777.787,26	0,00	0,00	276.300,00
432143	TERRA DE AREIA	198.150,57	50.432,65	157.500,00	0,00	0,00	248.583,22	0,00	0,00	157.500,00
432145	TEUTONIA	1.528.316,97	406.609,14	1.317.186,30	0,00	0,00	3.094.612,42	0,00	0,00	157.500,00
432146	TIO HUGO	19.706,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.706,40
432147	TIRADENTES DO SUL	78,00	19,88	0,00	0,00	0,00	97,87	0,00	0,00	0,00
432149	TOROPI	7.875,90	2.108,61	0,00	0,00	0,00	9.984,51	0,00	0,00	0,00
432150	TORRES	7.791.056,71	1.319.455,73	3.112.650,85	0,00	0,00	11.471.663,28	0,00	0,00	751.500,00
432160	TRAMANDAI	12.004.882,59	2.574.899,79	1.935.165,59	0,00	0,00	15.895.447,96	0,00	0,00	619.500,00
432162	TRAVESSEIRO	207,70	58,63	0,00	0,00	0,00	266,32	0,00	0,00	0,00
432163	TRES ARROIOS	176.696,82	24.435,12	30.508,55	0,00	0,00	231.640,50	0,00	0,00	0,00
432166	TRES CACHOEIRAS	110.842,58	28.206,64	157.500,00	0,00	0,00	139.049,22	0,00	0,00	157.500,00
432170	TRES COROAS	978.926,09	249.375,08	0,00	0,00	0,00	1.228.301,18	0,00	0,00	0,00
432180	TRES DE MAIO	4.314.712,99	1.061.623,05	2.240.888,77	0,00	0,00	7.459.724,82	0,00	0,00	157.500,00
432183	TRES FORQUILHAS	7.075,72	1.793,26	0,00	0,00	0,00	8.868,97	0,00	0,00	0,00
432185	TRES PALMEIRAS	9.543,39	2.456,36	0,00	0,00	0,00	11.999,74	0,00	0,00	0,00
432190	TRES PASSOS	5.590.366,97	811.486,53	1.806.361,24	0,00	0,00	8.050.714,74	0,00	0,00	157.500,00
432195	TRINDADE DO SUL	269.445,82	67.836,81	157.500,00	0,00	0,00	337.282,64	0,00	0,00	157.500,00
432200	TRIUNFO	1.759.375,16	273.303,92	157.500,00	0,00	0,00	2.032.679,08	0,00	0,00	157.500,00
432210	TUCUNDUVA	384.293,93	95.854,85	0,00	0,00	0,00	480.148,78	0,00	0,00	0,00
432215	TUNAS	35.123,76	25,33	0,00	0,00	0,00	25,33	0,00	0,00	35.123,76
432218	TUPANCI DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432220	TUPANCIRETA	1.514.859,24	269.899,59	427.822,55	0,00	0,00	2.055.081,38	0,00	0,00	157.500,00
432225	TUPANDI	13.405,43	3.407,89	0,00	0,00	0,00	16.813,32	0,00	0,00	0,00
432230	TUPARENDI	199.808,71	113.738,68	157.500,00	0,00	0,00	313.547,39	0,00	0,00	157.500,00
432232	TURUCU	71.885,29	18.293,41	0,00	0,00	0,00	90.178,69	0,00	0,00	0,00
432234	UBIRETAMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432235	UNIAO DA SERRA	3.472,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.472,59
432237	UNISTALDA	1.769,11	463,73	0,00	0,00	0,00	2.232,84	0,00	0,00	0,00
432240	URUGUAIANA	13.707.475,39	4.572.819,28	3.058.036,83	0,00	0,00	16.706.218,54	0,00	0,00	4.632.112,96
432250	VACARIA	6.157.022,75	2.332.344,47	2.400.927,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.890.294,39
432252	VALE VERDE	596,54	165,15	0,00	0,00	0,00	761,69	0,00	0,00	0,00
432253	VALE DO SOL	293.108,27	73.575,24	0,00	0,00	0,00	366.683,51	0,00	0,00	0,00
432254	VALE REAL	21.004,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.004,30
432255	VANINI	2.809,59	712,27	0,00	0,00	0,00	3.521,86	0,00	0,00	0,00
432260	VENANCIO AIRES	3.922.572,01	1.850.160,33	2.279.493,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.052.225,41
432270	VERA CRUZ	1.389.195,00	0,00	157.500,00	0,00	0,00	952.835,04	0,00	0,00	593.859,96
432280	VERANOPOLIS	1.764.345,65	673.705,63	764.579,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.202.630,41
432285	VESPASIANO CORREA	17.560,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.560,57
432290	VIADUTOS	557.323,62	91.411,50	107.768,60	0,00	0,00	756.503,73	0,00	0,00	0,00
432300	VIAMAO	17.799.825,80	9.563.737,57	3.464.209,78	0,00	0,00	30.670.273,16	0,00	0,00	157.500,00
432310	VICENTE DUTRA	201.991,30	26.760,88	29.023,35	0,00	0,00	257.775,53	0,00	0,00	0,00
432320	VICTOR GRAEFF	52.764,04	13.683,87	0,00	0,00	0,00	66.447,90	0,00	0,00	0,00
432330	VILA FLORES	19.835,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.835,88
432335	VILA LANGARO	974,55	271,76	0,00	0,00	0,00	1.246,31	0,00	0,00	0,00
432340	VILA MARIA	182.190,75	17.070,90	28.572,79	0,00	0,00	192.470,56	0,00	0,00	35.363,88
432345	VILA NOVA DO SUL	8.883,60	2.379,00	0,00	0,00	0,00	11.262,60	0,00	0,00	0,00
432350	VISTA ALEGRE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432360	VISTA ALEGRE DO PRATA	973,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	973,11
432370	VISTA GAUCHA	232.756,85	26.918,75	11.722,01	0,00	0,00	271.397,62	0,00	0,00	0,00
432375	VITORIA DAS MISSOES	4.463,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.463,00
432377	WESTFALIA	7.159,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.159,33
432380	XANGRI-LA	388.421,13	98.673,00	157.500,00	0,00	0,00	487.094,13	0,00	0,00	157.500,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.474.133.826,76

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL - AGOSTO/2014

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital Femina de Porto Alegre	2265052	328	04-03-2005	10.659.844,32
Estadual	431560 - RIO GRANDE	Hosp.Univesitário Dr. Miguel Corrêa Jr.	2707675	65	01-01-2005	10.349.330,94
Municipal	431440 - PELOTAS	Hospital da Fundação de Apoio Universitário	2252694	22	05-01-2005	11.218.920,66
Estadual	431690 - SANTA MARIA	Hospital Universitário de Santa Maria	2244306	23	05-01-2005	25.192.322,57
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital Cristo Redentor de Porto Alegre	2265060	327	04-03-2005	13.558.358,28
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	2237601	2353	26-10-2004	51.208.448,58
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital Nossa Sra. Conceição de Porto Alegre	2237571	329	04-03-2005	54.358.862,88
TOTAL						176.546.088,23

PORTARIA Nº 730, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de Goiás.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás - CIB/GO, por meio do Ofício nº 008/2014 - CIB, de 24/07/2014 e Resoluções CIB nº 232, 237 e 241/2014, de 24/07/2014, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Goiás, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 1.016.090.077,76, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	77.378.233,29	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	905.214.365,95	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	33.497.478,52	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 6.263.400,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 43.167.684,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0052 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de agosto de 2014.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - AGOSTO/2014

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	1.140.634,72
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	32.114.423,64
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	44.123.174,93
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	77.378.233,29

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - AGOSTO/2014

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
520005	ABADIA DE GOIAS	202.887,01	0,00	0,00	1.762,39	0,00	0,00	0,00	0,00	204.649,40
520010	ABADIANIA	418.825,31	0,00	157.500,00	3.567,87	0,00	0,00	0,00	0,00	579.893,18
520013	ACREUNA	746.401,71	0,00	157.500,00	37.146,39	0,00	0,00	0,00	0,00	941.048,10
520015	ADELANDIA	15.565,71	0,00	0,00	6.829,22	0,00	0,00	0,00	0,00	22.394,93
520017	AGUA FRIA DE GOIAS	175.114,16	0,00	0,00	1.338,31	0,00	0,00	0,00	0,00	176.452,47
520020	AGUA LIMPA	27.611,02	0,00	0,00	663,58	0,00	0,00	0,00	0,00	28.274,60
520025	AGUAS LINDAS DE GOIAS	6.351.855,44	81.530,32	472.500,00	441.638,36	0,00	6.875.024,12	0,00	0,00	472.500,00
520030	ALEXANIA	890.460,21	9.448,60	157.500,00	6.244,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.063.652,95
520050	ALOANDIA	66.815,24	0,00	0,00	619,86	0,00	0,00	0,00	0,00	67.435,10
520055	ALTO HORIZONTE	34.832,51	0,00	0,00	791,59	0,00	0,00	0,00	0,00	35.624,10
520060	ALTO PARAISO DE GOIAS	285.411,32	0,00	157.500,00	2.089,79	0,00	0,00	0,00	0,00	445.001,11
520080	ALVORADA DO NORTE	396.622,09	75.205,06	157.500,00	2.148,70	0,00	0,00	0,00	0,00	631.475,85
520082	AMARALINA	6.351,73	0,00	0,00	12.837,94	0,00	0,00	0,00	0,00	19.189,67
520085	AMERICANO DO BRASIL	200.101,64	0,00	0,00	3.917,78	0,00	0,00	0,00	0,00	204.019,42
520090	AMORINOPOLIS	110.855,54	293,08	0,00	45.571,16	0,00	0,00	0,00	0,00	156.719,78
520110	ANAPOLIS	31.479.857,46	26.233.716,74	9.599.747,98	16.376.865,39	0,00	0,00	0,00	0,00	83.690.187,57
520120	ANHANGUERA	266,43	0,00	0,00	2.081,76	0,00	2.348,19	0,00	0,00	0,00
520130	ANICUNS	606.759,34	45.966,83	157.500,00	345.007,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.155.233,45
520140	APARECIDA DE GOIANIA	43.730.345,32	10.819.876,53	3.653.700,00	20.979.900,84	0,00	0,00	0,00	0,00	79.183.822,69
520145	APARECIDA DO RIO DOCE	45.733,68	0,00	0,00	764,20	0,00	0,00	0,00	0,00	46.497,88
520150	APORE	75.510,08	0,00	0,00	144.701,69	0,00	0,00	0,00	0,00	220.211,77
520160	ARACU	72.261,20	0,00	0,00	70.728,63	0,00	0,00	0,00	0,00	142.989,83
520170	ARAGARCAS	1.037.757,06	43.512,26	157.500,00	346.813,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.585.582,40
520180	ARAGOIANIA	162.657,55	34.027,11	0,00	100.263,62	0,00	0,00	0,00	0,00	296.948,28
520215	ARAGUAPAZ	310.427,45	0,00	0,00	8.205,12	0,00	0,00	0,00	0,00	318.632,57
520235	ARENOPOLIS	68.873,84	0,00	0,00	75.284,40	0,00	0,00	0,00	0,00	144.158,24
520250	ARUANA	286.098,06	0,00	157.500,00	1.460,37	0,00	0,00	0,00	0,00	445.058,43
520260	AURILANDIA	35.531,90	0,00	0,00	4.038,95	0,00	0,00	0,00	0,00	39.570,85
520280	AVELINOPOLIS	72.943,72	0,00	0,00	10.301,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.244,72
520310	BALIZA	661,50	0,00	0,00	9.755,54	0,00	10.417,04	0,00	0,00	0,00
520320	BARRO ALTO	296.811,32	2.317,63	0,00	1.575,35	0,00	0,00	0,00	0,00	300.704,30
520330	BELA VISTA DE GOIAS	797.032,83	0,00	296.100,00	345.711,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.438.843,92
520340	BOM JARDIM DE GOIAS	370.265,74	52.898,57	0,00	2.380,96	0,00	0,00	0,00	0,00	425.545,27
520350	BOM JESUS DE GOIAS	742.719,30	0,00	263.028,00	208.674,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.214.421,74
520355	BONFINOPOLIS	132.577,35	0,00	0,00	1.857,23	0,00	0,00	0,00	0,00	134.434,58
520357	BONOPOLIS	57.759,55	0,00	0,00	721,56	0,00	0,00	0,00	0,00	58.481,11
520360	BRAZABRANTES	16.280,70	0,00	0,00	2.953,87	0,00	0,00	0,00	0,00	19.234,57
520380	BRITANIA	224.388,85	0,00	0,00	25.438,85	0,00	0,00	0,00	0,00	249.827,70
520390	BURITI ALEGRE	304.634,15	0,00	0,00	53.960,04	0,00	0,00	0,00	0,00	358.594,19
520393	BURITI DE GOIAS	90.757,83	0,00	157.500,00	851,53	0,00	0,00	0,00	0,00	249.109,36
520396	BURITINOPOLIS	100.586,21	0,00	0,00	1.011,19	0,00	0,00	0,00	0,00	101.597,40
520400	CABECEIRAS	343.998,35	0,00	0,00	1.943,95	0,00	0,00	0,00	0,00	345.942,30
520410	CACHOEIRA ALTA	255.427,26	0,00	0,00	2.429,07	0,00	0,00	0,00	0,00	257.856,33
520420	CACHOEIRA DE GOIAS	5.081,94	0,00	0,00	4.668,74	0,00	0,00	0,00	0,00	9.750,68
520425	CACHOEIRA DOURADA	243.876,49	0,00	0,00	38.396,89	0,00	0,00	0,00	0,00	282.273,38
520430	CACU	509.326,47	8.392,96	157.500,00	2.850,36	0,00	0,00	0,00	0,00	678.069,79
520440	CAIAPONIA	597.620,68	1.220,00	157.500,00	338.654,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.094.995,24
520450	CALDAS NOVAS	3.802.723,19	313.463,76	2.259.168,00	4.258.013,41	0,00	0,00	0,00	0,00	10.633.368,36
520455	CALDAZINHA	1.510,87	0,00	0,00	962,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2.473,22
520460	CAMPESTRE DE GOIAS	54.681,90	0,00	0,00	1.036,27	0,00	0,00	0,00	0,00	55.718,17
520465	CAMPINACU	120.457,66	500,00	0,00	902,22	0,00	0,00	0,00	0,00	121.859,88
520470	CAMPINORTE	287.261,03	10.841,55	0,00	2.942,61	0,00	0,00	0,00	0,00	301.045,19
520480	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	218.472,94	8.250,00	0,00	1.268,28	0,00	0,00	0,00	0,00	227.991,22
520485	CAMPO LIMPO DE GOIAS	62,00	14.456,74	0,00	91.454,08	0,00	0,00	0,00	0,00	105.972,82
520490	CAMPOS BELOS	862.565,42	509.667,97	157.500,00	5.195,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.534.928,67
520495	CAMPOS VERDES	92.207,99	0,00	0,00	49.378,01	0,00	0,00	0,00	0,00	141.586,00
520500	CARMO DO RIO VERDE	207.431,29	0,00	0,00	92.132,61	0,00	0,00	0,00	0,00	299.563,90
520505	CASTELANDIA	62.554,42	0,00	0,00	69.405,87	0,00	0,00	0,00	0,00	131.960,29

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

520510	CATALAO	5.675.382,90	2.397.706,62	2.010.529,92	1.485.941,71	0,00	0,00	0,00	0,00	11.569.561,15
520520	CATURAI	53.173,87	0,00	0,00	76.744,85	0,00	0,00	0,00	0,00	129.918,72
520530	CAVALCANTE	341.974,11	17.232,95	0,00	2.738,74	0,00	0,00	0,00	0,00	361.945,80
520540	CERES	1.142.239,59	4.432.888,32	2.322.351,37	10.142.787,83	0,00	0,00	0,00	0,00	18.040.267,11
520545	CEZARINA	272.837,37	0,00	0,00	1.963,08	0,00	0,00	0,00	0,00	274.800,45
520547	CHAPADAO DO CEU	251.729,65	0,00	0,00	1.430,51	0,00	0,00	0,00	0,00	253.160,16
520549	CIDADE OCIDENTAL	2.818.872,35	4.334,36	157.500,00	13.304,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.994.010,74
520551	COCALZINHO DE GOIAS	602.064,07	0,00	157.500,00	94.844,30	0,00	0,00	0,00	0,00	854.408,37
520552	COLINAS DO SUL	91.947,09	0,00	0,00	35.682,73	0,00	0,00	0,00	0,00	127.629,82
520570	CORREGO DO OURO	60.589,84	0,00	0,00	35.433,96	0,00	0,00	0,00	0,00	96.023,80
520580	CORUMBA DE GOIAS	240.700,10	0,00	0,00	2.777,82	0,00	0,00	0,00	0,00	243.477,92
520590	CORUMBAIBA	243.309,96	2.415,88	263.028,00	2.063,34	0,00	0,00	0,00	0,00	510.817,18
520620	CRISTALINA	2.486.512,14	17.438,39	342.300,00	533.573,75	0,00	0,00	0,00	0,00	3.379.824,28
520630	CRISTIANOPOLIS	48.723,56	0,00	0,00	914,53	0,00	0,00	0,00	0,00	49.638,09
520640	CRIXAS	518.112,14	5.060,91	157.500,00	449.733,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.406,51
520650	CROMINIA	79.905,36	0,00	0,00	10.342,24	0,00	0,00	0,00	0,00	90.247,60
520660	CUMARI	78.715,97	1.212,11	0,00	911,02	0,00	0,00	0,00	0,00	80.839,10
520670	DAMIANOPOLIS	148.005,07	14.002,39	0,00	867,70	0,00	0,00	0,00	0,00	162.875,16
520680	DAMOLANDIA	19.439,56	0,00	0,00	68.684,50	0,00	0,00	0,00	0,00	88.124,06
520690	DAVINOPOLIS	929,29	0,00	0,00	5.895,11	0,00	0,00	0,00	0,00	6.824,40
520710	DIORAMA	70.618,79	0,00	0,00	676,58	0,00	0,00	0,00	0,00	71.295,37
520725	DOVERLANDIA	334.635,09	20.184,88	157.500,00	2.106,21	0,00	0,00	0,00	0,00	514.426,18
520735	EDEALINA	50.042,91	0,00	0,00	1.040,53	0,00	0,00	0,00	0,00	51.083,44
520740	EDEIA	350.210,43	2.925,22	0,00	107.892,31	0,00	0,00	0,00	0,00	461.027,96
520750	ESTRELA DO NORTE	90.847,82	0,00	0,00	953,55	0,00	0,00	0,00	0,00	91.801,37
520753	FAINA	209.770,31	0,00	0,00	1.975,22	0,00	0,00	0,00	0,00	211.745,53
520760	FAZENDA NOVA	237.454,26	0,00	0,00	1.974,57	0,00	0,00	0,00	0,00	239.428,83
520780	FIRMINOPOLIS	447.463,26	33.988,19	0,00	136.482,07	0,00	0,00	0,00	0,00	617.933,52
520790	FLORES DE GOIAS	577.641,03	10.242,81	0,00	2.532,67	0,00	0,00	0,00	0,00	590.416,51
520800	FORMOSA	4.621.827,39	1.153.772,80	2.431.022,88	3.159.454,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.366.077,07
520810	FORMOSO	165.981,66	2.216,47	0,00	271.727,91	0,00	0,00	0,00	0,00	439.926,04
520815	GAMELEIRA DO GOIAS	60.896,83	0,00	0,00	781,26	0,00	0,00	0,00	0,00	61.678,09
520830	DIVINOPOLIS DE GOIAS	107.296,96	0,00	0,00	1.475,62	0,00	0,00	0,00	0,00	108.772,58
520840	GOIANAPOLIS	302.567,16	0,00	0,00	3.591,94	0,00	0,00	0,00	0,00	306.159,10
520850	GOIANDIRA	137.386,37	11.913,75	0,00	470.320,54	0,00	0,00	0,00	0,00	619.620,66
520860	GOIANESIA	2.726.435,77	266.628,67	619.500,00	568.175,72	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180.740,16
520870	GOIANIA	139.182.488,68	191.411.388,20	43.985.120,33	145.394.554,06	44.123.174,93	184.400,00	33.497.478,52	0,00	442.168.497,82
520880	GOIANIRA	1.151.201,96	48.775,21	157.500,00	66.638,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.424.115,29
520890	GOIAS	1.010.396,62	658.898,71	1.494.252,77	3.876.396,25	0,00	0,00	0,00	0,00	7.039.944,35
520910	GOIATUBA	1.658.542,09	292.807,19	447.828,00	125.173,54	0,00	0,00	0,00	0,00	2.524.350,82
520915	GOUVELANDIA	56.092,83	0,00	0,00	1.100,72	0,00	0,00	0,00	0,00	57.193,55
520920	GUAPO	168.967,78	279,88	157.500,00	545.040,38	0,00	0,00	0,00	0,00	871.788,04
520929	GUARAITA	33.539,18	0,00	0,00	794,28	0,00	0,00	0,00	0,00	34.333,46
520940	GUARANI DE GOIAS	131.044,84	0,00	0,00	1.158,57	0,00	0,00	0,00	0,00	132.203,41
520945	GUARINOS	6.481,36	0,00	0,00	9.025,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.506,81
520960	HEITORAI	68.569,94	0,00	0,00	69.015,75	0,00	0,00	0,00	0,00	137.585,69
520970	HIDROLANDIA	522.319,61	0,00	256.500,00	4.163,08	0,00	0,00	0,00	0,00	782.982,69
520980	HIDROLINA	8.425,64	0,00	0,00	25.985,93	0,00	0,00	0,00	0,00	34.411,57
520990	IACIARA	654.837,44	44.197,75	0,00	93.299,64	0,00	0,00	0,00	0,00	792.334,83
520993	INACIOLANDIA	145.002,93	0,00	0,00	1.516,84	0,00	0,00	0,00	0,00	146.519,77
520995	INDIARA	478.745,59	9.586,28	157.500,00	3.706,01	0,00	0,00	0,00	0,00	649.537,88
521000	INHUMAS	1.683.806,22	96.446,64	157.500,00	3.998.266,48	0,00	0,00	0,00	0,00	5.936.019,34
521010	IPAMERI	934.665,88	3.265,89	263.028,00	486.939,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.687.898,99
521015	IPIRANGA DE GOIAS	9.665,73	0,00	0,00	877,43	0,00	0,00	0,00	0,00	10.543,16
521020	IPORA	1.614.511,15	795.857,34	1.281.900,00	463.136,96	0,00	0,00	0,00	0,00	4.155.405,45
521030	ISRAELANDIA	80.817,70	0,00	0,00	1.955,24	0,00	0,00	0,00	0,00	82.772,94
521040	ITABERAI	1.368.489,14	0,00	157.500,00	348.002,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.873.991,83
521056	ITAGUARI	69.785,49	0,00	0,00	1.280,86	0,00	0,00	0,00	0,00	71.066,35
521060	ITAGUARU	135.094,93	0,00	0,00	151.985,34	0,00	0,00	0,00	0,00	287.080,27
521080	ITAJA	117.171,75	25.060,66	0,00	1.648,47	0,00	0,00	0,00	0,00	143.880,88
521090	ITAPACI	721.151,44	84.122,51	157.500,00	944.529,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.907.303,43
521100	ITAPIRAPUA	353.597,20	381,41	0,00	353.788,78	0,00	0,00	0,00	0,00	707.767,39
521120	ITAPURANGA	1.083.750,65	63.786,79	369.446,71	581.675,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.098.659,97
521130	ITARUMA	220.618,05	0,00	0,00	1.455,60	0,00	0,00	0,00	0,00	222.073,65
521140	ITAUCU	171.997,73	0,00	157.500,00	2.248,26	0,00	0,00	0,00	0,00	331.745,99
521150	ITUMBIARA	6.151.504,74	1.181.557,09	2.460.396,30	2.920.124,90	0,00	0,00	0,00	0,00	12.713.583,03
521160	IVOLANDIA	84.934,43	1.971,79	0,00	108.647,17	0,00	0,00	0,00	0,00	195.553,39
521170	JANDAIA	214.750,91	0,00	0,00	1.752,66	0,00	0,00	0,00	0,00	216.503,57
521180	JARAGUA	1.839.793,81	70.299,97	157.500,00	248.986,98	0,00	0,00	0,00	0,00	2.316.580,76
521190	JATAI	5.686.261,86	1.364.908,21	1.167.592,81	2.437.500,62	0,00	0,00	0,00	0,00	10.656.263,50
521200	JAUPACI	76.810,36	0,00	0,00	883,83	0,00	0,00	0,00	0,00	77.694,19
521205	JESUPOLIS	6.135,68	0,00	0,00	8.178,83	0,00	0,00	0,00	0,00	14.314,51
521210	JOVIANIA	166.387,61	0,00	0,00	2.019,36	0,00	0,00	0,00	0,00	168.406,97
521220	JUSSARA	824.857,31	0,00	276.300,00	130.032,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.231.189,37
521225	LAGOA SANTA	2.281,89	0,00	0,00	1.772,94	0,00	0,00	0,00	0,00	4.054,83
521230	LEOPOLDO DE BULHOES	238.314,44	0,00	0,00	2.243,05	0,00	0,00	0,00	0,00	240.557,49
521250	LUZIANIA	10.401.975,43	1.725.723,67	2.310.600,00	461.038,53	0,00	0,00	0,00	0,00	14.899.337,63
521260	MAIRIPOTABA	52.749,04	310,00	0,00	32.480,45	0,00	0,00	0,00	0,00	85.539,49
521270	MAMBAI	301.944,10	8.380,71	0,00	1.516,58	0,00	0,00	0,00	0,00	311.841,39
521280	MARA ROSA	439.840,40	60.867,01	157.500,00	3.196,53	0,00	0,00	0,00	0,00	661.403,94
521290	MARZAGAO	35.161,57	0,00	0,00	38.182,43	0,00	0,00	0,00	0,00	73.344,00
521295	MATRINCHA	36.253,22	0,00	0,00	1.437,30	0,00	0,00	0,00	0,00	37.690,52
521300	MAURILANDIA	300.556,92	0,00	157.500,00	2.813,85	0,00	0,00	0,00	0,00	460.870,77
521305	MIMOSO DE GOIAS	21.855,86	0,00	0,00	618,29	0,00	0,00	0,00	0,00	22.474,15
521308	MINACU	1.453.911,87	51.057,08	157.500,00	892.979,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.555.448,05
521310	MINEIROS	2.388.623,65	56.547,67	777.900,00	283.546,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3.506.617,65
521340	MOIPORA	7.066,70	0,00	0,00	13.443,84	0,00	0,00	0,00	0,00	20.510,54
521350	MONTE ALEGRE DE GOIAS	150.224,23	0,00	0,00	1.754,20	0,00	0,00	0,00	0,00	151.978,43
521370	MONTES CLAROS DE GOIAS	308.473,50	0,00	157.500,00	8.036,51	0,00	0,00	0,00	0,00	474.010,01
521375	MONTIVIDIU	454.882,58	0,00	0,00	2.546,30	0,00	0,00	0,00	0,00	457.428,88
521377	MONTIVIDIU DO NORTE	22.874,05	0,00	0,00	155.975,83	0,00	0,00	0,00	0,00	178.849,88
521380	MORRINHOS	2.114.886,63	50.437,43	263.028,00	769.918,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.198.270,31
521385	MORRO AGUDO DE GOIAS	33.911,54	0,00	0,00	36.798,32	0,00	0,00	0,00	0,00	70.709,86
521390	MOSSAMEDES	220.760,65	0,00	0,00	1.414,64	0,00	0,00	0,00	0,00	222.175,29
521400	MOZARLANDIA	312.328,45	0,00	157.500,00	3.950,96	0,00	0,00	0,00	0,00	473.779,41
521405	MUNDO NOVO	137.051,79	0,00	0,00	229.099,81	0,00	0,00	0,00	0,00	366.151,60
521410	MUTUNOPOLIS	87.223,26	0,00	0,00	56.406,29	0,00	0,00	0,00	0,00	143.629,55
521440	NAZARIO	1.390,50	0,00	0,00	217.710,51	0,00	0,00	0,00	0,00	219.101,01
521450	NEROPOLIS	2.182.637,53	194.127,34	157.500,00	6.900.438,26	0,00	0,00	0,00	0,00	9.434.703,13
521460	NIQUELANDIA	1.816.132,72	51.925,55	434.700,00	553.674,49	0,00	0,00	0,00	0,00	2.856.432,76
521470	NOVA AMERICA	15.634,43	0,00	0,00	91.286,19	0,00	0,00	0,00	0,00	106.920,62
521480	NOVA AURORA	6.358,67	361,09	0,00	3.750,50	0,00	0,00	0,00	0,00	10.470,26
521483	NOVA CRIXAS	323.171,92	0,00	157.500,00	3.286,15	0,00	0,00	0,00	0,00	483.958,07
521486	NOVA GLORIA	106.250,20	0,00	0,00	2.582,48	0,00	0,00	0,00	0,00	108.832,68
521487	NOVA IGUACU DE GOIAS	7.867,99	0,00	0,00	667,90	0,00	8.535,89	0,00	0,00	0,00
521490	NOVA ROMA	93.565,27	0,00	0,00	866,08	0,00	0,00	0,00	0,00	94.431,35
521500	NOVA VENEZA	106.058,13	1.952,44	0,00	10.393,61	0,00	0,00	0,00	0,00	118.404,18
521520	NOVO BRASIL	130.649,90	0,00	0,00	1.069,96	0,00	0,00	0,00	0,00	131.719,86

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

521523	NOVO GAMA	2.102.735,33	0,00	157.500,00	26.062,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2.286.298,10
521525	NOVO PLANALTO	73.645,31	1.248,34	0,00	793,19	0,00	75.686,84	0,00	0,00	0,00
521530	ORIZONA	489.616,36	0,00	157.500,00	3.766,52	0,00	0,00	0,00	0,00	650.882,88
521540	OURO VERDE DE GOIAS	14.429,19	0,00	0,00	1.240,05	0,00	15.669,24	0,00	0,00	0,00
521550	OUVIDOR	132.620,74	0,00	0,00	24.949,20	0,00	0,00	0,00	0,00	157.569,94
521560	PADRE BERNARDO	1.331.364,15	84.739,43	157.500,00	139.962,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.713.566,42
521565	PALESTINA DE GOIAS	144.463,11	946,96	0,00	950,16	0,00	0,00	0,00	0,00	146.360,23
521570	PALMEIRAS DE GOIAS	950.352,28	809,42	157.500,00	5.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.113.925,70
521580	PALMELO	72.398,44	767,70	0,00	640.026,93	0,00	0,00	0,00	0,00	713.193,07
521590	PALMINOPOLIS	106.578,15	0,00	0,00	985,07	0,00	0,00	0,00	0,00	107.563,22
521600	PANAMA	69.332,46	0,00	0,00	1.264,25	0,00	0,00	0,00	0,00	70.596,71
521630	PARANAIGUARA	170.197,41	0,00	0,00	103.172,49	0,00	0,00	0,00	0,00	273.369,90
521640	PARAUNA	442.335,05	0,00	0,00	3.217,08	0,00	0,00	0,00	0,00	445.552,13
521645	PEROLANDIA	46.511,32	0,00	0,00	1.020,87	0,00	47.532,19	0,00	0,00	0,00
521680	PETROLINA DE GOIAS	306.611,27	0,00	157.500,00	68.394,01	0,00	0,00	0,00	0,00	532.505,28
521690	PILAR DE GOIAS	4.431,13	0,00	0,00	8.393,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.825,07
521710	PIRACANJUBA	1.022.567,51	20.390,63	380.199,69	6.804,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.429.962,22
521720	PIRANHAS	380.244,92	0,00	157.500,00	3.351,04	0,00	0,00	0,00	0,00	541.095,96
521730	PIRENOPOLIS	376.781,30	0,00	157.500,00	258.262,07	0,00	635.043,37	0,00	0,00	157.500,00
521740	PIRES DO RIO	1.192.690,97	115.324,87	447.828,00	682.348,87	0,00	0,00	0,00	0,00	2.438.192,71
521760	PLANALTINA	4.393.630,13	56.112,16	553.500,00	434.187,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.437.429,72
521770	PONTALINA	723.181,89	83.902,66	157.500,00	94.832,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.059.417,08
521800	PORANGATU	1.883.967,95	685.295,32	1.371.600,00	1.103.735,27	0,00	0,00	0,00	0,00	5.044.598,54
521805	PORTEIRAO	35.849,18	0,00	0,00	831,78	0,00	0,00	0,00	0,00	36.680,96
521810	PORTELANDIA	130.747,34	0,00	0,00	38.762,85	0,00	0,00	0,00	0,00	169.510,19
521830	POSSE	1.626.760,90	80.936,71	619.500,00	8.967,09	0,00	0,00	0,00	0,00	2.336.164,70
521839	PROFESSOR JAMIL	20.333,24	0,00	0,00	61.057,45	0,00	0,00	0,00	0,00	81.390,69
521850	QUIRINOPOLIS	2.024.023,39	39.727,33	276.300,00	270.967,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.611.017,74
521860	RIALMA	370.569,67	881,05	0,00	102.917,13	0,00	0,00	0,00	0,00	474.367,85
521870	RIANAPOLIS	53.507,63	0,00	0,00	1.236,05	0,00	0,00	0,00	0,00	54.743,68
521878	RIO QUENTE	51.973,80	0,00	0,00	809,52	0,00	0,00	0,00	0,00	52.783,32
521880	RIO VERDE	11.997.011,39	3.384.369,69	3.049.508,39	3.615.730,92	0,00	0,00	0,00	0,00	22.046.620,39
521890	RUBIATABA	780.296,95	998,94	484.800,00	68.560,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.334.656,59
521900	SANCLERLANDIA	307.680,83	0,00	157.500,00	92.141,23	0,00	0,00	0,00	0,00	557.322,06
521910	SANTA BARBARA DE GOIAS	87.599,79	0,00	0,00	1.587,50	0,00	0,00	0,00	0,00	89.187,29
521920	SANTA CRUZ DE GOIAS	27.410,65	2.140,62	0,00	106.485,11	0,00	0,00	0,00	0,00	136.036,38
521925	SANTA FE DE GOIAS	150.417,69	0,00	0,00	1.244,30	0,00	0,00	0,00	0,00	151.661,99
521930	SANTA HELENA DE GOIAS	1.598.308,78	519.913,98	718.500,00	9.942,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.846.665,39
521935	SANTA ISABEL	9.312,77	0,00	0,00	7.649,53	0,00	16.962,30	0,00	0,00	0,00
521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	75.984,60	0,00	0,00	1.523,84	0,00	0,00	0,00	0,00	77.508,44
521945	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	6.201,23	43.118,42	0,00	882,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.201,65
521950	SANTA ROSA DE GOIAS	74.592,67	0,00	0,00	921,18	0,00	0,00	0,00	0,00	75.513,85
521960	SANTA TEREZA DE GOIAS	94.561,52	10,60	0,00	71.304,38	0,00	0,00	0,00	0,00	165.876,50
521970	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	262.668,34	0,00	0,00	2.574,28	0,00	0,00	0,00	0,00	265.242,62
521971	SANTO ANTONIO DA BARRA	3.056,84	0,00	0,00	28.281,92	0,00	0,00	0,00	0,00	31.338,76
521973	SANTO ANTONIO DE GOIAS	61.751,58	0,00	0,00	49.801,06	0,00	0,00	0,00	0,00	111.552,64
521975	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	3.198.477,44	0,00	315.900,00	20.963,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3.535.340,63
521980	SAO DOMINGOS	158.864,49	470,70	157.500,00	2.694,83	0,00	0,00	0,00	0,00	319.530,02
521990	SAO FRANCISCO DE GOIAS	69.644,19	0,00	0,00	15.656,15	0,00	0,00	0,00	0,00	85.300,34
522000	SAO JOAO D'ALIANCA	450.482,89	21.011,09	0,00	2.170,43	0,00	0,00	0,00	0,00	473.664,41
522005	SAO JOAO DA PARAUNA	24.719,03	0,00	0,00	592,53	0,00	0,00	0,00	0,00	25.311,56
522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	1.549.958,95	245.801,80	777.900,00	2.087.284,26	0,00	0,00	0,00	0,00	4.660.945,01
522015	SAO LUIZ DO NORTE	35.530,11	0,00	0,00	10.022,58	0,00	0,00	0,00	0,00	45.552,69
522020	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	989.160,14	93.554,21	276.300,00	964.802,75	0,00	0,00	0,00	0,00	2.323.817,10
522026	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	12.039,81	0,00	0,00	99.652,39	0,00	0,00	0,00	0,00	111.692,20
522028	SAO PATRICIO	8.903,65	0,00	0,00	516,69	0,00	0,00	0,00	0,00	9.420,34
522040	SAO SIMAO	744.133,58	0,00	157.500,00	184.127,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.085.760,71
522045	SENADOR CANEDO	5.960.358,64	91.469,24	342.300,00	10.539.004,38	0,00	0,00	0,00	0,00	16.933.132,26
522050	SERRANOPOLIS	180.734,03	0,00	0,00	1.558,63	0,00	0,00	0,00	0,00	182.292,66
522060	SILVANIA	645.028,80	49.361,19	157.500,00	344.988,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.196.878,52
522068	SIMOLANDIA	310.200,05	45.545,37	0,00	1.856,76	0,00	0,00	0,00	0,00	357.602,18
522070	SITIO D'ABADIA	47.571,97	14.097,33	0,00	740,02	0,00	0,00	0,00	0,00	62.409,32
522100	TAQUARAL DE GOIAS	68.943,32	0,00	0,00	30.445,93	0,00	0,00	0,00	0,00	99.389,25
522108	TERESINA DE GOIAS	15.034,04	0,00	0,00	942,12	0,00	15.976,16	0,00	0,00	0,00
522119	TEREZOPOLIS DE GOIAS	78.205,20	0,00	0,00	3.847,79	0,00	0,00	0,00	0,00	82.052,99
522130	TRES RANCHOS	21.086,19	0,00	0,00	90.895,11	0,00	0,00	0,00	0,00	111.981,30
522140	TRINDADE	4.342.751,91	10.185.499,27	5.010.579,53	7.605.955,42	0,00	24.226.828,30	0,00	0,00	2.917.957,83
522145	TROMBAS	57.418,81	0,00	0,00	32.536,88	0,00	0,00	0,00	0,00	89.955,69
522150	TURVANIA	161.072,60	14.889,38	0,00	1.393,67	0,00	0,00	0,00	0,00	177.355,65
522155	TURVELANDIA	117.644,36	0,00	0,00	1.182,72	0,00	0,00	0,00	0,00	118.827,08
522157	UIRAPURU	31.194,10	0,00	0,00	5.284,39	0,00	0,00	0,00	0,00	36.478,49
522160	URUACU	1.704.598,89	246.222,00	777.900,00	428.109,34	0,00	0,00	0,00	0,00	3.156.830,23
522170	URUANA	377.846,74	0,00	0,00	3.934,94	0,00	0,00	0,00	0,00	381.781,68
522180	URUTAI	39.224,54	0,00	0,00	916,89	0,00	0,00	0,00	0,00	40.141,43
522185	VALPARAISO DE GOIAS	4.648.505,60	304.251,41	315.900,00	2.523.917,48	0,00	0,00	0,00	0,00	7.792.574,49
522190	VARJAO	20.481,82	0,00	0,00	9.828,75	0,00	0,00	0,00	0,00	30.310,57
522200	VIANOPOLIS	439.633,96	0,00	0,00	93.560,96	0,00	0,00	0,00	0,00	533.194,92
522205	VICENTINOPOLIS	219.416,49	0,00	0,00	1.847,03	0,00	0,00	0,00	0,00	221.263,52
522220	VILA BOA	174.088,95	0,00	0,00	1.098,50	0,00	0,00	0,00	0,00	175.187,45
522230	VILA PROPICIO	97.801,95	0,00	0,00	1.378,67	0,00	0,00	0,00	0,00	99.180,62
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										905.214.365,95

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - AGOSTO/2014

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	520870 - GOIANIA	HOSPITAL DAS CLINICAS	2338424	00	01-01-2013	33.497.478,52
TOTAL						33.497.478,52

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - AGOSTO/2014

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE TCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS)						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE URGENCIAS DE GOIANIA - HUGO	2338262	001/2014	12-03-2014	FES	20.238.406,38
520870 - GOIANIA	LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA - LACEN	2338343	001/2014	12-03-2014	FES	1.220.998,49
520870 - GOIANIA	HOSPITAL GERAL DE GOIANIA - HGG	2338734	001/2014	12-03-2014	FES	5.636.283,47
520870 - GOIANIA	HEMOCENTRO DE GOIAS - HEMOGO	2339072	001/2014	12-03-2014	FES	2.797.655,70

520870 - GOIANIA	MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES - MNSL	2339080	001/2014	12-03-2014	FES	894.821,79
520870 - GOIANIA	HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI	2339196	001/2014	12-03-2014	FES	9.060.351,51
520870 - GOIANIA	CENTRO INTEGRADO MEDICO PSICOPEDAGOGICO - CIMP	2339692	001/2014	12-03-2014	FES	82.980,88
520870 - GOIANIA	CENTRAL DE ODONTOLOGIA - CEO	2339781	001/2014	12-03-2014	FES	175.057,38
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE DOENCAS TROPICAIS - HDT	2506661	001/2014	12-03-2014	FES	3.508.609,41
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE DERMATOLOGIA SANITARIA - HDS	2653818	001/2014	12-03-2014	FES	329.298,03
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE MEDICINA ALTERNATIVA - HMA	2664836	001/2014	12-03-2014	FES	178.711,89
TOTAL						44.123.174,93

PORTARIA Nº 731, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de São Paulo.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, por meio do Ofício CIB nº 052/2014, de 29/07/2014, e Deliberações CIB nº 27/14, de 26/06/14 e nº 032/14, de 21/07/2014, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado no anexo II.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de São Paulo, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 7.923.092.626,08, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	3.652.416.379,72	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	4.270.676.246,37	Anexo II

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 30.234.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 203.698.824,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento do recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de agosto de 2014.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO -AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	90.446.476,54
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	3.561.969.903,18
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	3.652.416.379,72

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - AGOSTO/2014

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
350010	ADAMANTINA	4.021.413,32	1.400.253,86	1.720.228,26	1.859.385,70	0,00	0,00	0,00	0,00	9.001.281,14
350020	ADOLFO	72.676,58	4,29	0,00	2.522,04	0,00	0,00	0,00	0,00	75.202,91
350030	AGUAI	1.798.929,59	719,24	0,00	-1.032.279,17	0,00	0,00	0,00	0,00	767.369,66
350040	AGUAS DA PRATA	149.805,48	14.340,00	0,00	-12.217,62	0,00	0,00	0,00	0,00	151.927,86
350050	AGUAS DE LINDOIA	782.100,93	149.194,91	0,00	405.245,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.336.541,53
350055	AGUAS DE SANTA BARBARA	79.006,43	0,00	0,00	1.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.064,43
350060	AGUAS DE SAO PEDRO	61.396,50	380,20	0,00	2.349,33	0,00	0,00	0,00	0,00	64.126,03
350070	AGUDOS	1.381.137,05	703.684,42	1.278.269,99	939.050,57	0,00	0,00	0,00	0,00	4.302.142,03
350075	ALAMBARI	9.663,24	450,00	263.025,00	50.679,71	0,00	0,00	0,00	0,00	323.817,95
350080	ALFREDO MARCONDES	20.685,38	0,00	0,00	2.711,07	0,00	0,00	0,00	0,00	23.396,45
350090	ALTAIR	32.128,72	0,00	157.500,00	4.484,22	0,00	0,00	0,00	0,00	194.112,94
350100	ALTINOPOLIS	1.076.952,77	62.614,02	-3.660.254,65	4.690.559,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.169.871,54
350110	ALTO ALEGRE	186.598,29	0,00	0,00	98.990,61	0,00	0,00	0,00	0,00	285.588,90
350115	ALUMINIO	294.858,03	4.766,97	157.500,00	9.234,98	0,00	0,00	0,00	0,00	466.359,98
350120	ALVARES FLORENCE	17.829,20	0,00	0,00	14.187,34	0,00	0,00	0,00	0,00	32.016,54
350130	ALVARES MACHADO	716.532,75	55.874,16	0,00	783.905,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556.312,59
350140	ALVARO DE CARVALHO	5.565,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.565,66
350150	ALVINLANDIA	1.210,68	0,00	0,00	727,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.937,88
350160	AMERICANA	10.780.575,98	2.020.232,62	59.697,05	5.369.193,39	0,00	0,00	0,00	0,00	18.229.699,04
350170	AMERICO BRASILIENSE	704.891,94	715.469,21	296.100,00	2.398.206,36	0,00	2.951.775,46	0,00	0,00	1.162.892,05
350180	AMERICO DE CAMPOS	73.424,35	0,00	0,00	8.719,36	0,00	0,00	0,00	0,00	82.143,71
350190	AMPARO	4.476.795,90	3.792.938,82	2.159.071,19	4.368.704,33	0,00	0,00	0,00	0,00	14.797.510,24
350200	ANALANDIA	50.299,43	0,00	0,00	4.317,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.617,10
350210	ANDRADINA	2.421.840,39	617.471,46	1.593.034,17	2.443.245,84	0,00	5.562.079,31	0,00	0,00	1.513.512,55
350220	ANGATUBA	1.358.639,97	206.211,27	263.025,00	543.499,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.371.376,10
350230	ANHEMBI	22.533,96	0,00	263.025,00	4.194,15	0,00	0,00	0,00	0,00	289.753,11
350240	ANHUMAS	20.466,65	0,00	0,00	2.562,86	0,00	0,00	0,00	0,00	23.029,51
350250	APARECIDA	2.151.751,91	1.222.993,37	2.327.850,48	421.164,03	0,00	5.217.088,26	0,00	0,00	906.671,53
350260	APARECIDA D'OESTE	169.223,49	5.243,72	157.500,00	26.191,33	0,00	0,00	0,00	0,00	358.158,54
350270	APIAI	1.255.132,32	616.397,09	1.411.591,38	497.526,40	0,00	12.552,96	0,00	0,00	3.768.094,23
350275	ARACARIGUAMA	190.720,63	0,00	157.500,00	15.307,08	0,00	0,00	0,00	0,00	363.527,71
350280	ARACATUBA	17.430.617,34	11.343.505,60	11.623.809,68	8.942.061,74	0,00	34.261.664,20	0,00	0,00	15.078.330,16
350290	ARACOIABA DA SERRA	394.313,66	0,00	0,00	14.928,86	0,00	0,00	0,00	0,00	409.242,54
350300	ARAMINA	82.352,41	0,00	0,00	103.635,96	0,00	0,00	0,00	0,00	185.988,37
350310	ARANDU	299.281,62	4.361,86	0,00	100.060,65	0,00	0,00	0,00	0,00	403.704,13
350315	ARAPEI	32.285,02	0,00	157.500,00	1.380,44	0,00	0,00	0,00	0,00	191.165,46
350320	ARARAQUARA	13.895.230,67	7.373.300,61	9.661.387,62	22.270.042,71	0,00	3.109.507,37	0,00	0,00	50.090.454,24
350330	ARARAS	10.581.640,47	11.381.165,85	4.220.962,64	3.028.888,05	0,00	10.042.184,41	0,00	0,00	19.170.472,60
350335	ARCO-IRIS	13.355,81	0,00	0,00	510,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.866,77
350340	AREALVA	283.429,33	16.341,02	263.025,00	9.595,50	0,00	0,00	0,00	0,00	572.390,85

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

350350	AREIAS	33.080,81	24.204,59	0,00	7.562,32	0,00	0,00	0,00	0,00	64.847,72
350360	AREIOPOLIS	102.081,25	0,00	263.025,00	63.022,68	0,00	0,00	0,00	0,00	428.128,93
350370	ARIRANHA	197.196,38	2.022,38	118.800,00	110.276,92	0,00	0,00	0,00	0,00	428.295,68
350380	ARTUR NOGUEIRA	771.424,68	0,00	0,00	403.490,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1.174.914,99
350390	ARUJA	1.334.166,19	0,00	270.528,00	602.898,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.207.593,04
350395	ASPASIA	14.954,16	0,00	0,00	1.043,65	0,00	0,00	0,00	0,00	15.997,81
350400	ASSIS	7.829.716,52	4.655.471,82	2.401.910,60	5.252.178,99	0,00	8.831.450,51	0,00	0,00	11.307.827,42
350410	ATIBAIA	3.558.016,58	240.751,67	1.115.054,99	2.941.192,38	0,00	118,23	0,00	0,00	7.854.897,39
350420	AURIFLAMA	595.279,94	298.945,97	466.547,76	68.332,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1.429.106,29
350430	AVAI	25.985,96	0,00	0,00	7.140,33	0,00	0,00	0,00	0,00	33.126,29
350440	AVANHANDAVA	288.683,07	0,00	0,00	-64.766,73	0,00	0,00	0,00	0,00	223.916,34
350450	AVARE	5.517.175,97	3.416.728,58	5.317.873,19	3.062.062,42	0,00	0,00	0,00	0,00	17.313.840,16
350460	BADY BASSITT	134.231,15	0,00	0,00	98.221,83	0,00	0,00	0,00	0,00	232.452,98
350470	BALBINOS	48,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,30
350480	BALSAMO	46.349,98	0,00	0,00	20.066,19	0,00	0,00	0,00	0,00	66.416,17
350490	BANANAL	1.092.486,06	63.814,85	0,00	115.055,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.271.356,12
350500	BARAO DE ANTONINA	25.725,74	1.654,05	0,00	2.098,80	0,00	0,00	0,00	0,00	29.478,59
350510	BARBOSA	28.781,04	0,00	0,00	3.785,61	0,00	0,00	0,00	0,00	32.566,65
350520	BARIRI	1.507.715,73	212.874,20	980.642,51	535.781,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3.237.014,39
350530	BARRA BONITA	1.094.726,94	443.848,79	958.803,90	587.384,78	0,00	0,00	0,00	0,00	3.084.764,41
350535	BARRA DO CHAPEU	6.169,30	582,40	0,00	1.489,93	0,00	0,00	0,00	0,00	8.241,63
350540	BARRA DO TURVO	77.979,36	0,00	0,00	1.445,16	0,00	0,00	0,00	0,00	79.424,52
350550	BARRETOS	17.318.131,16	54.217.001,84	22.575.548,96	68.309.651,19	0,00	127.893.115,65	0,00	0,00	34.527.217,50
350560	BARRINHA	1.144.127,10	0,00	157.500,00	47.596,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.349.223,12
350570	BARUERI	14.670.831,70	945.525,70	0,00	10.220.201,62	0,00	0,00	0,00	0,00	25.836.559,02
350580	BASTOS	1.231.938,72	23.361,93	520.057,60	170.916,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.946.274,42
350590	BATATAIS	3.665.086,31	672.521,16	2.733.471,33	6.432.193,72	0,00	0,00	0,00	0,00	13.503.272,52
350600	BAURU	30.936.065,51	23.885.662,56	17.369.065,78	52.966.522,63	0,00	94.091.924,97	0,00	0,00	31.065.391,51
350610	BEBEDOURO	4.205.127,99	1.225.218,24	0,00	2.079.675,58	0,00	91.682,58	0,00	0,00	7.418.339,23
350620	BENTO DE ABREU	5.627,76	0,00	0,00	61.901,40	0,00	0,00	0,00	0,00	67.529,16
350630	BERNARDINO DE CAMPOS	536.526,48	151.004,22	0,00	98.692,12	0,00	0,00	0,00	0,00	786.222,82
350635	BERTIOGA	2.385.116,25	19.544,32	439.500,00	310.284,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3.154.445,53
350640	BILAC	278.218,31	98.525,51	0,00	140.205,96	0,00	0,00	0,00	0,00	516.949,78
350650	BIRIGUI	4.500.645,97	1.534.660,54	1.442.528,11	589.400,41	0,00	742.851,82	0,00	0,00	7.324.383,21
350660	BIRITIBA-MIRIM	1.309.223,22	0,00	258.000,00	106.659,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.673.882,56
350670	BOA ESPERANCA DO SUL	682.087,99	15.059,25	619.500,00	209.021,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.525.669,20
350680	BOCAINA	382.222,99	169,19	15.000,00	23.064,41	0,00	7.500,00	0,00	0,00	412.956,59
350690	BOFETE	17.894,84	0,00	0,00	21.249,17	0,00	0,00	0,00	0,00	39.144,01
350700	BOITUVA	1.714.002,79	304.714,26	548.300,10	508.296,91	0,00	0,00	0,00	0,00	3.075.314,06
350710	BOM JESUS DOS PERDOES	520.533,21	0,00	157.500,00	24.908,17	0,00	0,00	0,00	0,00	702.941,38
350715	BOM SUCESSO DE ITARARE	3.971,77	0,00	0,00	46.434,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.405,76
350720	BORA	8.158,98	140,70	0,00	77.875,12	0,00	0,00	0,00	0,00	86.174,80
350730	BORACEIA	19.491,60	0,00	0,00	60.970,18	0,00	0,00	0,00	0,00	80.461,78
350740	BORBOREMA	653.671,98	4.036,58	0,00	126.555,18	0,00	0,00	0,00	0,00	784.263,74
350745	BOREBI	3.103,38	0,00	0,00	39.350,88	0,00	0,00	0,00	0,00	42.454,26
350750	BOTUCATU	25.216.901,99	33.964.557,19	6.375.500,77	15.793.856,26	0,00	74.653.504,08	0,00	0,00	6.697.312,13
350760	BRAGANCA PAULISTA	13.909.258,06	9.999.966,79	12.583.895,18	4.571.393,73	0,00	29.271.939,07	0,00	0,00	11.792.574,69
350770	BRAUNA	4.439,26	0,00	0,00	11.203,33	0,00	0,00	0,00	0,00	15.642,59
350775	BREJO ALEGRE	5.427,59	0,00	0,00	1.700,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.127,90
350780	BRODOSQUI	458.329,60	0,00	157.500,00	126.915,13	0,00	0,00	0,00	0,00	742.744,73
350790	BROTAS	738.280,59	5.993,96	0,00	57.342,38	0,00	0,00	0,00	0,00	801.616,93
350800	BURI	901.685,95	37.117,29	0,00	-164.837,99	0,00	0,00	0,00	0,00	773.965,25
350810	BURITAMA	755.219,37	1.202.115,48	118.800,00	797.321,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.873.456,50
350820	BURITIZAL	22.239,80	0,00	0,00	122.511,18	0,00	0,00	0,00	0,00	144.750,98
350830	CABRALIA PAULISTA	6.204,84	0,00	0,00	229,23	0,00	0,00	0,00	0,00	6.434,07
350840	CABREUVA	1.223.494,46	15.656,46	0,00	-138.609,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100.541,46
350850	CACAPAVA	4.834.811,64	315.847,54	3.645.562,73	1.457.763,58	0,00	0,00	0,00	0,00	10.253.985,49
350860	CACHOEIRA PAULISTA	1.613.857,25	43.710,12	118.800,00	452.625,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.228.993,26
350870	CACONDE	968.089,84	846.889,65	743.741,50	134.944,78	0,00	2.391.614,29	0,00	0,00	302.051,48
350880	CAFELANDIA	829.631,34	223.582,72	509.057,55	72.281,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.634.553,06
350890	CAIABU	0,00	0,00	0,00	1.082,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.082,94
350900	CAIEIRAS	3.029.610,97	48.141,59	0,00	173.067,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.250.819,86
350910	CAIUA	382,39	0,00	0,00	889,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.272,16
350920	CAJAMAR	5.505.715,53	228.306,54	0,00	1.479.425,54	0,00	0,00	0,00	0,00	7.213.447,61
350925	CAJATI	952.816,52	0,00	0,00	455.618,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.408.434,55
350930	CAJOBI	554.932,95	43.240,33	0,00	75.573,26	0,00	0,00	0,00	0,00	673.746,54
350940	CAJURU	1.874.499,91	170.727,74	1.043.001,12	236.603,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.324.831,77
350945	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	11.528,61	0,00	0,00	5.239,43	0,00	0,00	0,00	0,00	16.768,04
350950	CAMPINAS	125.753.406,17	71.991.514,09	49.033.123,02	173.970.149,53	0,00	171.078.338,18	0,00	0,00	249.669.854,63
350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	2.585.294,05	178.212,89	0,00	673.478,72	0,00	0,00	0,00	0,00	3.436.985,66
350970	CAMPOS DO JORDAO	2.654.179,91	5.433.997,56	3.543.722,27	-822.670,10	0,00	6.769.126,49	0,00	0,00	4.040.103,15
350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA	0,00	0,00	0,00	3.937,87	0,00	0,00	0,00	0,00	3.937,87
350990	CANANEIA	293.577,89	0,00	0,00	14.467,26	0,00	0,00	0,00	0,00	308.045,15
350995	CANAS	2.470,21	0,00	0,00	333,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.803,69
351000	CANDIDO MOTA	1.876.245,34	20.735,07	0,00	557.658,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2.454.638,83
351010	CANDIDO RODRIGUES	71.568,13	2.710,60	0,00	695,34	0,00	0,00	0,00	0,00	74.974,07
351015	CANITAR	1.204,59	0,00	0,00	99.478,02	0,00	0,00	0,00	0,00	100.682,61
351020	CAPAO BONITO	2.519.104,62	247.815,38	1.106.134,99	609.604,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.482.659,98
351030	CAPELA DO ALTO	257.243,80	0,00	157.500,00	99.400,92	0,00	0,00	0,00	0,00	514.144,72
351040	CAPIVARI	2.819.785,54	686.319,71	1.320.322,39	1.222.235,73	0,00	0,00	0,00	0,00	6.048.663,37
351050	CARAGUATATUBA	4.930.421,25	845.149,48	4.943.558,77	4.004.407,00	0,00	856.010,71	0,00	0,00	13.867.525,79
351060	CARAPICUIBA	14.042.082,93	2.689.533,56	907.200,00	9.813.461,97	0,00	20.240.584,68	0,00	0,00	7.211.693,78
351070	CARDOSO	919.183,44	374.975,44	157.500,00	105.505,83	0,00	1.174.310,41	0,00	0,00	382.854,30
351080	CASA BRANCA	4.770.746,30	2.437.693,73	805.440,42	2.171.723,55	0,00	8.405.903,83	0,00	0,00	1.779.700,17
351090	CASSIA DOS COQUEIROS	22.069,70	0,00	0,00	2.285,19	0,00	0,00	0,00	0,00	24.354,89
351100	CASTILHO	862.773,05	30.619,67	374.818,26	-160.867,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.107.343,66
351110	CATANDUVA	17.522.524,37	15.803.777,57	14.539.827,71	9.663.236,53	0,00	48.059.880,18	0,00	0,00	9.469.486,00
351120	CATIGUA	67.638,87	0,00	0,00	62.765,01	0,00	0,00	0,00	0,00	130.403,88
351130	CEDRAL	63.809,16	0,00	258.000,00	88.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	410.204,64
351140	CERQUEIRA CESAR	721.073,07	498.356,04	659.596,47	76.206,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.955.232,24
351150	CERQUILHO	1.618.264,89	2.428,32	1.094.566,62	232.351,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.947.611,54
351160	CESARIO LANGE	704.213,77	30.385,43	0,00	22.565,20	0,00	0,00	0,00	0,00	757.164,40
351170	CHARQUEADA	642.607,76	71.121,97	0,00	-34.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.853,73
351190	CLEMENTINA	211.510,77	0,00	0,00	208.771,06	0,00	371.198,52	0,00	0,00	49.083,31
351200	COLINA	901.949,53	768,10	0,00	63.601,33	0,00	0,00	0,00	0,00	966.318,96
351210	COLOMBIA	177.749,62	1.877,51	157.500,00	23.095,20	0,00	0,00	0,00	0,00	360.222,33
351220	CONCHAL	1.542.463,23	23.340,42	789.119,09	73.339,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.428.262,22
351230	CONCHAS	887.970,25	208.816,37	0,00	74.709,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.171.496,53
351240	CORDEIROPOLIS	693.350,64	5.392,68	276.300,00	404.869,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.379.912,82
351250	COROADOS	1.520,40	0,00	0,00	36.886,67	0,00	0,00	0,00	0,00	38.407,07
351260	CORONEL MACEDO	81.279,86	6.003,98	0,00	1.868,31	0,00	0,00	0,00	0,00	89.152,15
351270	CORUMBATAI	47.215,49	0,00	263.025,00	2.435,18	0,00	0,00	0,00	0,00	312.675,67
351280	COSMOPOLIS	2.535.629,54	30.420,67	429.348,03	1.717.088,32	0,00	0,00	0,00	0,00	4.712.486,56
351290	COSMORAMA	104.531,00	0,00	0,00	11.020,24	0,00	0,00	0,00	0,00	115.551,24
351300	COTIA	9.042.387,05	2.777.384,86	355.500,00	3.775.980,97	0,00	12.262.376,34	0,00	0,00	3.688.876,54
351310	CRAVINHOS	597.366,67	10.332,53	157.500,00	17.838,71	0,00	0,00	0,00	0,00	783.037,91
351320	CRISTAIS PAULISTA	39.558,96	0,00	0,00	14.827,17	0,00	0,00	0,00	0,00	54.386,13
351330	CRUZALIA	34.791,65	0,00	0,00	961,81	0,00	0,00	0,00	0,00	35.753,46

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DESSE FASCÍCULO É DA IMPRENSA NACIONAL

351340	CRUZEIRO	4.913.822,18	851.034,84	2.819.417,97	1.531.927,23	0,00	0,00	0,00	0,00	10.116.202,22
351350	CUBATAO	10.221.577,37	122.613,22	1.299.900,00	9.767.030,88	0,00	0,00	0,00	0,00	21.411.121,47
351360	CUNHA	961.259,87	4.784,10	912.043,78	708.954,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2.587.042,36
351370	DESCALVADO	875.235,49	969,71	138.600,00	268.340,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283.145,25
351380	DIADEMA	32.260.099,38	8.999.185,00	3.422.400,00	19.951.759,35	0,00	17.672.792,27	0,00	0,00	46.960.651,46
351385	DIRCE REIS	3.000,24	0,00	0,00	501,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.502,14
351390	DIVINOLANDIA	2.258.787,31	4.967.822,28	5.975.446,33	2.838.787,85	0,00	15.944.050,01	0,00	0,00	96.793,76
351400	DOBRADA	16.210,44	0,00	0,00	1.042,43	0,00	0,00	0,00	0,00	17.252,87
351410	DOIS CORREGOS	1.186.468,86	10.400,97	743.138,82	340.068,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.280.076,76
351420	DOLCINOPOLIS	6.078,43	0,00	0,00	2.023,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.101,97
351430	DOURADO	308.016,33	993,74	0,00	110.701,65	0,00	191.566,12	0,00	0,00	228.145,60
351440	DRACENA	2.843.554,48	1.465.146,74	2.088.532,08	2.091.473,78	0,00	0,00	0,00	0,00	8.488.707,08
351450	DUARTINA	991.903,14	225.696,77	937.305,48	264.538,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.419.444,10
351460	DUMONT	300.736,20	0,00	157.500,00	3.536,77	0,00	0,00	0,00	0,00	461.772,97
351470	ECHAPORA	123.091,29	22.891,31	0,00	50.070,13	0,00	0,00	0,00	0,00	196.052,73
351480	ELDORADO	391.460,19	0,00	0,00	11.688,72	0,00	0,00	0,00	0,00	403.148,91
351490	ELIAS FAUSTO	476.367,89	730,20	0,00	11.330,79	0,00	0,00	0,00	0,00	488.428,88
351492	ELISIARIO	20.667,18	0,00	0,00	93.846,83	0,00	0,00	0,00	0,00	114.514,01
351495	EMBAUBA	8.608,30	0,00	0,00	61.970,91	0,00	0,00	0,00	0,00	70.579,21
351500	EMBU DAS ARTES	7.259.749,68	46.389,16	2.594.463,00	1.691.680,64	0,00	0,00	0,00	0,00	11.592.282,48
351510	EMBU-GUACU	1.490.647,62	0,00	634.800,00	421.362,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.546.810,02
351512	EMILIANOPOLIS	11.766,00	0,00	0,00	4.023,81	0,00	0,00	0,00	0,00	15.789,81
351515	ENGENHEIRO COELHO	73.805,70	0,00	0,00	106.649,06	0,00	0,00	0,00	0,00	180.454,76
351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	4.104.461,10	2.155.774,29	1.380.041,03	1.835.204,50	0,00	5.047.049,47	0,00	0,00	4.428.431,45
351519	ESPIRITO SANTO DO TURVO	929,89	0,00	0,00	212.581,54	0,00	0,00	0,00	0,00	213.511,43
351520	ESTRELA D'OESTE	466.273,68	140.440,65	0,00	38.232,38	0,00	61.396,09	0,00	0,00	583.550,62
351530	ESTRELA DO NORTE	10.140,41	0,00	0,00	13.155,62	0,00	0,00	0,00	0,00	23.296,03
351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	262.511,63	0,00	0,00	21.915,90	0,00	0,00	0,00	0,00	284.427,53
351540	FARTURA	975.971,83	44.009,06	157.500,00	44.681,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.222.161,91
351550	FERNANDOPOLIS	5.420.533,63	2.081.965,55	6.868.525,85	2.034.184,18	0,00	13.258.381,43	0,00	0,00	3.146.827,78
351560	FERNANDO PRESTES	52.378,30	0,00	99.000,00	42.222,66	0,00	0,00	0,00	0,00	193.600,96
351565	FERNAO	1.293,98	0,00	0,00	70.935,29	0,00	0,00	0,00	0,00	72.229,27
351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	9.876.422,04	4.108.566,76	1.254.600,00	5.388.626,83	0,00	17.846.692,87	0,00	0,00	2.781.522,76
351580	FLORA RICA	487,76	0,00	0,00	1.666,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.153,90
351590	FLOREAL	2.868,84	0,00	0,00	31.843,46	0,00	0,00	0,00	0,00	34.712,30
351600	FLORIDA PAULISTA	569.886,55	8.909,36	0,00	94.978,03	0,00	582.943,37	0,00	0,00	90.830,57
351610	FLORINIA	77.601,70	0,00	0,00	1.430,25	0,00	0,00	0,00	0,00	79.031,95
351620	FRANCA	31.301.745,02	9.179.449,52	14.436.130,44	16.817.210,79	0,00	57.287.506,25	0,00	0,00	14.447.029,52
351630	FRANCISCO MORATO	10.308.081,58	2.597.791,54	1.658.577,90	2.646.229,63	0,00	6.817.560,16	0,00	0,00	10.393.120,49
351640	FRANCO DA ROCHA	9.104.299,72	4.997.649,38	0,00	5.149.176,73	0,00	14.864.794,41	0,00	0,00	4.386.331,42
351650	GABRIEL MONTEIRO	5.773,36	0,00	0,00	2.743,67	0,00	0,00	0,00	0,00	8.517,03
351660	GALIA	355.608,90	54.414,21	0,00	63.915,12	0,00	0,00	0,00	0,00	473.938,23
351670	GARCA	5.764.190,42	299.719,34	1.062.648,31	2.965.433,55	0,00	2.802.432,26	0,00	0,00	7.289.559,36
351680	GASTAO VIDIGAL	33.038,20	0,00	0,00	7.778,39	0,00	0,00	0,00	0,00	40.816,59
351685	GAVIAO PEIXOTO	35.594,54	881,49	0,00	768,47	0,00	0,00	0,00	0,00	37.244,50
351690	GENERAL SALGADO	472.279,56	42.682,58	99.000,00	57.647,36	0,00	455.548,73	0,00	0,00	216.060,77
351700	GETULINA	405.429,83	2.055,26	0,00	67.347,57	0,00	0,00	0,00	0,00	474.832,66
351710	GLICERIO	66.958,82	0,00	0,00	3.376,83	0,00	0,00	0,00	0,00	70.335,65
351720	GUAICARA	5.456,07	0,00	0,00	65.979,53	0,00	0,00	0,00	0,00	71.435,60
351730	GUAIMBE	110.309,27	0,00	0,00	207.784,88	0,00	0,00	0,00	0,00	318.094,15
351740	GUAIRA	1.658.085,11	8.168,55	989.631,27	579.359,12	0,00	0,00	0,00	0,00	3.235.244,05
351750	GUAPIACU	281.069,86	0,00	0,00	558.189,91	0,00	0,00	0,00	0,00	839.259,77
351760	GUAPIARA	864.245,44	70.080,86	165.000,00	33.126,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.132.453,24
351770	GUARA	1.050.146,59	0,00	118.800,00	548.319,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.717.265,88
351780	GUARACAI	345.916,93	1.680,81	0,00	71.906,15	0,00	0,00	0,00	0,00	419.503,89
351790	GUARACI	220.772,69	0,00	157.500,00	62.624,57	0,00	0,00	0,00	0,00	440.897,26
351800	GUARANI D'OESTE	32.830,93	0,00	0,00	3.662,02	0,00	0,00	0,00	0,00	36.492,95
351810	GUARANTA	213.537,59	0,00	0,00	-66.105,78	0,00	0,00	0,00	0,00	147.431,81
351820	GUARARAPES	1.419.562,83	74.970,31	718.073,34	109.426,47	0,00	2.114.227,50	0,00	0,00	207.805,45
351830	GUARAREMA	1.054.210,06	10.369,51	1.075.851,14	73.295,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.213.725,81
351840	GUARATINGUETA	9.923.124,69	3.357.825,75	6.648.623,87	7.290.556,19	0,00	0,00	0,00	0,00	27.220.130,50
351850	GUAREI	210.321,00	23,08	263.025,00	23.238,71	0,00	0,00	0,00	0,00	496.607,79
351860	GUARIBA	1.652.298,73	671.866,63	1.393.442,29	244.653,02	0,00	0,00	0,00	0,00	3.962.260,67
351870	GUARUJA	19.985.325,98	1.500.411,94	8.905.722,21	13.432.638,06	0,00	0,00	0,00	0,00	43.824.098,19
351880	GUARULHOS	93.827.414,38	7.084.611,27	29.823.141,94	39.370.494,99	0,00	60.087.328,93	0,00	0,00	110.018.333,65
351885	GUATAPARA	52.441,85	1.147,07	157.500,00	101.428,81	0,00	0,00	0,00	0,00	312.517,73
351890	GUZOLANDIA	9.505,08	0,00	0,00	3.445,35	0,00	0,00	0,00	0,00	12.950,43
351900	HERCULANDIA	426.131,27	1.697,76	444.000,42	101.804,83	0,00	877.052,04	0,00	0,00	96.582,24
351905	HOLAMBRA	269.238,39	0,00	0,00	10.028,41	0,00	0,00	0,00	0,00	279.266,80
351907	HORTOLANDIA	8.367.552,16	121.761,59	2.012.700,00	4.776.796,77	0,00	0,00	0,00	0,00	15.278.810,52
351910	IACANGA	300.224,55	6.597,61	157.500,00	17.185,69	0,00	0,00	0,00	0,00	481.507,85
351920	IACRI	338.992,31	323,95	57.100,05	87.123,79	0,00	0,00	0,00	0,00	483.540,10
351925	IARAS	17.063,40	11.526,46	0,00	4.911,75	0,00	0,00	0,00	0,00	33.501,61
351930	IBATE	1.302.295,63	12.628,05	0,00	106.292,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.421.216,09
351940	IBIRA	335.293,16	3.354,76	263.025,00	108.325,98	0,00	0,00	0,00	0,00	709.998,90
351950	IBIRAREMA	82.279,07	0,00	0,00	91.901,12	0,00	0,00	0,00	0,00	174.180,19
351960	IBITINGA	3.009.763,98	218.940,71	635.296,70	648.245,70	0,00	0,00	0,00	0,00	4.512.247,09
351970	IBIUNA	3.350.083,75	7.973,55	157.500,00	264.976,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.780.533,70
351980	ICEM	147.949,89	0,00	157.500,00	7.299,39	0,00	0,00	0,00	0,00	312.749,28
351990	IEPE	412.329,96	683.468,29	0,00	35.484,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.131.282,31
352000	IGARACU DO TIETE	820.667,56	15.872,04	118.800,00	112.652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.067.992,20
352010	IGARAPAVA	1.389.393,72	3.364,64	507.947,04	235.392,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2.136.097,90
352020	IGARATA	55.163,07	426,36	0,00	17.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	73.041,72
352030	IGUAPE	811.116,75	2.900,18	0,00	40.763,48	0,00	0,00	0,00	0,00	854.780,41
352040	ILHABELA	1.334.407,43	70.499,13	157.500,00	417.467,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.979.874,43
352042	ILHA COMPRIDA	200.637,28	6.951,66	0,00	63.804,28	0,00	0,00	0,00	0,00	271.393,22
352044	ILHA SOLTEIRA	1.462.408,19	753.586,10	1.321.122,77	647.708,16	0,00	3.485.980,83	0,00	0,00	698.844,39
352050	INDAIATUBA	11.076.986,93	1.987.594,09	2.686.375,03	9.139.768,23	0,00	152.402,28	0,00	0,00	24.738.322,00
352060	INDIANA	0,00	0,00	0,00	1.807,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807,59
352070	INDIAPORA	357.850,47	56.215,81	0,00	81.551,54	0,00	407.096,70	0,00	0,00	88.521,12
352080	INUBIA PAULISTA	43.462,77	783,40	0,00	94.675,69	0,00	0,00	0,00	0,00	138.921,86
352090	IPAUCU	718.559,70	10.219,39	400.657,95	136.729,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266.166,75
352100	IPERO	69.588,83	0,00	157.500,00	585.226,02	0,00	0,00	0,00	0,00	812.314,85
352110	IPEUNA	56.730,32	5.915,57	263.025,00	4.438,82	0,00	0,00	0,00	0,00	330.109,71
352115	IPIGUA	16.820,40	0,00	0,00	61.376,73	0,00	0,00	0,00	0,00	78.197,13
352120	IPORANGA	35.958,36	0,00	0,00	3.351,75	0,00	0,00	0,00	0,00	39.310,11
352130	IPUA	627.441,47	400,46	0,00	1.508.598,72	0,00	1.968.952,98	0,00	0,00	167.487,67
352140	IRACEMAPOLIS	185.455,18	1.434,53	15.000,00	23.797,84	0,00	7.500,00	0,00	0,00	218.187,55
352150	IRAPUA	78.518,37	0,00	0,00	104.903,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183.421,37
352160	IRAPURU	16.178,94	0,00	0,00	4.865,76	0,00	0,00	0,00	0,00	21.044,70
352170	ITABERA	717.141,22	99.602,29	0,00	48.164,22	0,00	0,00	0,00	0,00	864.907,73
352180	ITAI	990.374,09	35.079,32	0,00	69.512,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.094.965,54
352190	ITAJOBI	528.617,38	48.487,07	0,00	112.961,43	0,00	0,00	0,00	0,00	690.065,88
352200	ITAJU	23.800,94	0,00	0,00	3.319,77	0,00	0,00	0,00	0,00	27.120,71
352210	ITANHAEM	5.009.811,43	8.882,67	2.970.888,00	1.591.091,87	0,00	2.143.469,19	0,00	0,00	7.437.204,78
352215	ITAOCA	3.893,90	0,00	0,00	918,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.811,90
352220	ITAPECERICA DA SERRA	11.693.564,41	8.656.008,20	1.234.500,00	9.871.326,85	0,00	21.566.332,40	0,00	0,00	9.889.067,06
352230	ITAPETININGA	7.312.748,89	2.878.821,42	2.154.390,00	3.674.030,97	0,00	2.010.054,04	0,00	0,00	14.009.937,24

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

352240	ITAPEVA	6.469.249,47	4.042.684,59	7.032.600,54	5.459.609,86	0,00	0,00	0,00	0,00	23.004.144,46
352250	ITAPEVI	10.814.377,06	6.358.868,51	2.146.200,00	3.721.495,97	0,00	15.107.002,24	0,00	0,00	7.933.939,30
352260	ITAPIRA	8.557.624,10	4.892.140,47	924.214,40	4.207.813,20	0,00	9.888.931,78	0,00	0,00	8.692.860,39
352265	ITAPIRAPUA PAULISTA	2.336,33	0,00	157.500,00	1.462,53	0,00	0,00	0,00	0,00	161.298,86
352270	ITAPOLIS	2.343.213,61	156.423,79	764.728,30	1.064.318,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.328.684,20
352280	ITAPORANGA	792.328,25	196.239,23	157.500,00	77.330,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.223.397,95
352290	ITAPUI	603.502,12	0,00	157.500,00	23.166,78	0,00	0,00	0,00	0,00	784.168,90
352300	ITAPURA	26.776,02	0,00	0,00	60.545,38	0,00	0,00	0,00	0,00	87.321,40
352310	ITAQUAQUECETUBA	11.337.558,25	2.821.715,94	1.411.200,00	5.417.224,93	0,00	17.026.580,53	0,00	0,00	3.961.118,59
352320	ITARARE	2.652.656,30	159.488,92	1.684.953,26	841.773,56	0,00	0,00	0,00	0,00	5.338.872,04
352330	ITARIRI	224.033,09	0,00	270.528,00	70.197,81	0,00	0,00	0,00	0,00	564.758,90
352340	ITATIBA	5.475.290,28	282.660,88	1.433.406,88	4.156.964,30	0,00	0,00	0,00	0,00	11.348.322,34
352350	ITATINGA	497.836,21	418,58	0,00	69.363,53	0,00	0,00	0,00	0,00	567.618,32
352360	ITIRAPINA	569.483,33	290,12	263.025,00	30.257,23	0,00	0,00	0,00	0,00	863.055,68
352370	ITIRAPUA	23.411,40	0,00	0,00	843,05	0,00	0,00	0,00	0,00	24.254,45
352380	ITOBI	64.216,66	1.570,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.787,16
352390	ITU	13.067.175,16	1.787.374,94	6.390.717,60	3.641.345,81	0,00	21.653.935,18	0,00	0,00	3.232.678,33
352400	ITUPEVA	1.487.694,75	196.173,63	0,00	1.019.546,74	0,00	0,00	0,00	0,00	2.703.415,12
352410	ITUVERAVA	2.861.807,91	792.947,47	1.192.541,66	1.599.725,24	0,00	0,00	0,00	0,00	6.447.022,28
352420	JABORANDI	244.273,22	0,00	157.500,00	3.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405.455,22
352430	JABOTICABAL	2.982.062,30	873.413,77	1.015.353,86	430.962,99	0,00	0,00	0,00	0,00	5.301.792,92
352440	JACAREI	14.484.873,86	1.870.533,52	7.086.374,36	11.630.443,94	0,00	0,00	0,00	0,00	35.072.225,68
352450	JACI	3.793.598,76	291.963,92	2.001.547,08	145.017,13	0,00	6.228.457,54	0,00	0,00	3.669,35
352460	JACUPIRANGA	511.330,61	0,00	0,00	13.089,15	0,00	0,00	0,00	0,00	524.419,76
352470	JAGUARIUNA	2.391.907,91	40.774,67	99.000,00	2.400.647,65	0,00	0,00	0,00	0,00	4.932.330,23
352480	JALES	3.179.203,85	2.653.922,73	4.082.569,95	4.009.350,70	0,00	11.051.673,04	0,00	0,00	2.873.374,19
352490	JAMBEIRO	1.600,26	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.603,26
352500	JANDIRA	6.545.289,27	57.424,06	256.500,00	944.184,23	0,00	0,00	0,00	0,00	7.803.397,56
352510	JARDINOPOLIS	775.973,25	456,31	157.500,00	126.081,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060.011,41
352520	JARINU	331.089,65	0,00	0,00	11.437,98	0,00	0,00	0,00	0,00	342.527,63
352530	JAU	15.531.722,28	41.529.249,64	15.150.305,16	23.897.473,52	0,00	71.694.071,34	0,00	0,00	24.414.679,26
352540	JERIQUARA	12.430,77	0,00	0,00	2.626,01	0,00	0,00	0,00	0,00	15.056,78
352550	JOANOPOLIS	371.816,68	0,00	157.500,00	-22.947,02	0,00	0,00	0,00	0,00	506.369,66
352560	JOAO RAMALHO	16.659,85	0,00	0,00	3.072,99	0,00	0,00	0,00	0,00	19.732,84
352570	JOSE BONIFACIO	1.468.467,60	281.339,07	826.376,59	311.130,72	0,00	2.151.674,75	0,00	0,00	735.639,23
352580	JULIO MESQUITA	31.395,79	0,00	0,00	479,35	0,00	0,00	0,00	0,00	31.875,14
352585	JUMIRIM	3.231,72	0,00	0,00	10.570,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.802,20
352590	JUNDIAI	33.287.279,62	12.906.635,76	14.483.254,10	16.722.519,53	0,00	614.446,63	0,00	0,00	76.785.242,38
352600	JUNQUEIROPOLIS	839.025,42	316.716,12	524.276,76	621.931,11	0,00	523.299,36	0,00	0,00	1.778.650,05
352610	JUQUIA	925.441,03	2.050,66	0,00	182.862,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.354,35
352620	JUQUITIBA	651.898,70	0,00	516.000,00	394.336,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.562.235,54
352630	LAGOINHA	94.484,76	0,00	0,00	2.635,98	0,00	0,00	0,00	0,00	97.120,74
352640	LARANJAL PAULISTA	1.375.370,66	12.640,25	602.926,56	107.520,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.098.458,27
352650	LAVINIA	33.872,17	0,00	0,00	4.460,47	0,00	0,00	0,00	0,00	38.332,64
352660	LAVRINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352670	LEME	5.270.568,11	272.420,52	3.341.758,06	1.957.495,32	0,00	0,00	0,00	0,00	10.842.242,01
352680	LENCOIS PAULISTA	3.035.272,41	136.955,73	1.640.884,79	840.076,48	0,00	0,00	0,00	0,00	5.653.189,41
352690	LIMEIRA	26.469.958,11	6.441.447,63	14.133.057,36	11.469.408,86	0,00	892.523,67	0,00	0,00	57.621.348,29
352700	LINDOIA	278.837,29	1.573.654,78	184.800,00	962.369,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.999.661,96
352710	LINS	4.405.900,96	6.145.912,49	2.490.232,56	3.491.027,16	0,00	5.481.277,49	0,00	0,00	11.051.795,68
352720	LORENA	5.335.092,52	823.254,10	3.543.967,81	2.825.866,99	0,00	0,00	0,00	0,00	12.528.181,42
352725	LOURDES	12.521,27	1.357,13	0,00	75.380,12	0,00	0,00	0,00	0,00	89.258,52
352730	LOUVEIRA	1.321.848,46	318.541,04	0,00	76.556,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.716.946,42
352740	LUCELIA	945.257,78	49.265,94	549.922,96	103.997,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.648.444,53
352750	LUCIANOPOLIS	31.667,68	0,00	0,00	90.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.832,68
352760	LUIS ANTONIO	250.119,65	0,00	157.500,00	18.595,39	0,00	0,00	0,00	0,00	426.215,04
352770	LUIZIANIA	154.467,27	4.562,90	0,00	5.401,39	0,00	0,00	0,00	0,00	164.431,56
352780	LUPERCIO	105.760,89	117.529,85	0,00	-27.056,91	0,00	0,00	0,00	0,00	196.233,83
352790	LUTECIA	22.979,54	0,00	0,00	72.168,04	0,00	0,00	0,00	0,00	95.147,58
352800	MACATUBA	985.837,24	6.766,15	99.000,00	400.678,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.492.282,15
352810	MACAUBAL	229.525,21	0,00	0,00	116.315,80	0,00	0,00	0,00	0,00	345.841,01
352820	MACEDONIA	13.929,61	0,00	0,00	750,69	0,00	0,00	0,00	0,00	14.680,30
352830	MAGDA	10.394,64	0,00	0,00	42.738,49	0,00	0,00	0,00	0,00	53.133,13
352840	MAIRINQUE	893.315,97	120.322,95	289.500,00	82.548,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385.687,46
352850	MAIRIPORA	3.355.070,59	38.972,02	2.294.664,46	631.259,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.319.967,02
352860	MANDURI	9.792,03	6.341,17	0,00	1.226,87	0,00	0,00	0,00	0,00	17.360,07
352870	MARABA PAULISTA	112,95	0,00	0,00	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117,95
352880	MARACAI	743.950,22	12.833,67	0,00	582.854,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339.638,05
352885	MARAPOAMA	17.079,60	0,00	0,00	76.536,84	0,00	0,00	0,00	0,00	93.616,44
352890	MARIAPOLIS	25.036,32	13,18	0,00	205.641,82	0,00	0,00	0,00	0,00	230.691,32
352900	MARILIA	27.754.093,08	18.954.807,54	19.072.679,29	19.893.535,07	0,00	50.000.853,49	0,00	0,00	35.674.261,49
352910	MARINOPOLIS	13.536,98	0,00	0,00	1.398,12	0,00	0,00	0,00	0,00	14.935,10
352920	MARTINOPOLIS	1.379.727,62	325.908,34	691.160,98	1.273.825,95	0,00	695.581,32	0,00	0,00	2.975.041,57
352930	MATAO	4.240.617,96	468.435,17	4.177.702,62	2.880.925,57	0,00	9.901.057,07	0,00	0,00	1.866.624,25
352940	MAUA	18.539.293,25	936.346,41	3.035.285,32	53.313.523,57	0,00	127.323,68	0,00	0,00	75.697.124,87
352950	MENDONCA	12.619,23	0,00	263.025,00	13.229,55	0,00	0,00	0,00	0,00	288.873,78
352960	MERIDIANO	21.313,58	0,00	0,00	95.808,69	0,00	0,00	0,00	0,00	117.122,27
352965	MESOPOLIS	23.509,88	5,27	0,00	5.172,66	0,00	0,00	0,00	0,00	28.687,81
352970	MIGUELOPOLIS	881.325,63	0,00	0,00	151.927,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033.253,10
352980	MINEIROS DO TIETE	83.247,70	0,00	0,00	3.748,02	0,00	0,00	0,00	0,00	86.995,72
352990	MIRACATU	678.575,05	0,00	0,00	20.597,90	0,00	0,00	0,00	0,00	699.172,95
353000	MIRA ESTRELA	13.416,67	0,00	0,00	2.594,11	0,00	0,00	0,00	0,00	16.010,78
353010	MIRANDOPOLIS	1.506.246,98	573.490,40	0,00	193.332,00	0,00	2.055.559,21	0,00	0,00	217.510,17
353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	441.488,20	0,00	0,00	15.497,13	0,00	0,00	0,00	0,00	456.985,33
353030	MIRASSOL	1.245.950,67	144.811,52	1.419.212,22	510.430,09	0,00	0,00	0,00	0,00	3.320.404,50
353040	MIRASSOLANDIA	16.072,81	0,00	0,00	3.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.341,81
353050	MOCOCA	4.276.551,25	388.241,05	2.370.275,88	4.297.371,10	0,00	0,00	0,00	0,00	11.332.439,28
353060	MOGI DAS CRUZES	28.240.082,50	19.252.610,92	11.083.805,51	26.065.630,98	0,00	40.239.824,84	0,00	0,00	44.402.305,07
353070	MOJI-GUACU	9.517.573,95	2.090.997,79	5.960.787,58	7.948.007,89	0,00	380,40	0,00	0,00	25.516.986,81
353080	MOJI-MIRIM	7.113.996,79	323.735,46	5.033.026,51	6.313.977,40	0,00	2.276.396,75	0,00	0,00	16.508.339,41
353090	MOMBUCA	45.477,36	0,00	0,00	5.049,57	0,00	0,00	0,00	0,00	50.526,93
353100	MONCOES	17.725,58	0,00	0,00	7.270,98	0,00	0,00	0,00	0,00	24.996,56
353110	MONGAGUA	2.510.280,79	12.823,12	1.225.305,00	28.540,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.776.949,81
353120	MONTE ALEGRE DO SUL	44.187,08	0,00	0,00	1.953,84	0,00	0,00	0,00	0,00	46.140,92
353130	MONTE ALTO	3.025.929,29	185.601,51	1.591.863,21	1.706.685,89	0,00	0,00	0,00	0,00	6.510.079,90
353140	MONTE APRAZIVEL	1.099.448,53	355.973,85	976.368,63	121.591,52	0,00	2.228.405,72	0,00	0,00	324.976,81
353150	MONTE AZUL PAULISTA	1.254.140,75	0,00	310.304,05	78.842,82	0,00	0,00	0,00	0,00	1.643.287,62
353160	MONTE CASTELO	3.916,51	0,00	0,00	1.225,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,17
353170	MONTEIRO LOBATO	4.674,58	0,00	0,00	1.832,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,53
353180	MONTE MOR	2.207.648,24	5.309,82	118.800,00	497.651,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.829.409,37
353190	MORRO AGUDO	1.369.575,75	699,73	0,00	295.278,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.665.553,86
353200	MORUNGABA	734.934,62	0,00	0,00	36.269,35	0,00	0,00	0,00	0,00	771.203,97
353205	MOTUCA	39.370,86	2.827,60	0,00	49.384,73	0,00	0,00	0,00	0,00	91.583,19
353210	MURUTINGA DO SUL	178.175,46	204,06	0,00	-95.974,96	0,00	0,00	0,00	0,00	82.404,56
353215	NANTES	16.500,17	0,00	0,00	1.215,96	0,00	0,00	0,00	0,00	17.716,13
353220	NARANDIBA	17.893,21	0,00	0,00	3.928,92	0,00	0,00	0,00	0,00	21.822,13
353230	NATIVIDADE DA SERRA	41.998,70	0,00	0,00	15,15	0,00	0,00	0,00	0,00	42.013,85
353240	NAZARE PAULISTA	614.177,36	0,00	157.500,00	28.271,93	0,00	0,00	0,00	0,00	799.949,29

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

353250	NEVES PAULISTA	377.751,64	385,22	0,00	114.614,70	0,00	0,00	0,00	0,00	492.751,56
353260	NHANDEARA	736.667,73	668.927,09	971.987,68	175.408,04	0,00	2.262.362,78	0,00	0,00	290.627,76
353270	NIPOA	5.535,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.535,84
353280	NOVA ALIANCA	18.788,95	0,00	0,00	13.347,89	0,00	0,00	0,00	0,00	32.136,84
353282	NOVA CAMPINA	19.829,05	0,00	0,00	61.032,60	0,00	0,00	0,00	0,00	80.861,65
353284	NOVA CANAA PAULISTA	10.911,21	0,00	0,00	1.136,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.047,25
353286	NOVA CASTILHO	607,32	0,00	0,00	3.663,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4.270,98
353290	NOVA EUROPA	272.627,62	6.614,52	0,00	36.232,82	0,00	0,00	0,00	0,00	315.474,96
353300	NOVA GRANADA	1.320.095,92	1.540.110,49	815.755,19	301.712,77	0,00	3.597.677,00	0,00	0,00	379.997,37
353310	NOVA GUATAPORANGA	5.185,95	0,00	0,00	560,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.746,38
353320	NOVA INDEPENDENCIA	17.648,92	0,00	0,00	2.458,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.107,10
353325	NOVAIS	43.637,45	0,00	0,00	1.507,18	0,00	0,00	0,00	0,00	45.144,63
353330	NOVA LUZITANIA	3.774,32	0,00	0,00	8.585,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.360,26
353340	NOVA ODESSA	1.918.483,29	1.562,91	0,00	250.145,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.170.191,37
353350	NOVO HORIZONTE	2.368.602,08	2.568,97	1.132.064,54	368.663,44	0,00	2.930.640,51	0,00	0,00	941.258,52
353360	NUPORANGA	138.570,28	0,00	0,00	16.700,59	0,00	0,00	0,00	0,00	155.270,87
353370	OCAUCU	0,00	0,00	0,00	63.672,08	0,00	0,00	0,00	0,00	63.672,08
353380	OLEO	21.401,77	9.175,59	0,00	6.030,33	0,00	0,00	0,00	0,00	36.607,69
353390	OLIMPIA	2.619.829,23	682.880,90	1.649.642,60	4.037.983,84	0,00	0,00	0,00	0,00	8.990.336,57
353400	ONDA VERDE	38.410,58	0,00	0,00	5.221,58	0,00	0,00	0,00	0,00	43.632,16
353410	ORIENTE	45.445,81	0,00	0,00	51.734,02	0,00	0,00	0,00	0,00	97.179,83
353420	ORINDIUVA	72.259,70	0,00	0,00	92.060,46	0,00	0,00	0,00	0,00	164.320,16
353430	ORLANDIA	2.078.231,83	47.930,76	1.049.741,64	574.949,09	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750.853,32
353440	OSASCO	35.135.077,81	3.742.075,32	1.799.700,00	13.247.759,79	0,00	9.798.454,41	0,00	0,00	44.126.158,51
353450	OSCAR BRESSANE	13.808,40	0,00	0,00	101.100,03	0,00	0,00	0,00	0,00	114.908,43
353460	OSVALDO CRUZ	1.429.896,07	283.821,73	923.230,96	364.278,80	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001.227,56
353470	OURINHOS	10.068.408,23	2.641.893,37	7.688.214,30	10.141.647,64	0,00	0,00	0,00	0,00	30.540.163,54
353475	OUROESTE	280.738,87	0,00	0,00	72.374,65	0,00	0,00	0,00	0,00	353.113,52
353480	OURO VERDE	50.577,31	0,00	0,00	4.119,29	0,00	0,00	0,00	0,00	54.696,60
353490	PACAEMBU	555.376,46	12.147,80	0,00	120.559,04	0,00	0,00	0,00	0,00	688.083,30
353500	PALESTINA	47.391,13	0,00	157.500,00	12.622,33	0,00	0,00	0,00	0,00	217.513,46
353510	PALMARES PAULISTA	25.877,07	0,00	0,00	62.026,60	0,00	0,00	0,00	0,00	87.903,67
353520	PALMEIRA D'OESTE	489.699,56	229.600,66	157.500,00	42.425,98	0,00	0,00	0,00	0,00	919.226,20
353530	PALMITAL	1.349.347,95	168.688,88	775.687,31	221.048,43	0,00	0,00	0,00	0,00	2.514.772,57
353540	PANORAMA	510.277,03	74.795,27	0,00	19.651,81	0,00	0,00	0,00	0,00	604.724,11
353550	PARAGUACU PAULISTA	3.088.827,72	230.957,84	1.806.966,42	1.611.094,82	0,00	0,00	0,00	0,00	6.737.846,80
353560	PARAIBUNA	201.938,13	0,00	0,00	144.306,92	0,00	0,00	0,00	0,00	346.245,05
353570	PARAISO	60.550,50	0,00	0,00	93.426,52	0,00	0,00	0,00	0,00	153.977,02
353580	PARANAPANEMA	538.379,19	1.571,98	157.500,00	21.236,23	0,00	0,00	0,00	0,00	718.687,40
353590	PARANAPUA	3.267,00	0,00	0,00	465,99	0,00	0,00	0,00	0,00	3.732,99
353600	PARAPUA	469.069,74	224,03	0,00	102.863,99	0,00	0,00	0,00	0,00	572.157,76
353610	PARDINHO	102.086,62	0,00	263.025,00	1.854,45	0,00	0,00	0,00	0,00	366.966,07
353620	PARIQUERA-ACU	2.006.172,42	6.536.112,64	0,00	4.105.169,09	0,00	12.443.631,45	0,00	0,00	203.822,70
353625	PARISI	7.778,24	0,00	0,00	8.982,78	0,00	0,00	0,00	0,00	16.761,02
353630	PATROCINIO PAULISTA	686.680,00	124.615,51	157.500,00	59.271,61	0,00	739.145,03	0,00	0,00	288.922,09
353640	PAULICEIA	83,20	0,00	0,00	1.802,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.885,33
353650	PAULINIA	4.938.171,70	382.701,27	0,00	1.755.737,91	0,00	0,00	0,00	0,00	7.076.610,88
353657	PAULISTANIA	2.764,44	0,00	0,00	36.437,07	0,00	0,00	0,00	0,00	39.201,51
353660	PAULO DE FARIA	274.218,12	15.933,57	263.025,00	12.779,10	0,00	274.809,64	0,00	0,00	291.146,15
353670	PEDERNEIRAS	1.993.893,27	14.469,92	1.422.522,15	1.229.262,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.660.147,96
353680	PEDRA BELA	3.418,32	0,00	157.500,00	5.057,76	0,00	0,00	0,00	0,00	165.976,08
353690	PEDRANOPOLIS	6.307,73	0,00	0,00	1.426,46	0,00	0,00	0,00	0,00	7.734,19
353700	PEDREGULHO	783.553,49	168.977,88	569.033,75	1.725.390,93	0,00	2.937.858,52	0,00	0,00	309.097,53
353710	PEDREIRA	1.849.202,02	575.469,57	0,00	-477.596,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.074,85
353715	PEDRINHAS PAULISTA	77.091,14	390,95	0,00	66.419,21	0,00	0,00	0,00	0,00	143.901,30
353720	PEDRO DE TOLEDO	207.346,44	0,00	270.528,00	68.232,35	0,00	0,00	0,00	0,00	546.106,79
353730	PENAPOLIS	4.620.719,94	2.184.577,75	1.728.586,93	1.713.215,10	0,00	0,00	0,00	0,00	10.247.099,72
353740	PEREIRA BARRETO	1.320.602,96	61.819,72	720.078,55	245.702,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.348.203,38
353750	PEREIRAS	40.274,89	0,00	0,00	92.453,31	0,00	0,00	0,00	0,00	132.728,20
353760	PERUIBE	4.081.094,55	25.129,89	1.511.757,00	2.221.391,74	0,00	0,00	0,00	0,00	7.839.373,18
353770	PIACATU	25.334,63	0,00	0,00	2.451,03	0,00	0,00	0,00	0,00	27.785,66
353780	PIEDADE	5.002.586,08	2.571.126,07	891.524,00	1.118.779,91	0,00	6.601.162,49	0,00	0,00	2.982.853,57
353790	PILAR DO SUL	1.174.864,93	3.959,54	864.387,89	357.288,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.500,54
353800	PINDAMONHANGABA	8.999.053,84	807.563,77	158.400,00	4.501.962,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.466.980,06
353810	PINDORAMA	202.612,75	0,00	0,00	222.514,47	0,00	0,00	0,00	0,00	425.127,22
353820	PINHALZINHO	152.908,96	0,00	0,00	5.828,82	0,00	0,00	0,00	0,00	158.737,78
353830	PIQUEROBI	9,51	0,00	0,00	630,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639,51
353850	PIQUETE	347.771,39	0,00	263.025,00	13.093,66	0,00	0,00	0,00	0,00	623.890,05
353860	PIRACAIA	1.201.839,66	0,00	157.500,00	56.740,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.416.080,00
353870	PIRACICABA	33.151.995,00	9.198.312,27	14.824.052,35	18.048.390,18	0,00	0,00	0,00	0,00	75.222.749,80
353880	PIRAJU	1.627.259,24	450.560,16	1.219.156,30	243.483,93	0,00	0,00	0,00	0,00	3.540.459,63
353890	PIRAJUI	1.954.442,32	128.734,93	795.652,62	95.109,48	0,00	2.114.079,21	0,00	0,00	859.860,14
353900	PIRANGI	322.300,33	42.550,90	99.000,00	198.258,90	0,00	0,00	0,00	0,00	662.110,13
353910	PIRAPORA DO BOM JESUS	894.203,12	0,00	157.500,00	20.274,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071.978,00
353920	PIRAPOZINHO	464.823,24	831.872,29	0,00	688.777,26	0,00	996.114,27	0,00	0,00	989.358,52
353930	PIRASSUNUNGA	2.950.923,64	25.326,44	1.351.985,04	2.895.538,90	0,00	0,00	0,00	0,00	7.223.774,02
353940	PIRATININGA	261.564,74	5.906,61	0,00	15.679,49	0,00	0,00	0,00	0,00	283.150,84
353950	PITANGUEIRAS	1.419.453,25	303,81	157.500,00	323.247,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900.504,26
353960	PLANALTO	20.103,43	0,00	263.025,00	90.300,66	0,00	0,00	0,00	0,00	373.429,09
353970	PLATINA	20.813,20	0,00	0,00	61.683,60	0,00	0,00	0,00	0,00	82.496,80
353980	POA	3.394.062,93	0,00	158.400,00	429.139,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.981.602,83
353990	POLONI	47.148,84	0,00	0,00	1.498,45	0,00	0,00	0,00	0,00	48.647,29
354000	POMPEIA	1.017.736,42	165.485,32	118.800,00	954.877,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.256.899,56
354010	PONGAI	0,00	0,00	0,00	1.805,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.805,55
354020	PONTAL	1.717.946,23	0,00	157.500,00	128.679,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.004.125,94
354025	PONTALINDA	14.354,93	0,00	0,00	92.389,78	0,00	0,00	0,00	0,00	106.744,71
354030	PONTES GESTAL	65.018,69	0,00	0,00	9.515,81	0,00	0,00	0,00	0,00	74.534,50
354040	POPULINA	297.384,59	34.382,07	0,00	114.660,99	0,00	335.107,25	0,00	0,00	111.320,40
354050	PORANGABA	11.892,95	0,00	0,00	91.178,52	0,00	0,00	0,00	0,00	103.071,47
354060	PORTO FELIZ	2.846.844,58	285.122,97	1.378.634,18	310.263,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4.820.865,39
354070	PORTO FERREIRA	2.072.707,38	2.698,89	981.053,64	495.675,84	0,00	331.093,48	0,00	0,00	3.221.042,27
354075	POTIM	112.661,23	4.817,57	157.500,00	371.556,24	0,00	0,00	0,00	0,00	646.535,04
354080	POTIRENDABA	508.629,04	1.557,92	0,00	124.534,90	0,00	0,00	0,00	0,00	634.721,86
354085	PRACINHA	961,76	0,00	0,00	2.272,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.234,65
354090	PRADOPOLIS	485.276,80	0,00	157.500,00	611,44	0,00	0,00	0,00	0,00	643.388,24
354100	PRAIA GRANDE	22.544.194,54	510.047,63	1.792.764,00	11.434.722,16	0,00	64,91	0,00	0,00	36.281.663,42
354105	PRATANIA	15.274,20	0,00	0,00	32,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.306,65
354110	PRESIDENTE ALVES	16.420,32	0,00	0,00	502,94	0,00	0,00	0,00	0,00	16.923,26
354120	PRESIDENTE BERNARDES	796.905,95	224.964,28	427.943,04	94.665,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.544.478,71
354130	PRESIDENTE EPITACIO	2.591.596,60	222.285,94	1.326.629,19	159.375,74	0,00	4.190.118,23	0,00	0,00	109.769,24
354140	PRESIDENTE PRUDENTE	25.562.403,93	19.631.200,11	5.803.427,16	17.030.735,05	0,00	63.743.320,62	0,00	0,00	4.284.445,63
354150	PRESIDENTE VENCESLAU	2.104.477,23	705.560,99	1.260.195,55	1.263.811,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.334.045,27
354160	PROMISSAO	1.738.891,54	705.240,94	0,00	1.561.822,72	0,00	3.414.096,74	0,00	0,00	591.858,46
354165	QUADRA	1.786,64	0,00	263.025,00	1.014,30	0,00	0,00	0,00	0,00	265.825,94
354170	QUATA	152.270,13	0,00	0,00	5.726,81	0,00	0,00	0,00	0,00	157.996,94
354180	QUEIROZ	3.506,95	0,00	0,00	40,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.547,30
354190	QUELUZ	917.217,54	56.822,01	381.825,00	33.680,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.545,27
354200	QUINTANA	24.790,40	0,00	138.600,00	97.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	260.768,50

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

354210	RAFARD	149.790,17	0,00	0,00	10.355,25	0,00	0,00	0,00	0,00	160.145,42
354220	RANCHARIA	2.144.905,91	1.202.828,34	1.775.437,68	1.156.297,13	0,00	5.026.511,77	0,00	0,00	1.252.957,29
354230	REDENCAO DA SERRA	18.583,32	0,00	0,00	1.479,30	0,00	0,00	0,00	0,00	20.062,62
354240	REGENTE FEIJO	697.366,16	194.033,53	0,00	124.356,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015.755,86
354250	REGINOPOLIS	14.363,14	0,00	0,00	91.656,17	0,00	0,00	0,00	0,00	106.019,31
354260	REGISTRO	2.311.101,23	3.232.293,74	2.062.505,05	3.923.359,65	0,00	9.673.703,89	0,00	0,00	1.855.555,78
354270	RESTINGA	29.261,74	0,00	0,00	3.159,50	0,00	0,00	0,00	0,00	32.421,24
354280	RIBEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
354290	RIBEIRAO BONITO	344.234,07	110.179,16	0,00	21.922,14	0,00	0,00	0,00	0,00	476.335,37
354300	RIBEIRAO BRANCO	932.027,77	38,39	0,00	-80.639,29	0,00	0,00	0,00	0,00	851.426,87
354310	RIBEIRAO CORRENTE	45.641,08	0,00	0,00	134.687,13	0,00	0,00	0,00	0,00	180.328,21
354320	RIBEIRAO DO SUL	26.012,16	1.141,15	0,00	92.711,10	0,00	0,00	0,00	0,00	119.864,41
354323	RIBEIRAO DOS INDIOS	150,40	0,00	0,00	1.285,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.436,32
354325	RIBEIRAO GRANDE	0,00	0,00	0,00	14.764,34	0,00	0,00	0,00	0,00	14.764,34
354330	RIBEIRAO PIRES	4.962.316,84	248.394,91	184.800,00	14.726.146,25	0,00	0,00	0,00	0,00	20.121.658,00
354340	RIBEIRAO PRETO	65.270.378,64	51.665.013,01	25.824.227,41	71.618.719,70	0,00	135.731.783,58	0,00	0,00	78.646.555,18
354350	RIVERSUL	47.558,60	0,00	0,00	1.406,15	0,00	0,00	0,00	0,00	48.964,75
354360	RIFAINA	62.837,00	0,00	132.000,00	91.028,71	0,00	0,00	0,00	0,00	285.865,71
354370	RINCAO	90.111,04	5.313,40	0,00	544,80	0,00	0,00	0,00	0,00	95.969,24
354380	RINOPOLIS	530.897,71	18.925,82	0,00	126.994,60	0,00	0,00	0,00	0,00	676.818,13
354390	RIO CLARO	9.362.792,98	4.034.139,28	6.341.433,06	11.717.023,38	0,00	3.231.138,35	0,00	0,00	28.224.250,35
354400	RIO DAS PEDRAS	960.212,21	54.907,53	424.320,01	454.414,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.893.854,08
354410	RIO GRANDE DA SERRA	417.009,74	0,00	0,00	269.165,93	0,00	0,00	0,00	0,00	686.175,67
354420	RIOLANDIA	360.829,02	3.299,46	99.000,00	25.802,40	0,00	0,00	0,00	0,00	488.930,88
354425	ROSANA	1.427.905,05	553.745,89	0,00	184.646,85	0,00	1.537.686,89	0,00	0,00	628.610,90
354430	ROSEIRA	57.585,31	1.001,83	0,00	6.398,22	0,00	0,00	0,00	0,00	64.985,36
354440	RUBIACEA	413,64	0,00	0,00	72.015,60	0,00	0,00	0,00	0,00	72.429,24
354450	RUBINEIA	43.424,00	0,00	0,00	61.054,66	0,00	0,00	0,00	0,00	104.478,66
354460	SABINO	676,40	0,00	0,00	1.826,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503,11
354470	SAGRES	406,40	0,00	0,00	74.493,59	0,00	0,00	0,00	0,00	74.899,99
354480	SALES	53.769,80	0,00	0,00	54.717,18	0,00	0,00	0,00	0,00	108.486,98
354490	SALES OLIVEIRA	366.157,84	0,00	0,00	81.854,77	0,00	0,00	0,00	0,00	448.012,61
354500	SALESOPOLIS	1.258.369,39	2.569,43	258.000,00	41.132,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.560.071,41
354510	SALMOURAO	23.113,90	0,00	0,00	2.476,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.590,25
354515	SALTINHO	88.333,39	114,49	0,00	19.514,64	0,00	0,00	0,00	0,00	107.962,52
354520	SALTO	5.802.576,83	62.580,43	0,00	1.144.167,02	0,00	0,00	0,00	0,00	7.009.324,28
354530	SALTO DE PIRAPORA	6.122.880,69	6.379.150,48	555.517,45	2.066.355,57	0,00	12.105.423,46	0,00	0,00	3.018.480,73
354540	SALTO GRANDE	507.641,43	472.829,67	0,00	306.933,06	0,00	1.141.490,96	0,00	0,00	145.913,20
354550	SANDOVALINA	7.161,96	0,00	0,00	24.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	31.484,16
354560	SANTA ADELIA	406.866,00	7.081,69	0,00	134.917,66	0,00	0,00	0,00	0,00	548.865,35
354570	SANTA ALBERTINA	54.229,73	413,57	157.500,00	23.696,72	0,00	20.740,92	0,00	0,00	215.099,10
354580	SANTA BARBARA D'OESTE	6.981.529,10	243.394,79	3.411.272,69	6.965.444,21	0,00	118.751,45	0,00	0,00	17.482.889,34
354600	SANTA BRANCA	457.333,34	7.347,64	0,00	-286.839,28	0,00	0,00	0,00	0,00	177.841,70
354610	SANTA CLARA D'OESTE	9.211,44	0,00	0,00	1.992,38	0,00	0,00	0,00	0,00	11.203,82
354620	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	30.130,10	985,13	0,00	274,11	0,00	0,00	0,00	0,00	31.389,34
354625	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	19.114,18	0,00	157.500,00	3.790,33	0,00	0,00	0,00	0,00	180.404,51
354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	1.255.887,59	16.934,81	1.454.881,99	266.380,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.994.085,19
354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	2.898.608,01	290.454,67	2.559.172,01	5.156.526,32	0,00	0,00	0,00	0,00	10.904.761,01
354650	SANTA ERNESTINA	81.206,88	0,00	0,00	60.979,20	0,00	0,00	0,00	0,00	142.186,08
354660	SANTA FE DO SUL	2.013.103,96	1.050.362,51	1.129.633,31	2.104.592,38	0,00	355.016,66	0,00	0,00	5.942.675,50
354670	SANTA GERTRUDES	287.889,18	8.519,58	362.025,00	358.803,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.237,75
354680	SANTA ISABEL	3.876.156,95	794.227,44	2.420.586,60	2.342.842,33	0,00	0,00	0,00	0,00	9.433.813,32
354690	SANTA LUCIA	90.400,65	4.200,45	0,00	45.617,44	0,00	0,00	0,00	0,00	140.218,54
354700	SANTA MARIA DA SERRA	156.405,37	0,00	0,00	1.692,52	0,00	0,00	0,00	0,00	158.097,89
354710	SANTA MERCEDES	2.360,76	0,00	0,00	41,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2.401,89
354720	SANTANA DA PONTE PENSA	14.999,76	0,00	0,00	2.098,53	0,00	0,00	0,00	0,00	17.098,29
354730	SANTANA DE PARNAIBA	3.198.542,13	24.536,78	99.000,00	2.208.004,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.530.083,22
354740	SANTA RITA D'OESTE	12.092,43	0,00	0,00	2.148,44	0,00	0,00	0,00	0,00	14.240,87
354750	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	4.882.972,34	103.852,08	711.816,54	1.292.301,77	0,00	4.918.351,02	0,00	0,00	2.072.591,71
354760	SANTA ROSA DE VITERBO	667.917,77	357,08	157.500,00	40.659,04	0,00	0,00	0,00	0,00	866.433,89
354765	SANTA SALETE	20.550,55	0,00	0,00	3.296,84	0,00	0,00	0,00	0,00	23.847,39
354770	SANTO ANASTACIO	1.289.582,14	93.264,38	674.834,20	94.869,71	0,00	682.003,17	0,00	0,00	1.470.547,26
354780	SANTO ANDRE	40.042.934,26	12.317.129,84	7.006.474,83	44.238.113,44	0,00	28.704.297,34	0,00	0,00	74.900.355,03
354790	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	199.839,45	0,00	157.500,00	11.209,03	0,00	0,00	0,00	0,00	368.548,48
354800	SANTO ANTONIO DE POSSE	524.285,55	0,00	0,00	363.836,47	0,00	0,00	0,00	0,00	888.122,02
354805	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	2.728,30	0,00	0,00	3.178,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.906,67
354810	SANTO ANTONIO DO JARDIM	91.194,17	8.624,54	0,00	11.263,93	0,00	0,00	0,00	0,00	111.082,64
354820	SANTO ANTONIO DO PINHAL	17.812,20	0,00	0,00	120.099,30	0,00	0,00	0,00	0,00	137.911,50
354830	SANTO EXPEDITO	0,00	0,00	0,00	8.898,39	0,00	0,00	0,00	0,00	8.898,39
354840	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	6.103,21	0,00	0,00	2.409,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.512,75
354850	SANTOS	49.477.295,80	21.329.251,80	23.265.012,28	40.258.220,26	0,00	22.230.560,27	0,00	0,00	112.099.219,87
354860	SAO BENTO DO SAPUCAI	516.623,18	234.760,62	482.447,34	161.237,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.395.068,38
354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	37.661.455,39	2.942.808,24	17.610.472,73	176.220.414,21	0,00	0,00	0,00	0,00	234.435.150,57
354880	SAO CAETANO DO SUL	12.260.447,42	1.628.206,06	1.515.000,00	11.197.561,17	0,00	152.245,94	0,00	0,00	26.448.968,71
354890	SAO CARLOS	20.951.525,26	5.084.578,80	7.883.169,60	16.222.028,06	0,00	0,00	0,00	0,00	50.141.301,72
354900	SAO FRANCISCO	10.028,61	0,00	0,00	1.538,62	0,00	0,00	0,00	0,00	11.567,23
354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	5.337.503,39	1.783.377,45	5.121.000,90	6.604.395,99	0,00	1.092.460,18	0,00	0,00	17.753.817,55
354920	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	10.364,07	0,00	0,00	1.428,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11.792,77
354925	SAO JOAO DE IRACEMA	9.816,05	0,00	0,00	44.463,65	0,00	0,00	0,00	0,00	54.279,70
354930	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	9.313,54	0,00	0,00	1.423,33	0,00	0,00	0,00	0,00	10.736,87
354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2.738.810,29	510.498,82	1.624.532,19	1.316.936,02	0,00	5.653.207,93	0,00	0,00	537.569,39
354950	SAO JOSE DA BELA VISTA	112.890,23	0,00	0,00	163.881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	276.772,17
354960	SAO JOSE DO BARREIRO	314.567,33	0,00	0,00	96.486,31	0,00	0,00	0,00	0,00	411.053,64
354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	3.429.405,25	729.662,40	2.481.755,46	1.744.892,41	0,00	0,00	0,00	0,00	8.385.715,52
354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	54.798.587,47	53.216.797,05	51.948.924,13	47.635.626,44	0,00	127.290.179,26	0,00	0,00	80.309.755,83
354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	55.938.716,14	7.255.001,80	5.740.606,87	24.157.391,57	0,00	8.860.580,15	0,00	0,00	84.231.136,23
354995	SAO LOURENCO DA SERRA	190.609,70	0,00	258.000,00	18.940,53	0,00	0,00	0,00	0,00	467.550,23
355000	SAO LUIS DO PARAITINGA	579.433,14	37.128,76	0,00	19.842,93	0,00	0,00	0,00	0,00	636.404,83
355010	SAO MANUEL	2.180.904,17	589.034,94	862.127,86	340.039,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.972.106,65
355020	SAO MIGUEL ARCANJO	393.128,38	165,66	0,00	814.398,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.207.692,16
355030	SAO PAULO	1.114.381.118,09	247.700.629,07	258.077.010,18	1.009.324.535,83	0,00	1.692.875.706,93	0,00	0,00	936.607.586,24
355040	SAO PEDRO	1.242.541,21	28.245,17	436.586,77	231.746,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.939.119,60
355050	SAO PEDRO DO TURVO	98.176,07	650,65	0,00	97.292,54	0,00	0,00	0,00	0,00	196.119,26
355060	SAO ROQUE	3.394.567,33	947.667,26	1.696.048,48	1.176.092,89	0,00	0,00	0,00	0,00	7.214.375,96
355070	SAO SEBASTIAO	4.639.081,26	405.086,90	3.230.169,52	1.167.697,19	0,00	41.687,83	0,00	0,00	9.400.347,04
355080	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	938.744,83	3.299,51	407.496,90	185.837,18	0,00	0,00	0,00	0,00	1.535.378,42
355090	SAO SIMAO	752.931,82	3.333,59	425.060,16	139.147,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.320.472,89
355100	SAO VICENTE	17.939.313,95	19.947,58	1.689.300,00	7.007.491,43	0,00	0,00	0,00	0,00	26.656.052,96
355110	SARAPUI	7.495,44	0,00	263.025,00	64.120,09	0,00	0,00	0,00	0,00	334.640,53
355120	SARUTAIA	20.253,84	0,00	0,00	2.800,56	0,00	0,00	0,00	0,00	23.054,40
355130	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	11.621,76	0,00	0,00	13.650,77	0,00	0,00	0,00	0,00	25.272,53
355140	SERRA AZUL	266.595,30	0,00	157.500,00	51.790,67	0,00	0,00	0,00	0,00	475.885,97
355150	SERRANA	1.611.060,48	93.267,65	256.500,00	1.623.806,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.584.634,97
355160	SERRA NEGRA	1.276.273,49	54.436,75	0,00	487.323,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.818.034,14
355170	SERTAOZINHO	5.517.502,45	855.878,27	4.681.949,52	3.067.498,93	0,00	0,00	0,00	0,00	14.122.829,17
355180	SETE BARRAS	204.498,07	0,00	0,00	7.097,97	0,00	0,00	0,00	0,00	211.596,04
355190	SEVERINIA	273.196,05	1.671,78	0,00	8.243,76	0,00	0,00	0,00	0,00	283.111,59

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

355200	SILVEIRAS	92.327,81	189,25	0,00	4.165,66	0,00	0,00	0,00	0,00	96.682,72
355210	SOCORRO	1.852.038,59	60.526,22	804.200,24	433.616,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.150.381,30
355220	SOROCABA	57.128.439,12	41.259.394,11	16.977.418,60	25.443.597,75	0,00	46.734.826,66	0,00	0,00	94.074.022,92
355230	SUD MENNUCCI	378.338,58	0,00	0,00	273.077,12	0,00	0,00	0,00	0,00	651.415,70
355240	SUMARE	13.030.802,00	7.803.472,93	1.160.750,84	6.388.986,18	0,00	22.969.832,36	0,00	0,00	5.414.179,59
355250	SUZANO	11.130.126,95	481.657,40	6.778.739,26	8.356.587,46	0,00	144.180,57	0,00	0,00	26.602.930,50
355255	SUZANAPOLIS	22.422,36	0,00	0,00	94.533,17	0,00	0,00	0,00	0,00	116.955,53
355260	TABAPUA	279.064,19	46.543,55	118.800,00	119.995,19	0,00	317.267,82	0,00	0,00	247.135,11
355270	TABATINGA	586.760,97	0,00	0,00	112.935,93	0,00	0,00	0,00	0,00	699.696,90
355280	TABOAO DA SERRA	16.458.066,26	10.498.666,38	1.373.400,00	10.728.653,90	0,00	24.698.306,81	0,00	0,00	14.360.479,73
355290	TACIBA	24.962,03	0,00	0,00	94.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	119.723,91
355300	TAGUAI	552.449,82	0,00	505.354,98	39.773,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.097.577,82
355310	TAIACU	99.091,94	0,00	0,00	94.911,39	0,00	0,00	0,00	0,00	194.003,33
355320	TAIUVA	117.314,01	0,00	0,00	1.072,97	0,00	0,00	0,00	0,00	118.386,98
355330	TAMBAU	869.758,11	575,37	508.485,09	93.094,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.471.913,22
355340	TANABI	921.198,33	1.075,95	828.000,90	92.855,70	0,00	1.443.407,32	0,00	0,00	399.723,56
355350	TAPIRAI	32.872,87	0,00	0,00	4.823,49	0,00	0,00	0,00	0,00	37.696,36
355360	TAPIRATIBA	703.574,19	3.343,72	0,00	50.895,69	0,00	0,00	0,00	0,00	757.813,60
355365	TAQUARAL	26.788,60	0,00	0,00	2.610,48	0,00	0,00	0,00	0,00	29.399,08
355370	TAQUARITINGA	3.551.752,06	644.253,30	2.134.568,96	3.970.577,98	0,00	0,00	0,00	0,00	10.301.152,30
355380	TAQUARITUBA	1.144.934,85	102.763,50	657.583,35	85.577,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.990.859,00
355385	TAQUARIVAI	4.361,16	0,00	0,00	91.616,14	0,00	0,00	0,00	0,00	95.977,30
355390	TARABAI	28.621,11	0,00	0,00	4.115,49	0,00	0,00	0,00	0,00	32.736,60
355395	TARUMA	288.899,46	484,80	0,00	520.429,42	0,00	0,00	0,00	0,00	809.813,68
355400	TATUI	6.525.964,85	545.108,93	3.648.955,93	1.192.757,61	0,00	0,00	0,00	0,00	11.912.787,32
355410	TAUBATE	23.200.639,52	17.630.652,89	1.665.738,96	17.311.051,72	0,00	53.056.263,21	0,00	0,00	6.751.819,88
355420	TEJUPA	8.893,80	0,00	0,00	2.045,38	0,00	0,00	0,00	0,00	10.939,18
355430	TEODORO SAMPAIO	1.969.487,84	172.353,16	625.955,43	85.388,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.853.184,59
355440	TERRA ROXA	266.650,81	0,00	0,00	57.791,23	0,00	0,00	0,00	0,00	324.442,04
355450	TIETE	1.964.761,29	98.375,72	917.940,77	205.848,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3.186.926,42
355460	TIMBURI	600,00	0,00	0,00	40.221,54	0,00	0,00	0,00	0,00	40.821,54
355465	TORRE DE PEDRA	847,41	0,00	0,00	115,70	0,00	0,00	0,00	0,00	963,11
355470	TORRINHA	210.722,21	92,99	0,00	4.187,93	0,00	0,00	0,00	0,00	215.003,13
355475	TRABIJU	5.277,06	0,00	0,00	38.795,95	0,00	0,00	0,00	0,00	44.073,01
355480	TREMEMBE	1.184.260,48	163.085,46	74.078,35	91.391,94	0,00	394.452,03	0,00	0,00	1.118.364,20
355490	TRES FRONTEIRAS	21.050,84	0,00	0,00	1.273,45	0,00	0,00	0,00	0,00	22.324,29
355495	TUIUTI	0,00	0,00	157.500,00	459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.959,00
355500	TUPA	10.276.737,71	8.997.708,35	7.110.923,39	4.590.787,63	0,00	28.258.040,74	0,00	0,00	2.718.116,34
355510	TUPI PAULISTA	630.984,26	400.839,72	561.785,28	177.387,16	0,00	571.223,38	0,00	0,00	1.199.773,04
355520	TURIUBA	4.375,80	0,00	0,00	226,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.602,42
355530	TURMALINA	7.528,90	0,00	0,00	804,26	0,00	0,00	0,00	0,00	8.333,16
355535	UBARANA	43.693,13	0,00	0,00	64.681,48	0,00	0,00	0,00	0,00	108.374,61
355540	UBATUBA	3.842.463,28	107.513,18	2.763.457,90	853.552,05	0,00	0,00	0,00	0,00	7.566.986,41
355550	UBIRAJARA	11.023,90	0,00	0,00	39.932,47	0,00	0,00	0,00	0,00	50.956,37
355560	UCHOA	217.101,64	0,00	0,00	92.295,33	0,00	0,00	0,00	0,00	309.396,97
355570	UNIAO PAULISTA	13.593,48	0,00	0,00	91.748,26	0,00	0,00	0,00	0,00	105.341,74
355580	URANIA	402.570,42	11.283,99	296.100,00	-78.026,59	0,00	0,00	0,00	0,00	631.927,82
355590	URU	4.085,26	0,00	0,00	23.466,59	0,00	0,00	0,00	0,00	27.551,85
355600	URUPES	584.215,92	112.469,62	0,00	121.245,61	0,00	576.246,72	0,00	0,00	241.684,43
355610	VALENTIM GENTIL	298.308,55	0,00	0,00	30.861,27	0,00	0,00	0,00	0,00	329.169,82
355620	VALINHOS	3.949.624,60	28.331,40	1.501.687,42	1.574.277,32	0,00	0,00	0,00	0,00	7.053.920,74
355630	VALPARAISO	699.185,81	18.330,03	118.800,00	366.153,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.202.469,77
355635	VARGEM	12.069,29	0,00	157.500,00	313,74	0,00	0,00	0,00	0,00	169.883,03
355640	VARGEM GRANDE DO SUL	1.865.067,45	24.302,42	888.831,49	207.162,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.985.364,15
355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	1.117.196,03	0,00	157.500,00	345.081,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.619.777,86
355650	VARZEA PAULISTA	3.579.348,81	9.492,63	184.800,00	2.242.797,50	0,00	0,00	0,00	0,00	6.016.438,94
355660	VERA CRUZ	26.337,50	0,00	0,00	62.560,74	0,00	0,00	0,00	0,00	88.898,24
355670	VINHEDO	3.356.522,86	99.784,26	1.014.230,28	2.077.653,54	0,00	0,00	0,00	0,00	6.548.190,94
355680	VIRADOURO	735.686,69	404,30	158.400,00	100.176,07	0,00	0,00	0,00	0,00	994.667,06
355690	VISTA ALEGRE DO ALTO	196.804,95	0,00	0,00	50.803,87	0,00	0,00	0,00	0,00	247.608,82
355695	VITORIA BRASIL	4.385,66	0,00	0,00	1.633,84	0,00	0,00	0,00	0,00	6.019,50
355700	VOTORANTIM	5.272.948,93	177.508,37	315.900,00	984.384,54	0,00	0,00	0,00	0,00	6.750.741,84
355710	VOTUPORANGA	6.777.320,24	4.113.117,37	6.799.348,14	5.789.659,66	0,00	17.738.859,63	0,00	0,00	5.740.585,78
355715	ZACARIAS	10.271,16	0,00	0,00	91.134,63	0,00	0,00	0,00	0,00	101.405,79
355720	CHAVANTES	720.374,88	347.061,51	0,00	136.646,66	0,00	1.071.082,57	0,00	0,00	133.000,48
355730	ESTIVA GERBI	90.031,17	0,00	519.180,00	14.943,80	0,00	0,00	0,00	0,00	624.154,97
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										4.270.676.246,37

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 658/SAS/MS, de 31 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 147, de 4 de agosto de 2014, Seção 1, pág. 82,
Onde se lê:
Art. 1º Fica habilitado, no âmbito da Rede Cegonha, o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
6854729	Hospital Municipal Ruth Cardoso - Prefeitura Municipal de Balneario Camboriu - Balneario Camboriu/SC	
28.10		06

Leia-se:
Art. 1º Fica habilitado, no âmbito da Rede Cegonha, o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
6854729	Hospital Municipal Ruth Cardoso - Prefeitura Municipal de Balneario Camboriu - Balneario Camboriu/SC	
26.10		06

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 308, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 63, de 12 de dezembro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 63, de 12 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEIDER AURÉLIO PINTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.222237/2013-01	IDELMA FROMETA IBANEZ	2500109	PB	TRIUNFO

PORTARIA Nº 309, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 63, de 21 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 63, de 21 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.046351/2014-00	PEDRO RICARDO SANCHEZ GONZALEZ	3100531	MG	SANTA MARIA DO SALTO

PORTARIA Nº 310, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 103, de 29 de abril de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 103, de 29 de abril de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.069224/2014-71	YANIUSKA POMPA ROSABAL	3501793	SP	ILHA BELA

IMPRENSA NACIONAL



Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Dá nova redação à Instrução Normativa nº 44, de 20 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, e outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e

considerando as solicitações de remanejamentos de recursos orçamentários alocados para o exercício de 2014, apresentadas pelo Agente Operador, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Instrução Normativa nº 44, de 20 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2014, publicada no Diário Oficial da União, em 23 de dezembro de 2013, Seção 1, página 152, passa a vigorar com a seguinte redação:"

"Art. 2º Os recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados às demais operações habitacionais, na forma definida pelo art. 13, § 2º, da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, se encontram assim distribuídos:

I - R$ 1.750.000.000,00 (um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de reais) para aquisição de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, nas condições dispostas na Instrução Normativa nº 7, de 28 de fevereiro de 2012, do Ministério das Cidades; e

II - R$ 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais) para execução do Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - PRÓ-COTISTA, nas condições dispostas na Instrução Normativa nº 37, de 23 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades.

Parágrafo único. (...)"

Art. 2º Fica o Agente Operador autorizado a alocar, por região geográfica do território nacional, os recursos do orçamento do exercício de 2014, destinados ao Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - PRÓ-COTISTA, de acordo com a demanda apresentada pelos Agentes Financeiros.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 376, DE 25 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 96, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.064447/2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a Rádio Nova Cultura Ltda - EPP, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Jales, estado de São Paulo, a realizar a transferência indireta da outorga, nos termos da Alteração Contratual nº IV, realizada em 27 de novembro de 2009, passando seu quadro societário e diretivo a ser o seguinte:

NOME	COTAS	VALOR (R$)
Donizeti Aparecido dos Santos	7.500	7.500,00
Claudemiro do Nascimento	7.500	7.500,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
Donizeti Aparecido dos Santos	Gerente

Art. 2º Determinar, nos termos do artigo 97 do citado Regulamento, que a interessada comprove ao Ministério das Comunicações, no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação desta Portaria, os respectivos termos de transferência de ações, sob pena de nenhum outro pedido de transferência ser considerado por esta Pasta.

Art. 3º A autorização ora deferida tem prazo de validade de sessenta dias, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º Determinar que após a aprovação dos atos decorrentes da presente autorização por este Ministério se comunique ao Congresso Nacional, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição da República.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 9 DE JUNHO DE 2014

Nº 206/2014-CD - Processo nº 53000.027114/2010

Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 744, de 5 de junho de 2014. Recorrente/Interessado: TELEVISÃO ITAPOAN S/A (CNPJ/MF nº 15.122.492/0001-65)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO TÉCNICA. RECURSO INICIAL AO GERENTE REGIONAL INTEMPESTIVO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Infração caracterizada. 2. A Recorrente em nenhum momento se defendeu do não conhecimento de seu Recurso anterior. Intempestividade comprovada. 3. Recurso conhecido e, no mérito, improvido, mantendo-se os termos da decisão combatida.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade dos presentes, nos termos da Análise nº 46/2014-GCIF, de 30 de maio de 2014, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo em face da decisão exarada por meio do Despacho nº 5162, de 23 de outubro de 2013, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão combatida.

Participaram da deliberação o Presidente Substituto Jarbas José Valente e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas. Ausente o Presidente João Batista de Rezende, em missão oficial no exterior.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 16 DE JUNHO DE 2014

Nº 213/2014-CD - Processo nº 53554.000845/2012

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 745, de 11 de junho de 2014. Recorrente/Interessado: SPEED WAN COMUNICAÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA. (CNPJ/MF nº 09.588.006/0001-04)

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. EXPLORAÇÃO CLANDESTINA DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. RECURSO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL. MULTA MANTIDA. 1. A instrução do processo obedeceu às disposições regimentais, atendendo à sua finalidade, com observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. 2. Segundo consta dos autos, a empresa informou que, no momento da autuação, já havia iniciado os trâmites para obtenção de autorização para prestação do serviço, situação que confirma a irregularidade constatada pela fiscalização. 3. Considerando que a SPEED WAN não rebateu os argumentos que levaram à convicção do Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização para se decidir pela intempestividade do Recurso interposto, entendo que seu recurso não observou o pressuposto de admissibilidade relativo à regularidade formal, em face da ausência de exposição clara e completa das razões de sua inconformidade, em expressa observância ao que dispõe o art. 120 c/c art. 41 do Regimento da Anatel. 4. Recurso Administrativo não conhecido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 68/2014-GCMB, de 5 de junho de 2014, integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso Administrativo interposto por não observância do pressuposto de admissibilidade relativo à regularidade formal, em face da ausência de exposição clara e completa das razões de sua inconformidade, em expressa observância ao que dispõe o art. 120 c/c art. 41 do Regimento da Anatel, mantendo-se integralmente a decisão recorrida.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 7.097, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Processo n.º 53500.018309/2014- Homologa o Plano Alternativo de Serviço n.º 267 - Modalidade Local da Concessionária Telefônica Brasil S.A.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL
NO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 7.092, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Expede autorização à AGENCIA MARITIMA ORION LTDA, CNPJ nº 75.185.389/0003-58 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 7.093, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Expede autorização à IDEALIZA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.555.404/0001-19 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL
EM GOIÁS, MATO GROSSO,
MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
UNIDADE OPERACIONAL
NO MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 7.035, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53548.002218/2014. Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Radio do Cidadão, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

NOME DA ENTIDADE,CNPJ/CPF,FISTEL,VALIDADE / ADAIR LUIZ DALASTRA , 40810895153, 80101070500 , 15/05/2012 / ADALBERTO DUTRA DA SILVA , 32528515120, 80101480164 , 07/09/2012 / ADAO CARDOSO , 20842589953, 80101370229 , 09/08/2012 / ADAUTO JOSE DA SILVA , 03062465115, 50004708938 , 04/02/2010 / ADELAR ELISEU SANGALLI , 40773264949, 80101415770 , 21/08/2012 / ADEMAR MASCARENHAS CORREA DOS SANTOS , 32545797120, 80101934610 , 14/02/2013 / ADEMIR DE SOUZA SARAIVA , 81729820115, 80100168370 , 31/07/2011 / ADEMIR FERREIRA , 14400251934, 80101405626 , 19/08/2012 / ADEMIR FRANCO DA SILVA , 60135441820, 50009716980 , 24/08/2010 / ADENOR PEREIRA DA SILVA , 12779105100, 80101748078 , 06/12/2012 / ADEVANILDO RIBEIRO DA LUZ , 78646510620, 80101694717 , 13/11/2012 / ADILEU PIMENTA JUNIOR , 06960599830, 80101235798 , 04/07/2012 / ADILSON NUNES MENDONCA , 00054340683, 50004700520 , 03/02/2010 / AGNALDO PEREIRA DA COSTA , 10780157168, 50009432523 , 11/07/2010 / AGRIPINO RAMIRES , 06238912120, 80102524769 , 15/07/2013 / AHMAD ALI SALEM , 95533249168, 80101330510 , 30/07/2012 / AILTON BATISTA DA SILVA , 51968789120, 80101851839 , 17/01/2013 / AILTON CARLOS PEREIRA , 78870470130, 80101401809 , 17/08/2012 / AIRES JOSE DA COSTA , 14080508115, 50003756963 , 01/09/2009 / AJALMAR MOURA MASCARENHAS , 13757792149, 80103006915 , 06/11/2013 / ALBERTO MANCOELHO , 17897351149, 09030340002 , 31/03/2008 / ALCENDINO DOMINGOS LEMES , 55499970106, 80102145903 , 15/04/2013 / ALESSANDRO FERRAZ PEREIRA , 65368142153, 50003922561 , 28/09/2009 / ALEX GAIAO , 81262353149, 80102561290 , 21/07/2013 / ALEX SANDRE NASCIMENTO TORRES , 82854726120, 80102792933 , 09/09/2013 / ALEXANDRE DEMAMANN , 25904051034, 80102368619 , 11/06/2013 / ALEXANDRO GREGORINI DIAS , 86592548134, 80103169890 , 08/01/2014 / ALFREDO JORGE ROCHA , 49929771034, 80101689390 , 11/11/2012 / ALTAIR LUIZ VOELZ , 28346670982, 80102598533 , 29/07/2013 / ALTAMIRO DIAS TOSTA , 39037673104, 80102441049 , 26/06/2013 / ALUIZIO FERREIRA DE MORAES , 72463627891, 09030451920 , 13/11/2008 / ALVARO ANDRADE DE VASCONCELOS , 07000707100, 50004127374 , 25/10/2009 / ALVARO FERREIRA DE SOUZA , 44626843115, 80100908675 , 03/04/2012 / AMARILDO TRIZZI , 69523410997, 80102609403 , 01/08/2013 / AMAURI BATISTOTE , 29408997115, 80100637540 , 17/01/2012 / AMAURI PENZE NETO , 32155395191, 80103201882 , 16/01/2014 / AMAURY NUNES FRANCA JUNIOR , 81135629153, 80101406606 , 19/08/2012 / ANAELSO MASCARANHA , 07217730104, 80101715900 , 22/11/2012 / ANDERSON FERREIRA DE AMORIM , 81530790182, 80103254650 , 02/02/2014 / ANDRE PIVETTA , 77223357134, 80101767102 , 13/12/2012 / ANDRE RICARDO COUTINHO ZULIN , 86130579187, 80100631347 , 16/01/2012 / ANTONIO ALVES SEABRA , 36651478168, 80102653305 , 09/08/2013 / ANTONIO CARLOS VAGULA , 29474078149, 50003510964 , 02/08/2009 / ANTONIO FRANCISCO DE MELLO , 25475215120, 09030313293 , 31/03/2008 / ANTONIO JOAO PEREIRA FIGUEIRO , 27979210891, 80101552840 , 27/09/2012 / ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA , 43738400168, 80102940983 , 17/10/2013 / ANTONIO LAERCIO BORTOLOTTE , 33742774115, 80101878605 , 27/01/2013 / ANTONIO LIBERATO SOBRINHO , 02356947892, 50005128986 , 28/02/2010 / ANTONIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LOPES , 24970212104, 80102204420 , 01/05/2013 / ANTONIO RODRIGUES DA SILVA , 43665977134, 80103041079 , 18/11/2013 / APARECIDO BARBOSA LHAMAS , 11178078191, 50010348760 , 04/01/2011 / ARGEMIRO NOGUEIRA BARBOSA , 40362515115, 80100850650 , 19/03/2012 / ARGEU LEITE DE OLIVEIRA , 17459354104, 80100221874 , 14/08/2011 / ARINELDO OLIVEIRA BORGES , 04541634104, 50009350632 , 29/06/2010 / ARTUR MARTINS DA CONCEICAO FILHO , 76648516100, 80101860404 , 20/01/2013 / ASTROGILDO FLAUSINO DE OLIVEIRA , 46551808891, 50004701682 , 03/02/2010 / AURICLIDES DENIS DE OLIVEIRA , 55559891134, 50005137381 , 28/02/2010 / AURO MELO DOS SANTOS , 10194264890, 50002250667 , 03/03/2009 / BENEDITO FRANCISCO PEREIRA , 10475095120, 09030409304 , 23/03/2009 / BENIGNO GASPAR GARCETE RIBEIRO , 14238659104, 80102582459 , 25/07/2013 / CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA , 06872928832, 80101918925 , 10/02/2013 / CARLOS LOCATELLI , 64215938015, 80102888108 , 05/10/2013 / CARLOS ROBERTO BATTINI , 21013403991, 80101962231 , 24/02/2013 / CARLOS ROBERTO CARDOSO , 04510686889, 50003755991 , 01/09/2009 / CASSIANO DE ALMEIDA FERRETTI , 11999783883, 50003762262 , 02/09/2009 / CELESTINO LAURINDO JUNIOR , 39711382920, 80101886462 , 28/01/2013 / CELSO ASSIS FORCHESATTO , 25066323104, 80102115915 , 07/04/2013 / CELSO DUARTE DE ALMEIDA , 36629855191, 50010412107 , 17/01/2011 / CELSO JOSE DA CRUZ , 20575998172, 80100582206 , 27/12/2011 / CELSO JOSE MARTINS , 66738709900, 50005081904 , 24/02/2010 / CESAR COSTA RIBEIRO , 51846667100, 50010137637 , 20/11/2010 / CICERO ALENCAR GOMES , 58045864168, 80102915520 , 10/10/2013 / CICERO FERREIRA DA SILVA , 46619330100, 80100371922 , 05/10/2011 / CLAITON JADIR MULLER , 56198833100, 80102630879 , 05/08/2013 / CLAUDINEI COSTA , 09334589833, 50002928124 , 25/05/2009 / CLAUDIO DELLA COLLETA , 55543677987, 80100317634 , 17/09/2011 / CLAUDIO HORA , 01776238885, 80102434930 , 25/06/2013 / CLAUDIO KAZUYUKI MATSUDA , 48169587115, 80100043593 , 19/06/2011 / CLAUDIO LEVINO DA SILVA , 11376470861, 80101803435 , 02/01/2013 / CLAUDIO MELO CORREA DA COSTA , 17747570104, 50009614397 , 08/08/2010 / CLEIMAR SANTO DELEVATTI , 44606885149, 50002212307 , 26/02/2009 / CLEOSMAR MESQUITA DE OLIVEIRA , 44557779115, 50010883720 , 03/05/2011 / CLESIO FLAVIO SCHWINN , 93831080100, 80102497001 , 09/07/2013 / CRISTOVAO DE SOUZA GOMES , 35639873191, 80103192875 , 14/01/2014 / DALVA BEZERRA , 85485159849, 80101777841 , 18/12/2012 / DANIEL DE MENESES NOIA , 51835517153, 80102406642 , 19/06/2013 / DANIEL FRANCA NOGUEIRA , 11214619134, 80101094108 , 21/05/2012 / DARI LUIZ MATZEMBACHER , 43756514153, 80101378556 , 12/08/2012 / DELCINO GONCALVES , 13757725115, 50005484774 , 19/04/2010 / DEVAIR ALVES DE OLIVEIRA , 44862733115, 80102491062 , 08/07/2013 / DIEGO DE CARVALHO REZENDE , 95351426153, 80101018185 , 06/08/2012 / DIEGO FREDERICO SANCHES KRUGER , 89879503104, 80100488013 , 19/11/2011 / DIONE EVERSON LOPES BISCAIA , 91154049949, 80100705561 , 23/02/2012 / DIVALDO LEITE DE SOUZA , 10510990134, 50002369125 , 23/03/2009 / DOMINGOS RENATO VENTORINI , 39018105104, 80102295557 , 25/05/2013 / DONIZETE PEREIRA DA ROCHA , 20226098168, 50002500876 , 06/04/2009 / DONIZETTI ALVES DE FREITAS , 07911645191, 50003174670 , 23/06/2009 / DOUGLAS SOUZA DE OLIVEIRA , 96091878115, 80100905650 , 02/04/2012 / DURVAL FERREIRA DE MEDEIROS FILHO , 78073308800, 50005229901 , 17/03/2010 / EDCARLOS DONIZETE PECANHA , 75866935104, 80101987145 , 05/03/2013 / EDER ALEXANDRE PASTRO , 70392706172, 80101473974 , 05/09/2012 / EDILSON DOS SANTOS RATIEL , 29456215172, 80102490171 , 07/07/2013 / EDILSON FLAUSINO DE OLIVEIRA , 88971406100, 50004701410 , 03/02/2010 / EDISOM RIBEIRO ALMEIDA , 48987816168, 50005587662 , 05/05/2010 / EDMILTON LUIZ PASSINATO , 41265815968, 50009614478 , 08/08/2010 / EDSON ARCANJO DA SILVA , 00608805890, 09030452811 , 20/11/2008 / EDSON CRISTIANO DE CASTILHO , 13702968865, 80102853665 , 24/09/2013 / EDSON DE ALMEIDA , 40723143153, 80101480245 , 09/09/2012 / EDSON IZE , 21432635972, 50009925716 , 05/10/2010 / EDSON JOSE FERREIRA DIAS , 00167250850, 80102994307 , 03/11/2013 / EDUARDO FERREIRA , 00019053177, 80103142428 , 23/12/2013 / EDUARDO ICASATI , 60973781149, 80100883583 , 27/03/2012 / EDUARDO LUIZ GONCALVES , 02826889940, 80101987811 , 05/03/2013 / EDVALDO BERNARDINO DA SILVA , 84235101153, 80101214014 , 28/06/2012 / ELEIR DA SILVA OLIVEIRA , 51945258187, 50010883991 , 03/05/2011 / ELIENE TAVEIRA DA SILVA , 25721356120, 80101116780 , 28/05/2012 / ELIEZER BIANCHI ROCHA , 81542968100, 80103154353 , 01/01/2014 / ELIEZER FILGUEIRA SOUZA , 27246477187, 50003171655 , 23/06/2009 / ELIO DOS SANTOS , 46720057987, 80102415633 , 20/06/2013 / ELISEU ANANIAS BATISTA JUNIOR , 65196449272, 50010127089 , 17/11/2010 / ELISIARIO RIBEIRO DA SILVA , 28700392634, 80102344949 , 06/06/2013 / ELSON RICARDO STANGARLIN FERNANDES , 66408709753, 80101560273 , 28/09/2012 / ELVIS SEIJI TOMONAGA , 56207603168, 80101405200 , 19/08/2012 / EMERSOM CAMIM , 26809636870, 80103136452 , 20/12/2013 / EMERSON HONAISER CARDOSO , 80924816104, 80101501269 , 14/09/2012 / EMERSON SANTANA PENA VILA , 77267796168, 80102953961 , 26/11/2013 / EMIDIO RODRIGUES DOS SANTOS , 31215173849, 50003120236 , 16/06/2009 / ENIVALDO BARNALVA GUARISSO , 41967852120, 80101449917 , 29/08/2012 / EPIFANIO GONCALVES , 35702109104, 80102706956 , 19/08/2013 / ERMELINDO IMBRIANI , 18835830982, 50002219158 , 01/03/2009 / ETALIVIO GONCALVES , 04552490168, 80101772025 , 16/12/2012, 26/03/2013 / EVALDO ROSA DE MORAES , 13993496191, 50005483450 , 19/04/2010 / EVANDRO MIAN , 86759671104, 50010883800 , 03/05/2011 / EVERALDO ANTONIO DAMAZIO , 44516975149, 09030441887 , 17/09/2008 / FABIANO DA PAIXAO ALMEIDA , 87358336887, 80100005900 , 24/05/2011 / FABIO BARBOSA MARDINI , 83315721149, 80101655738 , 01/11/2012 / FABIO MARTINS CARDOSO , 89434650178, 80101107870 , 24/05/2012 / FAUSTO WAGNER PEREIRA , 35723297104, 80102424977 , 23/06/2013 / FELIPE VIEIRA BARBOSA , 91864887672, 80102060320 , 24/03/2013 / FERNANDO ISSAO SHIRAISHI , 83870490187, 80101262922 , 11/07/2012 / FERNANDO LUIS VIAPIANA , 33825033104, 80101382154 , 13/08/2012 / FERNANDO MONTANINI , 08980290829, 80102239568 , 11/05/2013 / FERNANDO MONTEIRO BACKER , 89739337104, 80102488860 , 07/07/2013 / FLAVIO ARTUR GONCALVES , 91444543172, 80100796265 , 31/03/2003, 06/03/2012 / FLAVIO REGIS WANDERLEY , 63748657153, 80100056652 , 22/06/2011 / FRANCISCO ALENCAR GOMES , 55562426153, 50005832802 , 12/06/2010 / FRANCISCO ASSIS DO CARMO , 10626352134, 80101213980 , 28/06/2012 / FRANCISCO JOSE ROCHA MECCA , 51132133149, 50003921913 , 28/09/2009 / FRANCISCO MOREIRA QUEIROZ , 06162428168, 80101491522 , 11/09/2012 / FRANCISCO SEVERINO DA SILVA JUNIOR , 77914783820, 80101811535 , 07/01/2013 / FREDERICO ARANHA , 87580837153, 50009831908 , 13/09/2010 / GERALDO JUNKES , 38162962972, 80100747302 , 25/02/2012 / GERALDO MAGELL DE ARAGAO , 29811562172, 50005836395 , 13/06/2010 / GERSON HENDGES , 79229646920, 80102041296 , 19/03/2013 / GETULIO MITUAKI YAMAMURA , 20920431100, 80100518702 , 03/12/2011 / GILBERTO APARECIDO SANTOS LEAL , 63780275104, 80101007817 , 27/04/2012 / GILBERTO MENEZES COELHO , 00884928187, 80102416109 , 20/06/2013 / GILBERTO SMOZINSKI , 33629412904, 09030454784 , 26/11/2008 / GILMAR FRANCISCO DE GIACOMETTI , 27411206091, 09030289724 , 31/03/2008, 30/09/2009 / GILSON BENEDITO DE OLIVEIRA , 14077744172, 80101201540 , 28/06/2012 / GUILHERME MARQUETE PAIVA , 55717470134, 09030440562 , 17/09/2008 / GUSTAVO CIDIN FERREIRA LINS , 84084120197, 80102488789 , 07/07/2013 / HELIO CRESTANELLO , 27474739020, 80101519630 , 19/09/2012 / HELITON SANDRO ARAUJO , 60060751134, 80102131449 , 10/04/2013 / HELVIO SANDRO QUINTANA GRANDI , 79412637187, 80102441200 , 27/06/2013 / HORACIO JUNIOR GODY , 36626945149, 80101127049 , 31/05/2012 / HUGO REINHARDT DOPKE , 35746050130, 80100096522 , 06/07/2011 / HUMBERTO FERREIRA DA SILVA , 36824798134, 50004701844 , 03/02/2010 / IRAN PEREZ DE MELLO , 28684621115, 50010412875 , 17/01/2011 / IRINEU RIBEIRO DOS SANTOS , 09932550191, 80101860587 , 20/01/2013 / ITAMAR BRAZ DE LIMA , 55986463153, 80102178240 , 24/04/2013 / IVANILDO DO NASCIMENTO MARQUES , 46555293187, 80101378203 , 12/08/2012 / JAIME LOURENCO , 72523131820, 80101419686 , 22/08/2012 / JEFFERSON PAULI , 61425672191, 80100569447 , 18/12/2011 / JERONIMO JOSE DA SILVA , 29843405153, 50005288592 , 27/03/2010 / JOAO ANTONIO REZENDE PARODI , 61391719115, 80102452245 , 29/06/2013 / JOAO BATISTA DA SILVA , 33745811100, 80100301126 , 10/09/2011 / JOAO BATISTA MARTIMIANO , 10554335115, 80101692188 , 12/11/2012 / JOAO CARLOS BARSANTE MORENO , 93124791134, 80102021007 , 13/03/2013 / JOAO FRANCISCO ALEM , 20397755104, 50010745254 , 03/04/2011 / JOAO INACIO DO AMORIM , 58258477153, 80102943222 , 18/10/2013 / JOAO LUIZ GUESSO , 77988213849, 80101325436 , 29/07/2012 / JOAO MASSAO SANCHES , 20449287874, 80103121935 , 15/12/2013 / JOAO RODRIGUES TORRES , 15592260130, 80100518885 , 03/12/2011 / JOAO SANTOS PEREIRA BASTOS , 37390783168, 50003568024 , 10/08/2009 / JOAO SIRIACO DE SOUZA , 28651642172, 80102792500 , 09/09/2013 / JOAQUIM DE SOUZA DA CONCEICAO , 05155061172, 80100765971 , 28/02/2012 / JOFREY JANEIRO SILVA , 92605478815, 50003910040 , 28/09/2009 / JONAS ESTEVAO , 81043546120, 50005364108 , 05/04/2010 / JORGE DE OLIVEIRA , 00502870877, 80100996191 , 24/04/2012 / JORGE FERREIRA NETO , 84281090100, 50004710169 , 04/02/2010 / JORGE OTTO HAMMES , 15374300920, 50002391996 , 24/03/2009 / JOSE ANTONIO BORTOLAZO NETO , 16361814149, 80103006753 , 06/11/2013 / JOSE ARMANDO CERQUEIRA AMADO , 36212806691, 50009716394 , 24/08/2010 / JOSE AUGUSTO OTTERSBACH , 57282331120, 50002209861 , 26/02/2009 / JOSE CARLOS ALCANTUD , 51634988868, 50010743553 , 03/04/2011 / JOSE CARLOS BOMPARD , 71084398834, 80102828636 , 17/09/2013 / JOSE CARLOS DE VASCONCELOS , 25089048134, 50009432280 , 11/07/2010 / JOSE CARLOS GONCALVES , 95988440800, 09030447303 , 19/10/2008 / JOSE DANIEL NETO , 05635748368, 50010881514 , 03/05/2011 / JOSE DE ALMEIDA , 16387716187, 50004694104 , 03/02/2010 / JOSE DONIZETE GOMES , 08972110817, 80101332483 , 31/07/2012 / JOSE DOS SANTOS , 17131472115, 50010335510 , 03/01/2011 / JOSE EDILBERTO MARTINEZ GRUBERT , 54258138134, 80102090238 , 31/03/2013 / JOSE EDMO CAETANO , 27259315172, 80100005829 , 24/05/2011 / JOSE FERREIRA BARBOSA , 40502716134, 80100824307 , 13/03/2012 / JOSE FRANCISCO DE LIMA , 07368763168, 80102817430 , 15/09/2013 / JOSE GARCIA DE ALMEIDA , 25311603100, 80102174687 , 23/04/2013 / JOSE GOMES , 09934120178, 80102077134 , 27/03/2013 / JOSE JOAQUIM RIBEIRO , 02484188153, 80101724055 , 26/11/2012 / JOSE MARCOS RIBEIRO STRAVIZ , 60820667153, 50005287510 , 27/03/2010 / JOSE RIBAMAR DE OLIVEIRA SOUZA , 19970005120, 80100621627 , 14/01/2012 / JOSE RICARDO ANDREA , 60956046134, 50002926938 , 25/05/2009 / JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA , 50621190144, 80102403546 , 18/06/2013 / JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA , 51831716100, 80101471335 , 05/09/2012 / JOSE ROBERTO RANZI , 38558637172, 80102575673 , 24/07/2013 / JOSE ROCKER ALBINO , 54596980900, 50005549906 , 27/04/2010 / JOSE RONALDO WANDERLEI , 29422213134, 50010348506 , 04/01/2011 / JOSE SERAFIM DOS SANTOS , 50139002120, 09030449780 , 09/11/2008 / JOSINEI MARCONATTO DIONISIO , 54415969100, 09030452579 , 20/11/2008 / JOVINO VIEIRA DA SILVA , 45675694153, 80101387202 , 14/08/2012 / JUAREZ CARNEIRO GONCALVES , 10888691149, 80102735115 , 27/08/2013 / JUAREZ PIMENTA DE ARAUJO , 30916810178, 80100124321 , 12/07/2011 / JULIANO AUGUSTO KERBER , 88133478987, 80103159312 , 05/01/2014 / JULIO CESAR CISNEIRO GOMES , 05588548850, 50003313034 , 08/07/2009 / JULIO CESAR SILVA HATTGE , 62832662072, 80102308128 , 28/05/2013 / JUNIOR HAMMES , 98644726153, 80102619557 , 03/08/2013 / JUVENAL COELHO RIBEIRO , 32129785115, 50010336087 , 03/01/2011 / LAERTE AMILCAR VIEIRA VELASQUES , 00061345806, 80101699352 , 18/11/2012 / LAIRTON MATIAS , 17826500753, 50003571408 , 10/08/2009 / LAZARO LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA , 00000000000, 50009350209 , 29/06/2010 / LEANDRO BORTOLUZZI , 78576580144, 80101549385 , 26/09/2012 / LEANDRO DA SILVA OLIVEIRA , 57252572153, 80103130764 , 18/12/2013 / LEANDRO GIANNY GONCALVES DOS SANTOS , 57283370153, 80102397554 , 17/06/2013 / LEANDRO NORONHA MELO , 39084825187, 80102141401 , 14/04/2013 / LEONARDO IMBRIANI , 36026409904, 50002219409 , 01/03/2009 / LEONILDO VICENTE FAUSTINO , 56931484168, 80102039127 , 18/03/2013 / LEONIR JESUS SOUTHER , 55399428920, 80102815577 , 15/09/2013 / LOILSON MOREIRA DE OLIVEIRA , 30588804134, 80101910789 , 06/02/2013 / LOTARIO JOSE FINGLER , 19188390004, 80102152284 , 16/04/2013 / LOWATTO YUUICHI YAMASAKI , 77889240163, 80102606730 , 31/07/2013 / Lucas Barbosa Landefeldt , 93630620159, 80102278032 , 20/05/2013 / LUCIANO AIZER PEREIRA , 80270719172, 80103227415 , 22/01/2014 / LUCIANO MARTINS PEREIRA , 55907750197, 80102400440 , 17/06/2013 / LUCIANO SILVA , 88023508849, 80101780800 , 19/12/2012 / LUILTON SEBASTIAO LEBRE POUSO DA SILVA , 45666288172, 80102143617 , 14/04/2013 / LUIS CARLOS FRANCISCONI , 23062983000, 80100015549 , 01/06/2011 / LUIZ ACACIO DE SOUZA FREIRE , 55899269120, 80101359926 , 07/08/2012 / LUIZ CARLOS CAEDICKE , 23035676100, 50004702735 , 03/02/2010 / LUIZ CARLOS DE BRITTO , 17816629168, 50010412522 , 17/01/2011 / LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA VICTOR , 42172098191, 80102287708 , 22/05/2013 / LUIZ CARLOS NOGUEIRA , 25730037104, 80102669228 , 12/08/2013 / LUIZ CICHILEIRO , 21167931904, 09030442425 , 18/09/2008 / LUIZ JACOB BARBOSA NETTO , 96679310130, 80101318308 , 26/07/2012 / LUIZ OTAVIO RAPOSO , 51852020172, 80103045309 , 19/11/2013 / LUIZ RAFAEL DE ALVARENGA RIBEIRO , 78089441149, 50010595856 , 22/02/2011 / LUIZ RENATO MAGALHAES , 73714658653, 80102200432 , 30/04/2013 / LUIZ VICENTE SANCHES , 15724549115, 09030452064 , 13/11/2008 / MANOEL DE MATOS PEREIRA JUNIOR , 40490327168, 80102725071 , 24/08/2013 / MANOEL RUBENS ALEIXO , 25382721904, 50009832890 , 14/09/2010 / MARCELO BORLOTTI , 08022634883, 80101180101 , 18/06/2012 / MARCIO DE MARCOS PESSOA , 51127490168, 80102312311 , 29/05/2013 / MARCIO ROBERTO PASSONE , 91670721191, 80101318731 , 26/07/2012 / MARCO ANTONIO BARAZZUTTI , 19516720030, 80102763593 , 02/09/2013 / MARCOS CARVALHO D'AVILA , 39941612153, 50009525700 , 26/07/2010 / MARIO ERNESTO NOVAES CECCONELLO , 85809012191, 80101964951 , 24/02/2013 / MARIO NATAQL GADZISKI , 10575286172, 80101460210 , 02/09/2012 / MARIO SEVERINO DA SILVA , 11176458191, 50004690702 , 02/02/2010 / MAURICIO CONRADO DOS SANTOS , 28340493949, 50003516571 , 03/08/2009 / MAURICIO MARINHO DA COSTA , 42402735872, 50002250748 , 03/03/2009 / NEDE MARTINS ORTEGA , 35705078153, 80102925755 , 14/10/2013 / NELSON LIMA FARIAS , 35727390125, 50002355922 , 19/03/2009 / NELSON ORMAI RODRIGUES , 37257943168, 80102981582 , 29/10/2013 / NELSON RODRIGUES DE LIMA , 25759086120, 50003213242 , 25/06/2009 / NELSON WILLERS , 30978335015, 50003516300 , 03/08/2009 / NILSON FERNANDES DE QUEIROZ , 42142938191, 80103230980 , 27/01/2014 / NILVA SALETE VANIN LAUFER , 25487426104, 80100311270 , 13/09/2011 / NILVANDRO DE OLIVEIRA VICENTE , 79696821115, 50003313115 , 08/07/2009 / NINO DOS SANTOS , 17456460191, 80102112495 , 31/03/2004, 31/03/2004, 31/03/2004, 31/03/2004, 05/04/2013 / NIVALDO ESPINDOLA MORO , 48089460178, 50003761614 , 02/09/2009 / NIVALDO NATALINO SILVA , 04380835120, 80103227687 , 22/01/2014 / OLAIR FAGUNDES , 31436323134, 09030446250 , 09/10/2008 / OLIMPIO SALVADOR DE FREITAS , 08071187100, 09030287942 , 22/03/2009 / OLVIDES GABIATTI , 20092555187, 50005587077 , 05/05/2010 / ORLANDO DOS ANJOS SOARES , 07993127890, 50009711759 , 23/08/2010 / OSCAR PEREIRA GOMES , 22668322049, 80100476511 , 13/11/2011 / OSVALDO CANTALIXTO DE MELO , 20331991187, 50002218003 , 01/03/2009 / OSVALDO PALMAR TAVARES , 26421100015, 80102780412 , 05/09/2013 / OSWALDO ELIAS ALBUQUERQUE , 25469622134, 50010136231 , 20/11/2010 / PAULO CAVALCANTE DE OLIVEIRA , 17756448120, 80100039219 , 13/06/2011 / PAULO CESAR CAMACHO ELIAS , 69501998134, 80103086331 , 02/12/2013 / PAULO CEZAR NETO DA COSTA , 35691506153, 09030294647 , 31/03/2008, 08/08/2011 / PAULO DE OLIVEIRA , 30874890187, 50010336400 , 03/01/2011 / PAULO DE TARSO ALBUQUERQUE , 16498950110, 09012076323 , 31/03/2008 / PAULO FELIX DE MELO , 52853837149, 80103130411 , 18/12/2013 / PAULO SERGIO BASSO , 47550546134, 80101491603 , 11/09/2012 / PAULO SERGIO CISNEIRO GOMES , 03821798890, 50005763304 , 31/05/2010 / PAULO TAKEYUKE EIHARA , 54535166820, 50005762766 , 31/05/2010 / PEDRO ALVES GONCALVES , 07846126172, 80102613354 , 01/08/2013 / PEDRO GUEDES DOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SANTOS , 15728048153, 50009526340 , 26/07/2010 / PEDRO JORFI , 20484364120, 80102488436 , 07/07/2013 / PEDRO PAULO MEZZAROBA , 19570899034, 50009525459 , 26/07/2010 / PEDRO RODRIGUES MOREIRA , 77196040830, 50002169622 , 19/02/2009 / PEDRO SEBASTIAO DE SOUZA , 36257575834, 50004701330 , 03/02/2010 / POMPILIO ROCHA SILVA , 92352847168, 80102016003 , 12/03/2013 / RAMIRO ALVES DE MATTOS , 22740716168, 50009716637 , 24/08/2010 / REGINALDO ALVES DOS SANTOS , 50749056991, 80100008178 , 28/05/2011 / REINALDO GREGORIO DE SOUZA , 17773148104, 80101402015 , 17/08/2012 / RENATO NUNES DE SOUZA , 52484696787, 80101366973 , 08/08/2012 / RENATO PAULO PERUZATTO , 27456919020, 80101375298 , 12/08/2012 / RENATO RODRIGUES , 95873856834, 50009716807 , 24/08/2010 / RENE MATTOS ROCHA FILHO , 40387402934, 80101637160 , 23/10/2012 / RENILDO PEREIRA DA SILVA , 20142293172, 80100034250 , 12/06/2011 / RICARDO AUGUSTO CACAO PINTO , 81290837104, 80103246800 , 30/01/2014 / RICARDO KUBITZ , 38791803004, 80101377908 , 12/08/2012 / RICARDO MARTINHO BONISSONI , 50866672915, 09030267836 , 31/03/2008 / RICIERI DONATTI NETO , 92695035187, 80103223266 , 21/01/2014 / ROBERTO ADELAIDO DOS SANTOS , 61366706153, 80102251266 , 14/05/2013 / ROBERTO MACHADO PEREIRA , 17424160125, 80102925160 , 14/10/2013 / ROBERTO MASAHARU SUZUKI , 15401201800, 50010595694 , 22/02/2011 / ROBERTO NUNES BARBOSA , 32288506687, 50004313089 , 23/11/2009 / ROBERTO RIVELINO DA CRUZ , 46470794149, 50005122864 , 28/02/2010 / ROBERTO SCHERER , 76788768153, 80101419414 , 22/08/2012 / RODNEI CORNACINI , 77389476168, 50002553996 , 12/04/2009 / RODRIGO DE CARVALHO REZENDE , 85673765134, 80101317255 , 25/07/2012 / ROMILDO MATOA DOS SANTOS , 61630675920, 80102465061 , 02/07/2013 / RONALDO CARVALHO DANTAS , 35244020110, 80102946590 , 20/10/2013 / RONAN BERGAMO TEIXEIRA , 69053430130, 80100665241 , 29/01/2012 / RONAN MELO DE QUEIROZ , 59621656168, 50009835806 , 14/09/2010 / ROQUE PEREIRA DE SOUZA , 52870774168, 80102204268 , 02/05/2013 / ROSIVALDO SOARES DE SOUZA , 27975452572, 50005288835 , 27/03/2010 / RUBENS MASSAHIRO MATSUDA , 61384739149, 50010594884 , 22/02/2011 / RUI CARLOS GONCALVES JUNIOR , 59388161149, 50010141740 , 21/11/2010 / SADI GUERMO , 82716110115, 50002962063 , 27/05/2009 / SANDRO CEZAR FERNANDES , 39089517120, 50010743804 , 03/04/2011 / SANDRO DELLA FLORA VERONEZI , 71267859172, 80100677509 , 23/12/2013 / SEBASTIAO ALVES RIBEIRO , 29770733881, 80101895887 , 31/01/2013 / SEBASTIAO ANTONIO FERREIRA , 17503892153, 50010882405 , 03/05/2011 / SEBASTIAO BARBOSA PEREIRA , 35822813100, 80102979502 , 29/10/2013 / SEBASTIAO CANTARES DA SILVA , 20424493187, 50004688210 , 02/02/2010 / SEBASTIAO TEIXEIRA MARTINS , 54261511134, 80100143628 , 20/07/2011 / SEBATIAO FRANCISCO ORTIZ GUIMENEZ , 20199791104, 09030386096 , 31/03/2008 / SERGIO AZUAGA CORREA DA COSTA , 52795225115, 50009526773 , 26/07/2010 / SERGIO LOCATELLI , 56685076020, 80102762279 , 02/09/2013 / SERGIO MUNARO , 36555762187, 50009525963 , 26/07/2010 / SIDHARTA FIORAVANTE VALE , 86735322134, 80101698380 , 14/11/2012 / SILVIO ERNESTO BERNARDO BESS , 36699527134, 80101355505 , 06/08/2012 / SILVIO JOSE DO NASCIMENTO , 78098653153, 80100752560 , 26/02/2012 / SYLVIO QUAGGIO JUNIOR , 05839096806, 80103129910 , 18/12/2013 / TELMO DE TILLIO FIGUEIRO , 70491364172, 80101488734 , 10/09/2012 / THOMAS MALBY CROFTON HORTON , 42213304149, 80101037058 , 06/05/2012 / UEBSTER TRINDADE DE ASSIS , 80409997153, 80101190913 , 20/06/2012 / VAGNER BANZATTO LOPES , 71176756168, 80100967175 , 18/04/2012 / VAGNER RICI , 01765995841, 80101771800 , 16/12/2012 / VALDEMIR APARECIDO FERREIRA DA SILVA , 51181983134, 50002209608 , 26/02/2009 / VALDENIR DOS SANTOS INAREJA , 55416845104, 50003850471 , 17/09/2009 / VALDNEI JOSE DE LIMA , 11721311807, 80102393303 , 16/06/2013 / VALTER ALVES DA SILVA , 13788086149, 50002359243 , 22/03/2009 / VANDERLEI LUCAS , 91151864900, 80102822948 , 16/09/2013 / VANER DE FIGUEIREDO RIBEIRO , 95056939153, 80103166440 , 07/01/2014 / VERA LUCIA PINTO DE ARRUDA , 40904563120, 80100591965 , 07/01/2012 / VERDINO CRIALESI , 54248825872, 80102458286 , 01/07/2013 / VLADIMAR JOSE TOMAZELLI , 38899647020, 50010882677 , 03/05/2011 / WAGNER CAMILLAS GUIRELLI , 16828739949, 80102397201 , 17/06/2013 / WALDIR FANTUSSI , 01753086833, 50003757188 , 01/09/2009 / WALDOMIRO PINTO DE ANDRADE FILHO , 44753632172, 80101089791 , 20/05/2012 / WELLINGTON PASCOAL DE MOURA , 40647285134, 80101496400 , 12/09/2012 / WILLIAM ALVES RIBEIRO , 70262055104, 80101718594 , 31/03/2013 / WILLIAN DE MATOS SANTUSSI , 27107844830, 50005094046 , 25/02/2010 / WILSON LUIZ COMERLATO , 37701576991, 80101896263 , 31/01/2013 / YLACIR GARCIA MACHADO , 55774458849, 50010745416 , 03/04/2011 / ZITO JOSE DE LIMA , 05183331839, 50005888433 , 20/06/2010.

WELSOM D'NIZ MACÊDO E SILVA
Gerente

ATO Nº 7.087, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) NOVA AMERICA S/A - AGRICOLA CAARAPO, CNPJ nº 09.538.958/0001-05 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

WELSOM DNIZ MACÊDO E SILVA
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO GERENTE
Em 2 de maio de 2014

Nº 2.145 -
Processo n.º 53500.010327/2013.

O GERENTE DA UNIDADE OPERACIONAL DA ANATEL NO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe, instaurado em desfavor de ZOETE GOMES DE ARAÚJO SOUZA, CPF: 384.980.811-49, executante do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada na cidade região administrativa de Samambaia, em Brasília - DF, que tem por objeto a apuração de infração de explorar serviços de radiodifusão sem outorga e operar com equipamentos sem certificação, decide aplicar a sanção de multa no valor de R$ 8.185,00 (oito mil cento e oitenta e cinco reais), pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 28/2014-UO001FI2/UO001, de 09 de abril de 2014.

ANTONIO ALEX PINHEIRO
Substituto

Em 7 de agosto de 2014

Nº 4.046 -
Processo n.º 53500.025579/2012.

O GERENTE DA UNIDADE OPERACIONAL DA ANATEL NO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe , instaurado em desfavor de JOÃO PAULO BOA SORTE, CPF: 014.604.031-77, executante do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, em Brasília-DF, que tem por objeto a apuração de infração de explorar serviço de radiodifusão sem outorga e operar com equipamentos sem certificação, decide rever de ofício decisão, em virtude de erro material, para:

-anular o Despacho n° 1.209, de 12 de março de 2014, tendo por fundamento o disposto no Informe n° 73/2014-UO001FI2/UO001; e

-proferir nova de decisão, revisando a sanção de multa para o valor de R$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais), sendo mantido inalterado o valor de 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais) referente à operação do serviço sem a devida outorga, recalculando-se para o valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) pelo uso de equipamento não-certificado.

Nº 4.051 -
Processo n.º 53500.012703/2013.

O GERENTE DA UNIDADE OPERACIONAL DA ANATEL NO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe, instaurado em desfavor de JOÃO ROBERTO DE MELLO, CPF:087.046.298-92, executante do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, em Brasília-DF, que tem por objeto a apuração de infração de explorar serviços de radiodifusão sem outorga e operar com equipamentos sem certificação, decide rever de ofício decisão, em virtude de erro material, para:

-anular o Despacho n° 2.182, de 05 de maio de 2014, tendo por fundamento o disposto no Informe n° 75/2014-UO001FI2/UO001; e

-proferir nova de decisão, revisando a sanção de multa para o valor de R$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais), sendo mantido inalterado o valor de R$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais) referente à operação do serviço sem a devida outorga, recalculando-se para o valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) pelo uso de equipamento não-certificado.

Nº 4.053 -
Processo n.° 53500.031006/2012.

O GERENTE DA UNIDADE OPERACIONAL DA ANATEL NO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe, instaurado em desfavor de JOSÉ BATISTA SOBRINHO, CPF: 114.687.691-20, executante do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, em Brasília-DF, que tem por objeto a apuração de infração de exploração serviços de radiodifusão sem outorga e operar com equipamentos sem certificação, decide rever de ofício decisão, em virtude de erro material, para:

-anular o Despacho n° 1.134, de 27 de fevereiro de 2014, tendo por fundamento o dispositivo no Informe n° 76/2014-UO001FI2/UO001; e

-proferir nova de decisão, revisando a sanção de multa para o valor de R$ 4.425,00 (quatro mil quatrocentos e vinte e cinco reais), sendo mantido inalterado o valor de R$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais) referente à operação do serviço sem a devida outorga, recalculando-se para o valor de R$ 1.575,00 (mil quinhentos e setenta e cinco reais) pelo uso de equipamento não-certificado.

Em 8 de agosto de 2014

Nº 4.062 -
Processo n.º 53500.013063/2014.

O GERENTE DA UNIDADE OPERACIONAL DA ANATEL NO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe, instaurado em desfavor de SAMPAIO & MARTINS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.418.641/0001-11, FISTEL nº 50406406170, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em Brasília - DF, que tem por objeto a apuração de infração de operação do serviço sem a respectiva outorga, decide aplicar a sanção de multa no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 69/2014-UO001FI2/UO001, de 23 julho de 2014.

Em 12 de agosto de 2014

Nº 4.167 -
Processo n.º 53500.014527/2012.

O GERENTE DA UNIDADE OPERACIONAL DA ANATEL NO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe, instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE SAMAMBAIA, inscrita no CNPJ nº 02.103.360/0001-44, FISTEL nº 50012297402, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na Região Administrativa de Samambaia, em Brasília - DF, que tem por objeto a apuração de infração técnica de operar com parâmetros técnicos de potência e antena diversas do autorizado, possuindo antecedentes, decide aplicar a sanção de multa no valor de R$ 204,00 (duzentos e quatro reais), pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 67/2014-UO001FI2/UO001, de 15 julho de 2014.

REGINALDO JOSÉ ROCHA LEMOS

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.085, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Porto Alegre/RS, , no período de 23/08/2014 a 24/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.086, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Porto Alegre/RS, , no período de 20/08/2014 a 20/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.090, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Processo no 53500.002019/2014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TNL PCS S.A., CNPJ no 04.164.616/0001-59, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, até 13 de Março de 2016, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 301, DE 4 DE JULHO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º do Capítulo I do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.059312/2013-19, resolve:

Art.1º Extinguir, a pedido da Rádio e Televisão Marajoara Ltda., a partir de 10 de outubro de 2013, de acordo com o parágrafo único, do art. 9º do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a autorização que lhe foi deferida por meio da Portaria nº 724, de 17 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 394, DE 22 DE JULHO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.026158/2010-56, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de RIO VERDE/GO, o canal 14 (quatorze), correspondente à faixa de frequência de 470 a 476 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 14 de agosto de 2014

Nº 320 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações de características técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

JOAO PAULO SARAIVA DE ANDRADE

ANEXO

ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL PROCESSO
Despacho Nº 24/2014/SEI-MC	APL	CÂMARA DOS DEPUTADOS	SP	ITÚ	TVPD	62D 53000.044666/2012-88
Despacho Nº 25/2014/SEI-MC	APL	CÂMARA DOS DEPUTADOS	SP	CARAGUATATUBA	TVPD	61-D 53000.011849/2014-89
Despacho Nº 211/2014/SEI-MC	APL	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	SP	SÃO PAULO	RTV	64D 53000.005706/2014-38
Despacho Nº 297/2014/SEI-MC	APL	Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão	MG	DIAMANTINA	FME	259E 53000.037314/2012-76

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 20, DE 20 DE MAIO DE 2014

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.040546/2013-92, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de São Gotardo, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 13 (treze), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TV União de Minas Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araxá, estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 63, DE 23 DE MAIO DE 2014

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.051864/2013-89, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Mangaratiba, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Mangaratiba/RJ, utilizando o canal 13 (treze), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Record do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município do Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 147, DE 6 DE JUNHO DE 2014

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.071761/2013-35, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Jerônimo Monteiro, estado do Espírito Santo, utilizando o canal 7 (sete), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Cachoeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cachoeiro do Itapemirim, estado de Espírito Santo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 512, DE 31 DE JULHO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL - CLUSTER POUSO ALEGRE - HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024373/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL - CLUSTER POUSO ALEGRE - HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 22.897.716,09
Unidade Federativa:	MG

PORTARIA Nº 526, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL VARGINHA - HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024372/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL VARGINHA - HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 9.275.359,53
Unidade Federativa:	MG

PORTARIA Nº 527, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL ITAQUAQUECETUBA- HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024374/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL ITAQUAQUECETUBA- HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 10.523.163,78
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 528, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL TOLEDO - HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024375/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL TOLEDO - HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 14.936.366,67
Unidade Federativa:	PR

PORTARIA Nº 530, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL VITÓRIA DA CONQUISTA- HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024377/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL VITÓRIA DA CONQUISTA- HFC-01

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 7.932.308,91
Unidade Federativa:	BA

PORTARIA Nº 531, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL RIO VERDE- HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024376/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL RIO VERDE- HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	30/12/2016
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 16.170.268,26
Unidade Federativa:	GO

PORTARIA Nº 532, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL TREMEMBÉ- HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024378/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL TREMEMBÉ- HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 4.133.706,88
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 533, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL DIVINÓPOLIS- HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024381/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL DIVINOPOLIS- HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 23.330.370,83
Unidade Federativa:	MG

PORTARIA Nº 534, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL IMPERATRIZ- HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024380/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL IMPERATRIZ- HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 12.037.153,47
Unidade Federativa:	MA

PORTARIA Nº 535, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL LAGOA SANTA- HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024379/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL LAGOA SANTA- HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 7.141.079,22
Unidade Federativa:	MG

PORTARIA Nº 536, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL BRODOWSKI- HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024383/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL BRODOWSKI- HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 2.901.144,65
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 538, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL JARAGUÁ DO SUL- HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.024387/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL JARAGUÁ DO SUL- HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 12.897.456,85
Unidade Federativa:	SC

PORTARIA Nº 596, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL CAMPO GRANDE- HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.015088/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL CAMPO GRANDE- HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/05/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 3.246.014,53
Unidade Federativa:	MS

PORTARIA Nº 597, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE RECIFE-2015, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.017230/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria. Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE RECIFE-2015
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso óptico
Início:	20/08/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 811.399,69
Unidade Federativa:	PE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 598, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE RECIFE-2016, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.017231/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE RECIFE-2016
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso óptico
Início:	01/09/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 811.399,69
Unidade Federativa:	PE

PORTARIA Nº 599, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE SÃO LUÍS-2015, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.017234/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE SÃO LUIS-2015
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso óptico
Início:	22/09/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 833.531,77
Unidade Federativa:	MA

PORTARIA Nº 600, DE 7 DE AGOSTO DE 2014.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE SÃO LUÍS-2016, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.017236/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE SÃO LUIS-2016
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso óptico
Início:	01/09/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 833.531,77
Unidade Federativa:	MA

PORTARIA Nº 612, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE SÃO VICENTE-2015, da pessoa jurídica NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, processo nº 53000.017239/2014-99, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE SÃO VICENTE-2015
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso óptico
Início:	01/09/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 412.473,89
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 616, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE SÃO VICENTE-2016, da pessoa jurídica NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, processo nº 53000.017241/2014-68, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE SÃO VICENTE-2016
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso óptico
Início:	01/09/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 412.473,89
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 618, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DO SANTO ANDRÉ-2015, da pessoa jurídica NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, processo nº 53000.017244/2014-00, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DO SANTO ANDRÉ-2015
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso óptico
Início:	25/08/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 1.067.154,99
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 638, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto CPFL Telecom Redes Metropolitanas, da pessoa jurídica CPFL TELECOM S.A., processo nº 53900.006794/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	CPFL TELECOM S.A.
CNPJ:	12.116.119/0001-03
Projeto:	CPFL Telecom Redes Metropolitanas
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso óptico
Início:	01/10/2014
Término:	31/11/2016
Valor do Projeto:	R$ 63.469.840,94
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 651, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto "PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE GUARULHOS-2016", da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.016698/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

Nome empresarial	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ	00.108.786/0001-65
Tipo de rede	Rede de acesso óptico
Previsão de início	01/09/2014
Previsão de término	30/12/2016
Valor do projeto	R$ 1.235.485,09
Unidades Federativas	SP

PORTARIA Nº 652, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto "PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE MANAUS-2016", da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.016700/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

Nome empresarial	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ	00.108.786/0001-65
Tipo de rede	Rede de acesso óptico
Previsão de início	01/09/2014
Previsão de término	30/12/2016
Valor do projeto	R$ 811.394,54
Unidades Federativas	AM

PORTARIA Nº 653, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Aprovar o projeto "PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DO SANTO ANDRÉ-2016", da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.017245/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

Nome empresarial	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ	00.108.786/0001-65
Tipo de rede	Rede de acesso óptico
Previsão de início	01/09/2014
Previsão de término	30/12/2016
Valor do projeto	R$ 1.067.154,99
Unidades Federativas	SP

PORTARIA Nº 654, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto "PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE GOIÂNIA-2016", da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.016696/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

Nome empresarial	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ	00.108.786/0001-65
Tipo de rede	Rede de acesso óptico
Previsão de início	01/09/2014
Previsão de término	30/12/2016
Valor do projeto	R$ 811.394,54
Unidades Federativas	GO

PORTARIA Nº 656, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto "PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-2016", da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.016704/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

Nome empresarial	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ	00.108.786/0001-65
Tipo de rede	Rede de acesso óptico
Previsão de início	01/09/2014
Previsão de término	30/12/2016
Valor do projeto	R$ 811.394,54
Unidades Federativas	PB

PORTARIA Nº 657, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto "PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE TERESINA-2015", da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.017247/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

Nome empresarial	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ	00.108.786/0001-65
Tipo de rede	Rede de acesso óptico
Previsão de início	25/08/2014
Previsão de término	30/12/2016
Valor do projeto	R$ 811.399,69
Unidades Federativas	PI

PORTARIA Nº 658, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto "PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE TERESINA-2016", da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.017248/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

Nome empresarial	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ	00.108.786/0001-65
Tipo de rede	Rede de acesso óptico
Previsão de início	01/09/2014
Previsão de término	30/12/2016
Valor do projeto	R$ 811.399,69
Unidades Federativas	PI

PORTARIA Nº 660, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto "PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE VILA VELHA-2016", da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.017251/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

Nome empresarial	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ	00.108.786/0001-65
Tipo de rede	Rede de acesso óptico
Previsão de início	01/09/2014
Previsão de término	30/12/2016
Valor do projeto	R$ 647.318,09
Unidades Federativas	ES

PORTARIA Nº 664, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO NET ACESSO COAXIAL GUARAMIRIM - HFC-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53900.004835/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO NET ACESSO COAXIAL GUARAMIRIM - HFC-01
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 2.328.912,80
Unidade Federativa:	SC

PORTARIA Nº 717, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE BARUERI-2016, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53000.016707/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE BARUERI-2016
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso óptico
Início:	01/01/2016
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 1.033.085,58
Unidade Federativa:	SP

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 422, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.001207/2014-31, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santa Brígida VII, de titularidade da empresa Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.875.270/0001-49, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, entre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Ventos de Santa Brígida VII, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 6º A Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A. e a sociedade controladora deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Projeto	EOL Ventos de Santa Brígida VII.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 05/2013-ANEEL (Energia de Reserva), realizado em 23 de agosto de 2013.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 125, de 25 de março de 2014.	
Titular	Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	
CNPJ/MF	17.875.270/0001-49.	
Pessoa Jurídica integrante da SPE	Razão Social:	CNPJ/MF:
	Salus - Fundo de Investimento em Participações. Ventos de Santa Brígida Energias Renováveis S.A.	09.910.984/0001-12; e 13.329.870/0001-50.
Localização	Município de Caetés, Estado de Pernambuco.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 29.700 kW, composta por onze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.001207/2014-31.	

PORTARIA Nº 423, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005590/2013-85, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.674.987/0001-05, com Sede na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, km 08, s/nº, Sala 107, Distrito Industrial, Município de Maracanaú, Estado do Ceará, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santo Augusto I, no Município de Simões, Estado do Piauí, com 16.000 kW de capacidade instalada e 8.200 kW médios de garantia física de energia, constituída por oito Unidades Geradoras de 2.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Ventos de Santo Augusto I, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de setenta quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Coletora Chapada 230/500 kV, a qual se interligará ao Seccionamento da Linha de Transmissão São João do Piauí - Milagres, de propriedade da Iracema Transmissora de Energia S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo único. Deverá a autorizada proceder à atualização das informações do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito na Ficha de Dados de Empreendimento no Sistema de Acompanhamento de Geradores de Energia - AEGE, conforme instruções disponíveis no sítio na rede mundial de computadores - www.epe.gov.br.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 1º de fevereiro de 2017;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de março de 2017;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 15 de março de 2017;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 1º de abril de 2017;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de maio de 2017;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de agosto de 2017;

g) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de outubro de 2017;

h) obtenção da Licença de Operação: até 1º de novembro de 2017;

i) início da Operação em Teste da 1ª à 3ª Unidade Geradora: até 15 de novembro de 2017;

j) início da Operação em Teste da 4ª à 6ª Unidade Geradora: até 1º de dezembro de 2017;

k) início da Operação em Teste da 7ª à 8ª Unidade Geradora: até 15 de dezembro de 2017; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 8ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2018;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 2.744.500,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Ventos de Santo Augusto I;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santo Augusto I, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santo Augusto I

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	320.467	9.153.778
2	320.524	9.153.940
3	320.394	9.154.176
4	320.456	9.154.340
5	319.170	9.153.963
6	319.236	9.154.122
7	319.296	9.154.283
8	319.359	9.254.443

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 424, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005573/2013-48, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.673.911/0001-57, com Sede na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, km 08, s/nº, Sala 117, Distrito Industrial, Município de Maracanaú, Estado do Ceará, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santo Augusto II, no Município de Simões, Estado do Piauí, com 30.000 kW de capacidade instalada e 15.700 kW médios de garantia física de energia, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Ventos de Santo Augusto II, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de setenta quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Coletora Chapada 230/500 kV, a qual se interligará ao Seccionamento da Linha de Transmissão São João do Piauí - Milagres, de propriedade da Iracema Transmissora de Energia S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo único. Deverá a autorizada proceder à atualização, das informações do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito na Ficha de Dados de Empreendimento no Sistema de Acompanhamento de Geradores de Energia - AEGE, conforme instruções disponíveis no sítio na rede mundial de computadores - www.epe.gov.br.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 1º de fevereiro de 2017;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de março de 2017;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 15 de março de 2017;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 1º de abril de 2017;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de maio de 2017;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de agosto de 2017;

g) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de outubro de 2017;

h) obtenção da Licença de Operação: até 1º de novembro de 2017;

i) início da Operação em Teste da 1ª à 5ª Unidade Geradora: até 15 de novembro de 2017;

j) início da Operação em Teste da 6ª à 10ª Unidade Geradora: até 1º de dezembro de 2017;

k) início da Operação em Teste da 11ª à 15ª Unidade Geradora: até 15 de dezembro de 2017; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 15ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2018;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 5.147.000,00 (cinco milhões, cento e quarenta e sete mil reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Ventos de Santo Augusto II;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santo Augusto II, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santo Augusto II

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	319.422	9.154.603
2	319.698	9.154.797
3	319.660	9.154.994
4	319.619	9.155.191
5	320.159	9.155.223
6	320.225	9.155381
7	320.291	9.155.540
8	320.357	9.155.700
9	320.424	9.155.859
10	320.489	9.156.018
11	320.163	9.156.335
12	320.214	9.156.500
13	319.002	9.156578
14	319.051	9.156.744
15	319.099	9.156.910

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.784, DE 5 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006569/2013-05. Interessada: Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia LTDA. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.301.605/0001-88, com sede no município e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, 160, sala 1830, as áreas de terra situadas numa faixa de 70 m (setenta metros) de largura, necessárias à implantação das Linhas de Transmissão: (i-1) Tucuruí II - Itacaiúnas, em circuito simples, 500 kV, 272 km (duzentos e setenta e dois quilômetros) de extensão, que interligará a Subestação Tucuruí II, de propriedade da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletrobrás Eletronorte, à Subestação Itacaiúnas, de propriedade da ATE III Transmissora de Energia S.A., localizada nos municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Itupiranga e Marabá, no estado do Pará, e (i-2) Itacaiúnas - Colinas C2, em circuito simples, 500 kV, 291 km (duzentos e noventa e um quilômetros) de extensão, que interligará a Subestação Itacaiúnas, de propriedade da ATE III Transmissora de Energia S.A., à Subestação Colinas, de propriedade da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletrobrás Eletronorte, localizada nos municípios de Marabá, Eldorado dos Carajás, São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Aragominas, Muricilândia, Santa Fé do Araguaia, Araguaína, Nova Olinda, Pau D'Arco, Bandeirantes do Tocantins e Colinas do Tocantins, nos estados do Pará e Tocantins; (ii) fica a Interessada autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 29 de julho de 2014

Nº 2.872 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos processos 48500.000885/2011-01 e 48500.004839/2013-54, resolve (i) conhecer e negar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia de Eletricidade do estado da Bahia - Coelba em face do Auto de Infração AI nº 118/2012-SFE, de 16 de agosto de 2012, e, por conseguinte, (ii) manter as penalidades de advertência e multa no valor de R$ 17.390.316,07 (dezessete milhões, trezentos e noventa mil, trezentos e dezesseis reais e sete centavos), valor este que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente; e (iii) determinar o cumprimento das determinações D.1, D.2, D.3, D.4, D.5, D.6, D.7, D.8, D.9, D.10, D.11 e D.12, nos prazos estabelecidos.

Em 5 de agosto de 2014

Nº 3.033 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000228/2013-18, decide conhecer e dar provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto pela Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa em face da publicação da Resolução Homologatória nº 1.576/2013, que homologa o resultado final da sexta revisão tarifária periódica - 3CRTP, no sentido de:

(i)Alterar a parcela de Quota de Reintegração Regulatória de R$ 107.840.488,31 para R$ 109.121.025,50, e o valor da Remuneração do Capital de R$ 170.444.233,62 para R$178.605.229,47, totalizando um aumento de R$ 9.441.533,04 na Receita Requerida da concessionária, com efeitos no reajuste tarifário anual de 2014.

(ii)Alterar, com efeitos no reajuste tarifário anual de 2014, a trajetória de perdas não técnicas, conforme exposto na tabela a seguir:

Tabela 7 - Efeito de alteração das perdas regulatória com a revisão do PRORET.

Descrição	Ponto Partida	2013	2014	2015
Trajetória com alteração PRORET	12,07%	10,67%	9,27%	7,87%

(iii)Alterar o índice de reposicionamento econômico da Escelsa de 1,32% para 1,91%, em função dos ajustes financeiros decorrentes da diferença de compra de energia em virtude da forma de valoração das sobras, que adicionado aos componentes financeiros externos ao cálculo resulta em um reposicionamento de 4,71%, com efeitos no reajuste tarifário anual de 2014.

Em 12 de agosto de 2014

Nº 3.104 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.005650/2001-19, decide indeferir o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e de recomposição do prazo do Contrato de Concessão n. 16/2002 - ANEEL - AHE Complexo Energético São João - Cachoeirinha, interposto pela Chopim Energia S.A.

Nº 3.106 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005229/2012-78, resolve (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte em face do Auto de Infração n. 1.037/2013-SFE, de 18/10/2013, para, no mérito, negar-lhe provimento; e, por conseguinte, (ii) manter a penalidade de multa aplicada no valor de R$ 5.016.488,60 (cinco milhões, dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), valor este que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

Nº 3.111 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003008/2014-27, resolve não conhecer o recurso da Geradora de Energia do Estado de Mato Grosso S. A.- GERMAT (PCH Santa Cecília), ante a intempestividade verificada, mantendo na integra o Auto de Infração nº 002/2013- AGER/MT, que aplicou as penalidades de multa no valor de R$ 48.217,20 (quarenta e oito mil, duzentos e dezessete reais e vinte centavos), valor este que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

Nº 3.112 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003009/2014-71, resolve não conhecer o recurso da Geradora de Energia do Estado de Mato Grosso S. A.- GERMAT (PCH Mestre), ante a intempestividade verificada, mantendo na integra o Auto de Infração nº 001/2013- AGER/MT, que aplicou as penalidades de multa no valor de R$ 29.465,35 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), valor esse que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

Nº 3.115 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo n. 48500.006769/2013-50, resolve (i) conhecer do recurso administrativo interposto pela Copel Geração e Transmissão S/A em face do Despacho n. 4.257, de 16 de dezembro de 2013, para, no mérito, negar-lhe provimento; e, por conseguinte, (ii) manter a decisão de aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade referente aos desligamentos da Linha de Transmissão, em 230 kV, Umbará - Uberaba, provocados pela ruptura dos isoladores poliméricos e aos desligamentos das Linhas de Transmissão, em 230 kV, Distrito de São José dos Pinhais - Santa Mônica e Bateias - Jaguariaíva.

Nº 3.116 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.005654/2001-70, resolve conhecer e negar provimento ao pedido de reconsideração em face ao Despacho n. 4.188, de 20 de dezembro de 2013, que indeferiu o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e de recomposição do prazo do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 20/2002, formulado pelas empresas Alcoa Alumínio S.A., DME Energética Ltda. e Votorantim Cimentos S.A., integrantes do Consórcio Pai Querê.

Em 15 de agosto de 2014

Nº 3.167 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, bem como no que consta do Processo nº 48500.004388/2011-74, resolve: conceder a prorrogação do prazo constante do Despacho n° 2.742, de 7 de julho de 2014, requerida por PARNAIBA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., em favor da UTE MARANHÃO III, para até 05/09/2014, permanecendo inalteradas as demais disposições.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 15 de agosto de 2014

Nº 3.164 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 2.806, de 27 de agosto de 2013, com a redação dada pela Portaria ANEEL nº 3.066, de 25 de março de 2014, considerando o que consta do Processo nº 48500.003138/2013-89 e o disposto no item 8.9 do Edital do Leilão nº 02/2014, que tem por objeto a outorga de concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, decide pela habilitação do Consórcio Novo Oriente, vencedor do referido certame, constituído pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinopla (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49,9%).

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2014

Nº 3.153 Processo nº 48500.003991/2014-81. Interessado: empresa AES Tietê S/A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga da UFV Água Vermelha I, com 27.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Iturama, no estado de Minas Gerais

A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HUMBERTO CUNHA DOS SANTOS
Substituto

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 3.087, de 12 de agosto de 2014, constante no Processo 48500.000746/2011-70, publicado no DOU nº 154, de 13 de agosto de 2014, seção 1, página 143, onde se lê: "Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga da EOL Picuí 4, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.", leia-se: "Prorrogar o prazo de vigência do Despacho n° 1.283/2011, referente a EOL Picuí 4".

No Despacho nº 3.088, de 12 de agosto de 2014, constante no Processo 48500.000893/2011-40, publicado no DOU nº 154, de 13 de agosto de 2014, seção 1, página 143, onde se lê: "Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga da EOL Picuí 2, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.", leia-se: "Prorrogar o prazo de vigência do Despacho n° 1.244/2011, referente a EOL Picuí 2".

No Despacho nº 3.089, de 12 de agosto de 2014, constante no Processo 48500.001664/2013-12, publicado no DOU nº 154, de 13 de agosto de 2014, seção 1, página 143, onde se lê: "Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga da EOL Picuí 7, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.", leia-se: "Prorrogar o prazo de vigência do Despacho n° 2.375/2013, referente a EOL Picuí 7".

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2014

Nº 3.152 - Processo nº 48500.002834/2013-78. Interessados: Agentes do Setor Elétrico e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Decisão: determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que considere inválidos os registros dos contratos celebrados entre a compradora DME Distribuição S.A.e os vendedores Eletron Comercializadora de Energia Ltda. e Diferencial Comercializadora de Energia Ltda., ambos com início de suprimento em 01/07/2014, não devendo tais contratos gerar quaisquer efeitos no âmbito da CCEE.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no sítio http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2014

Nº 3.151 - Processo nº 48500.003984/2008-31. Interessado: Santo Antônio Energia S.A. Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação comercial a partir de 16 de agosto de 2014. Usina: UHE Santo Antônio. Unidade Geradora: UG31 de 69.590 kW. Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2014

Nº 3.150 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regulamentares, considerando o disposto no Decreto nº 8.221, de 1º de abril de 2014 e no §1° do art. 3° da Resolução Normativa nº 612, de 16 de abril de 2014, o que consta do processo n. 48500.002290/2014-25, decide: (i) anuir à minuta do Contrato de Abertura de Linha de Crédito e Outras Avenças, datada de 15 de agosto de 2014, a ser celebrado entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e Bancos Financiadores, no valor bruto de até R$ 6.600.000.000,00 (seis bilhões e seiscentos milhões de reais), contendo substancialmente as principais condições da operação de crédito, em cumprimento aos requisitos dispostos no Decreto e Resolução citados, dentre eles a modicidade tarifária; (ii) anuir à minuta do Terceiro Aditamento ao Contrato de Abertura de Linha de Crédito

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e Outras Avenças, datada de 15 de agosto de 2014, a ser celebrado entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e Bancos Financiadores, aprovado pelo Despacho n° 1.280, de 24 de abril de 2014, com o objetivo principal de refletir o novo fluxo das contas vinculadas e contas reservas estruturado no âmbito da contratação da operação referida no item (i) acima; e (iii) estabelecer que a CCEE apresente a esta Superintendência cópia do instrumento e seus anexos celebrados com os financiadores, no prazo de 30 (trinta) dias.

Nº 3.165 - Processo nº: 48500.007200/2013-10. Interessada: Brilhante Transmissora de Energia S.A. Decisão: anuir ao contrato de prestação de serviços administrativos a ser firmado entre a interessada (contratante) e a São Simão Montagens e Serviços de Eletricidade Ltda. (contratada) pelo montante de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Nº 3.166 - Processo nº 48500.006925/2013-82. Interessada: Renova Energia S.A. Decisão anuir à prorrogação do prazo estabelecido no § 1º do art. 1º da Resolução Autorizativa nº 4.617, de 8 de abril de 2014, em adicionais 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 15 de agosto de 2014, para implementação da operação de transferência de controle direto da Interessada e indireto das Autorizadas por ela controladas.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2014

Nº 3.157 - Processo: 48500.003880/2012-11. Decisão: (i) transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio São Marcos, no trecho da nascente até o remanso do reservatório da UHE Batalha, sub-bacia 60, nos Estados de Minas Gerais e Goiás, concedido à empresa Cienge Engenharia e Comércio Ltda., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/98; e (ii) revogar o Despacho nº 2.532, de 8 de agosto de 2012.

Nº 3.158 - Processo: 48500.001035/2011-12, 48500.001038/2011-56 e 48500.001063/2011-30. Decisão: (i) revogar os Despachos nºs 2.910, 2.911, 2.912, de 14/7/2011, que efetivaram como ativo os registros para desenvolver o Projeto Básico das PCHs Barra de Ferro, Linha Carvalho e Foz do Biriba, respectivamente, situadas no rio Pardo, sub-bacia 85, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do rio Grande do Sul, tendo em vista a manifestação da empresa Cooperativa Regional de Desenvolvimento Teutonia - CERTEL da desistência em continuar elaborando os aludidos projetos.

Nº 3.159 - Processo: 48500.003292/2013-51. Decisão: (i) anuir com o pedido de inclusão dos Senhores Roberto Parizotto Filho e Maria Zoldan Parizotto, inscritos nos CPFs sob os nºs 068.957.019-82 e 575.409.189-34, respectivamente, na titularidade do Projeto Básico da PCH Tupitinga, localizada no Rio Santa Cruz, sub-bacia 71, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, solicitado pelo Senhor Ricardo Rolim de Moura.

Nº 3.160 - Processo: 48500.004328/2014-02. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Arvoredo, com potência estimada de 3,30 MW, situada no Rio São Mateus, sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 11/8/2014 pela empresa Geoenergy Engenharia e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.295.128/0001-83 e, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 18/10/2015, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 3.161 - Processo: 48500.004327/2014-50. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Chapada Bonita, com potência estimada de 1,90 MW, situada no Rio São Mateus, sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 11/8/2014 pela empresa Geoenergy Engenharia e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.295.128/0001-83 e, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 18/10/2015, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 3.162 - Processo: 48500.004329/2014-49. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Mandorim, com potência estimada de 2,40 MW, situada no Rio São Mateus, sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 11/8/2014 pela empresa Geoenergy Engenharia e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.295.128/0001-83 e, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 18/10/2015, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 3.163 - Processo: 48500.004332/2014-62. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH São Joaquim, com potência estimada de 3,40 MW, situada no Rio São Mateus, sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 11/8/2014 pela empresa Geoenergy Engenharia e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.295.128/0001-83 e, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 18/10/2015, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHOS DE SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2014

Nº 3.154 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 249, de 30 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.004414/2014-15, resolve: I - Reconhecer o montante investido pela CPFL Piratininga no programa de P&D do ciclo 2007/2008 no valor de R$ 5.709.414,20 (cinco milhões, setecentos e nove mil, quatrocentos e catorze reais e vinte centavos) oriundos dos projetos relacionados na Nota Técnica n° 0084/2014-SPE/ANEEL, de 14 de julho de 2014; II - Aprovar a continuidade, no ciclo 2008/2009, de Projetos no valor de R$ 1.423.438,97 (hum milhão, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos), conforme Nota Técnica 0084/2014-SPE/ANEEL, de 14 de julho de 2014; e II - Determinar que os Projetos sejam concluídos até 31 de agosto de 2015.

Nº 3.155 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 249, de 30 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.004415/2014-51, resolve: I - Reconhecer o montante investido pela CPFL Paulista no programa de P&D do ciclo 2007/2008 no valor de R$ 9.033.688,19 (nove milhões, trinta e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais e dezenove centavos) oriundos dos projetos relacionados na Nota Técnica n° 0084/2014-SPE/ANEEL, de 14 de julho de 2014; II - Aprovar a continuidade, no ciclo 2008/2009, de Projetos no valor de R$ 3.104.216,02 (três milhões, cento e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e dois centavos), conforme Nota Técnica 0084/2014-SPE/ANEEL, de 14 de julho de 2014; e II - Determinar que os Projetos sejam concluídos até 31 de agosto de 2015.

Nº 3.156 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 249, de 30 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.004416/2014-04, resolve: I - Reconhecer o montante investido pela CPFL Santa Cruz no programa de P&D do ciclo 2007/2008 no valor de 350.368,61 (trezentos e cinquenta mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos) oriundos dos projetos relacionados na Nota Técnica n° 0084/2014-SPE/ANEEL, de 14 de julho de 2014; II - Aprovar a continuidade, no ciclo 2008/2009, de Projetos no valor de 350.368,61 (trezentos e cinquenta mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos) conforme Nota Técnica 0084/2014-SPE/ANEEL, de 14 de julho de 2014; e II - Determinar que os Projetos sejam concluídos até 31 de agosto de 2015.

MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 315, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48300.008490/1997-96, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a REJAILE DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ n.º 00.209.895/0003-30, registrada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B sob o nº 341, autorizada a ampliar instalação de base de armazenamento e distribuição de combustíveis localizada na Rua Edson Queiroz, n.º 215, Bairro Chapada, Município de Araucária - PR, 83707-741, através da modificação dos tanques nº 01, 02, 03, 04 e 06 e construção dos tanques n.º 05, 07, 08, 09 e 10.

O parque de tancagem de produtos, após ampliação, será constituído dos seguintes tanques verticais aéreos listados a seguir, perfazendo o total de 12.076 m³.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALT/COMP (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO CLASSE	TIPO Subterrâneo(S) Aéreo (A)	OBS.
01	7,64	18,00	825	II a III	A	A ser modificado
02	7,64	18,00	825	I a III	A	A ser modificado
03	7,64	18,00	825	IB a III	A	A ser modificado
04	7,64	18,00	825	II a III	A	A ser modificado
06	7,64	18,00	825	IIIB	A	A ser modificado
05	9,55	18,00	1.289	II a III	A	A construir
07	12,415	18,00	2.179	II a III	A	A construir
08	12,415	18,00	2.179	IA a III	A	A construir
09	12,415	18,00	2.179	IB a III	A	A construir
10	4,000	10,00	125	IIIB	A	A construir

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A REJAILE DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 00.209.895/0003-30, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização, após conclusão do respectivo processo legal instaurado para tal, assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 316, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 202, de 30/12/1999 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.004318/2001-05, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Small Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda., CNPJ nº 02.044.526/0003-60, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B, autorizada a operar a ampliação (tanques 11 e 12) de suas instalações na Rodovia Assis Chateaubriand km 457 - Vila Maria - Presidente Prudente - SP - CEP 19053-680.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O parque de tancagem, referente à ampliação, compreende os tanques 11 e 12, aéreos verticais, perfazendo o total de 762,26 m³. Os tanques de 1 a 8 são aéreos e horizontais, os tanques 9 e 10 são aéreos e verticais. A tancagem total autorizada a operar, após a ampliação, é de 2.336,68 m³.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALTURA (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO (CLASSE)	SITUAÇÃO
1	3,18	12,78	101,50	CLASSE I	Operando
2	3,18	12,78	101,50	CLASSE I	Operando
3	3,18	12,78	101,50	CLASSE I	Operando
4	3,18	12,78	101,50	CLASSE I	Operando
5	3,19	12,78	102,14	CLASSE I	Operando
6	3,19	12,79	101,86	CLASSE I	Operando
7	3,18	12,79	101,22	CLASSE IIIB	Operando
8	3,17	12,80	101,02	CLASSE II	Operando
9	9,00	6,00	381,05	CLASSE II	Operando
10	9,00	6,00	381,13	CLASSE II	Operando
11	9,00	6,00	381,13	CLASSE I	A operar
12	9,00	6,00	381,13	CLASSE I	A operar

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 02.044.526/0003-60, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, no prazo regulamentar, protocolizado junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 317, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.008936/2003-88, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 33.337.122/0152-30, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B, autorizada a operar as instalações de armazenamento localizadas no Rio Jari s/n, Porto Munguba, Distrito de Monte Dourado, Almeirim - PA - CEP: 68230-000.

As instalações de armazenamento, cuja autorização para operação está sendo concedida, são constituídas pelos tanques aéreos apresentados na tabela a seguir. A capacidade total de armazenamento é de 12.317,481m³.

TANQUE Nº	DIÂMETRO (m)	ALTURA / COPRIMENTO (m)	VOLUME (m³)	CLASSE DE PRODUTO	TIPO
103	6,428	5,300	163,689	II e III	Vertical
104	14,641	14,957	2.476,233	II e III	Vertical
105	14,618	15,430	2.473,066	II e III	Vertical
106	7,893	10,250	479,800	II e III	Vertical
107	20,436	15,405	4.771,439	II e III	Vertical
108	7,925	9,867	477,657	I, II e III	Vertical
110	11,148	12,623	1.204,808	II e III	Vertical
411	2,814	8,678	53,947	I, II e III	Horizontal
412	2,810	8,700	54,186	I, II e III	Horizontal
413	3,040	11,205	81,731	I, II e III	Horizontal
414	3,040	11,110	80,928	I, II e III	Horizontal

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 33.337.122/0152-30, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização, após conclusão do respectivo processo legal instaurado para tal, assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa.

Art. 4º Fica revogada a Autorização ANP nº 60/2004, publicada no D.O.U. em 22/03/2004.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2014

Nº 1.187 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/CE0157323	AUTO POSTO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA - ME	19.471.227/0001-43	MONSENHOR TABOSA	CE	48610.005979/2014-64
PR/CE0161922	BEZERRA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	10.383.433/0006-31	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.007778/2014-00
PR/MG0147162	BICUDO CENTER LTDA - ME	11.211.524/0002-29	BRASILANDIA DE MINAS	MG	48610.011378/2013-18
PR/MA0159702	C LIMA DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI -EPP	17.074.648/0001-05	IGARAPE DO MEIO	MA	48610.006863/2014-42
PR/RS0163582	DITRENTO POSTOS E LOGISTICA LTDA	07.473.735/0095-61	PORTO ALEGRE	RS	48610.008866/2014-11
PR/MG0158882	EDUARDO CARLOS DE ANDRADE E CIA - EPP	07.818.782/0001-10	ELOI MENDES	MG	48610.006645/2014-16
PR/PA0144582	F W CARLOS & A M DA SILVA LTDA	11.925.940/0002-99	CAPITAO POCO	PA	48610.010247/2013-13
PR/RN0110762	INFINITY - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	03.622.274/0001-00	BAIA FORMOSA	RN	48610.003828/2012-18
PR/RN0157462	JOSÉ MENDES DA SILVA POSTO DE GASOLINA	03.315.118/0003-69	NATAL	RN	48610.005982/2014-88
PR/MA0152485	M. ABREU GONÇALVES	04.227.439/0001-02	PINDARE MIRIM	MA	48610.001933/2014-76
PR/PR0113672	M ESTELA VERENKA & CIA LTDA	14.970.295/0001-33	SAO JOAO DO IVAI	PR	48610.005461/2012-69
PR/CE0161022	MARIA MARLENE NASCIMENTO ALENÇCAR - ME	17.125.688/0001-39	CRATO	CE	48610.007681/2014-99
PR/MA0161442	MILENA KALINA NOBRE FERNANDES DE SÁ - EPP	17.456.623/0001-76	SUCUPIRA DO NORTE	MA	48610.007840/2014-55
PR/CE0157423	POSTO DE COMBUSTIVEIS POPULAR LTDA - ME.	19.007.795/0001-98	SALITRE	CE	48610.005904/2014-83
PR/RS0150983	POSTO DE COMBUSTIVEL SERRA FORTE LTDA	18.606.604/0001-41	SANTA VITORIA DO PALMAR	RS	48610.000813/2014-51
PR/RJ0160502	POSTO DE GASOLINA ALMIRANTE DE ITACURUÇA LTDA - ME	16.721.232/0001-79	MANGARATIBA	RJ	48610.007191/2014-92
PR/MA0157762	RAIMUNDO SOUZA SILVA EPP	17.419.509/0001-76	BELA VISTA DO MARANHAO	MA	48610.006254/2014-93

Nº 1.188 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004 e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/CE0226517	ANDRE ALVES DE LIMA - ME	15.579.023/0002-50	BREJO SANTO	CE	48610.006797/2014-19
GLP/SP0226518	B & M MACHADO COMERCIO DE GAZ LTDA - ME	19.921.336/0001-15	MIRASSOL	SP	48610.008558/2014-95
GLP/BA0226519	CAVALCANTI & CARDOSO LTDA - ME	17.993.505/0001-05	BARRA	BA	48610.003511/2014-35
GLP/MG0226520	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE BOM DESPACHO LTDA.	18.810.176/0005-06	BOM DESPACHO	MG	48610.005716/2014-55
GLP/MG0226521	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE BOM DESPACHO LTDA.	18.810.176/0015-70	BOM DESPACHO	MG	48610.005680/2014-18
GLP/PR0226522	E. DE J. BRAGA DA SILVA - AGUA E GAS - ME	19.662.937/0001-50	LONDRINA	PR	48610.006161/2014-69
GLP/BA0226523	FABIO PINTO LIMA 01102212571	20.377.689/0001-85	BONITO	BA	48610.008538/2014-14
GLP/PI0226524	FRANCISCA MARIA LEITE DE SOUSA 91772559334	14.795.966/0001-77	SAO JOAO DA VARJOTA	PI	48610.005475/2014-44
GLP/PA0226525	GABRIEL ISAAC CARNEIRO FIMA COMERCIAL	18.231.835/0001-18	MARITUBA	PA	48610.006894/2014-01
GLP/MG0226526	GARRONI & REBELO COMERCIAL LTDA - ME.	05.558.357/0001-03	MACHADO	MG	48610.006279/2014-97
GLP/SC0226527	JUAREZ DORALINO PERTILE - ME	20.194.316/0001-79	CAMPO ERE	SC	48610.006695/2014-95
GLP/PA0226528	L. M. DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA ME	07.065.498/0001-10	BELEM	PA	48610.001815/2014-68
GLP/RS0226529	M. A. TEIXEIRA VELOSO - ME.	11.194.881/0001-45	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	48610.007114/2014-32
GLP/MA0226530	M. FREIRES BEZERRA - ME.	12.648.393/0001-23	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	MA	48610.007014/2014-14
GLP/MG0226531	MARIA DE LOURDES ALVES SANTOS - ME	64.200.355/0002-98	IBIAI	MG	48610.008704/2014-82
GLP/SP0226532	MATRIX COMERCIO DE GAS & EMBALAGENS LTDA - ME	05.813.922/0001-31	ARACARIGUAMA	SP	48610.007275/2014-26
GLP/MG0226533	MV DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE DE GAS LTDA - ME	20.164.195/0001-12	JUIZ DE FORA	MG	48610.008760/2014-17
GLP/SP0226534	PAULO SERGIO ISHIBASHI - ME	18.841.406/0001-62	PINDORAMA	SP	48610.006269/2014-51
GLP/MS0226535	PRAJA GAS COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	12.552.974/0001-67	CAMPO GRANDE	MS	48610.008557/2014-41
GLP/PR0226536	RA COMERCIO DE GAS LTDA - ME	13.788.719/0001-80	MARINGA	PR	48610.006682/2014-16
GLP/MG0226537	SEDE GAS LTDA	20.277.030/0001-57	CONTAGEM	MG	48610.008539/2014-69
GLP/MG0226538	SERGIO RENATO FERREIRA TEIXEIRA 00668563613	19.865.225/0001-39	MONTES CLAROS	MG	48610.005923/2014-18
GLP/GO0226539	VALTEIR CANDIDO DE JESUS 99356570191	18.886.322/0001-45	SENADOR CANEDO	GO	48610.008556/2014-04

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 1.189 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto do inciso III, do art. 10 da Lei 9.847/99, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº BA0028481 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO SEREIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 13.505.714/0001-01, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48611.000361/2013-17.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º A empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º - Fica revogada a Autorização nº 374, de 15/08/2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 159, Seção 1, páginas 102 e 103, de 16/08/2012.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 318, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.002646/2009-16, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0063-51, autorizada a operar um terminal aquaviário localizado no Município de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. As características das instalações do terminal estão descritas nas tabelas abaixo:

Tanques de Armazenamento

TAG	Diâmetro médio (m)	Altura útil (m)	Capacidade tabelada (m3)	Produto
TQ-6313001	30,498	14,450	10.721,191	Nafta craqueada
TQ-6313002	30,498	14,450	10.721,504	Nafta craqueada
TQ-6313003	30,503	14,630	10.854,313	Nafta petroquímica
TQ-6313004	30,501	14,640	10.850,114	Nafta petroquímica
TQ-6313005	30,514	17,080	12.660,320	Diesel S-10
TQ-6313006	30,504	17,070	12.630,586	Diesel S-10
TQ-6313007	45,807	14,330	24.015,593	Diesel S-2000

Tanques auxiliares de drenagem

TAG	Diâmetro nominal (m)	Altura (m)	Capacidade nominal (m3)	Produto
TQ-5323001	2,500	2,500	10,00	Nafta craqueada
TQ-5323002	2,500	2,300	10,00	Nafta petroquímica
TQ-5323003	2,500	2,300	10,00	Diesel S-10
TQ-5323004	2,500	2,300	10,00	Diesel S-2000

Duto de Claros - Trecho Terrestre

Diâmetro (pol)	Extensão (Km)	Material	Espessura (pol)	Vazão Max (m^3/h)	Vazão Oper. (m^3/h)	Pressão Max. (kgf/cm^2)	Pressão projeto (kgf/cm^2)	Produtos
20	4,9	Aço carbono API-5L-GrB	0,375	1.240	850 a 1100	30	50	Nafta craqueada Nafta petroquími-ca Diesel S-10 Diesel S-2000

Dutos de Claros - Trecho Submarino

Diâmetro (pol)	Extensão (Km)	Material	Espessura (pol)	Vazão Max (m^3/h)	Vazão Oper. (m^3/h)	Pressão Max. (kgf/cm^2)	Pressão projeto (kgf/cm^2)	Produtos
20	18,6	Aço carbono API-5L-X65	0,500	1.240	850 a 1100	30	50	Nafta craqueada Nafta petroquími-ca Diesel S-10 Diesel S-2000

Quadro de Bóias Marítimo

Tipo	Quant. de bóias	Diâmetro externo de cada bóia (m)	Altura da bóia (m)	Peso de cada bóia (ton)	Empuxo disponível (ton)	Gancho de amarração		
						Quant.	Tipo	Capacidade (ton)
Cilíndrica compartimentada	4	4	2	9	16	2 por bóia	Escape rápido	40 individual

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Superintendente nº 1100, de 05/08/2014, publicado no DOU, edição nº 149, de 06/08/2014, seção 1, página 56, onde se lê: "Credenciamento ANP Nº 199/2014" leia-se: "Credenciamento ANP Nº 249/2014".

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

REFERENTE: Processo nº 48400.000697/2014 - 46

INTERESSADO: DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes.

ASSUNTO : Bloqueio de área para execução de Obras de restauração da BR-425 , localizada no trecho entre o município de Abunã ao município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

e acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na RDC Eletrônico nº 762/2013, publicado em 3 de outubro de 2013, entre o DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte e a empresa Rondônia Transportes e Serviços - Ltda - EPP, para execução de obras remanescentes de restauração da BR-425/RO, localizada no trecho entre o município de Abunã ao município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, DETERMINO , com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 10,03 ha (dez hectares, três ares), nos municípios de Abunã e Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, conforme memoriais descritivos e formulário da folha 98 constante no processo 48400-000697/2014 - 46.

RELAÇÃO Nº 133/2014-DF

Fase de Concessão de Lavra

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

810.190/1969-COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO- Portaria de Lavra nº 450/1987- Cessionário:VALE FERTILIZANTES S.A.- CNPJ 19.443.985/0001-58

890.198/1981-POLITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS POLIDAS LTDA EPP- Portaria de Lavra nº 10/2001- Cessionário:MONTE BRANCO MINERAÇÃO EIRELLE - EPP- CNPJ 09.192.640/0001-15.

830.844/1983-MINERAÇÃO DF-II LTDA.- Portaria de Lavra nº 436/1994- Cessionário:WTM TRANSPORTES LTDA.- CNPJ 20.247.737/0001-10

831.861/1987-MARMINDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 545/2002- Cessionário:ANDRADE DE MINAS GRANITOS LTDA.- CNPJ 42.800.953/0001-84

820.182/1989-USIPEDRAMIX BRITAGEM E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.- Portaria de Lavra nº 309/1996- Cessionário:ENGEPAC BRITAGEM E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.- CNPJ 12.610.315/0001-30.

820.432/1996-COPAGUA AGUA MINERAL LTDA- Portaria de Lavra nº 193/1998- Cessionário:INDÚSTRIA DE SUCOS PATURI LTDA- CNPJ 10.434.864/0001-75

896.117/2002-GRAMACAP - GRANITOS E MARMORES CAPIXABA LTDA- Portaria de Lavra nº 73/2005- Cessionário:MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.- CNPJ 07.280.781/0001-64

896.006/2006-IMPEX IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO LTDA- Portaria de Lavra nº 97/2012- Cessionário:MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA.- CNPJ 39.282.298/0001-05

Torna sem efeito despacho que autorizou averbação ao ato de penhora de concessão de lavra(685)

830.844/1983-MINERAÇÃO DF-II LTDA.- Publicado DOU de 17/09/2013- Portaria n° 436/1994

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

808.431/1974-MINERAÇÃO MARINO CESCA LTDA- Alvará n° 7595/1978 - Cessionário: COMPANHIA CEARENSE DE CIMENTO PORTLAND- CNPJ 07.205.719/0001-08

808.433/1974-MINERAÇÃO MARINO CESCA LTDA- Alvará n° 7596/1978 - Cessionário: COMPANHIA CEARENSE DE CIMENTO PORTLAND- CNPJ 07.205.719/0001-08

RELAÇÃO Nº 134/2014

Fase de Requerimento de Lavra

ANULA o despacho que autorizou averbação dos atos de incorporação(2070)

808.431/1974-MINERAÇÃO MARINO CESCA LTDA-Publicado no DOU de 12/06/2014.

808.433/1974-MINERAÇÃO MARINO CESCA LTDA-Publicado no DOU de 12/06/2014.

SERGIO AUGUSTO DAMASO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 28/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Antonio Toledo Neto - 844021/12 - A.I. 20/14
Carlos André de Mendonça Uchôa - 844014/14 - A.I. 30/14
Ceramica Nossa Senhora Aparecida Ltda - 844199/12 - A.I. 26/14
Costa Comercio Ltda me - 844171/13 - A.I. 29/14
Frederico Gondim Carneiro de Albuquerque - 844188/12 - A.I. 22/14, 844189/12 - A.I. 23/14, 844190/12 - A.I. 24/14, 844191/12 - A.I. 25/14
Jorge Alves Cordeiro - 844229/12 - A.I. 27/14
Leonardo Oiticica Wanderley - 844145/12 - A.I. 21/14
Martha Gabriel da Rocha - 844133/13 - A.I. 28/14
Paulo Brito Mineração Ltda Epp - 844147/11 - A.I. 19/14

JOSÉ ANTÔNIO ALVES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 30/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
858.032/2014-ANDERSON MARLON MOREIRA DE OLIVEIRA-OF. N°232/2014
858.033/2014-ANDERSON MARLON MOREIRA DE OLIVEIRA-OF. N°233/2014
858.033/2014-ANDERSON MARLON MOREIRA DE OLIVEIRA-OF. N°234/2014
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
858.029/2014-LUCAS EVANGELISTA DA SILVA COSTA-OF. N°267/2014
858.030/2014-LUCAS EVANGELISTA DA SILVA COSTA-OF. N°268/2014
858.031/2014-LUCAS EVANGELISTA DA SILVA COSTA-OF. N°269/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
858.010/2014-CAMPOS & CAMPOS LTDA ME-Registro de Licença N°07/2014 de 01/08/2014-Vencimento em 10/12/2014
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
858.101/2013-EDSON CARDOSO MONTEIRO
858.102/2013-EDSON CARDOSO MONTEIRO

GEORGE MORAIS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
880.237/2012-IARA AZEVEDO LEMBI DE CARVALHO BARBOSA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
880.096/2008-FLODOALDO PONTES PINTO FILHO
880.554/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.568/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.599/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.619/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.620/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.621/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.626/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.632/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.633/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Licenciamento
Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo aos débitos de CFEM, no prazo de 10 (dez)(179)
880.728/2008-JOEL SALES DE MENDES- NOT Nº22/2014-R$ 15.520,18
880.902/2008-NESTOR SOARES DOS SANTOS NETO-NOT Nº108/2014-R$ 3.147,38
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.413/2007-NAVEGAÇÃO ANA CAROLINA- Registro de Licença N°:388/2009 - Vencimento em 16/07/2016
880.474/2011-CELSO HOLANDA DOS REIS- Registro de Licença N°:55/2011 - Vencimento em 01/08/2016
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
880.333/2010-VALDINEY FREITAS DA SILVA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
880.276/2010-DAVI MASIERO -Alvará N°10.145/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
880.278/2012-LUIZ CARLOS SILVA DOS SANTOS
880.214/2013-NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
880.227/2013-OHANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
880.229/2013-MARIA DOMINGAS DOS SANTOS RODRIGUES
880.296/2013-MANOEL JUARES SIMÕES CARDOSO
880.053/2014-SOLIMÕES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
880.054/2014-SOLIMÕES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

RELAÇÃO Nº 56/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Eco Florestal Comércio de Madeira LTDA. - 880162/12 - A.I. 236/14, 880163/12 - A.I. 237/14
Manoel Juares Simões Cardoso - 880488/11 - A.I. 235/14
Maria Jose Iglesias Chagas - 880165/12 - A.I. 238/14
Mhp Representações Ltda - 880263/12 - A.I. 240/14, 880264/12 - A.I. 241/14
Paulo Afonso Saraiva da Silva - 880184/12 - A.I. 239/14
Paulo Carlos De'carli - 880035/13 - A.I. 242/14
Pontual Locação e Construtora - 880288/13 - A.I. 243/14

RELAÇÃO Nº 57/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Onacir Rodrigues Dos Santos - 880001/11 - Not.145/2014 - R$ 2.975,14
Rbs-redstone Mineração do Brasil Ltda - 880657/08 - Not.147/2014 - R$ 5.944,31, 880167/08 - Not.109/2014 - R$ 28.130,85, 880169/08 - Not.111/2014 - R$ 28.771,06, 880170/08 - Not.113/2014 - R$ 28.245,42, 880171/08 - Not.115/2014 - R$ 29.382,23, 880172/08 - Not.117/2014 - R$ 29.740,72, 880173/08 - Not.119/2014 - R$ 23.849,02, 880174/08 - Not.123/2014 - R$ 29.727,69, 880175/08 - Not.125/2014 - R$ 29.729,89, 880176/08 - Not.127/2014 - R$ 24.260,97, 880177/08 - Not.129/2014 - R$ 29.740,72, 880178/08 - Not.131/2014 - R$ 29.740,72, 880179/08 - Not.133/2014 - R$ 29.730,64, 880180/08 - Not.135/2014 - R$ 29.720,73, 880181/08 - Not.137/2014 - R$ 8.746,57, 880182/08 - Not.139/2014 - R$ 29.403,99, 880245/08 - Not.141/2014 - R$ 29.737,44, 880246/08 - Not.143/2014 - R$ 28.075,87

RELAÇÃO Nº 58/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Onacir Rodrigues Dos Santos - 880001/11 - Not.146/2014 - R$ 5.434,26
Rbs-redstone Mineração do Brasil Ltda - 880657/08 - Not.148/2014 - R$ 5.434,26, 880167/08 - Not.110/2014 - R$ 5.434,26, 880169/08 - Not.112/2014 - R$ 5.434,26, 880170/08 - Not.114/2014 - R$ 5.434,26, 880171/08 - Not.116/2014 - R$ 5.434,26, 880172/08 - Not.118/2014 - R$ 5.434,26, 880173/08 - Not.120/2014 - R$ 5.434,26, 880174/08 - Not.124/2014 - R$ 5.434,26, 880175/08 - Not.126/2014 - R$ 5.434,26, 880176/08 - Not.128/2014 - R$ 5.434,26, 880177/08 - Not.130/2014 - R$ 5.434,26, 880178/08 - Not.132/2014 - R$ 5.434,26, 880179/08 - Not.134/2014 - R$ 5.434,26, 880180/08 - Not.136/2014 - R$ 5.434,26, 880181/08 - Not.138/2014 - R$ 5.434,26, 880182/08 - Not.140/2014 - R$ 5.434,26, 880245/08 - Not.142/2014 - R$ 5.434,26, 880246/08 - Not.144/2014 - R$ 5.434,26

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 133/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.029/2014-ESTRELA D´ALVA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1689/2014-DNPM/ES e 1703/2014-DNPM/ES.
896.038/2014-RSA CONSTRUTORA LTDA EPP-OF. N°1688/2014-DNP/ES
896.051/2014-RODOAREIA TRANSPORTE E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA-OF. N°1696/2014-DNPM/ES
896.056/2014-A.G. DE SOUZA ME-OF. N°1695/2014-DNPM/ES
896.073/2014-MORARBEM CONSTRUTORA LTDA ME-OF. N°1694/2014-DNPM/ES
896.105/2014-GRANISUL GRANITOS DO SUL DA BAHIA LTDA ME-OF. N°1705/2014-DNPM/ES
896.109/2014-AREIA T. FERRARI LTDA-OF. N°1704/2014-DNPM/ES
896.125/2014-O. R. RINALDI NETO ME-OF. N°1693/2014-DNPM/ES e 1702/2014-DNPM/ES
896.154/2014-SM GRANITOS LTDA-OF. N°1691/2014-DNPM/ES
896.155/2014-JOÃO ALMEIDA DE SOUZA-OF. N°1692/2014-DNPM/ES
896.167/2014-BUFFON NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1687/2014-DNPM/ES
896.199/2014-MENINO JESUS MÁRMORES E GRANITOS LTDA. ME-OF. N°1697/2014-DNPM/ES
896.204/2014-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA-OF. N°1690/2014-DNPM/ES
896.232/2014-LEIDE MONTEIRO BASTOS ME-OF. N°1771/2014-DNPM/ES
896.238/2014-ANDRE MENDES DA SILVA ME-OF. N°1773/2014-DNPM/ES
896.246/2014-BETTINA COSTA SARTORIO-OF. N°1761/2014-DNPM/ES
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
896.770/2011-MINERAÇÃO TRÊS PONTÕES LTDA ME.- Alvará n°4713/2012 - Cessionario:896.190/2014, 896.266/2014 e 896.267/2014.-NORTEGRAN GRANITOS LTDA; RALLY MOTOPEÇAS LTDA - ME; GRAM SUL GRANITOS E MARMORES LTDA - ME.- CPF ou CNPJ 18.828.316/0001-31; 11.937.783/0001-50; 00.334.445/0001-08.
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
890.523/1991-FORNO GRANDE PEDRAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA EPP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.058/1995-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA.- Cessionário:SAM GRANITOS EXPORT LTDA- CPF ou CNPJ 02.445.287/0001-99- Alvará n°9675/2000
896.556/2006-MARINO VIEIRA ME- Cessionário:JP MINERAÇAO E TRANPORTE DE AREIA LTDA - EPP- CPF ou CNPJ 19.947.458/0001-80- Alvará n°4698/2007
896.594/2008-LUCIANO MOREIRA ROCHA- Cessionário:ANDRE MENDES DA SILVA - ME- CPF ou CNPJ 15.867.436/0001-50- Alvará n°4167/2009
896.207/2013-TANIA MARA TRANCOSO DIAS GOMES- Cessionário:COLOMBI COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO LTDA - ME- CPF ou CNPJ 31.492.929/0001-09- Alvará n°11136/2013
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.345/2002-DOMINGOS DARLY MOZER
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
896.364/2008-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.-AI N°502/2014-SR/DNPM/ES
896.411/2008-EMERSON MACHADO SCANTAMBURLO-AI N°503/2014-SR/DNPM/ES
896.109/2009-MIGROL MINERAÇÃO GROBERIO LTDA ME-AI N°504/2014-SR/DNPM/ES
896.143/2009-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.-AI N°505/2014-SR/DNPM/ES
896.182/2009-JACUHY EMPREENDIMENTOS E LAZER LTDA-AI N°506/2014-SR/DNPM/ES
896.770/2009-RODRIGO PAES BARRETO LIMA-AI N°508/2014-SR/DNPM/ES
896.803/2009-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.-AI N°509/2014-SR/DNPM/ES
896.811/2009-GUARÁ STONES MINERAÇÃO LTDA-AI N°510/2014-SR/DNPM/ES
896.820/2009-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA-AI N°511/2014-SR/DNPM/ES
896.992/2009-SAMUEL CLETO DE SOUSA-AI N°512/2014-SR/DNPM/ES
896.014/2010-TERRO MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°469/2014-SR/DNPM/ES
896.296/2010-SANDEL COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE SAIS MINERAIS LTDA.-AI N°513/2014-SR/DNPM/ES
896.319/2010-QUIUQUI COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°514/2014-SR/DNPM/ES
896.320/2010-QUIUQUI COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°515/2014-SR/DNPM/ES
896.321/2010-QUIUQUI COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°516/2014-SR/DNPM/ES
896.322/2010-QUIUQUI COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°517/2014-SR/DNPM/ES
896.324/2010-QUIUQUI COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°518/2014-SR/DNPM/ES
896.463/2010-QUIUQUI COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°483/2014-SR/DNPM/ES
896.339/2011-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.-AI N°470/2014-SR/DNPM/ES
896.348/2011-MERY APARECIDA BARBOSA MARTINS COUTINHO-AI N°471/2014-SR/DNPM/ES
896.495/2011-KILL CERAMICA NOVA LTDA EPP-AI N°499/2014-SR/DNPM/ES
896.533/2011-MINERAÇÃO PANCIERI LTDA-AI N°472/2014-SR/DNPM/ES
896.573/2011-ELISÂNGELA DE MORAES-AI N°500/2014-SR/DNPM/ES
896.583/2011-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP-AI N°501/2014-SR/DNPM/ES
896.612/2011-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.-AI N°519/2014-SR/DNPM/ES
896.613/2011-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.-AI N°473/2014-SR/DNPM/ES
896.624/2011-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA-AI N°474/2014-SR/DNPM/ES
896.641/2011-3E MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME-AI N°475/2014-SR/DNPM/ES
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
891.010/1994-S.A.G. SOUTH AMERICA GRANITE LTDA ME-OF. N°1917/2014-DNPM/ES
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
896.284/2010-PLEIADES MINERAÇÃO EIRELI EPP-OF. N°1880/2014-DNPM/ES-60 dias

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
896.560/1999-MINERAÇÃO GUIDONI LTDA.-OF. N°1879/2014-DNPM/ES
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.432/2010-JL OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°1759/2014-DNPM/ES
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
896.857/2006-WAIANDT E EFFGEN LTDA ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
896.844/2007-RIBETTI COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°1902/2014-DNPM/ES
896.844/2007-RIBETTI COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°1902/2014-DNPM/ES
896.845/2007-RIBETTI COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°1903/2014-DNPM/ES
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
896.604/2006-RODRIGO JOSÉ NOGUEIRA BARBOZA

RELAÇÃO Nº 134/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito instauração processo de cad/nul do alvará de pesquisa(190)
896.525/2002-BRASIL EXPORTAÇÃO DE MARMORES E GRANITOS LTDA
896.526/2002-BRASIL EXPORTAÇÃO DE MARMORES E GRANITOS LTDA

RELAÇÃO Nº 135/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Antonio Carlos Vieira - 896590/05 - Not.194/2014 - R$ 6.158,19, 896590/05 - Not.195/2014 - R$ 5.484,65
Biosfera Florestal Ltda - 896711/02 - Not.201/2014 - R$ 3.438,83
Florindo Antonio de Freitas - 896153/03 - Not.203/2014 - R$ 237,07
Granlima Industria e Comercio de Granitos Ltda me - 890033/89 - Not.206/2014 - R$ 3.163,27, 890033/89 - Not.207/2014 - R$ 3.163,27, 890033/89 - Not.208/2014 - R$ 3.110,89, 890033/89 - Not.209/2014 - R$ 3.110,89
Jõao Vicente Carleti - 890052/92 - Not.202/2014 - R$ 292,99
Sandro Andrade Ferreira - 896536/08 - Not.205/2014 - R$ 300,73

RELAÇÃO Nº 136/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Cebel - Cerâmica Boa Esperança Ltda - 896717/06

RELAÇÃO Nº 137/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
891.527/1994-FORNO GRANDE PEDRAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA EPP-OF. N°1878/2014-SR/DNPM/ES
896.677/2005-CALEGARI GRANITOS LTDA ME.-OF. N°1992/2014-SR/DNPM/ES
896.686/2009-J. SIMONASSI S.A-OF. N°1680/2014-SR/DNPM/ES
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
896.667/2003-S & C GRAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1846/2014-SR/DNPM/ES
896.686/2009-J. SIMONASSI S.A-OF. N°1681/2014-SR/DNPM/ES
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.464/2007-MARCILIO BOSI
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
896.464/2007-MARCILIO BOSI-AI N°520/2014-SR/DNPM/ES
896.325/2010-QUIUQUI COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°484/2014-SR/DNPM/ES
896.381/2010-DANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°485/2014-SR/DNPM/ES
896.504/2010-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP-AI N°486/2014-SR/DNPM/ES
896.586/2010-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP-AI N°487/2014-SR/DNPM/ES
896.096/2011-C & C MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°488/2014-SR/DNPM/ES
896.231/2011-GISELE COSME GONÇALVES-AI N°489/2014-SR/DNPM/ES
896.262/2011-GRANMEX GRANITOS E MÁRMORES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°490/2014-SR/DNPM/ES
896.311/2011-GEMINI MINERAÇÃO LTDA-AI N°491/2014-SR/DNPM/ES
896.324/2011-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.-AI N°492/2014-SR/DNPM/ES
896.334/2011-SONIA APARECIDA DA SILVA MEDEIROS-AI N°493/2014-SR/DNPM/ES
896.424/2011-BRASILMAR MINERAIS DO BRASIL LTDA EPP-AI N°494/2014-SR/DNPM/ES
896.425/2011-BRASILMAR MINERAIS DO BRASIL LTDA EPP-AI N°495/2014-SR/DNPM/ES
896.440/2011-ZACCHE & CIA LTDA-AI N°496/2014-SR/DNPM/ES
896.445/2011-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA-AI N°498/2014-SR/DNPM/ES
896.541/2011-SAYONARA COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA ME.-AI N°497/2014-SR/DNPM/ES
896.660/2011-SM GRANITOS LTDA-AI N°477/2014-SR/DNPM/ES
896.701/2011-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP-AI N°478/2014-SR/DNPM/ES
896.704/2011-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP-AI N°479/2014-SR/DNPM/ES
896.712/2011-CANTO ESCURO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-AI N°480/2014-SR/DNPM/ES
896.717/2011-EDSON ANTONIO PANCIERI-AI N°481/2014-SR/DNPM/ES
896.227/2012-RENY GOMES DA SILVA-AI N°482/2014-SR/DNPM/ES
896.663/2013-COMERCIAL DA ILHA LTDA ME-AI N°476/2014-SR/DNPM/ES
Não conhece solicitação protocolizada por falta de previsão legal.(1865)
896.464/2007-MARCILIO BOSI
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
896.002/2001-LUCIANO TADEU SILVA RAMOS- AI N°469/2006
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
811.828/1970-XUAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-BELONAVE - MARCA AGUA MINERAL NATURAL XUAP; EMBALAGEM: 510 mL (s/gás); 1,5 L (s/gás); 5 L (s/gás); 10 L (s/gás) e 20 L (s/gás).- DOMINGOS MARTINS/ES
890.041/1986-ÁGUA PEDRA AZUL S A- NOSSA SENHORA APARECIDA - AGUA PEDRA AZUL 200 mL; 330 mL (c/gás); 330 mL (s/gás); 510 mL (c/gás); 510 mL (s/gás); 1500 mL (c/gás); 1500 mL (s/gás); 5 L; 10 L e 20 L. - PREMIUM 310 mL (s/gás); 310 mL (c/gás); 20 L. - KIDS 330 mL. - SPORT 510 mL.- MARECHAL FLORIANO/ES
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
811.828/1970-XUAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI Nº 507/2013-DNPM/ES
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
811.828/1970-XUAP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-AI N° 508/2013-DNPM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
811.828/1970-XUAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1852/2014-DNPM/ES
824.334/1972-BRAMINEX MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1885/2014-DNPM/ES
896.219/2001-NADIR ROSA TONOLI ME-OF. N°1806/2014-DNPM/ES
Aceita defesa apresentada(475)
811.828/1970-XUAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Nega provimento a defesa apresentada(476)
811.828/1970-XUAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
890.434/1988-M.C.L . MINERAÇÃO COLUMBIA LTDA.-NOVA VENÉCIA/ES - Guia n° 0030/2014-50.000t/ano-GRANITO PARA BRITA- Validade:20/11/2014
890.713/1989-MINDEP-MINERAÇÃO INDEPENDÊNCIA LTDA-MIMOSO DO SUL/ES - Guia n° 0029/2014-8.000t/ano-GRANITO- Validade:01/01/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
896.273/1996-MONTE HOREB GRANITOS LTDA- ALVARÁ n° 18303/2000 - Cessionário: MINERAÇAO MONTE HERMON LTDA-ME- CNPJ 10.635.644/0001-00
896.519/2002-MONTE SIÃO GRANITOS IMP. E EXP. LTDA- ALVARA n° 005/2003 - Cessionário: GRANITOS NEVADA LTDA - ME- CNPJ 08.023.197/0001-96

RELAÇÃO Nº 137/2014138/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)
896.002/2001-LUCIANO TADEU SILVA RAMOS-AI N°469/2006

RELAÇÃO Nº 140/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que houve apresentação intempestiva da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 996.527/2009 - Marmoraria Pauliceia Ltda - CNPJ: 27.071.430/0001-50 - NFLDP nº 812/2009 - Valor: R$ 36.512,36.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 233/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
861.001/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.002/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.003/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.004/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.005/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.006/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.007/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.008/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.009/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.010/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
860.222/2014-JOÃO BATISTA CAMARGO
860.225/2014-ODILON PINHEIRO DE LEMOS NETO
860.226/2014-SEBASTIÃO GONTIJO DE SOUZA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
860.021/2010-IEDA QUEIROZ CAETANO
861.410/2011-CHARLES ANTONIO DO AMARAL
861.935/2012-EMILIANO FONSECA NETO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
862.163/2012-ÉDSON JUSTINO DA SILVA-Registro de Licença N°129/2014 de 16/07/2014-Vencimento em INDETERMINADO
860.170/2013-AMBROSINA SILVA DE QUEIROZ-Registro de Licença N°135/2014 de 05/08/2014-Vencimento em 26/11/2014
860.425/2013-LEONAM DE SOUZA RAMOS JUNIOR-Registro de Licença N°134/2014 de 17/07/2014-Vencimento em 22/01/2015
861.179/2013-CARLOS SOUZA SILVA-Registro de Licença N°126/2014 de 16/07/2014-Vencimento em 07/03/2015
861.989/2013-VITOR REZENDE FIRMINO-Registro de Licença N°136/2014 de 05/08/2014-Vencimento em INDETERMINADO
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
860.927/2013-IEDA QUEIROZ CAETANO
860.952/2013-CHARLES ANTONIO DO AMARAL
861.229/2013-EMILIANO FONSECA NETO
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
861.099/2012-CERAMICA BORGES GUIMARAES LTDA ME
861.105/2012-JOAQUIM LOURENÇO DE MORAIS
861.132/2012-PEDRO ANTÔNIO BORGES
861.246/2012-GLAUBER NEUBIO DA SILVA
861.256/2012-CONSTRUTORA CAIAPO LTDA
861.366/2012-BERTOLINO FAGUNDES FERNANDES
861.387/2012-TIJOLEIRA CEDRO LTDA
861.432/2012-JADAIR DIAS
861.485/2012-SELMO BONIFÁCIO VIEIRA
861.607/2012-LEANDRO HENRIQUE MENDONÇA DE OLIVEIRA
861.704/2012-JOSÉ LUIZ DOS SANTOS O FORNECEDOR ME
861.741/2012-MONTE MORIÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
861.834/2012-AREIAL ARARAS LTDA ME
861.835/2012-MINERADORA SÃO LUCAS LTDA ME
860.428/2013-MAX LANIO MENDES DE SALES
860.485/2013-ANTÔNIO SOARES DE MATOS
860.486/2013-FABIANO JORGE CRISOSTOMO DE PAULA
860.546/2013-VAMILTON JOSÉ DE SANTANA
860.560/2013-LEONARDO JUNQUEIRA TERRA RAMOS
860.574/2013-JERÔNIMO GOMES DE OLIVEIRA
860.582/2013-DINAMERICO GOMES FERREIRA
860.619/2013-JAIR VICENTE LOPES
860.749/2013-LUIZ SERGIO MARCUSSI
860.793/2013-CEZAR RAFAEL DA SILVA
860.897/2013-CLEODIR VICENTE VENDRUSCOLO
860.930/2013-ARIOVALDO CORREA DOS SANTOS
860.933/2013-LÁZARO MARIANO DA SILVA
860.978/2013-ANTÔNIO GIMENEZ FONSECA
860.982/2013-FÁBIO ANDRÉ RIBEIRO
861.457/2013-MARCIA ROSA DA SILVA CREMONESE
862.012/2013-MN BARROS PEDRAS LTDA
862.063/2013-EURÍPEDES ROCHA DE ALMEIDA
862.076/2013-ANTÔNIO DE PADUA MELO
862.078/2013-FÁBIO DA COSTA MEIRELES

RELAÇÃO Nº 235/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
862.037/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°877/2014
862.038/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°878/2014
862.039/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°879/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

862.040/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°880/2014
862.041/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°881/2014
862.042/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°882/2014
862.045/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°883/2014
862.046/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°884/2014
862.048/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°885/2014
862.049/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°886/2014
862.051/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°887/2014
862.054/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°888/2014
862.055/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°889/2014
862.056/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°890/2014
862.057/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°891/2014
862.058/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°892/2014
862.059/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°893/2014
862.060/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°894/2014
862.061/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°895/2014
862.062/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°896/2014
862.063/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°897/2014
862.064/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°898/2014
862.065/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°899/2014
862.066/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°900/2014
862.067/2012-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°901/2014
860.317/2013-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°902/2014
860.318/2013-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°903/2014
860.319/2013-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°904/2014
860.320/2013-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°905/2014
860.321/2013-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°906/2014
860.322/2013-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°907/2014

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 93/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Aceita defesa apresentada(241)
806.081/2010-MINERADORA SÃO LUÍS LTDA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
806.413/2010-GUSA NORDESTE S A-CIDELÂNDIA/MA, IMPERATRIZ/MA, SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA - Guia n° 005/2014-300.000TONELADAS-MINÉRIO DE FERRO- Validade:07/05/2016
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
806.271/2008-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-CALCÁRIO
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
806.203/2007-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°4.691/2008
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
806.003/2006-ÁGUA MINERAL BOA VIAGEM LTDA.-OF. N°889/2014
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.174/2008-CERAMICA LIVRAMENTO LTDA-OF. N°870; 871; 890/2014
806.182/2008-CERAMICA LIVRAMENTO LTDA-OF. N°870; 871; 891/2014
806.457/2010-CONSTRUTORA DECOLA BRASIL LTDA-OF. N°887/2014
806.664/2010-CERAMICA SANTO ANTONIO LTDA-OF. N°860; 886/2014
806.106/2011-E.F. DE ALENCAR ME-OF. N°883/2014
806.025/2013-REGINALDO GOUVEIA SANTOS-OF. N°900/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
806.033/2010-CERÂMICA DELTA LTDA- Cessionário:CERÂMICA MAGALHENSE LTDA.- CNPJ 11.452.991/0001-60- Registro de Licença n°028/2011- Vencimento da Licença: 20/10/2019
Auto de Infração Advertência lavrado/ prazo para defesa 30 dias(1179)
806.457/2010-CONSTRUTORA DECOLA BRASIL LTDA- AI N° 56/2014
806.664/2010-CERAMICA SANTO ANTONIO LTDA- AI N° 54;55/2014
806.106/2011-E.F. DE ALENCAR ME- AI N° 56/2014
806.025/2013-REGINALDO GOUVEIA SANTOS- AI N° 57/2014
Fase de Requerimento de Pesquisa
Não conhece requerimento protocolizado(1004)
806.005/1997-MINERAÇÃO IMPERTINENTE LTDA.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
806.153/2013-FERREIRA AREIA E CASCALHO LTDA. ME-OF. N°896/2014
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
806.153/2013-FERREIRA AREIA E CASCALHO LTDA. ME
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
806.031/2013-J.F. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 90/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito prorrogação do prazo do alvará de pesquisa(195)
866.156/2007-MGM MATO GROSSO METAIS LTDA-DOU de 05/06/2014
866.040/2009-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- DOU de 12/05/2014
866.041/2009-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- DOU de 12/05/2014
866.042/2009-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- DOU de 12/05/2014
866.043/2009-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- DOU de 12/05/2014
866.888/2009-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- DOU de 12/05/2014
Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
866.284/2008-KAROLYNE CARLA ANDRADE ME - Publicado DOU de 24/07/2008, Relação n° 64/2008, Seção 1, pág. 68- Onde se lê: "... Até: 10/04/2012". Leia-se: "... Até: 25/09/2023"
866.617/2014-MORRO DA MESA CONCESSIONÁRIA S A - Publicado DOU de 07/08/2014, Relação n° 86/2014, Seção 1, pág. 198- Onde se lê:"...Registro de Licença Nº 040/2014 de 01/08/2014..." - Leia-se: ...Registro de Licença Nº 045/2014 de 01/08/2014..."
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito a publicação de despachos em duplicidade.(1984)
Relação n° 20/2014-Publicada no DOU de 24/02/2014-Processo nº 866.980/2010 - Evento nº 310

JOSÉ DA SILVA LUZ

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 120/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Adriana Nunes Castro - 868047/12 - A.I. 250/14, 868048/12 - A.I. 251/14
Calcario Miranda Ltda Epp - 868325/13 - A.I. 253/14
Cebrainne Mineração e Comércio Ltda me - 868350/13 - A.I. 256/14
Marcia de Oliveira Aguiar - 868330/12 - A.I. 252/14
Marco Antonio Caruso Silva - 868438/11 - A.I. 249/14
Mineração Rio Luz e Comércio Ltda - 868200/12 - A.I. 254/14, 868351/13 - A.I. 255/14
Minerax Mineração e Participações LTDA. - 868053/11 - A.I. 223/14, 868054/11 - A.I. 224/14, 868055/11 - A.I. 225/14, 868056/11 - A.I. 226/14, 868057/11 - A.I. 227/14, 868058/11 - A.I. 228/14, 868059/11 - A.I. 229/14, 868060/11 - A.I. 230/14, 868061/11 - A.I. 231/14, 868230/11 - A.I. 232/14, 868231/11 - A.I. 233/14, 868232/11 - A.I. 234/14, 868233/11 - A.I. 235/14, 868234/11 - A.I. 236/14, 868235/11 - A.I. 237/14, 868236/11 - A.I. 238/14, 868237/11 - A.I. 239/14, 868238/11 - A.I. 240/14, 868239/11 - A.I. 241/14, 868240/11 - A.I. 242/14, 868242/11 - A.I. 243/14, 868243/11 - A.I. 244/14, 868244/11 - A.I. 245/14, 868245/11 - A.I. 246/14, 868246/11 - A.I. 247/14, 868247/11 - A.I. 248/14

ANTONIO CARLOS NAVARRETE SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 536/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
José Edilson da Silva - 832438/07

PAULO SÉRGIO COSTA ALMEIDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 173/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Abimael Barbosa da Rocha - 850301/06 - A.I. 108/14
Andorra Participações e Emprendimentos Ltda - 850819/12 - A.I. 120/14
Aurora Gold Mineração Ltda - 859587/95 - A.I. 97/14
Cerâmica Modelo Ltda - me - 850176/13 - A.I. 104/14
Claudemy Pereira da Silva - 850767/12 - A.I. 119/14
Cosme de Souza Carneiro - 850294/12 - A.I. 123/14
Cristiano Pamplona Daibes - 850867/08 - A.I. 99/14
Cunha Terraplenagem e Serviços Ltda me - 851256/12 - A.I. 102/14
Daniel Pereira da Silva - 850264/10 - A.I. 114/14
Edelar Machado Dos Santos - 850679/10 - A.I. 112/14
Edenildo Lustosa Alves - 850080/13 - A.I. 103/14
Içá Geoservices Comercio e Serviços Ltda me - 850639/13 - A.I. 121/14
Jaime Vitorino Dos Santos - 850551/12 - A.I. 131/14
Joélcio Camilo da Silva - 850263/12 - A.I. 125/14
Jonas Matos da Silva - 851201/12 - A.I. 101/14
José Carlos Avancini - 851242/13 - A.I. 105/14
José Lino de Souza - 850674/12 - A.I. 132/14
José Nojosa Viana - me - 850017/12 - A.I. 117/14
Logexport Minerios do Brasil Ltda me - 851853/13 - A.I. 122/14
Mapex Mineração Importação e Exportação Ltda - 850616/04 - A.I. 106/14, 850046/05 - A.I. 107/14
Marcelo Norkey Duarte Pereira - 850540/11 - A.I. 115/14, 850541/11 - A.I. 116/14
Mba Geo Exploração Mineral LTDA. - 851200/12 - A.I. 100/14
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850540/12 - A.I. 130/14
Mineração Tres Fronteiras, Extração e Exportação de Pedras e Minerais Ltda me - 850348/12 - A.I. 126/14
Nilsa Tigre Lins - 850179/03 - A.I. 98/14
Noesio Peres da Costa - 850798/08 - A.I. 109/14, 850799/08 - A.I. 110/14
Pedro Julio Castro Costa Capucho - 850525/12 - A.I. 129/14
Renato Lopes - 850181/12 - A.I. 118/14
Reubi Luiz de Matos - 850395/12 - A.I. 127/14
Saulo Eros da Costa - 851498/11 - A.I. 113/14
Solange Moreira de Aguiar - 850653/08 - A.I. 124/14
Transportes Hellmag Ltda me - 850410/12 - A.I. 128/14
Wtorre Mineradora Ltda - 850049/09 - A.I. 111/14

RELAÇÃO Nº 174/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Cooperativa Dos Produtores de Minérios de Curionópolos - 850072/11

RELAÇÃO Nº 175/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Altair Dos Santos - 850060/13 - Not.213/2014 - R$ 20.610,62, 850059/13 - Not.219/2014 - R$ 29.733,07
Cowley Mineração LTDA. - 850889/08 - Not.239/2014 - R$ 18.789,18, 850891/08 - Not.241/2014 - R$ 20.261,94, 850890/08 - Not.243/2014 - R$ 20.918,85
Eneida de Fátima Pinheiro de Lemos - 850508/11 - Not.223/2014 - R$ 3.346,18
f de p da Silva Mineradora Rio Mamore me - 850192/13 - Not.207/2014 - R$ 29.687,36
Itafós Mineração Ltda - 850923/11 - Not.233/2014 - R$ 25.633,41, 850925/11 - Not.234/2014 - R$ 26.626,34, 850926/11 - Not.235/2014 - R$ 26.572,94, 850927/11 - Not.236/2014 - R$ 25.909,35, 850928/11 - Not.237/2014 - R$ 24.713,08, 850931/11 - Not.238/2014 - R$ 26.704,46
Ivo Lubrinna de Castro - 850193/04 - Not.199/2014 - R$ 3.054,66
João Carlos Dos Santos Inacio - 850283/13 - Not.231/2014 - R$ 29.740,22
Jonas Matos da Silva - 850988/12 - Not.215/2014 - R$ 29.699,98
Michigan Trade Ltda - 850352/13 - Not.205/2014 - R$ 29.427,35
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850497/11 - Not.221/2014 - R$ 29.665,39

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Mineração Vale Dos Reis Ltda - 850157/05 - Not.201/2014 - R$ 7.104,80

Mineração z Dantas-comércio, Transporte e Agropecuária Ltda-me - 850206/13 - Not.249/2014 - R$ 9.558,64

Ronaldo José Santiago da Gama - 850006/13 - Not.211/2014 - R$ 1.713,04

Vicenza Mineração e Participações s a. - 851113/11 - Not.203/2014 - R$ 28.345,60, 851117/11 - Not.209/2014 - R$ 28.178,00, 851107/11 - Not.225/2014 - R$ 748,57, 851110/11 - Not.227/2014 - R$ 17.431,96, 851116/11 - Not.229/2014 - R$ 25.999,43

RELAÇÃO Nº 176/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Altair Dos Santos - 850060/13 - Not.214/2014 - R$ 2.850,04, 850059/13 - Not.220/2014 - R$ 2.850,04

Cooperativa de Desenvolvimento Mineral Dos Garimpeiros de Serra Pelada - 850504/11 - Not.251/2014 - R$ 5.087,79

Cooperativa Mista Dos Produtores, Agricultores e Garimpeiros de Curionópolis - 850505/11 - Not.248/2014 - R$ 5.087,79

Cowley Mineração LTDA. - 850889/08 - Not.240/2014 - R$ 5.810,32, 850891/08 - Not.242/2014 - R$ 5.810,32, 850890/08 - Not.244/2014 - R$ 5.810,32

Eneida de Fátima Pinheiro de Lemos - 850508/11 - Not.224/2014 - R$ 5.700,08

f de p da Silva Mineradora Rio Mamore me - 850192/13 - Not.208/2014 - R$ 2.826,42

Ivo Lubrinna de Castro - 850193/04 - Not.200/2014 - R$ 2.835,25

João Carlos Dos Santos Inacio - 850283/13 - Not.232/2014 - R$ 2.850,04

Jonas Matos da Silva - 850988/12 - Not.216/2014 - R$ 2.850,04

Michigan Trade Ltda - 850352/13 - Not.206/2014 - R$ 2.826,42

Mineracao Bom Jesus Ltda - 850652/08 - Not.253/2014 - R$ 5.810,32

Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850497/11 - Not.222/2014 - R$ 5.700,08

Mineração Vale Dos Reis Ltda - 850157/05 - Not.202/2014 - R$ 2.835,25

Mineração z Dantas-comércio, Transporte e Agropecuária Ltda-me - 850206/13 - Not.250/2014 - R$ 2.909,93

Ronaldo José Santiago da Gama - 850006/13 - Not.212/2014 - R$ 2.850,04

Vicenza Mineração e Participações s a. - 851113/11 - Not.204/2014 - R$ 2.835,25, 851117/11 - Not.210/2014 - R$ 2.850,04, 851107/11 - Not.226/2014 - R$ 2.850,04, 851110/11 - Not.228/2014 - R$ 2.850,04, 851116/11 - Not.230/2014 - R$ 2.850,04

Xstrata Brasil Exploração Mineral LTDA. - 850471/02 - Not.247/2014 - R$ 15.665,75

RELAÇÃO Nº 177/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: José Nojosa Viana - me Cpf/cnpj :02.248.750/0001-02 - Processo minerário: 850315/11 - Processo de cobrança: 950605/14 Valor: R$.1.267,92, Processo minerário: 850859/10 - Processo de cobrança: 950604/14 Valor: R$.2.675,53

THIAGO MARQUES DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 155/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Brasil Nordeste Negocios e Participações ss Ltda - 846291/11 - Not.211/2014 - R$ 5.830,65, 846320/11 - Not.213/2014 - R$ 6.302,38, 846296/11 - Not.215/2014 - R$ 4.834,09, 846234/11 - Not.217/2014 - R$ 6.159,40, 846293/11 - Not.219/2014 - R$ 4.141,91, 846295/11 - Not.221/2014 - R$ 5.383,68

RELAÇÃO Nº 156/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Brasil Nordeste Negocios e Participações ss Ltda - 846291/11 - Not.212/2014 - R$ 6.267,51, 846320/11 - Not.214/2014 - R$ 6.267,51, 846296/11 - Not.216/2014 - R$ 6.267,51, 846234/11 - Not.218/2014 - R$ 6.267,51, 846293/11 - Not.220/2014 - R$ 6.267,51, 846295/11 - Not.222/2014 - R$ 6.267,51

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

RELAÇÃO Nº 157/2014

LICENCIAMENTO (7.72)

Fica o abaixo relacionado ciente de que não houve apresentação da defesa administrativa; restando-lhe pagar ou parcelar os débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 946.144/2014
Notificado: Maricelia Silva Touzalin
CNPJ/CPF: 981.736.264-72
NFLDP nº 35/2014
Valor: R$ 8.514,30
Processo de Cobrança nº 946.146/2014
Notificado: João Lins Vieira Neto
CNPJ/CPF: 03.130.105/0001-53
NFLDP nº 34/2014
Valor: R$ 5.965,03

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 95/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Antonio Prieto Franchim - 826011/12 - A.I. 58/14

Campina Agroflorestal Ltda - 826029/13 - A.I. 47/14

Celso Jose Pachko e Cia Ltda - 826945/13 - A.I. 41/14

Cobre Sul Holding Ltda - 826081/11 - A.I. 59/14

Genival Mills Coelho Avila - 826531/12 - A.I. 43/14, 826571/12 - A.I. 42/14

Gustavo Otaviano de Siqueira - 826647/12 - A.I. 50/14

Iolanda Beatriz Basei - 826385/06 - A.I. 60/14

Jorge David Derbli Pinto - 826179/12 - A.I. 57/14

Juares José Bassani - 826438/13 - A.I. 44/14

Lafaiete Luiz Chandelier Junior - 826340/13 - A.I. 45/14

m Arcanjo da Silva Ceramica me - 826845/12 - A.I. 61/14

Marcus Vinicius Nadal Borsato - 826389/12 - A.I. 55/14

Mauricio Dos Santos Trassi - 826384/12 - A.I. 56/14

Mineração Dall Asta Ltda - 826714/12 - A.I. 49/14

Moacir Domingos Lotti - 826581/12 - A.I. 52/14

Paulo Henrique Almeida Cordeiro - 826578/12 - A.I. 53/14

Pedrasa Pedreiras Reunidas Saldanha Ltda - 826586/12 - A.I. 51/14

Pedreira Ingá Indústria e Comércio LTDA. - 826819/12 - A.I. 48/14

Shayane Sibele Ferreira Prestes - 826131/13 - A.I. 46/14

Wanderlei Ribeiro Quadra - 826515/12 - A.I. 54/14

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 86/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção LTDA. - 840184/12 - A.I. 216/14

RELAÇÃO Nº 87/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção LTDA. - 840219/12 - A.I. 217/14

RELAÇÃO Nº 88/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção LTDA. - 840218/12 - A.I. 218/14

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 24/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Agatângelo Neiva Luz - 803410/13 - A.I. 51/14, 803411/13 - A.I. 52/14, 803412/13 - A.I. 53/14, 803413/13 - A.I. 54/14

Ambiogeo rn Consultoria na Área de Meio Ambiente e Geologia LTDA. - 803449/13 - A.I. 55/14

Construtora Monte Belo Ltda - 803204/12 - A.I. 42/14

Contrutora rm Ltda - 803268/12 - A.I. 43/14

Coreaú Calcário Ltda - 803323/13 - A.I. 49/14, 803324/13 - A.I. 50/14

Emiliano Madrid Dos Santos - 803098/13 - A.I. 47/14, 803103/13 - A.I. 48/14

Ernani Paiva Maia - 803569/12 - A.I. 46/14

Fernando Cesar da Rocha Lima - 803358/12 - A.I. 44/14

gm Rocha IND. COM. SERV. Ltda - 803668/11 - A.I. 41/14

Luiz Carlos Bibiano Pereira - 803339/12 - A.I. 26/14, 803340/12 - A.I. 27/14, 803341/12 - A.I. 28/14, 803342/12 - A.I. 29/14, 803343/12 - A.I. 30/14, 803344/12 - A.I. 31/14, 803345/12 - A.I. 32/14, 803346/12 - A.I. 33/14, 803347/12 - A.I. 34/14, 803348/12 - A.I. 35/14, 803349/12 - A.I. 36/14, 803350/12 - A.I. 37/14

Mauricio de Amorim Aquino - 803549/12 - A.I. 45/14

Nestor Matsunaga - 803476/13 - A.I. 56/14

Xyz Brasil Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 803215/13 - A.I. 38/14, 803216/13 - A.I. 39/14, 803217/13 - A.I. 40/14

RELAÇÃO Nº 25/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Vicenza Mineração e Participações s a. - 803336/11 - Not.114/2014 - R$ 5.720,48, 803337/11 - Not.116/2014 - R$ 5.752,49, 803338/11 - Not.118/2014 - R$ 5.804,86, 803339/11 - Not.120/2014 - R$ 5.803,69, 803340/11 - Not.122/2014 - R$ 4.084,03, 803341/11 - Not.124/2014 - R$ 5.536,71, 803342/11 - Not.126/2014 - R$ 5.353,63, 803343/11 - Not.128/2014 - R$ 5.351,49

RELAÇÃO Nº 26/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Vicenza Mineração e Participações s a. - 803336/11 - Not.115/2014 - R$ 2.559,64, 803337/11 - Not.117/2014 - R$ 2.559,64, 803338/11 - Not.119/2014 - R$ 2.559,64, 803339/11 - Not.121/2014 - R$ 2.559,64, 803340/11 - Not.123/2014 - R$ 2.559,64, 803341/11 - Not.125/2014 - R$ 2.559,64, 803342/11 - Not.127/2014 - R$ 2.559,64, 803343/11 - Not.129/2014 - R$ 2.559,64

EVALDO FREITAS LIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 118/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Aremix Mineração e Comercio LTDA. - 815353/11, 815241/13

Clovis Antonio Duarte de sa - 815585/13

Marcela de Souza Kreusch Maffezzoli - 815589/11, 815259/12

RELAÇÃO Nº 124/2014

Fase de Concessão de Lavra

Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)

005.673/1953-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 66/2014, 67/2014, 68/2014, 69/2014 e 70/2014

005.794/1958-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 72/2014, 73/2014, 74/2014, 75/2014 e 76/2014

004.485/1961-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 61/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2014 e 65/2014

010.144/1967-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 77/2014, 78/2014, 79/2014, 80/2014 e 81/2014

016.143/1967-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 82/2014, 83/2014, 84/2014, 85/2014 e 86/2014

814.245/1969-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 122/2014, 123/2014, 124/2014, 125/2014 e 126/2014

814.247/1969-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 127/2014, 128/2014, 129/2014, 130/2014 e 131/2014

822.968/1969-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 144/2014, 145/2014, 146/2014, 147/2014 e 148/2014

807.242/1970-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 97/2014, 98/2014, 99/2014, 100/2014 e 101/2014

810.578/1970-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 112/2014, 113/2014, 114/2014, 115/2014 e 116/2014

811.328/1970-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 117/2014, 118/2014, 119/2014, 120/2014 e 121/2014

803.189/1971-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 92/2014, 93/2014, 94/2014, 95/2014 e 96/2014

820.968/1972-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 137/2014, 138/2014, 139/2014, 140/2014 e 143/2014

800.489/1975-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 87/2014, 88/2014, 89/2014, 90/2014 e 91/2014

815.000/1983-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI Nº 132/2014, 133/2014, 134/2014, 135/2014 e 136/2014

815.098/1990-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- AI Nº 277/2014

Fase de Licenciamento

Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)

816.130/1995-PORTO AÇUL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA -AI N°501/2014

815.181/1997-PORTO AÇUL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA -AI N°502/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 127/2014

sFase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Aderbal Fernando Zanotto Bilhar - 815134/14 - A.I. 769/14
Adriano Kuiaski - 815759/12 - A.I. 751/14
Alcides Waldow - 815545/12 - A.I. 738/14
Alexandro Oliveira Soares - 815625/12 - A.I. 746/14, 815605/12 - A.I. 744/14
Aremix Mineração e Comercio LTDA. - 815192/14 - A.I. 770/14
Carbonifera Criciuma S.A. - 815733/12 - A.I. 750/14
Cerâmica Constrular Eireli - 815026/12 - A.I. 733/14
Cerâmica Indaial Ltda Epp - 815960/13 - A.I. 761/14, 816077/13 - A.I. 765/14
Cerâmica São Jorge Ltda me - 815731/12 - A.I. 778/14
Cleusa Maria Ganzert Bassetti - 815603/12 - A.I. 743/14
Detonação e Perfuração Phd Ltda - 815984/11 - A.I. 732/14
Ecoobra Gerenciamento de Residuos de Construcao Ltda - 815761/11 - A.I. 729/14
Edinei da Silva - 815023/14 - A.I. 768/14
Emerson Alves Couto - 815606/12 - A.I. 775/14
Erivelton Orsi - 815802/11 - A.I. 730/14, 815819/11 - A.I. 731/14, 815057/12 - A.I. 734/14
Gedson Martini - 815724/12 - A.I. 777/14
Indugramar Ltda Epp - 815621/12 - A.I. 745/14, 815629/12 - A.I. 747/14, 815669/12 - A.I. 776/14, 815552/12 - A.I. 742/14, 815804/12 - A.I. 753/14, 815927/13 - A.I. 760/14, 815226/14 - A.I. 771/14
Indústria e Comércio de Telhas Casagrande Ltda me - 816094/13 - A.I. 781/14
Janio Perão - 815091/14 - A.I. 782/14
Klayton Osvaldo de Souza - 815144/12 - A.I. 736/14
Locação de Equipamentos Mourão Ltda - 815014/12 - A.I. 773/14, 815704/12 - A.I. 748/14, 815874/12 - A.I. 779/14, 815875/12 - A.I. 756/14
Mariana Maziero & Cia Ltda me - 815202/14 - A.I. 783/14
Martha Barbato Wolf Kurtz - 815528/12 - A.I. 741/14
Materplan Madeiras e Terraplanagem Ltda - 816085/13 - A.I. 766/14
Milton de Andrade Leal Junior - 815001/13 - A.I. 757/14
Mineração Parnagua Ltda me - 815032/13 - A.I. 758/14, 816067/13 - A.I. 764/14
Mineração Rio do Moura Ltda - 815453/12 - A.I. 739/14, 815454/12 - A.I. 740/14, 815079/12 - A.I. 735/14
Mineração Rio do Ouro Ltda - 815163/12 - A.I. 737/14, 815841/13 - A.I. 759/14
Mineração Rio do Pouso LTDA. - 815665/11 - A.I. 728/14
Paulo Rogério D'ávila Franco - 815839/12 - A.I. 755/14
Pedreira Rio Branco Ltda Epp - 815776/11 - A.I. 772/14
Pedro Toporosky Filho - 815772/12 - A.I. 752/14
rg & rg Comércio e Extração de Minerais Ltda me - 815061/13 - A.I. 780/14
Roberto Cesar Salgado Filho - 815983/13 - A.I. 763/14
Saibrita Mineração e Construção Ltda - 816101/13 - A.I. 767/14
Transportadora Irmãos Gomes Ltda me - 815717/12 - A.I. 749/14
Tubos e Pré Moldados Apiúna Ltda - 815821/12 - A.I. 754/14
Vannei Mafissoni - 815372/12 - A.I. 774/14

RELAÇÃO Nº 129/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
815.530/2009-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.732/2012-SRF ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- Alvará n°7055/2013 - Cessionario:815.205/2014-CYSY MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 75300491/0001-95
815.077/2014-HANS BORCHARDT- Alvará n°3895/2014 - Cessionario:815.333/2014-TRANSPORTES E ATERROS BORCHARDT LTDA ME- CPF ou CNPJ 75894170/0001-66
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
803.210/1968-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°3236/2014
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.118/1996-ALFREDO FLAVIO GAZZOLLA-ARARANGUÁ/SC - Guia n° 72/2014-50.000toneladas/ano-Areia- Validade:12/08/2015
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
815.153/2013-TECMICER - MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS CERÂMICOS LTDA -Alvará N°3323/2013
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.756/2012-NTM E CIA LTDA ME-AI N°784/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.746/2003-BRITTER LTDA-OF. N°3237/2014
815.782/2006-MINERAÇÃO TECNOBLAST LTDA ME-OF. N°3239/2014
815.467/2007-SL VIEIRA COMÉRCIO E TERRAPLANAGEM LTDA ME-OF. N°3233/2014
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.799/2007-OSNILDO SILVESTRE KAMMER ME-ANTÔNIO CARLOS/SC - Guia n° 71/2014-2.500t-Areia- Validade:12/08/2015
815.725/2011-MONTE REAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP-MORRO DA FUMAÇA/SC - Guia n° 70/2014-12.000toneladas/ano-Argila (estrutural)- Validade:08/08/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.129/2001-MARIA MARLI NICOLAU ME-OF. N°3234/2014
815.526/2006-TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.-OF. N°3240/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
815.802/2010-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°3194/2014
Fase de Concessão de Lavra
Determina a interdição da lavra(442)
820.749/1971-SOEX SOCIEDADE EXTRATIVA FÁTIMA LTDA- N° do Termo de Interdição:2/2014, de 15/01/2014- Lacre N° s/nº
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.067/2004-CICIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-OF. N°3244/2014
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.369/2000-EJC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP- Registro de Licença N°:820/2001 - Vencimento em 04/12/2016
815.583/2003-VERONICA COAN GOEDERT ME- Registro de Licença N°:1153/2004 - Vencimento em 08/08/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.139/2014-ALVARO LUIZ VIGANO ME-Registro de Licença N°1627/2014 de 12/08/2014-Vencimento em 31/12/2028
815.335/2014-KLABIN SA-Registro de Licença N°1628/2014 de 12/08/2014-Vencimento em 11/06/2020
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
815.211/2014-ICC IMOVEIS EIRELI ME
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
815.520/1999-O M JUNCKES EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES EPP
815.409/2003-CERÂMICA ZANATTA LTDA
300.994/2009-
300.263/2010-
301.096/2011-
301.111/2011-

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 83/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Antonio Bianco - 820009/08
Arlindo Alves do Carmo - 820067/08
Célio de Moraes Olaria me - 820142/08
Ceramica Canella Ltda - 820078/06
Cláudio Péllis e Cia Ltda - 820705/04
Ednilson Artioli - 820242/08
Flavio Tadeu Ferreira - 820379/08
Geoprospection-prospecção Geológica e Ambiental Ltda - 820339/03
Helder de Andrade Toquini - 820481/08, 820480/08, 820455/08
Hélio de Freitas Candelaria jr Epp - 820166/08
Irmãos Romani Ltda - 820087/08
Ivan Violin - 820425/08
j. de Freitas Gália me - 820174/08
José Augusto Carmona Rodrigues - 820346/08
José Roberto Turin Baldo - 820300/08
Luis Fernando Valentim - 820479/08, 820535/08
Manoel Moreira Farrapo - 820006/08
Mineração Baruel LTDA. - 820618/06
Mineração Grandes Lagos LTDA. - 820334/08
Mineração Ibicatu Ltda - me - 820651/04
Mineração Santa Blandina s a - 820478/08, 820477/08, 820476/08
Newton Augusto Viguetti - 820240/03
Osmar Vallim Matt - 820244/08
Paulo Abdala Milan Elias - 820924/07
Roberto Helito - 820296/04
Theodoro da Silva Konesuk - 820533/08
Vicente & Pereira Extração e Comércio Ltda - 820757/07

RICARDO DE OLIVEIRA MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 65/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Cerâmica Sagrado Coração de Jesus Cpf/cnpj :07.763.612/0001-85 - Processo minerário: 878153/07 - Processo de cobrança: 978113/14 Valor: R$.23.816,30
Titular: Cerâmica Santa Izabel Ltda Cpf/cnpj :03.519.513/0001-00 - Processo minerário: 878011/07 - Processo de cobrança: 978115/14 Valor: R$.4.045,52
Titular: Genivaldo Cirilo Barreto me Cpf/cnpj :12.058.330/0001-17 - Processo minerário: 878115/10 - Processo de cobrança: 978104/14 Valor: R$.23.455,33, Processo minerário: 878140/10 - Processo de cobrança: 978105/14 Valor: R$.21.427,64
Titular: Nascimento, Reis e Carvalho Ltda me Cpf/cnpj :04.396.005/0001-36 - Processo minerário: 878138/11 - Processo de cobrança: 978112/14 Valor: R$.8.244,91, Processo minerário: 878079/05 - Processo de cobrança: 978114/14 Valor: R$.41.222,10

RELAÇÃO Nº 68/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cristovão Rabelo de Oliveira - 878023/08 - Not.44/2014 - R$ 4.651,78
Manuel Cardoso Dos Reis - 878082/08 - Not.46/2014 - R$ 935,52

RELAÇÃO Nº 69/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Akibar Comércio Exportação e Importação Ltda - 878117/12 - A.I. 107/14
Almeida & Geralcino Serviços em Geral Ltda me - 878070/13 - A.I. 113/14
Antônio Almeida Soares de Araujo - 878136/12 - A.I. 108/14, 878137/12 - A.I. 109/14
Ceramica Jms Ltda me - 878105/13 - A.I. 116/14
fm Terraplenagem Ltda - 878031/14 - A.I. 117/14, 878165/11 - A.I. 106/14
Jackson Douglas Passos Carvalho - 878093/13 - A.I. 114/14, 878094/13 - A.I. 115/14
José Ferreira Melo Filho - 878008/13 - A.I. 110/14, 878009/13 - A.I. 111/14, 878010/13 - A.I. 112/14
Souza e Oliveira Materias de Construção Ltda - 878053/14 - A.I. 118/14

JOSÉ ANDRADE DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 116/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adelmicio Catarino de Assis - 864227/11 - Not.482/2014 - R$ 244,96
Adher Empreendimentos LTDA. - 864419/11 - Not.511/2014 - R$ 244,96
Adilson Rodrigues Neto - 864615/10 - Not.438/2014 - R$ 244,96
Aldecir Santos de Oliveira - 864004/09 - Not.373/2014 - R$ 244,96, 864005/09 - Not.374/2014 - R$ 244,96
Alman Aliança Mineração de Manganês Ltda - 864432/08 - Not.337/2014 - R$ 244,96, 864433/08 - Not.338/2014 - R$ 244,96, 864435/08 - Not.339/2014 - R$ 244,96, 864855/08 - Not.366/2014 - R$ 244,96, 864856/08 - Not.367/2014 - R$ 244,96, 864469/08 - Not.344/2014 - R$ 244,96, 864470/08 - Not.345/2014 - R$ 244,96, 864471/08 - Not.346/2014 - R$ 244,96, 864472/08 - Not.347/2014 - R$ 244,96, 864473/08 - Not.348/2014 - R$ 244,96, 864475/08 - Not.349/2014 - R$ 244,96, 864476/08 - Not.350/2014 - R$ 244,96, 864477/08 - Not.351/2014 - R$ 244,96, 864479/08 - Not.352/2014 - R$ 244,96, 864480/08 - Not.353/2014 - R$ 244,96
Álvaro Agapito de Moura - 864037/09 - Not.382/2014 - R$ 244,96
Amancio Rodrigues Chaves - 864635/08 - Not.359/2014 - R$ 244,96
Amarante Mineração e Serviços LTDA. me - 864400/11 - Not.507/2014 - R$ 244,96, 864311/11 - Not.500/2014 - R$ 244,96
Amarillo Mineração do Brasil LTDA. - 864015/08 - Not.314/2014 - R$ 290,71, 864015/08 - Not.315/2014 - R$ 252,84
Ana Leussidone Benedetti Ottoni - 864084/07 - Not.312/2014 - R$ 261,50, 864085/07 - Not.313/2014 - R$ 261,50, 864429/08 - Not.336/2014 - R$ 244,96, 864228/11 - Not.483/2014 - R$ 244,96, 864558/10 - Not.435/2014 - R$ 244,96
Ananias Ponce Lacerda Neto - 864421/08 - Not.335/2014 - R$ 244,96
Andrea Gonzalez Graciano - 864271/11 - Not.499/2014 - R$ 244,96

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Antonio Aier Lopes Pereira - 864066/09 - Not.387/2014 - R$ 244,96

Aquiles Pereira de Sousa - 864129/09 - Not.395/2014 - R$ 244,96

Benedito de Lima Moraes - 864156/09 - Not.396/2014 - R$ 244,96, 864157/09 - Not.397/2014 - R$ 244,96

Bolivar Camelo Rocha - 864520/97 - Not.310/2014 - R$ 2.082,83, 864019/98 - Not.311/2014 - R$ 1.591,08

Braga & Barroso Ltda - 864638/10 - Not.441/2014 - R$ 244,96

Britasul Industria e Comercio de Britas Ltda - 864641/10 - Not.442/2014 - R$ 244,96

Celson José Amorim - 864024/09 - Not.379/2014 - R$ 244,96, 864023/09 - Not.378/2014 - R$ 244,96

César Augusto de Sousa Sena - 864353/09 - Not.402/2014 - R$ 244,96

Cleber Aparecido Zocoli - 864077/08 - Not.316/2014 - R$ 244,96

Companhia de Mineração do Tocantins - 864535/10 - Not.433/2014 - R$ 244,96

Construtora e Mineradora Rio do Norte Ltda me - 864207/09 - Not.399/2014 - R$ 244,96

Construtora Rio Tranqueira Ltda - 864110/09 - Not.392/2014 - R$ 244,96

Cristiano Campos Souza - 864257/12 - Not.522/2014 - R$ 244,96, 864307/12 - Not.523/2014 - R$ 244,96

Daniel Curtinhas da Silva - 864357/08 - Not.332/2014 - R$ 244,96

Delio Nunes de Jesus - 864127/09 - Not.394/2014 - R$ 244,96

Deusirey Arruda da Silva Empresário Individual - 864012/09 - Not.376/2014 - R$ 244,96

Diogo Portela de Oliveira - 864137/11 - Not.456/2014 - R$ 244,96

Dominas Domingas Coelho Mineração Ltda - 864239/11 - Not.484/2014 - R$ 244,96, 864240/11 - Not.485/2014 - R$ 244,96, 864241/11 - Not.486/2014 - R$ 244,96, 864242/11 - Not.487/2014 - R$ 244,96, 864243/11 - Not.488/2014 - R$ 244,96, 864244/11 - Not.489/2014 - R$ 244,96, 864245/11 - Not.490/2014 - R$ 244,96, 864246/11 - Not.491/2014 - R$ 244,96, 864248/11 - Not.492/2014 - R$ 244,96, 864250/11 - Not.493/2014 - R$ 244,96, 864251/11 - Not.494/2014 - R$ 244,96, 864257/11 - Not.495/2014 - R$ 244,96, 864258/11 - Not.496/2014 - R$ 244,96, 864259/11 - Not.497/2014 - R$ 244,96

E.T. Leite Junior me - 864195/11 - Not.479/2014 - R$ 244,96

Edilson Rodrigues da Silva - 864510/10 - Not.431/2014 - R$ 244,96

Elisangela Corradi de Oliveira - 864284/08 - Not.325/2014 - R$ 244,96

Espólio de Reinaldo da Costa Faria - 864050/09 - Not.385/2014 - R$ 244,96

Eustáquio de Deus Ferreira - 864823/08 - Not.364/2014 - R$ 244,96, 864824/08 - Not.365/2014 - R$ 244,96

Everton Luis Guerra - 864103/11 - Not.453/2014 - R$ 244,96

Expressão Assessoria, Perícia e Auditoria Contábil Ltda - 864343/10 - Not.416/2014 - R$ 244,96

Fernando Carlos de Sousa - 864065/09 - Not.386/2014 - R$ 244,96

Francisca Elisangela Alves de Lima - 864034/09 - Not.380/2014 - R$ 244,96, 864035/09 - Not.381/2014 - R$ 244,96

Francisco Caninde Gomes de Araujo - 864265/11 - Not.498/2014 - R$ 244,96

Gemma Mineração Industria e Comercio Ltda - 864797/08 - Not.361/2014 - R$ 244,96, 864798/08 - Not.362/2014 - R$ 244,96, 864811/08 - Not.363/2014 - R$ 244,96, 864068/09 - Not.388/2014 - R$ 244,96

Geobraz Exploration Ltda me - 864406/10 - Not.422/2014 - R$ 244,96, 864409/10 - Not.424/2014 - R$ 244,96

Geraldo Ayres da Silva Neiva - 864412/11 - Not.510/2014 - R$ 244,96

Granunes Mineração e Exportação LTDA. - 864399/08 - Not.334/2014 - R$ 244,96

Guido Magalhães Arantes - 864389/11 - Not.502/2014 - R$ 244,96, 864390/11 - Not.503/2014 - R$ 244,96

Guilherme César de Melo Sena - 864391/11 - Not.504/2014 - R$ 244,96

Guiomar Pedro da Silva - 864633/08 - Not.358/2014 - R$ 244,96

Henrique Jorge de Oliveira Pinho - 864253/08 - Not.318/2014 - R$ 244,96, 864255/08 - Not.319/2014 - R$ 244,96, 864256/08 - Not.320/2014 - R$ 244,96, 864257/08 - Not.321/2014 - R$ 244,96, 864258/08 - Not.322/2014 - R$ 244,96, 864261/08 - Not.323/2014 - R$ 244,96, 864262/08 - Not.324/2014 - R$ 244,96

Iomar Teixeira de Souza - 864218/11 - Not.480/2014 - R$ 244,96

Izidório Correia de Oliveira - 864225/11 - Not.481/2014 - R$ 244,96

Janos Pereira Lelis - 864088/11 - Not.451/2014 - R$ 244,96, 864176/10 - Not.412/2014 - R$ 244,96, 864880/08 - Not.368/2014 - R$ 244,96

Jaques de Queiroz Canedo - 864897/08 - Not.369/2014 - R$ 244,96

Jayme Rodrigues Júnior - 864537/10 - Not.434/2014 - R$ 244,96

João de Lima Rolim - 864152/12 - Not.521/2014 - R$ 244,96

Jorge Michel Iabrudi - 864536/11 - Not.515/2014 - R$ 244,96, 864594/10 - Not.436/2014 - R$ 244,96

José Priulli - 864298/08 - Not.326/2014 - R$ 244,96

José Carlos Martins Filho - 864104/10 - Not.407/2014 - R$ 244,96

Jose Dias Leite - 864334/11 - Not.501/2014 - R$ 244,96, 864546/11 - Not.517/2014 - R$ 244,96

José Luiz Rossatti - 864147/10 - Not.408/2014 - R$ 244,96

José Manuel Carreteiro - 864636/08 - Not.360/2014 - R$ 244,96

Jose Ney de Araujo Lucena - 864168/10 - Not.409/2014 - R$ 2.860,03, 864169/10 - Not.410/2014 - R$ 28.500,23

Jose Tavares Filho - 864062/10 - Not.405/2014 - R$ 244,96, 864567/11 - Not.518/2014 - R$ 244,96, 864177/11 - Not.477/2014 - R$ 244,96, 864192/11 - Not.478/2014 - R$ 244,96, 864134/11 - Not.455/2014 - R$ 244,96

José Vilela Sobrinho - 864042/11 - Not.449/2014 - R$ 244,96

Jose Wilson Siqueira Campos Junior - 864480/10 - Not.428/2014 - R$ 244,96, 864481/10 - Not.429/2014 - R$ 244,96, 864482/10 - Not.430/2014 - R$ 244,96, 864393/11 - Not.505/2014 - R$ 244,96, 864394/11 - Not.506/2014 - R$ 244,96

Killmallock Mineração do Brasil Ltda - 864936/08 - Not.370/2014 - R$ 244,96

Laurivaldo Dias - 864020/11 - Not.446/2014 - R$ 244,96, 864045/10 - Not.403/2014 - R$ 244,96, 864030/11 - Not.447/2014 - R$ 244,96

Ludmilla Silva Coutinho - 864033/11 - Not.448/2014 - R$ 244,96

Luiz Vieira - 864058/10 - Not.404/2014 - R$ 244,96, 864619/08 - Not.354/2014 - R$ 244,96, 864004/12 - Not.519/2014 - R$ 244,96

Manoel Simão da Silva Neto - 864263/10 - Not.415/2014 - R$ 244,96

Marcos Antonio Feitoza da Costa - 864452/10 - Not.426/2014 - R$ 244,96, 864453/10 - Not.427/2014 - R$ 244,96

Marcos Aurélio Gois - 864094/11 - Not.452/2014 - R$ 244,96

Marcos Roberto Crispim Pereira - 864528/10 - Not.432/2014 - R$ 244,96

Maria Cleides Bezerra da Silva - 864011/09 - Not.375/2014 - R$ 244,96

Mario Oscar de Souza Lima - 864650/10 - Not.444/2014 - R$ 244,96

Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 864632/08 - Not.357/2014 - R$ 244,96, 864631/08 - Not.356/2014 - R$ 244,96, 864048/09 - Not.384/2014 - R$ 244,96

Mineralbrax Exploração de Minerios LTDA. - 864016/11 - Not.445/2014 - R$ 244,96

Mineralbraz Exploração de Minerios LTDA. - 864168/09 - Not.398/2014 - R$ 244,96, 864377/08 - Not.333/2014 - R$ 244,96, 864336/08 - Not.328/2014 - R$ 244,96, 864341/08 - Not.329/2014 - R$ 244,96, 864345/08 - Not.330/2014 - R$ 244,96, 864347/08 - Not.331/2014 - R$ 244,96

Moldar Engenharia Ltda - 864115/11 - Not.454/2014 - R$ 244,96, 864348/10 - Not.418/2014 - R$ 244,96, 864355/10 - Not.420/2014 - R$ 244,96, 864349/10 - Not.419/2014 - R$ 244,96

Monte Sinai Mineração Ltda - 864449/10 - Not.425/2014 - R$ 244,96

Mundo Mineração LTDA. - 864099/10 - Not.406/2014 - R$ 244,96

O2iron Mineração Ltda - 864405/10 - Not.421/2014 - R$ 244,96, 864408/10 - Not.423/2014 - R$ 244,96

Oscar Neto de Gouveia Carvalho - 864072/09 - Not.390/2014 - R$ 244,96, 864073/09 - Not.391/2014 - R$ 244,96

Pará Concentrates And Minerals Ltda - 864607/10 - Not.437/2014 - R$ 244,96

Paulo de Souza Pau Ferro - 864449/08 - Not.340/2014 - R$ 244,96, 864451/08 - Not.341/2014 - R$ 244,96, 864452/08 - Not.342/2014 - R$ 244,96, 864453/08 - Not.343/2014 - R$ 244,96

Paulo Tarso Daher - 864118/09 - Not.393/2014 - R$ 244,96

Pedreira Gurupí Ltda - 864041/09 - Not.383/2014 - R$ 244,96

Pedro Roberto Rocha - 864149/11 - Not.458/2014 - R$ 244,96, 864150/11 - Not.459/2014 - R$ 244,96, 864151/11 - Not.460/2014 - R$ 244,96, 864152/11 - Not.461/2014 - R$ 244,96, 864153/11 - Not.462/2014 - R$ 244,96, 864154/11 - Not.463/2014 - R$ 244,96, 864155/11 - Not.464/2014 - R$ 244,96, 864156/11 - Not.465/2014 - R$ 244,96, 864157/11 - Not.466/2014 - R$ 244,96, 864158/11 - Not.467/2014 - R$ 244,96, 864159/11 - Not.468/2014 - R$ 244,96, 864160/11 - Not.469/2014 - R$ 244,96, 864161/11 - Not.470/2014 - R$ 244,96, 864162/11 - Not.471/2014 - R$ 244,96, 864163/11 - Not.472/2014 - R$ 244,96, 864164/11 - Not.473/2014 - R$ 244,96, 864165/11 - Not.474/2014 - R$ 244,96, 864166/11 - Not.475/2014 - R$ 244,96

Quantum Fertilizantes do Tocantins Ltda - 864408/11 - Not.508/2014 - R$ 244,96, 864409/11 - Not.509/2014 - R$ 244,96

Ramiro Franco Bentes - 864002/09 - Not.371/2014 - R$ 244,96, 864003/09 - Not.372/2014 - R$ 244,96

Ranieri Addario - 864242/09 - Not.401/2014 - R$ 244,96

Renato Godinho - 864647/10 - Not.443/2014 - R$ 244,96

Renato Horst - 864330/08 - Not.327/2014 - R$ 244,96

Ricardo de Souza Abrantes - 864195/08 - Not.317/2014 - R$ 244,96

Roberto Carlos de Castilho - 864169/11 - Not.476/2014 - R$ 244,96

Sermine Serviços de Mineração LTDA. - 864786/95 - Not.309/2014 - R$ 244,96

Serra Azul Mineradora, Incorp., Agrop., Extracao e Frontagem de Minerios Ltda - 864175/10 - Not.411/2014 - R$ 244,96

Sonia Aparecida Ramos Santos - 864526/11 - Not.513/2014 - R$ 244,96

Tercom Construtora e Mineração LTDA. - 864527/11 - Not.514/2014 - R$ 244,96, 864501/11 - Not.512/2014 - R$ 244,96

Theo Lourenço Pontes - 864015/09 - Not.377/2014 - R$ 244,96

Thereza Christina Nunes Ribeiro de Siqueira - 864199/10 - Not.414/2014 - R$ 244,96

Thiago de Cesaro - 864076/11 - Not.450/2014 - R$ 244,96

Tiberio Cesar Menezes Ferreira - 864626/10 - Not.439/2014 - R$ 244,96, 864627/10 - Not.440/2014 - R$ 244,96, 864140/11 - Not.457/2014 - R$ 244,96

Uarian Ferreira da Silva - 864433/12 - Not.524/2014 - R$ 244,96

Vicente Alves de Oliveira Junior - 864185/10 - Not.413/2014 - R$ 244,96, 864071/09 - Not.389/2014 - R$ 244,96

Virlei Moreira Vilela - 864345/10 - Not.417/2014 - R$ 244,96

Welka Cerqueira Brandao Gouveia - 864628/08 - Not.355/2014 - R$ 244,96

RELAÇÃO Nº 117/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)

Companhia de Mineração do Tocantins - 864201/99 - Not.525/2014 - R$ 558,45

Marcos Roberto Crispim Pereira - 864251/09 - Not.526/2014 - R$ 530,45

RELAÇÃO Nº 118/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Antonio Pedro di Fernandes Macêdo Teles Félix de Oliveira - 864447/13 - A.I. 729/14

Cerâmica Pai Eterno IND. Comércio Ltda - 864483/12 - A.I. 726/14

Cristiano Campos Souza - 864330/13 - A.I. 744/14, 864427/13 - A.I. 737/14, 864074/14 - A.I. 734/14

Gilmar Francisco de Oliveira - 864481/13 - A.I. 735/14

Lamartine Reginaldo Sebba - 864838/11 - A.I. 727/14

Manoel Edson Alves Guimaraes me - 864435/13 - A.I. 736/14

Mineração Mata Azul s a - 864610/08 - A.I. 731/14, 864611/08 - A.I. 730/14

O2iron Mineração Ltda - 864613/08 - A.I. 738/14, 864614/08 - A.I. 739/14, 864615/08 - A.I. 740/14, 864616/08 - A.I. 741/14, 864617/08 - A.I. 742/14, 864618/08 - A.I. 743/14

Platinus Empreendimentos e Participações Ltda - 864055/14 - A.I. 728/14

Vulcano Mineradora s a - 864518/07 - A.I. 732/14, 864520/07 - A.I. 733/14

RELAÇÃO Nº 119/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

864.212/2014-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA EPP

864.230/2014-PRADO MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

864.232/2014-BARNABÉ MIRANDA DE OLIVEIRA RODRIGUES

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

864.232/2013-GOYAZ MINÉRIOS LTDA ME-OF. N°1162/2014 - SUP/DNPM/TO

864.236/2013-GOYAZ MINÉRIOS LTDA ME-OF. N°1163/2014 - SUP/DNPM/TO

864.237/2013-GOYAZ MINÉRIOS LTDA ME-OF. N°1161/2014 - SUP/DNPM/TO

864.155/2014-MINERADORA JARDEL AVELAR LTDA-OF. N°1877/2014 - SUP/DNPM/TO

864.157/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1925/2014 - SUP/DNPM/TO

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

864.021/2014-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA -Alvará N°4537/2014

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)

864.126/2011-GUILHERME SALGADO CARDOZO-OF. N°1854/2014 - SUP/DNPM/TO

864.127/2011-GUILHERME SALGADO CARDOZO-OF. N°1928/2014 - SUP/DNPM/TO

864.128/2011-GUILHERME SALGADO CARDOZO-OF. N°1929/2014 - SUP/DNPM/TO

864.435/2011-GUILHERME SALGADO CARDOZO-OF. N°1927/2014 - SUP/DNPM/TO

864.401/2012-CELMO GERALDO AMORIM-OF. N°1902/2014 - SUP/DNPM/TO

864.180/2014-CELMO GERALDO AMORIM-OF. N°1918/2014 - SUP/DNPM/TO

Fase de Concessão de Lavra

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

861.274/1986-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA-OF. N°1130/2014 - SUP/DNPM/TO

860.399/1991-PENERY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1129/2014 - SUP/DNPM/TO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

864.353/1995-RIO DOS MANGUES MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1123/2014 - SUP/DNPM/TO
864.354/1995-RIO DOS MANGUES MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1122/2014 - SUP/DNPM/TO
864.417/1996-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°1121/2014 - SUP/DNPM/TO
864.147/2000-MITO MINERAÇÃO TOCANTINS LTDA. ME-OF. N°1120/2014 - SUP/DNPM/TO
864.098/2001-MITO MINERAÇÃO TOCANTINS LTDA. ME-OF. N°1114/2014 - SUP/DNPM/TO
864.147/2001-MITO MINERAÇÃO TOCANTINS LTDA. ME-OF. N°1113/2014 - SUP/DNPM/TO
864.037/2002-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°1116/2014 - SUP/DNPM/TO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.793/2011-ANTONIO PIRES NETO-Registro de Licença N°36/2014 de 08/08/2014-Vencimento em 11/07/2016
864.462/2012-CERÂMICA J&J LTDA ME-Registro de Licença N°37/2014 de 11/08/2014-Vencimento em 10/10/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.002/2014-CERAMICA MINERADORA VITORIA LTDA ME-OF. N°1926/2014 - SUP/DNPM/TO
864.080/2014-BRUNO LUIZ CONCEIÇÃO CLEMENTE-OF. N°1930/2014 - SUP/DNPM/TO
864.190/2014-MARIA DILMA ALVES SOUSA EI-OF. N°1911/2014 - SUP/DNPM/TO
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
864.349/2013-JOANAN DE ALCANTARA ME
864.404/2013-ILMA BATISTA BORGES VILELA

RÔMULO SOARES MARQUES

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 15 de agosto de 2014

Fase de Requerimento de Concessão de Lavra
Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)
O Processo permanecerá nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias.
820.722/1985 - Indústria Mineradora Patracal Ltda.

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 451, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto no 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o inciso XV, do art. 122, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, e;

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT; e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Velame, elaborado pela Comissão instituída pelas Ordens de Serviço INCRA/SR-(05) BA/GAB nº (s) 137/2005, 22/2008 e 73/2008;

Considerando os termos da Ata de 25 de janeiro de 2010, da Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-05 no Estado da Bahia que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-05/BA nº. 54160.002985/2006-60, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Velame, a área de 1.874,1700 ha, situada no Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, cujas características, limites e confrontações constam do memorial descritivo anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERIKA GALVANI BORGES

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO
IMOVEL: FAZENDA VELAME
PROPRIETARIO: TERRITORIO QUILOMBOLA DE VELAME
ÁREA (ha): 1.874,1700
PERÍMETRO (m): 18.459,03
MUNICÍPIO: VITORIA DA CONQUISTA
ESTADO: BAHIA
LIMITES E CONFRONTAÇÕES
NORTE:VALDEMAR FERRAZ DE OLIVEIRA, BRAULINO, ALTINO, BR 116 E LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ
LESTE: G5 AGROPECUARIA E ROBERTO LOPES FERRAZ LEITE
SUL: G5 AGROPECUARIA, MARCOS OLIVEIRA, ANTONIO OLIVEIRA, BR 116 E ESTRADA MUNICIPAL
OESTE: DAVI ANTONIO FERRAZ DOS SANTOS E G5 - AGROPECUARIA
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO
Partindo do marco P-1, situado no limite com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, definido pela coordenada geográfica de Latitude 15°14'08,37548" Sul e Longitude 41°06'08,84038" Oeste, Datum SAD-69 e pela coordenada plana UTM 8.314.513,7300 m Norte e 274.174,9700 m Leste, referido ao meridiano central 39º WGr, confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, seguindo com distância de 228,695 m e azimute plano de 101°18'07" chega-se ao marco P-2, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.314.468,9100 m Norte e 274.399,2300 m Leste, seguindo com distância de 771,116 m e azimute plano de 98°07'21" chega-se ao marco P-3, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.314.359,9600 m Norte e 275.162,6100 m Leste, seguindo com distância de 62,354 m e azimute plano de 104°16'13" chega-se ao marco P-4, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.314.344,5900 m Norte e 275.223,0400 m Leste, seguindo com distância de 63,453 m e azimute plano de 100°27'04" chega-se ao marco P-5, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.314.333,0800 m Norte e 275.285,4400 m Leste, seguindo com distância de 509,227 m e azimute plano de 212°51'36" chega-se ao marco P-6, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.905,3300 m Norte e 275.009,1400 m Leste, seguindo com distância de 12,022 m e azimute plano de 214°33'45" chega-se ao marco P-7, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.895,4300 m Norte e 275.002,3200 m Leste, seguindo com distância de 21,746 m e azimute plano de 193°12'43" chega-se ao marco P-8, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.874,2600 m Norte e 274.997,3500 m Leste, seguindo com distância de 139,015 m e azimute plano de 93°15'28" chega-se ao marco P-9, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.866,3600 m Norte e 275.136,1400 m Leste, seguindo com distância de 135,348 m e azimute plano de 91°48'59" chega-se ao marco P-10, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.862,0700 m Norte e 275.271,4200 m Leste, seguindo com distância de 224,571 m e azimute plano de 98°16'47" chega-se ao marco P-11, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.829,7300 m Norte e 275.493,6500 m Leste, seguindo com distância de 428,157 m e azimute plano de 93°27'12" chega-se ao marco P-12, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.803,9400 m Norte e 275.921,0300 m Leste, seguindo com distância de 333,135 m e azimute plano de 92°40'56" chega-se ao marco P-13, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.788,3500 m Norte e 276.253,8000 m Leste, seguindo com distância de 110,201 m e azimute plano de 86°07'44" chega-se ao marco P-14, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.795,7900 m Norte e 276.363,7500 m Leste, seguindo com distância de 260,812 m e azimute plano de 97°44'59" chega-se ao marco P-15, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.760,6200 m Norte e 276.622,1800 m Leste, seguindo com distância de 43,566 m e azimute plano de 84°09'50" chega-se ao marco P-16, deste confrontando neste trecho com LUIZ AUGUSTO MEIRA FERRAZ, coordenada plana UTM 8.313.765,0500 m Norte e 276.665,5200 m Leste, seguindo com distância de 110,603 m e azimute plano de 80°10'17" chega-se ao marco P-17, deste confrontando neste trecho com ROBERTO LOPES FERRAZ LEITE, coordenada plana UTM 8.313.783,9300 m Norte e 276.774,5000 m Leste, seguindo com distância de 620,705 m e azimute plano de 161°08'44" chega-se ao marco P-18, deste confrontando neste trecho com ESTRADA VICINAL, coordenada plana UTM 8.313.196,5300 m Norte e 276.975,0900 m Leste, seguindo com distância de 6,287 m e azimute plano de 172°57'55" chega-se ao marco P-19, deste confrontando neste trecho com ESTRADA VICINAL, coordenada plana UTM 8.313.190,2900 m Norte e 276.975,8600 m Leste, seguindo com distância de 130,203 m e azimute plano de 62°27'39" chega-se ao marco P-20, deste confrontando neste trecho com ESTRADA VICINAL, coordenada plana UTM 8.313.250,4900 m Norte e 277.091,3100 m Leste, seguindo com distância de 129,951 m e azimute plano de 84°18'27" chega-se ao marco P-21, deste confrontando neste trecho com ESTRADA VICINAL, coordenada plana UTM 8.313.263,3799 m Norte e 277.220,6205 m Leste, seguindo com distância de 15,483 m e azimute plano de 108°23'12" chega-se ao marco P-22, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.313.258,4960 m Norte e 277.235,3134 m Leste, seguindo com distância de 137,310 m e azimute plano de 149°26'20" chega-se ao marco P-23, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.313.140,2600 m Norte e 277.305,1300 m Leste, seguindo com distância de 160,090 m e azimute plano de 139°16'42" chega-se ao marco P-24, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.313.018,9300 m Norte e 277.409,5700 m Leste, seguindo com distância de 69,761 m e azimute plano de 131°23'07" chega-se ao marco P-25, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.312.972,8100 m Norte e 277.461,9100 m Leste, seguindo com distância de 101,048 m e azimute plano de 122°23'50" chega-se ao marco P-26, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.312.918,6700 m Norte e 277.547,2300 m Leste, seguindo com distância de 81,320 m e azimute plano de 136°10'33" chega-se ao marco P-27, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.312.860,0000 m Norte e 277.603,5400 m Leste, seguindo com distância de 164,024 m e azimute plano de 133°33'00" chega-se ao marco P-28, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.312.746,9900 m Norte e 277.722,4200 m Leste, seguindo com distância de 81,281 m e azimute plano de 139°42'38" chega-se ao marco P-29, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.312.684,9900 m Norte e 277.774,9800 m Leste, seguindo com distância de 118,599 m e azimute plano de 142°29'57" chega-se ao marco P-30, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.312.590,9000 m Norte e 277.847,1800 m Leste, seguindo com distância de 105,696 m e azimute plano de 146°06'03" chega-se ao marco P-31, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.312.503,1700 m Norte e 277.906,1300 m Leste, seguindo com distância de 123,031 m e azimute plano de 136°52'15" chega-se ao marco P-32, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL, que liga BA 639 a Lagoa do Melquiades e coordenada plana UTM 8.312.413,3800 m Norte e 277.990,2400 m Leste, seguindo com distância de 186,122 m e azimute plano de 125°34'17" chega-se ao marco P-33, deste confrontando neste trecho com G5 AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.312.305,1100 m Norte e 278.141,6300 m Leste, seguindo com distância de 503,978 m e azimute plano de 216°51'12" chega-se ao marco P-34, deste confrontando neste trecho com G5 AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.311.901,8400 m Norte e 277.839,3600 m Leste, seguindo com distância de 256,962 m e azimute plano de 217°22'47" chega-se ao marco P-35, deste confrontando neste trecho com G5 AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.311.697,6500 m Norte e 277.683,3600 m Leste, seguindo com distância de 182,957 m e azimute plano de 223°11'10" chega-se ao marco P-36, deste confrontando neste trecho com G5 AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.311.564,2500 m Norte e 277.558,1500 m Leste, seguindo com distância de 235,855 m e azimute plano de 226°31'51" chega-se ao marco P-37, deste confrontando neste trecho com G5 AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.311.401,9900 m Norte e 277.386,9800 m Leste, seguindo com distância de 12,304 m e azimute plano de 233°01'40" chega-se ao marco P-38, deste confrontando neste trecho com G5 AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.311.394,5900 m Norte e 277.377,1500 m Leste, seguindo com distância de 531,372 m e azimute plano de 230°01'16" chega-se ao marco P-39, deste confrontando neste trecho com MARCOS OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.311.053,1800 m Norte e 276.969,9700 m Leste, seguindo com distância de 565,725 m e azimute plano de 228°29'31" chega-se ao marco P-40, deste confrontando neste trecho com MARCOS OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.678,2600 m Norte e 276.546,3200 m Leste, seguindo com distância de 584,346 m e azimute plano de 236°15'28" chega-se ao marco P-41, deste confrontando neste trecho com MARCOS OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.353,6800 m Norte e 276.060,4100 m Leste, seguindo com distância de 234,377 m e azimute plano de 248°12'57" chega-se ao marco P-42, deste confrontando neste trecho com MARCOS OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.266,7000 m Norte e 275.842,7700 m Leste, seguindo com distância de 141,411 m e azimute plano de 251°28'59" chega-se ao marco P-43, deste confrontando neste trecho com MARCOS OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.221,7900 m Norte e 275.708,6800 m Leste, seguindo com distância de 214,730 m e azimute plano de 256°09'52" chega-se ao marco P-44, deste confrontando neste trecho com MARCOS OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.170,4400 m Norte e 275.500,1800 m Leste, seguindo com distância de 229,293 m e azimute plano de 259°49'45" chega-se ao marco P-45, deste confrontando neste trecho com MARCOS OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.129,9500 m Norte e 275.274,4900 m Leste, seguindo com distância de 714,502 m e azimute plano de 256°38'42" chega-se ao marco P-46, deste confrontando neste trecho com MARCOS OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.309.964,9100 m Norte e 274.579,3100 m Leste, seguindo com distância de 138,783 m e azimute plano de 254°45'22" chega-se ao marco P-47, deste confrontando neste trecho com ANTONIO OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.309.928,4200 m Norte e 274.445,4100 m Leste, seguindo com distância de 379,389 m e azimute plano de 309°10'04" chega-se ao marco P-48, deste confrontando neste trecho com ANTONIO OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.168,0400 m Norte e 274.151,2700 m Leste, seguindo com distância de 202,792 m e azimute plano de 309°29'58" chega-se ao marco P-49, deste confrontando neste trecho com ANTONIO OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.297,0300 m Norte e 273.994,7900 m Leste, seguindo com distância de 105,407 m e azimute plano de 288°06'05" chega-se ao marco P-50, deste confrontando neste trecho com ANTONIO OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.329,7800 m Norte e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

273.894,6000 m Leste, seguindo com distância de 225,165 m e azimute plano de 291°03'24" chega-se ao marco P-51, deste confrontando neste trecho com ANTONIO OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.410,6800 m Norte e 273.684,4700 m Leste, seguindo com distância de 22,447 m e azimute plano de 303°15'30" chega-se ao marco P-52, deste confrontando neste trecho com ANTONIO OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.310.422,9900 m Norte e 273.665,7000 m Leste, seguindo com distância de 874,764 m e azimute plano de 312°52'20" chega-se ao marco P-53, deste confrontando neste trecho com ANTONIO OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.311.018,1500 m Norte e 273.024,6100 m Leste, seguindo com distância de 480,828 m e azimute plano de 312°49'02" chega-se ao marco P-54, deste confrontando neste trecho com ANTONIO OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.311.344,9500 m Norte e 272.671,9100 m Leste, seguindo com distância de 213,192 m e azimute plano de 311°54'31" chega-se ao marco P-55, deste confrontando neste trecho com ANTONIO OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.311.487,3500 m Norte e 272.513,2500 m Leste, seguindo com distância de 73,711 m e azimute plano de 315°38'12" chega-se ao marco P-56, deste confrontando neste trecho com BR 116 , coordenada plana UTM 8.311.540,0475 m Norte e 272.461,7106 m Leste, seguindo com distância de 83,214 m e azimute plano de 315°40'10" chega-se ao marco P-57, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL , que liga ao povoado de quaraçí a BR 116 e coordenada plana UTM 8.311.599,5719 m Norte e 272.403,5611 m Leste, seguindo com distância de 397,606 m e azimute plano de 312°37'12" chega-se ao marco P-58, deste confrontando neste trecho com ESTRADA MUNICIPAL , que liga ao povoado de quaraçi a BR 116 e coordenada plana UTM 8.311.868,8042 m Norte e 272.110,9786 m Leste, seguindo com distância de 58,852 m e azimute plano de 309°18'24" chega-se ao marco P-59, deste confrontando neste trecho com G5 - AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.311.906,0851 m Norte e 272.065,4411 m Leste, seguindo com distância de 493,822 m e azimute plano de 358°25'27" chega-se ao marco P-60, deste confrontando neste trecho com G5 - AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.312.399,7200 m Norte e 272.051,8600 m Leste, seguindo com distância de 623,578 m e azimute plano de 358°13'45" chega-se ao marco P-61, deste confrontando neste trecho com G5 - AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.313.023,0000 m Norte e 272.032,5900 m Leste, seguindo com distância de 889,659 m e azimute plano de 358°15'41" chega-se ao marco P-62, deste confrontando neste trecho com G5 - AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.313.912,2500 m Norte e 272.005,6000 m Leste, seguindo com distância de 456,261 m e azimute plano de 358°17'53" chega-se ao marco P-63, deste confrontando neste trecho com G5 - AGROPECUARIA, coordenada plana UTM 8.314.368,3100 m Norte e 271.992,0500 m Leste, seguindo com distância de 142,001 m e azimute plano de 358°48'20" chega-se ao marco P-64, deste confrontando neste trecho com VALDEMAR FERRAZ DE OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.314.510,2800 m Norte e 271.989,0900 m Leste, seguindo com distância de 592,181 m e azimute plano de 103°19'58" chega-se ao marco P-65, deste confrontando neste trecho com VALDEMAR FERRAZ DE OLIVEIRA, coordenada plana UTM 8.314.373,7200 m Norte e 272.565,3100 m Leste, seguindo com distância de 406,465 m e azimute plano de 102°53'06" chega-se ao marco P-66, deste confrontando neste trecho com BRAULINO NONATO DA SILVA, coordenada plana UTM 8.314.283,0800 m Norte e 272.961,5400 m Leste, seguindo com distância de 592,105 m e azimute plano de 103°51'58" chega-se ao marco P-67, deste confrontando neste trecho com AMILTON PIRES DOS SANTOS, coordenada plana UTM 8.314.141,1800 m Norte e 273.536,3900 m Leste, seguindo com distância de 319,423 m e azimute plano de 102°54'58" chega-se ao marco P-68, deste confrontando neste trecho com BR 116, coordenada plana UTM 8.314.069,7807 m Norte e 273.847,7307 m Leste, seguindo com distância de 60,823 m e azimute plano de 106°23'52" chega-se ao marco P-69, deste confrontando neste trecho com FAIXA DE DOMINIO DA BR 116, coordenada plana UTM 8.314.052,6100 m Norte e 273.906,0800 m Leste, seguindo com distância de 128,863 m e azimute plano de 29°12'24" chega-se ao marco P-70, deste confrontando neste trecho com FAIXA DE DOMINIO DA BR 116, coordenada plana UTM 8.314.165,0900 m Norte e 273.968,9600 m Leste, seguindo com distância de 404,957 m e azimute plano de 30°34'43" chega-se ao marco P-1 , ponto inicial da descrição deste perímetro.
OBS. FOI DEDUZIDO DO IMOVEL A AREA DE 18,2217 Ha. REFERENTE A FAIXA DE DOMINIO BR 116.
Julho/2008
Resp. Técnico: Laecio M. Leite
ENG. AGRIMENSOR
CREA nº 41,155/D

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Incra no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto n° 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA n° 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Décima Oitava Reunião Extraordinária, realizada no dia 07 de agosto de 2014; e

Considerando a Norma de Execução n° 33, de 14 de julho de 2003, publicada no DOU do dia 23 do mesmo mês e ano;

Considerando a fundamentação legal constante nos incisos I, II e III da Norma de Execução supramencionada.

Considerando as análises técnicas e jurídicas constantes no processo administrativo 54340.001622/2013-56; resolve:

Art. 1º - Aprovar a cessão de uso de uma área de 3,3957 ha (três hectares vírgula trinta e nove ares e cinquenta e sete centiares) da área comunitária que integra o PA União, criado mediante a Portaria Incra/SR(20)/N° 41, de 23 de dezembro de 1998, localizado no Município de Mimoso do Sul/ES à Prefeitura Municipal para a implantação de um projeto de empreendimento turístico, conforme proposta apresentada.

Art. 2º - Estabelecer que a área objeto desta cessão de uso seja revertida de pleno direito, para posse, domínio e administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação adversa da destinação estabelecida.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ CÂNDIDO REZENDE
Coordenador

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 380, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no item V-1 do Termo de Referência do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), anexo à Portaria n.º 391, de 25 de julho de 2012, resolve

Art. 1º Tornar público o resultado da avaliação das propostas dos candidatos às bolsas referentes ao Edital Pronametro nº1/2014 - 2ª Fase - Programa "Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - 2014". Bolsas Regulares em fluxo contínuo:

CANDIDATO APROVADO
Hans Peter Henrik Grieneisen

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSCAR ACSELRAD

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 129, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de volume de água, tipo eletrônico, aprovado pela Portaria Inmetro nº 246/2000 e alterado pela Portaria Inmetro nº 436/2011; e

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.050446/2013, resolve:

Aprovar o modelo SHARPFLOW, de medidor de volume de água, tipo eletrônico, marca ITRON, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 25, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece critérios para alocação de cota para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 64, de 11 de agosto de 2014.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 64, de 11 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Os incisos VIII, IX e LIX do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"VIII - Resolução CAMEX nº 31, de 11 de abril de 2014, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2014, conforme alterada pela Resolução CAMEX nº 64, de 11 de agosto de 2014, publicada no D.O.U. de 12 de agosto de 2014:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2926.90.91	Adiponitrila (1,4-dicianobutano)	2%	34.000 toneladas	31/05/2014 a 30/05/2015

.....".(NR)

"IX - Resolução CAMEX nº 64, de 11 de agosto de 2014, publicada no D.O.U. de 12 de agosto de 2014:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
8705.10.90	Caminhões-guindastes - Outros Ex 001 - Com lança treliçada, móveis sobre pneus, com capacidade de elevação superior ou igual a 750 toneladas, acionados por motores a diesel, refrigerados a água, com potência de 505 kW (680 HP) a 1900 rpm, freios a ar servo-assistidos em todas as rodas, dotados de quatro apoios hidráulicos e suspensão hidropneumática com nivelamento automático.	2%	2 unidades	12/08/2014 a 11/02/2015

.....

c) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas LIs para essa cota, ainda que já registrado pedido de licença no SISCOMEX". (NR)

LIX - Resolução CAMEX nº 57, de 24 de julho de 2014, publicada no D.O.U. de 28 de julho de 2014, conforme alterada pela Resolução CAMEX nº 64, de 11 de agosto de 2014, publicada no D.O.U. de 12 de agosto de 2014:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
7208.51.00	-- De espessura superior a 10 mm ---------- Ex 001 - Chapas grossas de aço carbono, laminadas a quente, com espessuras variando de 22,0 mm a 34,0 mm, largura de 1.640 mm a 1.700 mm e comprimento de 12.250 mm a 12.500 mm, conforme norma API 5L 44ª edição de 01/10/2007 e grau API 5L X70MS, com requisitos para atender a testes de resistência à corrosão ácida, segundo as	- ---------- 2%	---------- 18.500 toneladas	28/07/2014 a 28/04/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	normas NACE - TM 0284 e NACE - TM 0177, sendo a solução de teste nível B da norma NACE - TM0177 para o teste de HIC (Hydrogen-Induced Cracking) e a solução de teste nível B da norma NACE - TM0284 para o teste de SSC (Sulfide Stress Cracking)			

....."(NR)

Art. 2º Ficam incluídos os incisos LX e LXI no art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 2011, com a seguinte redação:

"LX - Resolução CAMEX nº 64, de 11 de agosto de 2014, publicada no D.O.U. de 12 de agosto de 2014:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3907.60.00	Poli (tereftalato) de etileno Ex 001 - Poli (tereftalato de etileno) pós-condensado, com viscosidade intrínseca superior ou igual a 0,98 dl/g e inferior ou igual a 1,02 dl/g	2%	20.000 toneladas	12/08/2014 a 11/08/2015

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) o importador deverá fazer constar no pedido de LI a descrição da mercadoria, conforme indicada na tabela acima;

c) na análise e deferimento dos pedidos, será obedecida a ordem de registro das LI no SISCOMEX e a cota máxima inicial a ser concedida a cada empresa será limitada a 1.800 toneladas;

d) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas à comprovação do efetivo despacho para consumo da mercadoria objeto das concessões anteriores, mediante a apresentação da cópia do CI e da DI correspondentes, e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada;

e) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas LIs para essa cota, ainda que já registrado pedido de licença no SISCOMEX".

"LXI - Resolução CAMEX nº 64, de 11 de agosto de 2014, publicada no D.O.U. de 12 de agosto de 2014:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
5504.10.00	Fibras artificiais descontínuas, não cardadas, não penteadas nem transformadas de outro modo para fiação. - De raiom viscose	2%	4.800 toneladas	12/08/2014 a 11/08/2015

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) o importador deverá fazer constar no pedido de LI a descrição da mercadoria, conforme indicada na tabela acima;

c) na análise e deferimento dos pedidos, será obedecida a ordem de registro das LI no SISCOMEX e a cota máxima inicial a ser concedida a cada empresa será limitada a 500 toneladas;

d) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas à comprovação do efetivo despacho para consumo da mercadoria objeto das concessões anteriores, mediante a apresentação da cópia do CI e da DI correspondentes, e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada;

e) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas LIs para essa cota, ainda que já registrado pedido de licença no SISCOMEX."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

DANIEL MARTELETO GODINHO

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 1.064, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17/08/2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 537ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2014, considerando o disposto no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu outorgar à:

Vale Mina do Azul S.A, Igarapé Azul (barragem do Azul) e Igarapé Kalunga (barragens Kalunga e PDE-02), Município de Parauapebas/Pará, reservatórios (barragem do Azul, barragem Kalunga e barragem de contenção de sedimentos PDE-02), 2 pontos de captação de água (mineração).

O inteiro teor da Resolução de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 1.065, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17/08/2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 537ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2014, considerando o disposto no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e tendo em vista o que consta no processo nº 02501.001665/2012-67, resolveu:

Transformar, com base no artigo 7º, parágrafo 2º da Lei nº 9.984, de 2000, a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto das Resoluções ANA nº 577, de 13 de maio de 2013 e nº 1023 de 06 de agosto de 2013, referente ao Aproveitamento Hidrelétrico PCH Ado Popinhaki, situado no rio Canoas, nos municípios de Curitibanos e Correia Pinto no Estado de Santa Catarina, em outorga de direito de uso de recursos hídricos à Companhia Energética Canoas, inscrita no CNPJ sob o nº 10.618.009/0001-14, doravante denominada Outorgada, com a finalidade de exploração do potencial de energia hidráulica.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÕES DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23 de maio de 2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 537ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2014, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu indeferir o pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

Nº 1.062 - Construtora Terra Santa Ltda., rio Jacaré, Município de Lagarto/Sergipe, esgotamento sanitário, por motivo de restrição de disponibilidade hídrica.

Nº 1.063 - Juvenil Antônio Cenci, rio Samambaia, Município de Cristalina/Goiás, irrigação, por motivo de restrição de disponibilidade hídrica.

Nº 1.066 - Manoel Elias Gasparini, córrego Dourado, Município de Pedro Canário/Espírito Santo, irrigação, indisponibilidade hídrica.

Nº 1068 - Luiz Carlos Tolentino de Almeida, Reservatório da UHE Batalha (rio São Marcos), Município de Paracatu/Minas Gerais, por motivo de alcance do limite máximo da área irrigável na bacia.

Nº 1.070 - Agropecuária Agriter Ltda., rio Samambaia/Represa Agriter 2, Município de Cristalina/Goiás, irrigação, por alcance do limite máximo da área irrigável na bacia.

O inteiro teor das Resoluções de indeferimento, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 537ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2014, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu outorgar à:

Nº 1.067 - Leonardo de lima Couto e Eduardo Gonçalves da Mota, rio Preto, Município de Dom Bosco/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.069 - Anorino Alves Bandeira, rio Pardo, Município de São João do Paraíso/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.071 - Agropecuária Baianeira Ltda., Reservatório da UHE Machado Mineiro (rio Pardo), Município de Ninheira/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 73, de 25 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 30 de junho de 2014, Seção 1, pág. 134, art. 2º, inciso I, alínea "b",

ONDE SE LÊ: "b) Universidade Federal Rural da Amapá Pará - UFRA - Campus de Parauapebas/PA, sendo um titular e um suplente;"

LEIA-SE: "b) Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA - Campus de Parauapebas/PA, sendo um titular e um suplente;"

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 255, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar o provimento de 500 (quinhentos) cargos de Policial Rodoviário Federal para o Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, no âmbito do concurso público autorizado por meio da Portaria MP nº 100, de 8 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2013, Seção 1, pág. 61.

Parágrafo único. O provimento dos cargos no quantitativo previsto no caput deverá ocorrer a partir de agosto de 2014, e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa à Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público referido no art. 1º será do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 256, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar o provimento de 566 (quinhentos e sessenta e seis) cargos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECDPF do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal - DPF, do concurso público autorizado pela Portaria MP nº 184, de 21 de maio de 2013, conforme discriminado no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O provimento dos cargos a que se refere o caput deverá ocorrer a partir de agosto de 2014, e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa à Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público referido no art. 1º será do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

Cargo	Escolaridade	Total de Vagas
Engenheiro	NS	11
Administrador	NS	4
Psicólogo	NS	3
Arquivista	NS	2
Assistente Social	NS	7
Contador	NS	5
Agente Administrativo	NI	534
Total Geral		566

PORTARIA Nº 257, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar o provimento de 546 (quinhentos e quarenta e seis) cargos da Carreira Policial Federal do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal - DPF, do concurso público autorizado pela Portaria MP nº 559, de 9 de dezembro de 2011, conforme discriminado no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O provimento dos cargos deverá ocorrer a partir de agosto de 2014, e está condicionado:

I - à existência de vagas na data de nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa à Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público referido no art. 1º será do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

Cargos	Quantidade
Delegado de Polícia Federal	128
Perito Criminal Federal	87
Escrivão de Polícia Federal	331
Total	546

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 19, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo, do art. 3º, inciso I da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista os elementos que integram o Processo nº 04997.001385/2013-31, resolve:

Art. 1º - Aceitar a doação, com encargo, que faz o Município de Primavera do Leste, consoante Lei Municipal nº 966, datada de 26 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 1.005, de 23 agosto de 2007, do imóvel constituído pelo terreno com área de 1.350,00 m² (um mil trezentos e cinquenta metros quadrados), localizado no Lote 02 da Quadra 39A/48A, Loteamento Cidade Primavera II, no município de Primavera do Leste/MT, registrado sob a matricula n° AV-1 M-9.043, Ficha 01, Livro nº 02-AU, do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Primavera do Leste/MT, bem como a ENTREGA, do referido terreno à Tribunal Regional da Trabalho - TRT 23ª Região, com fundamento no art. 79, parágrafos 1° e 2°, do Decreto-lei n° 9.760, de 05 de setembro de 1946, tão logo concluídos os atos relativos ao aperfeiçoamento da doação.

Art. 2º - O terreno a que se refere o art. 1º, destina-se à instalação e funcionamento da Vara de Trabalho da Comarca de Primavera do Leste.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILMAR SCHRADER

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 14 de agosto de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que notifica o representante do SINDSERV - SINDICATO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS ESTATUTARIOS CELETISTAS E APOSENTADOS DE VALENCA RJ, CNPJ 04.326.309/0001-27, do inteiro teor do Ofício n.º 813/2014/CGRS/SRT/MTE, encaminhado à entidade solicitando a complementação de documentos, em razão da irregularidade e/ou insuficiência da documentação apresentada, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento n.º 314737235JL. Portanto, no prazo de 20 (vinte) dias, deverá apresentar a documentação solicitada sob pena de INDEFERIMENTO do pedido de registro sindical 46215.028735/2012-25 (SC14516), nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326 de 11 de março de 2013.

Com fulcro na Decisão Judicial da 21ª Vara do Trabalho de Brasília, Processo 0002014-36.2013.5.10.0021, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1008/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINTESETE - Sindicato dos Transportadores de Escolares de Sete Lagoas - MG, Processo 46241.000359/2013-78, CNPJ 03.989.479/0001-29, para representar a categoria Profissional dos Trabalhadores Autônomos, pessoa física, do transporte de estudantes de todos os níveis de educação na rede pública e privada, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Sete Lagoas - MG.

Tendo em vista os termos da decisão judicial exarada nos autos do Mandado de Segurança n.º 0000473-37.2014.5.10.0019, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria n.º 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria n.º 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

Processo	46208.004532/2012-32
Entidade	SITIMMME-MIN - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico de Mineiros - GO
CNPJ	15.370.969/0001-21
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Goiás: Aporé, Arenópolis, Bom Jardim de Goiás, Caiapônia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Mineiros, Palestina de Goiás, Perolândia, Piranhas, Portelândia e Serranópolis
Categoria Profissional	Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de julho de 2014

Nº 1 - O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, tendo em vista o que consta do Processo nº 46217.000599/2014-51 e nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 02, de 25 de maio de 2006.

HOMOLOGA o novo Plano de Carreira da APEC - Associação Potiguar de Educação e Cultura Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.480.071/0001-40, com sede na Avenida Floriano Peixoto, 295, Petrópolis, Natal - RN CEP 59.072-520, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no mencionado plano dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ÉDER NOBRE PRAXEDES

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 4.372, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a transferência de serviços da Bomfim Empresa senhor do Bomfim Ltda. para Viação Águia Branca S.A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto nas Resoluções nº 2.868, de 4 de setembro de 2008, e nº 3.076, de 26 de março de 2009, e fundamentada no Voto DAL - 100, de 14 de agosto de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.084821/2014-31, resolve:

Art. 1º Autorizar o pedido de transferência dos serviços operados no regime de autorização especial Salvador (BA) - Penedo (AL), prefixo nº 05-0314-00; Própria (SE) - Penedo (AL), prefixo nº 21-0314-01; Salvador (BA) - Maceió (AL), prefixo nº 05-1113-00; Aracaju (SE) - Salvador (BA), prefixo nº 21-0165-00; e Aracaju (SE) - Feira de Santana (BA), prefixo nº 21-0288-00, da Bomfim Empresa Senhor do Bomfim Ltda. para a empresa Viação Águia Branca S.A.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 143, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50515.026799/2014-46, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/SP, por meio de travessia no km 070+110m, em Mairiporã/SP, de interesse da ELEKTRO Eletricidade e Serviços S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a ELEKTRO deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A ELEKTRO não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Fernão Dias S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dias S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A ELEKTRO assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A ELEKTRO deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a ELEKTRO verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fernão Dias S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Fernão Dias S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A ELEKTRO deverá apresentar, à URSP e à Autopista Fernão Dias S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A ELEKTRO abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 144, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50515.024492/2014-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de esgoto na faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/SP, por meio de travessia no km 085+470m, em São Paulo/SP, de interesse da SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

VEDADA A VENDA OU ASSINATURA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de esgoto, a SABESP deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A SABESP não poderá iniciar a implantação da rede de esgoto objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Fernão Dias S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dias S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A SABESP assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de esgoto, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A SABESP deverá concluir a obra de implantação da rede de esgoto no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a SABESP verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de esgoto no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fernão Dias S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Fernão Dias S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de esgoto.

Art. 8º A SABESP deverá apresentar, à URSP e à Autopista Fernão Dias S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de esgoto por meio de travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 1.758,44 (um mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A SABESP abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

Conselho Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2014

PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.0001141/2014-53
REQUERENTE: FERNANDO MARREY FERREIRA
DECISÃO
(...)Isto posto, sendo a matéria ventilada estranha ao rol de atribuições do CNMP, discriminadas no 130-A, § 2º, da Constituição Federal, determino o arquivamento dos autos, com base no artigo 12, XXX, do Regimento Interno. Considerando, porém, que o fato noticiado relaciona-se com a atividade-fim do Ministério Público, encaminhe-se cópia dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo. Publique-se. Comunique-se.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 30 DE JULHO DE 2014

PROPOSIÇÃO CNMP Nº 0.00.000.001101/2014-10
REQUERENTE: RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS - PRESIDENTE DO CNMP
RELATOR: RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS - PRESIDENTE DO CNMP
EMENTA PROPOSIÇÃO. ALTERAÇÃO DO ART. 1º DA RESOLUÇÃO N.º 48, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010. DIÁRIAS E PASSAGENS AOS MEMBROS DO CNMP. INDENIZAÇÃO DE DESPESAS - AJUDA DE CUSTO E AUXÍLIO-MORADIA - AOS CONSELHEIROS, INCLUSIVE AO CORREGEDOR NACIONAL, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, E MEMBROS AUXILIARES QUE, RESPECTIVAMENTE, EM RAZÃO DO MANDATO OU NO INTERESSE DO SERVIÇO, VENHAM A FIXAR DOMICÍLIO NO DISTRITO FEDERAL, SEDE DO CNMP. READEQUAÇÃO DA NORMA PARA FINS DE REGULAMENTAÇÃO PELA PRESIDÊNCIA.

1. Aprovação na forma do art. 149, §2º, do Regimento Interno do CNMP.

2. Convalidação de atos praticados sob a égide das Portarias CNMP-PRESI nº 367/2013 e nº 37/2014, editadas no exercício do legítimo poder regulamentar da Presidência e precedidas de amplos debates junto aos Conselheiros do órgão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em aprovar a Proposta de Resolução que altera a redação do art. 1º da Resolução n.º 48, de 20 de outubro de 2009, e dispõe sobre a convalidação de atos praticados com suporte nas Portarias CNMP-PRESI nº 367, de 12/12/2013 e n° 37, de 26/2/2014.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

ACÓRDÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2014

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N.º 0.00.000.00471/2014-21
RELATOR: CONSELHEIRO JARBAS SOARES JÚNIOR
REQUERENTE: GILDÁZIO RIZÉRIO DE AMORIM
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO DE ATOS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA EM CERTAME DE PROMOÇÃO PARA VAGAS DA ENTRÂNCIA FINAL DA CARREIRA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA QUE IMPORTOU EM RECLASSIFICAÇÃO DAS ENTRÂNCIAS, IMPONDO NOVO REGIME JURÍDICO À CARREIRA. ALEGAÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO. INOCORRÊNCIA. A MODIFICAÇÃO DE REGIME DA CARREIRA MEDIANTE PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUI NOVA ORDEM JURÍDICA E NÃO FERE, NO CASO CONCRETO, DIREITO DOS MEMBROS. CARREIRA, ATÉ 2007, ESCALONADA EM QUATRO NÍVEIS - 1ª, 2ª, 3ª E ENTRÂNCIA ESPECIAL, POSTERIORMENTE MODIFICADA PARA TRÊS NÍVEIS - ENTRÂNCIAS INICIAL, INTERMEDIÁRIA E FINAL. A RECLASSIFICAÇÃO DA PROMOTORIA OCUPADA PELO DO MEMBRO DA 2ª ENTRÂNCIA PARA A ENTRÂNCIA INICIAL PRESERVA, IN CASU, A SUA SITUAÇÃO ANTERIOR DE PREFERÊNCIA AOS PROMOTORES DE JUSTIÇA EM SITUAÇÃO ANÁLOGA NAS LISTAS DE ANTIGUIDADE. PRIVILÉGIO NAS REMOÇÕES E PROMOÇÕES PARA A ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA. NÃO É CABÍVEL GARANTIR AO CANDIDATO OUTRO BENEFÍCIO SE HOUVE EXTINÇÃO DO REGIME ANTERIOR, COM SUBSTANCIAL ALTERAÇÃO DAS ENTRÂNCIAS. IMPROCEDÊNCIA DO FEITO.

1. A inabilitação de Promotor de Justiça de entrância inicial, pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, à promoçao para as comarcas de Alagoinhas e Paulo Afonso, de entrância final, diante do novo regime jurídico, não fere direito adquirido.

2. A modificação do regime jurídico da carreira do Ministério Público baiano, que, por força de lei, passou do escalonamento em 4 (quatro) níveis para o atual, em 3 (três) níveis, impõe nova realidade. A reclassificação da Promotoria de Justiça de Pariripiranga, em 2007, de 2ª entrância para a novel entrância inicial, observada a lista de antiguidade vigente à época da edição da norma e a consequente preferência do membro nas remoções e promoções posteriores para a entrância intermediária, atende aos princípios da administração pública.

3. Somente em 2013, já com a carreira em 3 (três) níveis (entrâncias inicial, intermediária e final), as Promotorias de Justiça de Paulo Afonso e Alagoinhas, por força de lei, foram alçadas da entrância intermediária para a final. À época, o requerente não integrava a entrância anterior. A sua pretensão de concorrer a vagas nas referidas Promotorias, integrando a entrância inicial, importa em supressão de entrância. Ato de indeferimento de inscrição, do CSMP/BA, que não merece reforma.

4. O peticionante não possui direito a ser promovido diretamente à entrância final, ou muito menos para determinada comarca, já que, no regime anterior, a nova entrância correspondia ao último grau na carreira de Promotor de Justiça. Inexistência de direito adquirido ou violação de direito, em vista da possibilidade de modificação da carreira e do regime jurídico por via legislativa.

5. Improcedência do presente procedimento de controle.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do relator.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Conselheiro-Relator

DECISÕES DE 13 DE AGOSTO DE 2014

PROCESSO: PAD Nº 0.00.000.000562/2014-67
RELATOR: CONSELHEIRO FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA
REQUERENTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO: CÉSAR ANDRÉ PEREIRA DA SILVA - OAB/PE 19.825
DECISÃO
(...)Ante o exposto, indefiro o pedido de intervenção na qualidade de amicus curiae formulado pela AMEPE, deixando assente, naturalmente, que esta Associação poderá trazer ao conhecimento deste Conselho Nacional e deste Gabinete as dificuldades e/ou irregularidades administrativas atribuídas ao Ministério Público pernambucano para a tomada das providências devidas, em procedimento administrativo próprio a esse mister.

Intime-se. Publique-se.

FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA
Conselheiro-Relator

PROCESSO Nº 0.00.000.001165/2012-41
ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO - ACD
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
DECISÃO
(...)Isso posto, por serem manifestamente improcedentes, indeferem-se os pleitos formulados pelo Ministério Público do Estado do Piauí às fls. 484/488 e 509/515, bem como determina-se o arquivamento dos presentes autos, em face do cumprimento do acórdão prolatado na Reclamação. (...)

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro-Relator

PCA N° 0.00.000.001037/2014-69
REQUERENTE: ASSISTENTES TÉCNICOS ADMINSTRATIVOS DO MPE/BA - ESCRITÓRIO REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
REQUERIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
RELATOR: CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
DECISÃO
(...)A correta qualificação da parte representante é medida de lealdade para com o representado e proteção da própria função institucional do Conselho Nacional do Ministério Público.

Por isso, e diante do relatado, determino o arquivamento do feito, com base no art. 36, § 6º, do RICNMP.

Intime-se a parte requerente.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Conselheiro-Relator

DECISÃO DE 15 DE AGOSTO DE 2014

PROCESSO N° 0.00.000.001177/2014-37
ASSUNTO: Procedimento de Controle Administrativo
REQUERENTE: DEMAC Produtos Farmacêuticos Ltda.
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo
DECISÃO LIMINAR
(...) Pelo exposto, diante da ausência das razões justificadoras, incabível a concessão da ordem liminar, portanto, INDEFIRO o pedido formulado para manter o ato administrativo impugnado, até o julgamento do mérito da demanda.

Publique-se o edital a que se refere o artigo 126, caput, do RI/CNMP, para notificação dos eventuais interessados, notificando-se, também, por correio eletrônico e/ou via postal o Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo para, no prazo legal, prestar as informações que se façam necessárias.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÕES DE 12 DE AGOSTO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001086/2014-00
RECLAMANTE: ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ
Decisão: (...)

Diante de tudo o que foi exposto, considerando que o fato narrado na representação não constitui infração disciplinar, sugere-se ao Exmo. Sr. Corregedor Nacional, com base no art. 76, parágrafo único, do RICNMP, seja promovido o arquivamento dos autos.

Brasília, 8 de agosto de 2014
RODRIGO LEITE FERREIRA CABRAL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do membro auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir.

Cumpra-se.

Brasília, 12 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001687/2013-23
RECLAMANTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Decisão: (...)

Do exposto, opina-se no sentido de se arquivar a Reclamação Disciplinar, na forma do inciso I do artigo 77 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que ocorreu a sua perda do objeto pela apuração efetuada no Processo Disciplinar nº 294/2014-83 deste CNMP.

É o parecer, sub censura.

Brasília, 7 de agosto de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 88/90, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Outrossim, encaminhe-se cópia digitalizada dos autos ao eminente Conselheiro Cláudio Portela, relator do PAD 294/2014-83.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 12 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000481/2012-03
RECLAMANTE: JALMIR PEREIRA FIGUEIREDO E OUTROS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: (...)

Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos apurados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal.

Brasília, 7 de agosto de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 4092/4110, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, aos reclamantes e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 12 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000884/2013-25
RECLAMANTE: ELIANE DE FÁTIMA LEMOS
RECLAMADO: MEMBRO E SERVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: (...)

Isso posto, opina-se pelo ARQUIVAMENTO desta reclamação disciplinar com fundamento no artigo 77, I, segunda parte, do RICNMP (fato não constituir infração disciplinar), cientificando-se a reclamante, o reclamado e o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.

É a manifestação sub censura.

Brasília, 6 de agosto de 2014
ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir.

Cumpra-se.

Brasília, 12 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 13 DE AGOSTO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001116/2014-70
RECLAMANTE: JOSELITO GOMES DE VASCONCELOS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: (...)

Ante o exposto, não havendo indícios de prática de falta funcional por integrante do Ministério Público do Estado do Alagoas, sugere-se, com fundamento no parágrafo único do artigo 76, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento sumário da presente reclamação disciplinar.

É o pronunciamento que se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Brasília, 7 de agosto de 2014
ANA CAROLINA SCULTORI TELES LEIRO
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação do membro auxiliar desta Corregedoria Nacional, nos temos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no parágrafo único do artigo 76, da Resolução nº 92/2013.

Dê-se ciência ao Plenário, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 13 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001667/2011-91
RECLAMANTE: JONAS NETO CAMELO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Decisão: (...)

Do exposto, opina-se no sentido de se arquivar a Reclamação Disciplinar, na forma do inciso I do artigo 77 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que ocorreu a sua perda do objeto por força da decisão superveniente efetuada no Processo nº 0.00.000.0001319/2013-85 deste CNMP.

É o parecer, sub censura.

Brasília, 07 de agosto de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 198/202, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e à reclamada, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 13 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.00973/2012-91 E 0.00.000.000667/2012-54
RECLAMANTE: SELENE COELHO DE LACERDA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Decisão: (...)

Do exposto, opina-se no sentido de se arquivar a Reclamação Disciplinar, na forma do inciso I do artigo 77 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que ocorreu a sua perda do objeto por força da apuração superveniente efetuada no Processo Disciplinar nº 1690/2013-47 deste CNMP.

É o parecer, sub censura.

Brasília, 7 de agosto de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 1268/1270, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Outrossim, encaminhe-se cópia digitalizada dos autos ao eminente Conselheiro Cláudio Portela, relator do PAD 1690/2013-47.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, à reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 13 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 497, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Altera parcialmente a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/SE.

A VICE-PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria PGT nº 372, de 14 de setembro de 2007;

Considerando a necessidade de adequar a Estrutura Organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/SE;

Considerando a estrutura do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/SE, definida pela Portaria nº 192, de 9.4.2014, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 22.4.2014 e alterada pela Portaria nº 319, de 27.5.2014, publicada na Seção do Diário Oficial da União de 3.6.2014, resolve:

Art. 1º Alterar parcialmente a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/SE, na forma discriminada em anexo.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS

ANEXO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código CC/FC	Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código CC/FC
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SE			PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SE		
1	Procurador-Chefe	CC 03	1	Procurador-Chefe	CC 03
1.0 GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE			1.0 GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE		
1	Chefe de Gabinete	FC 01	1	Chefe de Gabinete	FC 01
2.0ASSESSORIA JURÍDICA DO PROCURADOR-CHEFE			2.0 ASSESSORIA JURÍDICA DO PROCURADOR-CHEFE		
1	Chefe	CC 03	1	Chefe	CC 03
3.0 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO PROCURADOR-CHEFE			3.0 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO PROCURADOR-CHEFE		
1	Chefe	CC 01	1	Chefe	CC 01
4.0 ASSESSORIA TÉCNICA			4.0 ASSESSORIA TÉCNICA DO PROCURADOR-CHEFE		
1	Chefe		1	Chefe	FC 01
GABINETES DE PROCURADORES			5. 0 GABINETES DE PROCURADORES		
3	Assessor Jurídico	CC 02	3	Assessor Jurídico	CC 02
1	Assistente Nível I	FC 01	1	Assistente Nível I	FC 01
6.0 DIRETORIA REGIONAL			6.0 DIRETORIA REGIONAL		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1	Diretor Regional	CC 03	1	Diretor Regional	CC 03
6.1 DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS			6.1 DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS		
1	Chefe	FC 03	1	Chefe	CC 01
6.2 DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS			6.2 DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS		
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 03
6.3 DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			6.3 DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
1	Chefe	CC 01	1	Chefe	CC 01
1	Assessor Nível I	CC 01			
	6.3.1 Setor de Suporte ao Usuário			6.3.1 Setor de Suporte ao Usuário	
1	Chefe	FC 01	1	Chefe	FC 01
	6.3.2 Setor de Desenvolvimento			6.3.2 Setor de Desenvolvimento	
1	Chefe	S/função	1	Chefe	FC 01
	6.3.3 Setor de Infraestrutura			6.3.3 Setor de Infraestrutura	
1	Chefe	S/função	1	Chefe	S/função
6.4 SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 1º GRAU			6.4 SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 1º GRAU		
1	Chefe	CC 02	1	Chefe	CC 02
	6.4.1 Setor de Atendimento e Denúncia			6.4.1 Setor de Atendimento e Denúncia	
1	Chefe	S/Função	1	Chefe	S/Função
	6.4.2 Setor de Distribuição			6.4.2 Setor de Distribuição	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
1	6.4.3 Setor de Movimentação Processual		1	6.4.3 Setor de Movimentação Processual	
1	Chefe	FC 01	1	Chefe	S/Função
6.5 SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 2º GRAU			6.5 SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 2º GRAU		
1	Chefe	FC 01	1	Chefe	FC 01
6.6 DIVISÃO ADMINISTRATIVA			6.6 DIVISÃO ADMINISTRATIVA		
1	Chefe	CC 02	1	Chefe	CC 02
	6.6.1 Setor de Licitações e Compras			6.6.1 Setor de Licitações e Compras	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	6.6.2 Setor de Gestão e fiscalização de Contratos			6.6.2 Setor de Gestão e Fiscalização de Contratos	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	6.6.3 Setor de Almoxarifado e Patrimônio			6.6.3 Setor de Almoxarifado e Patrimônio	
1	Chefe	FC 01	1	Chefe	FC 02
	6.6.4 Setor de Protocolo			6.6.4 Setor de Protocolo	
1	Chefe	FC 03	1	Chefe	FC 03
	6.6.5 Setor de Conformidade de Registros de Gestão			6.6.5 Setor de Conformidade de Registros de Gestão	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	6.6.6 Setor de Perícia			6.6.6 Setor de Perícia	
1	Chefe	S/função	1	Chefe	S/função
	6.6.7 Setor de Serviços Gerais			6.6.7 Setor de Serviços Gerais	
1	Chefe	S/função	1	Chefe	S/função
	6.6.8 Setor de Transporte			6.6.8 Setor de Transporte	
1	Chefe	S/função	1	Chefe	S/função
	6.6.9 Biblioteca			6.6.9 Biblioteca	
1	chefe	S/função	1	chefe	S/função
7.0 PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE			7.0 PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE		
	Diretoria da PTM			Diretoria da PTM	
1	Diretor	FC 01	1	Diretor	FC 01

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 160, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Notícia de Fato nº 000376.2014.01.006/7-604, instaurado com a finalidade de apurar:irregularidades no Trabalho da Administração Pública.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000376.2014.01.006/7-604, em face da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO, situada na Dr. Nilo Peçanha, 152, Centro, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Cristina Pinheiro Araujo Pires.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO

PORTARIA Nº 162, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 535 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 127 e artigo 129, inciso III e VI da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII, artigo 8º e seus incisos e artigo 84, inciso II da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000722.2013.01.006/5-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face do BANCO BRADESCO S.A., inscrita no CNPJ sob o número 60.746.948/0001-12, com a finalidade de apurar irregularidades relacionadas às condições de trabalho, órgãos e medidas de proteção (01.01.08. Doença Ocupacional ou Profissional);

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que no caso tratado nos presentes autos há necessidade de continuação e aprofundamento das investigações pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO para apuração mais pormenorizada dos atos ilegítimos e irregulares denunciados por ofensa ao ordenamento jurídico pátrio, resolve:

Com espeque no artigo 8º, § 1º da Lei Complementar nº 75/93 e no artigo 9º da Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 000722.2013.01.006/5-602 em face do BANCO BRADESCO S.A., inscrita no CNPJ sob o número 60.746.948/0001-12, adotando-se para tanto as seguintes providências:

A designação da servidora Susana da Silveira Mulin, ocupante do cargo de Analista Processual, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretária do presente inquérito civil.

ÉRICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

PORTARIA Nº 166, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Notícia de Fato nº 000425.2014.01.006/2-604, instaurado com a finalidade de apurar:irregularidades no Duração no pagamento de salários,; Não concessão de férias; Não concessão do vale0-transporte; Não fornecimento de almoço; Não recolhimento dos depósitos do FGTS e das contribuições previdenciárias.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000425.2014.01.006/2-604, em face da empresa TLX ENGENHARIA LTDA, situada na Rua da Conceição, 188, salas 2301 A e B, Centro, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Cristina Pinheiro Araujo Pires.

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO

PORTARIA Nº 167, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Notícia de Fato nº 000495.2014.01.006/3-604, instaurado com a finalidade de apurar:irregularidades no Meio Ambiente de Trabalho.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000495.2014.01.006/3-604, em face da empresa CHARMOSA PERFUMARIA LTDA (O BOTICÁRIO), situada na Rua Oliveira Botelho, 349, Box 21, Neves, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Cristina Pinheiro Araujo Pires

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO

PORTARIA Nº 170, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Notícia de Fato nº 000434.2014.01.006/3-604, instaurado com a finalidade de apurar:irregularidades atinentes à não pagamento da remuneração ou do abono de férias e outras.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000434.2014.01.006/3-604, em face da empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES YNDIANAPOLIS LTDA, situada na Estrada Francisco da Cruz Nunes, 9213, loja 106, Itaipú, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Cristina Pinheiro Araujo Pires

MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº489, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

INQUÉRITO CIVIL n.º 001076.2014.20.000/7. REPRESENTADO: POUSADA MEGA OPÇÃO. TEMA(s): 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.14.01. Alimentação do Trabalhador.

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.14.01. Alimentação do Trabalhador, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor Diego Silva Nunes para atuar como secretário.

LUIS FABIANO PEREIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 3, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Instaura Inquérito Civil Público para apurar irregularidades no Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da 2ª Região Militar (SFPC/2) e dá outras providências.

O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, por meio dos órgãos signatários, que atuam na Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

CONSIDERANDO a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

CONSIDERANDO que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, inclusive os relativos às ações e aos serviços de educação, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, da probidade administrativa e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III - Lei Complementar nº 75/93, art. 5º, V, "a");

CONSIDERANDO que foi verificado no âmbito da Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo a existência de grande número de feitos (peças de informação, inquéritos policiais militares, e ações penais versando sobre a prática de diversas irregularidades no Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da 2ª Região Militar - SFPC/2, no período de 2010 até a atualidade, notadamente:

- falsidades ideológicas (registros indevidos no SIGMA);
- falsidades materiais (adulterações de documentos expedidos pelo SFPC/2);
- concessão indevida de registro, com inobservância dos requisitos legais;
- descontrole e extravio de documentos registrados no SFPC/2;
- descontrole na operação do SIGMA (partilhamento de senhas e realização de operações por parte de um operador com senha de outros usuários);
- morosidade na expedição de documentos e registros eletrônicos;
- morosidade no agendamento, antedimento de entrega de documentos pelo SFPC/2, e
- dificuldade no funcionamento das redes de fiscalização, resolve:

Com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 1º, I e 4º da Resolução nº 66/CSPMPM, de 11 de abril de 2011, e artigos 4 e 12 da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar as irregularidades no SFPC/2 noticiadas nos feitos em trâmite na 2º Circunscrição Judiciária Militar, visando colher elementos de convicção sobre a eventual caracterização de atos de improbidade administrativa e a necessidade de responsabilização dos agentes públicos do SFPC/2, face ao que preceituam os artigos 9º e 10 da Lei nº 8429/92;

fica determinado ainda:

a) a autuação desta portaria e dos documentos que acompanham, bem como o devido registro em livro próprio e nos sistemas eletrônicos desta Procuradoria;

b) a comunicação desta portaria à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar em até dez dias, solicitando publicação desta portaria no Diário Oficial, nos termos do artigo 4º e 12 da Resolução nº 66/CSMPM;

c) seja verificado, junto à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, se eventualmente já existe procedimento com objeto semelhante (versando sobre irregularidades por SFPC de outra região), instaurado em outra Procuradoria ou na Procuradoria-Geral;

d) seja certificado o cumprimento das diligências aqui determinadas;

e) atuarão como secretários, o analista Celso Rocha Machado e técnico Solange Caram de Moraes;

f) a comunicação desta portaria à Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, com sede em Brasília/DF.

Após autuação e cumprimento das diligências iniciais elencadas acima, venham os autos conclusos para deliberação, no prazo de 3 dias.

ALEXANDRE JOSÉ DE BARROS LEAL SARAIVA
Procurador de Justiça Militar

CLAUDIO MARTINS
Promotor de Justiça Militar

ADILSON JOSÉ GUTIERREZ
Promotor de Justiça Militar

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 212, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Delega competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte para assinar Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RN).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RN).

Art. 2º Fica designado o Secretário de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte para zelar pelo acompanhamento da execução do Acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

PORTARIA Nº 213, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Delega competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Piauí para assinar termo aditivo ao Acordo da Rede de Controle no Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Piauí para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, termo aditivo ao Acordo da Rede de Controle no Estado do Piauí.

Art. 2º Fica designado o Secretário de Controle Externo no Estado do Piauí para zelar pelo acompanhamento da execução do Aditivo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

PLENÁRIO

ATA Nº 30, DE 13 DE AGOSTO DE 2014
(Sessão Extraordinária)

Presidente: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 10 horas e 21 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Compuseram a mesa de honra o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, no exercício da Presidência, Ministro Ricardo Lewandowski, o Governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner e o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinícius Furtado Coelho.

A Presidência assinalou a presença dos Ministros Eméritos Luiz Octávio Gallotti, Valmir Campelo e Guilherme Palmeira; do Ministro-Substituto Emérito Lincoln Magalhães da Rocha; do Subprocurador-Geral aposentado Sebastião Baptista Affonso; da Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva e dos Procuradores Marinus Eduardo de Vries Marsico, Júlio Marcelo de Oliveira e Sérgio Ricardo Costa Caribé.

Comunicou, também, que a sessão extraordinária destinava-se à posse, no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, do doutor Bruno Dantas Nascimento, indicado pelo Senado Federal e nomeado por Decreto da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, de 24 de julho de 2014, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Valmir Campelo.

Em seguida, a Presidência solicitou aos Ministros Walton Alencar Rodrigues e Ana Arraes que recebessem o Ministro Bruno Dantas Nascimento e o acompanhassem à Sala das Sessões.

Após a execução do Hino Nacional, o Ministro Bruno Dantas Nascimento prestou o compromisso regimental e, como símbolo da investidura nesta Corte de Contas, recebeu a veste talar.

A palavra foi concedida, sucessivamente, ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, ao Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin e ao Ministro Bruno Dantas Nascimento.

Após proferir seu discurso, o Presidente João Augusto Ribeiro Nardes agradeceu a todos que prestigiaram a solenidade com suas presenças e, às onze horas e cinquenta minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário
Em substituição

Aprovada em 15 de agosto de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

ANEXO
(Sessão Extraordinária)

Palavras proferidas pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, pelo Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin, pelo Ministro Bruno Dantas e pelo Presidente João Augusto Ribeiro Nardes:

Senhoras e Senhores

Na data de hoje, nos termos regimentais, celebra-se, formalmente, a posse de Bruno Dantas Nascimento, no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, após escolha pelo Senado Federal e nomeação pela Exma. Sra. Presidente da República. Por especial distinção do empossando, em nome dos meus Eminentes Pares, coube-me a grata tarefa de saudá-lo, e dar-lhe as boas-vindas ao Tribunal de Contas da União e ao Plenário Ministro Luciano Brandão Alves de Souza.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

E esta, Sr. Presidente, é daquelas ocasiões especiais, em que se celebra a posse com gosto, com a real emoção e convicção de que se fez o bem e o certo para a instituição Tribunal de Contas, com os augúrios de novos e promissores tempos para o País; ocasião em que se sente, o TCU, sobremodo prestigiado, com a inspirada escolha do Congresso Nacional; escolha que, aliás, se reveste de verdadeiros lampejos de excelência, patriotismo e sabedoria, na condução rigorosa do dever constitucional de indicar o novo membro desta Corte. Disso decorre o indeclinável imperativo de reconhecimento ao Congresso Nacional e de parabenizá-lo, na pessoa de seu esclarecido Presidente Senador Renan Calheiros.

O Ministro Bruno Dantas reúne qualidades e virtudes que o fazem de todos nós querido e admirado. Demonstra que o valor e o mérito pessoal, longe de serem qualidades despiciendas, podem efetivamente se fazer prevalecer no Brasil. Apresenta-nos sólido amálgama de virtudes humanas e profissionais, arejado com os predicados da correção ética e da fidalguia, e os atributos da excelente educação e formação, somados ao reconhecimento social pelo preparo técnico e intelectual.

Não é demais relembrar-lhe aí o perfil de servidor público, sempre aprovado em concursos públicos de grande dificuldade, dedicado a suas atribuições, dotado de capacidade de discernimento e de trabalho. E, neste sentido, realiza o Congresso Nacional, com a escolha do Ministro Bruno Dantas, uma bem-vinda homenagem ao mérito, à juventude e ao servidor público que produz, ao eleger, com propriedade e correção, o inquestionável paradigma das três qualidades, para o cargo de Ministro do TCU.

Neste quadro, interessante notar que toda a ascensão profissional do Ministro Bruno Dantas ocorreu a partir dos resultados efetivos apresentados no exercício das suas funções, como quando, por exemplo, assessorou, no Senado Federal, o E. Ministro José Jorge, então Senador designado para a reforma do Poder Judiciário. A conjunção e a sincronia das duas inteligências privilegiadas, marcadas pelo senso prático, interesse público e sensibilidade política, dotadas dos mais altos critérios éticos, a atuar com os mesmos objetivos, resultou em trabalho notável, consistente na edição de legislação abrangente e conclusiva, em temática cujas dificuldades eram tantas, que era dada como insolúvel, por muitos próceres do Congresso Nacional.

Daí, apenas natural que tais méritos e virtudes o levassem à admiração e à forja de relações probas, estáveis, cordiais e duradouras, com todas as pessoas e em todos os quadrantes em que atuou. Dentre as várias virtudes que ostenta, o Ministro Bruno Dantas é capaz de congregar e aproximar as pessoas, em prol de objetivos altaneiros, despertando o melhor em cada um com que se relaciona.

Acadêmica e profissionalmente, não poderia ter carreira mais bem sucedida. Após iniciar seus estudos básicos e fundamentais em Feira de Santana, no interior da Bahia, graduou-se em direito, em 2002, com especialização em direito civil, pela Universidade Católica de Brasília. Foi aprovado, já em 2003, no concurso público de Consultor Legislativo do Senado Federal. De abril de 2007 até julho de 2011, aos 29 anos, em virtude da notada qualidade dos seus trabalhos e da fidalguia e da disponibilidade nas relações, tornou-se o mais jovem Consultor-Geral Legislativo da multicentenária história do Senado Federal.

A par da atividade legislativa cotidiana, obteve os títulos acadêmicos de mestre, em 2007, e doutor em Direito processual Civil, em 2013, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi o representante do Senado Federal no Conselho Nacional do Ministério Público, de 2009 a 2011, e no Conselho Nacional de Justiça, de 2011 a 2013. Exerceu o magistério na PUC/SP, no Instituto Brasiliense de Direito Público e na Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), dentre outras instituições. É o renomado autor do livro "Repercussão Geral: Perspectiva Histórica, Dogmática e de Direito Comparado", além de dezenas de artigos jurídicos, publicados nas principais revistas nacionais.

Atualmente, licenciado do Senado Federal, atua como advogado em São Paulo, como consultor jurídico do presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Benjamin Steinbruch.

Uma notável carreira, derivada, antes de tudo, do dedicado labor à causa pública, cabendo o registro de que, entre tantas e tão-diversas atividades que exerceu, no Senado Federal, foi o coordenador da assessoria técnica da Comissão para regulamentação da Emenda Constitucional nº 45, destinada à reforma do Poder Judiciário, e promoção da reforma processual de 2005, responsável pela elaboração das leis relativas à súmula vinculante e à repercussão geral, que deram nova feição à jurisdição do STF.

Entre 2009 e 2010, integrou a Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do Código de Processo Civil e representou o Senado Federal no Comitê Interinstitucional de Gestão do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo.

No CNJ, foi o Presidente da Comissão de Articulação Federativa e Parlamentar e o autor da Resolução nº 156, que exige requisitos de correção ético-profissional, para a ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas, em todo o Poder Judiciário.

O Ministro Bruno Dantas nasceu em Salvador, em 6 de março de 1978, filho de Isis Dantas Silva Nascimento e Arnaldo José do Nascimento, ambos aqui presentes. A mãe, dedicada funcionária do Banco do Brasil, e o pai, próspero comerciante local. Passou a infância em Feira de Santana, dos 3 aos 17 anos, mudando-se, então, novamente, para Salvador, até a definitiva mudança para Brasília, quando, acompanhando sua mãe, transferida pelo Banco do Brasil, viu, diante de si, descortinarem-se vastos horizontes, culminando, agora, no TCU. E pelos valores de berço, senso ético e diretrizes de formação que passaram ao novo Ministro, transmito a seus estimados pais, Isis e Arnaldo, em nome do meu Tribunal, todo o apreço e os cumprimentos enlevados pela mais lídima admiração.

A partir de hoje, Ministro Bruno Dantas, V. Exa. passa a ocupar a cadeira do E. Ministro Valmir Campelo, então Decano desta Corte, o que já constitui prenúncio de sucesso e augúrio de sabedoria. Valmir Campelo honrou sobremaneira a toga que envergou, por sua dedicação ao trabalho, honestidade no trato com a coisa pública, vontade de acertar, solidariedade, equilíbrio na jurisdição e amizade com seus Pares. Nesta Casa, deixou laços sólidos de admiração e respeito, pelo trabalho sério que o tempo só fez consolidar. Aposentado já próximo ao limite constitucional de idade de setenta anos, para a aposentadoria compulsória, sempre se manifestou em favor da extensão deste limite, como correção de crassa e custosa irracionalidade do sistema previdenciário brasileiro. De fato, dos desafios do Brasil neste início de século, embora dela ainda pouco se fale, a crise na previdência social, pública e privada, decorrente de aposentadorias sobremodo precoces, com benefícios generosos, múltiplos, irreais e existentes apenas no Brasil, extensíveis a incontáveis pensionistas, já se prenuncia e será avassaladora.

Mas cada coisa a seu tempo. E o momento é de comemorar e informar.

O Ministro Bruno Dantas passa hoje a integrar instituição republicana de controle que atua mediante secretarias estruturadas nos 26 Estados da federação e no DF, lotadas com servidores concursados e preparados com seguidos cursos de formação, nas respectivas áreas de fiscalização. Pode-se dizer que a competência da nossa instituição firma-se pela origem do recurso: se o dinheiro é da União, o TCU pode fiscalizar.

Para tanto, o TCU aprendeu a operar dentro de quadro de inteligência, estratégias e probabilidades, cujos vetores são a relevância, a materialidade e o risco da despesa pública, o que nos permite identificar, com certa antecedência, fontes primárias de problemas na aplicação dos recursos federais e, com isso, tempestivamente, fazer incidir a fiscalização, com preferencial caráter preventivo, para minorar os prejuízos ao Erário. E é fiscalização técnica, especializada, apolítica, republicana, em secretarias voltadas para cada área do orçamento, o que permite resultados cada vez mais positivos.

Como jurista, após exercer suas atribuições no Congresso, o Ministro Bruno Dantas sabe bem que, com esta posse, novas fronteiras foram transpostas e umbrais exigentes da atuação imparcial do Magistrado se impõem. E, assim, necessariamente, tem de ser. De consultor e advogado competente, investe-se, agora, S. Exa., na discrição das togas imparciais de magistrado e, como também já disse eu alhures - em seu gabinete, passará a administrar verdadeiro matagal de provações. Verá, agora, S. Exa., o quão difícil é julgar e o quão importante é, por vezes, saber dizer não! Comprovará que os benefícios do cargo ficam bem aquém dos desgastes e conflitos do dia a dia, que exigirão todos os talentos de que é dotado. Porque, como disse Sócrates, na ágora ateniense que o condenou à morte, o dever do juiz não é fazer um presente da justiça, mas dar julgamento de acordo com as leis; e o dever das partes não é pedir favor, mas informar e convencer.

Senhoras e Senhores.

O Tribunal de Contas da União é Casa egrégia, criada, em 1890, por Ruy Barbosa, que espelha o real compromisso do Congresso Nacional com o País, na fiscalização da despesa pública. O nosso respeito à tradição vem também do acerto das decisões tomadas pelos Ministros que por aqui passaram, que permitiram a construção de uma das estruturas mais eficazes de controle do mundo, controle técnico, apolítico, republicano, prudentemente realizado pelo Plenário, colegiado plúrimo, agora recomposto, a partir da posse do Ministro Bruno Dantas. Disso decorre a destacada importância do TCU no cenário brasileiro de hoje, o prestígio de suas decisões e o elevado conceito institucional.

Por categórico imperativo de justiça, reitero, ainda outra vez, que o momento histórico da democracia brasileira e a Presidência da República, bem como o Congresso Nacional, têm sido extremamente propiciatórios ao TCU, na compreensão do relevo das atribuições republicanas do controle e na supressão de obstáculos para o seu adequado exercício, sempre levando em conta e adequadamente examinando o teor de nossas considerações e conclusões, nas muitas áreas de fiscalização.

Parabéns, mais uma vez, a V. Exa., Ministro Bruno Dantas, aos seus pais, Isis e Arnaldo, e a toda a sua família e incontáveis amigos. Deseja-lhe o TCU, muito especialmente, na voz sonora e altivibrante de cada um dos seus ministros e auditores todo o sucesso na nova e importante senda que a partir de hoje V. Exa. conosco passa a trilhar.

Muito obrigado!

Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 13 de agosto de 2014.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Ministro

Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente,
Excelentíssima Senhora Ministra,
Excelentíssimos Senhores Ministros,
Excelentíssimos Sra. e Srs. Representantes do Ministério Público de Contas,
Senhoras e Senhores,

É com enorme satisfação que venho, em nome do Ministério Público que atua perante esta Corte de Contas, saudar o Doutor Bruno Dantas Nascimento pela sua posse como Ministro do Tribunal de Contas da União.

Reconhecido jurista, com consagrada carreira tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional, o Doutor Bruno Dantas se transforma, na história mais que centenária deste Tribunal, no mais jovem cidadão brasileiro a tomar posse no relevantíssimo cargo de Ministro.

De fato, não obstante a juventude, possui o empossando indiscutíveis qualificações intelectuais e destacada caminhada profissional.

Entre outros relevantes aspectos, integrou, como representante do Senado Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

No plano acadêmico, entre outros importantes títulos, é Doutor em Direito pela prestigiosa Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

É portanto plenamente justificada a grande expectativa que se coloca perante a vinda de Sua Excelência para integrar o Excelso Plenário do TCU.

Inegável que se espera do novo Ministro, além da natural vibração e entusiasmo da juventude, o brilho intelectual e o amadurecimento profissional já demonstrados em diversas circunstâncias de sua impressionante trajetória como servidor público de carreira, jurista e professor.

O Ministro Bruno Dantas com toda certeza saberá honrar e dignificar o novo cargo que ora assume, seguindo o exemplo de dedicação e capacidade profissional sempre demonstradas pelo seu ilustre antecessor, o nobre Ministro Valmir Campelo.

Sr. Presidente,
Sra. e Srs. Ministros,
Sr. Ministro Bruno Dantas,

O Brasil passa por um momento de grandes e legítimas reivindicações sociais e populares. A sociedade cobra, com urgência, uma atuação mais eficiente e legítima do Estado na prestação dos essenciais serviços públicos!

Revela-se inegável, nesse cenário, a importância fundamental do Controle Externo e, no plano federal, deste Egrégio Tribunal de Contas da União, com a participação sempre atenta e ativa do Ministério Público de Contas, como indutor do aperfeiçoamento permanente e progressivo da atuação, em suas múltiplas dimensões, da Administração Pública, favorecendo, desse modo, entre outros aspectos, o aprimoramento dos instrumentos de governança estatal.

O combate à corrupção (nos múltiplos atos de gestão praticados diuturnamente por gestores públicos) em nosso enorme e complexo País é prioridade absoluta de todos que têm o dever de zelar pelo respeito à coisa pública. Gestores públicos, legisladores, magistrados, membros do Ministério Público, controladores internos e externos, todos têm o compromisso de, atuando da forma mais integrada possível, combater esse mal que contamina o nosso tecido social.

O cidadão brasileiro tem o direito de que a totalidade dos recursos públicos, portanto de sua titularidade, sejam utilizados com a máxima eficiência e transparência possíveis.

Irmãs siamesas da corrupção são a ineficiência e a ineficácia da ação estatal, presentes em múltiplos aspectos em nosso cenário político-social.

Impõe-se, todavia, que reconheçamos inegáveis progressos alcançados em nosso País, nos últimos 20 anos, em matéria de qualidade de vida da população, em especial a mais carente.

No entanto, como todos sabemos, muito ainda há de ser feito em matéria de prestação de serviços públicos essenciais e em matéria de investimentos públicos, em especial, em infraestrutura, contexto no qual avulta a extrema deficiência constatada na elaboração de projetos técnica e economicamente adequados.

O momento presente se revela, neste contexto, uma boa oportunidade para todos nós, agentes públicos dedicados ao controle externo da administração federal, refletirmos sobre os enormes desafios que se colocam, de modo permanente e progressivo, ao tão necessário aperfeiçoamento da atuação do Estado brasileiro diante das urgentes demandas de ordem coletiva que se apresentam em nosso contexto político-social.

Somos um País de grandes prioridades! Impõe-se absoluta premência na solução dos múltiplos entraves e dificuldades vivenciados diariamente pela população brasileira - em especial as suas camadas mais pobres - na busca de melhor qualidade e eficiência nos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

serviços prestados pelo Estado, notadamente nos setores de saúde, educação, transporte, segurança e justiça.

Somos uma democracia formalmente consolidada, mas materialmente ainda em construção. Muito há ainda a ser feito para tornar efetivo o amplo espectro de direitos e garantias individuais e coletivas elencados em nossa Lei Maior.

É consenso doutrinário, consagrado pela ordem constitucional inaugurada em 1988, a existência de um direito subjetivo fundamental a uma Gestão Pública eficiente, honesta, transparente e impessoal, ou seja, em perfeita consonância com as mais legítimas expectativas da população brasileira.

O basilar princípio constitucional da dignidade da pessoa humana vem exigindo, para sua efetiva concretização, uma atuação cada vez mais dinâmica, célere, eficiente e enérgica deste egrégio Tribunal, cujas amplas e fundamentais competências e atribuições constitucionais qualificam como o guardião da probidade, eficiência, economicidade e legitimidade administrativas.

Tem, portanto, este colegiado a estratégica missão de valorizar e impor, no dia a dia de suas relevantes deliberações, a força normativa da Constituição Federal.

Nesse plano, é sempre oportuno ressaltar a direta repercussão da firme atuação institucional desta Corte de Contas, entre outros aspectos, no combate à malversação e ao desperdício de recursos públicos, lamentáveis práticas, infelizmente, comuns em nosso País.

Os Tribunais de Contas possuem, indiscutivelmente, papel estratégico no combate a essa grave realidade e o Ministério Público de Contas é parceiro essencial nesta jornada.

Neste contexto, impõe destacar que a busca do aperfeiçoamento da gestão pública passa, necessariamente, pela maior integração entre os órgãos de controle externo e a Administração Pública, fenômeno, aliás, já presente no plano federal.

Naturalmente, devem ser respeitados os respectivos espaços institucionais de atuação, o que não significa isolamento, mas, muito pelo contrário, impõe-se a necessária e constitucional harmonização entre os órgãos, entes e Poderes Públicos na luta permanente pela consolidação efetiva de um pleno e efetivo Estado Democrático de Direito em nosso País.

Por fim, encerro essas singelas palavras, trazendo a lume, uma vez mais, reflexão e alerta, em uma perspectiva global, do eminente economista e pensador social, Prêmio Nobel (1998) Amartya Sen1, nos seguintes termos:

"Vivemos em um mundo de opulência sem precedentes, de um tipo que teria sido difícil até mesmo imaginar um ou dois séculos atrás. Também tem havido mudanças notáveis para além da esfera econômica. O século XX estabeleceu o regime democrático e participativo como o modelo preeminente de organização política. Os conceitos de direitos humanos e liberdade política hoje são parte da retórica prevalecente. As pessoas vivem em média muito mais tempo do que no passado. Além disso, as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos da troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a ideias e ideais iterativos.

Entretanto, vivemos igualmente em um mundo de privações, destituições e opressões extraordinárias. Existem problemas novos convivendo com antigos - a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente da mulher e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social. Muitas dessas privações podem ser encontradas, sob uma ou outra forma, tanto em países ricos como em países pobres.

Superar esses problemas é uma parte central do processo de desenvolvimento."

Muito obrigado pela atenção e muito sucesso ao ora empossando, Ministro Bruno Dantas Nascimento.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2014.
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

Inicio pelo agradecimento.

Sou grato à benfazeja saudação feita pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, fruto evidente de uma amizade já antiga, agora aliada à prazerosa perspectiva de uma fecunda convivência profissional, no âmbito do Tribunal de Contas da União.

Obrigado, Walton, pelas boas-vindas!

Agradeço, igualmente, a generosa saudação do Procurador-Geral Paulo Buga-rin, do Ministério Público junto ao TCU.

"Todas as coisas têm o seu tempo e todas elas passam debaixo do céu, segundo o tempo que a cada uma foi prescrito. Há tem-po para nascer e tempo para morrer; tempo para plantar e tempo para colher o que se plantou; tempo para matar e tempo para curar; tempo para destruir e tempo para construir; tempo para chorar e tempo para rir; tempo para lamentar e tempo pa-ra comemorar; tempo para lançar fora as pedras e tempo para reunir as pedras; tempo para abraçar e tempo para manter-se longe dos abraços; tempo para procurar e tempo para dar por perdido; tempo para guardar e tempo para lançar fora; tempo para rasgar e tempo para costurar; tempo para calar e tempo para falar; tempo para amar e tempo para odiar; tempo para lutar e tempo para viver em paz."
(*Salomão. Eclesiastes. Capítulo 3º, v. 1 a 8*)

É tempo para construir; tempo para comemorar e tempo para abraçar; tempo para renovar compromissos e tempo para agradecer.

Tenho, Presidente Augusto Nardes, plena consciência da dimensão das responsabilidades do honroso cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União e da sua importância para promover e estimular as boas práticas administrativas em prol da sociedade brasileira.

Considero este momento como uma continuação - por um caminho distinto e até certo ponto inesperado - de um projeto de dedicação pessoal ao serviço público. Esse cami-nho teve início dezesseis anos atrás - nos quadros técnicos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, pelas vias estreitas da aprovação em concurso público. E o destino acabou me conduzindo a esta Corte.

Vias estreitas que, em verdade, começaram a ser trilhadas na minha querida Bahia, Governador Jacques Wagner, 36 anos atrás. Desde a primeira infância em Salvador à adolescência vivida em Feira de Santana, maior cidade do interior baiano e porta de entrada do sertão nordestino, lá tive as primeiras - e inesquecíveis - lições de respeito ao próximo e apreço ao bem comum.

Da Bahia, meus Senhores e minhas Senhoras, muito mais do que a régua e o compasso, trago a compreensão da magnífica diversidade que marca a boa gente de nosso País, cujo mosaico de cores, credos e culturas nos ensina a necessidade de conviver com o diferente e aceitar o oposto.

Foi com esse ensinamento na bagagem que cheguei em Brasília, trazido pela minha mãe, dedicada funcionária de carreira do Banco do Brasil que havia sido para cá transferida.

Foi também o concurso público que me permitiu ingressar na carreira de Consultor do Senado Federal, onde, por mais de uma década, tive o privilégio de trabalhar no assessoramento técnico a Senadoras e Senadores, seja contribuindo com meus conhecimentos na área do Direito, seja na liderança do valoroso corpo de Consultores Legislativos daquela Casa.

Na Consultoria do Senado Federal aprendi a disciplina típica do servidor do Estado, daquele tipo de prestação de serviço ao público que não distingue partido nem convicção política, seja em método, seja em finalidade. Essa lição sempre me servirá de guia e de farol, na superação dos desafios que este momento inaugura.

No convívio do Parlamento, Presidente José Sarney, pude compreender concretamente que o diálogo e o respeito à diversidade de opinião são a essência da vida democrática e o ponto de partida dos avanços institucionais.

Ali percebi com muita clareza que é possível divergir sem hostilizar. O convívio pacífico entre posições contrárias é possível e as soluções negociadas são sempre melhores do que aquelas nascidas do confronto.

Como nos ensinou o notável professor italiano Norberto Bobbio, a *capacidade de dialogar e de trocar argumentos está na base de qualquer pacífica convivência democrática.*

O movimento de institucionalização da democracia - difuso em teoria, mas fácil de identificar, na prática - traduz o fundamento sobre o qual, estou certo, se afirmará e amadurecerá a jovem cidadania brasileira. É a base a partir da qual, com a graça de Deus, pretendo orientar meu trabalho no Tribunal de Contas da União.

A partir dessas convicções, quero dizer que apoiarei, com total empenho, um estreitamento cada vez maior da colaboração institucional que mantém o TCU com o Congresso Nacional, no seu constante trabalho de fiscalização das políticas públicas governamentais.

Ressalto, a esse propósito, a posição de vanguarda que o Senado assumiu, em recente alteração do seu Regimento Interno1, por iniciativa do Presidente Renan Calheiros, com a revalorização de sua função fiscalizadora, no âmbito das suas Comissões Permanentes.

Trata-se de clara oportunidade aberta também a esta Corte, que poderá vir a ocupar papel de grande relevância no âmbito dessa louvável iniciativa, que irá produzir, ao lon-go de cada período parlamentar anual, a necessária avaliação técnico-política do desempenho governamental, a partir de conjuntos selecionados de políticas públicas.

Registro, por indeclinável dever de justiça, meu reconhecimento ao Senado Fe-deral, pelas maciças lições de vida, pelas sucessivas e renovadas oportunidades e também pela confiança em mim depositada por três vezes, como seu representante junto ao Conselho Nacio-nal do Ministério Público e ao Conselho Nacional de Justiça, e, agora, ao votar-me membro da Magistratura de Contas da União.

É verdade que confiança não se agradece. Confiança é merecimento que se ad-quire dia a dia, minuto a minuto, e só pode ser retribuída pelo trabalho sério e pelo respeito du-radouro.

Presto especial homenagem à minha Casa de origem, o Senado da República, saudação que personifico, em representação, à figura de seus Presidentes, cujas presenças pres-tigiam e abrilhantam esta solenidade: o Senador Renan Calheiros, atual ocupante do cargo, e os ex-presidentes [citar os presentes].

Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Declarei durante a sabatina constitucional que entendo indispensável trabalhar, na vida profissional, com um conjunto claro e bem definido de princípios e de orientações.

Como todo e qualquer funcionário, devo submissão completa aos princípios que regem a Administração Pública. Como profissional, entretanto, agreguei crenças e convicções de caráter mais pessoal, cujo teor venho - com satisfatório sucesso - submetendo à dura prova da realidade.

Uma delas, que parece ganhar cada vez mais terreno entre os que se dedicam às ciências da sociedade, é a certeza de que são instituições fortes e sólidas, e não a mera vontade dos indivíduos, por mais bem orientada que seja, o dado diferencial que garante os avanços e freia os retrocessos, em um dado sistema político.

Sou, por isso, um parceiro entusiasmado na construção de um Tribunal de Con-tas cada vez mais forte, competente e adequadamente alinhado com seu desenho constitucional.

Outra, é uma irrestrita confiança no valor que tem, para quem chega, o contato com os colegas servidores mais experientes, independentemente do papel que exerçam eles no dia-a-dia da instituição.

O convívio nos órgãos colegiados ensina humildade. E a humildade é o primeiro passo para a sabedoria, como pregava TOMÁS DE AQUINO.

Chego a este Tribunal com espírito de parceria.

Ai daquele que está só, é a perene advertência do Livro de ECLESIASTES.

Com isso em mente, me coloco à disposição de todos para o intercâmbio de ideias, de pontos de vista e de concepções, ao mesmo tempo em que ofereço meu aprendizado pessoal como contribuição à cultura do Tribunal.

Peço a colaboração e a tolerância de todos os novos colegas no sentido de que me permitam usufruir de seu saber e de sua experiência, em benefício do cumprimento da parte que me cabe na Missão desta Casa.

Apesar de um ponto de vista limitado, porque ainda despido de intimidade, enxergo o Tribunal de Contas da União como Órgão que atingiu um extraordinário patamar de amadurecimento institucional e granjeou, com todo merecimento, o respeito da sociedade brasileira.

Uma Instituição que, não obstante as críticas que possa, como qualquer obra humana, merecer, tem desempenhado um papel crescentemente positivo na fiscalização do emprego dos recursos públicos.

Um Órgão que, sobretudo, tem evoluído de uma postura preponderantemente repressiva para outro modo de atuação, eminentemente mais moderno, de caráter preventivo, trabalhando com indutor de um padrão superior de comportamento dos agentes públicos, pessoalmente considerados, e da máquina governamental, como um todo.

Tão importante quanto isso, percebo que a valorização dos métodos e técnicas de boa governança pública, imediatamente derivados do princípio constitucional da eficiência, tem encontrado no TCU um defensor incansável e um formidável divulgador institucional.

Essa é uma saudável tendência que apoiarei no limite último de minhas possibilidades, estimulando o diálogo aberto com a sociedade e com os gestores da coisa pública, posição, aliás, que já tive oportunidade de colocar em prática quando integrei o Conselho Nacional do Ministério Público.

Lá, jamais perdi a oportunidade de argumentar junto aos promotores e aos procuradores que sua atuação extrajudicial, notadamente na celebração de termos de ajustamento de conduta, deveria preponderar sobre a automática e generalizada judicialização dos problemas identificados.

Imagino que algo dessa filosofia possa ser apropriável para as práticas desta Corte - se já não o foram, em alguma medida. Para fazer disso uma realidade dinâmica e vibrante, desde já convido, como oportunidade de aproximação colaborativa, os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, em cuja companhia muito me honrará trabalhar e com cujo concurso sei que poderei contar, no cumprimento de minhas atribuições nesta Corte.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Também aprendi com o ramo da ciência jurídica ao qual mais dediquei o meu estudo, o Direito Processual, que a adequada realização da ação estatal - seja ela legislativa, executiva ou judiciária - exige a prévia definição da regra do processo, uma vez que nada mais injusto e avesso à Justiça do que as regras voláteis, que mudam ao sabor dos humores da autoridade. Nada é mais pernicioso à segurança jurídica do que os sobressaltos das regras impermanentes.

Entretanto, Ministro Luiz Fux, não é raro encontrar ocasiões em que o agente se aferra a essa regra como se ela fosse, em si mesma, o Direito, e não apenas um instrumento entre tantos outros necessários à sua concreta realização.

Examinando a jurisprudência do TCU percebi, com satisfação, que esse espíri-to, por muitos denominado formalista, vem encontrando cada vez menos espaço nas decisões desta Corte.

Trata-se de panorama que considero promissor e positivo, até porque demonstra não serem isolados os movimentos de modernização que hoje avançam em muitas áreas do Tri-bunal. Essa feliz constatação acrescenta muito otimismo ao natural entusiasmo que sinto neste momento de chegada, e me anima a dar curso imediato à atividade jurisdicional - tarefa, entre todas, a mais nobre para os ocupantes da magistratura pública.

Aos Meus Pares, solicito humildemente o apoio que me puderem dar, no senti-do de facilitar minha integração aos usos e aos valores que regem a vida desta Casa, me com-prometendo, em retorno, a envidar o melhor de meus esforços para o engrandecimento do Cole-giado que compomos, bem como da instituição que, de certa forma, mais evidentemente representamos junto à comunidade dos cidadãos do nosso País.

É justa a causa que pleiteia o respeito ao patrimônio público e a correta e efici-ente aplicação dos escassos recursos que se constituíram a partir do esforço geral, em benefício do bem comum.

É um privilégio trabalhar em uma causa tão nobre. Desde já agradeço aos que nesse desafio puderem me valer, e peço a Deus as necessárias saúde e disposição para fazer frente a tão portentoso desafio.

Concluo, Presidente Ricardo Lewandowski, citando um verdadeiro guia para aqueles que se dedicam à judicatura, legado pelo grande Rui Barbosa, meu conterrâneo na naturalidade e na lide jurídica:

"Não desertar a justiça, nem cortejá-la. Não lhe faltar com a fidelidade, nem lhe recusar o conselho. Não transfugir da legalidade para a violência, nem trocar a ordem pela anarquia. Não antepor os poderosos aos desvalidos, nem recusar patrocí-nio a estes contra aqueles. Não servir sem independência à jus-tiça, nem quebrar da verdade ante o poder. Não colaborar em perseguições ou atentados, nem pleitear pela iniqüidade ou imoralidade. Não se subtrair à defesa das causas impopulares, nem à das perigosas, quando justas. Onde for apurável um grão, que seja, de verdadeiro direito, não regatear ao atribula-do o consolo do amparo judicial. Não proceder, nas consultas, senão com a imparcialidade real do juiz nas sentenças. Não fa-zer da banca balcão, ou da ciência mercatura. Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Amar a pátria, estremecer o próximo, guardar fé em Deus, na verdade e no bem."

Agradeço a todos pela paciência em me ouvir, reiterando o compromisso de contribuir para o contínuo fortalecimento do Tribunal de Contas da União, lembrado da antiga lição de que a história julga os resultados, nunca os propósitos.

Muito obrigado pela atenção!

BRUNO DANTAS
Ministro

Senhoras e Senhores,

Na qualidade de presidente do Tribunal de Contas da União, quero me juntar às vozes que me antecederam para enaltecer as qualidades do Doutor Bruno Dantas, que nesta sessão comemorativa toma posse como Ministro na cadeira então ocupada com brilhantismo e entusiasmo pelo Ministro Valmir Campelo.

O processo de sua escolha como Ministro, Doutor Bruno Dantas, nobres autoridades e demais presentes, é prova viva da força deste Tribunal e das instituições brasileiras, que hoje buscam reinventar-se diuturnamente, impulsionadas pela benéfica atuação da sociedade, cada vez mais digital e participativa.

A aprovação do nome do novo Ministro pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, bem como o respaldo que traz de órgãos essenciais à nossa democracia, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, são elementos que fortalecem a nossa governança.

Será muito bom contar com a juventude do nobre colega e com sua experiência. Embora com pouca idade, a intensidade de sua autuação o credencia a se tornar uma liderança importante nesta Casa.

Os governos, como um todo, são passageiros, duram quatro, oito anos no máximo. Este Tribunal é um dos poucos órgãos que goza de perenidade e já acumula mais de 120 anos de história. A vitaliciedade dada pela Constituição Pátria aos Ministros tem um motivo nobre. Não podemos nos omitir! A experiência desta Casa, acumulada na apreciação e julgamento de processos dos mais variados temas, nos credencia como uma das forças catalizadoras da melhoria da governança do setor público.

Não há como o Brasil crescer mais e alcançar um avanço sustentável nos indicadores sociais, apoiando-se em uma frágil infraestrutura, em uma educação que pouco ensina e não produz inovações, em gastos fiscais e previdenciários crescentes e ineficientes, em desigualdades sociais e regionais absurdamente persistentes. No cerne de todos esses problemas podemos identificar a má governança pública!

Atuando nas causas estruturais dos problemas que afetam a qualidade das políticas públicas, o TCU, com a experiência de seus Ministros e a força de seu corpo técnico, pode contribuir para que esses nós sejam desfeitos. Ao evidenciar os gargalos que dificultam o desenvolvimento brasileiro, damos uma resposta à sociedade, que cobra das instituições governamentais serviços públicos condizentes com a alta carga tributária do país. Tudo isso sem olvidarmos da verificação da conformidade e da legalidade, bem como do combate à corrupção. Somente esse ano, entregamos à Justiça Eleitoral uma lista com mais de 6800 nomes de gestores que podem se tornar inelegíveis.

Doutor Bruno Dantas, é com satisfação também que registro seu interesse pelo aperfeiçoamento da articulação federativa. Temos apregoado que a melhoria da atuação estatal é uma conquista a ser perseguida de forma homogênea, na União, nos estados e nos municípios. Para tanto, estabelecemos parcerias fundamentais com os tribunais de contas de todos os estados do país e viabilizamos auditorias coordenadas em temas que interessam a toda a nação brasileira, como educação, saúde e meio ambiente.

Um dos próximos passos nessa articulação será estabelecer indicadores capazes de mensurar de forma mais objetiva as evoluções conquistadas pelos bons governantes, nas três esferas, e de induzir aperfeiçoamentos nos locais em que a qualidade dos serviços públicos prestados não correspondem aos anseios da população.

Estou certo que esta Casa contará com a versatilidade do Doutor Dantas para fortalecer nossas parcerias com os tribunais de contas brasileiros e solidificar cada vez mais nossa liderança entre os países membros da OLACEFS - Organização Latino-americana e do Caribe das Entidades de Fiscalização Superior, que presidimos pela primeira vez na história.

Seus talentos serão muito bem vindos para consolidarmos o processo de especialização de nossas secretarias e em projetos que hoje lideramos no Continente e em âmbito mundial. O principal deles, conduzido em parceria com a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - visa identificar e disseminar as boas práticas de governança entre os países participantes.

Caro Ministro Bruno Dantas, sabemos que Vossa Excelência tem os atributos necessários à atuação consentânea com esse papel de vanguarda do TCU.

Suas credenciais certamente lhe permitirão contribuir de forma marcante para um Tribunal ainda mais forte. A prática da docência e a experiência acumulada ao longo do tempo junto às Casas do Congresso Nacional e aos Conselhos Nacionais serão de extrema importância nas discussões desta Corte de Contas.

Seja muito bem vindo a esta Casa, cuja força e nobreza reconhecidas em nossos tempos têm sua gênese nos esforços históricos de baianos da mais alta estirpe, dentre os quais destaco Rui Barbosa, um dos principais responsáveis pela instituição deste TCU, nas primeiras horas de nossa República. Essa tradição baiana hoje é representada com destaque pelo Ministro Aroldo Cedraz, nosso Vice-presidente, e agora ganha o reforço de Vossa Excelência.

Nesta Casa, Ministro Bruno Dantas, tenho certeza que Vossa Excelência mostrará ao Brasil e ao mundo que os talentos baianos, consagrados na música, na literatura e no setor artístico são igualmente grandes no campo da Administração Pública.

Concluindo essas breves palavras, em nome do Tribunal de Contas da União, felicito Vossa Excelência e seus familiares, especialmente sua mãe, Sra. Isis Dantas da Silva, seu pai, Sr. Arnaldo José do Nascimento, e seu irmão, Sr. Hugo Dantas Silva Nascimento, todos aqui presentes, na certeza de seu sucesso no desempenho das relevantes atribuições do cargo de Ministro do TCU.

Agradeço, em nome do Tribunal de Contas da União, a presença de todos e declaro encerrada esta solenidade.

Muito obrigado.

Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 13 de agosto de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

ATA Nº 31, DE 13 DE AGOSTO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

À hora prevista, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro e dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Em função do lamentável falecimento do candidato à Presidência da República e filho da Ministra Ana Arraes, Eduardo Campos, é com imensa tristeza que registro profundo pesar em nome do Tribunal de Contas da União.
Decreto luto oficial no Tribunal, ficando, portanto, cancelados os julgamentos previstos para esta data.
Informo, adicionalmente, que os processos constantes das pautas previstas para hoje serão transferidos para as próximas sessões deste Colegiado.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 13 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário
Em substituição

Aprovada em 15 de agosto de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

ADITAMENTO À PAUTA Nº 31 (ORDINÁRIA)
Sessão em 20 de agosto 2014 às 14h30

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 29/2014 - Plenário, para apreciação na Sessão ordinária a se realizar no dia 20/8/2014, as 14h30 os seguintes processos:

Processo Relacionado
- Relator, Ministro JOSÉ JORGE
TC 015.288/2014-5
Apensos: TC 016.903/2014-5 e TC 016.910/2014-1
Tipo: Desestatização.
Unidade Jurisdicionada: Ministério de Minas e Energia (MME).
Responsável: Márcio Pereira Zimmermann (CPF 262.465.030-04) - Secretário Executivo do MME.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 15 de agosto de 2014.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Secretária do Plenário

EXTRATO DA PAUTA Nº 29 (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Em 20 de agosto de 2014, às 14h30

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

Processos Relacionados
- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
TC-018.439/2014-4
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-018.903/2014-2
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-019.134/2014-2
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-020.985/2013-4
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há
- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA
TC-008.610/2014-2
Apenso: TC 015.956/2014-8 (Solicitação)
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
TC-004.639/2014-6
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-018.206/2014-0
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há
- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
TC-010.630/2014-7
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há
TC-028.778/2010-3
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: Daniel José de Brito Veiga Pessoa (OAB/PB 14.960).
- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
TC-007.119/2013-5
Apenso: TC-033.366/2013-6 (Solicitação).
Natureza: Representação.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-011.238/2014-3
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.
- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
TC-018.504/2014-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há
TC-019.489/2014-5
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há
- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA
TC-014.595/2014-1
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-014.615/2014-2
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-036.383/2011-2
Apenso: TC 012.352/2012-8.
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS
- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
TC-015.896/2012-9
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: Jeferson Nardi Nunes Dias (OAB/SP 186.177); Priscila Appolinário Pastrello (OAB/SP 211.848) e outros
- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
TC-016.536/2013-4
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há
- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
TC-000.889/2011-3
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 15 de agosto de 2014.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

EXTRATO DA PAUTA Nº 31/2014 (SESSÃO ORDINÁRIA)
Em 20 de agosto de 2014, às 14h30

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

Processos Relacionados
- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
TC-011.613/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Belém - PA
Responsáveis: Duciomar Gomes da Costa e Uni Engenharia e Comercio Ltda
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-012.708/2004-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Luiz - RR
Responsáveis: Alceu Rodrigues da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-025.638/2009-4
Natureza: Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia - PA
Responsáveis: Abril Construções e Serviços Ltda; Antonio Carvelli Filho; Wagner Pereira da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.
- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER
TC-003.682/2014-5
Natureza: Representação
Interessado: Guilherme Fraccari Nogueira
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-016.896/2014-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-018.937/2014-4
Natureza: Representação
Responsáveis: Ana Maria Almeida Nogueira; Carlos Alberto Pinheiro
Interessado: Fonseca & Bosco Ltda.
Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-019.799/2007-3
Apensos: TCs 015.897/2011-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 001.537/2004-5 (REPRESENTAÇÃO); 013.763/2013-0 (ACOMPANHAMENTO); 013.668/2006-6 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Ângela Solange Barreto Brasil; Antonio Ribeiro da Silveira; Augusto Jorge Ferreira Lima; Gesse Santana Borges; Gilmar Horta Thome; Izete Nascimento Viana; Jose Ferreira de Alencar; Maria Caetano da Mota; Maria Cirlana da Silva Nascimento; Nara Dieny Rodrigues de Lira Costa; Paulo Roberto Campos Moreira; Rosilda Leandro da Silva; Ternilson de Souza Santos
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de Roraima
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-033.566/2013-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT No Piauí - DR/PI
Advogado constituído nos autos: não há.
- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO
TC-000.719/2014-5
Natureza: Representação
Interessado: DV Tecnologia Ltda.
Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-007.567/2014-6
Natureza: Representação
Interessado: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro
Unidade: Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMAAF)
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-009.222/2004-2
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2003
Responsáveis: Ailton de Lima Ribeiro e outros
Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Advogados constituídos nos autos: Júlio César Soares de Souza (OAB/MG 107.255) e outros
TC-015.134/2001-9
Apensos: TCs 013.694/2011-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 013.695/2011-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 037.481/2011-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 037.482/2011-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Embargos de Declaração, Recurso de Reconsideração
Recorrente: Andre Dorea da Silva
Unidade: Município de Porto Seguro - BA
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-018.514/2014-6
Natureza: Representação
Interessado: Teracom Telemática S/A - Datacom
Unidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) Advogados constituídos nos autos: Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23.803), Francisco de Assis Lima Filho (OAB/DF 25.521) e Vinicio Rossetto (OAB/RS 47.372)
- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA
TC-006.049/2014-1
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Congresso Nacional (CN)
Entidade: Petrobras Biocombustível S.A. (PBios), Subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-009.797/2014-9
Natureza: Representação
Representante: Empresa Cennatech Indústria e Comércio de Tecnologia Ltda.
Entidade: Furnas - Centrais Elétricas S.A.
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat). Advogados constituídos nos autos: Leandro Parizotto (OAB/SC 14.408) e Ricardo Antonio Parizotto (OAB/SC 34.217).
TC-016.321/2013-8
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Órgãos/Entidades: Governo do Estado do Ceará e Ministério do Turismo.
Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana e Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-016.759/2014-1
Natureza: Representação
Representante: Empresa Inbraterrestre Indústria e Comércio de Materiais de Segurança Ltda.
Órgão: Departamento de Polícia Federal (DPF/MJ).
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog). Advogados constituídos nos autos: Raphael Rodrigues da Silva (OAB/SP 279773) e outros.
TC-017.833/2014-0
Natureza: Representação
Representante: Associação das Empresas de Transportes Leves e Pesados e Locadora de Veículos do Brasil.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
Advogado constituído nos autos: não há.
- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
TC-010.675/2014-0
Natureza: Representação
Representante: Avangard Tecnologia Ltda.
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-012.113/2005-8
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2004
Responsável: Maria Luiza Jaeger, ex-Secretária
Unidade: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES)
Advogado constituído nos autos: Jorge Jaeger Amarante (OAB/DF 21.321)
TC-012.197/1999-8
Apenso: TC-013.559/2014-1 (Solicitação)
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Exercício: 1998
Responsáveis: Marcos Tondin Giglio e outros
Unidade: Conselho Regional de Representantes Comerciais - RS Advogados constituídos nos autos: Maria Beatriz de Lemos Pinto Paiva (OAB/RS 15.821), Adriana Batista (OAB/RS 46.641), Marjana Bircke (OAB/RS 22.947), Eduardo Calleari (OAB/RS 56.309), Simone Soares Muszinski Duarte (OAB/RS 65.751), Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Paula Pires Parente (OAB/DF 23.66), Luiz Fernando Faller (OAB/RS 62.574), Vilmar Isolan de Mello (OAB/RS 31.777)
TC-013.031/2014-7
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-019.431/2010-4
Apensos: TC-012.904/2012-0 (Cobrança Executiva); TC-012.767/2009-4 (Representação); TC-012.905/2012-7 (Cobrança Executiva)
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: José Altamir Taumaturgo Sá
Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus/AC
Advogado constituído nos autos: não há
TC-022.264/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: João Paulo Barcellos Esteves (ex-secretário municipal de saúde) e outros
Unidade: Prefeitura Municipal de Dourados/MS Advogados constituídos nos autos: Andréa de Liz Santana - OAB/MS 13.159, Jucilene Rodrigues de Lima - OAB/MS 6.493-E, Lauro Shibuya - OAB/SP 68.167, Marcos Alcará - OAB/MS 9.113, Munder Hassan Gebara - OAB/MS 5.485 e Rogério Castro Santana - OAB/MS 15.751
TC-033.123/2010-1
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
Embargante: Eudoro Walter de Santana
Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas Advogados constituídos nos autos: André Luiz de Souza Costa (OAB/CE 10.550), Marla Monise Campos de Castro Veras (OAB/CE 27.769), Fernando Antônio Macambira Viana Brasileiro (OAB/CE 10.743) e Francisco Hermínio Neto (OAB/CE 23.066)
TC-039.811/2012-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Secretaria de Política Agrícola - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA)
Advogado constituído nos autos: não há
- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
TC-001.131/2014-1
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Presidente Médici - RO
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-001.496/2014-0
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria Federal de Controle Interno - CGU/PR
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Tocantins
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-018.314/2014-7
Natureza: Representação
Interessada: Trivale Administração Ltda.
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Senac/RS. Advogados constituídos nos autos: Wanderley Romano Donadel, OAB/MG 78.870; e outros.
TC-018.507/2014-0
Natureza: Solicitação
Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho - 21ª Região/RN - MPT/MPU
Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis-RN/17ª Região
Advogado constituído nos autos: não há.
- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
TC-013.759/2012-4
Natureza: Representação.
Unidade: Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia.
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-015.865/2013-4
Natureza: Monitoramento.
Entidade: Município de Rio Verde/GO.
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-022.577/2012-2
Natureza: Relatório de Levantamento.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Órgão/Entidade: 330 unidades jurisdicionadas. Advogados constituídos nos autos: não há.
TC-035.916/2011-7
Natureza: Monitoramento.
Entidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS.
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.
Advogado constituído nos autos: não há.
- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
TC-005.764/2004-1
Apensos: TC-016.924/2013-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-016.200/2012-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-016.201/2012-4 (COBRANÇA EXECUTIVA) e TC-003.673/2004-6 (DENÚNCIA).
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Estado do Amapá
Responsáveis: Adauto Vieira dos Santos; Annibal Barcellos; Antônio Waldez Góes da Silva; Claudio Pinho Santana; Eduardo da Silva Moura; Fernando Antonio Van Erven Santos; Francisco Gomes Martins; Glauco Mauro Cei; Jaezer de Lima Dantas; Joel Buna Rocha Pinto; Joucier Chaves Pinto; Luiz Alcântara da Silva; Maciel Rodrigues de Oliveira; Maria Cristina do Rosário Almeida Mendes; Odival Monterozzo Leite; Rodolfo Fernandes da Silva Torres e Ruy Guilherme Smith Neves
Advogado constituído nos autos: não há
TC-009.764/2007-4
Natureza: Relatório de Levantamento
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit
Responsáveis: Construtora Roca Ltda; David José de Castro Gouvêa e Gilberto Massucheto
Advogados constituídos nos autos: Pedro Peres da Silva (OAB/PR 15.613); Luiz Alberto Blanchet (OAB/PR 6.761) e outros
TC-013.638/2013-0
Apenso: TC 021.409/2013-7 (SOLICITAÇÃO)
Órgãos/Entidades: Ministério do Esporte, Fundação dos Esportes do Piauí - Fundespi e Caixa Econômica Federal
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há
TC-018.317/2014-6
Natureza: Solicitação
Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (vinculador)
Interessada: Marta Suplicy, Ministra de Estado da Cultura
Advogado constituído nos autos: não há
TC-018.343/2014-7
Natureza: Solicitação
Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (vinculador)
Interessado: Clélio Campolina Diniz, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Advogado constituído nos autos: não há
- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA
TC-010.884/2007-5
Natureza: Representação.
Representante: Secretaria de Controle Externo no Maranhão (Secex-MA).
Interessados: Ministério da Educação; Thiago Ferreira de Oliveira - procurador da república no Maranhão.
Responsáveis: Cezar Nobre Braga; Luiz Rei de Franca Marques; Shirley Silva Saraiva Saldanha.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA (MEC).
Advogados constituídos nos autos: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912), Gustavo Brandão de Lima (OAB/MA 8.421).

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER
TC-004.055/2011-0
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art.112 do R.I.)
Natureza: Pedido de Reexame em Representação.
REVISOR: Ministro JOSÉ JORGE (ATA 26/2014)
Interessada: Consulplan Consultoria e Planejamento em Administração Pública Ltda.
Responsável: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Recorrente: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF nº 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF n° 22.885) e Sheila Mildes Lopes (OAB/DF nº 23.917). Sustentação Oral em nome da CONSULPLAN CONSULTORIA LTDA.
Interessado(s) na Sustentação Oral
Jaques Fernando Reolon - OAB/DF 22.885
- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO
TC-029.269/2010-5
Apenso: TC 000.347/2010-8
Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Representação)
Interessada: Comtérmica Comercial Térmica Ltda.
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em João Pessoa/PB
Advogados constituídos nos autos: Gentil Ferreira de Souza Neto (OAB/DF 40.008) Sustentaqção Oral em nome da COMTÉRMICA COMERCIAL TÉRMICA LTDA.
Interessado(s) na Sustentação Oral
Lúcio Landim - OAB/DF 40,009
- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
TC-000.068/2011-0
PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO (Pedido de Vista - art. 119 do R.I)
Natureza: Representação
REVISOR: Ministro-Substituto ANDRÉ LUIS DE CARVALHO (ATA 19/2014)
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Alexandre Henrique Pereira da Silva, Arnaldo Benvindo Macedo Lima e Neuzelina Compasso da Silva, presidente e membros CPL, respectivamente; M.F.T. de Jesus Assunção, Marilene de França Mascena e Marinalva Silva, licitantes
Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Unidade: Prefeitura Municipal de Caxias/MA Advogados constituídos nos autos: James Lobo de Oliveira Lima (OAB/MA 6679), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6546) e outros
- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
TC-026.768/2012-7
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - Art. 112 do R.I)
Natureza: Representação.
REVISOR: Ministro-Substituto ANDRÉ LUIS DE CARVALHO (ATA 43/2013)
Entidade: Governo do Estado de Goiás.
Interessado: Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
Advogado constituído nos autos: não há
- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
TC-002.546/2014-0
Natureza: Embargos de Declaração (em Representação)
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso - Dnit/MT
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-010.742/2011-5
Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscobras 2011)
Órgãos/Entidades: Prefeitura Municipal de Rondon do Pará - PA; Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Pará
Responsáveis: Antonia Helena Rodrigues de Souza; Elisangela Oliveira Alves; Milton Ferreira da Silva; Olávio Silva Rocha; Oliver Comercio e Serviços de Obras Ltda.; Ricardo Gomes Rosa; Ricce Construções Ltda.; Shirley Cristina de Barros Malcher; Walber de Castro Risuenho; Walclides Oliveira Melo
Interessados: Congresso Nacional (vinculador)
Advogados constituídos nos autos: Ronald Valentim Gomes Sampaio (OAB/PA 5936) e Sebastiana Aparecida Serpa Souza (OAB/PA 7035).
TC-012.107/2008-5
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Entidade: Município de Pedreiras - MA
Recorrente: Raimundo Nonato Alves Pereira
Advogado constituído nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6098)
TC-025.797/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada - PB.
Responsáveis: Dj Construcões Ltda.; Fabiano Ribeiro dos Santos; José Antônio Vasconcelos da Costa; João Freitas de Souza; Robério Saraiva Grangeiro.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Advogado constituído nos autos: Rodrigo dos Santos Lima (OAB-PB 10.478).
- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER
TC-005.657/2011-3
Apenso: TC 004.238/2008-2
Natureza: Acompanhamento.
Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Paraná - Sesi/PR
Responsáveis: Alan Buck, Antônio Bento Rodrigues Pontes, Endel Daniel Araújo e Rodrigo Costa da Rocha Loures
Advogado constituído nos autos: Marco Antônio Guimarães (OAB/PR nº 22.427).
TC-010.048/2014-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades: Ministério da Saúde (vinculador); Prefeitura Municipal de Luiz Correia - PI; Prefeitura Municipal de Parnaíba - PI; Prefeitura Municipal de Piripiri - PI; Prefeitura Municipal de Teresina - PI
Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há
TC-010.088/2014-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades: Ministério da Saúde (vinculador); Prefeitura Municipal de Colatina - ES; Prefeitura Municipal de Serra - ES; Prefeitura Municipal de Vila Velha - ES
Responsáveis: Prefeitura Municipal da Serra; Prefeitura Municipal de Colatina - ES; Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES
Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há
TC-013.396/2009-9
Natureza:: Pedido de Reexame (Representação)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas - PB
Responsáveis: Conpac - Construtora Compacta Ltda; Constat - Construções e Assistência Técnica Ltda.; Empreiteira Nóbrega Ltda.; Francisco das Chagas Dantas Pereira; José Almeida Silva; José Araújo da Silva; Vanuzia Araujo da Silva
Interessados: Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas - PB; Tribunal de Contas do Estado da Paraiba
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-022.090/2010-0
Apenso: TC 011.426/2009-0
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Alex Bolonha Fiúza de Mello; Caritas Lopes de Souza; Carlos Edilson de Almeida Maneschy; Edson Ortiz de Matos; Joao Cauby de Almeida Junior; Sibele Maria Bitar de Lima Caetano; Simone Andrea Lima do Nascimento e demais arrolados às peças 1 a 5
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-032.582/2013-7
Natureza: Desestatização.
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-038.048/2011-6
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mossoró - RN
Interessados: Star Service Terceirização Ltda; Talimpo Serviços de Limpeza Ltda
Recorrentes: Marcelo de Paiva Cavalcanti; Marcos Antônio Fernandes de Queiroz
Advogados constituídos nos autos: Vinícius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3.074) e outros
- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO
TC-002.901/2014-5
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Órgãos/Entidades: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça (vinculador); Justiça do Distrito Federal e Territórios (vinculador); Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério Público da União (vinculador); Senado Federal (vinculador); Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União - TCU/SEGEDAM
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-005.430/2001-2
Natureza: Aposentadoria (Revisão de Ofício)
Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)
Interessado: Sebastião Honorato de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há
TC-006.503/2013-6
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Órgãos: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Interessados: Senado Federal e Governo do Estado do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há
TC-009.151/2011-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Teotônio Vilela/AL
Responsáveis: João José Pereira Filho, ex-Prefeito; Juliana de Almeida, ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda.; Esteves & Anjos Ltda. - ME; Delta Veículos Especiais Ltda.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas
Advogado constituído nos autos: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (OAB/MT 13.731)
TC-009.556/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Craíbas/AL
Responsáveis: Estrela Construções Ltda.; Fellipe Gama de Oliveira); GPV Projetos, Construções, Limpeza e Segurança Ltda; Jeane Barbosa da Silva; José Jadson Pedro de Farias; PPC - Palmeira Projetos e Construções Ltda.; Suely Barbosa de Farias
Interessado: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Advogados constituídos nos autos: Ricardo Tenório Dória - OAB/AL 9.727; Carlos Henrique Costa Mousinho - OAB/AL 9.527.
- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA
TC-001.351/2007-8
Apensos: TC 002.330/2010-5, TC 002.327/2010-4, TC 002.332/2010-8
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Entidade: Hospital Estadual de Regeneração Maria de Lourdes Leal Nunes/PI
Recorrente: Antonio José Cavalcante de Oliveira
Advogados constituídos nos autos: Flávio Anderson Nery Barbosa (OAB/PI 8725) e outros.
TC-015.304/2013-2
Natureza: Representação.
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - INCA
Advogado constituído nos autos: Marcello Rocha de Luna Freire (OAB/RJ nº 66.766).
TC-023.274/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Eduardo Tarcísio Brito Targino; Especifarma Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares; Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda.; José Carlos Cativo Gedeão; Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho; Unicom Produtos Hospitalares Ltda.; Wagner de Barros Campos
Advogados constituídos nos autos: Lincoln Magalhães da Rocha (OAB/DF 24.089); Marcus Vinicius Rosas (OAB/RJ 98.028); Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098); Joel de Menezes Niebhur (OAB/SC 12.639) e outros.
TC-026.745/2006-4
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Entidade: Dner - 16º Distrito/SC (extinta)
Responsáveis: C.B.P.O. Engenharia Ltda.; Construções e Comercio Camargo Correa S/A; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Francisco Augusto Pereira Desideri; Iguatemi - Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda.; Maurício Hasenclever Borges; Roberto Borges Furtado da Silva.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947), Patrícia Guercio Teixeira (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/MG 101.379), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.096), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Gustavo Henrique Caputo Bastos (OAB/DF 7.383); Francisco Queiroz Caputo Neto (OAB/DF 11.707); Luis Eduardo Correia Serra (OAB/DF 13.070); Terence Zveiter (OAB/DF 11.717); Ademir Coelho Araujo (OAB/DF 18.463); Fernanda Peres Toscano Dantas (OAB/DF 12.527); Luciano Andrade Pinheiro (OAB/DF 15.184); Migueldunshee de Abranches Fiod (OAB/DF 23.589); Pablo Malheiros da Cunha Frota (OAB/DF 20.643); Vanessa Dumont Bonfim Santos (OAB/DF 29.276); Rodrigo Soares Borges (OBA/DF 33.143); Amiro Freitas de Alencar Barroso (OAB/DF 33.119); Cecilia Chitarrelli Cabral de Araujo (OAB/DF 36.615); Mosiah de Caldas Torgan (OAB/DF 34.413); Caio Caputo Bastos Paschoal (OAB/DF 11.633); Marilia de Lima Rodrigues Barbosa (OAB/DF 11.667/E).
TC-029.389/2013-5
Natureza: Relatório de Levantamento
Órgãos/Entidades: Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)
Responsáveis: Márcio Pereira Zimmermann (Secretário-Executivo do MME), Romeu Donizete Rufino (Diretor-Geral da Aneel) e Hermes J. Chipp (Diretor-Geral do ONS)
Advogado constituído nos autos: não há
- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
TC-012.829/2003-0
Apensos: TC-006.728/2008-2, TC-015.432/2005-3 e TC-011.078/2001-0
Natureza: Embargos de Declaração (Recurso de Revisão em Prestação de Contas)
Embargantes: Adeilson Teixeira Bezerra (ex-coordenador da CBTU em Alagoas) e José Queiroz de Oliveira (ex-gerente de administração e finanças da CBTU em Alagoas)
Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) Advogados constituídos nos autos: Thiago Silva Ramos (OAB/AL 7.791), Gustavo Igor Vasconcelos Lopes Calheiros (OAB/AL 9.393), André Cordeiro de Souza (OAB/AL 4.315), Reinaldo Cavalcante Moura (OAB/AL 1.972), Nathália Cavalcanti Limeira Martins (OAB/AL 10.300 e Fabrycya Parlla Rodrigues Lucas (OAB/AL 5.798), Maria Edite Barreto Fantini (OAB/PE 14.070-D), Glauco de Castelo Branco Júnior (OAB/CE 10.586), Carlos Henrique Barbosa de Sampaio (OAB/AL 1.626) e Sandra de Almeida Silva (OAB/AL 6.521)
TC-022.112/2007-0
Apenso: TC-030.496/2007-1
Natureza: Embargos de Declaração (em Representação)
Embargantes: Raimundo Nonato Gonçalves Junior (gerente da Unidade de Recuperação de Crédito-URC/PI) e Pedro Rafael Lapa (diretor)
Unidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Advogado constituído nos autos: Rogério Neves Baptista (OAB/PE nº 7.196)
TC-028.715/2013-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Jorge Hereda (presidente)
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há
TC-033.949/2013-1
Natureza: Representação
Representante: Vigas Consultoria e Engenharia Ltda.
Responsáveis: Teresia Sônia Steffen, Diretora; Adriana Regina Madke de Siqueira, Vice-Diretora; e Viviane Letícia Saling Juver
Unidade: Associação Franciscana de Assistência à Saúde (Hospital Estrela)
Advogados constituídos nos autos: Matheus Rocha Faganello (OAB/RS 66.639), Rosemari Hofmeister (OAB/RS 37.509) e Lurdes Beatris Aggens (OAB/RS 70.518)
- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
TC-001.320/2014-9
Natureza: Auditoria
Unidade: Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
Responsáveis: Manoel Carlos Neri, Márcia Cristina Krempel, Antônio Marcos Freire Gomes, Cláudio Alves Porto, Cláudio Roberto Rebelo de Souza, Dorisdaia Carvalho de Humerez, Fabiano Assad Guimarães, Gustavo Rocha Aquino González, Ivo Aguiar Lopes Borges, Joaby Gomes Ferreira, Josenilson da Rocha Lima, Júlio Lima Toledo, Julita Correia Feitosa, Magno José Guedes Barreto, Marcelo Ribeiro Medeiros, Neyson Pinheiro Freire, Osvaldo Albuquerque Sousa Filho, Pedro Lima Rodrigues, Rosalina Alves Nantes, Shigeru Tsuchiya e Silvia Silva da Anunciação.
Advogado constituído nos autos: não há
TC-002.497/2014-0
Natureza: Embargos de Declaração (em Representação)
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional
Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai
Advogados constituídos nos autos: Mauro Porto (OAB/DF 12.878); Sidney Ferreira Batalha (OAB/DF 11.016); Cassio Augusto Muniz Borges (OAB/DF 20.016-A); Elizabeth Homsi (OAB/DF 20.467-A); Maria de Lourdes Franco de Alencar Sampaio (OAB/RJ 50.660) e outros (peças 4/5).
TC-011.468/2014-9
Natureza: Representação
Unidade: Conselho Regional de Biomedicina 3ª Região (CRBM-3ª Região)
Interessado: Allbrax Consultoria e Soluções em Informática Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Cláudia Paiva Bernardes (OAB/GO 22.193) e outros
TC-012.211/2014-1
Natureza: Representação
Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo - Senai/SP
Responsável: Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo - Senai/SP
Interessado: G.F. Cia. Serviços
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-018.298/2008-2
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Unidade: Prefeitura Municipal de Serrano - MA
Responsável: Leocácio Olímpio Rodrigues
Advogados constituídos nos autos: Eduardo Aires Castro (OAB/MA 5378), Carlos Armando Alves Serejo (OAB/MA 6921) e José Braz da Silva Filho (OAB/MA 6673)
TC-018.588/2013-1
Apensos: TC-026.877/2013-9, TC-005.685/2013-3, TC-003.283/2013-5
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Unidade: Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
Interessada: Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há
TC-019.759/2014-2
Natureza: Representação (com pedido de medida cautelar)
Unidades Jurisdicionadas: Sesi-RS e Senai-RS
Representante: Trivale Administração Ltda. Representado: Condomínio Institucional do Sistema FIERGS
Advogado constituído nos autos: Marce1o Müller Lobato (OAB/DF 16.442) (peça 2, p. 1-2)
- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
TC-005.714/2011-7
Natureza: Monitoramento.
Entidades: Municípios do Estado de Roraima.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-016.321/2012-0
Natureza: Representação.
Entidade: Município de São José/SC.
Interessado: Ministério Público Federal/Procuradoria da República em Santa Catarina.
Responsáveis: Adílson de Souza, Alexandre dos Santos Rodrigues, Djalma Vando Berger, Eduardo Dubaj, Humberto Azevedo Viana Filho, Ivan Fredovino Ramos Júnior, Ivone Maria Valente, João Reis Santana Filho, Márcia Lourdes Bastos Machado, Raimundo Borges, Rosilene Vaz Cavalcanti, Túlio Márcio Salles Maciel. Advogados constituídos nos autos: não há.
TC-018.498/2013-2
Natureza: Consulta.
Interessada: Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente.
Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente - MME.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-034.261/2011-7
Natureza: Representação
Interessado: Ministério Público junto ao TCU.
Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Advogados constituídos nos autos: Sidney Ferreira Batalha, OAB/DF n. 11.016; José Augusto Seabra Monteiro Vianna, OAB/DF n. 24.772; Cássio Augusto Muniz Borges, OAB/DF n. 20.016; Jean Alves Pereira Almeida , OAB/RJ n. 99.403; Elizabeth Homsi, OAB/RJ n. 37.313; Carlos Bastide Horbach , OAB/RS n. 41.823; e Antônio Lisboa Cardoso, OAB/DF n. 9.901.
- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
TC-003.482/2013-8
Apenso: TC-006.451/2013-6
Natureza: Auditoria
Órgãos: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH/CE) e Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional (SIH/MI)
Responsáveis: Ângelo José de Negreiros Guerra; Construtora Ferreira Guedes S/A; César Augusto Pinheiro; Francisco José Coelho Teixeira; Giovanni Brigido Bezerra Cardoso; Toniollo, Busnello S/A Túneis Terraplanagens e Pavimentações
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/DF 37.934) e outros.
TC-015.563/2012-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra No Estado do Paraná
Responsável: Nilton Bezerra Guedes - Superintendente Regional do Incra
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-034.062/2011-4
Natureza: Representação
Entidade/Órgão: não há
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.
- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA
TC-019.676/2013-1
Natureza: Relatório de Auditoria.
Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Município de Fortuna/MA.
Órgão: Ministério das Cidades (vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-019.677/2013-8
Natureza: Relatório de Auditoria.
Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Município de Jatobá/MA.
Órgão: Ministério das Cidades (vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-021.468/2013-3
Natureza: Relatório de Auditoria.
Responsável: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-034.321/2013-6
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.
Interessado: Congresso Nacional.
Órgão: Ministério das Cidades.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-046.126/2012-0
Natureza: Relatório de Auditoria.
Órgão: Serviço Florestal Brasileiro (MMA).
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-046.131/2012-4
Apenso: TC 018.829/2012-0.
Natureza: Relatório de Auditoria.
Interessados: Tribunais Regionais Eleitorais.
Órgão: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 15 de agosto de 2014.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS

PORTARIA Nº 102, DE 22 DE ABRIL DE 2014

Aplica a penalidade de suspensão à empresa RCC Comércio de Materiais de Construção Ltda. - ME

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971,

Considerando que a empresa RCC Comércio de Materiais de Construção Ltda. - ME , localizada na QI 23 - Lote 7/8 - Setor Industrial - Taguatinga - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 10.433.687/0001-02, não forneceu os materiais objeto da Nota de Empenho 2013NE002955 (Processo nº 138.781/2010), resolve:

Aplicar à empresa a penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Câmara dos Deputados pelo período de 02 (dois) anos, de acordo com o subitem 4.1, letra "c", do Anexo nº 3 do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 113/2012.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Presidente da Turma: Senhor Ministro HUMBERTO MARTINS
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE

Às 10:27 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos FÍSICOS:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 2007.40.00.704024-7
ORIGEM: PI - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CAMILA DE MENESES BRITO REP. LEGAL EDNA MARIA COUTINHO
PROC./ADV.: JULIANA SANTOS CASTELO BRANCO
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA
PROC./ADV.: THALLES COUTINHO NOBRE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.38.00.732380-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: LEANDRO ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: ROBERTO DE CARVALHO SANTOS
PROC./ADV.: PEDRO SAGLIONI DE FARIA FONSECA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília-DF, 1º de agosto de 2014.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Presidente da Turma: Senhor Ministro HUMBERTO MARTINS
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE

Às 09:58 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0000055-17.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: MARIA JOSÉLIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
RECLAMADO(A): JUÍZO DA TURMA RECURSAL DA PARAÍBA
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000061-24.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: CARLA FABIANA CORRÊA CRESPO
PROC./ADV.: CARLOS LUCIANO B. RIBEIRO
OAB: RJ-72 172
PROC./ADV.: CARLOS RIBEIRO JÚNIOR
OAB: RJ-123 951
IMPETRADO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000062-09.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: PAULO LIBERATO DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
RECLAMADO(A): JUÍZO DA TURMA RECURSAL DA PARAÍBA
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000064-76.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: JEINE MARIA PEREIRA REPRESENTADA POR MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
RECLAMADO(A): JUÍZO DA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500119-22.2012.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO EDSON GADELHA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500619-22.2011.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: PEDRO FERNANDES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501284-38.2011.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ROSA MARIA FERREIRA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501288-75.2011.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GERLANDE SANTANA LOPES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501527-48.2012.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502068-93.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA JOANINHA MELO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502080-31.2012.4.05.8002
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: JOSE JACKSON SANTANA DA SILVA
PROC./ADV.: KÁTIA FELINA DE OLIVEIRA FERREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503964-62.2012.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA FRANCISCA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504007-75.2012.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CINTIA CIBELE DE SANTANA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0512810-51.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSIENE MARIA PANTA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0514904-06.2009.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: IVONETE JUSTINA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.51.51.053525-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): HELENE BERTRAND
PROC./ADV.: PATRÍCIA REIS NEVES BEZERRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO: 2011.51.51.025528-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: VERA LUCIA PONTES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5026230-31.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DE MELLO PEREIRA
PROC./ADV.: JAMILE DOS SANTOS
PROC./ADV.: DULCE MARIA FÁVERO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5040109-76.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SANDRA REGINA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5040575-70.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PLÍNIO PRODORUTTI
PROC./ADV.: MARILINDA MARQUES FERNANDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Auxílio-Acidente (Art. 86) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília-DF, 12 de agosto de 2014.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Nº 21.922- Processo Administrativo nº. 282/2012. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA - CRF/RO. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2011. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVA AS CONTAS DO CRF/RO DO EXERCÍCIO DE 2011, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 416ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 21.923 - Processo Administrativo nº. 732/2012. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO AMAZONAS - CRF/AM. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2011. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVA AS CONTAS DO CRF/AM DO EXERCÍCIO DE 2011, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 416ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 21.924 - Processo Administrativo nº. 870/2011. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA - CRF/RO. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2010. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVA AS CONTAS DO CRF/RO DO EXERCÍCIO DE 2010, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 416ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 25 DE ABRIL DE 2014

Nº 21.925 - Processo Administrativo nº. 920/2013. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - CRF/MS. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2012. CONTAS REGULARES. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR AS CONTAS DO CRF/MS DO EXERCÍCIO DE 2012, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 418ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 21.926 - Processo Administrativo nº. 940/2013. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRF/ES. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2012. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVA AS CONTAS DO CRF/ES DO EXERCÍCIO DE 2012, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 418ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 21.927 - Processo Administrativo nº. 941/2013. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CRF/MG. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2012. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVA AS CONTAS DO CRF/MG DO EXERCÍCIO DE 2012, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 418ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 21.928 - Processo Administrativo nº. 1222/2013. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CRF/MT. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2012. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVA AS CONTAS DO CRF/MT DO EXERCÍCIO DE 2012, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 418ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 21.929 - Processo Administrativo nº. 1175/2013. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE - CRF/SE. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2012. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVA AS CONTAS DO CRF/SE DO EXERCÍCIO DE 2012, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 418ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 21.930 - Processo Administrativo nº. 2374/2013. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PIAUÍ - CRF/PI. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2012. CONTAS IRREGULARES. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR IRREGULAR AS CONTAS DO CRF/PI DO EXERCÍCIO DE 2012, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 418ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 6 DE JUNHO DE 2014

Nº 21.931 - Processos Administrativos nºs. 1030/2011 e 2547/2012. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RORAIMA - CRF/RR. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2011. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVA AS CONTAS DO CRF/RR DO EXERCÍCIO DE 2011, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 420ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 21.932 - Processo Administrativo nº 1237/2011. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RORAIMA - CRF/RR. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2010. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULAR COM RESSALVA AS CONTAS DO CRF/RR DO EXERCÍCIO DE 2010, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 420ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃO

Acórdão nº 02 de 15 de agosto de 2014 - PL. PA CFMV nº 4.958/2014. Origem: CER/CRMV-CE. Decisão: UNANIMIDADE - Conhecer e dar-lhe provimento, a fim de reformar a decisão da CER/CRMV-CE e, assim, registrar a Chapa Inovare, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd Vet. Nordman Wall Barbosa de C. Filho.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ACRE

PORTARIA Nº 42, DE 4 DE AGOSTO DE 2014

O Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Acre, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1- Aprovar a criação do cargo de assessora administrativa e sua inclusão no Plano de Cargos e Salários.

Art. 2- Esta portaria tem efeito retroativo ao dia 22 de março de 2014.

AMARILDO UCHÔA PINHEIRO

PORTARIA Nº 41, DE 4 DE AGOSTO DE 2014

O Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Acre, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1- Aprovar o percentual de 50% para os cargos em Comissão e inclusão do cargo de gerente de escritório no PCS.

Art. 2- Esta portaria tem efeito retroativo ao dia 25 de abril de 2013.

AMARILDO UCHÔA PINHEIRO

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 46, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Anula o sorteio público realizado no dia 21/07/2014 e determina a realização de novo sorteio público aleatório para a formação da Comissão Eleitoral para as Eleições do CREFITO-13, gestão 2015-2019, conforme deliberado na 153ª Reunião de Diretoria, realizada no dia 12 de agosto de 2014.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 13ª REGIÃO - CREFITO-13, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares, conferidas pela Lei 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e em cumprimento às Resoluções COFFITO 369/2009 e 427/2013, que dispõem sobre as eleições diretas para os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências;

CONSIDERANDO a aproximação do término do mandato da atual gestão e a realização das eleições para o quadriênio 2015-2019;

CONSIDERANDO o disposto no Titulo II, CAPÍTULO I, DA RESOLUÇÃO COFFITO 369/2009, que regula o procedimento para o sorteio aleatório da Comissão Eleitoral;

CONSIDERANDO que foi constatada falha na listagem dos profissionais aptos a participarem do sorteio público para a formação da Comissão Eleitoral, uma vez que o Sistema forneceu a lista sem incluir profissionais que estão aptos a participarem deste, na forma ditada pela Resolução 369/2009;

CONSIDERANDO o princípio da autotutela da Administração Pública, resolve:

Art. 1º - Anular o sorteio público aleatório realizado no dia 21 de julho de 2014, tendo em vista que ficou constatada falha na listagem dos profissionais aptos a participarem do sorteio.

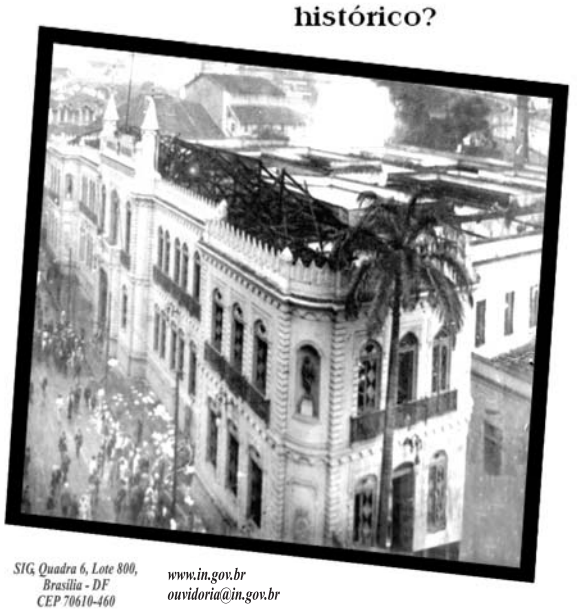
Art. 2º - Designar, para o dia 03 de agosto de 2014, às 16h, na sede do CREFITO-13, situado na Avenida Noroeste, 699, Bairro Amambaí, Campo Grande/MS, a realização de novo sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-13, visando à formação da Comissão Eleitoral, na forma ditada pela Resolução COFFITO 369/2009.

Art. 3º - Deverá ser entregue pela Secretaria Geral do CREFITO-13, a listagem dos profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-13, em consonância ao disposto no artigo 15, da Lei 6.316/75, para fins de divulgação no respectivo sítio eletrônico da autarquia, com antecedência mínima de 3 (três) dias, igualmente na forma da Resolução COFFITO 369/2009.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS ALBERTO ELOY TAVARES

...após a Imprensa Nacional ter várias sedes provisórias, foi inaugurado, por D. Pedro II, em 1877, o primeiro prédio construído para abrigar os prelos e todo o material usado na gráfica? Que este edifício pegou fogo na noite de 15 de setembro de 1911, onde se perdeu vasto material histórico?



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460
www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014081800120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.